UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

Aquisição de Orações Completivas Não-finitas com Verbos Percetivos e Causativos em Português Europeu L2 por Falantes de Espanhol Peninsular L1

Aida dos Santos Cardoso

Orientadoras: Prof. Doutora Maria Inês Pedrosa da Silva Duarte
Prof. Doutora Ana Lúcia da Silva Dias Gonçalves dos Santos

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Linguística

2021

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

Aquisição de Orações Completivas Não-finitas com Verbos Percetivos e Causativos em Português Europeu L2 por Falantes de Espanhol Peninsular L1

Aida dos Santos Cardoso

Orientadoras: Prof. Doutora Maria Inês Pedrosa da Silva Duarte
Prof. Doutora Ana Lúcia da Silva Dias Gonçalves dos Santos

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Linguística

Júri
Presidente: Doutora Ana Maria Martins, Professora Catedrática e Diretora da Área de Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Vogais:
Doutor Jason Rothman, Professor da UiT – The Artic University of Norway
Doutora Ana Maria Lavadinho Madeira, Professora Associada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Doutora Maria do Pilar Pereira Barbosa, Professora Associada do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho
Doutora Maria Inês Pedrosa da Silva Duarte, Professora Catedrática Emérita da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Doutora Anabela Proença Leitão Martins Gonçalves, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Bolsa de Doutoramento
(FCT/SFRH/BD/92581/2013)
2021

Índice

AGRADECIMENTOS 4

SIGLAS E ABREVIATURAS 6

LISTA DE TABELAS 7

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS 8

RESUMO 10

ABSTRACT 11

1. INTRODUÇÃO 12

2. A COMPLEMENTAÇÃO INFINITIVA DE VERBOS PERCETIVOS E CAUSATIVOS EM PORTUGUÊS EUROPEU E EM ESPANHOL PENINSULAR 18

2.1. PROPRIEDADES DAS ESTRUTURAS DISPONÍVEIS EM PORTUGUÊS EUROPEU: *FAIRE-INF, EXCEPTIONAL CASE MARKING* E ESTRUTURA DE INFINITIVO FLEXIONADO 22

2.2. PROPRIEDADES DAS ESTRUTURAS DISPONÍVEIS EM ESPANHOL PENINSULAR: *FAIRE-INF* E *EXCEPTIONAL CASE MARKING* 32

2.2.1. Propriedades descritas na literatura 32

2.2.2. Um estudo experimental: complementos não-finitos de verbos percetivos e causativos em EsP 41

2.2.3. Propriedades de complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais e pós--verbais 54

2.2.4. Algumas especificidades do Espanhol: *Differential Object Marking e Leísmo* 66

2.3. ANÁLISES PROPOSTAS PARA AS ESTRUTURAS DE *FAIRE-INF* E DE *EXCEPTIONAL CASE MARKING*

2.3.1. Português Europeu 75

2.3.2. Espanhol Peninsular 87

2.4. ANÁLISES PROPOSTAS PARA A ESTRUTURA DE INFINITIVO FLEXIONADO 103

3. COMPLEMENTOS NÃO-FINITOS DE VERBOS PERCETIVOS COM VALOR ASPETUAL PROGRESSIVO EM PORTUGUÊS EUROPEU E EM ESPANHOL PENINSULAR 109

3.1. PROPRIEDADES SINTÁTICAS E SEMÂNTICAS DA *PREPOSITIONAL INFINITIVAL CONSTRUCTION* E DA CONSTRUÇÃO DE GERÚNDIO 109

3.2. ANÁLISES PROPOSTAS PARA A *PREPOSITIONAL INFINITIVAL CONSTRUCTION* E PARA A CONSTRUÇÃO DE GERÚNDIO 124

4. AQUISIÇÃO DE LÍNGUA NÃO MATERNA 144

4.1. HIPÓTESES NO ESTUDO DE *SECOND LANGUAGE ACQUISITION*

4.1.1. Hipóteses sobre o acesso à Gramática Universal 145

4.1.2. A reconfiguração de traços e o mapeamento Sintaxe-Morfologia na aquisição de L2 155

4.2. A *FEATURE REASSEMBLY HYPOTHESIS* 161

4.3. TESTANDO A *FEATURE REASSEMBLY HYPOTHESIS*: ESTUDOS ANTERIORES 169

4.4. O PODER EXPLICATIVO DA COMPLEMENTARIDADE ENTRE HIPÓTESES: A *FEATURE REASSEMBLY HYPOTHESIS* E A *L1 PREEMPTION HYPOTHESIS* 179

4.5. O ESTUDO DE *SECOND LANGUAGE ACQUISITION* NUM CONTEXTO DE MULTILINGUISMO 186

5. PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO E PREDIÇÕES 196

5.1. *EXCEPTIONAL CASE MARKING* E ESTRUTURA DE INFINITIVO FLEXIONADO 198

5.2. *PREPOSITIONAL INFINITIVAL CONSTRUCTION* 211

5.3. *DIFFERENTIAL OBJECT MARKING E LEÍSMO* 219

6. DESENHO EXPERIMENTAL 225

6.1. OBJETIVOS 225

6.2. CONSTRUÇÃO DAS TAREFAS EXPERIMENTAIS

6.2.1. Seleção dos verbos percetivos e causativos 226

6.2.2. Itens de teste e distratores 228

6.2.3. Apresentação global das tarefas 230

6.2.4. Perfil sociolinguístico dos participantes 233

6.3. TAREFAS DE JUÍZOS DE ACEITABILIDADE

6.3.1. Tarefa 1: *Exceptional Case Marking* e Estrutura de Infinitivo Flexionado 235

6.3.2. Tarefa 2: *Prepositional Infinitival Construction* 241

6.3.3. Participantes 242

6.4. TAREFA DE COMPLETAMENTO DE FRASES (*SENTENCE COMPLETION TASK*)

6.4.1. Desenho da tarefa 246

6.4.2. Participantes 251

6.5. TAREFA DE ESCOLHA FORÇADA (*FORCED CHOICE TASK*)

6.5.1. Desenho da tarefa 254

6.5.2. Participantes 258

7. RESULTADOS 261

7.1. TRATAMENTO DOS DADOS E ANÁLISE ESTATÍSTICA 261

7.2. TAREFAS DE JUÍZOS DE ACEITABILIDADE

7.2.1. Tarefa 1: *Exceptional Case Marking* e Estrutura de Infinitivo Flexionado 264

7.2.2. Tarefa 2: *Prepositional Infinitival Construction* 283

7.3. TAREFA DE COMPLETAMENTO DE FRASES (*SENTENCE COMPLETION TASK*) 293

7.4. TAREFA DE ESCOLHA FORÇADA (*FORCED CHOICE TASK*) 300

8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 305

8.1. PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO 1, 2 E 3: *EXCEPTIONAL CASE MARKING* E ESTRUTURA DE INFINITIVO FLEXIONADO 306

8.2. PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO 4: *PREPOSITIONAL INFINITIVAL CONSTRUCTION* 318

8.3. PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO 5: *DIFFERENTIAL OBJECT MARKING E LEÍSMO* 324

9. CONCLUSÕES E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA 329

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 336

ANEXO 1 (ESTUDO EXPERIMENTAL SOBRE AS PROPRIEDADES DOS COMPLEMENTOS NÃO-FINITOS DE VERBOS PERCETIVOS E CAUSATIVOS DISPONÍVEIS EM ESPANHOL PENINSULAR) 350

ANEXO 2 (ESTUDO EXPERIMENTAL SOBRE AS PROPRIEDADES DOS COMPLEMENTOS INFINITIVOS DE VERBOS PERCETIVOS E CAUSATIVOS DISPONÍVEIS EM PORTUGUÊS EUROPEU) 367

Agradecimentos

A realização deste projeto não teria sido possível sem o contributo e o apoio de várias pessoas. A todas elas dirijo agora o meu sincero agradecimento.

Às minhas orientadoras, agradeço o rigor científico e a generosidade com que acompanharam esta tese. À Professora Inês Duarte, agradeço a confiança que sempre depositou em mim e no meu trabalho. A sua disponibilidade para responder a todas as dúvidas e a forma como me incentivou sempre a questionar e a procurar saber mais foram, em si, uma aprendizagem e uma fonte de inspiração. À Professora Ana Lúcia, agradeço também a confiança depositada em mim ao longo dos anos e a permanente dedicação em todas as fases deste trabalho. A sua paciência para lidar com as minhas dúvidas e inseguranças e a sua constante motivação para as superar não só tornaram este trabalho possível, tornaram-no melhor. A orientação das Professoras foi determinante para que esta tese chegasse a bom porto, mas também contribuiu para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos membros do júri da prova intermédia, Professora Ana Maria Madeira, Professora Anabela Gonçalves e Professor Jason Rothman, agradeço a partilha de conhecimento e todas as sugestões e observações que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

À Fundação para a Ciência a Tecnologia (FCT), agradeço o apoio concedido através da bolsa FCT/SFRH/BD/92581/2013, que permitiu que me dedicasse exclusivamente à tese durante quatro anos. O apoio da FCT tornou também possível uma breve estadia na Universidade de Reading, onde pude trabalhar sob a orientação do Professor Jason Rothman.

Ao CLUL e, em particular, ao grupo Gramática & Recursos, agradeço pela autorização do financiamento das minhas deslocações a Espanha, para recolha de dados, e a conferências nacionais e internacionais em que tive, assim, oportunidade de participar.

Em 2016 e 2017, fui recebida na Universidade de Rijeca, pela Professora Tihana Kraš, e na Universidade de Reading, pelo Professor Jason Rothman, para duas estadias que, embora breves, foram essenciais para o desenvolvimento deste projeto. À Professora Tihana Kraš, agradeço a generosa partilha de conhecimento sobre metodologia e todas as sugestões para a construção do desenho experimental das tarefas de juízos de aceitabilidade. Ao Professor Jason Rothman, agradeço a generosidade com que partilhou o seu tempo e o seu conhecimento. As suas questões, comentários e sugestões fizeram-me olhar para o meu trabalho de diferentes formas e foram fundamentais para a construção das diferentes tarefas experimentais que compõem este trabalho.

Entre 2018 e 2021, tive oportunidade de trabalhar no projeto COPLE2, sob a orientação da Amália Mendes e da Iria Gayo, a quem quero agradecer todas as palavras de incentivo e, a

maior de todas as dádivas, o tempo. Os últimos anos de escrita desta tese em muito beneficiaram da sua compreensão e apoio.

A todas as escolas, professores e alunos que aceitaram participar neste estudo, o meu mais profundo agradecimento. Sem eles, este trabalho não teria sido possível. Assim, agradeço aos professores e alunos das Escolas Oficiais de Idiomas de Leão, Ponferrada, Salamanca, Valladolid, Cáceres, Badajoz, Mérida, Plasencia e Navalmoral de la Mata. Agradeço também aos professores e alunos Universidade da Extremadura (polos de Cáceres e de Badajoz) e da escola de línguas Luso Língua e Agora Língua, em Madrid. Nunca vou esquecer a disponibilidade e a simpatia com que todos me receberam. Aos professores e alunos da Universidade de Salamanca, agradeço a participação nas tarefas sobre o Espanhol. Finalmente, a todos os participantes que constituíram o meu grupo de falantes nativos de Português, o meu mais sincero obrigado. Agradeço a todos os professores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e aos seus alunos, por aceitarem participar neste estudo, bem como a todos os amigos e conhecidos que disponibilizaram o seu tempo para contribuírem para este trabalho.

À María Sampedro, agradeço a revisão cuidada das tarefas sobre a complementação infinitiva do Espanhol, bem como de todos os textos de instruções em Espanhol. As suas sugestões foram preciosas e a sua amizade, inestimável. Agradeço ainda a (incansável) ajuda na aplicação dos testes na Universidade de Salamanca.

Aos colegas do CLUL, agradeço todo o companheirismo e amizade. Em especial, agradeço aos vários colegas de sala e do curso de Doutoramento que me foram fazendo companhia ao longo dos anos: Alice Jesus, Ana Espírito Santo, Nailia Baldé, Silvana Abalada, Nuno Matos, Rui Pereira, Rita Valadas, Érico, Rita Gonçalves, Rita Santos, Patrícia Costa e Carolina Nunes. Com eles, pude discutir ideias e partilhar avanços e recuos, risos e ansiedades.

À minha família e aos meus amigos, agradeço o permitirem-me as necessárias ausências, sem nunca deixarem de me fazer saber que estão disponíveis para mim. Agradeço também terem sido um abrigo para respirar e descansar sempre que precisei.

Ao Rui, agradeço, acima de tudo, o carinho. Não há dificuldade que uma palavra ou um abraço na hora certa não resolvam. O seu apoio incondicional e a sua fé inabalável nas minhas capacidades ajudaram-me a percorrer este caminho e a conseguir fazer coisas que julgava impossíveis.

Aos meus pais, os meus primeiros apoiantes em tudo, agradeço o estarem sempre ao meu lado e do meu lado. Agradeço o amor incondicional e cada palavra de incentivo. Sem eles, nada teria sido possível e a eles dedico este trabalho.

Siglas e abreviaturas

CEM – *Cumulative Enhancement Model*

CG – Construção de Gerúndio

DOM – *Differential Object Marking*

ECM – *Exceptional Case Marking*

EsP – Espanhol Peninsular

GU – Gramática Universal

L1 – Língua materna

L2 – Língua não materna / Língua segunda

LPM – *Linguistic Proximity Model*

PB – Português Brasileiro

PE – Português Europeu

PIC – *Prepositional Infinitival Construction*

PLE – Português Língua Estrangeira

PR – Pseudo-relativa

SLA – *Second Language Acquisition*

TCF – Tarefa de completamento de frases

TEF – Tarefa de escolha forçada

TJA – Tarefa de juízos de aceitabilidade

TPM – *Typological Primacy Model*

Lista de Tabelas

Tabela 1: Propriedades sintáticas dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos em PE 31
Tabela 2: Propriedades sintáticas dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos em EsP 41
Tabela 3: Síntese das propriedades testadas em cada TJA aplicada a falantes nativos do EsP ... 44
Tabela 4: Condições das TJA aplicadas a falantes nativos do EsP: distratores – orações subordinadas relativas restritivas 46
Tabela 5: Condições das TJA aplicadas a falantes nativos do EsP: distratores – construções passivas 46
Tabela 6: Condições da TJA que testa complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais 49
Tabela 7: Condições da TJA que testa complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais 49
Tabela 8: Condições da TJA que testa subida de clítico em complementos infinitivos 50
Tabela 9: Condições da TJA que testa contextos de DOM 52
Tabela 10: Condições da TJA que testa a aceitabilidade da CG e da PR 53
Tabela 11: Contextos de ocorrência de *leísmo* 74
Tabela 12: Propriedades sintáticas dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos numa perspetiva comparada entre o PE e o EsP 102
Tabela 13: Síntese dos complementos não-finitos de verbos percetivos e causativos disponíveis em PE e em EsP 196
Tabela 14: Propriedades associadas ao traço de Caso e a traços-ϕ dos complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos disponíveis em PE e em EsP 199
Tabela 15: Comparação de diferenças formais e de ordem de palavras entre possíveis fontes de mapeamento para a estrutura de ECM do PE 202
Tabela 16: Condições da TJA que testa ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado 236
Tabela 17: Condições das TJA: distratores – orações relativas 238
Tabela 18: Condições das TJA: distratores – construções passivas 239
Tabela 19: Condições das TJA: itens de controlo – marcação casual de objetos 239
Tabela 20: Condições da TJA que testa PIC 241
Tabela 21: Condições da TCF que testa PIC e estrutura de Infinitivo Flexionado 247
Tabela 22: Primeiro conjunto de distratores da TCF – construções condicionais 250
Tabela 23: Segundo conjunto de distratores da TCF – orações completivas finitas 251
Tabela 24: Itens de teste da TEF – PIC com infinitivo flexionado 256
Tabela 25: Itens distratores da TEF – seleção de tempo verbal 257
Tabela 26: Itens de controlo da TEF – futuro perifrástico 257
Tabela 27: Correções apresentadas para os itens de teste considerados agramaticais na TJA centrada em ECM e na estrutura de Infinitivo Flexionado 272
Tabela 28: Correções correspondentes a construções agramaticais não-finitas apresentadas pelos falantes de EsP a adquirir PE 273
Tabela 29: Correções apresentadas pelos falantes de EsP a adquirir PE para os itens de teste considerados agramaticais por condição 275
Tabela 30: Correções apresentadas pelos falantes de EsP para os itens de controlo gramaticais que foram classificados como impossíveis em PE 282
Tabela 31: Correções apresentadas pelos falantes nativos de PE para os itens de controlo agramaticais que foram classificados como impossíveis em PE 283
Tabela 32: Correções apresentadas pelos falantes de EsP a adquirir PE e pelos falantes nativos de PE para os itens de teste considerados agramaticais na TJA centrada na PIC 288
Tabela 33: Correções correspondentes a construções agramaticais não-finitas apresentadas pelos falantes de EsP a adquirir PE 289
Tabela 34: Correções apresentadas pelos falantes de EsP a adquirir PE para os itens de teste considerados agramaticais por condição 291

Lista de Gráficos e Figuras

Gráfico 1: Resultados globais obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais .. 56
Gráfico 2: Resultados obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais por condição: negação e transitividade do verbo no domínio encaixado 57
Gráfico 3: Resultados obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais por tipo de verbo: negação no domínio encaixado 58
Gráfico 4: Resultados obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais por condição: verbo *dejar* 59
Gráfico 5: Resultados obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais por condição: verbo *hacer* 60
Gráfico 6: Resultados obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais por condição: negação e transitividade do verbo no domínio encaixado 62
Gráfico 7: Resultados obtidos para subida de clítico em complementos infinitivos com sujeitos pré- e pós-verbais 64
Gráfico 8: Resultados obtidos para objetos com DOM, considerando o traço de animacidade 69
Gráfico 9: Resultados obtidos para a CG e a PR por falantes nativos de EsP 112
Gráfico 10: Resultados obtidos para a PR com diferentes tipos de antecedente por falantes nativos de EsP 113
Figura 1: Conjunto de traços envolvidos na marcação de plural intrínseco em Coreano (Hwang & Lardiere, 2013: 64) 175
Figura 2: Hierarquia de traços proposta para a marcação de plural intrínseco em Coreano (Hwang & Lardiere, 2013: 64) 176
Figura 3: Síntese dos resultados obtidos sobre a aquisição das restrições à ocorrência de objetos nulos em EsP (Iverson & Rothman, 2015: 271) 184
Figura 4: Etapas envolvidas na aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado por falantes nativos de EsP, considerando um mapeamento das propriedades desta estrutura com as da estrutura de ECM da L1 204
Figura 5: Etapas envolvidas na aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado por falantes nativos de EsP, considerando um mapeamento das propriedades desta estrutura com as da estrutura de Infinitivo Pessoal da L1 206
Figura 6: Esquematização das diferentes realizações morfossintáticas do valor aspetual progressivo que caracteriza a PIC e a CG 213
Figura 7: Esquematização das duas hipóteses de mapeamento das propriedades da PIC 214
Figura 8: Esquematização dos contrastes que têm de ser detetados para que se inicie o processo de reconfiguração necessário à aquisição da PIC 215
Figura 9: Síntese dos passos envolvidos no processo de reconfiguração necessário à aquisição da PIC 217
Gráfico 11: Distribuição dos participantes do grupo de teste da TJA por nível de escolaridade 243
Gráfico 12: Número de línguas faladas pelos participantes do grupo de teste da TJA (além do EsP e do PE) 244
Gráfico 13: Distribuição dos participantes do grupo de controlo da TJA por nível de escolaridade 245
Gráfico 14: Número de línguas faladas pelos participantes do grupo de controlo da TJA, para além do PE 245
Gráfico 15: Distribuição dos participantes do grupo de teste da TCF por nível de escolaridade 252
Gráfico 16: Número de línguas faladas pelos participantes do grupo de teste da TCF (além do EsP e do PE) 252

Gráfico 17: Distribuição dos participantes do grupo de controlo da TCF por nível de escolaridade 253
Gráfico 18: Número de línguas faladas pelos participantes do grupo de controlo da TCF, para além do PE 254
Gráfico 19: Distribuição dos participantes do grupo de teste da TEF por nível de escolaridade 258
Gráfico 20: Número de línguas faladas pelos participantes do grupo de teste da TEF (além do EsP e do PE) 259
Gráfico 21: Distribuição dos participantes do grupo de controlo da TEF por nível de escolaridade 259
Gráfico 22: Número de línguas faladas pelos participantes do grupo de controlo da TEF, para além do PE 260
Gráfico 23: Resultados obtidos para complementos com sujeito acusativo e infinitivo não-flexionado (ECM) 265
Gráfico 24: Resultados obtidos para complementos com sujeito acusativo e infinitivo flexionado (ECM com infinitivo flexionado) 266
Gráfico 25: Resultados obtidos para complementos com sujeito nominativo e infinitivo flexionado (estrutura de Infinitivo Flexionado) 268
Gráfico 26: Resultados obtidos para complementos com sujeito nominativo e infinitivo não-flexionado (construção agramatical) 269
Gráfico 27: Resultados obtidos para itens de controlo – verbo transitivo direto e objeto direto composto por um nome próprio antecedido pelo artigo definido (construção gramatical) 278
Gráfico 28: Resultados obtidos para itens de controlo – verbo ditransitivo e objeto indireto composto por um nome próprio antecedido pela contração da preposição a com o artigo definido (construção gramatical) 279
Gráfico 29: Resultados obtidos para itens de controlo – verbo transitivo direto e objeto direto composto por um nome próprio antecedido pela contração da preposição a com o artigo definido (construção agramatical) 280
Gráfico 30: Resultados obtidos para itens de controlo – verbo ditransitivo e objeto indireto composto por um nome próprio antecedido por artigo definido (construção agramatical) 280
Gráfico 31: Resultados obtidos para complementos com sujeito nominativo e infinitivo preposicionado não-flexionado (construção agramatical) 284
Gráfico 32: Resultados obtidos para complementos com sujeito nominativo e infinitivo preposicionado flexionado (construção agramatical) 284
Gráfico 33: Resultados obtidos para complementos com sujeito acusativo e infinitivo preposicionado não-flexionado (PIC com infinitivo não-flexionado) 285
Gráfico 34: Resultados obtidos para complementos com sujeito acusativo e infinitivo preposicionado flexionado (PIC com infinitivo flexionado) .,,,,..... 286
Gráfico 35: Taxas de seleção de complementos com infinitivo flexionado (não preposicionado) na TCF 295
Gráfico 36: Taxas de seleção de PIC com infinitivo não-flexionado na TCF 297
Gráfico 37: Taxas de seleção de PIC com infinitivo flexionado na TCF 299
Gráfico 38: Taxas de seleção de PIC com infinitivo flexionado na TEF 301
Gráfico 39: Taxas de seleção de ir + infinitivo para exprimir futuro na TEF 303

Resumo

O tema desta dissertação é a aquisição de complementos não-finitos de verbos percetivos e causativos por falantes não nativos de Português Europeu (PE) cuja língua materna é o Espanhol Peninsular (EsP). Sabendo-se que em PE e em EsP se encontram disponíveis diferentes tipos de estruturas de complementação nos contextos em causa, o presente trabalho começa por explorar, numa perspetiva comparada entre o EsP e o PE, as propriedades sintáticas e as análises disponíveis para *faire-inf*, *Exceptional Case Marking* (ECM), estrutura de Infinitivo Flexionado e *Prepositional Infinitival Construction* (PIC).

Considerando as conclusões retiradas desta comparação, tomou-se como hipótese de explicação do processo de aquisição de língua não materna a *Feature Reassembly Hypothesis* (Lardiere, 2008, 2009a). Norteadas por esta hipótese, colocaram-se questões de investigação centradas na aquisição de ECM (estrutura disponível em PE e em EsP), da estrutura de Infinitivo Flexionado e da PIC (estruturas apenas disponíveis em PE). A aquisição destes três complementos infinitivos em PE coloca desafios específicos aos falantes nativos de EsP, correspondendo a diferentes tipos de tarefas de aquisição (mapeamento e reconfiguração de traços) e a níveis de complexidade distintos, de acordo com a *Feature Reassembly Hypothesis.*

Os resultados obtidos através de quatro tarefas experimentais aplicadas a falantes de de EsP com diferentes níveis de proficiência em PE (inicial, intermédio e avançado), bem como a falantes monolingues de PE (grupo de controlo), permitem traçar percursos distintos de aquisição associados aos complementos infinitivos testados que vão ao encontro das predições gerais da *Feature Reassembly Hypothesis*. Assim, foi possível concluir que (i) a estrutura de ECM é adquirida mais cedo pelos falantes de EsP por as configurações de traços relevantes serem transferíveis da L1 (mapeamento); (ii) a aquisição de PIC coloca desafios acrescidos aos falantes de EsP por implicar a aquisição de diferentes contrapartidas morfossintáticas de um mesmo traço aspetual disponível na L1 e na L2; (iii) os maus resultados obtidos para a estrutura de Infinitivo Flexionado como complemento de percetivos e causativos podem, em parte, ser explicados pela complexidade da reconfiguração de traços (adição de traços em configurações não disponíveis na L1), mas resultados semelhantes dos falantes monolingues de PE obrigam a uma discussão do estatuto desta estrutura na gramática do PE e (iv) propriedades gerais de marcação casual de constituintes em posição de objeto que diferem na L1 e na L2 influenciam a aquisição das estruturas estudadas, constituindo um elemento adicional de complexidade.

Palavras-chave: aquisição de língua não materna, *Feature Reassembly Hypothesis*, Português Europeu, Espanhol Peninsular, complementação não-finita, verbos percetivos, verbos causativos, infinitivo flexionado, Prepositional Infinitival Construction.

Abstract

In this dissertation, we discuss the non-native acquisition of infinitival complements of causative and perception verbs in European Portuguese (EP) by native Peninsular Spanish (PS) speakers. Since both EP and PS have available different complement structures in the relevant contexts, we start by comparing (in EP and in PS) the syntactic properties and analyses available for *faire-inf*, Exceptional Case Marking (ECM), the Inflected Infinitive Structure, and the Prepositional Infinitival Construction (PIC).

Considering the conclusions of that comparison, we assume the *Feature Reassembly Hypothesis* (Lardiere, 2008, 2009a) and its predictions as adequate to account for the non-native acquisition process. Following this hypothesis, we formulate research questions focusing on the acquisition of ECM (available in EP and in PS), the Inflected Infinitive Structure and PIC (both structures only available on EP). The acquisition of these three infinitival complements in EP poses different challenges to the PS native speakers. These challenges correspond to different types of task (feature mapping and feature reassembly) and to distinct levels of complexity, as argued by the *Feature Reassembly Hypothesis.*

The results obtained from four experimental tasks applied to PS speakers with different EP proficiency levels (initial, intermediate, and advanced), as well as to EP monolingual speakers (control group), show different acquisition paths associated to the infinitival complements that are in accord with the general predictions of the Feature Reassembly Hypothesis. We concluded that (i) ECM is acquired earlier by the PS native speakers, since the relevant feature configurations can be transferred from the L1 (mapping); (ii) the acquisition of the PIC represents a bigger challenge for PS speakers because it involves the acquisition of different morphosyntactic counterparts of an aspectual feature available both in the L1 and in the L2; (iii) the negative results obtained for the Inflected Infinitive Structure under causative and perception verbs can, in part, be explained by the complexity of the reassembly task involved in its acquisition (feature addition in a configuration not available in the L1), but, as the control group showed similar results, we were forced to question the usual descriptions of the native grammar, and (iv) general properties regarding the case marking of constituents in object position, in which the L1 and the L2 differ, play an important role in the acquisition of the structures under study, by adding complexity to the process.

Keywords: L2 Acquisition, Feature Reassembly Hypothesis, European Portuguese, Peninsular Spanish, infinitival complements, causative verbs, perception verbs, inflected infinitive, Prepositional Infinitival Construction.

1. Introdução

O presente trabalho tem como tema a aquisição de orações completivas não-finitas em Português Europeu (PE) língua não materna por falantes de Espanhol Peninsular (EsP) L1. Sendo as orações completivas não-finitas um tópico pouco estudado na perspetiva da aquisição de língua não materna, o presente trabalho centra-se nos complementos não-finitos de verbos percetivos (*e.g.*, *ver*, *ouvir*, *sentir*) e causativos (*e.g.*, *fazer*, *mandar*, *deixar*) em PE e avalia a sua aquisição por parte de falantes nativos de EsP. Ambas as línguas dispõem de uma grande variedade de construções completivas infinitivas. Algumas estruturas estão disponíveis em PE e em EsP, como é o caso da estrutura de predicado complexo (ou *faire-inf*) e da construção de *Exceptional Case Marking* (ECM). Outras estão disponíveis apenas em PE, nomeadamente a estrutura de Infinitivo Flexionado e a *Prepositional Infinitival Construction* (PIC). O presente estudo focar-se-á na aquisição da estrutura de ECM, estrutura disponível nas duas línguas com propriedades semelhantes, e nas duas estruturas apenas disponíveis em PE, ou seja, a estrutura de Infinitivo Flexionado e a PIC. Não obstante, uma vez que os primeiros capítulos se ocuparão de uma análise comparada dos diferentes tipos de orações completivas infinitivas de verbos causativos e percetivos em EsP e em PE, as propriedades e as análises disponíveis para a estrutura de *faire-inf* serão também tidas em conta. Adicionalmente, será ainda considerada a Construção Gerundiva (CG) como complemento não-finito de verbos percetivos em EsP, dadas as semelhanças entre esta estrutura e a estrutura de PIC do PE.

No estudo das línguas românicas, os verbos percetivos e causativos são frequentemente alvo de uma análise conjunta. Com efeito, os dois tipos de verbo apresentam semelhanças nas suas propriedades sintáticas e semânticas que motivam esta aproximação. Assim, e no que diz respeito às estratégias de complementação, tanto os verbos percetivos como os causativos admitem complementos finitos e não-finitos (infinitivos, em ambos os casos, e também orações gerundivas, no caso dos verbos percetivos em EsP). O presente trabalho centrar-se-á na complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos, como anteriormente referido, de que são exemplo (1)-(2). Adicionalmente, ter-se-á em conta a CG (3), que, pelas suas propriedades em EsP, poderá ser comparada com a estrutura de PIC do PE.

(1) a. A Maria fez/deixou ler o livro ao João.
b. María ha hecho/ha dejado leer lo libro a Juan.
c. Maria ha fatto/ha lasciato leggere il libro a Gianni.
d. Marie a fait/a laissé lire le livre à Jean.

(2) a. A Maria viu correr a menina.

b. María ha visto correr a la niña.

c. Maria ha visto correre la ragazza.

d. Marie a vu courir la fille.

(3) a. María ha visto a Juan correndo.

María haver.AUX visto A[1] Juan correndo

Do ponto de vista semântico, os verbos causativos e percetivos apresentam semelhanças relevantes quanto ao tipo de situação (*Aksionsart*) expresso pelos complementos oracionais infinitivos que selecionam. Assim, os complementos infinitivos destes verbos não parecem ser compatíveis com estados[2], apenas com eventos.

Neste sentido, é possível identificar, nas orações com verbos causativos: um evento, denotado, em (1), pelo predicado "fez/deixou ler o livro ao João"; um causador, denotado pelo DP "A Maria" (que desempenha a função sintática de sujeito do verbo causativo); um evento causado, denotado por "ler o livro", e um causado, denotado pelo DP "ao João" (que corresponde ao sujeito lógico[3] do domínio encaixado).

Também no caso das orações com verbos percetivos o que está em causa é a expressão de um evento, denotado em (2) pelo predicado "viu correr a menina". O domínio encaixado ("correr a menina") corresponde ao evento percebido pelo experienciador, que, neste caso, pode ser identificado com o DP "A Maria" (que desempenha a função sintática de sujeito do verbo percetivo). Note-se que (2) expressa perceção direta (ou sensorial), sendo este o tipo de perceção aqui estudado. À noção de perceção direta contrapõe-se a de perceção indireta, ou seja, a perceção realizada a partir de uma inferência, sendo, portanto cognitiva (Freire, 2007: 11). Na perceção indireta, não existe o requisito de simultaneidade entre o momento da perceção e o momento em que decorre o evento percebido, ao contrário do que se verifica com a perceção direta. Na verdade, parece haver uma maior tendência por parte dos complementos finitos de verbos percetivos para veicularem valores de perceção indireta, enquanto os complementos infinitivos expressam tipicamente perceção direta. Este comportamento, que

[1]No presente trabalho, será usada a letra "A" para traduzir o marcador de *Differential Object Marking a* do EsP.

[2] Com exceção de estados temporários expressos através de predicados com o verbo *ser*. Veja-se o contraste entre (i) e (ii).

(i) Eu vi o João ser simpático com a Maria.

(ii) *Eu vi o João ser bonito.

[3] Entende-se por sujeito lógico o argumento mais alto na Hierarquia Temática (Duarte, 2003: 282).

parece distinguir os complementos finitos e infinitivos, observa-se em várias línguas (Felser, 1999; Gisborne, 2010) e também em EsP (Cipria, 2003) e em PE.

Do ponto de vista sintático, as relações presentes nas construções causativas e percetivas anteriormente descritas podem ser expressas através de diferentes tipos de estrutura sintática. Assim, os exemplos em (1) e (2) ilustram uma estrutura em que o verbo causativo/percetivo e o verbo do domínio encaixado formam um predicado complexo. Esta estrutura, designada *faire-*-*inf* (Kayne, 1975), está disponível nas línguas românicas em geral.

Por outro lado, as frases (4)-(5) exemplificam a estrutura designada na literatura como ECM. Esta está disponível em PE com todos os verbos causativos e percetivos, aspeto em que parece diferir do que é descrito para outras línguas românicas, que apenas admitem esta construção com verbos percetivos e com verbos causativos do tipo de *deixar*.

(4) A Maria fez/deixou os meninos ler o livro.

(5) A Maria viu as meninas correr.

O PE difere também de outras línguas românicas na possibilidade de ocorrência de ECM com um infinitivo com marcas de flexão (6) em alguns contextos (Hornstein, Martins & Nunes, 2006, 2008; Martins, 2018; Barbosa, Flores & Pereira, 2018). Esta estrutura, embora não se encontre descrita em instrumentos normativos da língua, poderá, pelas suas características, oferecer um ponto de comparação interessante no estudo da aquisição de ECM e da estrutura de Infinitivo Flexionado. Num estudo recente de Barbosa, Flores & Pereira (2018), foram apresentados dados que indicam a aceitação desta estrutura (pelo menos em contextos de 3.ª pessoa do plural) por parte de falantes monolingues de PE, mas não de forma categórica. Mais dados são necessários para aferir se os falantes de PE consideram esta estrutura possível.

(6) $^{OK/*}$A Maria viu-as correrem.

Em relação aos contextos de ocorrência de ECM, o EsP parece apresentar um comportamento ambíguo, na medida em que, tradicionalmente, a literatura o aproxima do comportamento das restantes línguas românicas, porém, diferentes estudos (*e.g.*, Treviño, 1994; Torrego, 2010; Tubino, 2012) apontam a possibilidade de estruturas com o verbo *hacer* admitirem causados em posição pré-verbal (7).

(7) La entrenadora hizo a la atleta repetir el ejercicio. [Torrego, 2010: 448, (3)]
a treinadora fez A a atleta repetir o exercício
'A treinadora fez a atleta repetir o exercício.'

O PE distingue-se ainda das restantes línguas românicas, incluindo o EsP, por admitir estruturas de Infinitivo Flexionado (8)-(9), tanto com construções causativas como com construções percetivas, e de PIC (10), com verbos percetivos.

(8) A Maria fez/deixou os meninos lerem o livro.
(9) A Maria viu as meninas correrem.
(10) A Maria viu as meninas a correr/correrem.

Crucialmente, os vários tipos de complementos oracionais dos verbos causativos e percetivos apresentam diferentes propriedades sintáticas que têm vindo a motivar análises distintas para as estruturas em causa. Neste sentido, propriedades relacionadas com a flexão da forma verbal do domínio encaixado, a redistribuição de funções sintáticas e a marcação casual dos constituintes do domínio encaixado, bem como o comportamento das diferentes estruturas face à colocação de marcadores de negação e de pronomes clíticos serão alguns dos aspetos sobre os quais o presente trabalho se irá centrar. A análise destas propriedades em PE levou à proposta de uma escala de defetividade funcional, que coloca a construção de infinitivo flexionado e de predicado complexo nos dois extremos, com ECM a ocupar uma posição intermédia (Gonçalves, 1999 e trabalhos subsequentes; Duarte & Gonçalves, 2002). Mais recentemente, a questão da defetividade, em particular no que toca à estrutura de ECM, é analisada em termos de traços-ϕ (Hornstein, Martins & Nunes, 2006, 2008). Por outro lado, as línguas alvo de análise neste estudo, isto é, o PE e o EsP diferem também entre si não só quanto às estruturas disponíveis nas duas línguas, mas também quanto às propriedades associadas a cada uma das estruturas.

Assim sendo, e centrando-se o presente trabalho na aquisição de orações completivas não-finitas em PE língua não-materna por parte de falantes nativos de EsP, levar-se-á em linha de conta as semelhanças e diferenças que caracterizam as duas línguas, bem como as suas implicações na análise sintática e no processo de aquisição do PE língua não materna. De um modo geral, pretende-se, pois, verificar o nível de proficiência atingido por falantes não-nativos de PE, particularmente no que diz respeito às propriedades não transferíveis a partir da L1.

Pretende-se ainda que o presente trabalho se inscreva numa linha de estudo recente no âmbito da *Second Language Acquisition* (SLA) centrada na questão do mapeamento entre

Sintaxe e Morfologia, considerando-se que este mapeamento está na origem da variação verificada na produção de aprendentes[4] de L2, em particular no que diz respeito a aspetos morfossintáticos, podendo mesmo constituir um foco de dificuldade na aquisição de uma língua não materna. No centro deste debate, a *Feature Reassembly Hypothesis* (Lardiere, 2000, 2008, 2009a, 2009b) propõe uma reflexão sobre o papel da (re)fixação de parâmetros na aquisição de L2 e centra-se no mapeamento e reconfiguração de traços morfossintáticos na aquisição das propriedades gramaticais de uma L2.

Enquanto o processo de mapeamento envolve uma tarefa menos complexa de identificação de configurações de traços em comum ou diferentes entre a L1 e a L2, a tarefa de reconfiguração decorre, justamente, da identificação de contrastes entre a L1 e a L2 que obriguem à aquisição de (i) traços relevantes na L1, mas não na L2 (ou vice-versa), (ii) traços presentes nas duas línguas em configurações formais distintas e/ou (iii) traços com diferentes realizações morfossintáticas nas duas línguas. É, portanto, relativamente às propriedades não transferíveis da L1 que a tarefa de reconfiguração de traços é relevante na compreensão do processo de aquisição.

Considerando o objeto de estudo do presente trabalho, explorar-se-á, em primeiro lugar, a aquisição de ECM, uma estrutura disponível na L1 e na L2 com configurações de traços semelhantes no que diz respeito a T não-finito, ou seja, a aquisição de uma estrutura que requer apenas mapeamento das suas propriedades específicas. O processo de aquisição de ECM será comparado com a aquisição de duas estruturas não disponíveis em EsP: estrutura de Infinitivo Flexionado e PIC. Espera-se que o estudo da aquisição destas duas estruturas permita discutir o processo de reconfiguração de traços e diferentes níveis de complexidade associados a esse processo, já que o tipo de reconfiguração necessário à aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado e de PIC requer tarefas distintas. Por um lado, a aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado por falantes de EsP L1 obriga à adição de traços-ϕ a um domínio T não-finito em contexto de complementação, numa configuração não disponível na L1. Por outro lado, a aquisição de PIC obriga à aquisição de diferentes realizações morfossintáticas de um traço aspetual relevante na L1 e na L2, considerando que o EsP dispõe também de uma estrutura – a CG – que veicula o mesmo valor aspetual que a PIC. Adicionalmente, serão também analisados dados relativos a ECM com um infinitivo exibindo marcas de flexão, com o objetivo de explorar de que forma tais dados poderão contribuir para a compreensão do processo de aquisição de ECM e da estrutura de Infinitivo Flexionado.

[4] No decorrer do presente trabalho, o termo "aprendente" é usado em sentido lato, isto é, não vinculado à situação específica de aquisição de L2 em contexto de ensino formal.

Sendo este o ponto de partida, não se poderá ignorar a possibilidade de haver propriedades gerais das duas línguas alvo de estudo que poderão ser relevantes para melhor compreender o processo de aquisição das estruturas em causa. Assim, propriedades relativas à marcação casual de objetos serão tidas em conta, já que o facto de o EsP ser uma língua com *Differential Object Marking* (DOM) e o PE não o ser poderá afetar o processo de aquisição, principalmente, dos complementos infinitivos que apresentam sujeitos encaixados com Caso acusativo, ou seja, ECM e PIC.

Finalmente, serão consideradas algumas propriedades do par de línguas estudado que potenciam o diálogo entre hipóteses de SLA. Assim, discutir-se-á como a proximidade tipológica entre o PE e o EsP e o tipo de tarefas de reconfiguração necessárias à aquisição da complementação não-finita de verbos percetivos e causativos poderão potenciar a presença de efeitos de *L1 Preemption* (Iverson & Rothman, 2011, 2015; Rothman & Iverson, 2013). Esta discussão não terá como principal objetivo testar a hipótese de *L1 Preemption*, mas sim explorar as possibilidades de análise e compreensão de dados experimentais e, em geral, do processo de aquisição, que decorrem da articulação de diferentes hipóteses de SLA.

Considerando o tema e os objetivos apresentados, o presente trabalho começará por apresentar as propriedades e por discutir análises prévias propostas para a complementação não-finita de verbos percetivos e causativos (capítulos 2 e 3). O capítulo 4 será dedicado à aquisição de língua não materna, centrando-se na *Feature Reassembly Hypothesis*. Em seguida, serão discutidas as perguntas de investigação que norteiam o presente estudo (capítulo 5). No capítulo 6, será apresentada a metodologia seguida na construção das tarefas experimentais, a que se seguirá, no capítulo 7, a apresentação dos resultados obtidos através da sua aplicação. O capítulo 8 centrar-se-á na discussão destes resultados com o objetivo de responder às perguntas de investigação. Finalmente, serão apresentadas algumas conclusões finais e serão avançadas algumas linhas de investigação futura.

2. A complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos em Português Europeu e em Espanhol Peninsular

Os verbos causativos (*e.g.*, *deixar, mandar* e *fazer*) e percetivos (*e.g.*, *ver, ouvir* e *sentir*), em Português Europeu (PE), selecionam diferentes tipos de construções infinitivas como complemento: (i) a construção de predicado complexo, denominada *faire-inf* (Kayne, 1975) ou União de Orações (Raposo, 1981) (1)-(2); (ii) a construção de *Exceptional Case Marking* (ECM) (3)-(4) e (iii) a estrutura de Infinitivo Flexionado (5)-(6).

(1) a. O professor mandou ler a gramática aos alunos.
b. O professor mandou-lhes ler a gramática.

(2) a. O professor mandou correr os alunos.
b. O professor mandou-os correr.
c. O professor viu correr os alunos.
d. O professor viu-os correr.

(3) a. O professor mandou os alunos ler a gramática.
b. O professor mandou-os ler a gramática.
c. O professor viu os alunos ler a gramática.
d. O professor viu-os ler a gramática

(4) a. O professor mandou os alunos correr.
b. O professor mandou-os correr.
c. O professor viu os alunos correr.
d. O professor viu-os correr.

(5) a. O professor mandou os alunos lerem a gramática.
b. O professor mandou eles lerem a gramática.
c. O professor viu os alunos lerem a gramática.
d. O professor viu eles lerem a gramática.

(6) a. O professor mandou os alunos correrem.
b. O professor mandou eles correrem.
c. O professor viu os alunos correrem.
d. O professor viu eles correrem.

Os verbos percetivos apresentam ainda a possibilidade de ter como complemento a *Prepositional Infinitival Construction* (PIC), que pode ocorrer quer com infinitivo flexionado quer não-flexionado (7)-(8)[5].

(7) a. O professor viu os alunos a lerem a gramática.
b. O professor viu os alunos a ler a gramática.

(8) a. O professor viu os alunos a correrem.
b. O professor viu os alunos a correr.

O Espanhol Peninsular (EsP) partilha algumas estruturas de complementação dos verbos percetivos (*e.g.*, *ver*, *oír* e *sentir*) e causativos (*e.g.*, *dejar*, *mandar* e *hacer*) com o PE, sendo que as estruturas de *faire-inf* (9)-(10) e de ECM (11)-(12) se encontram disponíveis em ambas as línguas (embora, como adiante se verá, exibam propriedades distintas).

(9) Hizo estudiar la lección a las alumnas. [Hernanz, 1999: 2249, (206a)]
fez estudar a lição A as alunas
'Fez estudar a lição às alunas.'

(10) Dejaron tocar el piano a la niña. [Alarcos, 1970: 280, *apud* Hernanz, 1999: 2260, (254)]
deixaram tocar o piano A a menina
'Deixaram tocar piano à menina.'

(11) Oímos a la Callas cantar la Traviata. [Hernanz, 1999: 2242, (166a)]
ouvimos A a Callas cantar a Traviata
'Ouvimos a Callas cantar a Traviata.'

(12) María vio a Juan tocar el piano. [Hernanz, 1999: 2242, (165a)]
María viu A Juan tocar o piano
'A María viu o Juan tocar piano.'

[5] A literatura descreve um outro complemento de verbos percetivos na variedade padrão do PE e também em EsP: a construção Pseudo-relativa (i)-(ii) (Brito, 1995; Rafel, 1999; Fernandes, 2012; Casalicchio, 2013; Grillo & Costa, 2014, e.o.). Contudo, por motivos que se prendem com as propriedades e com a produtividade desta estrutura nas duas línguas, esta não será alvo de análise no presente trabalho. Este assunto será retomado no capítulo 3.
(i) Vi o João que corria.
(ii) He visto a Juan que corría. [Rafel, 1999: 55, (1a)]

Contudo, algumas das estruturas de complementação supramencionadas não são possíveis em EsP, como a estrutura de Infinitivo Flexionado. No que diz respeito aos verbos percetivos, a PIC apenas está disponível em PE, sendo a construção de Gerúndio (CG) uma contrapartida possível em EsP[6] (13).

(13) Vi a Juan conduciendo una furgoneta blanca. [Rafel, 1999: 202, (44a)]
vi A Juan conduzindo uma carrinha branca

No que diz respeito às construções causativas, importa referir que, pese embora as propriedades sintáticas e semânticas partilhadas pelos diferentes verbos causativos referidas na introdução do presente trabalho, existem algumas diferenças respeitantes às suas propriedades semânticas de que importa dar conta. Apesar de os verbos *fazer*, *mandar* e *deixar* (assim como os seus correlatos do EsP – *hacer, mandar* e *dejar*) serem considerados causativos do ponto de vista sintático, uma análise semântica mais estrita permite agrupar os três verbos em classes distintas. Para tal facto chama a atenção Freire (2013), num estudo sobre a aquisição de verbos percetivos e causativos em Português Brasileiro (PB), ao salientar que os critérios para agrupar estes três verbos numa mesma classe, a classe dos verbos causativos, serão necessariamente sintáticos, pois as suas propriedades semânticas não permitem justificar uma análise semelhante do ponto de vista semântico.

Jesus (2014), por sua vez, num estudo sobre a aquisição do modo verbal em orações completivas em PE, considera que os verbos causativos "estão associados à expressão de uma relação de causa-efeito, pelo que selecionam um complemento que corresponde a uma proposição verdadeira" (Jesus, 2014: 59). Neste sentido, a autora considera *fazer* um verbo causativo e chama a atenção para o facto de o verbo *deixar* poder ter uma leitura causativa (exemplificada em (14a)) ou uma leitura deôntica (exemplificada em (14b)).

(14) a. O bebé deixou cair o brinquedo.
b. A mãe deixou os filhos comerem gelado.

Na base de tal distinção encontra-se a questão de existir ou não uma relação de implicação entre um predicado de complementação frásica e o valor de verdade do seu complemento (Kartunen,

[6] A CG também é possível em PE, mas está sujeita a variação dialetal, sendo particularmente produtiva nos dialetos insulares e no Sul de Portugal Continental, em contextos semelhantes aos de produção de PIC na norma padrão. Centrando-se o presente estudo no PE padrão, a CG em PE não será alvo de análise. Esta questão será retomada no capítulo 3 do presente trabalho. Por agora, remete-se para os trabalhos de Lobo (2001, 2006), Pereira (2012) e Pereira (2015), que analisam esta estrutura em diferentes contextos.

1971). Assim, um verbo é classificado como implicativo se for possível deduzir que o seu complemento é verdadeiro em enunciados afirmativos e falso, em enunciados negativos. Neste sentido, o verbo *fazer* é um verbo implicativo e o verbo *deixar* pode ser implicativo em alguns contextos (como o apresentado em (14a)), enquanto noutros (como (14b)) tem um valor pragmático pressuposicional (Freire, 2013).

Já o verbo *mandar* não parece poder ser, de um modo geral, associado a um valor implicativo. Recuperando exemplos dos três verbos em causa, isto quer dizer que a proposição expressa pelo complemento do verbo *fazer* numa frase como (15) é verdadeira, isto é, é possível deduzir que a árvore efetivamente caiu. O mesmo pode ser dito acerca da proposição expressa pelo complemento do verbo *deixar* em (14a). Pelo contrário, considerando um exemplo como (14b), a frase não implica que os filhos comeram, de facto, o gelado; pode assumir-se que tal evento teve lugar, mas, a fazer-se essa dedução, a mesma será de natureza pragmática (será uma implicatura conversacional), não decorrendo do significado da frase. O mesmo se verifica nos complementos do verbo *mandar*, como exemplificado em (16).

(15) O vento fez a árvore cair.

(16) A mãe mandou o menino comer a sopa.

Este contraste torna-se evidente perante o diferente comportamento de frases como (14a) e (15), por um lado, e (14b) e (16), por outro, ao ser introduzida uma oração coordenada adversativa que nega o conteúdo proposicional do domínio infinitivo (17)-(19).

(17) a. *O bebé deixou cair o brinquedo, mas ele não caiu.

b. A mãe deixou os filhos comerem gelado, mas eles não quiseram.

(18) *O vento fez cair a árvore, mas ela não caiu.

(19) A mãe mandou o menino comer a sopa, mas ele não a comeu.

Em suma, do ponto de vista semântico, o verbo *fazer* é sempre implicativo e é considerado um verbo causativo, ao passo que o verbo *deixar* tem, em alguns contextos, uma leitura implicativa e em outros uma leitura não-implicativa, sendo classificado, quando tem uma leitura não-implicativa, como um verbo deôntico (Jesus, 2014) ou como um verbo causativo com valor pressuposicional (Freire, 2013), nos trabalhos citados. Já o verbo *mandar* não parece ter disponível uma leitura implicativa e Freire (2013) não o inclui na classe dos verbos causativos.

Ainda a este respeito, será interessante notar que as distinções semânticas que é possível estabelecer entre os verbos causativos parecem coincidir com algumas diferenças

encontradas no seu tratamento sintático verificadas na literatura sobre a complementação de verbos causativos. Assim, a literatura sobre línguas românicas como o Francês, o Italiano e o Espanhol centra-se sobretudo na descrição e análise de contextos de complementação do verbo *faire*, *fare* e *hacer*, respetivamente. Aliás, na descrição das estruturas com verbos causativos do EsP, Hernanz (1999) trata *hacer* e os verbos *dejar* e *mandar* em capítulos distintos e as análises sintáticas disponíveis centram-se sobretudo no verbo *hacer* (*e.g.*, Treviño 1994; Torrego, 2010; Tubino, 2010, 2012). Pelo contrário, a literatura sobre o PE, embora considere os contextos de complementação dos três verbos causativos, parece privilegiar o verbo *mandar* na ilustração das propriedades da complementação infinitiva (*e.g.*, Raposo, 1981; Gonçalves, 1999).

No presente trabalho, considera-se que os verbos do PE *fazer, deixar* e *mandar* e do EsP *hacer*, *dejar* e *mandar* pertencem a uma mesma classe, a classe dos verbos causativos, atendendo às suas propriedades sintáticas. Quanto às propriedades semânticas que distinguem ou aproximam estes verbos, estas serão tidas em conta apenas se a sua interação com as propriedades sintáticas exploradas no presente estudo se mostrar relevante.

Nas secções que se seguem, serão apresentadas as propriedades sintáticas das estruturas acima referidas numa perspetiva comparada entre o PE e o EsP.

2.1. Propriedades das estruturas disponíveis em Português Europeu: *faire-inf, Exceptional Case Marking* e estrutura de Infinitivo Flexionado

A literatura sobre as estruturas de *faire-inf* e de ECM (Raposo, 1981; Gonçalves, 1999, 2000; Gonçalves & Duarte, 2001; Duarte & Gonçalves, 2002) tem vindo a descrever as propriedades sintáticas relevantes para a caracterização e distinção de ambas as estruturas, entre as quais se destacam (i) a ordem de palavras; (ii) a distribuição de funções sintáticas no domínio encaixado; (iii) o comportamento dos pronomes clíticos, nomeadamente no que diz respeito à subida de clítico; (iv) a adjacência verbal e o tipo de elementos que a podem interromper; (v) a colocação de operadores de negação frásica; (vi) a possibilidade de passivização e (vii) a possibilidade de ocorrência de pronomes clíticos reflexos e anticausativos. Note-se que os verbos causativos e percetivos exibem, de um modo geral, um comportamento semelhante nas construções de *faire-inf* e de ECM, sendo referidas, sempre que necessário, as diferenças relevantes entre os dois tipos de verbos.

Considerando, por um lado, os exemplos (20) e (21) – que recuperam (1) e (2) – e, por outro, os exemplos (22) e (23) – que recuperam (3) e (4) –, observa-se que as estruturas de *faire-inf* e de ECM diferem quanto à ordem de palavras no domínio infinitivo. A estrutura de *faire-inf*

apresenta a ordem V(O)S[7], enquanto a estrutura de ECM apresenta a ordem SV(O). Isto significa que, em *faire-inf*, o verbo superior e o verbo infinitivo ocorrem em adjacência e o sujeito do domínio encaixado ocorre em posição pós-verbal, ao passo que, em ECM, encontramos a ordem básica do PE. Também o Caso do sujeito diverge nos dois tipos de complemento, já que, em *faire-inf*, o sujeito pode apresentar Caso dativo, se o verbo do domínio encaixado for transitivo (20), ou acusativo, se o verbo do domínio encaixado for intransitivo (21), enquanto, em orações de ECM, o sujeito é sempre marcado com Caso acusativo (22)-(23). Note-se ainda que as frases (21) e (23b,d) são estruturalmente ambíguas, pois o sujeito do domínio encaixado tem Caso acusativo em ambas as estruturas com verbos intransitivos.

(20) a. O professor mandou ler a gramática aos alunos.
b. O professor mandou-lhes ler a gramática.

(21) a. O professor mandou correr os alunos.
b. O professor mandou-os correr.
c. O professor viu correr os alunos.
d. O professor viu-os correr.

(22) a. O professor mandou os alunos ler a gramática.
b. O professor mandou-os ler a gramática.
c. O professor viu os alunos ler a gramática.
d. O professor viu-os ler a gramática

(23) a. O professor mandou os alunos correr.
b. O professor mandou-os correr.
c. O professor viu os alunos correr.
d. O professor viu-os correr.

Das características acima descritas decorre, em *faire-inf*, uma redistribuição de funções sintáticas no domínio encaixado, com o sujeito do verbo encaixado a comportar-se como um argumento interno do complexo verbal (objeto direto, no caso de verbos intransitivos, e objeto indireto, no caso de verbos transitivos). Já em ECM, não está em causa uma redistribuição de funções sintáticas, mas sim uma marcação de Caso com caráter de exceção, na medida em que

[7] Chamar-se-á sujeito ao constituinte que ocorre à direita do verbo no infinitivo nas estruturas de *faire-inf*, por se tratar do sujeito lógico do domínio encaixado e o uso deste termo facilitar a comparação com outros complementos infinitivos. Na secção seguinte, em que se apresentam algumas das análises propostas para esta estrutura, discutir-se-á mais aprofundadamente a natureza deste constituinte.

é o verbo superior que atribui Caso ao sujeito do domínio encaixado (e não o verbo no infinitivo), o que explica que o sujeito receba invariavelmente Caso acusativo (e não nominativo).

Neste contexto, os verbos causativos e percetivos apresentam um comportamento distinto. De acordo com Gonçalves (1999) e Duarte & Gonçalves (2002), a ocorrência de *faire-inf* com verbos percetivos está sujeita a restrições, já que a ocorrência desta estrutura com verbos transitivos no domínio encaixado parece ser marginal ou mesmo agramatical (24).

(24) */?O professor viu ler a gramática aos alunos.

Ainda assim, importa ressalvar a existência de variação dialetal no que diz respeito à aceitabilidade de frases como (24). Com efeito, Pereira (2012), reportando os resultados obtidos através da análise do *corpus* CORDIAL-SIN, dá conta da ocorrência de *faire-inf* em frases com um verbo superior percetivo e um verbo transitivo no domínio encaixado (25)[8].

(25) Eu ainda vi fazer carvão ao meu pai também. [Pereira, 2012: 364, (191)]

Centrando agora a nossa atenção no comportamento dos pronomes clíticos, *faire-inf* e ECM diferem quanto à colocação do clítico com a função sintática de objeto direto do domínio encaixado, pois, na primeira, verifica-se subida de clítico, ocorrendo este em adjacência ao verbo superior (veja-se o contraste entre (26b) e (26c)), enquanto, na segunda, o clítico tem de ocorrer em adjacência ao verbo encaixado (como mostra o contraste entre (27b) e (27c)).

(26) a. O professor não mandou ler a gramática aos alunos.
b. O professor não a mandou ler aos alunos.
c. *O professor não mandou lê-la aos alunos.[9]

(27) a. O professor não mandou os alunos ler a gramática.
b. *O professor não a mandou os alunos ler.
c. O professor não mandou os alunos lê-la.

Quanto à questão da adjacência verbal, esta verifica-se entre o verbo superior e o verbo infinitivo apenas na construção de *faire-inf*. Ainda assim, esta não é uma propriedade sem

[8] Pereira (2012) nota que foram encontradas no *corpus* analisado oito ocorrências de *faire-inf* com verbos transitivos no domínio encaixado, exatamente o mesmo número de ocorrências de ECM observadas (Pereira, 2012: 371).
[9] Ressalve-se que esta frase é agramatical na interpretação relevante, porém possível na interpretação em que há PRO / *pro* no domínio encaixado e o PP *aos alunos* é o beneficiário / alvo, sendo um objeto indireto básico.

exceções. Para tal facto, chama a atenção Kayne (1975), considerando dados do francês, como os exemplificados em (28), que mostram a possibilidade de ocorrência de advérbios e de expressões parentéticas entre o verbo superior e o verbo encaixado em *faire-inf*. Note-se que exemplos correspondentes são também gramaticais em PE (29).

(28) a. Ils la feront sans aucun doute pleurer.
Eles a fizeram sem nenhuma dúvida chorar
'Eles fizeram-na, sem dúvida nenhuma, chorar.'
b. Il faisait, paraît-il, rire tous les téléspectateurs. [Kayne, 1975: 219-220, (45a)-(45d)]
Ele fez parece rir todos os telespetadores
'Ele fez, ao que parece, rir todos os telespetadores.'

(29) Ele mandou, ao que parece, ler a gramática aos alunos.

No mesmo sentido apontam os dados apresentados por Gonçalves (1999). De acordo com a autora, um conjunto restrito de elementos pode interromper essa adjacência, a saber: (i) expressões adverbiais (30); (ii) sujeitos em estruturas de inversão sujeito-verbo em interrogativas globais (31); e (iii) sujeitos em estruturas de inversão sujeito-verbo em interrogativas *wh*- diretas (32).

(30) O professor manda sempre ler a gramática aos alunos.
(31) Mandará o professor ler a gramática aos alunos?
(32) Quando mandou o professor ler a gramática aos alunos?

Também no que respeita à negação frásica, os dois tipos de complementos infinitivos divergem. Como o contraste entre (33) e (34) exemplifica, apenas ECM permite a ocorrência de marcadores de negação frásica no domínio encaixado.

(33) a. O professor mandou ler a gramática aos alunos.
b. *O professor mandou não ler a gramática aos alunos.
c. O professor não mandou ler a gramática aos alunos.

(34) a. O professor mandou os alunos ler a gramática.
b. O professor mandou os alunos não ler a gramática.
c. O professor não mandou os alunos ler a gramática.

No entanto, os verbos percetivos parecem apresentar mais restrições à ocorrência de marcadores de negação no domínio encaixado, mesmo em estruturas de ECM, o que se pode observar em (35). Com efeito, o contraste entre (35) e (36) mostra que a aceitabilidade de negação no domínio encaixado associada a verbos percetivos parece estar dependente de aspetos semânticos e pragmáticos relacionados com a questão da perceção direta. Por outras palavras, a aceitabilidade de (36) resulta do facto de "não dizer a verdade" implicar, ainda assim, que algo foi dito e que, portanto, um evento passível de ser percecionado teve lugar.

(35) */??A mãe ouviu os meninos não sair de casa.

(36) A mãe ouviu os meninos não dizer a verdade ao pai.

Além disso, a motivação para a agramaticalidade de (35) não parece ser sintática, atendendo a que não está relacionada especificamente com a estrutura de ECM, uma vez que o mesmo tipo de contraste se verifica na estrutura de Infinitivo Flexionado (veja-se (37) e (38)). Este assunto será retomado ao longo do presente trabalho, pois tem implicações na análise dos diferentes tipos de complementos não-finitos de verbos percetivos.

(37) */??A mãe ouviu os meninos não saírem de casa.

(38) A mãe ouviu os meninos não dizerem a verdade ao pai.

Uma outra propriedade que caracteriza e distingue *faire-inf* e ECM relaciona-se com o comportamento destas estruturas face à passivização (39), à construção de particípio absoluto (40) e à construção de movimento longo de objeto (41), já que apenas *faire-inf* permite a ocorrência destas construções. Em causa está o facto de, na estrutura de *faire-inf*, contrariamente ao que acontece em ECM, o verbo causativo ou percetivo e o verbo no infinitivo formarem um predicado complexo e de não haver, portanto, uma fronteira oracional entre um domínio finito e um domínio infinitivo. No contexto de um predicado complexo, o argumento interno presente no domínio encaixado (que, nos exemplos abaixo, corresponde ao constituinte *a gramática*) é analisado como argumento do complexo verbal (*mandar ler*) e não apenas do verbo *ler*. Deste modo, este constituinte pode ser externalizado e verificar Caso nominativo.

(39) a. A gramática foi mandada ler aos alunos (pelo professor).

b. *A gramática foi mandada os alunos ler (pelo professor).

(40) a. Mandada ler a gramática aos alunos, o professor continuou a aula.

b. *Mandada os alunos ler a gramática, o professor continuou a aula.

(41) a. Mandaram-se ler as gramáticas aos alunos.
b. *Mandaram-se os alunos ler as gramáticas.

A construção de ECM, por sua vez, é a única que permite a ocorrência de pronomes clíticos reflexos e anticausativos no domínio encaixado, como se pode observar nos contrastes presentes em (42) e (43).

(42) a. A mãe mandou os meninos lavar-se.
b. *A mãe mandou lavar-se os meninos.

(43) a. O furacão fez as árvores partir-se.
b. *O furacão fez partir-se as árvores.

Considerando agora a estrutura de Infinitivo Flexionado, esta partilha propriedades com ECM. Tal como descrito por Gonçalves (1999), ambas apresentam a mesma ordem de constituintes no domínio encaixado, isto é, ambas apresentam a ordem SVO, como exemplificam (44) e (45), que retomam os exemplos (3) e (5), respetivamente.

(44) O professor mandou os alunos ler a gramática.
(45) O professor mandou os alunos lerem a gramática.

Além disso, nas estruturas de ECM e de Infinitivo Flexionado, o verbo do domínio superior e o do domínio encaixado não formam um predicado complexo. Esta propriedade está relacionada com algumas características anteriormente descritas para a estrutura de ECM e que também se verificam na estrutura de Infinitivo Flexionado, nomeadamente o comportamento desta estrutura em relação (i) à colocação dos pronomes clíticos; (ii) à construção de particípio absoluto; (iii) a construções passivas; (iv) ao movimento longo de objeto e (v) à posição do marcador de negação frásica.

Deste modo, a estrutura de Infinitivo Flexionado permite a ocorrência de pronomes clíticos no domínio encaixado, ocorrendo esses clíticos em adjacência (obrigatória) ao verbo do domínio encaixado (46).

(46) a. O professor mandou os alunos lerem-na.
b. *O professor mandou-a os alunos lerem.

Em relação ao segundo aspeto, a estrutura de Infinitivo Flexionado não é compatível com passivas nem com construções de Particípio Absoluto. Nesta estrutura, a subida do constituinte com a função sintática de objeto direto da oração encaixada para a posição de sujeito do verbo causativo ou percetivo é impossível, uma vez que todos os requisitos de boa formação dos DP estão satisfeitos internamente ao domínio encaixado (47)-(48).

(47) *A gramática foi mandada os alunos lerem.
(48) *Mandada os alunos lerem a gramática, o professor começou a escrever no quadro.

Também no que diz respeito ao movimento longo de objeto, a estrutura de Infinitivo Flexionado apresenta um comportamento semelhante ao anteriormente descrito para ECM, como ilustrado em (49). Finalmente, tanto ECM como a estrutura de Infinitivo Flexionado admitem a ocorrência de marcadores de negação frásica no domínio encaixado (50).

(49) *Mandaram-se os alunos lerem as gramáticas.
(50) O professor mandou os alunos não lerem a gramática.

Não obstante o facto de as propriedades ilustradas acima aproximarem as estruturas de ECM e de Infinitivo Flexionado, existe uma diferença crucial entre as duas que diz respeito ao Caso do constituinte com a função sintática de sujeito do domínio encaixado. Enquanto na estrutura de ECM o sujeito do domínio encaixado tem Caso acusativo (atribuído pelo verbo do domínio superior, ou seja, pelo verbo causativo ou percetivo), na estrutura de Infinitivo Flexionado, o sujeito tem Caso nominativo (atribuído pelo verbo do domínio encaixado). Os contrastes de gramaticalidade em (51) e (52), resultantes da pronominalização do sujeito do domínio encaixado, mostram esta diferença entre as duas estruturas. Este aspeto, como se verá adiante, tem importantes consequências para a análise teórica destas estruturas.

(51) a. O professor mandou-os ler a gramática.
b. $^{*/OK}$O professor mandou-os lerem a gramática.

(52) a. O professor mandou eles lerem a gramática.
b. *O professor mandou eles ler a gramática.

A respeito de frases como (51b), importa notar que estas são gramaticais, pelo menos, para alguns falantes. Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008) e Martins (2018) chamam a atenção para a possibilidade de ocorrência de um sujeito do domínio encaixado com Caso

acusativo em conjunto com uma forma verbal infinitiva com marcas de flexão[10] estar sujeita a variação. Chamar-se-á a esta estrutura ECM com infinitivo flexionado. Contudo, Martins (2018) salienta que esta estrutura não é uma inovação recente do PE. Com efeito, ocorrências deste tipo podem ser atestadas em textos literários do século XIX, como ilustrado em (53) e (54).

(53) E dentro em pouco **viu-as olharem** também para Jorge com certa estranheza. (Júlio Dinis)
[Martins, 2018: 124, (25)]

(54) Eu **via-as reunirem-se** em bandos por cima de mim. (Eça de Queiroz)
[Martins, 2018: 124, (27)]

Também em produções representativas da norma padrão é possível observar o mesmo tipo de ocorrências atualmente, como exemplificam as frases (55) e (56). Não obstante, esta estrutura de sujeito acusativo com infinitivo flexionado não se encontra ainda descrita nas gramáticas como possível em PE, tal como faz notar Martins (2018).

(55) Entre os treinos da manhã e da tarde, **deixava-as tomarem** banhos de sol junto à piscina ou verem a série televisiva da tarde nos seus próprios aposentos.
[CETEMPúblico[11], ext1364963-nd-91b-2]

(56) Dou sempre a outra face, espero pacientemente por uma melhor oportunidade e depois **vejo-os colocarem** a cabeça no cepo. [CETEMPúblico, ext181888-clt-95b-1]

Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008) salientam, ainda, o caráter excecional deste tipo de frases, na medida em que a existência de concordância entre o sujeito do domínio encaixado e o verbo no infinitivo parece ser desencadeada apenas na 3.ª pessoa do plural.

Num estudo recente sobre a aquisição de Português Língua de Herança, Barbosa, Flores & Pereira (2018) trazem para esta discussão novos dados que apontam no sentido de uma aceitação mais abrangente desta estrutura por parte de falantes monolingues. Os resultados obtidos através da aplicação de uma Tarefa de Juízos de Aceitabilidade (TJA) mostram alguma gradação nas taxas de rejeição de ECM com infinitivo flexionado. Esta gradação está associada

[10] Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008) e Martins (2018) consideram que esta forma verbal no infinitivo que apresenta marcas de flexão não é um verdadeiro infinitivo flexionado, considerando-o, antes, um "infinitivo flexionado aparente" (Martins, 2018: 122). Na secção 2.3.1. será explicada a análise proposta para esta estrutura pelos autores. Por agora, note-se que o uso, no presente trabalho, de "infinitivo flexionado" e de "ECM com infinitivo flexionado", neste contexto, é meramente descritivo.

[11] O CETEMPúblico (Rocha & Santos, 2000; Santos & Rocha, 2001) é um *corpus* de textos escritos de PE compilados de edições do jornal diário *Público* e encontra-se disponível em https://www.linguateca.pt/CETEMPublico/.

à especificação de pessoa (1.ª do plural, 2.ª do singular e 3.ª do plural). Assim, orações com um sujeito acusativo na 3.ª pessoa do plural e infinitivo flexionado obtiveram as taxas de rejeição mais baixas por parte dos falantes monolingues de PE (45,5%), o que parece estar em linha com Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008). Além disso, os dados apontam também no sentido de haver uma assimetria entre, por um lado, a rejeição de frases de ECM com infinitivo flexionado com sujeitos na 1.ª pessoa do plural (que apresentam uma taxa de rejeição de 88%) e, por outro, com sujeitos na 2.ª pessoa do singular e 3.ª pessoa do plural (que obtiveram taxas de rejeição de 62,5% e 45,5%, respetivamente).

Também relevante é o facto de as mesmas autoras mostrarem que a estrutura de Infinitivo Flexionado, possível na norma padrão do PE, é preterida em relação a ECM com infinitivo flexionado. Note-se que Barbosa, Flores & Pereira (2018) testaram contextos de ocorrência de Infinitivo Flexionado com sujeitos pronominais no nominativo, de modo a evitar qualquer ambiguidade entre esta estrutura e a de ECM com infinitivo flexionado. Os resultados revelaram uma taxa de aceitabilidade da estrutura de Infinitivo Flexionado como complemento de verbos percetivos e causativos muito baixa (4,1%), por parte dos falantes monolingues de PE.

Considerando estes dados, será relevante, do ponto de vista do estudo da aquisição das estruturas aqui em causa, confrontar o comportamento dos falantes monolingues de PE com o dos falantes nativos de EsP a adquirir PE língua não materna e equacionar a questão da aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado à luz do comportamento dos primeiros, e não apenas assumindo o que se encontra geralmente descrito como a norma padrão do PE.

Na tabela 1, sintetizam-se as principais propriedades sintáticas das estruturas de *faire-inf,* de ECM e de Infinitivo Flexionado em PE. Note-se que aqui se dá conta das características gerais das três estruturas em causa, sendo que as exceções aos padrões indicados na tabela, como o caso de ECM com infinitivo flexionado, foram descritas ao longo da presente secção.

	Propriedades sintáticas dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos em Português Europeu		
	Faire-inf	**ECM**	**Infinitivo Flexionado**
Ordem de palavras no domínio encaixado	V(O)S	SV(O)	SV(O)
Redistribuição de funções sintáticas (sujeito lógico do domínio encaixado)	Argumento internalizado do complexo verbal	Sujeito	Sujeito
Caso do sujeito (lógico) do domínio encaixado	Acusativo / dativo (dependendo da transitividade do verbo encaixado)	Acusativo	Nominativo
Subida de clítico (argumentos internos do domínio encaixado)	Sim	Não	Não
Adjacência verbal	Sim	Não	Não
Operadores de negação frásica no domínio encaixado	Não	Sim	Sim
Passivização (verbo superior)	Sim	Não	Não
Pronomes reflexos no domínio encaixado	Não	Sim	Sim

Tabela 1: Propriedades sintáticas dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos em PE.

Em síntese, as diferenças de comportamento sintático das estruturas de *faire-inf* e de ECM apontam no sentido de haver formação de um predicado complexo na estrutura de *faire--inf*, mas não na estrutura de ECM. Como será discutido em maior detalhe no ponto 2.3., propriedades como a redistribuição de funções sintáticas, a obrigatoriedade de subida de clítico, a adjacência verbal ou a possibilidade de ocorrência de movimento longo de objeto atribuíveis a *faire-inf* são fortes argumentos a favor da existência de efeitos de transparência nesta estrutura e, consequentemente, da existência de um só domínio frásico. Pelo contrário, o comportamento diverso da estrutura de ECM quanto à possibilidade da colocação de clíticos e de marcadores de negação frásica no domínio encaixado e à ocorrência de pronomes clíticos reflexos e anticausativos constitui um forte indicador de que a relação entre o verbo superior e o verbo encaixado é de natureza diferente, havendo um maior grau de independência entre os dois. A estrutura de Infinitivo Flexionado, por sua vez, apresenta um comportamento que, em alguns aspetos, a aproxima da estrutura de ECM. Contudo, o facto de o verbo no domínio encaixado apresentar flexão, bem como a marcação de Caso do sujeito deste mesmo domínio são diferenças que se revelam cruciais nas análises propostas para esta estrutura.

2.2. Propriedades das estruturas disponíveis em Espanhol Peninsular: *faire-inf* e *Exceptional Case Marking*

2.2.1.Propriedades descritas na literatura

As propriedades sintáticas dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos em EsP diferem, em alguns aspetos, das propriedades descritas para o PE. Tal como anteriormente referido, os verbos causativos e percetivos podem selecionar, em EsP, estruturas de *faire-inf*[12] (57)-(59) e estruturas de ECM (60)-(62).

(57) Hizo estudiar la lección a las alumnas. [Hernanz, 1999: 2249, (206a)]
fez estudar a lição A as alunas.
'Fez estudar a lição às alunas.'

(58) Dejaron tocar el piano a la niña. [Alarcos, 1970: 280, *apud* Hernanz, 1999: 2260, (255)]
deixaram tocar o piano A a menina
'Deixaram tocar piano à menina.'

(59) No se oía cantar a los pájaros. [RAE, 2009: 26.10b]
não se ouvia cantar A os pássaros
'Não se ouvia cantar os pássaros.'

(60) Mandaron a los estudiantes leer. [RAE[13], 2009: 26.10e]
mandaram A os estudantes ler
'Mandaram os estudantes ler.'

(61) Oímos a la Callas cantar la Traviata. [Hernanz, 1999: 2242, (166a)]
ouvimos A a Callas cantar a Traviata.
'Ouvimos a Callas cantar a Traviata.'

[12] A construção denominada por Kayne (1975) *faire-par* é também possível em EsP (Treviño, 1994; Torrego, 1998, e.o.) e em PE (Gonçalves, 1999), embora seja menos produtiva do que *faire-inf* ou ECM nas duas línguas. Além disso, Gonçalves (1999) chama a atenção para o facto de frases como (i) e (ii) não serem alvo de juízos consensuais por parte dos falantes de PE. Note-se ainda que a construção *faire-par* não é um predicado complexo com as mesmas propriedades de *faire-inf*. Por estas razões, o presente trabalho não tratará a estrutura de *faire-par*.

(i) O exército fez explodir a bomba pela Brigada de Minas e Armadilhas.
(ii) O juiz mandou prender o homicida pelos polícias.

[13] Real Academia Española.

(62) María vio a Juan tocar el piano. [Hernanz, 1999: 2242, (165a)]
María viu A Juan tocar o piano.
'A María viu o Juan tocar piano.'

Porém, a literatura sobre este tema evidencia falta de consenso quanto aos contextos e propriedades que podem ser distintivamente atribuídos a estas estruturas, sendo importante referir, além disso, que se tem centrado maioritariamente no estudo de construções causativas com o verbo *hacer*. Assim, nos trabalhos citados na presente secção, nem sempre é claro que estrutura está a ser descrita, *faire-inf* ou ECM. Na secção 2.3.2., em que se discutem algumas das principais análises avançadas para estas estruturas, procurar-se-á distinguir as estruturas de *faire-inf* e de ECM com base nas propriedades sintáticas agora descritas. Assim, na presente secção, apresentam-se algumas das características fundamentais das estruturas em causa, incluindo questões relacionadas com (i) a ordem de palavras; (ii) a distribuição de funções sintáticas no domínio encaixado e a atribuição de Caso ao sujeito do domínio encaixado; (iii) o comportamento dos pronomes clíticos, face à sua distribuição e marcação casual; (iv) a colocação de operadores de negação frásica; (v) a ocorrência de pronomes reflexos e (vi) a possibilidade de ocorrência de construções passivas.

A ordem de palavras é a propriedade menos consensual na literatura, estando sujeita a várias restrições sintáticas e semânticas. Considerando a posição do sujeito do domínio encaixado, em EsP é possível encontrar as ordens SV(O) e V(O)S[14] em complementos infinitivos aqui em causa. Todavia, os contextos em que a ordem SV(O) é possível parecem ser restritos.

Na verdade, a estrutura de predicado complexo é indicada como sendo preferida pelos falantes de EsP, mormente na oralidade (RAE, 2009). Não obstante, no caso dos verbos percetivos, as duas ordens de palavras são possíveis (63) e (64).

(63) Oigo sonar las campanas. [RAE, 1973: § 3.16.5a, *apud* Hernanz, 1999: 2236, (142b)]
ouço tocar os sinos.
'Ouço tocar os sinos.'

(64) Vi a Juan traer un libro. [Cano, 1981: 353, *apud* Hernanz, 1999: 2244, (177a)]
vi A Juan trazer um livro
'Vi o Juan trazer um livro.'

[14]Treviño (1994) refere que a ordem VSO é também possível. Contudo, esta ordem de palavras ocorre igualmente em orações simples, pelo que não deverá ser tomada como uma propriedade específica do tipo de oração aqui em causa.

Como explica Hernanz (1999), ainda que a ocorrência de sujeitos pré-verbais seja possível, a ordem de palavras privilegiada nestas estruturas parece ser aquela em que os dois verbos ocorrem em adjacência, principalmente quando o verbo no infinitivo é inacusativo (65) ou o seu sujeito é inanimado (66).

(65) a. Vi salir a Juan.
vi sair A Juan.
'Vi sair o Juan.'
b. ??Vi a Juan salir. [Hernanz, 1999: 2246]
vi A Juan sair.
'Vi o Juan sair.'

(66) a. Oigo sonar las campanas.
ouço tocar os sinos
'Ouço tocar os sinos.'
b. ??Oigo las campanas sonar. [Hernanz, 1999: 2246]
ouço os sinos tocar
'Ouço os sinos tocar.'

Quanto aos verbos causativos, Hernanz (1999) refere que estes mais dificilmente admitem sujeitos pré-verbais, sendo esta ordem possível apenas com verbos causativos do tipo de *dejar* ou com sujeitos no domínio infinitivo que tenham o traço [+humano]. Ainda assim, a autora faz a ressalva de que alguns falantes aceitam sujeitos pré-verbais com outros verbos causativos para além de *dejar*, apesar de, de um modo geral, a sua aceitação parecer ser afetada negativamente pela ausência daquilo que identifica como "efeitos de peso" tanto em complementos introduzidos por verbos causativos (67) como por verbos percetivos (68).

(67) a. *Hicieron al oso bailar.
fizeram A+o urso dançar
'Fizeram o urso dançar.'
b. Hicieron bailar al oso. [Hernanz, 1999: 2256, (i)]
fizeram dançar A+o urso
'Fizeram dançar o urso.'

(68) a. ?Vieron al oso bailar.
viram A+o urso dançar
'Viram o urso dançar.'
b. Vieron bailar al oso. [Hernanz, 1999: 2256, (ii)]
viram dançar A+o urso
'Viram dançar o urso.'

Os efeitos de peso a que Hernanz (1999) alude traduzem-se na presença de material lexical à direita do verbo do domínio encaixado, o que parece ser compatível com o facto de, em frases como (69), os falantes parecerem admitir com mais facilidade sujeitos pré-verbais.

(69) Nunca había visto a este actor interpretar Hamlet com tal variedade de matices.
[RAE, 2009: §26.10b]
nunca haver.AUX visto A este actor interpretar Hamlet com tal variedade de matizes.
'Nunca tinha visto este ator interpretar Hamlet com tal variedade de matizes.'

Por conseguinte, é possível prever que contextos em que o verbo no infinitivo é transitivo podem favorecer a ocorrência do sujeito em posição pré-verbal (70). Em frases como (70), esta preferência poderá estar também relacionada com o facto de o sujeito e o objeto direto do verbo encaixado serem introduzidos por *a* – aspeto que resulta de, em EsP, os objetos com traço [+animado] e [+específico] estarem sujeitos a *Differential Object Marking* (DOM)[15] –, já que a ocorrência em adjacência de dois constituintes com uma marcação morfológica semelhante parece ser agramatical em EsP (70b).

(70) a. Hicieron a los soldados describir al general.
fizeram A os soldados descrever A+o general
'Fizeram os soldados descrever o general.'
b. *Hicieron describir al general a los soldados. [Torrego, 1998: 86, (15a)-(15b)]
fizeram descrever A+o general A os soldados
'Fizeram descrever o general aos soldados.'

Treviño (1994), Torrego (1998, 2010) e Tubino (2010, 2012), por sua vez, admitem a possibilidade de ocorrência de causados[16] quer pós-verbais quer pré-verbais no domínio

[15] Este tópico será desenvolvido na secção 2.2.4. do presente trabalho.
[16] Usa-se aqui o termo "causado" para designar o sujeito do domínio encaixado por ser o termo usado pelas autoras citadas, que se ocupam exclusivamente de complementos infinitivos de verbos causativos.

infinitivo em construções causativas (71), ainda que esta distribuição (em particular em construções com *hacer*) esteja sujeita a um conjunto de restrições sintáticas e semânticas.

(71) a. La entrenadora hizo a la atleta repetir el ejercicio.
a treinadora fez A a atleta repetir o exercício
'A treinadora fez a atleta repetir o exercício.'
b. La entrenadora hizo repetir el ejercicio a la atleta. [Torrego, 2010: 448, (3) e (4)]
a treinadora fez repetir o exercício A a atleta
'A treinadora fez repetir o exercício à atleta.'

Neste contexto, Torrego (1998, 2010) refere mesmo que a maioria dos dialetos do EsP aceita causados pré-verbais, embora ressalve que alguns são sensíveis à transitividade do verbo encaixado. Acresce a este aspeto outro tipo de condições, desta feita semânticas: o sujeito do verbo causativo (*hacer*) tem de estabelecer com o causado uma relação de agente-tema, propriedade que também obriga a que o causado seja precedido pelo marcador de DOM *a* (72a). Faça-se notar que, se o causado ocorrer em posição pós-verbal e não tiver o traço [+animado], então a presença do marcador de DOM deixa de ter um caráter de obrigatoriedade (72b)[17].

(72) a. Juan hizo *(a) la radio funcionar.
Juan fez A a rádio funcionar
'O Juan fez a rádio funcionar.'
b. Juan hizo funcionar (a) la radio. [Torrego, 1998: 82, (9)]
Juan fez funcionar A a rádio
'O Juan fez funcionar a rádio.'

Pelo contrário, outros verbos causativos (*e.g.*, *dejar*) e os verbos percetivos não impõem o mesmo tipo de restrições semânticas (73), o que indica, uma vez mais, uma assimetria de comportamento entre *hacer* e os restantes verbos causativos e, também, os verbos percetivos.

(73) a. Deja el agua correr!
deixa a água correr
'Deixa a água correr!'
b. Oigo/veo (a) la máquina funcionar. [Torrego, 1998: 83, (11)]
ouço/vejo A a máquina funcionar
'Ouço/vejo a máquina funcionar.'

[17] Ressalve-se que esta afirmação é válida apenas para contextos em que o verbo do domínio encaixado é intransitivo.

Importa aqui reiterar que os traços semânticos do causado têm também implicações na sua marcação casual, pois constituintes [+animados] e [+específicos], independentemente da sua distribuição, têm de ser precedidos pelo marcador morfológico de DOM *a* (74).

(74) Hicieron llorar *(a) la niña. [Torrego, 1998: 80, (5)]
fizeram chorar A a menina
'Fizeram chorar a menina.'

Atendendo agora à distribuição de funções sintáticas no domínio encaixado, importa ter em conta que o facto de os DP em posição de objeto, em EsP, poderem ser precedidos por *a* acarreta um maior grau de ambiguidade face ao PE, não permitindo tomar a marcação casual, em geral, como uma característica distintiva entre estruturas de ECM e de *faire-inf*. Também no que diz respeito a constituintes pronominais, a variação existente na ocorrência de pronomes clíticos com Caso acusativo e dativo em dialetos *loístas* e *leístas* contribui para a dificuldade de análise das estruturas aqui em causa. Voltaremos a esta questão na secção 2.2.4.[18].

Quanto aos pronomes clíticos, a subida de clítico apenas é obrigatória para os pronomes clíticos associados ao sujeito do domínio encaixado (Treviño, 1994; Hernanz, 1999). No que toca aos pronomes clíticos que correspondem a argumentos internos do domínio encaixado, e tal como descrito para o PE, o pronome clítico com a função de objeto direto do domínio encaixado tem de ocorrer obrigatoriamente em adjacência ao verbo no infinitivo quando não se verifica a formação de predicado complexo (veja-se o contraste entre (75b) e (75c)).

(75) a. Veíamos a los barcos abandonar el puerto.
víamos A os barcos abandonar o porto
'Víamos os barcos abandonar o porto.'
b. Veíamos a los barcos abandonarlo.
víamos A os barcos abandonar.INF-lo.CL
'Víamos os barcos abandoná-lo.'
c. *Lo veíamos a los barcos abandonar. [RAE, 2009: §26.10d]
o.CL víamos A os barcos abandonar

[18] Para uma descrição das diferenças dialetais associadas a *leísmo* e a *loísmo*, veja-se Fernández-Ordóñez (1999) e, para uma discussão deste tópico, veja-se a secção 2.2.4. do presente trabalho. A respeito da definição de *leísmo* e *loísmo*, a gramática normativa define tradicionalmente *leísmo* como o uso do clítico dativo *le* em contextos de objeto direto. Em contrapartida, *loísmo* é entendido como o uso do clítico acusativo *lo* em contextos em que o constituinte cliticizado tem a função sintática de objeto indireto. Contudo, Fernández-Ordóñez (1993) adverte para o facto de ser comum na literatura sobre este tópico tomar *leísmo* como o uso de *le* em contextos de objeto direto e *loísmo* como o uso de *lo* nos mesmos contextos. Parece ser esta última a definição adotada, de um modo geral, pelos autores citados na presente secção, sendo, por isso, aquela a que este texto alude.

Em contextos de formação de predicado complexo, por sua vez, o EsP difere de outras línguas, incluindo o PE, já que o pronome clítico que denota o objeto direto encaixado pode ocorrer em adjacência ao verbo no infinitivo (76a) ou ao verbo superior (76b). Ressalve-se que, apesar de Hernanz (1999) tomar os exemplos em (76) como instâncias de *faire-inf*, tal não é claro, pois o sujeito do domínio encaixado é nulo e de interpretação arbitrária, o que torna a frase ambígua.

(76) a. (La casa) el ayuntamiento hizo restaurarla.
a casa a câmara municipal fez restaurar.INF-la.CL
'(A casa,) a câmara municipal fez restaurá-la.'
b. El ayuntamiento la hizo restaurar. [Hernanz, 1999: 2249]
a câmara municipal a.CL fez restaurar
'A câmara municipal fê-la restaurar.'

Mesmo em contextos em que o sujeito e o objeto direto são pronominalizados, este último poderá ocorrer em adjacência ao verbo no infinitivo (77b) ou, tal como o sujeito, em adjacência ao verbo superior (77c). Contudo, os juízos dos falantes parecem oscilar, nomeadamente em relação a frases como (77b). Segundo Demonte (1977, *apud* Hernanz, 1999), com o verbo *hacer*, é mais frequente que ambos os clíticos ocorram antepostos ao verbo superior.[19]

(77) a. Hizo abrir las ventanas al conserje.
fez abrir as janelas A+o concierge
'Fez abrir as janelas ao concierge.'
b. Le hizo abrirlas.
lhe fiz abrir.INF-las.CL
c. Se las hizo abrir. [Hernanz,1999: 2249, (204)]
se.CL as.CL fiz abrir

Ainda no que à variação entre falantes diz respeito, uma característica relevante que afeta os pronomes clíticos nas estruturas aqui em causa, particularmente no que diz respeito à pronominalização do causado, opõe os dialetos que pronominalizam constituintes em posição de objeto em acusativo (dialetos *loístas*) (78) aos que os pronominalizam em dativo (dialetos *leístas*) (79). Note-se que o EsP admite redobro clítico, mas apenas nos dialetos *leístas* (79)[20].

[19] A associação entre predicado complexo e ausência de subida de clítico (Hernanz, 1999; RAE, 2009) é problemática do ponto de vista teórico. Esta questão será retomada na secção 2.3. do presente trabalho.
[20] Importa salientar que o redobro clítico é uma propriedade geral dos dialetos *leístas* em EsP, pelo que o contraste entre dialetos *leístas* e *loístas* presente em (80) encontra paralelo também em frases simples.
(i) Le ví a Juan.
(ii) *Lo ví a Juan.

(78) a. El sargento hizo a su subordinado arreglar el camión.
o sargento fez A seu subordinado arranjar o camião.
'O sargento fez o seu subordinado arranjar o camião.'
b. El sargento lo hizo arreglar el camión. [Torrego, 2010: 447]
o sargento o.CL fez arranjar o camião
'O sargento fê-lo arranjar o camião.'

(79) a. Les/*los he hecho repartir folletos a mis amigos.
lhes/os.CL haver.AUX feito distribuir folhetos A meus amigos
b. Les/*los he hecho a mis amigos repartir folletos. [Tubino, 2012: 2, (6)]
lhes/os.CL haver.AUX feito A meus amigos distribuir folhetos

Já os dados empíricos sobre a colocação de operadores de negação frásica indicam que, em EsP, tal como reportado para o PE, a impossibilidade de colocação de operadores de negação frásica no domínio encaixado é uma pista relevante para determinar a formação de um predicado complexo (80)-(81) (Hernanz, 1999; RAE, 2009).

(80) *Las vi no caminar. [Hernanz, 1999: 2247, (195a)]
as.CL vi não caminhar
'Vi-as não caminhar.'

(81) *Él lo hizo no venir. [Bordelois, 1988: 60, (13)]
ele o.CL fez não vir.
'Ele fê-lo não vir.'

Por outro lado, Torrego (2010) apresenta dados que indicam que, em estruturas com causados pré-verbais, a colocação de marcadores de negação frásica no domínio encaixado é possível (82).

(82) El jefe hizo a sus clientes no divulgar la noticia. [Torrego, 2010: 451, (9)]
o chefe fez A seus clientes não divulgar a notícia
'O chefe fez os seus clientes não divulgar a notícia.'

Já um aspeto em que o PE e o EsP diferem diz respeito à ocorrência de pronomes reflexos. O EsP, ao contrário do PE, admite a ocorrência de pronomes reflexos no domínio encaixado tanto com estruturas com causados pré-verbais como com causados pós-verbais, de acordo com dados apresentados por Treviño (1994).

(83) a. Hizo a Marta enviarse esa nota (a sí misma).
fez A Marta enviar-se.CL essa nota (a si mesma)
'Fez a Marta enviar-se essa nota a si mesma.'
b. Hizo enviarse esa nota a Marta.
fez enviar-se.CL essa nota A Marta
c. *Se hizo enviar a Marta esa nota. [Treviño, 1994: 56, (61)]
se.CL fez enviar A Marta essa nota

Finalmente, o comportamento das construções percetivas e causativas assemelha-se no sentido em que passivas de *se* (84b) parecem ser mais facilmente aceites do que passivas perifrásticas (85). Segundo Hernanz (1999), com verbos causativos, nomeadamente com *hacer*, as passivas perifrásticas são marginais se o causado for [-animado] (85) e possíveis, embora pouco frequentes, se o causado for [+humano] (86).

(84) a. Vimos arder los bosques.
vimos arder os bosques
'Vimos arder os bosques.'
b. Se ven arder los bosques. [Alarcos, 1972: 281, *apud* Hernanz, 1999: 2245, (186)]
se.CL veem arder os bosques.
'Veem-se arder os bosques.'

(85) ??Los bosques fueron hechos arder. [Hernanz, 1999: 2255]
os bosques foram feitos arder.

(86) El testigo fue hecho comparecer ante el tribunal.
[Cano, 1981: 242, *apud* Hernanz, 1999: 2255, (230a)]
a testemunha foi feita comparecer perante o tribunal

A tabela 2 resume as principais propriedades sintáticas das estruturas de *faire-inf* e de ECM em EsP. Ressalve-se, uma vez mais, que se dá aqui conta das características gerais das estruturas em causa, tendo as exceções aos padrões indicados na tabela sido discutidas ao longo da presente secção. Adicionalmente, encontram-se assinaladas com um ponto de interrogação algumas áreas menos consensuais na literatura. Esta tabela será revisitada mais tarde, procurando-se colmatar esta dificuldade com base em dados experimentais sobre algumas propriedades do EsP, que serão apresentados na secção seguinte.

	Propriedades sintáticas dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos em Espanhol Peninsular	
	Sujeito do domínio encaixado pós-verbal (*Faire-inf*?)	**Sujeito do domínio encaixado pré-verbal (ECM?)**
Ordem de palavras no domínio encaixado	V(O)S / SV(O)?	SV(O)
Caso do sujeito do domínio encaixado	Acusativo com DOM / dativo (dependendo da transitividade do verbo encaixado)	Acusativo com DOM
Subida de Clítico (argumentos internos do domínio encaixado)	Sim (mas não obrigatória)?	Não
Adjacência verbal	Sim / Não?	Não
Operadores de negação frásica no domínio encaixado	Não / Sim?	Sim?
Passivização (verbo superior)	Sim	Não?
Pronomes reflexos no domínio encaixado	Sim	Sim

Tabela 2: Propriedades sintáticas dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos em EsP.

Em suma, os complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos em EsP apresentam um elevado grau de variação quanto à gramaticalidade de frases associadas a determinadas propriedades. Muitos dos contextos de variação anteriormente descritos estão relacionados com a marcação de Caso ou com restrições de ordem semântica que afetam o constituinte com a função de sujeito do domínio encaixado. Enquanto propriedades sintáticas relacionadas com a colocação de marcadores de negação frásica ou com os padrões de colocação de pronomes clíticos podem contribuir para a determinação de haver ou não formação de um predicado complexo, outras propriedades, como a ordem de palavras no domínio encaixado ou as propriedades casuais do sujeito do domínio encaixado, não contribuem de forma inequívoca para delinear uma fronteira clara entre construções de *faire-inf* e de ECM.

2.2.2. Um estudo experimental: complementos não-finitos de verbos percetivos e causativos em EsP

A caracterização do EsP na secção anterior revelou não haver consenso quanto a algumas propriedades-chave dos complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos. Perante a dificuldade em descrever com clareza as propriedades relevantes do EsP e, consequentemente, em determinar os aspetos em que o PE e o EsP se aproximam e divergem, julgou-se necessário testar um conjunto de propriedades junto de falantes nativos de EsP, através do desenho de Tarefas de Juízos de Aceitabilidade (TJA) (veja-se o anexo 1).

Uma das propriedades testadas foi a distribuição do sujeito do domínio encaixado. Alguma da literatura sobre o EsP refere que, nesta língua, o sujeito ocorre preferencialmente em posição pós-verbal, com a ressalva de que com verbos percetivos e com o verbo *dejar* a ordem pré-verbal é também aceite pelos falantes (Hernanz, 1999). Já em trabalhos sobre o verbo *hacer*, Torrego (1998, 2010) e Tubino (2010, 2012) defendem que o causado pode ocorrer tanto em posição pré-verbal como em posição pós-verbal, com a ressalva, segundo Torrego (2010), de que esta ordem de palavras é sensível às propriedades semânticas do sujeito e de que alguns dialetos (não especificados pela autora) são sensíveis à transitividade do verbo encaixado. Também Hernanz (1999) alude ao facto de a ausência de material lexical à direita do verbo do domínio encaixado (como acontece com verbos intransitivos) tornar construções com sujeitos pré-verbais mais difíceis de aceitar pelos falantes nativos.

Por outro lado, e tal como referido anteriormente, não é claro nos trabalhos acima mencionados se os complementos com sujeitos em posição pré- e pós-verbal correspondem a uma mesma estrutura ou a estruturas sintáticas distintas. Neste último caso, levanta-se a hipótese (a ser discutida na secção 2.3.) de os complementos com sujeitos pré-verbais corresponderem a estruturas de ECM e de os complementos com sujeitos pós-verbais corresponderem a estruturas de *faire-inf*.

Assim, um dos aspetos que se pretende testar é a distribuição do sujeito do domínio encaixado na sua interação com dois aspetos: a transitividade do verbo encaixado e a possibilidade de ocorrência de operadores de negação no domínio encaixado. Em relação ao primeiro aspeto, a transitividade do verbo encaixado é apontada como um dos fatores que pode favorecer a aceitabilidade de causados pré-verbais; quanto ao segundo aspeto, a possibilidade de ocorrência de um operador de negação no domínio encaixado é uma propriedade atribuída a ECM e que permite distinguir esta estrutura de *faire-inf*. Por conseguinte, a interação entre esta propriedade e a posição do sujeito pode contribuir para esclarecer se as estruturas com sujeitos pré- e pós-verbais correspondem a estruturas distintas.

Uma outra propriedade das estruturas alvo de estudo em torno da qual não existe consenso é a possibilidade de subida de clítico. Enquanto parece ser claro, na literatura, que as estruturas com sujeitos pré-verbais bloqueiam a subida de clítico, pelo contrário, em contextos com sujeitos pós-verbais, a subida de clítico, segundo alguns autores (*e.g.*, Treviño, 1994), não é obrigatória, aspeto em que o EsP poderá diferir do PE. Portanto, foram também testados contextos de subida de clítico com sujeitos pré- e pós-verbais.

Adicionalmente, foi tido em conta que o EsP exibe uma propriedade geral em que difere do PE: uma marcação morfológica específica de DP em posição de objeto. Esta marcação, como se observou anteriormente, é designada na literatura como DOM e pode afetar também os

sujeitos encaixados dos complementos infinitivos aqui estudados. Estando os contextos de DOM sujeitos a várias exceções (Rodríguez-Mondoñedo, 2008; López, 2012; Fábregas, 2013, e.o.), que serão exploradas em maior detalhe na secção 2.2.4., julgou-se pertinente testar a relevância do traço de animacidade (na sua relação com o de definitude e de especificidade), procurando-se aferir até que ponto existe ou não uniformidade nos juízos dos falantes quanto à relação entre este traço semântico e DOM no contexto da complementação de verbos causativos e percetivos.

Por último, considerou-se também necessário testar a aceitabilidade das construções de Gerúndio (CG) e de Pseudo-relativas (PR), com o objetivo de verificar se existem diferenças entre a aceitabilidade destas duas estruturas por parte dos falantes nativos. Esta questão será explorada no capítulo 3 do presente trabalho.

Em suma, as perguntas de investigação que motivam o desenho de TJA são as seguintes:

1. Os falantes de EsP aceitam complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos com sujeitos pré- e pós-verbais?
2. Os complementos com sujeitos pré- e pós-verbais têm propriedades distintas?
3. Em que contextos os falantes de EsP admitem subida de clítico?
4. Existem contextos claros de DOM relacionados com o traço semântico [+animado]?
5. Existem diferenças na aceitabilidade da CG e da PR?

Aspetos metodológicos gerais

O objetivo principal deste desenho experimental era o de testar propriedades de dois tipos de complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos em EsP: ECM e *faire-inf*. Como se tem vindo a discutir até aqui, incluem-se na classe dos percetivos os verbos *ver*, *oír* e *sentir* e, na classe dos causativos, os verbos *hacer*, *dejar* e *mandar*. No presente estudo, optou-se por construir as TJA com dois verbos percetivos (*ver* e *oír*) e dois verbos causativos (*hacer* e *dejar*). A opção por excluir o verbo *sentir* justifica-se por este ser um verbo menos frequente e por a criação de situações discursivas naturais ser bastante difícil, havendo aqui, portanto, uma preocupação relativamente à possibilidade de o julgamento de frases com o verbo *sentir* ser fortemente influenciado por questões discursivas e pragmáticas. Quanto ao verbo *mandar*, a sua exclusão deveu-se ao facto de este verbo nem sempre ser tratado a par dos outros verbos causativos na literatura sobre o EsP, tanto em gramáticas (*e.g.*, Hernanz, 1999) como em outros estudos (*e.g.*, Torrego, 1998), em que *mandar* é analisado como um verbo de controlo.

Por outro lado, dado que a literatura levanta a questão de haver diferenças entre o verbo *dejar* e os restantes verbos causativos, optou-se por incluir dois verbos causativos desta

classe – *dejar* e *hacer* – com intuito de tentar detetar eventuais diferenças nos juízos dos falantes nativos relativamente a algumas propriedades da sua complementação infinitiva, nomeadamente a distribuição do sujeito do domínio encaixado. Por uma questão de uniformidade, foram igualmente incluídos dois verbos percetivos em todas as TJA – *ver* e *oír*.

Dado o conjunto de aspetos a testar, não seria possível agrupá-los numa única tarefa. Assim, procurou-se seguir a advertência de Gass & Mackey (2007) de que uma TJA não deverá exceder as 50-60 frases (incluindo itens de teste e distratores) de forma a não comprometer os resultados por efeitos de cansaço nos participantes.

Considerando, portanto, o número de aspetos a testar, foram desenhadas cinco tarefas. Estas tarefas foram apresentadas em quatro[21] questionários realizados por quatro grupos de informantes com o mesmo perfil sociolinguístico. Importa ainda referir que foram criadas quatro listas de apresentação para cada TJA em que os itens foram ordenados aleatoriamente[22]. Na tabela 3, é feita a correspondência entre as propriedades alvo de teste e as TJA construídas e apresentadas aos falantes de EsP. Estas tarefas serão descritas em detalhe mais à frente.

Propriedade testada	Objetivo	TJA
Sujeito encaixado pré-verbal	Testar a aceitabilidade de complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais em contextos com verbos encaixados transitivos e intransitivos e com presença e ausência de marcadores de negação no domínio encaixado.	TJA 1
Sujeito (lógico) encaixado pós-verbal	Testar a aceitabilidade de complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais em contextos com verbos encaixados transitivos e intransitivos e com presença e ausência de marcadores de negação no domínio encaixado.	TJA 2
Subida de clítico	Testar a aceitabilidade de subida de clítico e de pronomes clíticos no domínio encaixado em contextos de sujeito pré- e pós-verbal.	TJA 3
DOM	Testar a aceitabilidade de constituintes [+definidos] e [+específicos] com e sem DOM em contextos com e sem o traço [+animado].	TJA 4
Construção de Gerúndio e Construção Pseudo-relativa	Testar a aceitabilidade de cada um destes complementos não-finitos.	TJA 5

Tabela 3: Síntese das propriedades testadas em cada TJA aplicada a falantes nativos do EsP.

[21] As tarefas relativas a DOM e à CG e PR foram apresentadas num só questionário. Isto foi possível porque, como se verá, a tarefa que pretende testar a aceitabilidade da CG e da PR tem menos itens do que as restantes.

[22] A aleatorização dos itens de teste foi realizada com recurso à ferramenta Randomizer , disponível em https://www.randomizer.org.

Um passo fundamental na construção de uma TJA é a inclusão de distratores, isto é, de frases que têm como função tornar menos evidente para os participantes qual o objeto de estudo e, assim, evitar um possível enviesamento dos dados. Na construção de distratores, deve-se ter em conta que estes não podem incluir estruturas semelhantes às que são alvo de teste, sendo, ainda assim, conveniente que as diferenças entre frases de teste e distratores não sejam tão grandes que inviabilizem o cumprimento da sua função (Ionin, 2012). No que diz respeito ao número de distratores, este varia de estudo para estudo, podendo corresponder a um quarto ou a um terço do número de itens de teste (*e.g.*, Gass, 1994, *apud* Gass & Mackey, 2005), a metade dos itens de teste (*e.g.*, Iverson, 2009; Rothman & Cabrelli Amaro, 2010), a um número igual de itens de teste e de distratores (*e.g.*, Schütze, 1996; Keller, 1998), ou ao dobro dos itens de teste (Sprouse, 2007; Kraš, 2009). No presente trabalho, optou-se por esta última possibilidade, apresentando cada tarefa um rácio de 2:1 de distratores face a itens de teste.

Quanto à natureza dos distratores, selecionaram-se estruturas com algum tipo de complexidade, dado que as estruturas alvo de teste são também complexas. Tal como Ionin (2012) defende, se as diferenças entre os itens de teste e os distratores foram demasiado evidentes, podem comprometer o cumprimento da função dos distratores. Assim, foram construídos dois conjuntos de distratores correspondendo a orações subordinadas relativas e construções passivas. Uma vez que o rácio de distratores para itens de teste é de 2:1, cada tarefa apresentada aos informantes era composta por um terço de itens de teste, um terço de orações relativas e um terço de construções passivas.

No que diz respeito às orações subordinadas relativas, foram incluídas orações relativas restritivas canónicas (construção gramatical) e com estratégia cortadora (contrapartida agramatical), de objeto indireto e complemento / modificador oblíquo, em igual número. No total, cada tarefa contava com 16 itens distratores correspondentes a orações relativas restritivas. As condições desenhadas para este conjunto de distratores encontram-se na tabela 4, ilustradas com exemplos. Incluíram-se neste caso dois itens por condição.

Distratores: Orações Relativas		
	Relativa canónica	Relativa com estratégia cortadora
Relativa de Objeto Indireto	N = 2 √ OKEl escritor al que le dieron el premio vendrá a nuestra tertulia.	N = 2 * *El niño que María dio el regalo estaba feliz.
Relativa de complemento / modificador oblíquo: *en*	N = 2 √ OKHay mucha luz en la casa en la que Manuel vive.	N = 2 * *La plaza que se encuentra una fuente es muy conocida.
Relativa de complemento / modificador oblíquo: *de*	N = 2 √ OK El libro del que Ana me habló ganó un premio.	N = 2 * *La banda que Pedro forma parte es muy conocida en España.
Relativa de complemento / modificador oblíquo: *con*	N = 2 √ OK El bolígrafo con el que María escribió se lo prestó Carmen.	N = 2 * *La tristeza que Pedro recibió las noticias emocionó a su madre.

Tabela 4: Condições das TJA aplicadas a falantes nativos do EsP: distratores – orações subordinadas relativas restritivas.

Já no caso das construções passivas, foram incluídas, em número igual, passivas de objeto direto (gramaticais) e de objeto indireto (contrapartida agramatical), num total de 16 itens (8 itens por condição), conforme apresentado na tabela 5.

Distratores: Construções Passivas		
	Objeto Direto	Objeto Indireto
Construção Passiva	N = 8 √ OKEl fuego fue controlado por los bomberos.	N = 8 * *Juan fue entregado la carta por Manuel.

Tabela 5: Condições das TJA aplicadas a falantes nativos do EsP: distratores – construções passivas.

Adotou-se o mesmo procedimento para todas as TJA relativamente à sua forma de apresentação: todas as tarefas foram apresentadas em papel. No capítulo 6 do presente trabalho serão discutidas as vantagens e desvantagens das diferentes formas de apresentação e de suporte usado para a aplicação de diferentes tarefas experimentais.

A tarefa dos informantes consistia em avaliar um conjunto de frases com recurso a uma escala de Likert. Existem diferentes escalas disponíveis, cuja adequação dependerá dos objetivos do estudo (veja-se Schütze, 1996; Cowart, 1997; Gass & Mackey, 2005; Sorace, 2010; Ionin, 2012, para uma visão geral sobre diferentes escalas de avaliação aplicadas em TJA). No presente estudo, recorreu-se a uma avaliação através de uma escala de Likert, pois considerou-se que

esta metodologia apresentava vantagens quer face a uma escala binária (por exemplo, “Sim / Não”) quer face a uma escala de magnitude. Assim, julgou-se que, através da escala de Likert, seria possível obter juízos mais finos e, deste modo, ter acesso a alguns aspetos mais subtis que poderão afetar a aceitabilidade das frases de teste, o que não seria possível se se recorresse a uma escala de avaliação binária. Tendo em conta as estruturas alvo de teste e o facto de estas parecerem ser alvo de variação na sua aceitabilidade até mesmo por parte de falantes nativos, este aspeto assume especial importância. Por outro lado, a opção por uma escala de magnitude, embora também permitisse obter juízos mais finos, colocava alguns desafios, na medida em que não existe uma escala fixa, pedindo-se aos participantes na tarefa que classifiquem cada frase em relação às frases anteriores, o que faz com que o seu uso acarrete um maior grau de complexidade e, consequentemente, que nem sempre seja usada com sucesso. Além disso, em muitos casos os falantes, apesar de terem disponível uma escala ilimitada, acabam por usar um número restrito de valores para classificar a aceitabilidade das frases que lhes são apresentadas. Nestas circunstâncias, é possível que este método de avaliação das frases acabe por se aproximar a uma escala de Likert (Schutze & Sprouse, 2014).

No presente trabalho, a escala adotada apresentava quatro valores – 0 (impossível), 1 (provavelmente impossível), 2 (provavelmente possível) e 3 (perfeitamente possível). Alguns estudos apresentam uma escala dividida entre números negativos e positivos, com 5 ou 7 valores (*e.g.*, Montrul, 2001). No entanto, com a decisão de ter uma escala com quatro valores é possível acautelar o uso de um ponto intermédio como forma de evitar uma decisão quanto à classificação de uma frase como aceitável ou inaceitável (Juffs, 2001; Trembley, 2005). Frequentemente é incluída também a opção “Não sei”, que pode ou não integrar a escala, mas, sendo este teste aplicado a falantes nativos, não se julgou necessário incluir esta opção.

Cada frase, quer fosse um item de teste quer fosse um distrator, era sempre antecedida por um breve contexto. A inclusão de frases indicadoras do contexto situacional prende-se com a necessidade de que frases de teste como as exemplificadas em (87), que envolvem a realização de constituintes como pronomes clíticos, sejam acompanhadas de um contexto que dê aos participantes informação sobre o antecedente desses mesmos pronomes.

(87) Contexto: Las tuberías se rompieron.
‘Os canos romperam-se,’
Item de teste: Juan vio al fontanero arreglarlas.
‘O Juan viu o canalizador consertá-los.’

Por uma questão de uniformidade (para que determinados itens não se destacassem perante outros), foi incluída uma frase de contexto situacional para todos os itens, não esquecendo, naturalmente, que as instruções à realização do teste deviam deixar claro sobre que frases deviam incidir os juízos de aceitabilidade. Além disso, a ausência de contexto poderia influenciar os juízos dos falantes, ao contribuir para o aumento da variação interfalante (Schütze, 1996).

Quanto às instruções, estas foram dadas em Espanhol e explicavam a tarefa com a indicação da frase sobre a qual deveria incidir a avaliação dos participantes, descrevendo a escala a usar nessa mesma avaliação. Um dos desafios de uma TJA desenhada para testar propriedades sintáticas é garantir que os participantes avaliam cada frase considerando a estrutura e não outros fatores, como a possibilidade de interpretação da frase ou até questões de ortografia e pontuação. Para esta dificuldade chamam a atenção Gass & Mackey (2007), referindo o estudo reportado em Bley-Vroman, Felix & Ioup (1988) como um exemplo de apresentação detalhada de instruções, com vista a evitar este problema. Estes autores incluem, nas instruções dadas aos participantes no seu estudo, a indicação de que estes devem concentrar-se na estrutura das frases e ignorar quaisquer problemas ortográficos ou de pontuação, indicação que foi incluída nas instruções do presente estudo.

Foi também pedido aos participantes que preenchessem uma ficha com alguns dados relativos ao seu perfil sociolinguístico. Todas as frases incluídas nas diferentes tarefas, bem como as instruções e a ficha de perfil sociolinguístico a preencher pelos participantes, foram revistas por uma falante nativa da variedade padrão do EsP, oriunda da mesma área geográfica onde os testes foram aplicados.[23] Passa-se a descrever, em seguida, o desenho de cada tarefa.

Distribuição do sujeito do domínio encaixado

Foram desenhadas duas tarefas com o intuito de testar a interação da posição do sujeito do domínio encaixado – pré- ou pós-verbal – com outros aspetos apontados na literatura como relevantes para a aceitabilidade ora de uma distribuição ora de outra. Assim, em cada uma das tarefas, e tal como referido anteriormente, pretendeu-se observar em que medida as variáveis transitividade do verbo encaixado e presença de operadores de negação no domínio infinitivo poderiam influenciar a aceitabilidade das estruturas em causa.

Deste modo, cada tarefa é constituída por quatro condições, tendo cada condição quatro itens – dois itens com verbo superior percetivo (*ver* e *oír*) e dois itens com verbo superior causativo (*dejar* e *hacer*) –, num total de 16 itens. As tabelas 6 e 7 sintetizam as condições, o

[23] À María Sampedro agradeço a revisão cuidada de todas as frases, textos de instruções em Espanhol, bem como as sugestões dadas. Agradeço ainda a inestimável ajuda na aplicação dos testes na Universidade de Salamanca.

número de itens por condição e o juízo de gramaticalidade esperado, de acordo com o postulado na literatura sobre o EsP. Note-se que, na construção de itens com verbos intransitivos, se consideram apenas verdadeiros intransitivos, ou seja, não foram incluídos verbos inacusativos, pois estes favorecem a ordem VS e, por conseguinte, poderiam enviesar os dados no sentido da rejeição de complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais.

Sujeitos pré-verbais		
	Com operador de negação no domínio encaixado	Sem operador de negação no domínio encaixado
Verbo encaixado transitivo	N = 4 √/* OK/*El pueblo oyó al político no decir la verdad.	N = 4 √/* OK/*Diego dejó a su sobrina tocar el piano.
Verbo encaixado intransitivo	N = 4 √/* OK/*Mercedes vio al niño no sangrar.	N = 4 √/* OK/*La entrenadora hizo a la atleta correr.

Tabela 6: Condições da TJA que testa complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais.

Sujeitos pós-verbais		
	Com operador de negação no domínio encaixado	Sem operador de negação no domínio encaixado
Verbo encaixado transitivo	N = 4 * *El maestro oyó no tocar la melodía correcta al flautista.	N = 4 √ OKLa alumna vio corregir los exámenes al profesor.
Verbo encaixado intransitivo	N = 4 * *El padre hizo no correr a la niña.	N = 4 √ OKEl entrenador dejó descansar al jugador.

Tabela 7: Condições da TJA que testa complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais.

Na tarefa com sujeitos pré-verbais, coloca-se a hipótese, seguindo a literatura discutida em secções anteriores, de poder haver maior aceitabilidade destas frases em contextos em que o verbo encaixado é transitivo. Tal hipótese, contudo, não é incompatível com a possibilidade de haver falta de consenso quanto a este aspeto, motivo pelo qual também os itens com verbos transitivos são assinalados com "OK/*", na tabela 6. Os verbos causativos podem ser particularmente sensíveis a esta variável, já que, de um modo geral, os complementos infinitivos de verbos percetivos parecem constituir contextos em que sujeitos pré-verbais são aceites pelos falantes de EsP.

Por outro lado, espera-se que os falantes admitam a ocorrência de operadores de negação no domínio encaixado, com a ressalva de que a sua aceitabilidade pode ser menor com

verbos percetivos, por questões pragmáticas. Para tentar mitigar este problema, procurou-se criar contextos naturais para a presença de negação do evento alvo de perceção.

Dada a falta de consenso quanto à gramaticalidade da maior parte das propriedades a serem testadas nesta tarefa e as possíveis assimetrias de comportamento entre verbos percetivos e causativos, os itens desta tarefa encontram-se antecedidos por "OK/*", na tabela 6, como forma de representar a incerteza quanto ao seu estatuto na gramática do EsP.

Na tarefa com sujeitos pós-verbais, pelo contrário, espera-se que a transitividade do verbo encaixado não seja determinante na aceitação dos itens de teste e que a negação no domínio encaixado não seja admitida pelos falantes de EsP.

Subida de Clítico

Esta tarefa tinha como objetivo testar a aceitabilidade de subida de clítico em dois contextos: complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais e complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais. A tabela 8 sintetiza as condições desta tarefa, o número de itens por condição e os juízos de gramaticalidade esperados, de acordo com a literatura sobre o EsP.

Subida de clítico		
	Com subida de clítico	Sem subida de clítico
Sujeito pré-verbal	N = 4 * *El director la oyó al actor ensayar.	N = 4 √ OKEl jefe hizo a la empresa contratarlo.
Sujeito pós-verbal	N = 4 √ OKAna lo vio cortar al jardinero.	N = 4 √/* OK/*El proprietario dejó cazarlos al vecino.

Tabela 8: Condições da TJA que testa a subida de clítico em complementos infinitivos.

Mais uma vez, a cada condição correspondem quatro itens: dois com verbos percetivos – *ver* e *oír* – e dois com verbos causativos – *hacer* e *dejar*, num total de 16 itens. Coloca-se a hipótese de que, com sujeitos pré-verbais, os falantes de EsP aceitem pronomes clíticos no domínio encaixado e rejeitem contextos de subida de clítico. Nas condições com sujeitos pós--verbais, porém, a situação é menos clara. Se, por um lado, a literatura converge no facto de a subida de clítico ser admitida, por outro lado, não é claro se a presença de um clítico no domínio encaixado é possível ou não, pelo menos para alguns falantes (Treviño, 1994).

Differential Object Marking

Os constituintes em posição de objeto em EsP estão sujeitos a DOM. Quer isto dizer, sucintamente, que tais constituintes, tendo Caso acusativo, estão sujeitos a uma marcação morfológica adicional, sendo precedidos pelo marcador *a*.

Apesar de esta propriedade do EsP não ser específica das estruturas alvo de estudo, também lhes diz respeito, ao afetar o constituinte identificado como o sujeito lógico do domínio encaixado. Além disso, é uma propriedade em que o EsP difere do PE, importando, por isso, determinar em que consiste esta diferença para melhor compreender o impacto que ela pode ter no processo de aquisição de PE língua não materna.

DOM parece estar associado a contextos caracterizados pelos traços semânticos [+específico] e [+animado], sendo o traço [+definido] também relevante. Contudo, a literatura salvaguarda a existência de exceções a esta regra, exceções estas que não são fáceis de fixar (Torrego, 1998; Rodríguez-Mondoñedo, 2008; López, 2012; Fábregas, 2013).

Considerando o objetivo deste estudo, optou-se por testar a aceitabilidade de DOM num conjunto restrito de contextos. Assim, todos os constituintes identificados como sujeito lógico do domínio encaixado da estrutura de complementação eram definidos e admitiam uma interpretação específica[24]. Por conseguinte, as variáveis consideradas foram a marcação morfológica através da presença ou ausência de *a* precedendo o nome e o traço [±animado]. Foram apenas testados constituintes pós-verbais, por não se julgar aconselhável inserir outra variável que pudesse influenciar os resultados e por o contexto de sujeito pós-verbal ser descrito como mais facilmente aceite pelos falantes de EsP (Hernanz, 1999; RAE, 2009, e.o.).

Optou-se, portanto, por testar a presença e ausência de DOM em constituintes com os traços [+animado][25] e [-animado], tal como sintetizado na tabela 9. Esta tarefa é constituída por quatro condições e quatro itens por condição – dois itens com verbos percetivos (*ver* e *oír*) e dois itens com um verbo superior causativo (*hacer* e *dejar*) –, num total de 16 itens de teste.

[24] Segue-se aqui a definição de definitude e de especificidade proposta por Ionin (2003) e retomada e discutida em Baldé (2011). Transcreve-se abaixo a formulação de Baldé (2011) da definição dos dois traços proposta por Ionin (2003).

> (i) *Um DP que tem um D(eterminante) como projecção máxima e um NP como seu complemento é:*
> • *[+definido], quando tanto o locutor como o alocutário pressupõem a existência de uma entidade única num conjunto denotado pelo NP em questão.*
> • *[+específico], quando o locutor tem intenção de referir uma única entidade num conjunto denotado pelo NP e considera que esta entidade detém uma propriedade exclusiva.*
>
> [Baldé, 2011: 13, (3)]

[25] Os constituintes com o traço [+animado] tinham também o traço [+humano].

Differential Object Marking (DOM)		
	Com DOM	Sem DOM
Traço [-animado]	N = 4 * *El granjero vio arder al bosque.	N = 4 √ OKEl piloto hizo aterrizar el avión.
Traço [+animado]	N = 4 √ OKEl cómplice dejó escapar al asesino.	N = 4 * *Miguel oyó gritar la vecina.

Tabela 9: Condições da TJA que testa contextos de DOM.

A predição que se pode fazer relativamente a estes dados, seguindo estudos anteriores sobre DOM, é a de que os juízos dos falantes de EsP irão no sentido de aceitar as frases com constituintes antecedidos por *a* e traço [+animado] ou sem o marcador morfológico *a* e traço [-animado]. Pelo contrário, é esperado que haja uma tendência para rejeitar os constituintes antecedidos por *a* e traço [-animado] ou sem *a* e traço [+animado].

Os resultados obtidos através da aplicação desta tarefa serão apresentados na secção 2.2.4. do presente trabalho, dedicada à descrição dos contextos de DOM de acordo com a literatura sobre este tópico.

Construção de Gerúndio e Construção Pseudo-relativa

A CG e a PR são complementos não-finitos de verbos percetivos que exibem algumas propriedades aspetuais e sintáticas que as distinguem dos restantes tipos de complementos até este ponto descritos. Com efeito, àquelas estruturas é atribuído um valor aspetual progressivo, tratando-se de estruturas tradicionalmente analisadas como orações pequenas.

Estes dois tipos de complementos do EsP são relevantes por exibirem propriedades que os tornam comparáveis à PIC do PE, cuja aquisição se pretende aqui estudar. Sendo estas estruturas analisadas no capítulo 3 do presente trabalho, importa por agora apenas referir que, apesar de o EsP dispor tanto da CG como da PR como complementos dos verbos percetivos, não é claro que as duas sejam igualmente frequentes e aceites pelos falantes nativos de EsP. Particularmente, a PR, embora disponível de um modo geral nas línguas românicas, não parece gozar do mesmo grau de frequência de uso e de aceitabilidade em todas elas. Se, por um lado, esta estrutura parece ser mais comum em italiano (Cinque, 1992; Casalicchio, 2013, e.o.), em PE ela é menos frequente (Brito, 1995), havendo mesmo autores que consideram que a PR não se encontra disponível nesta língua (Rafel, 1999). Pelo contrário, a CG em EsP não parece levantar este tipo de questões.

No entanto, não sendo claro se existem ou não diferenças na aceitabilidade da CG e da PR por parte dos falantes nativos de EsP, julgou-se necessário testar este aspeto, de modo a orientar a discussão sobre a aquisição da PIC em PE por falantes de EsP, considerando as propriedades da estrutura a adquirir na L2 e as propriedades das estruturas disponíveis na L1.

Deste modo, desenhou-se uma pequena TJA com itens correspondentes a CG e a PR nos contextos relevantes, isto é, como complementos de verbos percetivos, tal como representado na tabela 10. No caso da PR, considerou-se ainda pertinente incluir, em igual número, itens cujo antecedente fosse um nome próprio e outros cujo antecedente fosse um nome comum. Esta opção justifica-se pelo facto de a PR com nome comum como antecedente poder constituir um contexto de ambiguidade entre esta estrutura e uma oração subordinada relativa restritiva, sendo, por conseguinte, interessante observar o comportamento dos falantes nativos perante PR com diferentes tipos de antecedente.

Complementos não-finitos de verbos percetivos		
Construção de Gerúndio	**Construção Pseudo-relativa (antecedente: nome próprio)**	**Construção Pseudo-relativa (antecedente: nome comum)**
N = 4	N = 2	N = 2
√	√	√
OK Ramón vio a Carmen sonriendo.	**OK Ana vio a Juan que besaba a María.**	**OK El policía vio al ladrón que corría.**

Tabela 10: Condições da TJA que testa a aceitabilidade da CG e da PR.

Os itens relativos à CG e à PR foram incluídos numa mesma tarefa por corresponderem a dois complementos de verbos percetivos com valor aspetual progressivo, propriedade em que diferem dos restantes tipos de complementos testados nas tarefas descritas anteriormente. Além disso, o objetivo principal de incluir uma tarefa com exemplos destas duas estruturas era aferir a possibilidade de a CG e a PR não serem alvo de juízos de aceitabilidade semelhantes por parte dos falantes nativos de EsP. Como tal, considerou-se fundamental incluir as duas estruturas numa mesma tarefa, a ser realizada pelos mesmos informantes, de forma a garantir a possibilidade de uma comparação direta dos dados obtidos.

Uma vez que esta tarefa é menos extensa do que as restantes aqui descritas, os seus itens foram apresentados juntamente com os da tarefa criada para testar propriedades de DOM no mesmo questionário. Os resultados obtidos serão apresentados no capítulo 3, em que se descrevem e discutem as propriedades dos complementos não-finitos de verbos percetivos com valor aspetual progressivo.

Participantes

O grupo de teste foi definido de acordo com um conjunto de características sociolinguísticas dos falantes, procurando-se, desta forma, obter um grupo homogéneo. Para tal, os informantes tinham de preencher uma ficha de dados relativos ao seu perfil sociolinguístico. Este aspeto assume particular importância se se considerar a situação linguística que caracteriza o território espanhol, principalmente no que diz respeito à variação dialetal entre as diferentes regiões espanholas, bem como o facto de existirem regiões bilingues.

Assim, o grupo de teste é constituído por falantes monolingues de EsP que cresceram e/ou viveram nos últimos 10 anos em regiões que correspondem aos dialetos setentrionais ou na região da Extremadura. Do total de 153 participantes, foram analisados os resultados de 140 informantes oriundos de Castela e Leão (N = 113), Castilla La Mancha (N = 6) e Extremadura (N = 21). Foram excluídos um informante por não ter completado a tarefa e 12 informantes por serem oriundos de outras regiões de Espanha, nomeadamente Galiza, País Basco, Navarra e Valência, por serem regiões em que se falam outras línguas oficiais de Espanha (o Galego, o Euskera e o Valenciano) que não o Castelhano. Foram também excluídos os informantes oriundos da região da Andaluzia. Embora sejam apontadas ao dialeto da Andaluzia sobretudo diferenças fonológicas e lexicais relativamente à variedade padrão, julgou-se que a melhor opção seria excluir os informantes provenientes desta região, dado não ser possível assegurar que não existem diferenças sintáticas relevantes entre a variedade dialetal aqui falada e a variedade falada pelos informantes de Castela e Leão, Castilla La Mancha e Extremadura. Assim, a opção por incluir apenas informantes das regiões anteriormente mencionadas justifica-se pela necessidade de obter uma amostra uniforme, do ponto de vista dialetal, e que não se afastasse (sintaticamente e no que diz respeito às estruturas alvo de estudo) da norma padrão do EsP.

Os dados foram recolhidos na cidade de Salamanca, sendo a maior parte dos informantes estudantes da Universidade de Salamanca, com idades entre os 18 e os 49 anos e uma média de idade de 20 anos. Há ainda a registar uma maior percentagem de informantes do sexo feminino (70,6%) do que do sexo masculino (29,4%).

2.2.3. Propriedades de complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais e pós-verbais

Os dados apresentados nesta secção dizem respeito às primeiras três tarefas descritas na secção anterior. Estas tarefas centravam-se em questões associadas à distribuição do sujeito do domínio encaixado em complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos. Recorde-

-se que as duas primeiras tarefas tinham como objetivo testar a interação entre duas variáveis (a transitividade do verbo encaixado e a presença/ausência de negação no domínio encaixado) e a distribuição do sujeito (pré-verbal ou pós-verbal). Já a terceira tarefa pretendia testar a possibilidade de subida de clítico em complementos infinitivos com sujeitos pré- e pós-verbais.

Propriedades dos complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais

A tarefa dedicada às propriedades de complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos com sujeitos pré-verbais foi realizada por 31 falantes nativos de EsP, com o perfil sociolinguístico descrito anteriormente. Estes 31 participantes tinham idades compreendidas entre os 18 e os 48 anos e uma média de idade de 21 anos. 71% eram do sexo feminino, enquanto 29% eram do sexo masculino.

Tal como ilustrado anteriormente na tabela 6, cujos exemplos se retomam em (88)-(91), as propriedades associadas a complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais em EsP levantam muitas dúvidas quanto à sua aceitabilidade por parte dos falantes nativos.

(88) OK/*El pueblo oyó al político no decir la verdad.
o povo ouviu A+o político não dizer a verdade
'O povo ouviu o político não dizer a verdade.'

(89) OK/*Diego dejó a su sobrina tocar el piano.
Diego deixou A sua sobrinha tocar o piano
'O Diego deixou a sua sobrinha tocar piano.'

(90) OK/*Mercedes vio al niño no sangrar.
Mercedes viu A+o menino não sangrar
'A Mercedes viu o menino não sangrar.'

(91) OK/*La entrenadora hizo a la atleta correr.
a treinadora fez A a atleta correr
'A treinadora fez a atleta correr.'

Aliás, seguindo uma linha de descrição mais tradicional do comportamento destas estruturas (Hernánz, 1999; RAE, 2009), é possível esperar encontrar taxas de aceitabilidade mais baixas, de um modo geral, para este tipo de estrutura. Pelo contrário, estudos mais recentes (Torrego, 1998, 2010; Tubino, 2010, 2012) sugerem a possibilidade de ocorrência de sujeitos pré-verbais mesmo com verbos em relação aos quais esta opção era encarada quase como excecional em

trabalhos anteriores, nomeadamente com o verbo *hacer*. Assim sendo, não será despiciendo começar por observar globalmente a classificação atribuída aos itens nesta tarefa, apresentando todos os sujeitos pré-verbais (gráfico 1). Recorde-se que a escala, de quatro pontos, vai do 0 (impossível) ao 3 (perfeitamente possível).

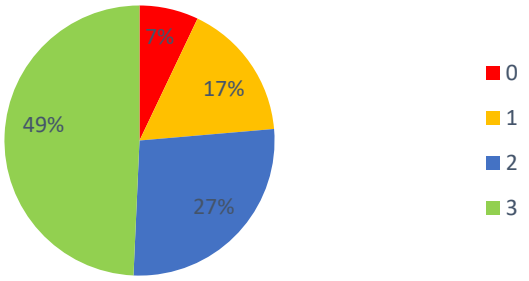


Gráfico 1: Resultados globais obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais.

Como se pode observar no gráfico acima, 76% dos participantes nesta tarefa atribuíram os valores 2 ou 3 da escala de Likert a este tipo de complemento, sendo que estes valores correspondem à classificação da estrutura como "provavelmente possível" e "perfeitamente possível". Pelo contrário, as percentagens obtidas para os valores 0 ("impossível) e 1 ("provavelmente impossível") correspondem a um total de 24%. Corrobora-se, assim, a ideia de que a estrutura com sujeito pré-verbal é aceitável para a maioria dos falantes desta variedade.

Passando agora aos resultados obtidos por condição, relembre-se que as condições incluídas nesta tarefa pretendiam testar duas propriedades dos complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais: (i) a possível maior aceitação de sujeitos pré-verbais com verbos transitivos do que com verbos intransitivos no domínio encaixado e (ii) a possibilidade de ocorrência do marcador de negação *non* no domínio encaixado. O gráfico 2 mostra a percentagem de aceitação e rejeição dos itens por condição.

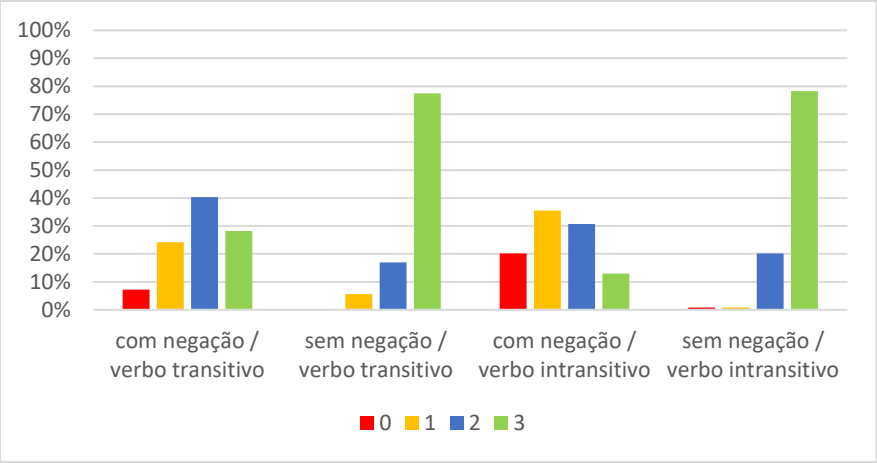


Gráfico 2: Resultados obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais por condição: negação e transitividade do verbo no domínio encaixado.

Um dos aspetos que mais se destaca ao observar o gráfico é a elevada taxa de aceitabilidade das condições sem negação no domínio encaixado. Além disso, a variável transitividade do verbo encaixado não parece influenciar o juízo dos participantes relativamente a orações sem negação, pois elas são aceites como "perfeitamente possíveis" (valor 3, no gráfico) em 77,4% dos casos com verbos transitivos e em 78,2% dos casos com intransitivos.

As condições com negação no domínio encaixado, pelo contrário, oferecem um panorama menos claro, notório, em primeiro lugar, pelo facto de a escolha dos participantes recair mais nos valores intermédios da escala, isto é, 1 e 2. Quer isto dizer que, diferentemente do que se verifica para as condições sem negação no domínio encaixado, nas condições com negação os falantes não apresentam juízos tão claros no sentido da rejeição ou aceitação destas frases como possíveis em EsP. Relativamente aos itens com negação e em que o verbo do domínio encaixado é transitivo, a sua percentagem de classificação como "provavelmente possíveis" é de 40,3% e como "perfeitamente possíveis" é de 28,2%, o que, somando as percentagens destes dois valores da escala de Likert, corresponde a um total de 68,5% de taxa de aceitação de tais estruturas. Já no caso dos itens da condição com negação, mas em que o verbo do domínio encaixado é intransitivo, os participantes parecem oscilar ainda mais nos seus juízos, pois 30,6% das classificações correspondem a "provavelmente possível", mas apenas 12,9% correspondem a "perfeitamente possível", o que perfaz um total de 43,5% de taxa de aceitação, ou seja, uma taxa de aceitação abaixo dos 50%.

Não obstante, os dados representados no gráfico 2 apontam no sentido de a presença ou ausência de negação no domínio encaixado ser o fator mais determinante nos juízos dos falantes nativos de EsP. Neste contexto, coloca-se a hipótese de os resultados menos claros relativamente às condições com negação no domínio encaixado poderem ser uma consequência

de diferenças nos juízos dos falantes nativos associadas ao tipo de verbo. Recorde-se, a este respeito, que os verbos percetivos admitem mais dificilmente a negação do evento expresso no domínio infinitivo, ou seja, do evento que é alvo de perceção, por razões pragmáticas. Ainda que, na construção da tarefa, se tenha procurado apresentar contextos pragmáticos que tornassem a negação tão natural quanto possível, não se deve descartar a influência de tais efeitos nos dados obtidos. Com o intuito de tentar perceber se esta especificidade dos verbos percetivos poderá ter tido algum impacto nas respostas dos participantes, foram analisadas as classificações atribuídas a frases com e sem negação por tipo de verbo (gráfico 3).

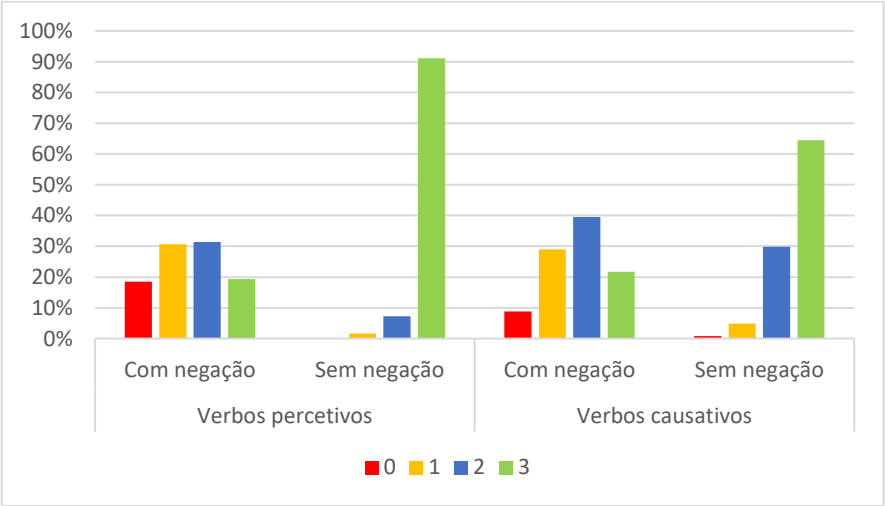


Gráfico 3: Resultados obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais por tipo de verbo: negação no domínio encaixado.

O gráfico acima mostra que, de facto, os itens com negação no domínio encaixado parecem obter resultados melhores com verbos causativos do que com verbos percetivos. É possível verificar que, nestes últimos, a percentagem de respostas correspondendo a "provavelmente impossível" e "provavelmente possível" é muito próxima (30,6% e 31,5%, respetivamente). Adicionalmente, frases com negação foram aceites em apenas 50,9%, com verbos percetivos (correspondendo este valor à soma das percentagens de respostas com o valor 2 e 3 na escala de Likert). Já no caso dos verbos causativos, esta percentagem sobe para 61,3%. Parece, portanto, haver uma oscilação nos juízos de aceitabilidade de complementos infinitivos com negação no domínio encaixado. Esta análise dos dados por tipo de verbo permite ainda observar que as frases sem negação são aceites de forma mais categórica com verbos percetivos. Com efeito, enquanto para os verbos percetivos, as frases sem negação foram consideradas "perfeitamente possíveis" em 91,1% dos casos, para os verbos causativos verifica-se uma maior divisão nos juízos dos participantes, com 29,8% de respostas como

"provavelmente possível" e 64,5% como "perfeitamente possível". Ainda assim, ao somar as percentagens de respostas com o valor 2 e 3, vemos que os complementos com sujeitos pré-verbais sem negação no domínio encaixado têm uma taxa aceitabilidade de 94,3%, no caso dos verbos causativos, e de 98,6%, no caso dos verbos percetivos. De uma forma mais geral, estes dados parecem contrariar a tendência, descrita na literatura, para rejeitar complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais por parte dos falantes nativos de EsP.

Importa ainda clarificar algumas das diferenças encontradas na aceitabilidade das condições testadas. A variável presença ou ausência de negação no domínio encaixado parece ser a mais determinante nos juízos de aceitabilidade produzidos pelos participantes (gráfico 2). Sem prejuízo para este facto, verificam-se diferenças, embora mais subtis, associadas à variável transitividade do verbo do domínio encaixado. De acordo com Hernanz (1999) e a RAE (2009), a transitividade pode ser um fator facilitador da aceitabilidade de sujeitos pré-verbais nos contextos em causa. Assim sendo, foi verificado se havia ou não diferenças que envolvessem a transitividade do verbo do domínio encaixado para cada um dos verbos testados. No caso dos verbos percetivos *ver* e oír, os dois verbos apresentam um comportamento uniforme que é transversal a todas as condições, confirmando-se ainda que estes verbos são particularmente sensíveis à presença de negação no domínio encaixado. Já para os verbos causativos são por vezes apontadas, na literatura, algumas diferenças associadas à transitividade do verbo do domínio encaixado. Por esta razão, apresentam-se separadamente, nos gráficos 4 e 5, os resultados obtidos para os verbos *dejar* e *hacer*.

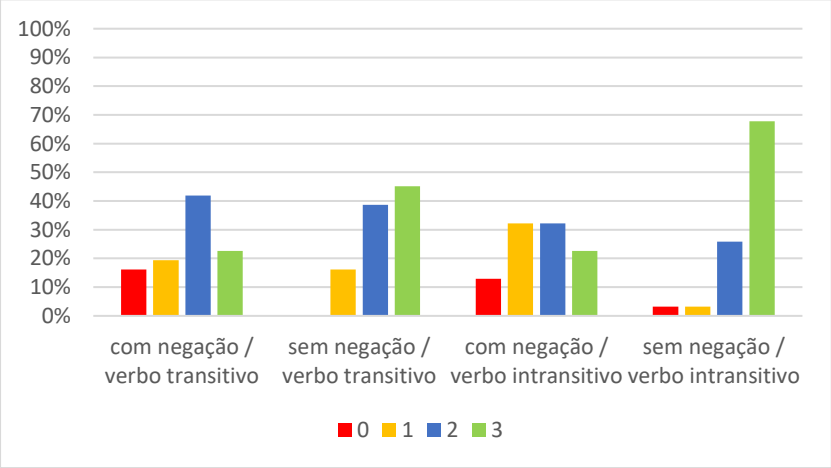


Gráfico 4: Resultados obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais por condição: verbo *dejar*.

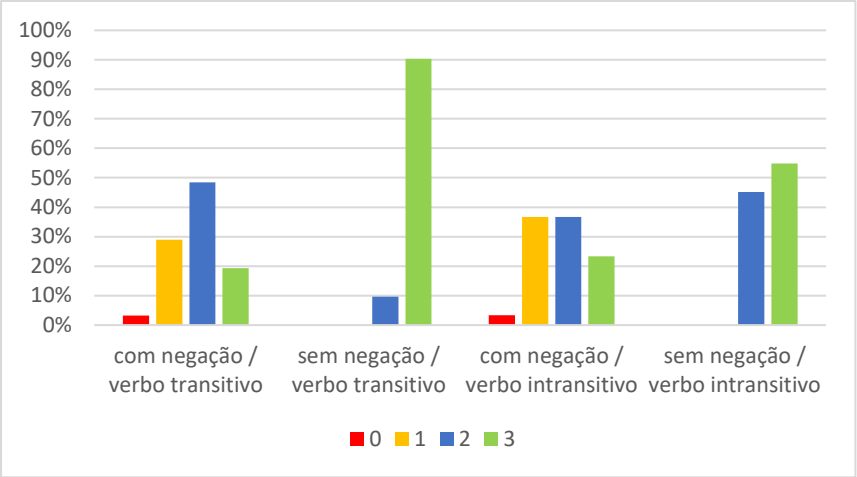


Gráfico 5: Resultados obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais por condição: verbo *hacer*.

Centrando a nossa atenção nas condições sem negação, o que estes gráficos mostram é que, com os verbos *dejar* e *hacer*, os falantes aceitam complementos com sujeitos pré-verbais. Com o verbo *dejar*, os falantes aceitam complementos com sujeitos pré-verbais tanto com verbos transitivos (83,9% de taxa de aceitabilidade, somando as classificações como 2 e 3) como com intransitivos (93,5% de taxa de aceitabilidade, somando as classificações como 2 e 3). O verbo *hacer* também apresenta taxas de aceitabilidade elevadas tanto de complementos com verbos transitivos como com verbos intransitivos no domínio encaixado (100% em ambos os casos, somando as classificações como 2 e 3).

Por um lado, estes dados parecem contrariar a ideia de que o verbo *dejar* admite mais facilmente complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais do que o verbo *hacer* (Hernanz, 1999; RAE, 2009). Por outro lado, não só confirmam a possibilidade de ocorrência de sujeitos pré-verbais em complementos infinitivos do verbo *hacer* (Torrego, 2010; Tubino, 2010, 2012), como apontam no sentido de estes serem admitidos de um modo generalizado, pelo menos para os falantes da variedade padrão de EsP.

Em suma, complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais são, de um modo geral, aceites pelos participantes nesta tarefa, tanto com verbos percetivos como com verbos causativos, o que contraria, em certa medida, o que é tradicionalmente descrito para o EsP. Das duas variáveis testadas, a negação no domínio encaixado parece ser a que mais influencia a aceitabilidade das estruturas em causa, sendo que a taxa de aceitabilidade é menor e os juízos dos informantes menos categóricos quando ocorre negação. Esta diferença é mais expressiva com verbos percetivos, por razões de ordem pragmática que afetam estes verbos. O facto de as frases com negação obterem taxas de aceitabilidade mais baixas, mesmo com verbos causativos, vai contra as expectativas iniciais, pois uma das propriedades associadas a complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais é a possibilidade de ocorrência de negação no domínio

encaixado. A transitividade do verbo do domínio encaixado, por sua vez, parece ter uma influência mais subtil nos juízos dos participantes nesta tarefa. Contrariamente também ao que é tradicionalmente descrito para o EsP, não se observaram diferenças expressivas entre verbos na aceitabilidade de complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais.

Propriedades dos complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais

A tarefa que pretendia testar as propriedades de complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos com sujeitos pós-verbais foi realizada por 38 falantes nativos de EsP. Os participantes nesta tarefa dividem-se entre 63% do sexo feminino e 37% do sexo masculino e têm 20 anos de média de idade (com idades compreendidas entre os 18 e os 31 anos).

Contrariamente ao que se verificou para os complementos com sujeitos pré-verbais, foi possível fazer, com base na literatura sobre o EsP, predições claras sobre o comportamento dos complementos com sujeitos pós-verbais (cf. tabela 7). Assim, esperava-se que os itens correspondentes às condições com negação no domínio encaixado fossem rejeitados pelos falantes nativos (92)-(93). Esperava-se também que a transitividade do verbo do domínio encaixado não influenciasse os juízos dos falantes nativos de EsP (94)-(95).

(92) *El maestro oyó no tocar la melodía correcta al flautista.
o maestro ouviu não tocar a melodia correta A+o flautista

(93) *El padre hizo no correr a la niña.
o pai fez não correr A a menina

(94) OKLa alumna vio corregir los exámenes al profesor.
a aluna viu corrigir os exames A+o professor

(95) OKEl entrenador dejó descansar al jugador.
o treinador deixou descansar A+o jogador
'O treinador deixou descansar o jogador.'

Uma vez que as predições para cada condição eram claras, passa-se a apresentar os resultados obtidos por condição (gráfico 6).

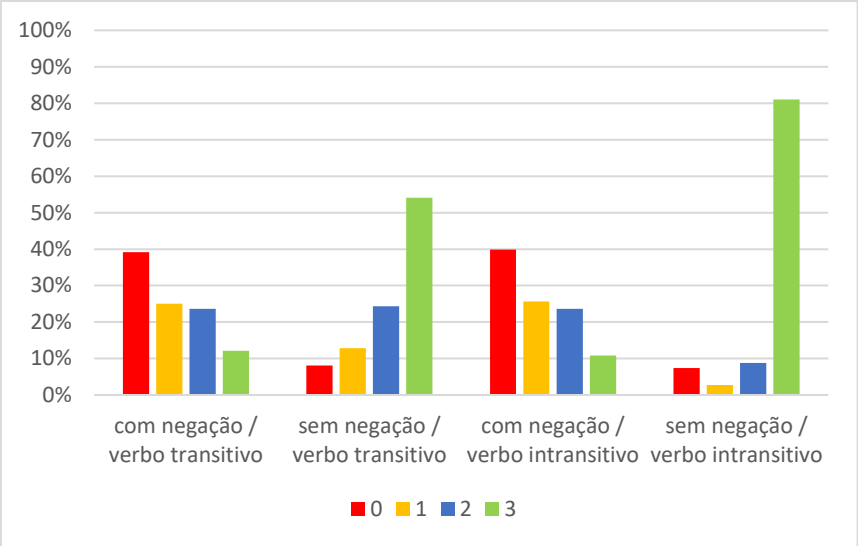


Gráfico 6: Resultados obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais por condição: negação e transitividade do verbo no domínio encaixado.

Tal como esperado, os itens incluídos nas condições com negação no domínio encaixado são rejeitadas, não se registando aqui qualquer influência da transitividade do verbo encaixado, pois os itens com negação são considerados "impossíveis" (0 na escala de Likert) ou "provavelmente impossíveis" (1 na escala de Likert) em 64,2% dos casos com verbos transitivos e em 65,6% dos casos com verbos intransitivos. Ainda assim, os juízos dos falantes (à semelhança do verificado em relação aos participantes na tarefa com sujeitos pré-verbais) não parecem ser categóricos quanto a esta propriedade. Veja-se, a este propósito, as percentagens muito próximas de respostas associadas aos níveis intermédios da escala de Likert: 1 ("provavelmente impossível) e 2 ("provavelmente possível"). Importa ainda referir que, apesar de os verbos percetivos admitirem mais dificilmente a negação do evento expresso pelo domínio infinitivo, não há a registar nos complementos com sujeitos pós-verbais diferenças de comportamento entre os verbos percetivos e causativos, já que em ambos se observa uma tendência para a rejeição de complementos infinitivos com negação.

Em relação às condições sem negação, estas vão, de um modo geral, ao encontro do predito para complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais, ou seja, são geralmente aceites pelos falantes nativos. Tal é comprovado pelo facto de, na condição sem negação e com verbo transitivo, serem aceites como "provavelmente possíveis" em 24,3% dos casos e como "perfeitamente possíveis" em 54,1% dos casos (num total de 78,4% de percentagem de itens aceites). Na condição sem negação e com verbo intransitivo, estes valores são mais elevados, com uma taxa de classificação como "provavelmente possível" de 8,8% e como "perfeitamente possível" de 81,1% (num total de 89,9% de itens aceites).

No entanto, os participantes nesta tarefa parecem aceitar mais facilmente complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais quando o verbo do domínio encaixado é intransitivo. Este resultado não era previsto, pois não se esperava que a transitividade do verbo encaixado influenciasse a aceitabilidade das estruturas infinitivas com sujeitos pós-verbais.

Dado o caráter inesperado dos resultados, procurou-se perceber o que poderia explicá-lo. Assim, verificou-se que, na condição sem negação e com verbo transitivo, do total de casos assinalados pelos participantes com 0 e 1, 80,6% correspondem ao mesmo item: *Ramón dejó examinar el niño al médico,* 'Ramón deixou examinar o menino ao médico'. O que distingue este item dos restantes é o facto de ambos os constituintes que seguem o verbo do domínio encaixado serem [+animados] e [+específicos] e, por conseguinte, constituírem contextos de DOM. Sendo a marcação com DOM de dois constituintes adjacentes agramatical (Torrego, 1998), a ordem SVO é favorecida, o que poderá explicar a rejeição deste item: é possível que os participantes prefiram um sujeito pré-verbal para que o objeto direto do domínio encaixado possa também ter DOM. Se se retirar este item da análise, a taxa de aceitabilidade de itens sem negação e com verbo transitivo sobe para 94,6%, esbatendo-se a diferença entre esta condição e a condição sem negação e com verbo intransitivo.

É possível concluir que os juízos dos falantes nativos de EsP sobre complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos com sujeitos pós-verbais vão ao encontro do que é descrito na literatura. A transitividade do verbo do domínio encaixado não parece influenciar a aceitabilidade deste tipo de estrutura. Quanto à negação, embora se tenha registado alguma variação nas respostas dadas pelos participantes na tarefa, a tendência mais expressiva é, tal como esperado, a rejeição de negação em complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais.

Subida de clítico

Outra das propriedades testadas em que os complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos com sujeitos pré- e pós-verbais diferem é a possibilidade de subida de clítico, como ilustram os exemplos em (96)-(99).

(96) *El director la oyó al actor ensayar.
o diretor a.CL ouviu A+o ator ensaiar

(97) OKEl jefe hizo a la empresa contratarlo.
o chefe fez A a empresa contratá-lo
'O chefe fez a empresa contratá-lo.'

(98) [OK]Ana lo vio cortar al jardinero.

Ana o.CL viu cortar A+o jardineiro

(99) [OK/*]El proprietario dejó cazarlos al vecino.

o proprietário deixou caçá-los A+o vizinho

A tarefa que testou esta propriedade foi realizada por 39 falantes nativos de EsP, com o mesmo perfil sociolinguístico dos participantes nas restantes tarefas. Estes informantes tinham idades compreendidas entre os 18 e os 28 anos e uma média de idade de 19 anos. Registou-se uma percentagem de 67% de participantes do sexo feminino e 33% do sexo masculino.

Relativamente à subida de clítico, é em geral aceite que as estruturas com sujeitos pós--verbais permitem a subida do pronome clítico com a função de objeto direto do verbo do domínio encaixado. Ao contrário do que acontece em PE, em que esta subida de clítico é obrigatória, em EsP alguma literatura descreve-a como opcional (Hernanz, 1999; Treviño, 1994). Já no caso das estruturas com sujeitos pré-verbais, prediz-se, por comparação com o PE, a possibilidade de aceitação de ocorrência de pronomes clíticos associados a argumentos internos do domínio encaixado *in situ* e a rejeição de instâncias de subida de clítico.

Os resultados obtidos vão no sentido de confirmar as predições avançadas para os complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais, mas mostram uma maior variação nos juízos dos participantes em relação aos complementos com sujeitos pós-verbais.

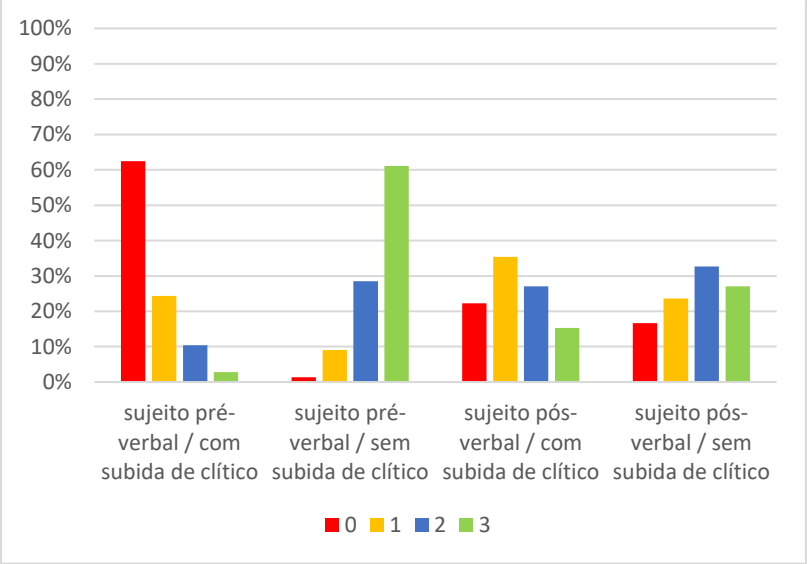


Gráfico 7: Resultados obtidos para subida de clítico em complementos infinitivos com sujeitos pré- e pós-verbais.

Como se pode observar no gráfico 7, existe uma clara tendência para aceitar os complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais sem subida de clítico, obtendo estes uma percentagem de classificações como "provavelmente possíveis" e "perfeitamente possíveis" de 28,5% e de 61,1%, respetivamente, num total de 89,6%. Pelo contrário, os complementos com sujeitos pré-verbais e com subida de clítico são na sua maioria rejeitados, tendo sido classificados como "provavelmente impossíveis" e "impossíveis" em 24,3% e 62,5% dos casos, o que perfaz, no total, uma taxa de rejeição de 86,8%.

Menos claros são os resultados obtidos nas condições com sujeitos pós-verbais. Tal facto traduz-se numa maior variação nos juízos de aceitabilidade, o que é mostrado pela maior concentração de respostas nos valores intermédios (1 e 2) da escala de Likert, associados a "provavelmente impossível" e a "provavelmente possível".

Ainda assim, é possível identificar uma ligeira tendência para a aceitação de sujeitos pós--verbais sem subida de clítico, aceites em 59,7% (valor obtido a partir da soma das percentagens de respostas correspondentes aos valores 2 e 3 da escala de Likert). Já os complementos com sujeitos pós-verbais que apresentam subida de clítico têm uma taxa de aceitação de 42,4% (mais uma vez, somando os valores correspondentes a classificações como 2 e 3). Apesar de, em ambos os casos, as taxas de aceitabilidade rondarem os 50% e, portanto, estarem ao nível da aleatoriedade, o facto de a aceitabilidade de subida de clítico associada a sujeitos pós-verbais estar abaixo dos 50% é particularmente problemático, pois vai contra o que é descrito na literatura sobre o EsP. Tendo-se procurado uma explicação nos dados, não foram encontrados aparentes efeitos do tipo de verbo (percetivos *vs.* causativos), do verbo (efeitos lexicais) ou mesmo associados a itens ou informantes específicos que explicassem estes resultados.

Não obstante, a existência de variação associada à subida de clítico não é um fenómeno exclusivo do EsP nem das estruturas aqui alvo de estudo. Também em PE existe variação relativamente a este fenómeno, nomeadamente em contextos de restruturação (Magro, 2005; Fiéis & Madeira, 2012; Gonçalves, Carrilho & Pereira, 2016).

Assim sendo, é possível concluir que os complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos com sujeitos pré-verbais se distinguem dos complementos com sujeitos pós-verbais por claramente permitirem pronomes clíticos com a função de objeto direto do verbo do domínio encaixado *in situ*. Pelo contrário, a subida de clítico não parece ser admitida. Já os resultados obtidos para complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais não permitem retirar conclusões claras. As respostas dos participantes parecem indicar que a subida de clítico em contextos com sujeitos pós-verbais está sujeita a variação e, eventualmente, a algum grau de opcionalidade, tal como descrito, por exemplo, por Treviño (1994). Mais problemático é o facto

de a subida de clítico ter uma taxa de aceitabilidade com sujeitos pós-verbais abaixo dos 50%, facto que vem contrariar o que é descrito na literatura sobre o EsP.

2.2.4. Algumas especificidades do Espanhol: Differential Object Marking e Leísmo

No EsP, os constituintes em posição de objeto podem ser sujeitos a uma marcação morfológica específica, associada a determinadas propriedades semânticas. A esta marcação dá-se o nome de *Differential Object Marking* (DOM), tratando-se de uma propriedade que o EsP partilha com outras línguas, como o Romeno, o Hebreu ou o Hindi, embora existam particularidades a observar em cada língua (Aissen, 2003)[26].

Apesar de se tratar de uma propriedade geral do Espanhol, os constituintes com a função de sujeito do domínio encaixado nos complementos não-finitos de verbos percetivos e causativos, ocorrendo numa posição de objeto, são também alvo deste tipo de marcação morfológica, consoante as suas propriedades semânticas. Sendo este um aspeto em que o EsP difere do PE, será relevante discutir as suas implicações no processo de aquisição não-nativa das estruturas em causa.

As propriedades dos constituintes sujeitos a DOM em EsP têm vindo a ser discutidas na literatura (Demonte, 1987; Brugé & Brugger, 1996; Torrego, 1998; Aissen, 2003; Rodríguez-Mondoñedo, 2008; López, 2012; Fábregas, 2013, e.o.), sendo analisados tradicionalmente como constituintes de Caso acusativo marcados morfologicamente pelo marcador *a*, que antecede o nome e que é motivado pela presença dos traços [+animado] e [+específico] (100).

(100) a. Juan mató a María.
Juan matou A María
'O Juan matou a María.'
b. *Juan mató María. [Rodríguez-Mondoñedo, 2008: 2, (1)]
Juan matou María
'O Juan matou a María.'

A presença de *a* precedendo um nome ou pronome está mais comummente associada à marcação casual de objetos indiretos, ou seja, à marcação de Caso dativo. Contudo, em

[26] Aissen (2003) refere que existe DOM em, pelo menos, 300 línguas diferentes, salientando que, apesar de poder haver propriedades específicas em cada uma, existe também um conjunto de princípios gerais que regem este fenómeno e que são comuns a todas elas.

instâncias de DOM, não estamos perante um marcador casual, daí usar-se a expressão "marcação morfológica" ou a designação "A acusativo" (*accusative A*) (López, 2012), como forma de descrever este fenómeno, diferenciando-se, assim, a função de *a* como marcador morfológico de DOM da sua função na marcação casual de objetos indiretos, por exemplo.

Contudo, a generalização relacionada com os traços semânticos acima referidos encontra várias exceções, podendo a presença de DOM ser motivada, por exemplo, pela necessidade de distinguir um DP sujeito de um DP objeto, quando ambos têm o traço [-animado] (101) (Rodríguez-Mondoñedo, 2008). Há ainda contextos de opcionalidade de DOM que afetam objetos com o traço [-humano] (102) (veja-se, a este propósito, Aissen, 2003).

(101) La calma sigue a la tormenta. [Rodríguez-Mondoñedo, 2008: 4, (7)]
a calma segue A a tormenta
'A calma segue a tormenta.'

(102) Mató (a) la mosca. [Rodríguez-Mondoñedo, 2008: 4, (8)]
matou A a mosca
'Matou a mosca.'

A primeira dificuldade que o estudo deste fenómeno coloca parece ser, portanto, a possibilidade de haver exceções e contextos de aparente opcionalidade à ocorrência de DOM. Tal dificuldade é amplamente reconhecida na literatura. A este respeito, López (2012), considerando apenas constituintes com o traço [+animado], faz uma divisão entre contextos em que deve haver DOM obrigatoriamente, contextos em que pode haver DOM e contextos em que não é possível haver DOM[27]. Dentro dos contextos de ocorrência obrigatória, o autor identifica os seguintes: (i) quantificadores fortes; (ii) DP definidos; (iii) nomes próprios; (iv) pronomes e (v) sintagmas *wh*-. Adicionalmente, e particularmente relevante no âmbito do presente trabalho, o autor assinala também a obrigatoriedade de DOM em contextos de orações pequenas, de União de Orações[28] (como complementação de verbos causativos e percetivos) e de Controlo de Objeto. Nos contextos opcionais, López (2012) inclui DP indefinidos e quantificadores fracos. Finalmente, como contextos em que DOM não é possível, o autor identifica contextos de complementação dos verbos *haber* e *tener*, bem como plurais *bare*.

Com o objetivo de complementar os dados existentes na literatura, foi realizada uma TJA sobre algumas das propriedades de DOM junto de falantes nativos de EsP, tal como descrito

[27] O autor faz notar que os contextos referidos foram testados junto de falantes nativos de EsP.
[28] Usa-se aqui a designação adotada por López (2012).

na secção anterior do presente trabalho. Assim, foram testados apenas contextos de complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos e, concretamente, foi testada a aceitabilidade da ausência ou presença de DOM associada aos DP que correspondem aos sujeitos (lógicos) do domínio encaixado em estruturas de *faire-inf*, pelos motivos previamente explicados. Recorde-se que todos os DP testados eram constituídos por um artigo definido e um nome comum e admitiam uma interpretação específica. Foram testados quatro contextos possíveis, com o objetivo de perceber até que ponto o traço de animacidade permite obter juízos uniformes por parte dos falantes de EsP: (i) DP [-animado] sem DOM (103); (ii) DP [-animado] com DOM (104); (iii) DP [+animado] sem DOM (105) e (iv) DP [+animado] com DOM (106). Segundo o que é descrito na literatura, era esperado que os contextos (i) e (iv) fossem considerados gramaticais, enquanto os contextos (ii) e (iii) seriam avaliados como agramaticais. Todos os DP [+animados] eram também [+humanos].

(103) El guarda dejó atracar el barco.
o guarda deixou atracar o barco
'O guarda deixou atracar o barco.'

(104) *El niño hizo girar al peón.
o menino fez girar A+o pião
'O menino fez girar o pião.'

(105) *Miguel oyó gritar la vecina.
Miguel ouviu gritar a vizinha
'O Miguel ouviu gritar a vizinha.'

(106) La madre vio jugar al niño.
a mãe viu brincar A+o menino
'a mãe viu brincar o menino.'

A tarefa foi aplicada junto de 32 falantes nativos de EsP, 88% do sexo feminino e 12% do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos e uma média de idades de 19 anos (veja-se a secção 2.2.2.). Os resultados obtidos são apresentados no gráfico 8.

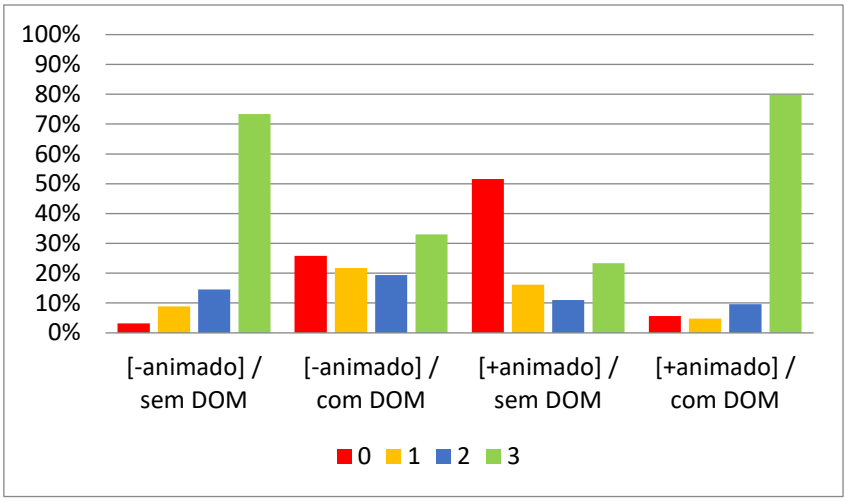


Gráfico 8: Resultados obtidos para objetos com DOM, considerando o traço de animacidade.

Duas das condições testadas destacam-se pela sua elevada taxa de aceitabilidade. A de DP [-animado] sem DOM obteve uma taxa de classificação como "perfeitamente possível" (valor 3 da escala de Likert) de 73,4% e como "provavelmente possível" de 14,5% (valor 2 da escala de Likert), num total de taxa de aceitabilidade de 87,9%. A condição de DP [+animado] com DOM, por sua vez, obteve uma percentagem de classificação como "perfeitamente possível" de 79,8% e como "provavelmente possível" de 9,7% (o que perfaz um total de 89,5%). Por outras palavras, os contextos descritos como gramaticais na literatura apresentam os resultados mais claros.

Já os contextos de DP [+animado] sem DOM parecem apresentar uma tendência mais forte para serem rejeitados, com 51,6% de classificações como "impossível" (valor 0 na escala de Likert) e 16,1% como "provavelmente impossível" (valor 1). O contexto mais problemático parece ser o de DP [-animado] com DOM, dadas as percentagens de resposta muito próximas para cada um dos valores da escala. Porém, este tipo de variação não é estranho, considerando que existem vários contextos de exceção e de opcionalidade no uso de DOM. Além disso, importa lembrar que todos os DP eram definidos e admitiam uma interpretação específica, o que poderá também ter desempenhado um papel no elevado grau de variação encontrado na avaliação de frases com DP [-animado] com DOM, considerando, particularmente, a assimetria presente na literatura entre DP definidos e indefinidos (López, 2012).[29]

Não cabendo no escopo do presente trabalho uma discussão detalhada das análises de DOM, adota-se aqui uma perspetiva sobretudo descritiva, importando reter os contextos e os traços semânticos relevantes para a ocorrência desta marcação específica de objetos em EsP.

[29] Estes resultados foram tidos em conta na construção dos itens de teste das TJA desenhadas para testar a aquisição das estruturas relevantes em PE por falantes nativos de EsP, como se explicará mais à frente, no capítulo 6.

Como vimos até aqui, os traços [±animado] e [±específico] parecem ser os mais determinantes para a ocorrência de DOM, sendo que também o traço de definitude parece desempenhar um papel relevante. Os dados recolhidos mediante a aplicação de uma TJA junto de falantes nativos de EsP permitiu confirmar, justamente, que o traço [+animado] e, mais concretamente, [+humano] exerce uma forte influência na marcação de objetos, pelo menos em associação com os traços [+definido] e [+específico]. Além disso, contextos de complementação de verbos percetivos e causativos são também um contexto de DOM. Relativamente a este aspeto, note-se que López (2012) se refere a instâncias de União de Orações na sua análise de complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos, mas que inclui neste tipo de estruturas ocorrências do causado ou do sujeito do domínio encaixado em posição pré-verbal, sem que estas instâncias sejam alvo de uma análise diferenciada, como, por exemplo, ECM[30].

Sendo a literatura sobre este tema extensa, dar-se-á apenas conta de duas tendências distintas que emergiram mais recentemente na análise de DOM[31]. A primeira baseia-se na aplicação de hierarquias aos padrões de distribuição de DOM, procurando fazer predições gerais sobre as restrições ao seu uso nas diferentes línguas.

A análise de Aissen (2003) é um exemplo desta tendência, no quadro da Teoria da Otimidade. A autora apresenta hierarquias de proeminência relevantes para DOM – uma hierarquia de definitude (107) e uma de animacidade (108) –, às quais associa uma hierarquia relacional, de acordo com a qual os sujeitos são mais proeminentes do que os objetos. No caso do EsP, importa a relação entre a hierarquia de definitude e de animacidade na sua relação com objetos. A estas hierarquias, a autora aplica duas restrições, que se opõem. A primeira restrição (109) assume que a representação de argumentos nominais inclui um traço de Caso valorado, com uma realização morfofonológica. Contudo, diferentes sistemas de DOM apresentam diferentes tipos de constituinte com marcação específica, pelo que se torna necessária uma outra restrição que penalize, nos termos de Aissen (2003), a marcação morfológica explícita de Caso (110), dando assim conta do comportamento das diferentes línguas face a DOM.

(107) a. Hierarquia de Animacidade
Humano > Animado > Inanimado

(108) b. Hierarquia de definitude
Pronome > Nome > Definido > Indefinido específico > Não-específico

[Aissen, 2003: 437, (4)]

[30] Para uma discussão desta questão, veja-se a secção 2.3.2. do presente trabalho.
[31] Veja-se trabalhos recentes, como López (2012) e Fábregas (2013), para um estado da arte sobre DOM.

(109) *øC 'Star Zero': penaliza a ausência de um valor para o traço de CASO.

[Aissen, 2003; 447, (16)]

(110) *STRUCC: penaliza a presença de um valor para a categoria morfológica de CASO.

[Aissen, 2003; 448, (17)]

López (2012) salienta, centrando-se na hierarquia de definitude em que Aissen (2003) se baseia, que este tipo de análise permite fazer predições claras sobre o comportamento de uma dada língua. Uma dessas predições é a de que, se uma língua tiver DOM num dos itens da hierarquia, forçosamente tê-lo-á em todos os itens à sua esquerda. No caso do EsP, o autor salienta também que *STRUCC (110) estaria num nível baixo da hierarquia, uma vez que nesta língua vários tipos de objetos estão sujeitos a DOM. Contudo, o autor considera que tal modelo explicativo não permite dar conta dos dados empíricos do EsP. Por um lado, a hierarquia de definitude não reflete algumas particularidades encontradas pelo autor na relação entre objetos indefinidos e questões de escopo. Por outro lado, não permite dar conta da opcionalidade existente quanto aos objetos indefinidos, na sua relação com o traço de especificidade. Ou seja, esta hierarquia não permite dar conta da variação interfalante e da possível existência de duas gramáticas para os falantes nativos de EsP. Finalmente, a representação da obrigatoriedade de DOM em contextos de orações pequenas, de União de Orações e de Controlo de Objeto, bem como em sintagmas *wh-*, obrigaria à inclusão na escala de Aissen (2003) de restrições que não dependem da questão da definitude. Por outras palavras, segundo López (2012), não são apenas as propriedades semânticas que determinam DOM, mas também o contexto sintático.

Assim, López (2012) avança com uma análise numa outra linha, no quadro do Programa Minimalista. De acordo com o autor, os objetos marcados com DOM estão envolvidos em operações sintáticas, sendo derivados por *scrambling* a curta distância. Também relevante nesta análise é a relação estabelecida pelo autor entre a sintaxe de DOM e os fundamentos teóricos da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993). De um modo geral, uma análise deste tipo permite pensar na questão de DOM da seguinte forma: se uma categoria funcional F, com um feixe de traços abstratos, tiver os seus traços valorados com determinados valores e ocorrer em determinados contextos, então ser-lhe-á atribuída uma realização morfofonológica. No caso de DOM, esta realização consiste no marcador *a*, em EsP.

A questão levantada, em López (2012), sobre a realização morfológica de determinados traços associados a categorias funcionais específicas é relevante para a colocação de hipóteses sobre a aquisição não-nativa no quadro teórico que aqui se adota relativamente ao estudo de *Second Language Acquisition* (SLA). Como se terá a oportunidade de discutir no capítulo 4, o

presente estudo adota como hipótese explicativa do processo de aquisição não-nativa a *Feature Reassembly Hypothesis* (Lardiere, 2008, 2009a, e.o.). De acordo com esta hipótese, o processo de aquisição envolve a associação de feixes de traços a categorias funcionais e explora a relação entre os valores de determinados traços em categorias funcionais específicas e a sua realização morfológica e lexical. As diferentes formas como estas relações se estabelecem face a determinadas estruturas ou propriedades em línguas distintas e as suas implicações para o processo de aquisição são, pois, o foco da *Feature Reassembly Hypothesis*.

Não sendo o objetivo do presente trabalho adotar uma análise específica de DOM, toma-se antes como referência desenvolvimentos mais recentes no âmbito do Programa Minimalista. Deste modo, é possível equacionar a questão de DOM em EsP no quadro geral da discussão de Longobardi (2005) sobre a aplicação de princípios teóricos do Programa Minimalista à questão da parametrização das línguas. Em particular, considera-se relevante a definição de "traço funcional" adotada neste trabalho. Segundo Longobardi (2005), um traço é gramaticalizado se tem obrigatoriamente de ocorrer e de ser valorado numa determinada estrutura. Como exemplo, o autor apresenta o traço de definitude, que é obrigatoriamente marcado em DP argumentais em determinadas línguas (*e.g.*, Inglês, PE, EsP), mas não em outras (*e.g.*, Russo). Aplicando esta ideia a DOM, poder-se-á então colocar a hipótese de que, em EsP, os traços de animacidade e de especificidade são traços funcionais gramaticalizados quando associados a um constituinte em posição de objeto, ou seja, a um constituinte com Caso acusativo. Crucialmente, neste aspeto, o EsP difere do PE[32], o que poderá ter implicações no processo de aquisição, visíveis, porventura, em efeitos de *transfer* observáveis para além dos níveis iniciais de proficiência, tópico que será explorado em capítulos posteriores do presente trabalho e equacionado, como se referiu, no quadro da *Feature Reassembly Hypothesis*.

Finalmente, considera-se relevante referir uma outra propriedade do EsP que diz respeito à marcação morfológica de objetos e que tem alguns pontos de contacto com DOM: o *leísmo*. A gramática normativa define *leísmo* como o uso do clítico dativo *le* em contextos de objeto direto, sendo identificados três tipos de *leísmo*: (i) o "leísmo de pessoa masculino", que consiste no uso de *le* em contextos de acusativo tendo como referente nomes masculinos que denotam entidades humanas (111); (ii) o "leísmo de pessoa feminino", que diz respeito ao uso

[32] Em determinados contextos, nomeadamente em contextos de anteposição de um constituinte com a função de objeto direto, poderá considerar-se a presença de um vestígio de DOM em PE. Contudo, exemplos como (i) e (ii) não invalidam as diferenças existentes entre PE e EsP quanto à marcação de objetos com base nos seus traços semânticos.

(i) Ao povo, governa o rei.

(ii) A Abel, matou Caim.

de *le* em contextos de acusativo tendo como referente nomes femininos que denotam entidades humanas (112) e (iii) o "leísmo de coisa", que identifica o uso de *le* em contextos de acusativo tendo como referente nomes que denotam objetos inanimados (113) (Fernandéz--Ordóñez, 1999; RAE, 2009)[33]. Para além destes, as gramáticas referem também o *leísmo* de cortesia, em que o uso do pronome *le* surge associado a *usted*. O primeiro uso de *leísmo* é descrito como o mais usado, podendo ser atestado tanto no Espanhol antigo como no moderno. Na RAE (2009), é feita referência ao seu uso em textos medievais e clássicos, por exemplo.

(111) ¿Conoces a Juan? Sí, le conozco hace tiempo. [Fernandéz-Ordóñez, 1999: 1319: (1a)]
conheces A Juan? Sim, lhe conheço faz tempo
'Conheces o Juan? Sim, conheço-o há muito tempo.'

(112) A María hace tiempo que no le veo. [Fernandéz-Ordóñez, 1999: 1319: (1e)]
A María faz tempo que não lhe vejo.
'A Maria, há muito tempo que não a vejo.'

(113) ¿Sabes dónde está mi libro? No, no le he visto por aqui.
[Fernandéz-Ordóñez, 1999: 1319: (1b)]
sabes onde está meu livro? Não, não lhe haver.AUX visto por aqui
'Sabes onde está o meu livro? Não, não o vi por aqui.'

Quanto ao seu uso, este está sujeito a variação sociodialetal. Contudo, o traçar de fronteiras relativamente a este fenómeno é alvo de debate na literatura, não sendo, ainda hoje, clara a sua distribuição exata (Fernandéz-Ordóñez, 1993, 1999). Paralelamente, também o seu reconhecimento pela norma sofreu oscilações ao longo do tempo, tendo o seu uso sido ora sancionado (pelo menos em alguns contextos) ora alvo de crítica (RAE, 2009).

O presente trabalho centrar-se-á em dois aspetos relacionados com o *leísmo*: os principais contextos de uso (bem como as restrições que o afetam) e a sua distribuição atual, tanto quanto for possível determiná-la, no território espanhol.

Quanto ao primeiro aspeto, importa referir que, dentro dos três tipos de *leísmo* acima enumerados, existem contextos de uso mais generalizado e outros que parecem ser de uso mais restrito. Assim, a literatura acima citada (Fernández-Ordóñez, 1993, 1999; RAE, 2009) estabelece uma ordem de frequência associada a diferentes contextos envolvendo propriedades de género, número e propriedades semânticas como [±animado] e [±humano]. A

[33] Note-se que esta tripartição deixa de fora casos de pronomes que têm como referentes entidades com os traços [+animado] e [-humano].

tabela abaixo sintetiza, por ordem decrescente, quais os contextos de *leísmo* mais generalizados e quais os de frequência mais rara (Fernández-Ordóñez, 1993, 1999; RAE, 2009). Assim, parece haver uma tendência geral para que o *leísmo* seja mais frequente no singular do que no plural e para que privilegie referentes masculinos e humanos.

Uso mais generalizado	1. Objeto direto singular, masculino, [+humano]
Uso menos frequente	2. Objeto direto singular, masculino, [-animado]
	3. Objeto direto plural, masculino, [+humano]
	4. Objeto direto plural, masculino, [-animado]
Uso raro	5. Objeto direto singular ou plural, feminino, [+humano]
Não atestado	6. Objeto direto, [-animado], neutro

Tabela 11: Contextos de ocorrência de *leísmo*.

Já quanto à sua distribuição geográfica, o *leísmo* é, atualmente, usado de forma mais generalizada no território espanhol, pelo menos no contexto assinalado na tabela 11 como o mais frequente, ou seja, quando o pronome se refere a uma entidade masculina, singular e [+humana]. Este uso mais generalizado pode ser explicado por dois fatores, de acordo com Fernández-Ordóñez (1993). Em primeiro lugar, ele é prescrito pela RAE, "dada a grande generalização do uso da forma *le*, por parte dos falantes cultos de certas zonas de Espanha"[34]. Em segundo lugar, e relacionado com o primeiro, este contexto particular de *leísmo* é difundido pelos meios de comunicação, facto a que não será alheia a sua associação a uma norma culta.

Na presente secção, descreveram-se as principais propriedades de dois fenómenos em que o EsP se distingue do PE: DOM e *leísmo*. A sua relevância para o presente trabalho reside na possibilidade de estes dois fenómenos afetarem a aquisição das propriedades de marcação de Caso dos constituintes com a função de sujeito do domínio encaixado dos complementos não-finitos de verbos causativos e percetivos em PE por falantes de EsP.

Apesar de, tanto num caso como no outro, a literatura apontar uma série de dificuldades ao estabelecimento de contextos inequívocos do seu uso, alguns contextos e traços específicos surgem consistentemente associados a DOM e a *leísmo*. No caso de DOM, como vimos, os traços de animacidade, de especificidade e, também, de definitude são cruciais para a determinação da marcação de constituintes em posição de objeto. No caso do *leísmo*, os valores associados

[34] Citação retirada do *site* da Real Academia Española, consultado em https://www.rae.es/consultas/uso-de-los-pronombres-los-las-les-leismo-laismo-loismo. Tradução minha.

aos traços de Número e de Género, aliados ao traço semântico de animacidade, são os mais relevantes para determinar não só a possibilidade de ocorrência do pronome clítico *le* em posição de objeto direto, mas também a frequência e abrangência do seu uso.

Deste quadro, sobressai ainda um aspeto relevante que permite relacionar DOM e *leísmo*: o facto de o traço de animacidade surgir, em ambos os casos, associado a uma marcação morfológica específica de um constituinte em posição de objeto direto. Com efeito, esta relação é referida na literatura, salientando Fernández-Ordóñez (1993) a tendência do EsP de distinguir morfologicamente os constituintes com referentes [+animados], patente em DOM e no *leísmo*.

2.3. Análises propostas para as estruturas de *faire-inf* e de *Exceptional Case Marking*

2.3.1 Português Europeu

O estudo de complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos tem levantado questões teóricas relacionadas com os seus diferentes níveis de defetividade. A análise de tais propriedades em PE, no âmbito do Programa Minimalista, levou à proposta de uma escala de defetividade funcional (Gonçalves, 1999; Gonçalves & Duarte, 2001) e, em estudos mais recentes sobre ECM, à análise da questão da defetividade em termos de traços-ϕ (Hornstein, Martins & Nunes, 2006, 2008).

Porém, e antes mesmo de abordar os estudos acima mencionados, importa referir um estudo pioneiro sobre estas estruturas em PE. Desenvolvendo a sua análise no quadro da Gramática Relacional, Raposo (1981) propõe que a União de Orações (termo que designa a estrutura em que complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos formam um predicado complexo com o verbo superior) deve ser considerada uma estrutura mono--oracional. Esta hipótese baseia-se, fundamentalmente, em duas propriedades sintáticas: (i) a impossibilidade de ocorrência de marcadores de negação no domínio infinitivo (114); e (ii) a possibilidade de passivização (115).

(114) a. Hoje, deixei lavar a loiça aos meus filhos.
b. *Hoje, deixei não lavar a loiça aos meus filhos. [Raposo, 1981: 173, (31) e (32)]

(115) a. Israel mandou restaurar o teatro de Sabará.
b. O teatro de Sabará foi mandado restaurar por Israel. [Raposo, 1981: 11, (1) e (2)]

Crucialmente, estruturas que evidenciam a ordem SV(O) no domínio encaixado merecem, para o autor, uma análise diferente, justificada pelo comportamento diverso que apresentam face, justamente, aos dois critérios mencionados (116)-(117).

(116) Hoje, deixei-os não lavar a loiça. [Raposo, 1981: 174, (35)]

(117) a. Eu vi-te beijar aquela criança. [Raposo, 1981: 122, (17)]
b. *Foi-te visto beijar aquela criança. [Raposo, 1981: 129, (30)]

Assim, as estruturas com sujeitos pré-verbais no domínio infinitivo são designadas de Elevação de Sujeito para Objeto e são analisadas em Raposo (1981) como uma estrutura de elevação em que o sujeito do domínio encaixado se move para a posição de objeto direto do domínio superior. Para o autor, o Caso acusativo do sujeito do domínio encaixado e a ausência de concordância verbal entre o sujeito e o verbo no infinitivo são evidências para a existência de movimento. Perante o caráter excecional destas estruturas, Raposo (1981) formula, então, a seguinte regra de concordância verbal para o PE: "o verbo de uma oração concorda em pessoa e número com o nominal que é sujeito final da oração, exceto se esse nominal mantiver uma relação gramatical com uma oração mais elevada." (Raposo, 1981: 125).

Já quanto à marcação casual, o autor considera que aquela segue uma regra geral do PE, segundo a qual o Caso de um pronome está dependente da relação gramatical final que este estabelece com a oração mais elevada com que mantém uma relação gramatical. Daí que o sujeito em estruturas de União de Orações tenha Caso acusativo ou dativo (dependendo da natureza do verbo do domínio encaixado) e em estruturas de Elevação de Sujeito para Objeto tenha sempre Caso acusativo.

Considerando agora a análise proposta nos trabalhos de Gonçalves (1999, 2000), Gonçalves & Duarte (2001) e Duarte & Gonçalves (2002), as propriedades dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos em PE levou à proposta de uma escala de defetividade funcional, em que a estrutura de Infinitivo Flexionado é a menos defetiva, a construção de *faire-inf* a mais defetiva e a construção de ECM ocupa uma posição intermédia. Esta escala traduz-se, pois, na associação de uma estrutura funcional mais reduzida a *faire-inf* do que a ECM, sendo esta proposta regida por princípios de economia sobre as representações.

Relativamente à análise de *faire-inf* avançada pelas autoras, importa, em primeiro lugar, rever os principais argumentos apresentados para a não projeção de núcleos funcionais acima de VP, como C, AgrS[35], T e AgrO.

No que diz respeito a C, as autoras argumentam que o facto de não se verificar movimento *wh*- interno ao domínio encaixado e de não haver um complementador com realização lexical são indicadores de que aquela categoria não se projeta em *faire-inf*. A estes argumentos acresce que efeitos de transparência associados à formação de predicados complexos tornam possível a ocorrência de fenómenos como a subida de clítico – veja-se (118) que recupera o exemplo (26) da secção 2.1. – e o movimento longo de objeto – veja-se (119) que recupera o exemplo (41) da secção 2.1.

(118) a. O professor mandou ler a gramática aos alunos.
b. O professor mandou-a ler aos alunos.
c. */?O professor mandou lê-la aos alunos.[36]

(119) a. Mandaram-se ler as gramáticas aos alunos.
b. *Mandaram-se os alunos ler as gramáticas.

Assim sendo, a hipótese de que C se projeta em *faire-inf* só seria válida se se considerassem mecanismos teóricos adicionais para dar conta desses efeitos de transparência, pelo que a assunção de que C não se projeta parece ser empiricamente motivada em PE e respeitar o princípio de economia das representações (Chomsky, 1991, 1993, 1995).

Já propriedades como o sujeito em posição pós-verbal, a ausência de concordância sujeito-verbo (120) e a impossibilidade de ocorrência de *-se* nominativo no domínio encaixado (121) em estruturas de *faire-inf* constituem fortes argumentos contra a projeção de AgrS.

(120) a. Os professores mandaram-na limpar/*limparem aos alunos.
b. Os professores mandaram-lhes limpar/*limparem a sala. [Gonçalves, 1999: 369, (9)]

(121) *Os professores mandaram acabar-se os trabalhos rapidamente.
[Gonçalves, 1999: 369, (12)]

[35] A referência a AgrS relaciona-se com o facto de este e outros estudos citados no presente trabalho seguirem Pollock (1989) na sua proposta de cindir a categoria Infl em T (tempo) e Agr (flexão).
[36] Esta frase é apenas agramatical na interpretação relevante, mas possível na interpretação em que há PRO / *pro* no domínio encaixado e o PP *aos alunos* é o beneficiário / alvo, sendo um objeto indireto básico.

Contrariamente ao defendido para outras línguas românicas (*e.g.*, Zubizarreta, 1985), o PE apresenta um conjunto de propriedades sintáticas (e semânticas) que permitem argumentar contra a projeção de T em *faire-inf*. Crucialmente, o domínio encaixado nesta estrutura caracteriza-se por (i) a posição de sujeito não ser ocupada por PRO, não sendo possível a ocorrência de um pronome enfático correferente com o sujeito da oração matriz (122); (ii) não ter uma posição para marcadores de negação frásica (123); (iii) não ser possível a ocorrência do verbo auxiliar de tempos compostos (124) e (iv) a coocorrência de expressões adverbiais com valores temporais distintos no domínio superior e no domínio encaixado ser impossível (125).

(122) a.*O professor$_i$ mandou ler ele$_i$ a gramática aos alunos.
b. O professor$_i$ quer ler ele$_i$ a gramática aos alunos.

(123) *O professor mandou não ler a gramática aos alunos.[37]

(124) *O professor mandou ter lido a gramática aos alunos.

(125) *O professor, ontem, mandou ler a gramática aos alunos amanhã.

Por último, e segundo as autoras citadas, a possibilidade de passivização do verbo superior (126), a possibilidade de ocorrência da construção de particípio absoluto (127) e impossibilidade de ocorrência do clítico acusativo no domínio encaixado (128) constituem evidências para a não projeção de AgrO no domínio encaixado.

(126) a. Os professores mandaram pintar as paredes aos meninos.
b. As paredes foram mandadas pintar aos meninos pelos professores.
[Gonçalves, 1999: 380, (32)]

(127) Mandada pintar a casa, os novos habitantes poderão mudar-se.
[Gonçalves, 1999: 380, (34)]

(128) a. */??O arquitecto mandou pintá-la a pintores altamente qualificados.
b. O arquitecto mandou-a pintar a arquitectos altamente qualificados.
[Gonçalves, 1999: 381, (36)]

[37] Uma vez mais, a agramaticalidade desta frase apenas diz respeito à interpretação relevante, ou seja, à interpretação destes exemplos como instâncias de *faire-inf.*

Pese embora os argumentos a favor de o domínio encaixado na construção *faire-inf* corresponder, em PE, a um complemento verbal, e não frásico, a hipótese de que este mesmo complemento é uma projeção de VP não permite dar conta de fenómenos relacionados com a distribuição de advérbios modificadores nas estruturas em causa. Na verdade, dados como (129), que indicam haver movimento do verbo, apontam para a necessidade de equacionar a projeção de um núcleo funcional acima de VP.

(129) a. O editor mandou rever bem o manuscrito ao escritor.
b. *O editor mandou bem rever o manuscrito ao escritor. [Gonçalves, 1999: 435, (171)]

Outro argumento a favor da projeção de uma categoria acima de VP advém da comparação entre o comportamento dos verbos causativos e percetivos em *faire-inf* e o comportamento dos verbos auxiliares (*ter* e *haver*)[38]. Ainda que as construções com verbos auxiliares e *faire-inf* partilhem algumas propriedades, diferem em aspetos fundamentais que levam a que os complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos possam ser analisados como predicados complexos, contrariamente ao que se verifica com os verbos auxiliares (Gonçalves, Carrilho & Pereira, 2016).

Assim, em ambos os casos, verifica-se subida de clítico, movimento longo de objeto, bem como a impossibilidade de ocorrência de negação no domínio encaixado e de coocorrência de expressões adverbiais com valores temporais distintos no domínio matriz e no domínio encaixado (Gonçalves, 1996, 1999, 2002). Estas semelhanças podem ser explicadas por mecanismos que criam efeitos de transparência que afetam as construções de predicado complexo e as construções com verbos auxiliares (Gonçalves, Carrilho & Pereira, 2016).

No entanto, os verbos causativos e percetivos exibem propriedades que os distinguem dos verbos auxiliares. Assim, apenas os verbos que ocorrem em estruturas de *faire-Inf* podem ocorrer com complementos finitos, o que constitui, por si só, um forte argumento contra tomá--los como verbos auxiliares. Com efeito, e de acordo com Gonçalves & Costa (2002), é mais plausível considerar que os verbos causativos ou percetivos e o verbo do domínio encaixado integram domínios frásicos distintos e que, em contextos de *faire-inf*, há uma reanálise dos dois domínios frásicos como um só domínio, ou seja, como um predicado complexo.

Um outro argumento contra a inclusão dos verbos causativos e percetivos na classe dos verbos auxiliares reside na imposição de restrições de seleção semântica sobre o constituinte com a função sintática de sujeito. Como se pode observar em (130), o verbo causativo *mandar*

[38] Assume-se, na senda de Gonçalves (1996), Gonçalves & Costa (2002) e Gonçalves (1999, 2002), que os verbos auxiliares do PE são *ter* e *haver*, ou seja, os auxiliares dos tempos compostos.

impõe tais restrições, selecionando sujeitos com os traços [+animado] e [+humano], pelo que (130a) é possível, mas (130b) é agramatical.

(130) a. A professora mandou estudar matemática aos alunos.
b. *A pedra mandou estudar matemática aos alunos.

Pelo contrário, os verbos auxiliares não impõem tais restrições, resultando os contrastes de gramaticalidade em (131) das propriedades de seleção do verbo principal: a justificação para o contraste entre (131b) e (131c) reside na seleção de um sujeito com os traços [+animado] e [+humano] por parte do verbo *estudar* e não por parte do verbo *ter*. O contraste de gramaticalidade entre (131a) e (131b) vem reforçar esta ideia, pois a diferença determinante entre as duas frases é o verbo principal, mantendo-se o sujeito e o verbo auxiliar idênticos. Em (131a), *beber* seleciona um sujeito [+animado], mas não requer que este seja [+humano].

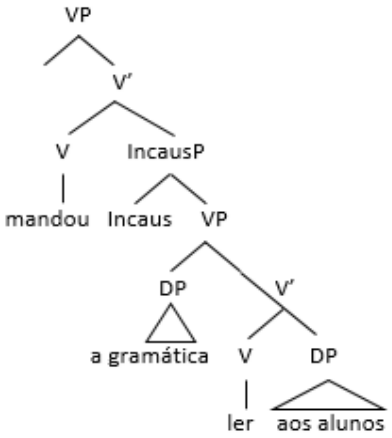
(131) a. Os gatos têm bebido leite todos os dias.
b. *Os gatos têm estudado matemática.
c. Os alunos têm estudado matemática.

Assim sendo, Gonçalves (1999, 2000) e Duarte & Gonçalves (2002) propõem que, em PE, o domínio infinitivo em estruturas de *faire-inf* corresponde à projeção de um núcleo funcional de Incausativização (Incaus)[39]. Este núcleo funcional, que ocorre imediatamente acima do VP encaixado, é descrito como preenchido por um afixo sem realização lexical que, crucialmente, "suspende a capacidade de atribuição de um papel temático externo pelo verbo encaixado" (Duarte & Gonçalves, 2002: 164)[40]. Assim, o causado[41] não corresponde ao sujeito gramatical do domínio infinitivo, mas sim a um argumento internalizado que é inserido na posição típica de objeto direto, no caso de o verbo do domínio encaixado ser intransitivo, ou de objeto indireto, no caso de o verbo do domínio encaixado ser transitivo.

[39] Note-se que, em trabalhos prévios a Duarte & Gonçalves (2002), como é o caso de Gonçalves (1999), a designação usada é "núcleo de causatividade".
[40] Esta definição do núcleo de incausatividade poderia ser problemática, na medida em que não permitiria dar conta da ocorrência de verbos inacusativos no domínio encaixado. Contudo, Gonçalves (1999) argumenta que a ocorrência deste núcleo não é regulada pelo "Princípio de Não Redundância Morfológica" (Zubizarreta 1985), mas sim por "um princípio que impede a coocorrência do morfema de causatividade com outros morfemas lexicais, que, associados à forma verbal, tenham a mesma função" (Gonçalves, 1999: 466). Adicionalmente, a autora chama a atenção para o facto de que um princípio de acordo com o qual Caus se projeta uma única vez permite dar conta da impossibilidade de ocorrência de verbos de Elevação e de Controlo no domínio encaixado.
[41] Usa-se aqui o termo usado pelas autoras, ressalvando-se que esta análise é válida tanto para verbos causativos como para verbos percetivos.

(132) a. O professor mandou ler a gramática aos alunos.

b.



[Adaptado de Gonçalves, 2000: 18, (30)]

Esta análise é distinta de propostas anteriores para outras línguas (*e.g.*, Kayne, 1975; Guasti, 1993), e mesmo para o PE (Raposo, 1981), que defendem que o causado é o sujeito gramatical em *faire-inf*. Contudo, o PE difere de outras línguas românicas em algumas das propriedades que constituem argumentos a favor de uma análise do causado enquanto sujeito: (i) o causado recebe o seu papel temático do complexo verbal (e não do verbo encaixado); (ii) o causado não liga expressões anafóricas em posição de objeto (133)-(135); (iii) o causado não controla PRO em estruturas de Controlo encaixadas (136).

(133) a. *O João mandou lavar-se$_i$/mandou-se$_i$ lavar o Pedro$_i$. [Gonçalves, 1999: 390, (55)]

b. Els professor feran inscriure's$_i$ al Joan$_i$. [Villalba, 1992: 346, (1a)]

os professores farão inscrever-se ao Joan

(134) a. *O criminoso mandou sequestrar o próprio$_i$ pai ao Pedro$_i$.

[Gonçalves, 1999: 391, (56)]

b. Faremo curare i propri$_i$ interessi ai nostri clienti$_i$. [Burzio, 1986: 264, (75a)]

faremos cuidar os próprios interesses aos nossos clientes

(135) a. *O criminoso mandou sequestrar o seu$_i$ pai ao Pedro$_i$. [Gonçalves, 1999: 391, (57)]

b. Cercherò di fare fare il suo$_i$ mestiere a Giovanni$_i$. [Burzio, 1986: 265, (77a)]

tentarei de fazer fazer o seu trabalho ao Giovanni

(136) a. *O Miguel mandou dizer PRO$_i$ ter visto a Marta ao Pedro$_i$.

[Gonçalves, 1999: 391, (58)]

b. Ho fatto affermare di PRO$_i$ averla vista a Giovanni$_i$. [Burzio, 1986: 264, (74a)]

haver.AUX feito dizer de tê-la visto ao Giovanni

Contudo, relativamente a outras propriedades, o PE e outras línguas românicas apresentam um comportamento semelhante, já que o causado não pode estar associado a quantificadores flutuantes quando o verbo encaixado é transitivo (137)-(138) e um objeto direto que integre um quantificador distributivo pode ligar expressões de posse que ocorram no causado (139).

(137) a. *A professora mandou ler todos um livro aos meninos.
b. *A professora mandou ler um livro todos aos meninos.
c. *A professora mandou todos ler um livro aos meninos. [Gonçalves, 1999: 392, (66)]

(138) a. *La maestra fa llegir un libre tots als nens.
a professora fez ler um livro todos aos meninos
b. *La maestra fa llegir tots un libre als nens.
[Alsina, 1996 *apud* Gonçalves, 1999: 392, (65)]
a professora fez ler todos um livro aos meninos

(139) a. Mandámos defender cada proposta$_i$ ao seu$_i$ autor. [Gonçalves, 1999: 393, (70)]
b. Giovanni farà invitare una ragazza ciascuno$_i$ ai suoi amici$_i$. [Burzio, 1986: 263, (71a)]
Giovanni fará convidar uma rapariga cada aos seus amigos
'O Giovanni fará convidar uma rapariga a cada um dos seus amigos.'

Recuperando o comportamento divergente dos verbos causativos e percetivos, relembre-se que a construção de *faire-inf* com verbos transitivos no domínio encaixado não parece ser possível com verbos percetivos (veja-se (24) da secção 2.1., recuperado em (140)). Segundo Gonçalves (1999) e Duarte & Gonçalves (2002), esta restrição relaciona-se com o facto de estes verbos não selecionarem um argumento com papel temático de alvo (141). Neste sentido, as autoras assumem que as propriedades temáticas dos verbos superiores determinam a possibilidade ou impossibilidade de formação da estrutura de *faire-inf* e adotam, como hipótese que permita dar conta da assimetria entre verbos percetivos e causativos, o Princípio de Isomorfia (Bordelois, 1988), de acordo com o qual há "uma correspondência sistemática entre o número de argumentos (e respetivos papéis temáticos) dos verbos que ocorrem quer em estruturas complexas quer em estruturas simples" (Gonçalves, 1999: 456). Ainda a este respeito, importa ressalvar que dados dialetais como os apresentados por Pereira (2012) não contradizem necessariamente esta hipótese, na medida em que, tal como a autora esclarece, é possível relacionar a aceitabilidade de frases como (140) com a possibilidade de os verbos percetivos serem ditransitivos e selecionarem um argumento dativo, em contextos como (142).

Assim sendo, frases como (140) não constituem uma violação do Princípio de Isomorfia considerando uma gramática em que (142) é possível.

(140) */?O professor viu ler a gramática aos alunos.

(141) *O João viu a carta à Maria.

(142) par=ext1107665-soc-98b-2: «Falam em Agosto, mas eu **ouvi a um dos responsáveis da obra** que só fica tudo pronto no final do ano», declara, peremptório, o gerente da Taverna Imperial. [Pereira, 2012: 365, (206)]

Relativamente à estrutura de ECM, Gonçalves (1999) argumenta a favor da projeção de T, tendo, porém, este núcleo uma natureza defetiva. Assim, argumentos como os já apontados para a não projeção de C e de AgrS na estrutura de *faire-inf* aplicam-se também no caso das estruturas de ECM. Quanto à projeção de T, esta justifica-se, por exemplo, pela possibilidade de ocorrência de marcadores de negação frásica e de pronomes clíticos no domínio encaixado. Por outro lado, a verificação do Caso acusativo do sujeito pelo verbo superior reflete a natureza incompleta de T quanto a traços casuais, uma vez que coloca em evidência a incapacidade de o T encaixado verificar Caso nominativo. Apesar desta especificidade, e ao contrário do que acontece em *faire-inf*, o causado, em ECM, é o sujeito do domínio encaixado, já que estabelece uma relação de c-comando com o objeto (veja-se (42) da secção 2.1., recuperado em (143), em que o sujeito c-comanda o pronome reflexo *se*).

(143) a. A mãe mandou os meninos$_i$ lavar-se$_i$.
b. *A mãe mandou lavar-se$_i$ os meninos$_i$.

Mais recentemente, Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008) propõem uma análise para as estruturas de ECM que destaca o seu caráter defetivo em termos de traços-ϕ, argumentando que é precisamente essa defetividade, concretizada na ausência do traço de Pessoa na projeção T do domínio encaixado, que permite múltiplas relações de *Agree* e de valoração de traços (não-interpretáveis) entre o domínio superior e o domínio encaixado.

Na senda de Raposo (1987), os autores assumem, então, que as construções infinitivas são projeções nominais, no sentido em que estão associadas a traços-ϕ e a traços casuais. A assunção de base nos trabalhos de Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008) é, pois, a de que a valoração de Caso está associada à verificação de traços-ϕ não-interpretáveis (Chomsky, 2000,

2001). Assim, se o T infinitivo tem um traço de Caso, deverá ter também um conjunto de traços-ϕ de modo a que o seu Caso seja valorado aquando da verificação dos traços-ϕ. Ora, não podendo o T infinitivo, nas estruturas de ECM, atribuir Caso ao sujeito do domínio encaixado, este T terá um conjunto incompleto de traços-ϕ, sendo, por conseguinte, um domínio defetivo. Neste sentido, os autores assumem que a matriz de traços de T infinitivo nas estruturas de ECM é constituída pelos traços EPP, Caso e Número. O traço de Pessoa é excluído desta matriz, já que a sua presença enquanto traço não-interpretável implica a existência de uma sonda com propriedades de valoração de Caso (Chomsky, 2000, 2001). Uma vez que o sujeito do domínio encaixado tem o seu Caso atribuído pelo verbo do domínio superior, isto é, por uma sonda externa, isto significará que o T infinitivo não tem traço de Pessoa. Este ponto é fundamental na derivação de ECM avançada pelos autores, na medida em que se segue Chomsky (2000, 2001) na proposta de que domínios defetivos, com um conjunto incompleto de traços-ϕ, permitem múltiplas relações de *Agree*.

Assim sendo, a derivação das estruturas de ECM desenrola-se em dois passos (144). O primeiro passo consiste em T infinitivo sondar o seu domínio e estabelecer uma relação de *Agree* com o sujeito atraindo-o para a posição de Spec, de forma a valorar o traço EPP. Esta relação de *Agree* permite que T tenha o seu traço de Número valorado, mas que os traços de Caso, tanto de T como do sujeito, ainda não estejam valorados, dado que nem um nem outro têm um traço não-interpretável de Pessoa (144b). Portanto, e no segundo passo, o verbo percetivo ou causativo, em *v*P, pode verificar os traços tanto do sujeito do domínio encaixado como do núcleo T infinitivo, na medida em que ambos estão equidistantes (Chomsky, 1995) de *v*. Então, *v* estabelece uma relação de *Agree* com o núcleo T infinitivo valorando o seu Caso (144c). Porém, devido ao Princípio da Maximização, *v* não é afetado por esta relação de *Agree* e, por isso, os seus traços-ϕ apenas são valorados quando estabelece uma relação de *Agree* com o sujeito do domínio infinitivo, ou seja, quando todos os seus traços podem ser valorados (144d). Deste modo, o sujeito e o núcleo T infinitivo partilham o Caso acusativo atribuído pelo verbo superior.

(144) a. Eu vi a Maria sair.

b. [$_{vP}$ v$_{[P:u]/[N:u]}$ vi [$_{TP}$ a Maria$_{[P:3]/[G:FEM]/[N: SG]/[Caso:u]}$ [$_{T'}$ T$_{[N:SG]/[Caso:u]/\sout{EPP}}$ [$_{VP}$ *t* sair]]]]

c. [$_{vP}$ v$_{[P:u]/\mathbf{[N:u]}}$ vi [$_{TP}$ a Maria$_{[P:3]/[G:FEM]/[N: SG]/[Caso:u]}$ [$_{T'}$ T$_{[N:SG]/\mathbf{[Caso:ACC]/}\sout{\mathbf{EPP}}}$ [$_{VP}$ *t* sair]]]]

d. [$_{vP}$ v$_{\mathbf{[P:3]/[N:SG]}}$ vi [$_{TP}$ a Maria$_{[P:3]/[G:FEM]/[N: SG]/\mathbf{[Caso:ACC]}}$ [$_{T'}$ T$_{[N:SG]/[Caso:ACC]/\sout{EPP}}$ [$_{VP}$ *t* sair]]]]

[Adaptado de Hornstein, Martins & Nunes, 2008: 13, (29)-(30)]

Finalmente, e recuperando exemplos como o apresentado em (145b), é possível dar conta de tais dados considerando que é na componente morfológica que se encontra a

motivação para esta variação entre formas flexionadas e não-flexionadas do infinitivo em estruturas de ECM, sendo crucial o facto de os pronomes da 3.ª pessoa do plural serem constituídos por dois morfemas – um associado a pessoa e género (*-o/-a*) e outro associado a número (*-s*).

(145) a. O professor mandou-os ler a gramática
b. */^{OK}O professor mandou-os lerem a gramática.

Deste modo, frases como (145a) e (145b), resultam de diferentes soluções encontradas na componente morfológica para dar conta de uma forma verbal com um traço de Número valorado como plural, mas não especificado quanto ao traço de Pessoa:

> *The morphological component may assign it* [the verbal form] *a default form, which is homophonous with the uninflected infinitival, or associate the valued number feature with a default person feature, yielding a "defective inflected infinitive"*. (Hornstein, Martins & Nunes, 2008: 14)

De resto, esta hipótese parece ir ao encontro de desenvolvimentos recentes no âmbito do Programa Minimalista. Com efeito, Chomsky (2008) considera que é possível dar conta de dados semelhantes aos de (145) através da componente morfológica, na medida em que, quando um T infinitivo (com propriedades semelhantes ao T que tem vindo a ser descrito para a estrutura de ECM) tem traços-ϕ que se manifestam morfologicamente, estes mesmos traços devem ser analisados apenas como um efeito morfológico de concordância, sem relevância ao nível da computação sintática[42].

Ainda sobre a estrutura denominada ECM, importa fazer referência, ainda que de forma breve, a um debate clássico na literatura e que diz respeito à análise destas estruturas como estruturas de Marcação Excecional de Caso ou como estruturas de Elevação para Objeto. Esta é uma discussão que tem como referências clássicas os trabalhos de Chomsky (1973, 1981), que defende uma análise das estruturas em causa como ECM, e Postal (1974) e Lasnik & Saito (1991), que, pelo contrário, defendem uma análise como Elevação para Objeto. Como se viu anteriormente, para o PE, Raposo (1981) defende uma análise como Elevação para Objeto,

[42] Tal como Chomsky (2008) faz notar, uma hipótese semelhante havia já sido avançada para o Grego por Iatridou (1993). Com efeito, e apesar das diferenças existentes entre as estruturas do Grego estudadas por Iatridou (1993) e a estrutura de ECM em PE (por exemplo, quanto à natureza da complementação e à finitude do verbo encaixado), é possível estabelecer um paralelo no que diz respeito a este aspeto em particular.

enquanto trabalhos como Gonçalves (1999 e trabalhos subsequentes) e Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008) adotam a designação ECM.

Trabalhos mais recentes, nomeadamente Chomsky (2008), têm vindo a privilegiar uma análise de Elevação para Objeto, ao considerarem que há uma elevação do DP sujeito do domínio encaixado para uma posição de objeto do domínio superior, recebendo esse constituinte Caso acusativo. Na mesma linha de argumentação, estudos recentes para o PE, como Santos, Gonçalves & Hyams (2016)[43], distinguem estruturas de Elevação para Objeto de estruturas em que há, efetivamente, ECM, como o caso da PIC. As autoras seguem, portanto, Chomsky (2008) na identificação de frases como (146a) como estruturas de Elevação para Objeto com base em propriedades como a impossibilidade de a oração infinitiva poder ser clivada (146b), aqui tomada como um indicador de que o DP tipicamente analisado como sujeito do domínio encaixado se moveu para fora do complemento infinitivo por elevação. Pelo contrário, a PIC (147a) forma um único constituinte, podendo, por exemplo, ser clivada (147b). Assim, esta estrutura é analisada como uma estrutura de ECM em Raposo (1989) e Barbosa & Cochofel (2005). Aliás, é possível verificar que a estrutura de Elevação para Objeto evidencia um comportamento distinto da PIC em vários dos testes de constituência que serão descritos no capítulo 3 do presente trabalho. Com efeito, a estrutura designada por estes autores como Elevação para Objeto não pode ser pseudoclivada (146c), não pode ocorrer com clivadas *é que* (146d), nem pode ser topicalizada (146e), contrariamente ao verificado com a PIC (147c)-(147e).

(146) a. O professor viu, com alívio, os alunos sair da sala.
b. *O professor viu, com alívio, foi os alunos sair da sala.
c. *O que o professor viu, com alívio, foi os alunos sair da sala.
d. *Os alunos sair da sala é que o professor viu, com alívio.
e. *Os alunos sair da sala, o professor viu, com alívio.

(147) a. O professor viu, com alívio, os alunos a sair da sala.
b. O professor viu, com alívio, foi os alunos a sair da sala.
c. O que o professor viu, com alívio, foi os alunos a sair da sala.
d. Os alunos a sair da sala é que o professor viu, com alívio.
e. Os alunos a sair da sala, o professor viu, com alívio.

[43] Este estudo baseia-se em dados de produção obtidos através de uma tarefa de produção elicitada que incluía vários contextos de complementação infinitiva. No contexto do presente trabalho, referir-se-ão apenas os resultados reportados para os contextos com verbos percetivos e causativos.

Não obstante a relevância teórica deste debate, no presente trabalho adota-se a designação clássica de ECM, considerando-se que, do ponto de vista da aquisição não-nativa destas estruturas, os pontos mais relevantes são os discutidos por Gonçalves (1999 e trabalhos subsequentes) e Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008) relativamente às categorias funcionais envolvidas na derivação deste tipo de complemento, bem como aos traços associados a essas mesmas categorias.

As análises propostas para o PE apresentam importantes pontos em comum no que diz respeito às estruturas *faire-inf* e ECM, nomeadamente quanto ao papel central da defetividade e à existência de estruturas diferentes para *faire-inf* e ECM. Assim, quanto à estrutura de *faire--inf*, há a formação de um predicado complexo apenas se se verificar a projeção de um nó de Incausatividade e o causado é caracterizado como um argumento internalizado do domínio encaixado (Gonçalves, 1999, 2000). Quanto à construção de ECM, as análises apresentadas caracterizam-na como uma projeção de T, sendo este nó T defetivo. Como vimos, esta defetividade é abordada essencialmente em termos funcionais nos trabalhos de Gonçalves (1999), Gonçalves & Duarte (2001) e Duarte & Gonçalves (2002) e em termos de traços-ϕ em Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008). Trabalhos mais recentes (Santos, Gonçalves & Hyams, 2016) adotam uma análise destas estruturas como Elevação para objeto, na mesma linha de propostas teóricas como a de Chomsky (2008).

2.3.2.Espanhol Peninsular

Os estudos sobre a complementação infinitiva do EsP têm-se centrado, sobretudo, em estruturas causativas com o verbo *hacer* (Treviño, 1994; Torrego, 1998, 2010; Tubino, 2010, 2012). A distribuição e a marcação casual do causado, bem como as propriedades relacionadas com estes aspetos (cf. secção 2.2.1.), estão na base de diferentes análises propostas para aquelas estruturas. Quanto aos verbos percetivos, Castillo (2001) analisa estruturas de ECM, enquadrando-se num debate entre propostas que argumentam a favor de uma análise de ECM como um domínio T defetivo e outras que analisam esta construção como uma oração pequena.

Num estudo comparativo sobre ECM em Inglês e em EsP, Castillo (2001) parte da assunção de que a construção de ECM apenas é possível com verbos percetivos em EsP e, seguindo Contreras (1987), que o sujeito de construções de ECM pode ocorrer em posição pré--verbal e pós-verbal. Partindo destas assunções, Castillo (2001) analisa então as estruturas de ECM em EsP como orações pequenas sem projeção de TP. De acordo com a autora, a ausência

de TP nestas estruturas encontra um correlato semântico na existência de uma relação de cotemporalidade entre o domínio superior (com verbos de perceção direta) e o domínio encaixado. Da questão da cotemporalidade decorreria, por sua vez, (i) a impossibilidade de ocorrência de tempos compostos no domínio encaixado (148) e (ii) a impossibilidade de ocorrência de negação no domínio encaixado (149). Um argumento adicional reside na marginalidade de construções passivas (150).

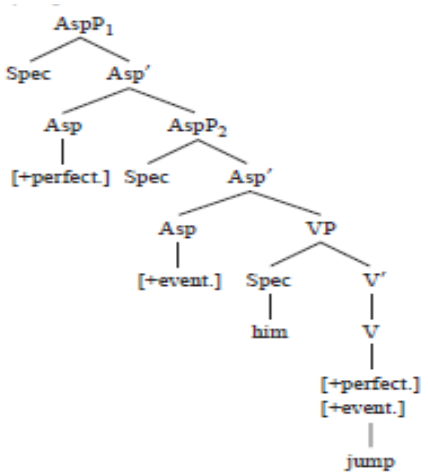
(148) *Vi a María haber abierto la puerta. [adaptado de Castillo, 2001: 126, (33)]
vi A María haver.AUX aberto a porta

(149) */??Vi a María non abrir la puerta. [adaptado de Castillo, 2001: 127, (37)]
vi A María não abrir a porta
'Vi a María não abrir a porta.'

(150) */??María fue vista comer la sopa.
María foi vista comer a sopa

A autora avança ainda a hipótese de que o sujeito do domínio encaixado recebe Caso através de uma relação anafórica entre os traços de tempo do verbo encaixado e do verbo superior. Neste sentido, as estruturas de ECM associadas a verbos percetivos são consideradas instâncias de VP encaixado num nó AspP múltiplo com diferentes traços associados, nomeadamente [+/-perfetivo] e [+/-atributivo] (151).

(151)



[Castillo, 2001: 135, (56b)]

Assim, os complementos não-finitos de verbos percetivos estão associados a um primeiro nó AspP com o traço [+perfetivo] (que denota uma qualidade temporária), que, por sua vez, pode estar associado ao traço [-progressivo], no caso dos complementos infinitivos, ou

ao traço [+progressivo], no caso de o complemento ser uma Construção de Gerúndio (CG). Um segundo nó AspP permite dar conta de algumas diferenças semânticas e interpretativas entre diferentes estruturas de ECM, tendo este segundo AspP, no caso das estruturas de ECM dependentes de verbos percetivos, os traços [-atributivo] e [+eventivo].

Considerando as análises da estrutura de ECM discutidas anteriormente, a proposta de Castillo (2001) parece indicar que a estrutura de ECM é mais defetiva (em termos de estrutura funcional) em EsP do que em PE, na medida em que, na primeira, T não se projeta. Contudo, os argumentos avançados por Castillo (2001) contra a projeção de T podem ser rebatidos se se levar em linha de conta algumas especificidades dos verbos percetivos.

Quanto ao argumento de Castillo (2001) de que, em estruturas de ECM, não é possível a ocorrência de marcadores de negação frásica no domínio encaixado, tal como referido anteriormente a propósito de dados do PE, os verbos percetivos, principalmente quando exprimem perceção direta ou sensorial, parecem apresentar mais restrições à ocorrência de marcadores de negação no domínio encaixado do que os verbos causativos. Assim, a ocorrência de negação em complementos infinitivos de verbos percetivos só parece ser possível em contextos pragmáticos adequados e, sobretudo, quando o verbo exprime perceção indireta ou cognitiva. Também em EsP, as restrições apontadas por Castillo (2001) não parecem estar associadas ao tipo de complemento infinitivo, contrariamente ao defendido pela autora. Note-se que Treviño (1994) e Torrego (2010) indicam que a ocorrência de marcadores de negação frásica é possível em complementos infinitivos do verbo *hacer* com sujeito pré-verbal. Deste modo, a agramaticalidade de frases do EsP como (149) parece resultar, tal como em PE, da necessidade de haver um contexto pragmático adequado à negação de complementos introduzidos por verbos percetivos (e não a uma restrição sintática da estrutura de ECM).

Quanto à impossibilidade de ocorrência de verbos auxiliares de tempos compostos no domínio encaixado, em exemplos como (148), ela não parece, uma vez mais, estar associada à estrutura de ECM, mas sim à forte relação de dependência temporal que se estabelece entre o domínio superior, com o verbo percetivo, e o domínio encaixado. A este propósito, também em PE, a presença de verbos auxiliares de tempos compostos no domínio encaixado resulta numa frase agramatical (152). Aliás, mesmo em estruturas de Infinitivo Flexionado (que têm forçosamente uma estrutura menos defetiva), tal também não é possível (153) e, no caso dos complementos finitos (154), em que o auxiliar dos tempos compostos pode ocorrer, o verbo percetivo, crucialmente, não pode ser interpretado como um verbo de perceção direta.

(152) *A Maria viu os meninos ter comido a sopa.

(153) *A Maria viu os meninos terem comido a sopa.

(154) A Maria viu que os meninos tinham comido a sopa.

Apesar de as duas propriedades anteriormente descritas (que são argumentos a favor da projeção de um nó funcional acima de VP) não se verificarem em complementos infinitivos de verbos percetivos, é legítimo afirmar que as estruturas de ECM são efetivamente projeções de um T defetivo. Note-se que tanto o PE como o EsP apresentam um comportamento semelhante no que se refere a outras propriedades cruciais, como é o caso da ocorrência de pronomes clíticos associados a argumentos do verbo infinitivo no domínio encaixado.

Tendo em conta que as estruturas de ECM em PE e em EsP apresentam um comportamento semelhante em alguns aspetos fundamentais e considerando os argumentos avançados para o PE a favor da presença de um T defetivo nestas mesmas estruturas (Gonçalves, 1999; Hornstein, Martins & Nunes, 2008), poderá colocar-se a hipótese de ECM ter uma estrutura semelhante em PE e em EsP. Mais concretamente, é possível colocar a hipótese de que, nas duas línguas, a estrutura de ECM é uma projeção de T defetivo, refletindo-se esta defetividade num conjunto incompleto de traços-ϕ, bem como numa relação de dependência temporal entre os dois domínios oracionais.

A favor desta hipótese, recordem-se também os dados recolhidos junto de falantes nativos de EsP (descritos na secção 2.2.3.), que vão no sentido de associar diferentes propriedades aos complementos infinitivos com sujeitos pré- e pós-verbais, tal como se verifica em PE. Crucialmente, verificou-se uma tendência para a aceitação de negação no domínio encaixado de complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais (tanto de verbos percetivos como de verbos causativos). Mais expressivos foram os resultados obtidos relativamente à subida de clítico, fenómeno que os falantes nativos de EsP rejeitaram em contextos de complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais, preferindo, pelo contrário, frases em que o pronome clítico com a função de objeto direto do verbo encaixado ocorre no domínio infinitivo.

Já no caso dos verbos causativos e, em particular, do verbo *hacer*, diferentes análises têm sido propostas, considerando o estatuto gramatical do causado. Algumas análises argumentam a favor de este ser o sujeito gramatical do domínio encaixado (Treviño, 1992, 1994; Tubino, 2010, 2012), enquanto outras argumentam que este é um objeto (Torrego, 1998, 2010).

Treviño (1992, 1994) centra-se em estruturas com causados pré- e pós-verbais, defendendo que o causado é o sujeito gramatical, na linha de Kayne (1975), e propondo uma análise da oração infinitiva como uma projeção de VP. A autora parte, por um lado, da

comparação do Espanhol[44] com o Francês e o Italiano, salientando as diferenças entre estas línguas românicas, e, por outro lado, na comparação entre estruturas causativas e de Controlo. A partir destas comparações, Treviño (1992, 1994) conclui que quer uma análise por movimento (Kayne, 1975) quer uma análise destes complementos como estruturas de Controlo (Bordelois, 1988) não são adequadas face aos dados do Espanhol.

Deste modo, Treviño (1992, 1994) considera como evidências para uma análise do causado como sujeito gramatical do domínio encaixado (i) a possibilidade de ocorrência da ordem SVO em Espanhol (para além da ordem V(O)S) (155); (ii) o facto de a marcação casual do causado não depender da transitividade do verbo encaixado (156); (iii) a não obrigatoriedade de subida de clítico em contextos de causado pós-verbal[45] (157); (iv) a possibilidade de ocorrência de movimento longo de objeto (158) e (v) a possibilidade de elidir o causado ou de realizá-lo introduzido por um sintagma-*por* (159).

(155) a. Hizo a los contribuyentes pagar demasiados impuestos.
fez A os contribuintes pagar demasiados impostos
'Fez os contribuintes pagar demasiados impostos.'
b. Hizo pagar demasiados impuestos a los contribuyentes. [Treviño, 1994: 51, (51)]
fez pagar demasiados impostos A os contribuintes.
'Fez pagar demasiados impostos aos contribuintes.'

(156) Juan lo/le hizo ler estos libros/llegar. [Treviño, 1992: 311, (2a)]
Juan o/lhe fez ler estes livros/chegar
'O Juan fê-lo ler estes livros/chegar.'

(157) a. Pedro hizo repararla por Juan.
Pedro fez reparar.INF-la.CL por Juan.
b. Pedro la hizo reparar por Juan.[46] [Treviño, 1992: 311, (3a-b)]
Pedro a.CL fez reparar por Juan
'O Pedro fê-la reparar pelo Juan.'

(158) La catedral fue hecha construir. [Treviño, 1992: 312, (6a)]
a catredal foi feita construir

[44] Treviño (1992, 1994) baseia-se em dados de diferentes variedades do Espanhol, incluindo o Espanhol mexicano, boliviano, colombiano, equatoriano e peninsular.
[45] Relembre-se, a este propósito, que a subida de clíticos que correspondem ao objeto do domínio encaixado parece ser bloqueada em contextos de causado pré-verbal (tal como em PE).
[46] Apesar de os exemplos dados em Treviño (1992, 1994) ilustrarem a opcionalidade de subida de clítico em estruturas de *faire-par*, o mesmo se verifica em estruturas de *faire-inf*.

(159) Hizo expulsar el barco (por los militares). [Treviño, 1992: 312, (7a)]
fez expulsar o barco (pelos militares).
'Fez expulsar o barco (pelos militares).'

Ainda em relação ao comportamento dos pronomes clíticos, os pronomes reflexos não podem ser movidos para fora do domínio do seu antecedente (Princípio A da Teoria da Ligação), razão pela qual (160) não é possível, mas os exemplos em (161) são admitidos em Espanhol. Contrariamente ao PE, o Espanhol admite a ocorrência de pronomes reflexos correferentes com causados pós-verbais, como ilustrado em (161b), o que pode ser tomado como uma evidência para um diferente estatuto gramatical do causado em Espanhol e em PE.

(160) *María se_i hizo pintar a $Picasso_i$.[47] [Treviño, 1992: 311, (4b)]
María se.CL fez pintar A Picasso

(161) a. María hizo a $Picasso_i$ $pintarse_i$ la cara.
María fez A Picasso pintar.INF-se.CL a cara
b. María hizo $pintarse_i$ la cara a $Picasso_i$. [Treviño, 1992: 311, (5)]
María fez pintar.INF-se.CL a cara A Picasso

Propriedades como as acima ilustradas, nomeadamente as que refletem efeitos de transparência entre os dois domínios frásicos (*e.g.*, subida de clítico, movimento longo de objeto) a par da impossibilidade de movimento *wh*- (162) e de outras estruturas que envolvem movimento, como é o caso das topicalizações (163), constituem argumentos contra a projeção de C nestas estruturas. De acordo com Treviño (1994), dados como os abaixo apresentados são também indicadores de que FP (uma categoria funcional abstrata acima de VP)[48] não se projeta.

(162) *Hizo a Tamayo ¿qué pintarle? [Treviño, 1994: 82, (23a)]
fez A Tamayo que pintar.INF-le.CL

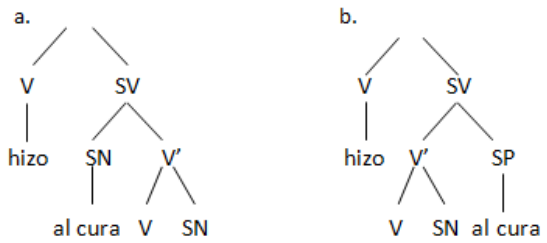
(163) *Hizo (a Olga) para Tamayo organizar la recepción. [Treviño, 1994: 82, (24a)]
fez (A Olga) para Tamayo organizar a receção

[47] Índices referenciais introduzidos por mim.
[48] A autora usa a designação FP na linha de Kayne (1991). Na verdade, Kayne (1991) propõe um FP cindido em Infn e T, numa abordagem semelhante à de Pollock (1989) quando propõe cindir a categoria Infl em T (tempo) e Agr (flexão).

A autora defende, pois, que as estruturas causativas com o verbo *hacer* são projeções de VP *bare*, dado que o infinitivo em Espanhol não é especificado quanto a tempo, aspeto ou concordância. Recorde-se que, neste tipo de estruturas, a referência temporal do domínio encaixado é determinada pela referência temporal de T do domínio superior. Além disso, a autora identifica ainda como vantagem de uma análise destas estruturas como projeções de VP o facto de tal análise não necessitar de postular elementos abstratos ou vazios, como proposto em Kayne (1991). A estrutura proposta por Treviño (1994) encontra-se em (165), sendo que, de acordo com a autora, o sujeito pode ser gerado em posição pré- ou pós-verbal. A posição pós--verbal é aqui considerada a posição não-marcada (por comparação ao observado em outras línguas, como o Italiano e o Francês). A autora faz ainda notar que a estrutura com sujeitos pós--verbais permite uma aproximação à configuração de VP proposta por Burzio (1986).

(164) a. Juan hizo al cura aceptar la limosna.
Juan fez A+o padre aceitar a esmola
'O Juan fez o padre aceitar a esmola.'
b. Juan hizo aceptar la limosna al cura. [Treviño, 1994: 91, (37)]
Juan fez aceitar a esmola A+o padre
'O Juan fez aceitar a esmola ao padre.'

(165)



[Treviño, 1994: 91, (38)]

Se, por um lado, Treviño (1994) propõe que contextos de sujeito pré- e pós-verbal correspondem à mesma construção, por outro lado, defende que a marcação casual do sujeito se processa de forma diferente nos dois contextos. O sujeito pré-verbal receberia Caso acusativo do verbo causativo, numa configuração de ECM, em virtude de o verbo infinitivo no domínio encaixado não poder atribuir Caso e de não existir uma barreira que bloqueie a regência do sujeito pelo verbo do domínio superior. Pelo contrário, o sujeito pós-verbal receberia Caso da preposição que o antecede, assumindo a autora que os dativos são gerados como PP.

Quanto à atribuição de Caso em contextos em que o verbo encaixado é inacusativo, Treviño (1994) defende que mesmo os sujeitos pós-verbais recebem Caso do verbo superior. Tal análise é possível mediante uma reinterpretação da noção de Minimalidade (Rizzi, 1990a) como Minimalidade de Traços (e não minimalidade em termos estruturais). Assim, e uma vez que o

verbo do domínio encaixado não é especificado para Caso, a atribuição de Caso ao sujeito pelo verbo do domínio superior não constitui uma violação da condição de Minimalidade de Traços.

A análise proposta por Treviño (1994) baseia-se, portanto, no pressuposto de que os complementos infinitivos do verbo *hacer* com causado pré- e pós-verbal correspondem a uma mesma estrutura. Contudo, estes exibem propriedades distintas que podem indicar a existência de duas estruturas. Assim, e tal como proposto para o PE, é possível colocar a hipótese, uma vez mais, de que as estruturas com causado pré-verbal correspondem a uma configuração de ECM, enquanto as estruturas com causado pós-verbal correspondem a predicados complexos. Na base desta ideia não está apenas a questão da ordem de palavras no domínio encaixado. Na verdade, as estruturas com causado pré-verbal distinguem-se das estruturas com causado pós--verbal nos padrões de colocação de pronomes clíticos e de marcadores de negação, como anteriormente referido. A par destas propriedades, e tal como descrito por Treviño (1994), a marcação casual apresenta diferenças relevantes, na medida em que os causados pré-verbais, mas não os causados pós-verbais, recebem Caso do verbo superior.

Ainda quanto à marcação de Caso em causados pós-verbais, Treviño (1994) considera que o causado recebe Caso da preposição ou, se o verbo do domínio encaixado for inacusativo, do verbo do domínio superior. Esta questão pode ser relacionada com o facto de, em estruturas com verbos inacusativos, o causado nem sempre ser precedido por *a*. Como ilustrado em (166), causado *agua*, tendo o traço [-animado], não está sujeito a DOM.

(166) Hizo salir el agua por la coladera. [Treviño, 1994: 104, (53a)]
fez sair a água por o ralo.
'Fez sair a água pelo ralo.'

Contudo, dados como (167) parecem ser problemáticos, no sentido em que, se em frases como (164b), o causado recebe Caso da preposição, também em frases como (167) tal deveria ser possível, não sendo, portanto, necessário postular mecanismos específicos de atribuição de Caso de acordo com a classe do verbo que ocorre no domínio encaixado.

(167) Hizo salir a Pedro de la reunión. [Treviño, 1994: 104, (52a)]
fez sair A Pedro de a reunião
'Fez sair o Pedro da reunião.'

Assim sendo, é possível colocar a hipótese de que ou o Caso do causado, em estruturas de predicado complexo, depende da transitividade do verbo do domínio encaixado, estando

sujeito, além disso, a uma marcação morfológica motivada por propriedades semânticas (DOM), ou o causado antecedido por *a* corresponde a um dativo inerente, cuja marcação não está dependente da transitividade do verbo. Como se verá em seguida, propostas posteriores avançam com análises para a marcação casual do causado que vão neste sentido.

Já no que diz respeito à análise das estruturas causativas como projeções de VP *bare*, retome-se um dos principais argumentos aduzidos por Gonçalves (1999) para a projeção de um nó funcional acima de VP nas estruturas de *faire-inf* em PE – a distribuição de advérbios modificadores. De acordo com Gonçalves (1999), dados do PE como os apresentados em (129) da secção 2.3.1, e retomados em (168), indicam haver movimento do verbo e, portanto, constituem um argumento para a presença de um núcleo funcional acima de VP.

(168) a. O editor mandou rever bem o manuscrito ao escritor.
b. *O editor mandou bem rever o manuscrito ao escritor. [Gonçalves, 1999: 435, (171)]

Ora, também no EsP, é possível a ocorrência de advérbios modificadores em posição pós-verbal em estruturas de *faire-inf* (169)-(170), pelo que é possível argumentar contra uma análise desta estrutura em EsP como uma projeção lexical. Adicionalmente, os mesmos argumentos aduzidos para distinguir o comportamento de *faire-inf* do dos verbos auxiliares (possibilidade de ocorrência em complementos finitos com propriedades específicas e propriedades de seleção dos verbos causativos e percetivos) são também aplicáveis ao EsP.

(169) Da miedo, sí. Pero yo creo que seremos capaces de **hacerlo funcionar bien**. Poner en pie un teatro de ópera no es ninguna tontería.
'Dá medo, sim. Mas eu acredito que seremos capazes de fazê-lo funcionar bem. Pôr de pé um teatro de ópera não é nenhum disparate.'
[Davies (2002-), *Corpus del Español*, fonte: http://www.abc.es]

(170) Ella es sobre todo la que **hace comprender bien** al entendimiento lo que es una prueba (…).
'Ela é sobretudo a que faz compreender bem ao entendimento o que é uma prova.'
[Davies (2002-), *Corpus del Español*, fonte: http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=2004]

Análises mais recentes das construções com verbos causativos propõem estruturas mais complexas ao postularem a necessidade de nós funcionais específicos para dar conta do estatuto do causado e das propriedades sintáticas e semânticas dos complementos infinitivos do verbo

hacer. É o caso da análise de Torrego (1998, 2010), que analisa o causado como um objeto em Appl, e da análise de Tubino (2010, 2012) que analisa o causado como o sujeito gramatical do domínio infinitivo associado a um nó Voice, na linha de Pylkkänen (2008).

Torrego (1998, 2010) distingue dois tipos de construções associadas a *faire-inf*, distinção assente, essencialmente, nas propriedades sintáticas e semânticas do causado, nomeadamente quanto aos seus traços semânticos e à sua distribuição.

Centrando-se sobretudo nas estruturas com causado pré-verbal, a autora aproxima esta estrutura da construção *faire-par* em outras línguas românicas. Tendo em conta esta aproximação, Torrego (2010) toma como ponto de partida a análise de Folli & Harley (2007) para o Italiano, ao assumir que o verbo *hacer* em estruturas *faire-inf* com causado pré-verbal é um verbo lexical – na senda do V_{DO} proposto para as estruturas de *faire-par* do Italiano por Folli & Harley (2007) – e que o verbo *hacer* em estruturas *faire-inf* com causado pós-verbal é um verbo funcional – à semelhança do V_{BE} e V_{BECOME} proposto para estruturas de *faire-inf* com verbos estativos e inacusativos, respetivamente, pelas mesmas autoras. Esta distinção permite, segundo Torrego (2010), dar conta de algumas assimetrias associadas aos causados pré- e pós--verbais, nomeadamente a obrigatoriedade de o causado em posição pré-verbal ser [+animado] e de o sujeito do verbo causativo ter o papel-θ de Agente.

Contudo, ao contrário de Folli & Harley (2007), Torrego (2010) rejeita a ideia de que o causado é o argumento externo do domínio encaixado em EsP. A autora propõe, na verdade, uma análise através da projeção de um nó aplicativo (Appl), tendo em conta trabalhos anteriores de Baker (1988) e Ippolito (2000). De acordo com a autora, a projeção de um nó Appl permite dar conta das suas especificidades no que toca à marcação de Caso, ou seja, da relação existente entre o traço de animacidade e a marcação de Caso dativo. Levando, pois, em consideração o trabalho inaugural de Baker (1988), a proposta de um nó aplicativo pode ser relacionada com a necessidade de expansão da grelha temática para dar conta das propriedades de determinadas línguas, como é o caso das línguas polissintéticas (*e.g.*, Chichewa). Assim, é possível estabelecer um paralelo entre a proposta de Baker (1988) para as línguas polinssintéticas e a proposta de Torrego (2010) para *faire-inf*, na medida em que as propriedades do causado nesta estrutura podem tornar necessária a expansão da grelha argumental.

Note-se que a autora não considera as estruturas com causado pré-verbal instâncias de ECM, apesar de permitirem a colocação de marcadores de negação e de clíticos no domínio encaixado. A argumentação de Torrego (2010) para rejeitar uma análise de ECM para os complementos com causados pré-verbais baseia-se na assunção de que as estruturas de ECM são projeções de TP, sendo crucial o facto de TP não ser uma fase. A autora relaciona este aspeto com a marcação morfológica de constituintes com Caso acusativo em Espanhol. Assim, Torrego

(2010) adota a proposta de Richards (2006, *apud* Torrego, 2010), de acordo com a qual dois DP com a mesma marcação casual não podem ocorrer linearmente numa mesma fase a não ser que ambos se tornem distintos em Forma Fonética. Ora, se uma frase como (171) fosse analisada como uma instância de ECM e, portanto, como uma projeção de TP, então teríamos dois constituintes com a mesma marcação morfológica (o causado, *a la empleada*, e o objeto do domínio encaixado, *a sus hijos*) a ocorrer numa mesma fase[49].

(171) (Todos los veranos) el jefe hacía a la empleada contratar a sus hijos.

[Torrego, 1998: 86, (15)]

(todos os verões) o chefe fazia A a empregada contratar A seus filhos

'(Todos os verões) o chefe fazia a empregada contratar os seus filhos.'

Neste sentido, Torrego (1998, 2010) defende que o causado pré-verbal é um dativo e que as diferenças entre *loísmo* e *leísmo* se explicam pela forma como o Caso é valorado nos diferentes dialetos. Uma vez que, nos dialetos *loístas*, o causado, marcado morfologicamente com dativo, pronominaliza num clítico acusativo, a autora propõe que o Caso dativo do causado é atribuído estruturalmente (não sendo um dativo inerente) pelo verbo *hacer*, sendo este lexical.

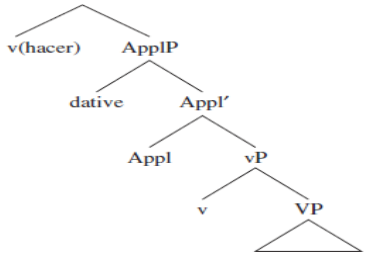
Assim, Torrego (2010) argumenta a favor da hipótese de que a presença de um nó Appl, a par de o verbo *hacer* ser lexical, permite dar conta do Caso dativo e do traço [+animado] do causado. Por outro lado, quando o verbo *hacer* é funcional, sujeitos pré-verbais não são possíveis, pois este verbo, ao contrário de *hacer* lexical, não pode atribuir Caso dativo. Com efeito, segundo a autora, o verbo *hacer* funcional, ao contrário do verbo *hacer* lexical, não legitima uma fase *v**, que, por sua vez, legitimaria um argumento externo com o papel-θ de Agente (172). Assim, com estruturas introduzidas por *hacer* funcional, podemos apenas ter causados realizados como um pronome clítico, pois este é inerentemente dativo (173).

[49] Torrego (2010) afasta também a possibilidade de estas estruturas serem analisadas como projeções de CP, considerando uma configuração em que o causado ocorreria no CP matriz e o objeto do domínio infinitivo no CP encaixado. Segundo a autora, este tipo de análise pressuporia que os complementos do verbo *hacer* com causados pré-verbais seriam estruturas de Controlo de Objeto. Todavia, tal análise não permite dar conta das diferenças entre as duas estruturas referidas, como o seu comportamento distinto face à passivização do domínio superior.

(i) María fue obligada a contratar al hijo del jefe. [Torrego, 2010: 454, (16)]
María foi obrigada a contratar ao filho do chefe
'A María foi obrigada a contratar o filho do chefe.'

(ii) *María fue hecha contratar al hijo del jefe. [Torrego, 2010: 454, (17)]
María foi feita contratar ao filho do chefe

(172)

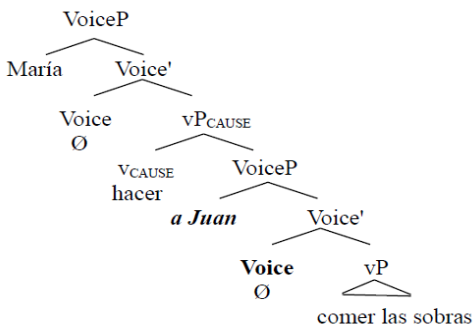


[Torrego, 2010: 464, (39)]

(173) Su buena forma le ha hecho (a la atleta) ganar la carrera. [Torrego, 2010: 465, (41b)]
sua boa forma lhe.CL haver.AUX feito (A a atleta) ganhar a corrida.
'A sua boa forma fez-lhe (à atleta) ganhar a corrida.'

Considerando as mesmas estruturas estudadas por Torrego (1998, 2010), Tubino (2010, 2012) distancia-se da hipótese de projeção de um nó Appl na derivação de complementos infinitivos com causados pré-verbais. Para esta autora, o causado é o sujeito gramatical do domínio encaixado. Esta assunção segue a linha de análise de trabalhos anteriores para outras línguas (Villalba (1992), para o Catalão; Folli & Harley (2007), para o Italiano) e concretiza-se na proposta de que o causado está dependente de um nó Voice (174), na linha de Pylkkänen (2008).

(174)



[Tubino, 2012: 3, (7)]

Assim sendo, Tubino (2010, 2012) parte da distinção entre V_{DO} e V_{CAUSE} (Folli & Harley, 2007) aplicada ao verbo causativo, que considera dar conta do papel-θ a que o causado pode estar associado em diferentes construções causativas. Neste contexto, a autora salienta que um nó Appl não seria necessário para dar conta de tais aspetos. Por outro lado, a atribuição de Caso ao causado, um dos argumentos fundamentais para a proposta de um nó Appl em Torrego (2010), é abordada sob a perspetiva de Pesetsky & Torrego (2001). Deste modo, (i) o Caso nominativo seria o resultado da valoração de um traço não-interpretável de T em D por T; (ii) o Caso acusativo nos dialetos *loístas* seria o resultado da valoração de um traço não-interpretável de T em D por v, no complemento de V e (iii) nos restantes casos o Caso seria o dativo.

Consequentemente, a autora assume que o Caso dativo é atribuído por defeito e que o causado tem de ser necessariamente dativo, uma vez que não é um argumento de V.

A autora apresenta ainda um conjunto de testes com o objetivo de demonstrar a adequação da sua análise às propriedades sintáticas e semânticas do causado. Do ponto de vista semântico, a autora defende que o causado, em estruturas transitivas, (i) é um agente volitivo, sendo compatível com modificadores orientados para o agente (175); (ii) é tendencialmente [+animado] (175) e (iii) é compatível com predicados secundários descritivos (176).

(175) El jefe de la secta hizo a sus seguidores renunciar a sus bienes por voluntad própria.
o chefe de a seita fez A seus seguidores renunciar a seus bens por vontade própria.
'O chefe da seita fez os seus seguidores renunciar voluntariamente aos seus bens.'
[Torrego, 2010, 451, (8), *apud* Tubino, 2012: 12, (30)]

(176) Juan hizo a María conducir borracha. [Tubino, 2012: 14, (34b)]
Juan fez A María conduzir bêbeda
'O Juan fez a María conduzir bêbeda.'

Já do ponto de vista sintático, o causado (i) é compatível com Controlo de Sujeito (177); (ii) pode ligar anáforas orientadas para o sujeito (178) e (iii) pode ser sujeito de construções passivas (179), contrariamente a outros aplicativos (180).

(177) Juan hizo comprar un coche a Pepe [para salir los fines de semana].
[Tubino, 2012: 15, (36a)]
(a) O Juan fez comprar um carro ao Pepe para o Juan sair aos fins de semana.
(b) O Juan fez comprar um carro ao Pepe para o Pepe sair aos fins de semana.

(178) Juan hizo a María$_i$ gustarse$_i$ a sí misma$_i$. [Tubino, 2012: 15, (38)]
Juan fez A María gustar.INF-se.CL a si mesma
'O Juan fez a María gostar de si própria.'

(179) Este poema le$_{DAT}$ hizo ser admirado y estudiado. [Tubino, 2012: 16, (41b)]
este poema lhe.CL fez ser admirado e estudado
'Este poema fê-lo ser admirado e estudado."

(180) *Juan fue enviado una carta. [Tubino, 2012: 16, (41a)]
Juan foi enviado uma carta

Note-se, porém, que, ao contrário do que se observa em (177), o causado no exemplo em (178) encontra-se em posição pré-verbal. Tal diferença poderá ser problemática, no sentido em que (177) e (178) podem corresponder a estruturas diferentes.

É justamente a hipótese de que, tanto em PE como em EsP, complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais correspondem a ECM, mas complementos com sujeitos pós-verbais correspondem a predicados complexos, que aqui se defende. Os argumentos a favor desta hipótese relacionam-se com o comportamento destas estruturas quanto (i) a aspetos relacionados com a ordem de palavras; (ii) à colocação de marcadores de negação frásica; (iii) à colocação de pronomes clíticos e (iv) às propriedades do causado.

A questão da ordem de palavras no domínio infinitivo – SV(O) ou V(O)S – tem implicações para a adjacência verbal, um dos critérios usados na determinação de um predicado complexo[50] (Gonçalves, 1999). Não obstante, este não deve ser tomado como decisivo, havendo outras propriedades, a par desta, que apontam no sentido de os complementos com sujeitos pré-verbais não corresponderem a predicados complexos, contrariamente aos complementos com sujeitos pós-verbais.

Assim sendo, os padrões de colocação de marcadores de negação frásica e de pronomes clíticos são aspetos relevantes. *Faire-inf*, em PE, não admite a ocorrência de marcadores de negação no domínio encaixado, o mesmo sendo verdade, em EsP, para estruturas com causados pós-verbais, de acordo com a literatura citada. Pelo contrário, Torrego (2010) considera possível a ocorrência de marcadores de negação em estruturas com causados pré-verbais.

Já na colocação de pronomes clíticos, o PE e o EsP evidenciam algumas diferenças. Com efeito, dados do EsP (Hernanz, 1999) parecem indicar que a subida de clítico não é obrigatória em complementos com sujeitos pós-verbais, contrariamente ao que acontece em *faire-inf* em PE. Contudo, Demonte (1977) e Hernanz (1999) advertem para a existência de variação nos juízos de gramaticalidade dos falantes neste ponto, não sendo claro em que contextos os pronomes clíticos que correspondem a argumentos verbais ocorrem no domínio encaixado e em que contextos há subida de clítico. Os dados recolhidos junto de falantes nativos de EsP (secção 2.2.3.), apontam, efetivamente, para uma grande variação de juízos quanto à subida de clítico em contextos de complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais. Todavia, nos

[50] Gonçalves (*e.g.*, 1999, 2001) chama a atenção para o facto de o critério da adjacência verbal ser mais determinante na identificação de predicados complexos em línguas polissintéticas do que em línguas analíticas, como é o caso das línguas românicas. Aliás, tomando o PE como exemplo, existe um conjunto restrito de elementos que podem interromper a adjacência verbal em construções de predicado complexo (ver secção 2.1. deste trabalho). Ainda assim, e atendendo, justamente, a que a adjacência verbal pode ser interrompida apenas em determinados contextos e apenas por certos elementos, é possível tomar este critério a par de outros na identificação de predicados complexos.

contextos de complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais, os falantes nativos apresentam juízos mais categóricos, rejeitando a subida de clítico. Tal facto parece indicar que os complementos com sujeitos pré- e pós-verbais em EsP têm, tal como em PE, propriedades diferentes que poderão ser reveladores de derivações sintáticas distintas.

Relativamente ao sujeito do domínio encaixado, é relevante o facto de Torrego (1998, 2010) e Tubino (2012), tal como Treviño (1992, 1994), considerarem que o seu Caso é valorado pelo verbo superior em complementos com sujeitos pré-verbais, tal como acontece em ECM.

Neste sentido, os dados do EsP parecem indicar que existem argumentos sólidos a favor da projeção de T nas estruturas com sujeitos pré-verbais (*e.g.*, presença de marcadores de negação e de pronomes clíticos no domínio encaixado), tratando-se, ainda assim, de um domínio defetivo (*e.g.*, marcação casual do causado, ausência de concordância verbal).

Um último aspeto prende-se com a função gramatical do causado em estruturas com o verbo *hacer* em EsP. O causado em posição pré-verbal exibe propriedades que permitem argumentar a favor de uma análise como sujeito gramatical, à semelhança do que se verifica em estruturas de ECM. Já o causado pós-verbal tem vindo a ser analisado por alguns autores como sujeito (Treviño, 1992, 1994; Tubino, 2010, 2012) e por outros como objeto (Torrego, 1998, 2010). Comparando os dados do PE com os dados do EsP, recorde-se que Gonçalves (1999, 2000), Gonçalves & Duarte (2001) e Duarte & Gonçalves (2002) propõem que o domínio infinitivo em estruturas de *faire-inf* corresponde à projeção de um núcleo funcional de Incausativização, tratando-se, portanto, de um complemento verbal em que o causado é um argumento internalizado do complexo verbal e cujo Caso (acusativo ou dativo) está dependente da transitividade do verbo no infinitivo. Esta análise do causado em PE é motivada por um conjunto de propriedades que, aliás, distinguem o PE do EsP. Assim, dados como os apresentados por Treviño (1992, 1994) e Tubino (2010, 2012) em frases como (161) e (177)-(179) apontam no sentido de o causado pós-verbal ter propriedades distintas em PE e em EsP, já que, em EsP, o causado pode, por exemplo, ligar anáforas em posição de objeto e é compatível com Controlo de Sujeito. Por outro lado, PE e EsP apresentam um comportamento semelhante na relação entre causado e quantificadores flutuantes, já que em ambas as línguas o causado não pode estar associado a quantificadores flutuantes (181).

(181) a. *A professora mandou ler todos um livro aos meninos.
b. *A professora mandou ler um livro todos aos meninos.
c. *A professora mandou todos ler um livro aos meninos. [Gonçalves, 1999: 392, (66)]

Se em PE tal comportamento é esperado, pois o causado não é analisado como o sujeito, em EsP este aspeto vem contrariar dados, como os referidos anteriormente, que pareciam indicar que uma análise do causado como sujeito poderia ser adequada para esta língua.

A tabela 12 compara as principais propriedades sintáticas das estruturas de *faire-inf* e de ECM em EsP e em PE. Marcadas a cinzento encontram-se as propriedades em que as duas línguas diferem. Na presente secção, argumentou-se a favor de uma análise diferenciada entre complementos infinitivos com ordem SV(O) e V(O)S em EsP (à semelhança do que se verifica em PE), com base em diferenças no comportamento face a algumas propriedades sintáticas (*e.g.*, comportamento dos pronomes clíticos e dos operadores de negação frásica). Assim, considera-se que a ordem SV(O) corresponde à estrutura de ECM e a ordem V(O)S corresponde a *faire-inf*. Algumas das propriedades incluídas na tabela 2 da secção 2.2.1. são agora revistas.

	Propriedades sintáticas dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos			
	Espanhol Peninsular		**Português Europeu**	
	Faire-inf	**ECM**	***Faire-inf***	**ECM**
Ordem de palavras no domínio encaixado	V(O)S	SV(O)	V(O)S	SV(O)
Redistribuição de funções sintáticas (sujeito lógico do domínio encaixado)	Sujeito/ Argumento Interno?	Sujeito	Argumento internalizado do complexo verbal	Sujeito
Caso do sujeito do domínio encaixado	Acusativo com DOM / dativo (dependente da transitividade do verbo encaixado)	Acusativo com DOM	Acusativo / dativo (dependente da transitividade do verbo encaixado)	Acusativo
Subida de clítico (argumentos internos do domínio encaixado)	Possível, mas não obrigatória	Não	Sim	Não
Adjacência verbal	Sim	Não	Sim	Não
Operadores de negação frásica no domínio encaixado	Não	Sim	Não	Sim
Passivização (verbo superior)	Sim	Não	Sim	Não
Pronomes reflexos no domínio encaixado	Sim	Sim	Não	Sim

Tabela 12: Propriedades sintáticas dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos numa perspetiva comparada entre o PE e o EsP.

Em síntese, as análises para o EsP oferecem interpretações dos dados empíricos relativos aos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos. A distribuição do causado, bem como as suas propriedades sintáticas e semânticas parecem ser o ponto de partida para a proposta das diferentes análises exploradas nesta secção. No caso dos complementos infinitivos com causados pré-verbais, foram apresentadas propostas divergentes: por um lado, Torrego (1998, 2010) defende uma análise do causado introduzido por um nó aplicativo e, por outro lado, Treviño (1992, 1994) e Tubino (2010, 2012) consideram que o causado é o sujeito do domínio infinitivo. Com efeito, os dados do EsP parecem oferecer argumentos a favor destas duas análises, ponto em que esta língua difere do PE. Ainda assim, importará explorar a hipótese de não ser necessário postular uma categoria funcional específica para dar conta das propriedades do causado. Uma terceira proposta (Castillo, 2001) centra-se em complementos de verbos percetivos, analisando-os como instâncias de ECM. Contudo, os argumentos da autora a favor de uma análise de ECM como oração pequena em EsP baseiam-se em propriedades que não são específicas das estruturas em causa. Na verdade, as estruturas de ECM em PE e em EsP apresentam um comportamento semelhante.

Considerando os dados do EsP provenientes da literatura, bem como dados experimentais, relativamente a complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais, colocou-se a hipótese de que os argumentos avançados para o PE a favor da presença de um T defetivo na estrutura de ECM (Gonçalves, 1999; Hornstein, Martins & Nunes, 2008) poderão também ser válidos também para o EsP.

2.4. Análises propostas para a estrutura de Infinitivo Flexionado

No que diz respeito à estrutura de Infinitivo Flexionado, estudos anteriores têm-se centrado sobretudo em orações de Infinitivo Flexionado com a função de sujeito, de adjunto e de complemento de verbos factivos, declarativos ou epistémicos (Raposo, 1987; Ambar, 1992; Madeira, 1994; Longa, 1994; Duarte, Gonçalves & Miguel, 2005) ou ainda em estruturas de Controlo (Duarte, Gonçalves & Santos, 2012; Gonçalves, Santos & Duarte, 2014; Santos, Gonçalves & Hyams, 2016). Quanto ao estudo da estrutura de Infinitivo Flexionado como complemento de verbos percetivos e causativos, destacam-se os trabalhos de Gonçalves (1999), Gonçalves & Duarte (2001) e Duarte & Gonçalves (2002) e, mais recentemente, Barbosa, Flores & Pereira (2018).

A análise de Raposo (1987) parte do pressuposto teórico de que a possibilidade de haver estruturas com infinitivo flexionado resulta da interação de dois parâmetros: o parâmetro do Sujeito Nulo e o parâmetro Infl. Por um lado, Raposo (1987) segue Chomsky (1982) ao propor que algumas línguas, nomeadamente as línguas de sujeito nulo, permitem que Agr seja especificado para Caso: "In null-subject languages verbal Agr is a set of specifications for number, person, and, optionally, Case. (…) It then follows that a language with 'inflected infinitives' taking nominative lexical subjects can only be a null-subject language" (Raposo, 1987: 92). Por outro lado, o PE marcaria positivamente o valor do parâmetro Infl, o que, de acordo com o autor, representa uma opção marcada na Gramática Universal (GU). Assim, enquanto noutras línguas apenas Infl finito é especificado quanto a Agr, em PE é possível que Infl infinitivo seja também especificado quanto a traços Agr. Neste âmbito, Raposo (1987) assume, seguindo Chomsky (1981), que os traços de Agr em Infl têm propriedades nominais. Assim, se Infl consistir apenas em Agr (Infl infinitivo), será uma categoria nominal, associada a traços-ϕ e a Caso: "In the absence of [+Tense], Infl (or Agr in Infl) is capable of assigning nominative Case to a lexical subject only if it is itself specified for Case." (Raposo, 1987: 92).

Partindo destas premissas, Raposo (1987) propõe então uma análise distinta para orações de Infinitivo Flexionado com ordem SV – entre as quais se incluem orações com a função sintática de sujeito (182), de adjunto (183) e de complemento de verbos factivos (184a) – e com ordem VS – como os complementos de verbos declarativos (185) e epistémicos (186), nos quais a inversão verbo-sujeito é obrigatória, e os complementos de verbos factivos (184b), em que essa ordem é opcional: as primeiras seriam projeções de IP e as segundas, projeções de CP. Nas orações com ordem SV, Agr (em I) receberia Caso de um regente externo, isto é, de um atribuidor de Caso da oração superior ou, nas orações adjuntas, da preposição. Já nas orações com ordem VS, haveria movimento de V-I para C e, ao mover-se para C, Agr receberia Caso da oração matriz.

(182) Será difícil eles aprovarem a proposta. [Raposo, 1987: 86, (2a)]

(183) Eu entrei em casa sem os meninos verem. [Raposo, 1987: 88, (9)]

(184) a. Eu lamento os deputados terem trabalhado pouco.
b. Eu lamento terem os deputados trabalhado pouco. [Raposo, 1987: 87, (7)]

(185) a. *Eu afirmo os deputados terem trabalhado pouco.
b. Eu afirmo terem os deputados trabalhado pouco. [Raposo, 1987: 87, (6)]

(186) a. *Eu penso os deputados terem trabalhado pouco.
b. Eu penso terem os deputados trabalhado pouco. [Raposo, 1987: 87, (6)]

Trabalhos posteriores têm vindo a discutir a análise de Raposo (1987) concluindo que esta não é isenta de problemas. Madeira (1994) considera que a assunção de que Agr recebe Caso para poder valorar o Caso nominativo do sujeito do domínio encaixado conduz a algumas predições que não permitem dar conta dos dados do PE. Em primeiro lugar, a hipótese de serem propriedades de seleção dos verbos a determinar a possibilidade de ocorrência de infinitivos flexionados não prediz corretamente a não ocorrência de infinitivos flexionados em determinados contextos, como é o caso dos complementos oracionais de verbos volitivos (187). Raposo (1987) defende que Agr se pode mover para C em dois contextos: (i) se C tiver um operador de tempo ou (ii) se o verbo do domínio superior admitir complementos nominais. Ora, considerando dados como (188), que mostram que verbos volitivos são compatíveis com complementos nominais, Madeira (1994) conclui que as assunções em que Raposo (1987) se baseia levariam à predição incorreta de que verbos volitivos admitiriam complementos com infinitivos flexionados.

(187) a. *O governo quer o relatório ser publicado.
b. O governo quer publicar o relatório. [Madeira, 1994: 181, (11)]

(188) Querem a tua ajuda. [Madeira, 1994: 185: (22)]

Em segundo lugar, a impossibilidade de ocorrência de infinitivos flexionados em interrogativas (189) e relativas encaixadas (190) é explicada por Raposo (1987) através do *Doubly-Filled COMP Filter*. Contudo, Madeira (1994) assume, na linha de Pesetsky (1992, *apud* Madeira, 1994), que aquele fenómeno não se aplica quando a posição de C é preenchida por movimento.

(189) Não sabemos a quem dar/*darmos o livro. [Madeira, 1994: 181, (12)]
(190) Não têm uma caneta com que escrever/*escreverem. [Madeira, 1994: 181, (13)]

Um terceiro aspeto criticado por Madeira (1994) é a predição explicitada por Raposo (1987) de que orações de infinitivo flexionado não podem ocorrer em posições não marcadas

casualmente. De acordo com a autora, a ocorrência de infinitivos flexionados em orações exclamativas raiz (191) pode ser tomada como um argumento que invalida esta predição.

(191) Poderes tu ajudar-me! [Madeira, 1994: 186, (23)]

Também Duarte, Gonçalves & Santos (2012) salientam algumas questões levantadas pela análise de Raposo (1987). As autoras chamam a atenção para o facto de Raposo (1987) não apresentar nenhum argumento independente que permita correlacionar as diferentes ordens de palavras (SV e VS) com diferentes projeções categoriais (IP e CP, respetivamente). Além disso, as autoras notam que o Caso recebido por Agr em Infl não coincide obrigatoriamente com o Caso atribuído por Infl à posição de sujeito da oração infinitiva. Por último, segundo Duarte, Gonçalves & Santos (2012), a independência temporal do domínio encaixado não resulta das propriedades de seleção do verbo. Na verdade, o que decorre das propriedades do verbo é a orientação temporal do evento encaixado ser fixa ou não.

Levando em linha de conta as críticas tecidas à análise de Raposo (1987), trabalhos posteriores não associam estruturas funcionais distintas a diferentes ordens de palavras, defendendo, pelo contrário, uma análise das orações de infinitivo flexionado como projeções de CP (*e.g.*, Madeira, 1994; Longa, 1994; Duarte, Gonçalves & Miguel, 2005; Duarte, Gonçalves & Santos, 2012; Gonçalves; Santos & Duarte, 2014), embora apresentando motivações distintas e algumas diferenças na estrutura funcional que propõem. Em particular, estudos mais recentes (Duarte, Gonçalves & Santos, 2012; Gonçalves, Santos & Duarte, 2014) têm em conta alguns desenvolvimentos teóricos no âmbito do Programa Minimalista, nomeadamente no que diz respeito à caracterização da estrutura funcional e à definição de fases, motivando, assim, a necessidade de postular uma estrutura menos defetiva, isto é, uma projeção de CP, para a estrutura de Infinitivo Flexionado. A este propósito, veja-se a caracterização de C e de T apresentada em Chomsky (2008):

> *(…) for T, φ-features and Tense appear to be derivative, not inherent: basic tense and also tense-like properties (e.g., irrealis) are determined by C (in which they are inherent: "John left" is past tense whether or not it is embedded) or by the selecting V (also inherent) or perhaps even broader context. In the lexicon, T lacks these features. T manifests the basic tense features if and only if it is selected by C (default agreement aside); if not, it is a raising (or ECM) infinitival, lacking φ-features and basic tense. So it makes sense to assume that Agree- and Tense-features are inherited from C, the phase head.* (Chomsky, 2008: 143)

Quanto a estudos especificamente sobre complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos, destaque-se o trabalho de Gonçalves (1999) e trabalhos subsequentes (Gonçalves & Duarte, 2001; Duarte & Gonçalves, 2002). Recuperando a argumentação das autoras para a análise proposta para as estruturas de ECM e de *faire-inf*, relembre-se que a estrutura de Infinitivo Flexionado ocupa o extremo da escala de defetividade funcional proposta em Gonçalves (1999), sendo menos defetiva do que ECM e do que *faire-inf*. Assim, a classificação da estrutura de Infinitivo Flexionado como menos defetiva decorre de as suas propriedades sintáticas motivarem uma análise da estrutura como projeção de AgrS. Neste sentido, importa relembrar que a estrutura de Infinitivo Flexionado partilha algumas propriedades com a estrutura de ECM, como a possibilidade de ocorrência de pronomes clíticos e de operadores de negação frásica no domínio encaixado e a impossibilidade de movimento longo de objeto, passivas e construções de particípio absoluto. Contudo, é crucial para a análise das estruturas de Infinitivo Flexionado o facto de estas divergirem de ECM na concordância sujeito-verbo e na marcação casual do sujeito do domínio encaixado: "AgrS projecta-se, o que permite a concordância sujeito-verbo, por movimento do DP sujeito para [Spec, AgrSP] e do verbo para o núcleo AgrS e T (activo) e AgrS legitimam o Caso nominativo do sujeito encaixado" (Gonçalves, 1999: 448-449). Assim, a atribuição de Caso nominativo ao sujeito do domínio encaixado, possível pelas propriedades do núcleo verbal anteriormente descritas, é um argumento central a favor da análise das estruturas de Infinitivo Flexionado como projeções acima de T. Contudo, as autoras apresentam também argumentos contra a projeção de C, nomeadamente a impossibilidade de movimento *wh*- (192) e de topicalização no domínio encaixado (193).

(192) a. A mãe mandou os miúdos saírem quando?
b. Quando é que a mãe mandou os miúdos saírem?
c. *A mãe mandou quando os miúdos saírem?

[Gonçalves & Duarte, 2001: 661, (27)]

(193) a. A mãe mandou os miúdos não comerem gelado ao pequeno-almoço.
b. *A mãe mandou o gelado, os miúdos não comerem ao pequeno-almoço.

[Gonçalves & Duarte, 2001: 661, (29)]

Não obstante os argumentos aduzidos por Gonçalves (1999), Gonçalves & Duarte (2001) e Duarte & Gonçalves (2002) contra a projeção de CP na estrutura de Infinitivo Flexionado, saliente-se os argumentos apresentados pelas mesmas autoras a favor de esta estrutura corresponder a uma projeção acima de T. Esses argumentos, considerados em conjunto com a

definição de fases proposta por Chomsky (2008), permitem colocar duas hipóteses. Se se considerarem como determinantes os argumentos aduzidos contra a projeção de CP, poderá considerar-se a estrutura de Infinitivo Flexionado como uma projeção de T não defetivo, assumindo que T não defetivo agrega as propriedades de AgrS. Se, por outro lado, se considerar determinante a definição de fases proposta por Chomsky (2008), então a estrutura de Infinitivo Flexionado como complemento de verbos percetivos e causativos poderá ser analisada como uma projeção de CP, na linha do que é proposto em trabalhos mais recentes para estruturas de Infinitivo Flexionado associadas a outros tipos de verbo (Duarte, Gonçalves & Santos, 2012; Gonçalves, Santos & Duarte, 2014).

Em suma, as orações de Infinitivo Flexionado introduzidas por verbos percetivos e causativos evidenciam diferenças relevantes face à estrutura de ECM, o que tem motivado a sua associação a diferentes categorias funcionais caracterizadas por diferentes conjuntos de traços. Estudos anteriores, centrados sobretudo em contextos de ocorrência de infinitivos flexionados que não os aqui abordados, evidenciam uma tendência para associar as orações de Infinitivo Flexionado a projeções de CP. Por outro lado, Gonçalves (1999) analisa os complementos oracionais de verbos percetivos e causativos com infinitivo flexionado como projeções de AgrS. Não obstante, à luz de avanços recentes no âmbito do Programa Minimalista (Chomsky, 2008), trabalhos como Duarte, Gonçalves & Santos (2012) e Gonçalves, Santos & Duarte (2014), sobre outras estruturas de Infinitivo Flexionado do PE, permitem colocar a hipótese de que também as estruturas aqui em causa possam ser projeções de CP (entendido como uma fase) ou de T não defetivo. A análise das estruturas de Infinitivo Flexionado terá, pois, de ter em conta a sua natureza menos defetiva face a outros tipos de complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos, como a estrutura de ECM e de *faire-inf*.

3. Complementos não-finitos de verbos percetivos com valor aspetual progressivo em Português Europeu e Espanhol Peninsular

3.1. Propriedades sintáticas e semânticas da *Prepositional Infinitival Construction* e da Construção de Gerúndio

A PIC e a CG, exemplificadas em (1a) e (1b), são referidas na literatura como estruturas que partilham propriedades sintáticas e semânticas que as tornam comparáveis. Tal como mostram os exemplos em (1), a PIC e a CG são comutáveis (Duarte, 1992; Duarte & Gonçalves, 2002), não se limitando esta comutabilidade a contextos com verbos percetivos. Na verdade, as CG predicativas, em geral, podem ser substituídas por infinitivos preposicionados (isto é, pela sequência *a* + infinitivo) (2), assim como as CG em algumas perífrases verbais, nomeadamente com semiauxiliares aspetuais, como *estar* (3) ou *continuar* (4) (Lobo, 2003, 2006)[51].

(1) a. Vi o António a comer um bolo.
b. Vi o António comendo um bolo.

(2) a. O João chegou a casa a coxear.
b. O João chegou a casa coxeando. [Lobo, 2006: (41)]

(3) a. O Paulo está a sorrir.
b. O Paulo está sorrindo. [Lobo, 2006: (20a)]

(4) a. Eles continuam a dormir.
b. Eles continuam dormindo. [Lobo, 2006: (20c)]

[51] Esta possibilidade de comutação não se estende a todos os contextos de ocorrência de CG. Por exemplo, a maioria dos gerúndios com a função de adjunto não é substituível por instâncias de PIC (i), devido às diferentes restrições aspetuais que afetam as CG adjuntas, por um lado, e a PIC e as CG predicativas, por outro. Note-se que as CG adjuntas são compatíveis com estados (ii), o que não se verifica com a PIC (iiia) nem com as CG predicativas (iiib). Veja-se Lobo (2003, 2006) e Móia & Viotti (2004) para diferentes descrições e análises das CG em PE, bem como Carrilho & Pereira (2011) e Pereira (2015), para uma perspetiva dialetal.

(i) a. Os ladrões entraram em casa arrombando a porta com um maçarico.
b. *Os ladrões entraram em casa a arrombar a porta com um maçarico. [Lobo, 2006: (43)]

(ii) O Zé surpreendeu os pais ficando calado durante toda a missa. [Lobo, 2006: (35)]

(iii) a. *A Maria viu o Pedro a ficar sentado durante o filme.
b. *A Maria viu o Pedro ficando sentado durante o filme.

Este aspeto pode ser tomado como um indício de as duas estruturas terem algumas semelhanças estruturais e semânticas. São estas semelhanças, mas também as eventuais diferenças, que serão aqui exploradas, numa perspetiva comparada entre o PE e o EsP.

Tal como exemplificado em (1), a PIC e a CG podem ser introduzidas por verbos percetivos. Contudo, estas estruturas não têm a mesma distribuição geográfica em PE, já que o uso da CG, em contextos perifrásticos e predicativos, nos quais se incluem os contextos com verbos percetivos, se cinge ao sul de Portugal continental e aos dialetos insulares (Carrilho & Pereira, 2011; Pereira, 2015). No restante território português (incluindo as áreas em que é falada a variedade padrão), a estrutura usada nos mesmos contextos é a PIC. Pelo contrário, em EsP, a CG é a estrutura dominante, não sendo a PIC possível, como ilustrado em (5) e (6).

(5) a. Vi a Juan comiendo un pastel.
vi A Juan comendo um bolo
b. *Vi a Juan a comer un pastel.
vi A Juan a comer um bolo
'Vi o Juan a comer um bolo.'

(6) a. Estoy hablando con María.
estou falando com María
b. *Estoy a hablar con María.
estou a falar com Maria
'Estou a falar com a María.'

Esta distribuição complementar entre a PIC e a CG em PE e em EsP observa-se nas línguas românicas (Casalicchio, 2013, 2019), sendo que as línguas ou dialetos que admitem PIC não dispõem de CG nos mesmos contextos e vice-versa. Ainda de acordo com Casalicchio (2013, 2019), a PIC é usada no centro e norte de Portugal e de Itália e, de forma menos generalizada, no Sul de França, enquanto a CG é predominante nos restantes territórios falantes de línguas românicas, incluindo, naturalmente, Espanha.

No contexto das línguas românicas, existe ainda uma outra estrutura selecionada por verbos percetivos que apresenta semelhanças com a PIC e a CG: a Pseudo-relativa (PR)[52].

[52] Não sendo o foco do presente trabalho o estudo da PR, remete-se o leitor para a extensa literatura existente que tem vindo a descrever um conjunto de propriedades sintáticas e semânticas associado a esta estrutura em diferentes línguas românicas (Radford, 1975; Kayne, 1981; Burzio, 1981, 1986; Suñer, 1978, 1984; Guasti, 1988, 1993; Cinque, 1992; Brito, 1995; Rafel, 1999; Fernandes, 2012; Casalicchio, 2013, 2014; Grillo & Costa, 2014).

(7) a. Vi o João que corria.

b. Vi a Juan que corría.

c. Ho visto Gianni che correva.

d. J'ai vu Jean qui courait.

A PR, a PIC e a CG partilham as mesmas propriedades aspetuais (Raposo, 1989; Cinque, 1992; Guasti, 1988; Brito, 1995; Rafel, 1999; Barbosa & Cochofel, 2005; Casalicchio, 2013, e.o.) e, do ponto de vista sintático, foram já alvo de análises unificadoras, que exploram os pontos em comum entre elas (Rafel, 1999; Casalicchio, 2013). Importa, pois, fazer uma breve nota explicando a decisão de excluir a PR do presente estudo e a opção de tomar a CG do EsP como estrutura correlata para o estudo da aquisição da PIC em PE.

Apesar de a PR se encontrar disponível em várias línguas românicas, não parece ser igualmente produtiva em todas elas, sendo o seu uso mais generalizado em Francês e Italiano, por exemplo. No caso do PE, esta estrutura é menos produtiva do que noutras línguas românicas (Brito, 1995), havendo mesmo autores que afirmam que não se encontra disponível (Rafel, 1999)[53]. Além disso, a PR em PE apresenta algumas características que a afastam do comportamento desta mesma estrutura nas restantes línguas românicas (Brito, 1995; Barbosa & Cochofel, 2005). O exemplo (8) ilustra este aspeto ao mostrar que, em línguas como o EsP, o Italiano ou o Francês (Kayne, 1975; Rafel, 1999; Casalicchio, 2013, 2014, e.o.), a PR pode ter um pronome clítico como antecedente (8a)-(8b), característica não partilhada pelo PE, tal como descrito por Brito (1995) (8c).

(8) a. L'ho visto che correva. [Casalicchio, 2014: 2, (5b)]

lo.CL haver.AUX visto que corria

b. Lo he visto que besaba a María. [Rafel, 1999: 59, (12a)]

lo.cl haver.AUX visto que beijava A María

c. *Vi-o que estava a chorar. [Brito, 1995: 47, (48)]

Já quanto ao EsP, porque a PR parece ser, de acordo com a literatura, mais produtiva do que em PE, considerou-se relevante comparar a sua aceitabilidade por parte de falantes nativos com a da CG, nos contextos relevantes. Para tal, foram incluídos alguns exemplos de PR (9) e de

[53] Como nota adicional, numa pesquisa no Corpus de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), não foram obtidos resultados de exemplos de PR. Há apenas a registar uma frase ambígua entre PR e uma oração subordinada causal, que abaixo se transcreve (dados extraídos do CRPC do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL, versão 3.0 2012, através da plataforma CQPWeb em março de 2020). O CRPC inclui textos orais e escritos, formais e informais e subordinados a diferentes temáticas. A pesquisa de dados aqui apresentada restringiu-se aos dados do PE, mas abrangeu todos os tipos e registos.

(i) Não vi a Leonor que jantava fora. [CRPC, texto L0290]

CG (10) selecionadas por verbos percetivos na TJA descrita na secção 2.2.2. do presente trabalho, de cujos resultados se dá agora conta. Participaram nesta tarefa 32 falantes nativos de EsP, 88% do sexo feminino e 12% do sexo masculino. Estes participantes tinham idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos e uma média de idades de 19 anos.

(9) Ana vio a Juan que besaba a María.
Ana viu A Juan que beijava A María
'A Ana viu o João que beijava a Maria.'

(10) María oyó al músico ensayando la sinfonía.
María ouviu A+o músico ensaiando a sinfonia

Como se pode observar no gráfico 9, a percentagem de falantes que atribuíram 3 à CG, o valor máximo na escala de Likert utilizada (correspondendo a "perfeitamente possível"), é superior a 80%. Por sua vez, na PR este valor desce para os 40%, metade do obtido para a CG. De salientar é também o facto de os juízos de gramaticalidade obtidos para a CG parecerem ser mais claros no sentido da aceitabilidade desta estrutura, já que nenhum falante lhe atribuiu a classificação 0 ("impossível") e apenas 5,6% a classificaram com 1 ("provavelmente impossível"). Pelo contrário, os falantes parecem mais divididos relativamente à possibilidade de ocorrência de PR com verbos percetivos, como se torna notório pela percentagem muito próxima de falantes que lhe atribuíram a classificação 1 (25,8%) e 2 (24,2%), ou seja, a classificação de "provavelmente impossível" e "provavelmente possível", respetivamente.

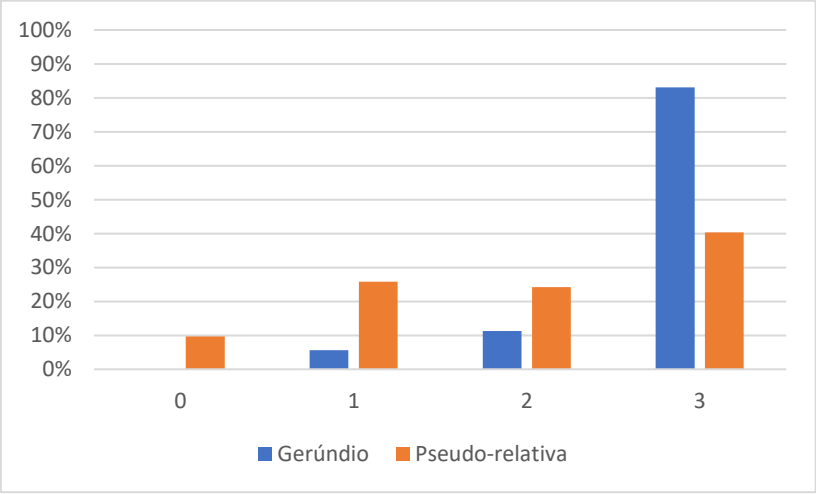


Gráfico 9: Resultados obtidos para a CG e a PR por falantes nativos de EsP.

Na construção dos itens de teste relativos à PR foi ainda tida em conta uma particularidade, o facto de esta estrutura poder ser ambígua entre uma interpretação como PR ou como uma oração subordinada relativa restritiva quando o seu antecedente é um nome comum. Veja-se o contraste entre (9), que exemplifica uma PR cujo antecedente é um nome próprio, e (11), que, tendo um nome comum como antecedente, pode ser interpretada de duas formas: como PR ("o polícia viu o ladrão e o ladrão estava a correr") ou como oração subordinada relativa restritiva ("o polícia viu um ladrão específico, aquele que corria").

(11) El policía vio al ladrón que corría.
o polícia viu A+o ladrão que corria
'O polícia viu o ladrão que corria.'

A inclusão na TJA de instâncias de PR com estes dois tipos de antecedente justifica-se pela possibilidade de a ambiguidade associada às propriedades do antecedente influenciar a aceitabilidade destas estruturas. Assim, foram comparadas as taxas de aceitabilidade de PR com nomes próprios e nomes comuns como antecedentes (gráfico 10).

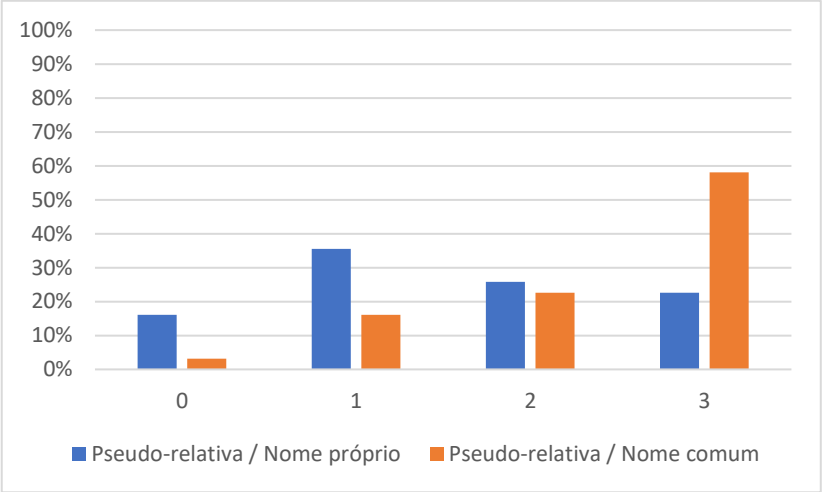


Gráfico 10: Resultados obtidos para a PR com diferentes tipos de antecedente por falantes nativos de EsP.

Parecem existir, efetivamente, diferenças nas taxas de aceitabilidade da PR com diferentes tipos de antecedente, sendo que esta assimetria é particularmente notória nas percentagens de informantes que atribuíram a classificação 1 e 3 a cada um dos tipos de PR. Assim, enquanto 58,1% dos informantes classificaram com 3 instâncias de PR com um nome comum como antecedente, apenas 22,1% atribuíram classificação idêntica a PR com nomes próprios como antecedente. Pelo contrário, 35,5% dos participantes nesta tarefa atribuíram 1 a PR com nomes próprios como antecedente, mas apenas cerca de metade (16,1%) tiveram a

mesma opinião acerca das PR com nomes comuns como antecedente. De resto, a PR com nome próprio como antecedente parece ser alvo de juízos menos categóricos, dada a dispersão dos juízos dos informantes pelos quatro valores da escala de Likert.

O que estes dados parecem indicar é, em primeiro lugar, que a PR, de um modo geral, é alvo de maior variabilidade de juízos por parte dos falantes nativos e, em segundo lugar, que esta variação poderá estar relacionada, pelo menos até certo ponto, com a ambiguidade associada à PR com nomes comuns como antecedente. Neste sentido, poderá colocar-se a hipótese de a taxa de aceitação mais elevada deste tipo de PR estar relacionada com uma interpretação de frases como a que se apresenta em (11) como orações subordinadas relativas restritivas. Pelo contrário, a PR cujo antecedente é um nome próprio, não oferecendo a possibilidade de tal interpretação, apresenta uma maior tendência para ser rejeitada pelos falantes nativos de EsP. Em suma, em contextos não ambíguos e que, portanto, não possibilitam outra interpretação que não a de PR, os falantes têm mais relutância em aceitar esta estrutura.

Posto isto, optou-se por centrar o presente estudo na aquisição da PIC em PE tomando como termo de comparação na língua materna dos aprendentes a CG. Esta opção vai ao encontro de dois critérios fundamentais: em primeiro lugar, o de considerar estruturas do PE e do EsP, ou seja, da L2 e da L1, que sejam comparáveis estruturalmente e, no caso das estruturas em apreço, também semanticamente e, em segundo lugar, considerar duas estruturas que sejam comparáveis em termos de aceitabilidade nas duas línguas relevantes. Sabendo que a PIC é uma estrutura frequente como complemento de verbos percetivos e que estudos anteriores mostraram a preferência da PIC face a outros tipos de complemento infinitivo por parte dos falantes nativos de PE (Santos, Gonçalves & Hyams, 2016), então, dados os resultados acima reportados, a CG do EsP afigura-se como a estrutura mais diretamente comparável com a PIC.

Em seguida, iremos centrar-nos nas propriedades da PIC, nos contextos em que é introduzida por verbos percetivos[54], comparando-as, sempre que relevante, com as da CG em EsP[55]. Dar-se-á ainda conta de aspetos não consensuais na literatura sobre estas estruturas.

A PIC corresponde a uma oração infinitiva caracterizada por uma forma verbal no infinitivo antecedida pela preposição *a*. Esta construção caracteriza-se também pela possibilidade de ocorrência de um infinitivo não-flexionado (12a) ou flexionado (12b). Não obstante, quando pronominalizado, o sujeito do domínio encaixado apresenta sempre Caso

[54] Para uma descrição de outros contextos de ocorrência de PIC, veja-se Raposo (1989) e Duarte (1992).

[55] Ocasionalmente, o comportamento destas estruturas face a testes sintáticos e propriedades semânticas será também confrontado com o de outros complementos infinitivos de verbos percetivos. Assim, recorrer-se-á a exemplos de ECM e da estrutura de Infinitivo Flexionado sempre que for necessário para tornar mais claras as especificidades da PIC e da CG.

acusativo (12c). Com efeito, a ocorrência de um pronome nominativo não é admitida, mesmo perante o infinitivo flexionado (12d). Assim, o sujeito do domínio encaixado recebe Caso do verbo do domínio superior, ou seja, do verbo percetivo (Raposo, 1989; Duarte, 1992; Duarte & Gonçalves, 2002; Barbosa & Cochofel, 2005).

(12) a. O professor viu os alunos a ler a gramática.
b. O professor viu os alunos a lerem a gramática.
c. O professor viu-os a ler(em) a gramática.
d. *O professor viu eles a ler(em) a gramática.

Já a CG, caracteriza-se pela presença de uma forma verbal no gerúndio (13a), sendo que o DP que precede o gerúndio também exibe Caso acusativo (Fernández Lagunilla, 1999; RAE, 2009; Borgonovo, 1996; Casalicchio, 2013, e.o.), como se pode verificar pelo facto de ocorrer com DOM (13a) e pela sua pronominalização em acusativo (13b). Também neste caso, a ocorrência de um pronome nominativo é impossível neste contexto (13c).

(13) a. Oí a María cantando.
ouvi A María cantando
b. La oí cantando.
a.CL ouvi cantando
c. *Oí ella cantando.
ouvi ela cantando

Ainda a respeito do sujeito do domínio encaixado da PIC, este tem de ser obrigatoriamente expresso (Raposo, 1989), sendo esta estrutura incompatível com verbos meteorológicos (Barbosa & Cochofel, 2005), no que a PIC difere de outros complementos infinitivos, tal como mostram os contrastes entre (14a) e (14b) e entre (15a) e (15b).

(14) a. *Eu vi [*pro* a roubar(em) o automóvel].
b. Eu vi [*pro* roubarem o automóvel]. [Raposo, 1989: 288, (45)]]

(15) a. *Eu vi a chover.
b. Eu vi chover. [Barbosa & Cochofel, 2005: 390, (22)]

Além disso, o sujeito, quando pronominalizado, ocorre em adjacência ao verbo percetivo (16) (Duarte & Gonçalves, 2002) e não pode ocorrer em posição pós-verbal, quando se trata de um

DP pleno (17) (Barbosa & Cochofel, 2005), aspeto em que também contrasta com outros complementos infinitivos de verbos percetivos (18).

(16) Vi-os a sair(em) do cinema. [Duarte & Gonçalves, 2002: 169, (47)]

(17) a. *Eu vi a entrarem três raparigas na sala.
b. Eu vi três raparigas a entrarem na sala. [Barbosa & Cochofel, 2005: 391, (31)]

(18) a. Eu vi entrarem três raparigas na sala.
b. Eu vi três raparigas entrarem na sala. [Barbosa & Cochofel, 2005: 391, (30)]

Também a CG é incompatível com verbos meteorológicos (19) e sujeitos de referência arbitrária (20) (Borgonovo, 1996; Di Tullio, 1998; Fernández Lagunilla, 1999; RAE, 2009; Casalicchio, 2013, 2019).

(19) a. Esta tarde vi llover.
esta tarde vi chover
'esta tarde vi chover.'
b. *Esta tarde vi lloviendo. [Di Tullio, 1998: 203, (9)]
esta tarde vi chovendo

(20) a. Nunca oí llorar de esta manera.
nunca ouvi chorar de esta maneira
'Nunca ouvi chorar desta maneira.'
b. *Nunca oí llorando de esta manera. [Di Tullio, 1998: 203, (10)]
nunca ouvi chorando de esta maneira

Contudo, Para a CG, é ainda referida uma restrição semântica relativa ao tipo de antecedente, não podendo este constituinte corresponder a um nome abstrato (Di Tullio, 1998; Ojea, 2011):

(21) a. Vi morir mis ilusiones.
vi morrer minhas ilusões
'Vi morrer as minhas ilusões.'
b. *Vi moriendo mis ilusiones.
vi morrendo minhas ilusões
c. *Vi mis ilusiones moriendo. [Di Tullio, 1998: 203, (8)]
vi minhas ilusões morrendo

Di Tullio (1998) justifica estas propriedades com o facto de, nestes contextos, o verbo percetivo em EsP não selecionar eventos, mas entidades e de uma CG exigir um objeto[56] que seja referencial e concreto.

Todavia, a PIC parece comportar-se de forma distinta da CG do EsP face a sujeitos expressos por nomes abstratos ou associados a entidades não passíveis de serem percebidas sensorialmente[57]. É certo que, em exemplos como (22), não se trata de uma perceção física, mas da atribuição de um sentido figurado à sequência composta pelo verbo *ver* e o evento por ele selecionado. Ainda assim, este tipo de frase é possível com a PIC em PE, não sendo o mesmo verdade relativamente à CG do EsP.

(22) Vi os meus sonhos a cair por terra.

Se esta diferença entre EsP e PE se deve à possibilidade de os verbos percetivos selecionarem eventos em PE (mas não em EsP), então o que está em causa não são apenas propriedades semânticas da CG e da PIC, mas também estruturais. Na verdade, a posição de que os verbos percetivos selecionam eventos pode ser relacionada com a proposta de que a sequência à direita do verbo percetivo forma um único constituinte. Esta é a análise defendida por vários autores para a PIC (Raposo, 1989; Duarte, 1992; Duarte & Gonçalves, 2002; Barbosa & Cochofel, 2005). Pelo contrário, a ideia de que os verbos percetivos selecionam entidades está indelevelmente associada a uma análise da sequência à direita do verbo percetivo como formando dois constituintes. Esta é a análise que prevalece para a CG. A CG introduzida por verbos percetivos é denominada na literatura como "gerúndio predicativo", considerando-se que os verbos percetivos selecionam um objeto direto que corresponde a uma entidade e que este constituinte, por sua vez, se combina com um predicativo que corresponde à oração gerundiva (Borgonovo, 1996; Fernández Lagunilla,1999; RAE, 2009; e.o.)[58].

Neste contexto, a literatura sobre a PIC e a CG tem apresentado diversos testes de constituência para aferir as propriedades estruturais destas construções. Como argumentos a

[56] Usa-se aqui a formulação de Di Tullio (1998). Contudo, uma vez que estas propriedades são usadas pela autora como argumento para uma análise da CG e do seu antecedente como formando dois constituintes, sendo que o DP que antecede a CG é, na verdade, o objeto direto selecionado pelo verbo percetivo, o que estaria em causa seriam as propriedades de seleção deste tipo de verbos e não da CG.

[57] Como nota, quando questionados sobre a gramaticalidade, em PE, de uma frase como "vi os meus sonhos caindo por terra", dois falantes de dialetos do Sul de Portugal declararam aceitar tal frase como possível. Pese embora o número de informantes e a informalidade do questionário não permitir qualquer conclusão, será interessante ponderar de que forma a CG do PE (em contextos com verbos percetivos) poderá diferir da mesma estrutura em EsP. Não sendo, porém, este o foco do presente trabalho, remete-se este tópico para futura investigação.

[58] Também em PE, a CG nos contextos aqui tratados é analisada como gerúndio predicativo (Lobo, 2003, 2006; Pereira, 2015).

favor de, na PIC, a sequência à direita do verbo formar um único constituinte, inclui-se o facto de a PIC não poder ser nominalizada (23b) (Raposo, 1989). Além disso, a sequência que segue o verbo percetivo (i) pode ser antecedente de uma anáfora nula (24) (Raposo, 1989); (ii) pode ser topicalizada (25a), clivada (25b) e pseudoclivada (25c) (Raposo, 1989; Duarte, 1992) e (iii) pode ocorrer como resposta a uma interrogativa de objeto (25d) (Raposo, 1989; Duarte, 1992).

(23) a. Eu vi os meninos a ler(em) esse livro. [Raposo, 1989: 277, (3)]
b. *Eu vi os meninos à leitura desse livro. [Raposo, 1989: 279, (8)]

(24) A Maria viu os meninos a fumar(em), mas eu não vi. [Raposo, 1989: 281, (17)]

(25) a. Os meninos a comprar(em) borrachas, eu não vi.
b. Foi os meninos a comprar(em) borrachas que eu vi.
c. O que eu vi foi os meninos a comprar(em) borrachas.
d. Sabes o que eu vi?
Os meninos a comprar(em) borrachas. [Duarte, 1992: 147, (6)]

No caso da CG, a tendência observada na literatura é de considerar que a sequência que segue o verbo percetivo corresponde a dois constituintes (Borgonovo, 1996; Di Tullio, 1998; Fernández Lagunilla, 1999; RAE, 2009; Ojea, 2011). Neste sentido, a literatura salienta o facto de a CG não admitir extração (26) (Borgonovo, 1996; Di Tullio, 1998), aspeto em que difere da PIC (27).

(26) a. *¿Qué lo oíste a Pedro cantando?
que o ouviste A Pedro cantando
b. *¿Qué lo oíste cantando a Pedro? [Borgonovo, 1996: 6, (6b)]
que o ouviste cantando A Pedro

(27) O que ouviste o Pedro a cantar?

Di Tullio (1998), por sua vez, oferece argumentos a favor das duas possibilidades de constituência, em linha com a sua análise tripartida da CG, que se discutirá na secção seguinte do presente trabalho. Por agora, importa reter que a CG, tal como a PIC, pode ser clivada (28a) e pseudoclivada (28b), podendo também ser retomada por um pronome relativo em orações subordinadas relativas explicativas (28c).

(28) a. Lo que vi fue el barco atracando en el puerto. [Di Tullio, 1998: 202, (6)]
o que vi foi o barco atracando em o porto
b. Fue el barco atracando en el puerto lo que vi.
foi o barco atracando em o porto o que vi
c. Vi el barco atracando en el puerto, lo que me resultó sorprendente.
vi o barco atracando em o porto o que me resultou surpreendente

Por outro lado, a CG também parece admitir a focalização não só da oração gerundiva, mas também do DP (29a), ao contrário do que acontece com ECM (29b). A PIC, porém, apresenta um comportamento distinto da CG do EsP neste aspeto (30). Um outro teste apresentado por Di Tullio (1998) no sentido de haver dois constituintes na CG é a deslocação de VP, possível com esta construção (31), mas agramatical com a PIC (32).

(29) a. A quien vi fue a María leyendo una novela.
b. *A quien vi fue a María ler una novela. [Di Tullio, 1998: 204, (15)]

(30) *Quem vi foi a Maria a ler um romance.[59]

(31) Leyendo una novela, (la) vi ayer a María. [Di Tullio, 1998: 204, (13a)]

(32) *A ler um romance, vi ontem a Maria.

A questão da constituência, tanto da PIC como da CG, não é completamente consensual, pois as estruturas nem sempre se comportam do mesmo modo face aos testes até aqui apresentados e discutidos na literatura sobre o tema. Não obstante, pelo que até este ponto se descreveu, a literatura sobre a PIC aponta no sentido de esta formar um único constituinte com o DP que a antecede (e que será o seu sujeito). Já as descrições da CG parecem, tendencialmente, ir no sentido contrário. Esta questão será retomada na secção 3.2., em que se discutirão as diferentes análises propostas para as duas estruturas em causa.

Voltamos agora a nossa atenção para outras propriedades sintáticas da PIC que não são descritas de forma consensual na literatura. Entre estas, destacam-se a possibilidade (i) de passivização; (ii) de ocorrência de um pronome anafórico na posição de especificador de VP do domínio infinitivo e (iii) de ocorrência de material lexical entre a preposição *a* e a forma infinitiva.

[59] Questionados sobre a gramaticalidade, em PE, da frase "quem vi foi a Maria lendo uma revista", os dois falantes de dialetos do Sul de Portugal referidos anteriormente declararam aceitá-la como possível.

A possibilidade de passivização é uma propriedade de que Duarte (1992) e Duarte & Gonçalves (2002) dão conta e que é exemplificada em (33a). Contudo, as mesmas autoras defendem que esta possibilidade se encontra vedada em contextos de PIC com infinitivo flexionado (33b). Este juízo de gramaticalidade não é, porém, seguido por Rafel (1999), que defende que a passivização é também possível com PIC com infinitivo flexionado. Ainda assim, o autor ressalva que a aceitabilidade de frases como (33b) está sujeita a variação interfalante e que o seu grau de aceitabilidade pode aumentar mediante a presença de material lexical entre a forma participial do verbo percetivo e a forma verbal no infinitivo (33c)[60]. Note-se que a CG também admite a passivização (Borgonovo, 1996; Di Tullio, 1998), como mostra (34).

(33) a. Os meninos foram vistos a comer gelados.
b. *Os meninos foram vistos a comerem gelados. [Duarte, 1992: 148-149, (14)]
c. Os meninos foram vistos frequentemente a comerem gelados. [Rafel, 1999: 127, (ii)]

(34) Juan fue visto manejando un auto robado. [Borgonovo, 1996: 7, (10a)]
Juan foi visto conduzindo um carro roubado

Quanto à ocorrência de pronomes anafóricos na posição de sujeito da oração infinitiva, esta não é possível na PIC com infinitivo não-flexionado (Duarte, 1992; Duarte & Gonçalves, 2002; Barbosa & Cochofel, 2005) (35). Contudo, enquanto Duarte (1992) e Duarte & Gonçalves (2002) ilustram a mesma restrição com infinitivo flexionado (36), Barbosa & Cochofel (2005) afirmam haver uma assimetria no comportamento da PIC com infinitivo não-flexionado e com infinitivo flexionado neste aspeto (37).

(35) *Vimos os meninos a fazer eles o jantar. [Duarte, 1992: 149, (18a)]
(36) *Ouvimos os pais a chamarem eles os miúdos. [Duarte & Gonçalves, 2002: 168, (44b)]
(37) Vimos os meninos a fazerem eles o jantar. [Barbosa & Cochofel, 2005: 392, (35)]

Finalmente, a questão da possibilidade de ocorrência de material lexical entre o marcador aspetual e a forma verbal no infinitivo parece também ser alvo de variação em termos da sua aceitabilidade. O que está em causa é a possibilidade de certos advérbios ou locuções adverbiais (incluindo advérbios de negação) serem admitidos neste contexto. Vejam-se os diferentes juízos de gramaticalidade assinalados em (38) e (39), por um lado, e (40), por outro.

[60] Os juízos de gramaticalidade indicados em (33) correspondem aos dos autores citados para cada uma das frases.

(38) *Vi os meninos a ontem comprarem borrachas.

(39) *Vi os meninos a de propósito perderem o autocarro. [Duarte, 1992: 148, (10a) e (12a)]

(40) Eu não estou a ver o primeiro Ministro a, de repente, ceder poderes ao Presidente da República.

Os exemplos de Barbosa & Cochofel (2005) foram retirados de fala espontânea e, portanto, correspondem a produções de falantes nativos de PE. Não obstante, comparando as frases em (38), (39) e (40), pode colocar-se a hipótese de que o que garante a aceitabilidade de (40)[61] é a natureza parentética da locução adverbial "de repente" (assinalada graficamente pela presença de vírgulas na transcrição). Pelo contrário, lendo (38) e (39), em que nada indica um maior grau de independência[62] das expressões adverbiais face à oração em que estão inseridas, o resultado será de mais difícil aceitação por parte dos falantes nativos. Veja-se como as frases em (41)[63], em que o advérbio *só* claramente não é parentético, poderão suscitar juízos de gramaticalidade na linha dos sugeridos em (38) e (39) por Duarte (1992).

(41) a. Vimos os meninos só a comer gelados.

b. Vimos os meninos a comer só gelados.

c. */??Vi os meninos a só comer gelados.

A questão da negação frásica, exemplificada em (42), será mais complexa, pois, no caso dos verbos percetivos, não pode ser apenas explicada pelas propriedades sintáticas da PIC.

(42) Todos nós vimos Deco a não meter um golo. [Barbosa & Cochofel, 2005: 389, (13) e (14)]

Como vimos em secções anteriores do presente trabalho, a propósito de ECM e até mesmo da estrutura de Infinitivo Flexionado (estruturas que admitem negação no domínio encaixado), a negação nem sempre é possível com verbos percetivos, por restrições motivadas pelas propriedades semânticas e pragmáticas destes verbos: em geral, não é possível ter uma

[61] Note-se ainda que o verbo percetivo neste exemplo não corresponde a um verbo de perceção sensorial, contrariamente ao que se verifica com os exemplos (38) e (39).

[62] O uso do termo "independência" é, aqui, meramente descritivo, não se pretendendo um enquadramento em análises específicas avançadas para elementos parentéticos. Esta é uma discussão que não cabe no âmbito do presente trabalho, mas sobre a qual existe uma extensa bibliografia que, de facto, salienta a independência sintática e/ou prosódica do elemento parentético em relação à oração em que se insere. Para diferentes abordagens sobre este tema, veja-se Dehé (2007), Schneider, Glikman & Avanzi (2015) e, especificamente sobre o PE, Matos & Colaço (2010), Colaço & Matos (2011), entre outros.

[63] Não se ignora que diferentes distribuições do advérbio *só* estão associadas a interpretações distintas da frase em que ocorrem, mas o que está aqui em causa é o comportamento sintático da PIC e não questões semânticas e pragmáticas associadas à distribuição e escopo do advérbio.

perceção sensorial de um evento que não ocorreu, salvo em contextos pragmáticos específicos. Aliás, a presença de complementos infinitivos de verbos percetivos (PIC, ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado) com negação no domínio encaixado é residual no *corpus* CRPC[64]. Para a PIC, foi encontrado apenas um exemplo, que abaixo se transcreve em (43). No caso de ECM e da estrutura de Infinitivo Flexionado, foram encontradas 24 ocorrências, sendo que uma delas é uma construção agramatical e para as restantes não pode ser atribuída de forma inequívoca uma interpretação de perceção direta (44)-(46), correspondendo a maioria dos casos a instâncias em que o verbo *ver* é usado com o sentido de *perceber*, *compreender*.

(43) (…) lamento ter de invocar a circunstância de já termos visto o Partido Comunista Português ser, doutrinariamente, a favor das democracias populares contra a democracia representativa, de suposta derivação burguesa, e agora **vemo-lo a não se ficar** pelo partido referendário, a passar à posição de partido plebiscitário (…).

[CRPC, texto noCOD_1016495]

(44) (…) **vêem esses dias não serem contados** para efeitos de férias (…). [CRPC, texto A162158]

(45) (…) quando se compara essa parcimónia com as volumosas quantias usadas em coisas de incomparavelmente menor projecção na vida social e económica do País, **sente-se não terem sido bem compreendidas** as exigências materiais da enorme massa rural, que é no fundo o esteio moral e económico da vida colectiva portuguesa.

[CRPC, texto A54514]

(46) **Viu-se não pecarem** por exagero nem serem optimistas as previsões atrás esboçadas.

[CRPC, texto A53052]

Note-se ainda que, relativamente à PIC, foi feita também uma pesquisa no CRPC de instâncias de ocorrência de outros advérbios entre a preposição e a forma verbal no infinitivo, mas esta não obteve nenhum resultado. Estes dados, naturalmente, não poderão ser tomados como argumento para refutar Barbosa & Cochofel (2005), pretendendo-se apenas chamar a atenção para o facto de (i) os juízos de gramaticalidade dos falantes divergirem e (ii) as propriedades semânticas e pragmáticas específicas dos verbos percetivos poderem ajudar a explicar a (im)possibilidade de ocorrência de determinado material lexical entre a preposição e o verbo no infinitivo, tornando essas propriedades menos relevantes para a análise sintática.

[64] Foram pesquisadas ocorrências com os verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* (dados extraídos do CRPC do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL, versão 3.0 2012, através da plataforma CQPWeb em março de 2020).

Pelo contrário, a literatura é consensual quanto à impossibilidade de ocorrência de negação frásica no domínio não-finito na CG (Fernández Lagunilla, 1999; Casalicchio, 2013, 2019)[65].

Do ponto de vista semântico, a PIC e a CG caracterizam-se por denotarem um valor aspetual progressivo, expressando obrigatoriamente um evento não-culminado (Demirdache & Uribe-Etxebarria, 1997). Os exemplos em (47) e (48) refletem a singularidade da PIC e da CG, face a outros complementos não-finitos de verbos percetivos, quanto ao seu valor aspetual.

(47) a. #Vi o pássaro morrer, mas consegui salvá-lo.
b. Vi o pássaro a morrer, mas consegui salvá-lo. [Barbosa & Cochofel, 2005: 597, (59)]

(48) a. #Vi el barco atracar en el puerto, pero, como estalló un huracán, quedó a la deriva.
b. Vi el barco atracando en el puerto, pero, como estalló un huracán, quedó a la deriva.
[adaptado de Di Tullio, 1998: 200, (3)]

Ora, estando a PIC e a CG associadas a um valor aspetual progressivo, não é possível que, nestas estruturas, o verbo do domínio encaixado tenha um valor perfetivo. Assim, a PIC e a CG não admitem tempos compostos com auxiliares perfetivos (Duarte, 1992; Fernández Lagunilla, 1999; Rafel, 1999; Duarte & Gonçalves, 2002), como ilustra (49).

(49) a. *Vi os meninos a ter(em) comido gelados.
b. *Vi a los niños habiendo comido helados.

Além disso, existindo uma relação de dependência temporal entre o domínio matriz e o domínio encaixado, é obrigatória uma leitura de sobreposição entre o evento expresso pelo verbo do domínio superior e pelo verbo do domínio não-finito. Esta é, aliás, uma condição necessária para uma interpretação de perceção direta do verbo percetivo (Felser, 1999; Cipria, 2003)[66].

[65] Segundo Fernández Lagunilla (1999), a alternativa possível para exprimir negação em contextos semelhantes que admitem gerúndios consiste no recurso a *sin* + infinitivo.
(i) a. *Se despertió no llorando.
b. Se despertió sin llorar. [Fernández Lagunilla, 1999: 3460-3461, (i)]

[66] Esta relação entre simultaneidade temporal e perceção direta é associada aos complementos não-finitos de verbos percetivos em geral, por oposição, por exemplo, ao que se verifica com os complementos finitos ou com *verbless clauses* (por exemplo, complementos cujo núcleo é um adjetivo ou um particípio passado com valor adjetival), que não apresentam tal obrigatoriedade. Como ilustrado em (i) e em (ii), nestas poderá ser percebido, por exemplo, um estado resultante.
(i) A Maria viu que o filho comeu a sopa.
(ii) A Ana viu o vaso tombado no chão.

A PIC exprime um evento e, portanto, é compatível com processos (50), processos culminados (51), eventos pontuais (52) e estados temporários (53) (*stage-level predicates*), mas não com estados permanentes (54) (*individual-level predicates*)[67], como mostram os exemplos abaixo. Relativamente a este aspeto, não parece existir uma total sobreposição das propriedades da PIC e da CG em EsP, pois esta última apresenta maiores restrições aspetuais, não admitindo estados temporários (Fernandéz Lagunilla, 1999; Casalicchio, 2013).[68]

(50) Vi o João a correr.

(51) Vi o João a almoçar.

(52) Vi o João a espirrar.

(53) Vi o João a ser simpático com os pais.

(54) *Vi o João a ser alto.

A presente secção foi dedicada à descrição das principais propriedades sintáticas e semânticas da PIC, em PE, e da CG, em EsP, em contextos de complementação de verbos percetivos. As duas estruturas partilham várias propriedades relevantes, o que justifica que se possam tomar como contrapartidas uma da outra nas línguas estudadas. Apesar disso, importa também ter em conta que não existe uma total coincidência no comportamento da PIC e da CG, sendo necessário explorar as implicações destas semelhanças e diferenças para a sua análise sintática e para o processo de aquisição de língua não-materna.

3.2. Análises propostas para a *Prepositional Infinitival Construction* e para a Construção de Gerúndio

No estudo da PIC em PE, destacam-se a proposta de Raposo (1989), que analisa a PIC como uma oração pequena e uma estrutura de Controlo, a proposta de Duarte (1992), segundo a qual esta estrutura preposicional sofreu uma reanálise da sequência preposição + morfema infinitivo como uma unidade sintática, sendo a preposição *a* um núcleo aspetual, e a proposta de Barbosa & Cochofel (2005), que concilia as análises anteriores ao caracterizar a PIC como

[67] Usam-se aqui as terminologias de Moens (1987) – estados, processos, processos culminados e eventos – e Carlson (1980) – *stage-level predicates* e *individual-level predicates*. Para uma análise semelhante para os complementos não-finitos de verbos percetivos em Inglês, veja-se Felser (1999) e Gisborne (2010).

[68] Exemplos como os abaixo parecem ir contra as restrições aspetuais e de dependência temporal (simultaneidade) descritas para a PIC e para a CG. Note-se, contudo, que o verbo *ver* nestes exemplos não tem uma leitura de perceção direta, mas sim uma leitura próxima à de verbos ficcionais, como *imaginar*.

(i) Vejo-me a ser médica daqui a uns anos.

(ii) No me veo actuando en televisión. [Di Tullio, 1998: 202, (i)]

uma oração pequena, argumentando tratar-se de uma estrutura de Controlo (Raposo, 1989), embora considere a preposição *a* um núcleo aspetual, tal como Duarte (1992).

Na análise de Raposo (1989), a PIC é considerada uma oração pequena cujo núcleo é a preposição. Esta análise é motivada pelo facto de a PIC ter uma distribuição diferente da das orações de Infinitivo Flexionado, mas semelhante à de outras orações pequenas. Assim, Raposo (1989) faz notar que a PIC não pode ocorrer como sujeito oracional (55a), oração adjunta (55b) ou como complemento de verbos factivos, epistémicos ou declarativos (55c)-(55d).

(55) a. *É difícil os meninos a trabalhar(em).
b. *Eu saí para os meninos a trabalhar(em).
c. *Eu lamento os meninos a trabalhar(em) tanto.
d. *Eu penso a continuar(em) os meninos a chegar cedo. [Raposo, 1989: 282, (24)]

Pelo contrário, a estrutura aqui em causa pode ocorrer nos mesmos contextos em que orações pequenas com um núcleo adjetival ou preposicional ocorrem, ou seja, introduzidas por verbos percetivos (56) ou pelo verbo volitivo *querer* (57). Além disso, tal como as orações pequenas, a PIC forma um único constituinte, como é possível atestar pelo seu comportamento face a testes de constituência como os referidos na secção 3.1. do presente trabalho.

(56) a. Eu vi os meninos nus.
b. Eu vi os meninos no quarto.
c. Eu vi os meninos a nadarem. [Raposo, 1989: 282, (28)]

(57) a. Eu quero a encomenda entregue ainda hoje.
b. Eu quero o livro na estante.
c. Eu quero os meninos a trabalharem. [Raposo, 1989: 282, (28)]

Para além da questão da natureza categorial da PIC, Raposo (1989) argumenta a favor de uma análise deste tipo de oração como uma estrutura de Controlo de Sujeito. Para enquadrar esta discussão, o autor toma como ponto de partida as semelhanças e diferenças entre a PIC e estruturas de Controlo de Objeto, exemplificadas em (58) e (59), respetivamente. Crucialmente, as duas construções, apesar da aparente semelhança, têm estruturas subjacentes diferentes.

(58) Eu vi [os meninos [a [ler(em) esse livro]]]. [Raposo, 1989: 286, (36)]
(59) Eu obriguei [os meninos] [a [ler(em) esse livro]]. [Raposo, 1989: 286, (35)]

Ainda assim, o autor estabelece um paralelo entre as duas estruturas que se revela fundamental para a sua análise da PIC: da mesma forma que, na estrutura de Controlo de Objeto, o objeto da oração matriz controla um PRO no domínio encaixado, também no interior da PIC o sujeito controla uma categoria vazia (PRO/*pro*) no complemento infinitivo (não-flexionado / flexionado) da preposição *a*. Assim sendo, o que está em causa é uma análise da PIC como uma estrutura de Controlo de Sujeito, que, dependendo da sua realização como infinitivo não-flexionado ou flexionado, poderá ser representada como ilustrado em (60) ou (61).

(60) … [$_{PP}$ a [$_{CP}$ [$_{IP}$ PRO I VP]]]. [Raposo, 1989: 287, (38)]

(61) … [$_{PP}$ a [$_{IP}$ *pro* I / Agr VP]]. [Raposo, 1989: 287, (39)]

Neste sentido, Raposo (1989) considera que as duas estruturas, a PIC e a estrutura de Controlo de Objeto, embora superficialmente semelhantes, diferem, crucialmente, na natureza do controlador e no facto de a PIC formar um só constituinte. Esta análise aproxima também as duas estruturas no que diz respeito à função da preposição *a*, já que se considera que, nos contextos de infinitivo flexionado, a preposição legitima Agr no domínio encaixado.

Já quanto ao Caso acusativo do sujeito da PIC, Raposo (1989) assume que a PIC se comporta como outras orações pequenas, na medida em que exibe efeitos de transparência que permitem que a atribuição de Caso ao DP sujeito seja determinada por um núcleo de um domínio externo (independentemente de ocorrer infinitivo flexionado ou não-flexionado no domínio encaixado). Deste modo, a PIC pode ser tomada como uma instância de ECM.

Finalmente, Raposo (1989) considera que os verbos percetivos atribuem um papel temático primário à proposição que denota o evento selecionado por este verbo e um papel secundário, que é atribuído, por sua vez, ao DP sujeito do domínio encaixado. A ideia de que o papel temático primário é atribuído pelo verbo percetivo à proposição (e não apenas ao DP) vai ao encontro das propriedades sintáticas e semânticas da PIC já discutidas, nomeadamente o facto de esta estrutura formar um constituinte e o facto de os verbos percetivos, neste contexto específico, selecionarem um evento (correspondendo à oração infinitiva).

Tendo em conta os principais pontos da análise de Raposo (1989), importa notar que esta proposta deixa algumas questões em aberto, principalmente quanto à natureza da preposição que introduz a PIC e a sua relação com as propriedades desta estrutura. A este respeito, a análise proposta por Duarte (1992) e retomada em Duarte & Gonçalves (2002) rejeita uma análise da PIC como oração pequena com um núcleo preposicional e como uma estrutura de Controlo. Entre os argumentos aduzidos por Duarte (1992) destacam-se (i) a impossibilidade de ocorrência de material lexical entre a preposição *a* e a forma verbal no infinitivo (62); (ii) o

contraste de gramaticalidade entre construções com infinitivo flexionado e não-flexionado em contextos de movimento do DP sujeito (com Caso acusativo) do domínio encaixado para a posição de sujeito do domínio superior (63); (iii) a impossibilidade de ocorrência de um pronome anafórico ou de um quantificador *bare* na posição de sujeito do domínio encaixado (64) e (iv) a impossibilidade de ocorrência do auxiliar dos tempos compostos no domínio encaixado (65).

(62) *Vi os meninos a [*pro*] ontem / há bocado comprarem borrachas.

[Duarte, 1992: 148, (10a)]

(63) a. Os meninos foram vistos a comer gelados.

b. *Os meninos foram vistos a comerem gelados. [Duarte, 1992: 148, (14)]

(64) a. *Vimos [os meninos]$_i$ a fazer [eles]$_i$ o jantar.

b. *Vi os meninos a todos *pro* comprarem borrachas. [Duarte, 1992: 149, (18a)-(19b)]

(65) a. *Vi os meninos a ter(em) comido gelados.

b. *Vi os meninos a ter(em) brincado no jardim esta tarde. [Duarte, 1992: 150, (22)]

Duarte (1992) toma dados como os acima ilustrados como evidências contra uma análise da PIC como uma oração pequena – veja-se os pontos (i) e (ii), exemplificados em (62) e (63) –, contra uma análise desta mesma construção como uma estrutura de Controlo – veja-se o ponto (iii) e o exemplo (64) – e contra a projeção de IP/TP – veja-se o ponto (iv) exemplificado em (65). Assim, a autora atribui à PIC a estrutura em (66), destacando o valor aspetual que é expresso pela preposição em conjunto com o infinitivo associado à forma verbal do domínio encaixado, isto é, o valor [+durativo]. Com efeito, e como se pode observar em (66), a preposição *a* e o morfema *r* do infinitivo formam um morfema descontínuo responsável pela marcação do valor aspetual da estrutura em causa.

(66) Vpercetivo [$_{ASPP}$ NP [$_{ASP'}$ [$_{ASP}$ a-r] [$_{AGRP}$ [$_{AGR'}$ [AGR] VP]]]]] [Duarte, 1992: 152, (27)]

Em trabalho posterior, Barbosa & Cochofel (2005) salientam a importância de incorporar aspetos de ambas as análises acima descritas para se dar conta do comportamento da PIC em PE. Neste sentido, as autoras propõem que a PIC é uma oração pequena e uma estrutura de Controlo, na senda de Raposo (1989), mas a preposição *a* é analisada como um núcleo aspetual, na linha de Duarte (1992).

Sintetizando a argumentação exposta por Barbosa & Cochofel (2005), e recuperando alguns dos exemplos apresentados na secção anterior, o facto de ser possível encontrar dados de ocorrência de material lexical entre a preposição e a forma infinitiva (67)-(68) é considerado um argumento contra a análise de morfema descontínuo associado ao valor aspetual [+durativo] proposto por Duarte (1992). Adicionalmente, as autoras consideram que a impossibilidade de o sujeito receber Caso nominativo, mesmo em contextos de infinitivo flexionado, não é corretamente predito pela mesma análise. Contudo, relativamente a este aspeto, importa ressalvar que, uma vez que a derivação da PIC proposta por Duarte (1992) não inclui a projeção de T, não está em causa a marcação do sujeito com Caso nominativo. Pelo contrário, a ausência de T na derivação da PIC não prediz que seja possível um sujeito com marcação casual de nominativo, ainda que o verbo encaixado ocorra no infinitivo flexionado.

(67) Eu não estou a ver o primeiro Ministro a, *de repente*, ceder poderes ao Presidente da República. [Barbosa & Cochofel, 2005: (13)]

(68) Todos nós vimos Deco a *não* meter um golo. [Barbosa & Cochofel, 2005: (14)]

Além disso, Barbosa & Cochofel (2005) avançam quatro argumentos centrais a favor de uma análise da PIC como uma estrutura de Controlo. Em primeiro lugar, as autoras salientam que apenas tal análise permite dar conta da incompatibilidade da PIC com verbos meteorológicos, contrariamente a outros complementos infinitivos de verbos percetivos. Segundo as autoras, esta propriedade resulta da ausência do DP que controla *pro*, o que conduz à generalização de que a PIC é impossível com verbos que não selecionam sujeitos explícitos.

Em segundo lugar, as autoras chamam a atenção para um outro aspeto em que a PIC apresenta um comportamento divergente em relação a outros complementos infinitivos de verbos percetivos, isto é, o facto de a PIC não admitir sujeitos pós-verbais (69)-(70). Também neste ponto as autoras defendem que apenas uma análise da PIC como estrutura de Controlo permite dar conta deste contraste. Assim, a agramaticalidade de frases como (70a) dever-se-ia a uma violação do Princípio C da Teoria da Ligação.

(69) a. Eu vi entrarem *três raparigas* na sala.
b. Eu vi *três raparigas* entrarem na sala. [Barbosa & Cochofel, 2005: (30)]

(70) a. *Eu vi a entrarem na sala *três raparigas*.
b. Eu vi *três raparigas* a entrarem na sala. [Barbosa & Cochofel, 2005: (31)]

Ainda sobre o comportamento dos sujeitos, Barbosa & Cochofel (2005) fazem notar que a PIC se aproxima de estruturas de Controlo de Objeto, ao admitir sujeitos anafóricos (pronomes e quantificadores), mas apenas em posição pós-verbal (71)-(72)[69].

(71) a. Vimos os meninos a fazerem *todos* o jantar.
b. *Vimos os meninos a *todos* fazerem o jantar. Barbosa & Cochofel, 2005: (41)]

(72) a. Vimos os meninos a fazerem *eles* o jantar.
b. *Vimos os meninos a *eles* fazerem o jantar. [Barbosa & Cochofel, 2005: (42)]

O quarto e último argumento apresentado por Barbosa & Cochofel (2005) assenta numa comparação entre PIC e PR. Mais concretamente, esta comparação leva à conclusão de que a PR, noutras línguas românicas, apresenta mais semelhanças com a PIC do que com a PR, em PE. Tal conclusão é motivada pelo comportamento da PR em PE, que, ao contrário do que acontece em línguas como o Espanhol ou o Italiano, não admite, por exemplo, antecedentes realizados como pronomes clíticos ou como sujeitos (em construções passivas). Ora, assumindo que a PR é uma estrutura de Controlo, as semelhanças entre a PR e a PIC constituem, segundo as autoras um argumento adicional para uma análise da PIC como estrutura de Controlo.

Face a estes argumentos, as autoras concluem, portanto, que a PIC é uma estrutura de Controlo e uma oração pequena (recorde-se, a este propósito, os critérios distribucionais descritos a propósito da análise de Raposo, 1989). Contudo, as autoras seguem Duarte (1992) na análise da preposição *a* como núcleo aspetual. Como mostram os exemplos em (73), existe um contraste, relacionado com a interpretação aspetual, entre a PIC e outros complementos infinitivos de verbos percetivos de que não é possível dar conta apenas com uma análise das estruturas em causa como Controlo.

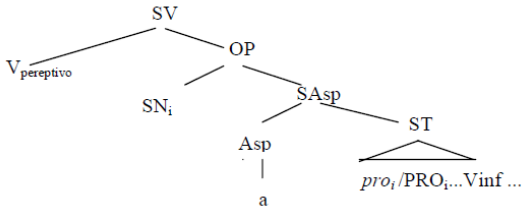
(73) a. #Vi o pássaro morrer, mas consegui salvá-lo.
b. Vi o pássaro a morrer, mas consegui salvá-lo. [Barbosa & Cochofel, 2005: (59)]

A questão que se coloca é, então, a de saber se é possível conciliar a proposta de Raposo (1989) e a de Duarte (1992). Para este efeito, Barbosa & Cochofel (2005) recorrem à proposta

[69] As autoras relacionam a impossibilidade de ocorrência de sujeitos anafóricos em posição pré-verbal com a hipótese defendida em Barbosa (1995) acerca da posição do sujeito em PE. De acordo com a autora, o sujeito em PE ocupa a posição pós-verbal. Estando esta discussão fora do escopo do presente trabalho, refira-se apenas que se assume aqui que a ordem básica de palavras em PE é SVO, não deixando, porém, de se ter em conta que alguns dos argumentos aduzidos por Barbosa & Cochofel (2005) para uma análise da PIC como estrutura de Controlo partem de uma assunção teórica diferente sobre a posição do sujeito.

semântica de Hale (1986), que lhes permite harmonizar uma análise de *a* como uma preposição e, simultaneamente, como um núcleo aspetual. Neste sentido, as autoras propõem que a preposição *a* é uma preposição de "coincidência central" (na senda de Hale, 1986), isto é, uma preposição em que o Tempo da Asserção e o Tempo do Evento coincidem. Deste modo, a preposição é núcleo de AspP, que, por sua vez, seleciona uma categoria TP, tal como ilustrado pela derivação em (74). Assim, Asp expressa o Tempo da Asserção e T expressa o Tempo do Evento. Note-se ainda que o complemento do verbo percetivo é composto por um sujeito e por um Asp predicado desse mesmo sujeito e com o qual forma uma oração pequena.

(74)



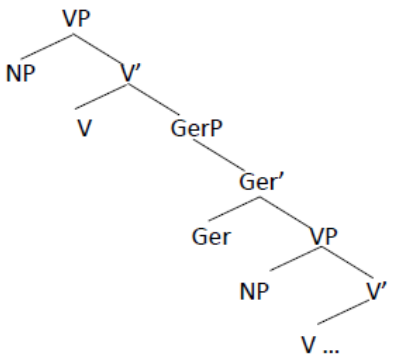
[Barbosa & Cochofel, 2005: (62)]

Quanto à CG em EsP, diferentes análises têm vindo a ser propostas, mas, no âmbito do presente trabalho, o foco estará nas análises avançadas especificamente para a CG introduzida por verbos percetivos. Neste contexto, é possível identificar três abordagens: (i) análises centradas na comparação e distinção entre a CG do EsP e a CG de outras línguas, nomeadamente o Inglês (Borgonovo, 1996; Ojea, 2011); (ii) a análise de Di Tullio (1998), inspirada na análise tripartida da PR proposta por Cinque (1992) e (iii) análises mais recentes voltadas para a comparação entre diferentes tipos de complementos de verbos percetivos: a PIC, a CG e a PR (Rafel, 1999; Casalicchio, 2013, 2019).

Na primeira abordagem, inclui-se Borgonovo (1996). Segundo esta autora, o Inglês e o EsP distinguem-se pelo facto de, no primeiro, a CG associada a verbos percetivos ser ambígua entre duas estruturas, enquanto, no segundo, apenas uma análise é possível. Assim, o Inglês dispõe de uma estrutura que a autora designa "gerúndio eventivo", em que o gerúndio e o DP que o antecede formam um único constituinte, e de uma estrutura em que o DP é o objeto direto do verbo percetivo e o gerúndio é um adjunto desse mesmo objeto direto. Nesta análise, o DP e o predicado gerundivo formam dois constituintes. Para o EsP, apenas esta última estrutura, cuja derivação se encontra em (75)[70], se encontra disponível. A ambiguidade do Inglês e as diferenças entre esta língua e o EsP são relacionadas com as propriedades temáticas dos verbos percetivos, já que estes podem selecionar eventos ou entidades.

[70] Esta derivação é problemática, considerando uma análise em que o gerúndio e o DP que o antecede formam dois constituintes, uma vez que o DP e o gerúndio encontram-se em GerP. Esta questão será retomada mais à frente.

(75)



[Borgonovo, 1996: 5, (5)]

A favor desta análise, Borgonovo (1996) argumenta que a CG em EsP e em Inglês se comporta de maneira distinta face a testes de constituência, como a possibilidade de extração (76) e de pseudoclivagem (77).

(76) a. What did you hear Bill singing?
que AUX tu ouvir Bill cantando
'O que ouviste o Bill a cantar?'
b. *¿Qué lo oíste a Pedro cantando? [Borgonovo, 1996: 6, (6)]
que o ouviste A Pedro cantando

(77) a. What I saw was [Mary dancing].
que eu vi foi Mary dançando
'O que eu vi foi a Maria a dançar.'
b. *Lo que vi fue [a María bailando]. [Borgonovo, 1996: 9, (13)]
o que vi foi A María dançando

Além disso, a autora justifica a impossibilidade de a CG ocorrer com verbos meteorológicos em EsP (mas, crucialmente, não em Inglês) com o facto de a posição do DP que segue o verbo percetivo ter de ser uma posição-θ, pois o único papel-θ do verbo percetivo é atribuído ao DP com a função de objeto direto. Pelo contrário, no Inglês, dada a possibilidade de a CG ser o argumento selecionado pelo verbo percetivo e de o DP corresponder ao sujeito do predicado gerundivo, este último não recebe um papel-θ do verbo percetivo. Contudo, esta argumentação parece ser problemática face aos dados da PIC em PE. A PIC, como se descreveu anteriormente, responde positivamente aos testes de constituência, o que indica que esta oração (formando um só constituinte com o DP que a antecede) é também selecionada como argumento do verbo percetivo. Porém, tal como a CG, também não é possível com verbos

meteorológicos (Barbosa & Cochofel, 2005). Além disso, os dados em (76) e (77) são em si problemáticos, pois, como se verá adiante, os juízos de gramaticalidade apresentados por Borgonovo (1996) não são partilhados por outros autores, como Di Tullio (1998).

Uma crítica adicional a esta proposta foi previamente avançada por Casalicchio (2013). Borgonovo (1996) considera que o DP antecedente do gerúndio é o objeto direto do verbo percetivo, deste recebendo o seu papel-θ, e que a CG é o adjunto desse objeto direto. Contudo, como é possível observar na derivação em (75), este DP está integrado em GerP, ou seja, é analisado como parte do adjunto.

Ojea (2011), por sua vez, centra-se numa análise das diferenças entre gerúndios proposicionais em Inglês e em EsP assente em diferentes traços associados ao morfema de gerúndio em cada uma das línguas. Para além de confrontar os dados do EsP com os do Inglês, esta análise é comparável à de Borgonovo (1996), no sentido em que também sugere que as diferenças da CG podem estar associadas a diferentes especificações do gerúndio nas duas línguas. Assim, o facto de o gerúndio em Inglês ocorrer como diferentes categorias morfossintáticas (nomes, adjetivos, verbos) pode dever-se a o gerúndio ser subespecificado no léxico quanto à sua classe gramatical. Pelo contrário, em EsP, o gerúndio só pode ocorrer como adjunto ou como parte de um predicado complexo, o que se deve, segundo Borgonovo, ao facto de o gerúndio ser especificado como [+V] nesta língua. Na mesma linha, Ojea (2011) propõe que o gerúndio em Inglês está associado ao traço [+N].

A autora defende que, nas duas línguas, a CG corresponde a uma estrutura defetiva – AspP ou TP. A principal diferença reside na possibilidade de, em Inglês, haver um traço [+N] em GerP, possibilidade que se encontra vedada em EsP. Para a autora, é possível identificar duas estruturas no EsP: CG que projetam TP – adjuntos não integrados (78) – e CG que projetam AspP – adjuntos integrados (79). A CG associada a verbos percetivos corresponde a uma projeção de AspP.

(78) Sonriendo, María se acercó a la ventana. [Ojea, 2011: 178, (59)]
sorrindo María se aproximou a a janela
'Sorrindo, a María aproximou-se da janela.'

(79) Vi a Pedro cerrando la puerta. [Ojea, 2011: 179, (64)]
vi A Pedro fechando a porta

Dois argumentos são avançados para a projeção de TP nas CG adjuntas não integradas: a possibilidade de negação da oração (80) e a independência do ponto de referência temporal

entre a CG e a oração matriz, já que aquela pode referir-se a um evento simultâneo ou anterior a esta (81)[71].

(80) No sientiéndose apoyado, decidió abandonar. [Ojea, 2011: 178, (58)]
não sentindo-se apoiado decidiu desistir
'Não se sentindo apoiado, decidiu desistir.'

(81) Cerrando la puerta, Juan desapareció en la noche. [Ojea, 2011: 178, (60)]
fechando a porta Juan desapareceu em a noite
'Fechando a porta, o Juan desapareceu na noite.'

Nestes dois aspetos, a CG em contextos de verbos percetivos difere, não admitindo negação (82) e sendo temporalmente dependente do domínio matriz, admitindo apenas uma leitura de simultaneidade entre os eventos expressos (83).

(82) *Vi a Juan no cerrando la puerta.
vi A Juan não fechando a porta.

(83) *Veo a Juan cerrando la puerta hace cinco minutos.
vejo A Juan fechando a porta há cinco minutos.

Quanto à presença de um traço [+N] em GerP em Inglês, mas não em EsP, esta é justificada por duas ordens de argumentos. A primeira é diacrónica e remete-nos para a etimologia do gerúndio. De acordo com Ojea (2011), a forma *-ndo* do gerúndio em EsP tem a sua origem na forma verbal no ablativo (por exemplo, *amando*), pelo que tem uma natureza adverbial e, por conseguinte, este gerúndio não poderá projetar uma categoria GerP com um traço [+N] e não poderá ocorrer em posição argumental. Contudo, esta explicação pode ser problemática se se trouxer para a discussão, uma vez mais, dados relativos à PIC. Considerando que a PIC, neste ponto, se parece aproximar mais do comportamento da CG em Inglês, no

[71] Ojea (2011) adverte para o facto de, contrariamente ao Inglês, o EsP não admitir uma leitura de posterioridade neste tipo de CG. Contudo, dados de *corpora* parecem não corroborar este aspeto, como ilustrado em (ii), em que uma CG ocorre com o advérbio *después*, expressando uma leitura de posterioridade.

(i) *Juan cerró el libro, dejandolo sobre la mesa.
Juan fechou o livro deixando-o sobre a mesa
'O Juan fechou o livro, deixando-o em cima da mesa

(ii) (…) rasgó com sus uñas largas pintadas de negro, una bandeja de plátanos, sacó uno, lo peló y se lo comió, dejando después la piel vacía en la bandeja rasgada (…). [CORPES XXI, Molina Foix, 2011]

sentido em que se comporta como um argumento do verbo percetivo, então o argumento diacrónico não explica a diferença entre EsP e o Inglês. Note-se que o gerúndio, tanto em PE como em EsP, tem a mesma origem – a forma ablativa dos gerúndios em latim. Crucialmente, a PIC pode ser relacionada com uma mudança operada sobre o sistema casual de nomes e gerúndios originário do latim, que ocorreu ao longo de vários séculos e que afetou a evolução de infinitivos preposicionados nas línguas românicas (Casalicchio, 2013; Pereira, 2015). Esta mudança traduziu-se na substituição de formas com flexão casual – *amando* –, por formas no infinitivo precedidas por preposição – *ad amare* – (Casalicchio, 2019, citando Tekavčić, 1972)[72].

A segunda ordem de argumentos diz respeito a restrições sintáticas e semânticas que afetam o DP que antecede a CG. Assim, Ojea (2011) recorre à impossibilidade de ocorrência de nomes abstratos nesse DP e ao facto de a CG não admitir verbos meteorológicos. Estas restrições são relacionadas com o facto de os verbos percetivos, neste tipo de contexto, selecionarem uma entidade (e não um evento) e de essa mesma entidade ter de poder ser percebida sensorialmente e, portanto, não poder ser abstrata. Tal como descrito anteriormente, a PIC admite nomes abstratos, o que vai ao encontro da ideia de que o verbo percetivo em PE seleciona um evento, expresso pela PIC. Todavia, como descrito anteriormente, tanto a CG como a PIC não admitem verbos meteorológicos. Não obstante, a explicação oferecida para esta impossibilidade poderá ser outra, como defendido por Barbosa & Cochofel (2005).

Como vimos até este ponto, as propostas de análise da CG avançadas por Borgonovo (1996) e Ojea (2011) salientam o comportamento singular do gerúndio em EsP face ao observado para o Inglês. Não obstante, alguns dos argumentos empíricos aduzidos pelas autoras apresentam algumas fragilidades, sobretudo quando comparados com o comportamento da PIC. Ainda assim, é relevante a ideia de que a CG é marcada por especificidades aspetuais que a demarcam de outros complementos não-finitos de verbos percetivos, como ECM, mas que as suas especificidades são também de ordem sintática, pelo que a associação de um nó AspP à derivação da CG não será suficiente para dar conta das suas propriedades sintáticas.

Di Tullio (1998) explora, justamente, ora questões aspetuais ora questões sintáticas, numa análise tripartida da CG, inspirada na proposta de Cinque (1992) para a PR. A primeira análise centra-se no valor aspetual expresso pela CG, argumentando a autora que a derivação de ECM e da CG é a mesma e que as duas estruturas diferem apenas, justamente, do ponto de vista aspetual. A derivação das duas estruturas proposta por Di Tullio (1998) encontra-se em

[72] Importa ressalvar que o surgimento da PIC em PE não coincide cronologicamente com esta mudança, mas é mais tardio, datando do século XVIII as primeiras ocorrências (Pereira, 2015).

(84)[73]. Como argumentos a favor desta hipótese, a autora privilegia testes de constituência que mostram que as duas estruturas se comportam como um só constituinte (85)[74].

(84) Vp [SN [$_{Asp°}$ -r / -ndo] SV] [Di Tullio, 1998: 201, (5b)]

(85) a. Lo que vi fue el barco atracando en el puerto. [Di Tullio, 1998: 202, (6)]
o que vi foi o barco atracando em o porto
b. Fue el barco atracando en el puerto lo que vi.
foi o barco atracando em o porto o que vi
c. Vi el barco atracando en el puerto, lo que me resultó sorprendente.
vi o barco atracando em o porto o que me resultou surpreendente

A segunda análise, por sua vez, salienta as diferenças estruturais entre ECM e CG, considerando a autora que a CG e o DP que a antecede se comportam como dois constituintes face a determinados testes (por oposição a ECM). Por um lado, a incompatibilidade da CG com verbos meteorológicos e com sujeitos de referência arbitrária indica que o verbo percetivo seleciona uma entidade e não um evento. Por outro lado, o comportamento da CG face a um conjunto de outros testes de constituência, para além dos exemplificados em (85), aponta no sentido de ser necessária uma análise deste tipo. Entre estes, salientam-se (i) a impossibilidade de extração, já anteriormente referida e exemplificada em (76); (ii) a possibilidade de deslocação de VP (86) e (iii) a possibilidade de clivar tanto o predicado (87) como o DP (88).

(86) Leyendo una novela, (la) vi ayer a María. [Di Tullio, 1998: 204, (13a)]
lendo uma novela (a) vi ontem A María

(87) Fue leyendo una novela como / que (la) vi ayer a María. [Di Tullio, 1998: 204, (14a)]
foi lendo uma novela como / qye (a) vi ontem A María

(88) A quien vi fue a María leyendo una novela. Di Tullio, 1998: 204, (15a)]
a quem vi foi A María lendo uma novela

[73] Na representação de Di Tullio (1998), "Vp" refere-se a "verbo percetivo".
[74] Recorde-se, a este propósito, o problema colocado a respeito do exemplo de Borgonovo (1996), citado em (88b), sendo a agramaticalidade deste exemplo apresentada como argumento para a CG e o DP que a antecede formarem dois constituintes. Também Casalicchio (2013) chama a atenção para estes juízos de gramaticalidade contraditórios entre Borgonovo (1996) e Di Tullio (1998). O autor adianta, porém, que as gramáticas do EsP e falantes nativos consultados vão ao encontro dos juízos apresentados por Di Tullio (1998).

Considerando estas propriedades, Di Tullio (1998) propõe uma segunda análise da CG como oração pequena e estrutura de Controlo, cujo núcleo, sendo aspetual, está associado ao sufixo *-ndo* do gerúndio:

(89) Vp SN [PRO [-ndo] SV] [Di Tullio, 1998: 203, (11)]

Já a terceira análise proposta pela autora é de DP complexo, cuja estrutura se encontra em (90). A justificação para a necessidade de uma terceira análise reside no facto de apenas assim se poder dar conta de a CG poder ser selecionada por verbos que não admitem predicados secundários (91) e de poder ser o sujeito de passivas de *-se* (92).

(90) V [$_{SN}$ SN$_i$ [PRO$_i$ SV]] [Di Tullio, 1998: 208, (25)]

(91) Distinguí troncos ardiendo en la chimenea. [Di Tullio, 1998: 208, (26a)]
distingui troncos ardendo em a lareira

(92) Se vieron troncos ardiendo en la chimenea. [Adaptado de Di Tullio, 1998: 208, (27b)]
se viram troncos ardendo em a lareira

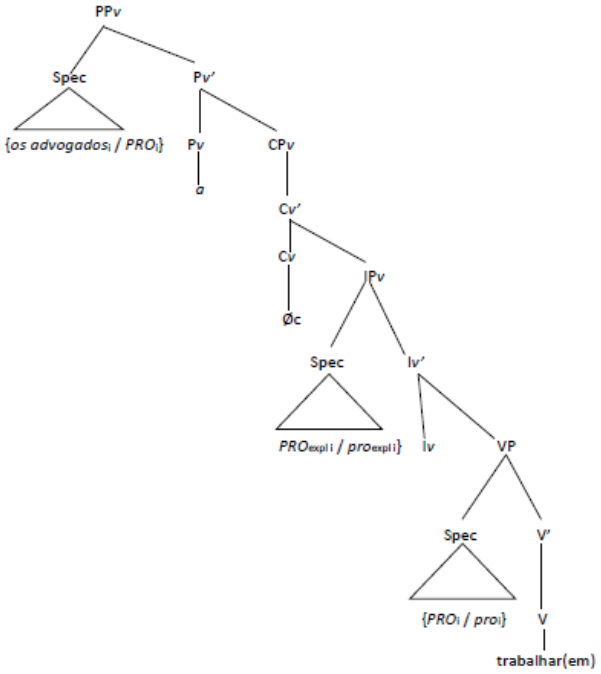
A proposta de Di Tullio (1998) baseia-se, ainda que implicitamente, nas semelhanças entre os diferentes complementos com valor aspetual progressivo de verbos percetivos. Os estudos que se discutirão agora (Rafel, 1999; Casalicchio, 2013, 2019) levam esta ideia mais longe, propondo análises unificadas destas estruturas e considerando dados de várias línguas românicas, mas também do Inglês. Além disso, é abandonada a ideia de uma análise tripartida como forma de dar conta de propriedades que, por vezes, apontam em sentidos diferentes, particularmente, no que diz respeito ao comportamento sintático deste tipo de estruturas. Ainda assim, é mantida a ideia de que tanto a CG como a PIC, quando ocorrem com verbos percetivos, podem corresponder a argumentos ou a adjuntos.

É neste contexto que se enquadra o trabalho de Rafel (1999), que defende uma análise da PR, da PIC e da CG como orações pequenas complexas. Esta designação é usada para salientar o facto de se considerar que estas construções possuem uma estrutura sintática mais complexa do que outros tipos de orações pequenas. Deste modo, é proposto que a PIC corresponde a uma projeção de PP, enquanto a CG é uma projeção funcional FP. Fulcral na análise de Rafel (1999) é o facto de, em ambas as estruturas, as respetivas projeções de PP ou FP selecionarem um CP.

No âmbito do presente trabalho, discutir-se-á, em particular, a análise de Rafel (1999) para a PIC, pois, no caso da CG, o autor considera sobretudo dados do Inglês, e não do EsP ou de outras línguas românicas. Como se viu anteriormente, a CG do EsP e do Inglês apresentam diferenças relevantes. A derivação proposta para a PIC encontra-se em (94).

(93) Eu vi os advogados a trabalhar(em). [Rafel, 1999: 115, (11)]

(94)



[Rafel, 1999: 115, (12)]

Rafel (1999) propõe que, na PIC, o verbo no infinitivo é o núcleo de VP e que o seu sujeito ocupa a posição de Spec, VP. Este sujeito corresponderá a PRO, se se tratar de PIC com infinitivo não-flexionado, ou a *pro*, se o infinitivo for flexionado. Na posição de Spec, IP, o autor propõe a existência de um PRO ou *pro* expletivo. Rafel (1999) considera ainda que a PIC corresponde a uma projeção de CP, sendo o núcleo desta projeção uma categoria vazia $Ø_C$. Finalmente, acima de CP, encontra-se uma projeção de PP, cujo núcleo é preenchido pela preposição *a*, enquanto o DP ou PRO sujeito ocupam a posição de especificador por *merge*.

A derivação proposta por Rafel (1999) tem algumas semelhanças com a de Raposo (1989): a PIC é analisada como uma estrutura de Controlo e a PIC com infinitivo flexionado distingue-se da sua contrapartida com infinitivo não-flexionado pela presença de *pro* ou PRO, respetivamente. Contudo, existem diferenças relevantes entre as duas análises, fruto também do surgimento de diferentes propostas teóricas no quadro da gramática generativa.

Assim, Rafel (1999) afasta-se de Raposo (1989) quanto à posição ocupada pelo sujeito nulo e quanto às projeções funcionais que integram o domínio infinitivo. Rafel (1999) faz notar

que, contrariamente a outros contextos de Controlo (em que o sujeito do domínio encaixado é controlado pelo sujeito ou pelo objeto do domínio matriz), o sujeito da PIC, de acordo com a análise em (94), é controlado por um sintagma argumental gerado na posição de especificador de PP, que, na proposta de Rafel (1999), corresponde à projeção mais alta do domínio infinitivo.

Já a respeito das projeções funcionais, recorde-se que, segundo Raposo (1989), na PIC com infinitivo flexionado, o nó PP seleciona IP, mas na PIC com infinitivo não-flexionado, é selecionado um nó CP. Esta diferença é justificada por, no quadro da Teoria da Regência e Ligação, PRO não poder ser regido por P. Pelo contrário, para Rafel (1999), seguindo propostas posteriores, particularmente sobre estruturas de Controlo infinitivas (Chomsky, 1998/2000), PP seleciona sempre CP, independentemente das propriedades de IP, pois, na verdade, o autor considera que a presença de CP é determinada pelas propriedades de VP a que está associado.

No entanto, a presença de CP não é isenta de problemas, como notado por Casalicchio (2013, 2019). Este autor argumenta que a presença de CP faria prever a possibilidade de ocorrência de verbos modais (95) e auxiliares (96) no domínio encaixado, o que não se verifica.

(95) *A Maria viu o Pedro a poder correr.

(96) *A Maria viu o Pedro a ter corrido.

Esta mesma crítica havia já sido levantada por Duarte (1992) a propósito da análise de Raposo (1989). De acordo com a autora, a impossibilidade de ocorrência do auxiliar perfetivo na PIC não pode ser explicada por especificidades dos verbos percetivos, uma vez que se estende a outros verbos que selecionam PIC (97), nem apenas a uma incompatibilidade aspetual entre o valor durativo expresso pela PIC e o valor perfetivo expresso pelo auxiliar, pois isso inviabilizaria exemplos como (98). Assim sendo, o que poderá estar aqui em causa é uma ausência de TP – ou IP, na formulação de Duarte (1992) – ou um TP truncado – nos termos de Casalicchio (2019).

(97) a. *Os meninos estavam a ter estudado quando chegámos.
b. *Os meninos ficaram a ter sabido a lição. [Duarte, 1992: 151, (25)]

(98) Agrada-me o facto de os meninos terem estado a estudar toda a manhã.
[Duarte, 1992: 151, (24)]

A segunda proposta unificadora da PIC e da CG foi avançada por Casalicchio (2013, 2019), sendo que nos centraremos na sua formulação mais recente. Casalicchio (2019), defende

a viabilidade de uma análise única destas duas estruturas salientando um conjunto de propriedades que as mesmas têm em comum e que podem ser resumidas em três pontos.

Em primeiro lugar, o autor defende que a PIC e a CG são orações pequenas. Como argumentos a favor desta análise alude a dois testes amplamente documentados na literatura (veja-se também Raposo (1989) para a PIC e Di Tullio (1998) para a CG), nomeadamente o facto de a PIC e de a CG terem a mesma distribuição de outras orações pequenas adjetivais e preposicionais e o facto de poderem ser coordenadas[75] com outras orações pequenas.

Em segundo lugar, é salientado o valor aspetual progressivo expresso pelas duas estruturas, que, como se viu anteriormente, é consensualmente descrito na literatura. Vejam-se, a este respeito, os exemplos de Barbosa & Cochofel (2005) e Di Tullio (1998) citados em (47) e (48) da secção 3.1., bem como a incompatibilidade com *individual-level predicates* (54).

Em terceiro lugar, o autor considera que tanto a PIC como a CG são compatíveis com dois tipos de estrutura: podem formar um só constituinte com o DP ou corresponder a dois constituintes. Esta dualidade não é sinónimo de opcionalidade entre as duas estruturas. Na linha da análise de Cinque (1992) para a PR, Casalicchio (2019) assume que alguns verbos apenas admitem uma das estruturas, enquanto os verbos percetivos são compatíveis com ambas. Contudo, e tendo em conta que não se trata de opcionalidade, não é explicitado em que contextos os verbos percetivos admitem uma ou outra estrutura. Este último argumento de Casalicchio (2019) parece, pois, levantar um problema que poderá ter origem no facto de a CG e a PIC não terem um comportamento completamente uniforme face a testes de constituência. Assim, e como demonstrado anteriormente, enquanto a PIC responde de forma maioritariamente positiva a testes de constituência que indicam que esta forma um único constituinte com o seu antecedente, a CG responde de forma negativa em muitos dos testes de constituência, havendo, porém, alguns em que evidencia um comportamento ambíguo.

Estes são os argumentos que estão na base de uma proposta unificada da CG e da PIC. Por conseguinte, e de acordo com as propostas de derivação em (101) e (102), ambas as estruturas têm uma preposição *a* na qual o valor aspetual progressivo é codificado. Não obstante, no caso da CG esta preposição é nula[76] e incorporada na forma verbal no gerúndio,

[75] O teste da coordenação será um indicador menos robusto, tal como já havia notado Di Tullio (1998). Note-se que a PIC e a CG podem ser coordenadas com orações pequenas, mas também com outros complementos infinitivos, como ECM (embora este tipo de coordenação possa estar sujeito a diferentes juízos de gramaticalidade por parte dos falantes que afetam, por exemplo, a ordem pela qual as estruturas são coordenadas).

(i) a. OK/*Vi o João indicar o caminho e a Maria a conduzir o carro.
b. ?/*Vi o João a indicar o caminho e a Maria conduzir o carro.

(ii) Vi a Pavarotti saludar y al público ovacionándolo. [Di Tullio, 1998: 202, (7a)]
vi A Pavarotti saudar e A+o público aplaudindo-o.

[76] Sobre a aplicação da ideia de preposições "nulas" ou "abstratas" associadas a determinados verbos, vejam-se os trabalhos de Fernández-Soriano & Rigau (2009) e Rigau (2013).

enquanto na PIC a preposição é realizada e antecede a forma verbal no infinitivo. Além disso, e na sequência dos argumentos aduzidos anteriormente, Casalicchio (2019) defende que a PIC e a CG são orações pequenas, o que se reflete, segundo o autor, no facto de ambas corresponderem a FP[77]. A principal diferença entre a PIC e a CG reside na posição em que a preposição é gerada: mais tarde, ou seja, num nó Asp mais alto, no caso da PIC, ou mais cedo, isto é, num nó Asp mais baixo, na CG.

(99) Vi a Jorge llorando. [Casalicchio, 2019: 76, (1)]

(100) Vi o Jorge a chorar. [Casalicchio, 2019: 76, (2)]

(101) Vi [$_{SC/FP}$ a Jorge [$_{F'}$ Ø [$_{AspP}$ llorar+a [$_{vP}$ ~~Jorge llorar~~]]]] [Casalicchio, 2019: 76, (3)]

(102) Vi [$_{SC/FP}$ o Jorge [$_{F'}$ Ø [$_{AspP}$ a [$_{NegP}$ [$_{AspP}$ chorar [$_{vP}$ ~~o Jorge chorar~~]]]]]

[Casalicchio, 2019: 76, (4)]

Importa agora explorar alguns aspetos que decorrem desta análise, comparando-os com o postulado em análises anteriores da PIC e da CG, a saber: o facto de a PIC e a CG não serem analisadas como estruturas de Controlo, de corresponderem a um nó AspP e de a PIC ter uma estrutura sintática mais expandida do que a CG.

Contrariamente ao defendido por Raposo (1989), Di Tullio (1998), Rafel (1999) e Barbosa & Cochofel (2005), para Casalicchio (2019) tanto a PIC como a CG não são estruturas de Controlo, na linha de propostas anteriores de Duarte (1992) e Duarte & Gonçalves (2002), para a PIC. Com efeito, nesta análise o sujeito do domínio encaixado é gerado em Spec, vP, movendo-se para Spec, FP. Como argumento contra uma análise como Controlo, Casalicchio (2019) baseia-se no teste da reconstrução, segundo o qual efeitos de reconstrução são agramaticais com estruturas de Controlo, mas não com estruturas de Elevação. Contudo, o próprio autor admite que a maioria dos falantes que consultou aceita frases como (103)-(104), embora as considerem, por vezes, marginais. Assim, este não será um argumento determinante para rejeitar uma

[77] Casalicchio (2019) segue den Dikken (2006), que defende que todas as orações pequenas são projeções de um núcleo funcional. Daí a presença de FP nas derivações em (101) e (102). O presente trabalho não se ocupará de explorar a necessidade desde mecanismo teórico para dar conta das propriedades das duas estruturas em análise e das orações pequenas em geral. No que à discussão da aquisição da PIC diz respeito, o foco estará nas semelhanças aspetuais das duas estruturas e, naturalmente, nas diferenças entre a CG e a PIC que obrigam à reconfiguração de traços. Contudo, sempre que nos reportarmos às derivações avançadas por Casalicchio (2019), esta incluirá as projeções funcionais propostas pelo autor para cada uma das estruturas em análise.

análise da PIC como estrutura de Controlo. Mais uma vez, portanto, o facto de os argumentos empíricos aduzidos a favor de uma ou outra análise se basearem em dados cuja gramaticalidade não é consensual entre os falantes nativos parece ser um entrave na procura de respostas mais definitivas para a análise das estruturas em causa.

(103) Es una pena ver a sus próprios$_i$ niños preocupando a Juan$_i$. [Casalicchio, 2019: 103, (65)]

(104) */^{OK}É uma pena ver os seus próprios$_i$ filhos a preocupar o João$_i$.

Relativamente à questão das projeções funcionais, contrariamente a Raposo (1989) e Rafel (1999), Casalicchio (2019) propõe que o valor aspetual da PIC e da CG se encontra codificado não só lexicalmente, mas também num nó específico na derivação da estrutura: AspP. Também contra o defendido pelos autores mencionados, Casalicchio (2019) considera que existem argumentos contra a projeção de CP e de TP. Alguns destes argumentos foram já descritos anteriormente e consistem na impossibilidade de ocorrência de verbos modais e auxiliares no domínio encaixado, como ilustrado em (95) e (96). A agramaticalidade de (96) remete também, naturalmente, para questões de dependência temporal entre o domínio matriz e o domínio encaixado que apontam no sentido de não existir um domínio T completo na PIC e na CG. Adicionalmente, é também referido por Casalicchio (2019) o facto de a PIC e a CG não legitimarem sujeitos com Caso nominativo.

Note-se, contudo, que tais argumentos são válidos contra a existência de um domínio T completo[78], mas não contra a presença de um domínio T defetivo. Tal como explorado na secção 2.3.1. do presente trabalho, as mesmas propriedades aqui usadas como argumentos contra T são partilhadas com ECM, que corresponderá a um domínio T defetivo.

Finalmente, como consequência da posição da preposição num nó AspP mais alto na derivação, segundo Casalicchio (2019), a PIC apresenta uma estrutura sintática mais expandida do que a CG. Esta diferença entre a PIC e a CG permitirá dar conta de uma propriedade em que as duas estruturas diferem, ou seja, a possibilidade de ocorrência de determinados elementos entre a preposição e a forma verbal no infinitivo na PIC. Entre estes elementos, a literatura inclui determinados advérbios ou locuções adverbiais e elementos de negação (Barbosa & Cochofel, 2005), posição que é seguida por Casalicchio (2019), embora, como se teve a oportunidade de discutir previamente, esta não seja consensual (Duarte, 1992; Duarte & Gonçalves, 2002), facto

[78] Note-se que Casalicchio (2019) usa sempre a formulação "TP completo" e que os argumentos que explora são, segundo o autor, prova de ausência, precisamente, de um TP completo. Nunca a questão é formulada, neste ponto do seu trabalho, como ausência de TP, pese embora o facto de, na derivação que apresenta para a PIC e a CG, não haver um nó TP.

a que não será alheia, uma vez mais, a variabilidade encontrada nos juízos de gramaticalidade dos falantes nativos e as especificidades semânticas dos verbos percetivos.

A proposta anterior de Barbosa & Cochofel (2005), apresentada em (74), permite dar conta da possibilidade de ocorrência de negação entre o núcleo aspetual *a* e o verbo no infinitivo através da projeção de TP. Na mesma linha de argumentação, também vimos que a possibilidade de ocorrência de negação no domínio encaixado em ECM é um dos argumentos aduzidos por Gonçalves (1999) para a projeção de T (defetivo) nesta estrutura em PE. Considerando estes dados, poder-se-á então questionar por que razão Casalicchio (2019) propõe a existência de dois nós AspP para a PIC e não de um nó AspP e de um domínio T defetivo. Note-se ainda que, na estrutura de ECM, a presença de um T defetivo permite dar conta da presença de negação e de pronomes clíticos no domínio encaixado e, simultaneamente, da incompatibilidade com auxiliares de tempos compostos, propriedades partilhadas pela PIC. Contudo, Casalicchio (2019), seguindo Cinque (2006), questiona a possibilidade de um AspP selecionar um nó TP, uma vez que aquele é tipicamente interpretado como ocorrendo abaixo de TP na derivação sintática.

Uma outra questão que se coloca relativamente à análise de Casalicchio (2019) relaciona-se com o facto de esta se centrar apenas na PIC com infinitivo não-flexionado. Relativamente à PIC com infinitivo flexionado, o autor refere que a derivação é semelhante à presente em (102) com apenas pequenas diferenças que permitem a ocorrência de infinitivo flexionado (Casalicchio, 2019: 78). Todavia, não é claro de que forma essas diferenças se concretizam. Contrariamente a Raposo (1989) e Barbosa & Cochofel (2005), Casalicchio (2019) considera que não existe na PIC uma projeção de TP a que possam estar associados traços-ϕ que tornem possível a concordância em pessoa e número entre sujeito e verbo no domínio encaixado. Além disso, o autor defende também que a PIC não é uma estrutura de Controlo e, portanto, não existem categorias no domínio encaixado diferenciadas para a PIC com infinitivo não-flexionado (PRO) e flexionado (*pro*). Poderá colocar-se a hipótese de que o nó AspP mais baixo tem traços-ϕ que possibilitam a ocorrência de PIC com infinitivo flexionado. Contudo, esta é uma questão deixada em aberto por Casalicchio (2019). Uma outra possibilidade poderá ser considerar que, em vez de um nó NegP, como o presente na derivação em (102), para dar conta da possibilidade de ocorrência de advérbios de negação e outros entre a preposição e o verbo no infinitivo, possa existir um TP defetivo.

Diferentes propostas têm vindo a ser avançadas para a PIC e a CG. Estudos anteriores têm-se centrado no valor aspetual por elas expresso, bem como nas propriedades que as aproximam de estruturas tipicamente identificadas como orações pequenas. Ainda assim, a sua

caracterização não é isenta de problemas, dados os diferentes juízos de gramaticalidade que podem suscitar face a algumas propriedades sintáticas.

O reconhecimento e valorização das propriedades em comum entre a PIC e a CG levou, mais recentemente, a propostas únicas de análise para ambas as estruturas. Não obstante, e sem prejuízo do caráter unificador de tais propostas, procura-se igualmente dar conta de algumas diferenças de comportamento das duas estruturas. Em última análise, o que está em causa é que a PIC e a CG poderão diferir no facto de a PIC poder ter uma estrutura funcional mais expandida, traduzindo-se isto num nó AspP adicional ou num domínio T defetivo. Crucialmente, porém, as propriedades dos dois tipos de complemento apontam no sentido de, pelo menos, corresponderem a um nó AspP, no que se distinguem de outros complementos não-finitos de verbos percetivos. Assim, o aspeto mais relevante a retirar desta discussão será que, independentemente das diferenças, as projeções funcionais que poderão ser relevantes na análise da PIC e da CG serão semelhantes relativamente a alguns elementos-chave, dadas as propriedades sintáticas e semânticas que têm em comum. Estes elementos-chave, em grande medida associados ao valor aspetual expresso pelas duas estruturas, poderão ter um papel central, como se verá adiante, na tarefa de aquisição da PIC por falantes nativos de EsP.

4. Aquisição de língua não materna: a *Feature Reassembly Hypothesis*

Centrando-se o presente trabalho no estudo da aquisição não-nativa de PE, importa contextualizá-lo no âmbito dos estudos sobre *Second Language Acquisition* (SLA). Esta área de estudo tem vindo a suscitar cada vez mais interesse. Por um lado, o conhecimento sobre o processo de aquisição de uma língua não materna torna-se cada vez mais relevante no contexto atual de multilinguismo generalizado. Por outro lado, a investigação em SLA tem vindo a salientar cada vez mais a importância das ligações que se podem estabelecer entre diferentes áreas do conhecimento linguístico, podendo os resultados obtidos no estudo da aquisição de L2 ter implicações que não se restringem à teoria de SLA, mas que podem também constituir um contributo relevante para a discussão de aspetos da Didática (dada a sua evidente ligação ao ensino de língua estrangeira), de outras situações de aquisição (aquisição de L1, bilingue ou de língua de herança) e da teoria linguística. Estes dois aspetos, por sua vez, poderão ser considerados, de certa forma, impulsionadores dos (rápidos) desenvolvimentos teóricos a que temos vindo a assistir no campo da SLA. Com efeito, e mesmo considerando apenas a investigação desenvolvida no quadro da Teoria Generativa, várias têm sido as hipóteses formuladas e testadas neste âmbito, principalmente desde a década de 1980 até ao presente.

Uma leitura do estado da arte no campo da SLA no quadro da Teoria Generativa (White, 2003; Slabakova, 2016; Rothman & Slabakova, 2018) permite perceber que os avanços teóricos e experimentais caminham lado a lado. Se é verdade que diferentes hipóteses explicativas têm sido avançadas ao longo dos anos, é igualmente verdade que a discussão teórica tem sido acompanhada pelo desenvolvimento de métodos experimentais capazes de fornecer resultados cada vez mais robustos e, simultaneamente, com um foco cada vez mais especializado.

O presente estudo adota a *Feature Reassembly Hypothesis* como hipótese explicativa do processo de aquisição não-nativa e, por isso, a presente secção é dedicada à discussão das suas bases teóricas e predições. Para tal, julga-se pertinente, num primeiro momento, enquadrar esta hipótese no contexto dos estudos prévios de SLA, tomando questões clássicas, como o acesso à GU, como ponto de partida. Posteriormente, apresentar-se-á o contexto em que surgiu a *Feature Reassembly Hypothesis* e as suas predições, sendo igualmente discutidos alguns estudos que têm vindo a testar estas mesmas predições. Será também explorada a possibilidade de complementaridade entre hipóteses de SLA. Poderá existir uma ideia generalizada de que uma hipótese teórica surge como reação a outra hipótese anterior, podendo eventualmente substituí-la. Contudo, nem sempre este é o caso. Na verdade, é possível considerar que, em certos contextos, duas hipóteses poderão operar numa relação de

complementaridade, aumentando assim o seu poder explicativo face a determinado objeto de estudo. É nesta ideia que se baseia o penúltimo ponto da presente secção, em que se explora a possibilidade de se poder tomar a *Feature Reassembly Hypothesis* em conjunto com a *L1 Preemption Hypothesis* (Iverson & Rothman, 2011, 2015; Rothman & Iverson, 2013) como hipóteses de trabalho. Por último, discutir-se-á brevemente as implicações de estudar a aquisição de PE língua não materna num contexto de multilinguismo cada vez mais generalizado.

4.1. Hipóteses no estudo de *Second Language Acquisition*

4.1.1.Hipóteses sobre o acesso à Gramática Universal

Uma das questões clássicas no estudo da aquisição de L2 é a de determinar se os mesmos mecanismos que presidem à aquisição de L1 estão presentes na aquisição de L2 e em que medida, nomeadamente se há ou não acesso à GU no processo de aquisição de uma L2. Respostas diferentes têm sido avançadas para esta questão, destacando-se, por um lado, as hipóteses que defendem a existência de semelhanças entre o desenvolvimento da gramática nas duas situações de aquisição, como a hipótese de *Full Transfer/Full Access* (Schwartz & Sprouse, 1996), e, por outro lado, as hipóteses que defendem a existência de diferenças a nível do processo de aquisição e do *ultimate attainment*, como é o caso da *Fundamental Difference Hypothesis* (Clahsen & Muysken, 1986; Bley-Vroman, 1989).

A discussão sobre o acesso à GU na aquisição de L2 ganhou relevo na década de 1980, no quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros, após o aparecimento de trabalhos em quadros distintos do da gramática generativa que revelaram haver sistematicidade no processo de aquisição de uma L2 (*e.g.*, Selinker, 1972), já que os aprendentes de uma L2 produziam desvios à gramática-alvo idênticos nos mesmos períodos de aquisição. Neste contexto, nasceu o conceito de "gramáticas de interlíngua" como forma de designar as gramáticas não-nativas, conceito ancorado na premissa de que a representação mental de uma L2 tem em comum com a de uma L1 o facto de ambas corresponderem a sistemas linguísticos complexos.

A questão do acesso à GU tem tido diferentes respostas, podendo estas ser agrupadas, essencialmente, em três tipos de hipótese: (i) hipóteses que defendem o acesso total à GU – *Full Transfer/Full Access* (Schwartz & Sprouse, 1996; White, 2003); (ii) hipóteses que defendem o acesso parcial à GU – *Failed Functional Features Hypothesis* (Hawkins & Chan, 1997) e Hipótese da Interpretabilidade (Tsimpli, 1997, 2005) – e (iii) hipóteses que defendem não haver acesso à GU – *Fundamental Difference Hypothesis* (Clahsen & Muysken, 1986; Bley-Vroman, 1989). A

presente discussão centra-se em trabalhos que defendem as duas primeiras hipóteses. Estas, pese embora a assunção de que os aprendentes de L2 têm algum tipo de acesso à GU, não ignoram que existem algumas diferenças fundamentais entre a aquisição de uma L1 e de uma L2 (principalmente em idade adulta). Contudo, o modo como estas diferenças, assim como as semelhanças, são entendidas e incorporadas no aparato teórico difere consoante se esteja a discutir hipóteses de acesso total ou parcial à GU.

No que diz respeito às diferenças entre aquisição de L1 e de L2, podem apontar-se três aspetos como condutores da discussão teórica nos estudos de SLA. Primeiro, e como sintetizado por Montrul (2004), a idade de aquisição é um fator a considerar no estudo da aquisição de L2, na medida em que a aquisição de uma língua em idade adulta implica (pelo menos) uma diferença em termos de maturidade cognitiva em relação a uma criança que adquire uma L1. Uma segunda diferença a ter em conta entre as duas situações de aquisição é a de que os aprendentes de uma L2 já adquiriram completamente, pelo menos, uma outra língua (a sua L1)[79]. Um terceiro aspeto relevante reside no facto de não ser certo que a aquisição de uma L2 resulte num estádio final que corresponda ao nível de proficiência de um falante nativo. Por outras palavras, a aquisição de uma L2 pode estar sujeita a fossilização, termo usado para dar conta de situações em que determinadas produções não-conformes com a gramática da língua-alvo persistem sem que se observe evolução no sentido da aquisição da gramática-alvo.

Do ponto de vista teórico, os três aspetos acima mencionados podem ser ligados a linhas de investigação específicas. Assim, e embora a exploração destes aspetos não se limite a uma só hipótese ou linha de estudo, a idade como fator a considerar no processo de aquisição está indelevelmente associada à hipótese do período crítico ou de períodos sensíveis que afetam a aquisição. O facto de os aprendentes de uma L2 terem já adquirido um outro sistema linguístico está na base do estudo dos efeitos de transferência da L1 para a L2. Por sua vez, a impossibilidade de alcançar uma competência nativa de uma língua não materna tem vindo a ser integrada de diferentes formas, de acordo com a perspetiva teórica adotada. Deste modo, a fossilização pode ser encarada como uma certeza relacionada com um entendimento específico do processo de aquisição, considerando hipóteses de acesso parcial à GU, como a Hipótese da Interpretabilidade (Tsimpli, 1997, 2005; Tsimpli & Dimitrakopoulou, 2007), ou como uma possibilidade relacionada com a complexidade de certos processos e da aquisição de certos

[79] Para além da sua língua materna, os falantes podem ter já adquirido uma outra L2. Trabalhos recentes têm-se dedicado justamente ao estudo do processo de aquisição de uma terceira língua (L3) ou até à aquisição de línguas subsequentes (Ln) (veja-se, a este propósito, Cabrelli Amaro, Flynn & Rothman (2012)). Contudo, o presente trabalho centra-se nos problemas colocados na aquisição não-nativa, usando-se o termo L2 em sentido mais lato, isto é, como a aquisição de uma língua não materna. Note-se, contudo, que quando o termo L2 é usado no sentido de segunda língua adquirida, então isso é deixado claro no texto. Para uma discussão mais pormenorizada deste aspeto, veja-se a secção 4.5. do presente capítulo.

fenómenos, como previsto pela *Feature Reassembly Hypothesis* (Lardiere, 2000, 2008, e.o.) e pela *Bottleneck Hypothesis* (Slabakova, 2009a, 2014, e.o.), e com a variação interfalante, como discutido pela *Feature Reassembly Hypothesis* (Lardiere, 2000, 2008, e.o.).

Não obstante as diferenças já assinaladas entre aquisição de L1 e de L2, um dos argumentos clássicos aduzidos para sustentar hipóteses que defendem não existir acesso ou existir apenas acesso parcial à GU consiste na existência de um período crítico ou de períodos sensíveis para a aquisição de uma língua. Por outras palavras, em causa estaria a existência de um período após o qual seria impossível atingir um domínio da L2 semelhante ao de um falante nativo, como resultado de um limite temporal ou maturacional após o qual o acesso à GU se encontraria vedado aos aprendentes de L2.

Para se contextualizar a relevância da questão do *onset* de exposição à língua na aquisição de L2, é necessário começar por referir que a discussão sobre a existência de um período crítico ou de períodos sensíveis na aquisição de L2 surge por extensão da aplicabilidade de trabalhos inaugurais sobre este tópico centrados na aquisição de L1, como Penfield & Roberts (1959) e Lenneberg (1967). Nestes trabalhos, o período crítico para a aquisição de L1 é associado a diferentes limites de idade. Enquanto Penfield & Roberts (1959) apontam os 9 anos de idade como um momento determinante para a aquisição de L1, Lenneberg (1967) indica a puberdade como um limite temporal a partir do qual se verifica um decréscimo abrupto na capacidade de aquisição da língua, considerando que, ultrapassada esta barreira temporal, uma aquisição completa deixa de ser possível.[80] Embora o estudo de Lenneberg (1967) se apoie em evidência indireta, estudos posteriores contribuíram decisivamente para a discussão da Hipótese do Período Crítico, como o estudo do caso de Genie (Curtiss, 1977) ou o da aquisição de Língua Gestual Americana (Newport, 1984; Newport & Supalla, 1987).

No entanto, estudos posteriores (Johnson & Newport, 1989; Long, 1990; Rothman, 2008, Meisel, 2010, e.o.), apoiados também por avanços no âmbito da neurociência, vieram mostrar que a ideia de um período crítico, entendido como um corte abrupto na capacidade de aquisição de uma língua correspondendo a determinada faixa etária, poderia ser substituída pela ideia de período(s) sensível/sensíveis. Esta proposta acarreta duas alterações fundamentais para a compreensão do processo de aquisição de uma língua (L1 ou L2): primeiro, e dependendo naturalmente da definição de "período sensível" adotada, admite reversibilidade, ou seja, a

[80] Os limites de idade apontados nestes trabalhos são motivados por dados linguísticos, mas também por hipóteses sobre o desenvolvimento cognitivo e a morfologia cerebral defendidas à época. No caso de Lenneberg (1967), o limite da puberdade encontra-se diretamente ligado à hipótese de que o processo de lateralização do cérebro se encontrava completo na adolescência. Contudo, tal hipótese foi, entretanto, refutada (veja-se Slabakova (2016) a este respeito).

possibilidade de reverter eventuais obstáculos que surjam relacionados com o *onset* de exposição a uma língua; segundo, potenciou uma linha de investigação que procura averiguar se diferentes competências associadas a componentes da gramática distintas (bem como às suas interfaces) poderiam estar sujeitas a diferentes períodos sensíveis.

Johnson & Newport (1989) constitui um dos primeiros trabalhos (sobre a aquisição da Sintaxe em L2) que permitiu modalizar a discussão sobre o período crítico ao observar a existência de períodos (ou faixas etárias) com diferentes tipos de impacto no processo de aquisição de uma L2. Assim, os resultados obtidos pelas autoras indicam a existência de uma forte correlação entre a idade de primeira exposição à língua e o nível de proficiência atingido pelos aprendentes de L2, havendo um melhor desempenho dos sujeitos cujo *onset* de exposição à L2 ocorre antes dos 15 anos de idade. Não obstante, os resultados indicam que, enquanto o grupo com primeira exposição à língua entre os 3 e os 7 anos apresenta, num estado estável, um comportamento idêntico ao grupo de controlo (i.e., idêntico ao dos falantes nativos), quando a primeira exposição à língua acontece depois dos 7 anos parece haver um declínio gradual do desempenho dos sujeitos (por oposição a um corte abrupto). Por outro lado, os dados relativos à variação individual são também relevantes na discussão da natureza de períodos sensíveis, já que o grupo com idade de primeira exposição à língua entre os 17 e os 39 anos apresenta maior variação individual, ao passo que o grupo com idade de primeira exposição à língua até aos 15 anos (e, em especial, os indivíduos para os quais o *onset* se dá até aos 10 anos de idade) apresenta pouca variação individual (sendo o seu comportamento explicado pela idade de primeira exposição). Ora, esta questão da variação individual, principalmente no que diz respeito a indivíduos que adquirem uma L2 em idade adulta, não é despicienda, pois, na verdade, dados de estudos posteriores têm mostrado que alguns adultos conseguem atingir uma proficiência semelhante à nativa na sua L2, pelo menos relativamente a alguns aspetos. Ainda assim, de acordo com Johnson & Newport (1989), a existência de um determinado grau de variação individual parece não encobrir a existência de padrões determinados pela idade de *onset* no processo de aquisição, na aquisição em idade adulta.

Neste contexto, é possível afirmar que estudos mais recentes tendem a centrar-se mais na defesa da existência de períodos sensíveis, pelo facto de as evidências recolhidas por diferentes estudos ao longo dos anos não corroborarem a existência de um corte abrupto no processo de aquisição. Contudo, não parece haver um entendimento único acerca da definição de "período crítico" ou "período sensível" (ou "períodos sensíveis") nem da forma ou da exata faixa temporal em que este(s) se manifesta(m).

Por um lado, alguns estudos sobre situações de aquisição distintas (L1, L2, bilinguismo) têm vindo a explorar a hipótese de diferentes períodos sensíveis poderem estar associados a

componentes da gramática específicas. Long (1990), por exemplo, salienta que nem todos os domínios gramaticais são afetados do mesmo modo e ao mesmo tempo. Este autor defende que é possível (embora progressivamente mais difícil após os 6 anos de idade) atingir um nível de proficiência nativo quanto à Morfologia e à Sintaxe, caso o *onset* de exposição à língua ocorra até aos 15 anos de idade. Contudo, Long (1990) é perentório na defesa da ideia de que, após os 15 anos de idade, a aquisição de propriedades sintáticas a um nível nativo se torna inalcançável. Com efeito, a literatura sobre este tema sugere que a aquisição de diferentes módulos gramaticais ocorre de acordo com diferentes padrões (*e.g.*, Eubank & Gregg, 1999). Meisel (2010) também sugere que o período crítico deverá ser entendido, na verdade, como um conjunto de fases sensíveis, salientando idades compreendidas entre os 3-4 anos e os 6-7 anos como pontos de viragem particularmente relevantes. O autor considera ainda que domínios específicos da gramática são afetados em diferentes períodos sensíveis. Na mesma linha, Kuhl (2010) indica que diferentes momentos críticos podem ser associados a diferentes componentes da gramática. Deste modo, o período crítico associado à aquisição da fonética ocorrerá antes do primeiro ano de vida, enquanto para a aquisição da Sintaxe o período entre os 18 e os 36 meses de idade será particularmente importante.

Por outro lado, uma outra linha de argumentação defende a não universalidade de um período crítico / sensível após o qual a aquisição deixaria de ser possível. Todavia, e tal como refere Rothman (2008), esta não pode ser encarada como uma hipótese única, dado o número de formulações distintas encontrado na literatura. Como explica o autor, alguns estudos argumentam que a existência de um limite temporal para a aquisição se aplica a algumas componentes da gramática, mas não a todas. Neste contexto, parece existir maior consenso acerca da existência de um período crítico / sensível que afeta a aquisição da fonética e da fonologia (*e.g.*, Oyama, 1976; Scovel, 1988, *apud* Rothman, 2008), enquanto alguns autores defendem que determinadas componentes da gramática não são afetadas, como é o caso da Sintaxe e da Semântica (*e.g.*, Slabakova, 2006; Rothman, 2008). Outros autores, porém, adotam a perspetiva de que os efeitos de um período crítico / sensível se fazem sentir apenas em componentes inatas da língua (i.e., a GU) (*e.g.*, Bley-Vroman, 1989; Meisel, 1997; DeKeyser, 2000) ou subpartes de componentes inatas (*e.g.*, Hawkins & Chan, 1997; Tsimpli & Dimitrakopoulou, 2007). Outros ainda, pelo contrário, consideram que tais efeitos apenas afetam os aspetos não-inatos da aquisição da língua (i.e., questões de processamento, memória de trabalho, etc.) (*e.g.*, Flynn & Martohardjono, 1995).[81]

[81] Veja-se Rothman (2008), para uma revisão crítica e detalhada da literatura sobre a questão do período crítico para a aquisição.

Os estudos clássicos sobre SLA no quadro da Teoria Generativa têm-se centrado sobretudo na questão do período crítico como forma de explicar as diferenças entre a aquisição de L1 e de L2 no que diz respeito à questão do *ultimate attainment*. Não obstante, e recuperando o problema da variação individual referido anteriormente, esta questão poderá motivar uma discussão das diferenças entre a aquisição de L1 e a aquisição de L2 que inclua outros aspetos para além do *onset* de exposição à língua. Na verdade, existe uma extensa literatura que defende que a inclusão de outros fatores, como a quantidade e qualidade do *input*, permitirá uma análise mais fina que poderá ajudar a compreender melhor a questão da variação inter e intrafalante no que diz respeito ao *ultimate attainment*.

A discussão sobre o papel do *input* na aquisição de L2 foi, no passado, marginal na Teoria Generativa, sendo, contudo, uma das pedras de toque nos estudos inseridos em teorias *Usage Based* da aquisição (Tomasello, 2000, 2003, Wulff & Ellis, 2018, e.o.). Porém, a investigação em SLA no quadro da Teoria Generativa tem vindo a recuperar a questão do *input* (à semelhança do que se verifica no estudo do bilinguismo e da aquisição de línguas de herança), não no sentido de advogar um processo de aquisição de base estatística dependente apenas do *input*, mas como um fator adicional que poderá influenciar o resultado final de um processo de aquisição de uma língua não materna. Tal como refere Slabakova (2016), não só o *onset* de exposição a uma língua, mas também o tempo e o tipo de exposição são relevantes para compreender o processo de aquisição de uma língua não materna. Por outras palavras, a quantidade e a qualidade do *input* devem ser tidas em conta na análise de dados de aquisição de língua não materna. Contudo, a autora adverte que a frequência do *input*, por exemplo, não deve ser encarada como um fator explicativo *per se*, mas, seguindo O'Grady, Lee & Kawak (2009), é fundamental considerar a frequência de determinada forma ou estrutura no seu mapeamento com o significado e a situação discursiva adequada. Aliás, e como se verá adiante, considerar o *input* como base única da aquisição não permite explicar o processo de aquisição.

Assim, e apesar de alguns fatores serem recorrentemente considerados no estudo da aquisição de língua não materna, importa reter que ter em conta a interação entre vários aspetos, como a idade de *onset* de exposição à língua, o *input* e até a motivação do falante para adquirir determinada língua, dentro dos designados fatores afetivos (Spolsky, 2000; Dörnyei, 2001, e.o.), pode ajudar a traçar um quadro mais claro do processo de aquisição, contribuindo para uma melhor compreensão do fenómeno da variação inter e intrafalante.

Pese embora a questão do *onset* de exposição à língua ser uma diferença essencial entre a aquisição de L1 e de L2 e um dos principais argumentos avançados contra o acesso (total) à GU, um dos argumentos mais relevantes para a assunção de que existe acesso à GU na aquisição

de uma L2 está relacionado com uma semelhança observada entre a aquisição de língua materna e de língua não materna: o problema lógico de aquisição ou problema da pobreza dos estímulos. Ou seja, o facto de os aprendentes de L2 mostrarem conhecimento de determinadas propriedades que não decorre do *input* recebido (seja em contexto de aprendizagem formal ou em contexto naturalístico), nem é transferível da L1 parece ser um argumento sólido a favor do acesso à GU, mesmo na aquisição em idade adulta.

Considerando, em particular, a aquisição de propriedades sintáticas e semânticas, Rothman (2008) traça o percurso do estudo do problema da pobreza dos estímulos em SLA, referindo um conjunto de trabalhos anteriores (*e.g.*, Dekydtspotter *et al*., 1997 e trabalhos subsequentes; Pérez-Leroux & Glass, 1997, 1999; Kanno, 1998; Dekydtspotter & Sprouse, 2001; Slabakova & Montrul, 2003; White, 2003; Slabakova, 2006; Goodin-Mayeda & Rothman, 2007; Rothman & Iverson, 2008; Song & Schwartz, 2009) que convergem na mesma conclusão: os aprendentes de língua não materna mostram adquirir propriedades que não são plenamente acessíveis a partir do *input*. Tal conclusão, segundo o autor, é um indicador da inexistência de um período crítico que afete a aquisição da Sintaxe e da Semântica.

Esta questão assume particular relevância considerando o objeto de estudo do presente trabalho. Com efeito, os participantes neste estudo são aprendentes de Português em contexto de ensino formal em Espanha, pelo que o *input* que recebem será reduzido (quantitativa e qualitativamente) em comparação com uma situação de aquisição em contexto de imersão. Além disso, as propriedades sintáticas, morfossintáticas e semânticas específicas dos diferentes tipos de complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos não são, na sua maioria, alvo de um ensino explícito em sala de aula[82] nem transferíveis da L1. Considerando os fatores enumerados e, crucialmente, o facto de o presente trabalho incidir sobre a aquisição de língua não materna em idade adulta, seria expectável, considerando uma hipótese como a do período crítico, que a aquisição de tais propriedades fosse impossível e que o desempenho dos falantes de PE L2 diferisse radicalmente do desempenho dos falantes de PE L1. Pelo contrário, considerando a possibilidade de acesso à GU na aquisição de L2 (com base em dados empíricos e na possibilidade de o problema da pobreza dos estímulos se estender à aquisição de L2), prediz-se a possibilidade de aquisição das propriedades da complementação infinitiva de verbos causativos e percetivos, bem como a possibilidade de existência de (alguns) padrões semelhantes no desempenho dos falantes de PE L1 e L2.

[82] Esta afirmação baseia-se na consulta de manuais e gramáticas de ensino de PLE, incluindo os manuais usados pelos professores das escolas que participaram no presente estudo, e em entrevistas informais com os professores das mesmas escolas. A lista dos manuais consultados pode ser encontrada na secção de referências bibliográficas.

No entanto, é fundamental fazer aqui a ressalva de que possibilidade não equivale a obrigatoriedade de aquisição total das propriedades da L1 por parte dos aprendentes de língua não materna. Na verdade, várias décadas de investigação têm vindo a mostrar que diferentes tipos de propriedades poderão acarretar níveis de complexidade e de dificuldade distintos no processo de aquisição de língua não materna. Inserem-se nesta linha de investigação trabalhos como White (1989) e Schwartz & Sprouse (1996), que mostram como os efeitos de *transfer* da L1 se podem fazer sentir até no *ultimate attainment*, mas também estudos mais recentes que exploram como áreas particulares podem constituir um obstáculo à aquisição mesmo em níveis mais avançados de proficiência, como é o caso da aquisição de propriedades que envolvem interface entre diferentes componentes da gramática (*e.g.*, Prévost & White, 2000; Sorace, 2000) ou de componentes específicas da gramática (*e.g.*, Slabakova, 2009a, 2014).

Levando em linha de conta o que atrás ficou dito sobre o acesso à GU, as hipóteses de acesso total e de acesso parcial à GU (num modelo de Princípios e Parâmetros) centram-se, pois, na discussão do acesso aos princípios universais e da possibilidade de refixação de parâmetros, bem como na caracterização dos estádios iniciais e finais da aquisição de uma L2 e, mais recentemente, na caracterização do processo de aquisição de uma L2.

Considerando, em primeiro lugar, as hipóteses de acesso parcial à GU, devemos destacar a *Failed Functional Features Hypothesis* (Hawkins & Chan, 1997), mais tarde revista e reformulada por Tsimpli (1997, 2005) na Hipótese da Interpretabilidade e retomada em trabalhos posteriores de, entre outros, Tsimpli & Dimitrakopoulou (2007) e Tsimpli & Mastropavlou (2007). Na base desta hipótese de acesso parcial à GU, está a questão da variabilidade (Tsimpli & Dimitrakopoulou, 2007), entendida como inconsistência no comportamento dos aprendentes face à língua-alvo, sendo que, relacionada com esta questão, está a variação linguística associada à fixação de parâmetros. Deste modo, e apesar de os princípios da GU estarem acessíveis durante o processo de aquisição de uma L2, a fixação de parâmetros, quando estes apresentam valores distintos dos da L1, representa um contexto de dificuldade para a aquisição de uma L2, por razões que se prendem com a maturidade cognitiva. Assim, e de acordo com esta hipótese, a aquisição de uma L2 em idade adulta enfrenta o problema de apenas os traços não-interpretáveis idênticos à L1 e os traços interpretáveis (neste caso, idênticos ou distintos da L1) poderem ser adquiridos. Os traços não-interpretáveis com valores diferentes dos fixados na L1 não serão passíveis de ser adquiridos, visto que já não estarão acessíveis (Tsimpli & Dimitrakopoulou, 2007; Tsimpli & Mastropavlou, 2007). Considerando esta hipótese, só é possível, portanto, alcançar um nível nativo de proficiência

numa L2 adquirida em idade adulta se houver uma coincidência entre o inventário de traços não-interpretáveis da L1 e da L2.

Estudos posteriores têm vindo a chamar a atenção para algumas questões deixadas em aberto pela Hipótese da Interpretabilidade. Uma dessas questões prende-se, desde logo, com a distinção entre traços interpretáveis e não-interpretáveis. De acordo com Tsimpli & Mastropavlou (2007) e Tsimpli & Dimitrakopoulou (2007), a distinção entre traços interpretáveis, que têm conteúdo semântico e que, portanto, são visíveis em Forma Lógica (FL), e traços não-interpretáveis, que apenas são relevantes na derivação sintática (podendo ou não ter realização fonética), mas que não são visíveis em FL, é fundamental para a compreensão do processo de aquisição de L2. Esta identificação de traços não-interpretáveis como traços desprovidos de conteúdo semântico encontra-se já presente em trabalhos inaugurais do Programa Minimalista, como Chomsky (1995)[83]. Ainda assim, trata-se de uma distinção que continua a ser problemática (veja-se, por exemplo, Svenonius (2006), para uma discussão da definição de interpretabilidade e de traços não-interpretáveis).

Uma outra questão levantada a propósito desta hipótese reside na interpretação da variabilidade do comportamento dos aprendentes face à língua-alvo no processo de aquisição. Na verdade, ao centrar-se na refixação de parâmetros, a Hipótese da Interpretabilidade perde poder explicativo face a fenómenos de variação, no sentido em que, sendo os parâmetros de natureza binária, seria expectável que a sua refixação resultasse numa mudança clara e irrevogável na Língua-I dos falantes. Contudo, os fenómenos de variação não podem ser tomados como um indicador de que não houve refixação de parâmetros (Lardiere, 2008).

Também a variação associada à realização de traços em diferentes línguas coloca alguns problemas ao modelo explicativo que subjaz à Hipótese da Interpretabilidade. Se se considerar que a forma como os traços são realizados está sujeita a variação interlinguística (*e.g.*, os traços podem ter realização fonética ou não, ser realizados através de morfemas independentes ou como afixos), então esta variação coloca também um problema à aquisição de uma L2. A (re)fixação de parâmetros e uma abordagem que privilegia o inventário de traços (numa divisão entre interpretáveis e não-interpretáveis) de cada língua, por si só, não permite dar conta do tipo de variação mencionado. É possível, por exemplo, que duas línguas fixem o mesmo valor para determinado parâmetro e que certos traços formais estejam presentes em ambas, mas que, ainda assim, exibam diferenças quanto aos contextos e à forma de realização desses mesmos traços, sendo que o aprendente de L2 terá de adquirir também estas diferenças. Assim, autores como Lardiere (2007, 2008, 2009a) defendem que uma abordagem centrada apenas na

[83] Para uma discussão sobre o conceito de traços não-interpretáveis, veja-se também Pesetsky & Torrego (2001, 2004).

seleção de valores paramétricos não é suficiente para compreender o processo de aquisição de L2, sendo crucial ter também em conta a configuração dos traços relevantes, ou seja, a associação de traços a determinadas categorias funcionais, os valores desses mesmos traços e a sua realização (por exemplo, se têm uma realização morfossintática ou não, se a sua realização está dependente de contextos discursivos específicos, etc.).

Já de acordo com a hipótese de acesso total à GU, os falantes têm acesso à GU desde o estádio inicial de aquisição até ao final. Neste âmbito, a hipótese de *Full Transfer/Full Access* postula que o estádio final de aquisição da L1 constitui o estádio inicial de aquisição de uma L2 (White, 1989; Schwartz & Sprouse, 1996; White, 2003), exceção feita aos aspetos fonéticos e lexicais/morfológicos[84]. Por outras palavras, numa fase inicial de aquisição, os aprendentes de uma L2 têm ao seu dispor os valores dos parâmetros tal como fixados na L1 e, nos estádios intermédio e final, têm a possibilidade de os refixar de acordo com a L2. Deste modo, e como há acesso à GU, os aprendentes podem reestruturar a gramática da língua-alvo de acordo também com o *input* que recebem. Assim, e ainda que seja possível alcançar um nível nativo de proficiência numa L2, note-se que também é possível (e talvez até provável) que ocorra fossilização em algum dos estádios de aquisição. No que diz respeito à gramática de interlíngua, esta hipótese, tal como formulada por Schwartz & Sprouse (1996), defende que o facto de determinada estrutura ou fenómeno serem produzidos tal como esperado face à língua-alvo não significa necessariamente que haja uma correspondência estrutural, uma vez que a semelhança entre a interlíngua e a língua-alvo pode ser apenas superficial. Neste sentido, a interlíngua deve ser tomada como um objeto de estudo de valor intrínseco, e não como um termo de comparação face à língua-alvo.

Desde o final dos anos 90 do século passado, várias hipóteses no âmbito do acesso total à GU têm-se centrado em diferentes explicações para a variação encontrada sobretudo nos estádios mais avançados de aquisição de uma L2 e, consequentemente, nos fatores que podem motivar a divergência entre o *ultimate attainment* da aquisição de uma L2 e a competência nativa de uma língua. Assim, A *Missing Surface Inflection Hypothesis*[85] (Haznedar & Schwartz, 1997; Prévost & White, 2000) centra-se na distinção entre competência e *performance*, salientando que a variabilidade detetada na *performance* de um aprendente de L2 não pode ser tomada como uma evidência para a não-aquisição de determinada propriedade. Por outras

[84] Prévost & White (2000) defendem que aprendentes com um nível de proficiência bastante elevado mostram ter adquirido as propriedades sintáticas da L2, mas apresentam mais dificuldades na aquisição da morfologia e fonologia da língua-alvo.

[85] A designação *Missing Surface Inflection Hypothesis* é de Prévost & White (2000), sendo que os autores reformulam a designação *Missing Inflection Hypothesis* proposta por Haznedar & Schwartz (1997).

palavras, de acordo com esta hipótese, um aprendente de L2 pode ter uma representação mental de determinada estrutura ou propriedade convergente com a gramática-alvo, mas outros fatores (*e.g.*, processamento) podem influenciar o seu desempenho (em termos de produção e de compreensão). Também tomando dificuldades de processamento como um ponto-chave, a *Interface Hypothesis* (Sorace, 2000; Sorace & Filliaci, 2006) defende que fenómenos que implicam a interface entre diferentes componentes da gramática e o discurso acarretam custos de processamento que colocam obstáculos à aquisição. Por outro lado, a *Bottleneck Hypothesis* (Slabakova, 2009, 2014) foca-se na possibilidade de determinadas componentes da gramática representarem um maior desafio no processo de aquisição. De acordo com esta hipótese, a Morfologia constitui um obstáculo à aquisição de uma língua não materna, implicando uma maior dificuldade de aquisição quando comparada com outras componentes, como a Sintaxe ou a Semântica. É neste contexto que se insere a *Feature Reassembly Hypothesis* (Lardiere, 2008, 2009a, e.o.), que toma a aquisição de traços formais e das configurações que estes assumem na L1 e na L2 como ponto fulcral para o entendimento do processo de aquisição de L2, sendo os diferentes graus de complexidade das operações que a sua aquisição pode envolver centrais para a compreensão deste processo.

Levando em linha de conta os aspetos acima referidos, estudos mais recentes, como se verá na secção seguinte, questionam a centralidade da refixação de parâmetros no estudo da SLA e colocam questões associadas ao mapeamento entre Sintaxe e Morfologia e ao processo de reconfiguração de traços no centro da discussão do processo de aquisição de L2 (Lardiere, 2000, 2005, 2007, 2008, 2009a; Slabakova, 2009a, 2014).

4.1.2. A reconfiguração de traços e o mapeamento Sintaxe-Morfologia na aquisição de L2

A discussão sobre o acesso à GU na aquisição de L2 ramifica-se em várias linhas de investigação que, ancoradas nessa discussão clássica e em avanços teóricos que foram tendo lugar ao longo do tempo, propõem hipóteses explicativas do processo de aquisição de L2 baseadas em premissas diferentes e, por vezes, antagónicas. Para compreender a origem e as propostas de qualquer hipótese sobre a aquisição de L2, é necessário contextualizá-la em hipóteses mais gerais sobre o acesso à GU e a *Feature Reassembly Hypothesis*, como vimos na secção anterior, não é exceção. A presente secção ocupa-se essencialmente de duas questões que permitem contextualizar a *Feature Reassembly Hypothesis*, para além dessa discussão mais geral, desde o seu aparecimento até às formulações mais recentes. Uma dessas questões é a

centralidade que o elemento "traço" assume nesta hipótese e, em geral, a sua presença no estudo de SLA, na relação com desenvolvimentos teóricos no quadro da Teoria Generativa. Outra questão prende-se com o mapeamento entre Sintaxe e Morfologia e a sua relevância em algumas hipóteses sobre a aquisição de L2, nomeadamente a *Feature Reassembly Hypothesis*.

Várias hipóteses sobre a aquisição de L2 têm vindo a discutir a questão da aquisição de traços. Esta discussão assume diferentes formas, de acordo com a matriz teórica de cada hipótese. Como veremos, por exemplo, hipóteses baseadas na ideia de acesso total à GU equacionam a aquisição de traços de forma diferente de hipóteses que defendem existir acesso parcial à GU. Uma vez que nas hipóteses discutidas na presente secção se irá frequentemente fazer referência à aquisição de traços, importa começar por discutir o que se entende por "traço" e como é que este elemento se tem vindo a tornar cada vez mais relevante no estudo de SLA.

No quadro do Programa Minimalista (Chomsly, 1995), os traços são entendidos como elementos primitivos do sistema (Adger & Svenonius, 2011), unidades mínimas que permitem distinguir propriedades de um objeto linguístico (seja ele um fonema, uma palavra ou uma categoria sintática). Considerando em particular a Sintaxe, os traços podem ser definidos como propriedades base da Sintaxe, sendo que a forma como se combinam e as relações que estabelecem entre si dão origem ao conjunto de fenómenos observáveis nas diferentes línguas (Adger, 2003). Assim, os traços são objetos da teoria linguística, não sendo despiciendo relembrar que, desde as primeiras formulações do Programa Minimalista (Chomsky, 1995), os traços motivam as três principais operações sintáticas: *Agree*, *Merge* e *Move*.

Não obstante, é notório que os traços têm vindo a assumir um papel cada vez mais relevante no aparato teórico, fruto também de a teoria sintática se ter vindo a centrar na procura de distinções progressivamente mais finas e em unidades de estudo cada vez mais atómicas. Refira-se, a este propósito, a deslocação do foco teórico da discussão de (macro) parâmetros para a discussão de microparâmetros (*e.g.*, Kayne, 2005; Biberauer *et al.*, 2010)[86]. Por sua vez, este movimento teórico caminha a par de um crescente interesse pela (micro)variação linguística, sendo que a formulação de microparâmetros é amplamente motivada pela observação de dados empíricos de variação interlinguística (*e.g.*, Biberauer *et al.*, 2010; Longobardi, 2018). Aliás, assume-se, no quadro do Programa Minimalista, que os traços (a forma como estes estão organizados em categorias funcionais e como estão codificados no léxico) são responsáveis pela variação interlinguística (Giorgi & Pianese, 1997; Travis, 2008; Lardiere, 2009a).

[86] Veja-se também a discussão em torno dos conceitos de macro e microparâmetros que tem oposto autores como Kayne (2005), por um lado, e Baker (1996) e Lightfoot (1997), por outro.

Tomando como exemplo o tema do presente trabalho, e partindo da comparação entre as propriedades dos complementos não-finitos de verbos percetivos e causativos em PE e em EsP, é possível colocar em evidência um conjunto de diferenças entre as duas línguas que podem ser diretamente relacionadas com configurações de traços específicos, nomeadamente traços-ϕ e traços de Caso (nas estruturas de ECM e de Infinitivo Flexionado) e também traços associados a propriedades aspetuais, como [durativo] e o traço de coincidência central[87] (na PIC). Adicionalmente, dada a questão de o EsP ser uma língua com DOM, foi também abordada a importância de certos traços semânticos como [animado], [específico] e [definido]. Assim sendo, importa ter em conta o que a teoria entende por traços morfossintáticos e (morfos)semânticos. Sucintamente, Adger (2003) define traço morfossintático como uma propriedade das palavras à qual a sintaxe é sensível e que pode determinar a forma específica de uma palavra. Já os traços semânticos não são acessíveis para operações sintáticas, sendo propriedades que determinam o significado de uma palavra (Adger, 2003). Alguns autores consideram também a distinção entre traços semânticos e traços morfossemânticos (Corbett, 2012; Svenonius, 2019), sendo esta última designação atribuída a traços que têm realização morfológica e que se encontram associados ao significado, mas que não são acessíveis à sintaxe.

A relevância que a unidade "traço" tem vindo a assumir no aparato teórico da Teoria Generativa e, em particular, do Programa Minimalista tem vindo também a permear o campo da SLA. Em especial nas duas últimas décadas, é possível observar que os traços têm vindo a ocupar um papel cada vez mais central nas hipóteses de aquisição de L2, sendo que a *Feature Reassembly Hypothesis* é disso um bom exemplo. Por isso, iremos agora ocupar-nos de hipóteses que permitem acompanhar as diferentes formas como os traços foram sendo integrados nas hipóteses de SLA e que está na génese das formulações iniciais da *Feature Reassembly Hypothesis* (Lardiere, 2000) e que, por conseguinte, permitem compreender a sua formulação atual (Lardiere, 2008, 2009a).

Esta linha de investigação centra-se na relação entre Sintaxe e Morfologia e, relacionada com este tópico, na distinção entre representação mental de propriedades gramaticais e abstratas e *performance*. Tal como White (2003) refere, esta linha pode ser relacionada com algumas hipóteses inicialmente colocadas para a aquisição de L1 e, posteriormente, também para a aquisição de L2. Estas hipóteses, por sua vez, relacionam-se com duas visões distintas do processo de aquisição: por um lado, a perspetiva de que é a aquisição da Morfologia que serve de *trigger* à aquisição da Sintaxe (*e.g.*, *Rich Agreement Hypothesis,* Rohrbacher, 1994, 1999, *apud* White, 2003; Vikner, 1995, 1997) e, por outro lado, a perspetiva inversa, isto é, a de que é

[87] Para uma definição e discussão do traço de coincidência central, veja-se Hale (1986) e Svenonius (2019).

a aquisição da Sintaxe que funciona como *trigger* para a aquisição da Morfologia (*e.g.*, *Separation Hypothesis*, Beard, 1987, 1995, *apud* White, 2003; Lardiere, 2000).

De acordo com a primeira linha de investigação, a aquisição de morfologia explícita desencadeia a aquisição de categorias e traços sintáticos – *morphology-before-syntax* –, podendo a ausência de marcas morfológicas ser tomada como um indicador de que determinada categoria ou propriedade sintática não foi ainda adquirida. Pelo contrário, de acordo com a segunda linha de investigação, é necessário distinguir entre traços morfológicos abstratos e a sua forma ou realização. Relacionada com esta questão, defende-se, então, que é a aquisição da Sintaxe que desencadeia a aquisição da Morfologia – *syntax-before-morphology*.

No que diz respeito ao estudo da aquisição de L2, autores que defendem a primeira perspetiva (*morphology-before-syntax*) tendem a estabelecer uma ligação entre a variação ou ausência de marcas morfológicas na produção de aprendentes de L2 e a competência gramatical dos mesmos. Neste âmbito, em hipóteses como a *Minimal Trees Hypothesis* (Vainikka & Young-Scholten, 1994 e trabalhos subsequentes) e a *Impaired Representation Hypothesis* (Eubank, 1993/1994; Meisel, 1997), é estabelecida uma relação entre a ausência ou a variação associadas a marcas morfológicas e um défice de representação das categorias funcionais e/ou dos traços abstratos e das suas propriedades. Também a Hipótese da Interpretabilidade (Tsimpli, 1997, a.o.) se insere no contexto mais amplo de hipóteses que defendem algum tipo de défice representacional como característica da aquisição de L2. Note-se que todas estas hipóteses não assumem haver acesso total à GU.

Pelo contrário, os autores que assumem que é a aquisição da Sintaxe que desencadeia a aquisição de Morfologia – e considerando, em particular, a adoção de uma hipótese como a *Separation Hypothesis* para a aquisição de L2 (Beard, 1987, 1995, *apud* White, 2003; Lardiere, 2000) – advogam a necessidade de separar o que é a realização de marcas morfológicas daquilo que são os traços morfológicos abstratos. Ora, é precisamente a representação dos traços morfológicos abstratos na gramática do aprendente de L2 que é encarada, neste contexto, como um meio para aceder à representação sintática na gramática de interlíngua. Assim sendo, há, na *Separation Hypothesis* e em hipóteses nela baseadas, uma distinção clara entre competência (associada a traços abstratos) e *performance* (associada à realização de traços morfológicos).

Vários autores têm vindo a avançar hipóteses que têm como base tais pressupostos. É o caso de Haznedar & Schwartz (1997) e Prévost & White (2000), que avançam com a *Missing Surface Inflection Hypothesis*. De acordo com esta hipótese, a variação que se verifica ao nível da flexão nas produções de falantes de L2 pode ser explicada por dificuldades ao nível da realização da Morfologia, ou seja, ao nível do mapeamento Sintaxe-Morfologia, sendo que

realizações não conformes com a gramática-alvo não refletem necessariamente dificuldades na aquisição das categorias funcionais e dos traços subjacentes à flexão e concordância.

Partindo de um problema comum com a *Missing Surface Inflection Hypothesis*, isto é, o mapeamento entre Sintaxe e Morfologia, a *Feature Reassembly Hypothesis* proposta por Lardiere (2007, 2008, 2009a) vai mais longe na sua análise e propõe uma reflexão sobre o papel da (re)fixação de parâmetros na aquisição de L2. Uma das ideias centrais avançada pela autora é a de que, embora a refixação de parâmetros seja relevante, a sua centralidade nas teorias sobre a aquisição de L2 baseadas na GU deve ser revista. Neste sentido, Lardiere defende que a refixação de parâmetros, tal como entendida no quadro da Hipótese da Interpretabilidade, por exemplo, não explica alguns aspetos que parecem caracterizar o processo de aquisição de uma L2, em particular a variação (intrafalante), na medida em que, e tal como referido anteriormente, seria esperado que a refixação de parâmetros tivesse como resultado uma mudança na Língua-I(nterna) dos falantes, dada a natureza binária das opções paramétricas.

Como se verifica pelo que atrás ficou dito, o elemento "traço" é central na *Feature Reassembly Hypothesis* e também relevante na *Missing Surface Inflection Hypothesis* e na Hipótese da Interpretabilidade. Contudo, esta questão é abordada de formas distintas.

Recuperando o que foi discutido na secção anterior a propósito da Hipótese da Interpretabilidade, o que esta hipótese prediz é, em suma, a possibilidade de aquisição de traços interpretáveis e a impossibilidade de aquisição de traços não-interpretáveis que não façam parte do inventário da L1. Assim, a Hipótese da Interpretabilidade ocupa-se da comparação do inventário de traços da L1 e da L2, prevendo que apenas os traços não-interpretáveis que façam parte do inventário de ambas as línguas sejam passíveis de ser adquiridos. Para esta limitação, por sua vez, é oferecida uma explicação de ordem maturacional.

Uma das críticas tecidas por Lardiere (2007, 2008, 2009a) à Hipótese da Interpretabilidade é a de que a distinção entre traços interpretáveis e não-interpretáveis e, sobretudo, a forma como a aquisição de uns e outros é entendida não parece ser adequada para dar conta do processo de aquisição, tratando-se de uma hipótese que se ocupa essencialmente da comparação entre a fase inicial e o *ultimate attainment* de aquisição de uma L2. Já na *Feature Reassembly Hypothesis* o que está em causa não é uma comparação entre inventários de traços de diferentes línguas, mas sim uma comparação centrada na forma como esses traços se encontram organizados em configurações formais (*feature bundles*). Tal como sintetiza Shimanskaya (2015), para uma hipótese como a *Feature Reassembly Hypothesis*, que se ocupa do estudo do processo de aquisição de uma L2, este processo não se reduz a um problema maturacional, tratando-se antes de um problema de identificação, distinção e reorganização.

A *Feature Reassembly Hypothesis* centra-se na variação verificada na realização de elementos morfossintáticos, argumentando Lardiere que o que poderá estar em causa é a identificação e reconfiguração de traços em novas configurações formais na L2. A reflexão proposta por Lardiere pretende, de algum modo, colmatar a ausência de resultados robustos em estudos que testam tanto a Hipótese da Interpretabilidade como a *Missing Surface Inflection Hypothesis*. Efetivamente, Cho & Slabakova (2015) chamam a atenção para o facto de os estudos experimentais que têm vindo a testar hipóteses colocadas no âmbito das duas teorias anteriormente referidas serem inconclusivos, o que pode ser tomado como um indicador de que as perguntas de investigação formuladas de acordo com os pressupostos teóricos da Hipótese da Interpretabilidade e da *Missing Surface Inflection Hypothesis* não são suficientes para responder aos desafios colocados pela aquisição de L2.

Uma outra hipótese que pode ser comparada à *Feature Reassembly Hypothesis* é a *Bottleneck Hypothesis*, de Slabakova (2009a, 2014), pela relevância dada à aquisição de propriedades morfológicas e morfossintáticas. Partindo de uma questão central, a de saber o que é fácil e o que é difícil de adquirir numa L2 (Slabakova, 2009a), a autora defende que a morfologia funcional é o maior foco de dificuldade na aquisição de L2, sendo, portanto, considerado o *bottleneck* da aquisição. Baseando-se numa visão modular da gramática (seguindo Reinhart, 2006), Slabakova conduz um estudo comparativo de diferentes trabalhos centrados em fenómenos relacionados com diferentes módulos da gramática (*e.g.*, Sintaxe, Semântica, Morfologia) e conclui que não só os morfemas de flexão são mais difíceis de adquirir quando comparados com outros elementos, como, na verdade, a aquisição de propriedades sintáticas e semânticas relevantes decorre da aquisição da morfologia funcional. De acordo com a autora, a morfologia funcional é mais difícil de adquirir, devendo-se tal dificuldade ao facto de codificar os traços formais da gramática. Aliás, como a própria autora indica, a morfologia funcional é um importante fator de complexidade a ter em conta também em estudos de processamento com falantes nativos, tanto crianças como adultos.

Slabakova (2009a, 2014) centra-se nas implicações didáticas que a sua hipótese sobre aquisição de L2 pode ter. Neste sentido, a autora salienta que, em sala de aula, a aquisição da morfologia funcional beneficiaria de uma prática mais regular e de uma abordagem semelhante à do ensino do léxico. A autora aproxima, assim, as implicações didáticas da *Bottleneck Hypothesis* a teorias como a *Focus on form approach* (*e.g.*, Long, 1996; Doughty, 2001).

O facto de a *Bottleneck Hypothesis* permitir destacar a morfologia funcional como uma área de dificuldade na aquisição, dificuldade visível (mesmo em níveis avançados de proficiência) pelo grau de variação detetado nas produções dos falantes, é relevante. Contudo,

esta hipótese não parece ter o mesmo poder explicativo da *Feature Reassembly Hypothesis*. Tal como refere Hwang (2012), a *Bottleneck Hypothesis* permite-nos dizer que propriedades gramaticais associadas à morfologia funcional colocam mais dificuldades aos aprendentes de L2, mas não permite fazer predições acerca dos traços específicos e das operações envolvidas na aquisição desses mesmos traços que podem estar na base dessa dificuldade. Neste sentido, a *Feature Reassembly Hypothesis*, ao colocar no centro do debate a morfossintaxe e as tarefas de mapeamento e (re)configuração de traços, permite avançar com hipóteses que podem dar conta do comportamento e das dificuldades dos aprendentes de L2 com um maior alcance teórico.

Na presente secção, contextualizou-se a *Feature Reassembly Hypothesis* numa linha de investigação que explora o mapeamento entre Sintaxe e Morfologia e as suas implicações no processo de aquisição de uma L2, bem como num movimento teórico que procura dar conta desse mesmo processo adotando como unidade elementar de trabalho o "traço". A crescente atenção dada a este elemento da teoria linguística surge como consequência da necessidade de dar conta de diferenças mais finas entre línguas, bem como da variação muitas vezes detetada no comportamento dos aprendentes de uma língua não materna.

A secção seguinte será dedicada à *Feature Reassembly Hypothesis*, discutindo-se as suas premissas, em que consiste a tarefa de aquisição de uma L2, as suas predições e questões em aberto. Neste contexto, serão retomadas questões levantadas pela deslocação da discussão teórica da (re)fixação de parâmetros para a reconfiguração de traços.

4.2. A *Feature Reassembly Hypothesis*

A *Feature Reassembly Hypothesis* centra-se no processo de reconfiguração de traços e não no de seleção de traços. Neste aspeto, e tal como discutido na secção anterior, esta hipótese distingue-se de outras, como a Hipótese da Interpretabilidade. Esta opção prende-se, de acordo com Lardiere (2005), com o facto de a forma como os traços são combinados morfologicamente poder afetar a sua realização, podendo, por isso, constituir um problema na aquisição de uma L2. Para ultrapassar este obstáculo, é necessário que o aprendente adquira competência morfológica. Aliás, no âmbito da teoria avançada por Lardiere, este é um conceito relevante. A competência morfológica, alerta Lardiere (2005), não deve, todavia, ser confundida com *performance*. Na verdade, o conceito de competência morfológica engloba um conjunto de conhecimentos que a autora descreve do seguinte modo:

> *Morphological competence includes, most obviously, the knowledge of which forms 'go with' which features. But consider what additional kinds of knowledge are required: What are the conditioning factors and are these phonological, morphosyntactic, semantic or discourse-linked? Are certain forms optional or obligatory, and what constitutes an obligatory context? In which domains are various features expressed, in combination with what other features, and why is supposedly the same feature expressed in some domains in some languages but not others?* (Lardiere, 2005: 179)

Considerando o tipo de conhecimento necessário para a aquisição de uma L2, Lardiere (2008, 2009a) defende que, ainda que a L1 e a L2 partilhem o mesmo conjunto de traços, os aprendentes de L2 têm de empreender a tarefa de reconfigurar traços, quer estes estejam já presentes na sua L1 quer não estejam, e fazer corresponder esses mesmos traços abstratos à sua realização (lexical[88] ou não) na língua-alvo. Refira-se, a este propósito, que a *Feature Reassembly Hypothesis* se baseia na teoria de Hegarty (2005, *apud* Lardiere, 2009a). De acordo com esta teoria, em que os traços ocupam um lugar central, as categorias funcionais consistem em matrizes de traços, isto é, conjuntos de traços organizados hierarquicamente. No que diz respeito, em particular, à aquisição, o autor explora as implicações da sua teoria no processo de aquisição de língua materna e propõe que dados de aquisição de L1 podem ser explicados à luz da ideia de flexibilidade em torno das combinações de traços associadas a determinadas categorias funcionais. A título de exemplo, Hegarty (2005, *apud* Lardiere, 2009a) defende que a projeção de CP na gramática adulta é caracterizada pelos traços [WH] e [Q]. Ora, considerando as produções de interrogativas por crianças a adquirir a sua L1 em que se verifica movimento do pronome *wh*, mas não inversão sujeito-verbo (*e.g.*, *Why those blocks on there?*, Lardiere, 2009a), o autor argumenta que tais produções não-conformes à gramática adulta se podem dever ao facto de a projeção de CP na gramática da criança ter o traço [WH], mas não o traço [Q] ou, então, a limitações de memória de trabalho ou de processamento (Hegarty, 2005, *apud* Lardiere, 2009a). Crucialmente, e diferentemente do que se verifica na aquisição de uma língua materna, as possíveis dificuldades do aprendente de uma L2 em reorganizar e projetar categorias funcionais não têm origem maturacional, pois, na verdade, este aprendente adquiriu já um sistema de categorias funcionais e de traços configurados em itens lexicais específicos.

[88] No âmbito da discussão da *Feature Reassembly Hypothesis*, Lardiere utiliza a expressão "item lexical" ou "item (morfo)lexical" para se referir a morfemas específicos de cada língua associados a traços funcionais (*e.g.*, o morfema *-s* como forma de marcação do plural) (Lardiere, 2009). Tal como a autora sublinha, esta definição é equivalente à de "vocabulário funcional" usada no âmbito da teoria da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993).

Lardiere (2009a) sintetiza a tarefa do aprendente de L2 na resposta a três questões fundamentais: (i) a que categorias funcionais estão associados, na Sintaxe, os traços selecionados e de que forma as matrizes de traços das categorias funcionais da L2 diferem das da L1?; (ii) a que itens lexicais da L2 estão associados os traços relevantes e em combinação com que outros traços?; (iii) que formas são obrigatórias e opcionais e o que constitui um contexto obrigatório? No fundo, que fatores (fonológicos, morfossintáticos, semânticos ou discursivos) condicionam a realização de determinadas formas?

Será, pois, tarefa do aprendente tentar responder a estas questões durante o processo de aquisição. Para melhor se compreender de que forma ou que tipos de operações poderão estar envolvidos nesse processo, é também necessário levar em linha de conta alguns pressupostos em que se baseia a *Feature Reassembly Hypothesis*. Em primeiro lugar, considera-se que os aprendentes de uma L2, ao iniciarem o processo de aquisição de uma língua não materna, têm já um sistema de traços formais configurados em itens lexicais da sua L1. Em segundo lugar, assume-se também que as diferentes configurações de traços associados ao léxico e a categorias funcionais na L1 e na L2 poderão constituir um obstáculo ou uma dificuldade acrescida à aquisição de uma L2.

A primeira premissa pode ser diretamente relacionada com questões de *transfer*. Com efeito, a investigação na área da SLA tem consistentemente mostrado que os estados iniciais de aquisição de uma L2 são caracterizados por efeitos de transferência da L1. Relembrando trabalhos anteriores, de acordo com a hipótese de *Full Transfer/Full Access* (Schwartz & Sprouse, 1996), os efeitos de transferência estão relacionados com o facto de o estádio final de aquisição da L1 constituir o estádio inicial de aquisição de uma L2 (Schwartz & Sprouse, 1996). Não obstante, o conceito de "transferência" na aquisição de L2 tem vindo a ser revisto à luz de teorias mais recentes, dando-se especial importância à sistematização dos contextos e manifestações dos efeitos de transferência da L1 para a L2 e às suas implicações teóricas.

Ora, a ideia (assumida no âmbito da *Feature Reassembly Hypothesis*) de que os aprendentes de uma L2, ao iniciarem o processo de aquisição de uma língua não materna, têm já um sistema de traços formais configurados em itens lexicais da sua L1 surge claramente na senda da hipótese de *Full Transfer/Full Access*, mas esta nova formulação permite ir um pouco mais longe em termos de alcance teórico. Tal como Shimanskaya & Slabakova (2014) salientam, na base desta ideia está um conjunto de premissas teóricas assumidas no quadro do Programa Minimalista que colocam em destaque a relação entre léxico, traços morfossintáticos e parametrização na compreensão da variação interlinguística.

> *This view relies on the assumption that syntactic features are morphosyntactic primitives (Chomsky, 1995) and that the lexicon of these features determines the "parametric profile" of a particular language (Borer, 1984). Cross-linguistic variation is understood as differences in which features are lexically encoded and how they are "bundled" into lexical items (Giorgi & Pianesi, 1997).* (Shimanskaya & Slabakova, 2014: 3)

Quanto à segunda premissa, de acordo com a *Feature Reassembly Hypothesis*, o que poderá constituir um obstáculo ou uma dificuldade acrescida à aquisição de uma L2 são as diferentes configurações de traços associados ao léxico e a categorias funcionais na L1 e na L2. É, portanto, a tarefa de mapear e reconfigurar esses conjuntos de traços que constitui um maior desafio para o aprendente de L2. Contudo, relembre-se que a *Feature Reassembly Hypothesis* se encontra alinhada teoricamente com a hipótese de *Full Transfer/Full Access* (Schwartz & Sprouse, 1996) e, por conseguinte, deve ser compreendida no contexto mais amplo de hipóteses que preveem o acesso à GU durante o processo de aquisição de uma língua não-materna. A *Feature Reassembly Hypothesis* argumenta contra a ideia de que a aquisição de uma L2 está sujeita a constrangimentos maturacionais, alinhando-se, como discutido previamente, com hipóteses que excluem a existência de um défice representacional associado a um período crítico ou períodos sensíveis como modelo explicativo para produções não-conformes à gramática-alvo ou para a variação no desempenho dos aprendentes de L2.

Assim, uma das principais predições da *Feature Reassembly Hypothesis* é a de que todos os traços são passíveis de ser adquiridos por um aprendente de L2, independentemente de se encontrarem disponíveis ou não na L1 e também do tipo de traço. Neste ponto, a *Feature Reassembly Hypothesis* difere de outras hipóteses, como a Hipótese da Interpretabilidade (Tsimpli, 1997, e.o.), que assenta na distinção entre traços interpretáveis e não-interpretáveis, prevendo que a aquisição dos segundos está dependente da sua disponibilidade na L1.

A ideia de que todos os traços são passíveis de ser adquiridos é motivada pelo facto de Lardiere (2009a) seguir Harley & Ritter (2002) ao considerar que os traços morfossintáticos constituem "categorias cognitivas fundamentais".

> *To the extent that the inventory and organization of morphosyntactic features reflect 'the grammaticalization of fundamental cognitive categories' (Harley & Ritter, 2002: 482), there is little reason to think that the categories encoded by features are substantially different cross-linguistically or especially that they are ultimately inaccessible to adult learners.* (Lardiere, 2009a: 216)

Deste modo, as possíveis dificuldades na aquisição de uma língua não materna não podem ser explicadas com base na inacessibilidade de determinados traços. Note-se, porém, que esta predição é válida conquanto um contraste formal seja detetável entre as propriedades da L1 e a da L2 (Lardiere, 2009a; Shimanskaya, 2015).

Ao longo da discussão da *Feature Reassembly Hypothesis*, os termos mapeamento e reconfiguração têm vindo a ser usados como parte integrante do processo de aquisição. Com efeito, Lardiere (2008) identifica duas tarefas fundamentais no processo de aquisição de L2: mapeamento (*mapping*) e reconfiguração (*reassembling*). A estas duas tarefas parecem corresponder duas etapas no processo de aquisição. Assim, o estádio inicial de aquisição de uma L2, ou seja, o período em que a questão da transferência é mais relevante, é identificado como o estádio do mapeamento. Nesta etapa, os aprendentes associam (ou mapeiam) determinadas combinações de traços presentes na sua L1 com as configurações da L2 que identificam como mais próximas da forma como os traços são realizados na sua L1. Lardiere (2009a) indica que o conteúdo semântico (ou significado) ou a função gramatical estão na base do mapeamento. Ao mapeamento segue-se a tarefa de reconfiguração, em que é levado a cabo um conjunto de operações mais complexas, que passam pela adição de traços que não têm contrapartida morfológica na L1 e/ou pela eliminação de traços da L1 que não estão codificados na L2, bem como pela reconfiguração de traços cuja realização lexical difere na L1 e na L2 (Shimanskaya & Slabakova, 2014).

Será, pois, no momento do mapeamento que os efeitos de transferência mais se fazem sentir. Já a segunda tarefa apresenta um nível de complexidade superior ao da primeira, sendo possível argumentar, com base na proposta de Lardiere (*e.g.*, 2008, 2009a), que contextos em que seja necessária a reconfiguração de traços sejam mais difíceis para os aprendentes do que contextos que requerem apenas mapeamento de traços (Lardiere, 2009a; Slabakova, 2009b). Aliás, será possível observar efeitos de transferência persistentes na aquisição de propriedades que envolvem a reconfiguração de traços (Choi & Lardiere, 2006).

Não obstante, sendo esta uma linha de investigação relativamente recente, algumas questões permanecem em aberto, nomeadamente quanto ao alcance teórico da *Feature Reassembly Hypothesis* e a natureza exata das duas tarefas acima mencionadas: o mapeamento e a reconfiguração. Assim, importa investigar, por exemplo, se todos os traços são igualmente vulneráveis a dificuldades ao nível do mapeamento e da reconfiguração, se estas dificuldades se manifestam sempre da mesma forma nas produções dos falantes, se se poderá estabelecer uma ordem de aquisição de traços ou se determinadas combinações de L1/L2 serão mais fáceis do que outras (veja-se a discussão em White, 2009). Também foi referido anteriormente que, de

acordo com Lardiere (2009a), a tarefa de mapeamento se baseia no conteúdo semântico ou na função gramatical, pelo que é legítimo questionar se algum dos dois aspetos poderá ser mais relevante (Carroll, 2009).

Algumas destas questões têm vindo a ser discutidas em trabalhos recentes. Por exemplo, Hwang & Lardiere (2013) exploram, mediante uma hierarquia de traços, a hipótese de determinados traços relativos à marcação do plural em Coreano poderem ser mais difíceis de adquirir do que outros, nomeadamente aqueles que implicam restrições de coocorrência na marcação de plural intrínseco e que se encontram numa posição mais encaixada numa hierarquia assumida pelo mesmo trabalho.

Também Montrul & Yoon (2009) sugerem, baseando-se no trabalho de Lardiere, que a aquisição de uma propriedade ou de uma estrutura envolvendo traços que, embora fazendo parte do inventário da L1 e da L2, se encontram configurados de forma diferente poderá representar um desafio maior para o aprendente de L2 do que a tarefa de adicionar traços que façam parte da L2, mas que não estejam lexicalizados na L1. As mesmas autoras colocam também a hipótese de que a tarefa de adicionar traços poderá ser mais fácil do que subtrair traços que façam parte da L1, mas não da L2. Segundo Montrul & Yoon (2009), esta diferença prende-se com o facto de a aquisição de algo que não faz parte da L1, mas que existe na L2, estar dependente de evidência positiva, enquanto a subtração de um traço pode estar dependente de evidência negativa. Assim, será mais fácil detetar a presença de algo no *input* e inferir a sua disponibilidade na língua-alvo do que detetar a ausência de algo no *input* e, a partir daí, inferir a sua impossibilidade.

Por sua vez, Slabakova (2009b) propõe uma escala de dificuldade de aquisição que resulta da combinação de predições explicitadas nos trabalhos de Lardiere (*e.g.*, 2008, 2009a) com a discussão sobre traços e componentes da gramática de Ramschand & Svenonius (2008). A autora baseia-se em Lardiere ao predizer que a aquisição de morfemas que impliquem apenas mapeamento entre a L1 e a L2 é mais fácil do que a aquisição de morfemas em que não há correspondência direta entre a L1 e a L2 e que, por conseguinte, impliquem reconfiguração. Baseando-se em Ramschand & Svenonius (2008), a autora propõe que mais complexa será uma situação de mapeamento entre um traço cujos valores são fixados pelo contexto discursivo e um traço em que determinado valor corresponde a um morfema de flexão específico.

Por outro lado, autores como Liceras (2009) e Slabakova (2009b) advertem para os perigos de uma versão mais radical da *Feature Reassembly Hypothesis* poder conduzir a um debate redutor do ponto de vista teórico, no sentido em que poderá haver o risco de se ver a aquisição de L2 reduzida a um processo de montagem de diferentes construções gramaticais.

Por outras palavras, salienta-se aqui o risco de a *Feature Reassembly Hypothesis*, em última instância, poder levar à adoção de uma perspetiva construtivista (partilhada pelos modelos *usage-based* explicativos do processo aquisição), em detrimento de uma perspetiva generativa (em que esta hipótese se inscreve) e, consequentemente, à negação do papel da GU no processo de aquisição. Neste contexto, Slabakova (2009) chama ainda a atenção para o facto de, ao eliminar os parâmetros da discussão sobre a aquisição de L2, se estar a perder poder dedutivo sobre os mecanismos que presidem à aquisição de uma língua.

Contudo, tal como Liceras (2009) faz notar, embora, atualmente, hipóteses como a avançada por Lardiere (2009a) se centrem na questão da (re)configuração de traços, existe uma relação de dependência entre parâmetros, categorias funcionais e traços. Parafraseando a autora, não existe entre parâmetros, categorias funcionais e traços uma relação de distribuição complementar, mas sim de dependência (Liceras, 2009: 280).

A crítica de Lardiere (2008, 2009a) ao poder explicativo de uma hipótese como a Hipótese da Interpretabilidade, afirmando que a (re)fixação de parâmetros e que uma abordagem que privilegia a natureza dicotómica de traços (entre interpretáveis e não--interpretáveis) não é suficiente para explicar determinados dados empíricos de aquisição de L2, não deve ser encarada como um motivo para eliminar a questão da parametrização do debate em torno da aquisição (de L2), mas tão somente como uma oportunidade de compreender melhor o papel (e o processo) da (re)fixação de parâmetros na aquisição de uma língua segunda e até mesmo, possivelmente, de rever a formulação dos parâmetros.

Importa também notar que o facto de a *Feature Reassembly Hypothesis* operar com unidades mínimas da língua, como os traços, a forma como estes se organizam em categorias funcionais e como são realizados não deve ser confundido com a possibilidade de Lardiere subscrever uma abordagem microparamétrica. O que está em causa na crítica da autora à tentativa de explicação do processo de aquisição através da (re)fixação de parâmetros é que a hipótese de que a tarefa de seleção de valores paramétricos seria suficiente para dar conta da variação interlinguística não se veio a comprovar. Neste contexto, a autora considera ainda que esta questão é agravada pela proliferação de propostas de parâmetros que se tem vindo a observar na teoria linguística. Esta proliferação, segundo a autora, acarreta o risco de qualquer diferença sintática (de natureza aparentemente idiossincrática) entre línguas poder ser catalogada como uma diferença paramétrica.

Pese embora as críticas tecidas a uma abordagem paramétrica ao estudo da aquisição de L2, Lardiere é clara ao afirmar que a aquisição de L2 obedece aos constrangimentos da GU e que a *Feature Reassembly Hypothesis* tem uma matriz generativa.

> *(…) I am not suggesting that second language acquisition is unconstrained by the essential format and operations of UG. I assume that the representation of a second language includes abstract formal features, hierarchical structure and constraints on interpretation involving hierarchically-structured relations such as c-command, operations such as Merge/Move/Agree (…) and locality conditions on operations involving boundaries such as phases or edges.* (Lardiere, 2009b: 419)

Quanto a esta questão, importa, pois, tornar claro que as hipóteses que se pretendem testar, no presente trabalho, no âmbito da *Feature Reassembly Hypothesis*, pressupõem princípios e assunções fundamentais no quadro da Gramática Generativa. Mais concretamente, a questão do mapeamento e reconfiguração de traços, central na *Feature Reassembly Hypothesis*, é aqui entendida no quadro mais amplo da seleção de traços e da (re)fixação de parâmetros, sendo que todas estas tarefas (interdependentes) são consideradas parte integrante do processo de aquisição, em particular, do processo de aquisição de L2. O facto de a discussão no presente trabalho se centrar, na senda da proposta de Lardiere, no papel dos traços e da sua configuração em categorias funcionais no processo de aquisição de uma língua não materna não deve ser entendido como uma afirmação da irrelevância de uma perspetiva paramétrica. Embora se reconheça que esta é uma questão em aberto e que, atualmente, permeia a teoria linguística e também a discussão no campo da SLA, o que se pretende mostrar, particularmente tomando duas línguas tipologicamente próximas como objeto de estudo, é a possibilidade de procurar respostas nas relações entre níveis mais baixos da hierarquia composta por parâmetros, categorias funcionais e traços, para obter um entendimento mais claro do processo de aquisição de propriedades, neste caso, sintáticas e morfossintáticas.

Vários trabalhos no âmbito da SLA têm vindo a testar as predições da *Feature Reassembly Hypothesis*. Na secção seguinte, serão apresentados alguns desses trabalhos, no sentido de melhor compreender a validade dessas mesmas predições e de que forma esta hipótese pode dar conta do processo de aquisição considerando diferentes propriedades e estruturas e também combinações de línguas distintas.

4.3. Testando a *Feature Reassembly Hypothesis*: estudos anteriores

A *Feature Reassembly Hypothesis* tem vindo a ser testada em vários estudos (*e.g.*, Cho & Slabakova, 2015; Choi, 2009; Choi & Lardiere, 2006; Gil & Marsden, 2013; Hwang, 2012; Hwang & Lardiere, 2013; Shimanskaya, 2015; Spinner, 2013), sendo várias as estruturas e aspetos gramaticais testados (*e.g.*, aquisição da marcação de número, da marcação de género, de constituintes *wh*, de marcação aspetual, de determinantes, de pronomes) e diferentes as combinações de línguas estudados (*e.g.*, Coreano-Inglês, Suaíli-Inglês, Espanhol-Inglês, Russo-Coreano-Inglês, Francês-Inglês). Os resultados apresentados vão no sentido de corroborar as predições da *Feature Reassembly Hypothesis*, contribuindo as perguntas de investigação colocadas no âmbito desta hipótese para um melhor entendimento do que implica a aquisição de uma língua não materna.

Contudo, verifica-se uma tendência em estudos anteriores para se centrarem na tarefa de mapeamento ou de, pelo menos, oferecerem conclusões mais robustas no que diz respeito ao processo de mapeamento. Por outras palavras, a influência das propriedades da L1 na aquisição de uma L2 tem sido alvo de especial atenção por parte de estudos que testam a *Feature Reassembly Hypothesis*. Tal tendência será também fruto de haver mais questões em aberto quanto à descrição exata do processo de reconfiguração, como se pode verificar na secção anterior do presente trabalho. Ainda assim, as predições avançadas no âmbito da *Feature Reassembly Hypothesis* quanto ao processo de mapeamento têm vindo a ser confirmadas. Além disso, e considerando os diferentes tipos de propriedades e de combinações de línguas estudadas, os trabalhos anteriores são também um contributo importante na avaliação da adequação e do poder explicativo da *Feature Reassembly Hypothesis* relativamente à tarefa de aquisição de uma língua não materna.

Em seguida, far-se-á uma breve revisão de alguns trabalhos anteriores que testaram as predições da *Feature Reassembly Hypothesis*. Num primeiro momento, esta revisão centrar-se-á em trabalhos que oferecem resultados mais robustos quanto à tarefa de mapeamento (Choi, 2009; Gil & Marsden, 2013; Spinner, 2013) e, num segundo momento, apresentar-se-ão alguns trabalhos que avançam com algumas hipóteses sobre a natureza da tarefa de reconfiguração de traços (Cho & Slabakova, 2015; Hwang & Lardiere, 2013; Shimanskaya, 2015).

Choi (2009) constitui um estudo interessante que explora a aquisição de propriedades que envolvem traços que fazem parte do inventário da L1 e da L2, mas que se encontram configurados e realizados de forma diferente. Este é um dos contextos que torna evidentes as

vantagens da *Feature Reassembly Hypothesis* face a hipóteses prévias assentes na (re)fixação de Parâmetros como tarefa fundamental no processo de aquisição de língua não materna. Este trabalho centra-se na aquisição de *wh- in situ* em Coreano L2 por falantes de Inglês L1. No caso do Coreano e do Inglês, no que diz respeito à aquisição de expressões *wh-*, a tarefa do aprendente não envolve a adição de traços que não existem na L1, já que as duas línguas possuem os traços [wh] e [Q]. O que torna este um contexto interessante para testar as predições da *Feature Reassembly Hypothesis* é o facto de, em Inglês, estes traços serem realizados num único item lexical (a expressão *wh-*), mas, em Coreano, as expressões *wh-* poderem ter uma leitura interrogativa ou declarativa (indefinida) que é determinada por uma partícula associada à forma verbal: *-ci*, para a interpretação interrogativa, e *-ta* para a interpretação indefinida.

No que diz respeito à tarefa do falante de Inglês L1 a adquirir Coreano, note-se que as expressões *wh-* diferem na L1 e na L2 em termos da sua composição. Na L1, uma expressão *wh-* corresponderá a uma combinação dos traços [OP] – operador interrogativo – e [VAR] – variável, mas na L2 uma expressão *wh-* não expressa obrigatoriamente um valor interrogativo. Assim, o processo de reconfiguração deve começar pela dissociação do traço [OP] das expressões *wh-* (propriedade da L1), sendo posteriormente necessário adquirir que traços estão associados a C, de forma a identificar as partículas que realizam os diferentes valores (interrogativo e indefinido) associados às variáveis *wh-* na L2.

Tendo aplicado uma tarefa de tradução e uma tarefa de avaliação de juízo de verdade, Choi (2009) apresenta resultados que indicam dificuldades persistentes, sobretudo nos contextos declarativos, ou seja, nos contextos que implicam reconfiguração de traços. Esta dificuldade é mais evidente nos aprendentes do nível intermédio de proficiência. Já os falantes de nível avançado apresentam resultados um pouco melhores, principalmente na tarefa de avaliação de juízos de verdade.

Com base nestes resultados, Choi (2009) avança com uma hipótese de caracterização da interlíngua destes aprendentes de Coreano L2: o núcleo C a que a partícula *-ta* está associada é subespecificado quanto aos traços relevantes, apresentando-se como [αQ, αWh], em vez de [-Q, -WH], como na gramática-alvo. Todavia, tendo-se verificado variabilidade nos resultados, Choi (2009) considera que os aprendentes nem sempre tratam a partícula em questão como subespecificada, apresentando a leitura correta em alguns casos, o que permite ao autor argumentar contra uma análise de défice representacional. Choi (2009) defende, antes, que os aprendentes de Coreano L2 podem passar por vários estádios de mapeamento, sem, todavia, especificar em que consistem ou por que ordem se sucedem.

Em suma, os dados de Choi (2009) sugerem que a *performance* divergente face à gramática-alvo por parte dos falantes de Inglês L1 a adquirir Coreano L2 pode ser explicada por (i) os traços [OP] e [VAR] serem associados conjuntamente às expressões *wh-* (efeito de transferência da L1) e (ii) uma análise incorreta dos contextos que permitem a ocorrência das expressões variáveis *-ta* e *-ci*. O motivo pelo qual os falantes de Inglês L1 a adquirir Coreano não apresentam padrões uniformes de interpretação do *input* da L2 prende-se com o facto de a gramática da L2 não estar completamente implementada, no sentido da reconfiguração de traços.

O estudo de Gil & Marsden (2013) tem alguns pontos de contacto com Choi (2009), na medida em que também se ocupa da aquisição de expressões *wh-*. Assim, Gil & Marsden (2013) estudam a aquisição de quantificadores existenciais considerando o Inglês, o Chinês, o Coreano e o Japonês em diferentes combinações de L1-L2. A tarefa de aquisição também apresenta semelhanças com a descrita por Choi (2009). Com efeito, os falantes de Inglês e de Japonês L1 a adquirir Coreano e Chinês L2 têm de identificar o seguinte contraste: diferentemente do que acontece na sua L1, na L2 as expressões *wh-* podem ser interpretadas como tendo um valor interrogativo ou existencial.

Com base nas propriedades da L1 e da L2, nas diferentes combinações de línguas consideradas (Inglês L1 – Coreano e Chinês L2; Japonês L1 – Chinês L2; Chinês e Coreano L1 – Inglês L2), os autores avançam com um conjunto de predições sobre o processo de mapeamento que parece ser comprovado pelos dados experimentais obtidos. Assim, os falantes de Inglês L1 a adquirir Chinês ou Coreano L2 apresentam mais dificuldades no mapeamento dos traços associados a expressões com valor existencial do que os falantes de Chinês e de Coreano L1 a adquirir Inglês L2. Portanto, e à semelhança do verificado por Choi (2009), os falantes de Inglês L1 têm dificuldade em interpretar as expressões *wh-* em Chinês e em Coreano com valor existencial (não disponível na L1), mapeando apenas a leitura interrogativa (disponível na L1).

No entanto, os resultados não ofereceram respostas tão claras relativamente ao processo de reconfiguração, pois, contrariamente à hipótese colocada pelos autores, nem sempre se observaram diferentes percursos de aquisição com base na L1. Por exemplo, Gil & Marsden (2013) colocam a hipótese de os falantes de Japonês e de Inglês L1 passarem por diferentes etapas de reconfiguração, dados os contextos distintos de uso de quantificadores existenciais nas duas línguas. Contudo, ambos os grupos apresentam um comportamento semelhante, sendo inconclusivo se os efeitos de *transfer* específicos de cada L1 podem influenciar o processo de reconfiguração.

Um outro estudo, de Spinner (2013), centra-se na aquisição dos traços de Género e de Número em Suaíli L2 por falantes de Inglês L1. Tendo em conta as propriedades da L1 e da L2, o que está aqui em causa é a aquisição de dois traços que, na L2, são realizados através de um único morfema: um deles está associado a um morfema nominal na L1 (o traço de Número), mas o outro não (o traço de Género). Acresce ainda que o morfema que corresponde à realização dos dois traços em Suaíli é um prefixo do nome, ao contrário do que acontece com a marcação de Número em Inglês.

Tal como Spinner (2013) salienta, a *Feature Reassembly Hypothesis* não permite colocar hipóteses sobre a aquisição de traços específicos, mas possibilita algumas predições sobre o processo de aquisição. Tendo em conta que a realização do traço de Número difere na L1 e na L2, prediz-se que a sua aquisição seja difícil, apesar de as duas línguas terem Número. Já no caso do Género, a L2 tem género gramatical, mas a L1 não. Contudo, a *Feature Reassembly Hypothesis* prevê que qualquer traço seja passível de ser adquirido, desde que um contraste formal seja detetado.

Os dados experimentais são, segundo Spinner (2013), surpreendentes. Os falantes de Inglês L1 a adquirir Suaíli L2 apresentam uma melhor *performance* relativamente à realização do traço de Género do que do traço de Número, isto é, parecem ter mais dificuldade em reconfigurar o traço existente na L1, usando, na produção, a forma singular tanto em contextos de singular como em contextos de plural. A autora coloca a hipótese de as produções não convergentes com a gramática-alvo poderem ser explicadas por uma dificuldade em segmentar os nomes em Suaíli. Estes aprendentes de Suaíli terão dificuldade em identificar o radical e o prefixo de um nome e em analisar o prefixo como correspondendo à realização morfológica de dois traços – um associado a Número e o outro associado a Género. O facto de um mesmo morfema corresponder à realização de Género e Número pode constituir uma dificuldade acrescida ao processo de reconfiguração. Com efeito, Spinner (2013) segue Montrul (2009) ao considerar a hipótese de que reanalisar matrizes de traços associadas a um único morfema pode ser particularmente difícil. A autora conclui que a aquisição de Género e de Número em Suaíli coloca um problema de deteção de um contraste formal aos falantes de Inglês L1.

Outros estudos, embora fazendo igualmente predições sobre o processo de mapeamento, avançam hipóteses que procuram explicar o processo de reconfiguração, a sua natureza e as suas possíveis etapas. Por outras palavras, estes estudos procuram compreender como é que um aprendente de uma L2 passa de uma *performance* divergente ao comportamento que manifesta conhecimento das propriedades relevantes da gramática-alvo. Para tal, são colocadas algumas hipóteses sobre como contextos e traços (ou combinações de

traços) específicos poderão determinar o processo de reconfiguração, sendo alguns responsáveis por uma maior dificuldade de aquisição. Este maior grau de dificuldade poderá traduzir-se numa aquisição mais tardia, ou seja, uma aquisição que só se observa em níveis mais avançados de proficiência. Enquadram-se neste âmbito os estudos de Cho & Slabakova (2015), Hwang & Lardiere (2013) e Shimanskaya (2015).

Cho & Slabakova (2015) centram-se na predição da *Feature Reassembly Hypothesis* de que diferentes configurações e realizações de traços na L1 e na L2 constituem um foco de dificuldade na aquisição de uma L2. As autoras estudam a aquisição de determinantes indefinidos em Russo L2 (concretamente, *kakoj-to* e *kakoj-nibud*, que podem ser traduzidos, em Português, como 'um / algum / certo', dependendo do contexto[89]) por falantes nativos de Inglês e de Coreano. Estes determinantes são marcadores de especificidade e a sua aquisição envolve os traços de definitude, referencialidade e especificidade. Crucialmente, a aquisição de cada um dos determinantes envolve tarefas com diferentes graus de complexidade.

Para melhor se compreender a tarefa dos aprendentes de Russo L2, é necessário clarificar que *kakoj-to* tem uma correspondência morfológica em Inglês e Coreano, pois as duas línguas dispõem de morfemas (*some* e *eotteon*, respetivamente) com a mesma combinação de traços que o Russo *kakoj-to*, ou seja, [-definido, -referencial, +específico]. Pelo contrário, de acordo com Cho & Slabakova (2015), o conjunto de traços que caracteriza *kakoj-nibud*, isto é, [-definido, -referencial, -específico], não tem uma realização morfolexical nem em Inglês nem em Coreano.

Assim, a aquisição de *kakoj-to* por falantes de Inglês e de Coreano L1 envolve uma tarefa de mapeamento, que Cho & Slabakova (2015) predizem não ser problemática para os dois grupos de aprendentes, uma vez que há uma correspondência entre *kakoj-to*, *some* e *eotteon* em termos de significado e de função gramatical. Já no caso de *kakoj-nibud*, as autoras colocam a hipótese de, numa primeira fase, os aprendentes mapearem este determinante com *any*, em Inglês, e com *amwu*, em Coreano, devido à existência de uma correspondência parcial de significado. Contudo, tanto *any* como *amwu* diferem de *kakoj-nibud* na combinação de traços a que correspondem, uma vez que os primeiros são caracterizados pelos traços [-definido, ±referencial, ±específico]. Por conseguinte, numa segunda fase, a reconfiguração dos traços envolvidos na aquisição de *kakoj-nibud* coloca alguns desafios aos falantes de Inglês e de Coreano, pois implica a dissociação dos valores [±referencial, ±específico], que se encontram disponíveis em *any* e *amwu* da L1, e a aquisição da combinação de traços [-definido, -referencial,

[89] À Nailia Baldé agradeço a tradução destes determinantes de Russo para Português.

-específico] associados a *kakoj-nibud* na L2. Relembre-se que, na senda de Montrul & Yoon (2009), dissociar traços que fazem parte do inventário da L1 e não da L2 pode representar um desafio maior, já que a sua aquisição requer a existência de evidência negativa (o *input* positivo não será suficiente).

Uma vez que o ponto fulcral da dificuldade de reconfiguração poderá residir no facto de a combinação de traços [-definido, -referencial, -específico] da L2 não ter realização morfolexical tanto em Inglês como em Coreano, coloca-se a questão de a aquisição de traços *overt vs. covert* na L1 e na L2 poder influenciar o processo de aquisição. Além disso, a realização de *kakoj-nibud* está também sujeita a restrições contextuais (sintáticas e discursivas), sendo apenas possível em contextos interrogativos, de negação ou mediante a ocorrência de verbos intensionais. Finalmente, dado que a aquisição de *kakoj-to* e *kakoj-nibud* coloca os mesmos desafios aos falantes de Inglês e de Coreano L1, espera-se observar um percurso paralelo de aquisição nos dois grupos de aprendentes.

Com o objetivo de testar estas predições, as autoras aplicaram um conjunto de tarefas experimentais a falantes de três níveis de proficiência distintos (inicial, intermédio e avançado). A predição de que os falantes de Coreano e de Inglês L1 adquiririam *kakoj-to* mais cedo do que *kakoj-nibud* foi confirmada pelos dados, sendo que os aprendentes de nível intermédio e avançado mostram distinguir os contextos gramaticais e agramaticais do uso daquele determinante. Os dados de Cho & Slabakova (2015) revelam, todavia, um resultado inesperado, já que os falantes de Inglês e de Coreano não apresentam um percurso idêntico de aquisição. Na verdade, as autoras observam que os falantes das duas línguas incluídos no nível inicial de proficiência diferem, pois os falantes de Inglês L1 parecem ter adquirido o contraste de gramaticalidade entre *kakoj-to* e *kakoj-nibud* em contextos [- específicos] (em que apenas *kakoj--nibud* é possível), ao passo que os falantes de Coreano não parecem ter ainda adquirido este contraste. Assim, os falantes de Inglês L1 de nível inicial apresentam melhores resultados do que os falantes de Coreano L1, no que diz respeito à tarefa de reconfiguração. As autoras explicam esta diferença recorrendo aos contextos distintos de aquisição dos dois grupos de aprendentes, uma vez que os falantes de Inglês L1 adquiriam Russo em contexto de imersão, mas os falantes de Coreano L1 adquiriam Russo em contexto de ensino formal, numa situação em que os conteúdos eram lecionados na língua materna dos aprendentes.

Hwang & Lardiere (2013) centram-se também no processo de reconfiguração de traços, explorando a relação entre níveis de complexidade associados à(s) propriedade(s) a adquirir e uma aquisição mais tardia. Além disso, as autoras tentam também aplicar a ideia de uma hierarquia de traços a possíveis dificuldades de aquisição.

Na discussão das questões acima mencionadas, Hwang & Lardiere (2013) centram-se na aquisição do marcador de plural *-tul* em Coreano L2 por falantes de Inglês L1. Em Coreano, o sufixo morfológico *-tul* pode expressar dois tipos de marcação de número: o plural intrínseco e o plural extrínseco. O uso destes dois tipos de plural está sujeito a uma série de restrições de natureza vária. Tal como as autoras explicam, o plural intrínseco está mais próximo da marcação de plural que encontramos em Inglês, sendo associado a nomes. O plural extrínseco, todavia, ocorre com várias categorias morfossintáticas, incluindo nomes, advérbios e expressões locativas, tendo, além disso, um valor distributivo. Já o plural intrínseco, tal como o plural em Inglês, pode ter uma leitura distributiva ou coletiva. Adicionalmente, o plural extrínseco tem uma posição variável na oração, estando a sua posição associada a significados específicos, uma vez que o elemento ao qual o marcador extrínseco *-tul* está associado recebe foco.

Apesar de o plural intrínseco em Coreano estar mais próximo, nas suas propriedades, da marcação de plural em Inglês, é notório, através da descrição de Hwang & Lardiere (2013), que, em Coreano, este plural está sujeito a um conjunto maior de restrições. Assim, o plural intrínseco é sensível à especificidade, à presença de um quantificador numérico ou não numérico (*e.g.*, *muitos vs. três*) e ao traço [±humano] associado ao nome. O esquema abaixo, retirado de Hwang & Lardiere (2013), sintetiza os traços envolvidos na marcação de plural intrínseco em Coreano.

[n] = noun (feature associated with nP)
[group] = plural
[individuation] = classifier (two relevant subtypes:)
  [+human]
  [–human]
[q] = quantity (two subtypes:)
  [q-rel] = 'relative' = non-numerical quantifier (e.g. *many, some*)
  [q-abs] = 'absolute' = numerical quantifier (e.g. *three*)
[specific] = 'i.know'

Figura 1: Conjunto de traços envolvidos na marcação de plural intrínseco em Coreano (Hwang & Lardiere, 2013: 64)

Tal complexidade contrasta com o que se verifica em Inglês, língua em que a marcação de plural envolve dois traços [n] e [grupo]. Além disso, Hwang & Lardiere (2013) propõem que a marcação de plural intrínseco em nomes quantificados obedece a uma hierarquia de traços (figura 2), que será um elemento-chave da sua análise.

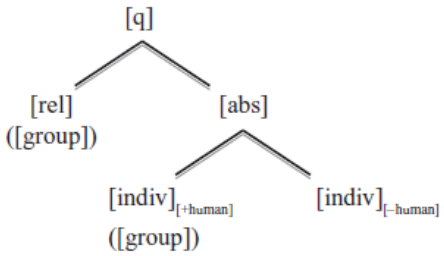


Figura 2: Hierarquia de traços proposta para a marcação de plural intrínseco em Coreano (Hwang & Lardiere, 2013: 64)

Mediante a aplicação de um conjunto de tarefas experimentais, as autoras argumentam que as suas predições foram confirmadas. Por um lado, o plural extrínseco é adquirido mais tarde do que o plural intrínseco, o que vem confirmar que um processo de reconfiguração mais complexo pode colocar dificuldades à aquisição e levar a uma aquisição mais tardia. Por outro lado, na aquisição do plural intrínseco, os falantes de Inglês L1 mostram ter mais dificuldade nos contextos associados a distinções assentes em traços que se encontram numa posição mais encaixada na hierarquia acima representada. Por outras palavras, os falantes de Inglês L1 a adquirir Coreano mostram-se, primeiro, sensíveis à distinção entre [q-rel] e [q-abs], mas apresentam dificuldades durante mais tempo na aquisição das restrições associadas ao traço [±humano]. Esta dificuldade traduz-se na generalização da rejeição de *-tul* em contextos [q-abs], isto é, contextos em que ocorre um quantificador numérico, independentemente de o nome quantificado ter o traço [+humano] ou [-humano].

Finalmente, Shimanskaya (2015) propõe uma explicação para a ordem de aquisição com base nas tarefas de mapeamento e de reconfiguração que falantes de Inglês L1 têm de levar a cabo para adquirir o sistema pronominal associado à função sintática de objeto em Francês L2.

Com base nas propriedades das duas línguas, a autora prevê algumas dificuldades na aquisição motivadas por um conjunto de diferenças entre a L1 e a L2. Em primeiro lugar, o Inglês, ao contrário do Francês, codifica lexicalmente o traço [±humano] no sistema pronominal. Além disso, o Inglês codifica género natural, enquanto o Francês codifica género gramatical. Por último, e apesar de as duas línguas codificarem morfolexicalmente o traço de Caso, em Inglês há apenas a distinção entre sujeito (nominativo) e objeto, enquanto, em Francês, diferentes Casos são associados a diferentes tipos de objeto, de acordo com a sua função sintática.

Seguindo a *Feature Reassembly Hypothesis*, mais concretamente, a ideia de que, inicialmente, há uma transferência de matrizes de traços da L1 para a L2, Shimanskaya (2015) prediz que os falantes de Inglês L1 a adquirir Francês podem mostrar dificuldades na distinção

entre formas fortes e formas clíticas dos pronomes. Assim, a autora prevê que, numa fase inicial, os aprendentes de Francês L2 irão fazer uma distinção entre formas fortes e clíticas dos pronomes assente num traço disponível na sua L1, isto é, o traço [±humano], em vez de basearem esse contraste no traço de Caso, ou seja, o traço relevante na L2. Deste modo, são previstas duas tarefas de mapeamento: (i) a associação dos pronomes fortes *preposição + lui / elle* do Francês às formas *him / her* do Inglês, estas últimas caracterizadas pelo traço [+humano] e (ii) a associação das formas clíticas *le / la* do Francês à forma *it* do Inglês, que se caracteriza pelo traço [-humano]. Posto isto, os falantes de Francês L2 terão de proceder a três tarefas distintas de reconfiguração: (i) abandono do traço [±humano] como relevante no sistema pronominal francês (este não é contrastivo nem codificado morfolexicalmente); (ii) aquisição do caráter contrastivo associado a valores do traço de Caso e formas clíticas e fortes do sistema pronominal da L2 (com associação de cada valor à sua realização lexical e função sintática) e (iii) aquisição do traço de género gramatical.

De acordo com os resultados reportados por Shimanskaya (2015), os falantes de Inglês L1 adquirem muito cedo as diferenças de distribuição entre formas pronominais fortes e clíticas, ou seja, as propriedades puramente sintáticas não parecem ser problemáticas, sendo os pronomes clíticos associados a uma posição pré-verbal e os fortes a uma posição pós-verbal. Contudo, este contraste formal não é associado às propriedades de seleção dos verbos (isto é, a Caso), mas sim a um contraste entre [+humano] e [-humano] que resulta de transferência de propriedades da L1 (tal como previsto pela autora). Com efeito, numa tarefa de seleção de imagens, a autora encontrou uma correlação significativa entre a seleção de imagens representando entidades humanas e pronomes fortes que se revelou ser transversal a todos os grupos de falantes de Francês L2, bem como uma correlação significativa nos grupos de nível de proficiência inicial e intermédio na associação de imagens representando entidades não-humanas e frases com pronomes clíticos.

No entanto, o recurso ao contraste entre [±humano] na distinção de contextos de uso de diferentes formas pronominais vai sendo substituído à medida que se avança em termos de nível de proficiência. Em particular, os falantes de nível avançado deixam de associar os pronomes clíticos a uma interpretação de [-humano], mas, não obstante, continuam a preferir uma interpretação de [+humano] associada a formas fortes dos pronomes. Tal facto leva a autora a concluir que são os pronomes clíticos a servir de *trigger* ao processo de reconfiguração necessário ao abandono do contraste [±humano] como relevante na L2. Na verdade, a associação da distinção entre clíticos e formas fortes dos pronomes a diferentes valores do traço de Caso surge mais tardiamente no processo de aquisição, seguindo o processo de aquisição do sistema pronominal do Francês a ordem prevista pela autora.

Quanto à tarefa de reconfiguração necessária à aquisição de género gramatical por parte dos falantes de Inglês L1, Shimanskaya (2015) compara dados *online* e *offline*, algo ainda pouco explorado no âmbito da *Feature Reassembly Hypothesis*. A autora conclui que, em níveis iniciais de aquisição, os falantes de Inglês L1 a adquirir Francês mostram-se mais dependentes do seu conhecimento de género natural (disponível na sua língua materna) e, em níveis mais avançados de proficiência, acabam por adicionar o traço de género gramatical à sua representação dos pronomes da L2. A autora observa também uma assimetria no desempenho dos participantes nas tarefas *offline* e *online*: na tarefa *online* o desempenho dos falantes de Francês L2 difere de forma mais evidente do desempenho dos falantes de Francês L1. Este resultado pode ser explicado por efeitos de transferência que persistem ao longo do tempo, mas que não são detetáveis nos grupos mais avançados de proficiência nas tarefas *offline*. As diferenças de desempenho encontradas nos dois tipos de tarefa levam também a autora a propor a existência de um desfasamento temporal entre a aquisição da representação de determinada estrutura ou propriedade e o seu uso *online*. Neste ponto, Shimanskaya (2015) procura articular a *Feature Reassembly Hypothesis* com propostas anteriores como a *Missing Surface Inflection Hypothesis* (Prévost & White, 2000) ou outras propostas no domínio da Psicolinguística, segundo as quais dificuldades na morfologia funcional se devem a uma capacidade inferior no processamento da L2 (Hopp, 2010; McDonald, 2006, *apud* Shimanskaya, 2015).

Na presente secção, procurou-se mostrar a relevância da *Feature Reassembly Hypothesis* através de vários trabalhos que têm vindo a explorar esta hipótese, testando as suas predições e procurando responder a algumas questões ainda em aberto. Ao tomar diferentes fenómenos linguísticos e diferentes combinações de línguas como objeto de estudo, estes trabalhos têm vindo a demonstrar a adequação da *Feature Reassembly Hypothesis* como modelo explicativo do processo de aquisição de uma língua não materna.

Até à data, parecem existir resultados mais robustos quanto à fase de mapeamento na aquisição de L2. Contudo, vários são os autores que têm proposto e testado predições sobre as etapas de reconfiguração e o que poderá ser mais fácil e mais difícil nesta tarefa. Assim, assiste-se ao refinamento e à busca de maior detalhe nas predições da *Feature Reassembly Hypothesis* alcançados através da articulação das conclusões de diferentes estudos. Também relevante é o facto de a *Feature Reassembly Hypothesis* se prestar à articulação com outras hipóteses, como mostra o recente trabalho de Shimanskaya (2015) ao explorar a aplicação desta hipótese a questões de processamento e a sua articulação com hipóteses de SLA e da Psicolinguística.

4.4. O poder explicativo da complementaridade entre hipóteses: a *Feature Reassembly Hypothesis* e a *L1 Preemption Hypothesis.*

Como se pôde verificar na secção anterior do presente trabalho, com a revisão do trabalho de Shimanskaya (2015), o recurso à *Feature Reassembly Hypothesis* como hipótese de trabalho no campo da SLA não exclui a possibilidade de trazer para a discussão outras hipóteses, dependendo do objeto de estudo. Na presente secção, pretende-se mostrar que tal ideia também se aplica a uma hipótese em particular, a *L1 Preemption Hypothesis*, cujas formulações mais recentes (Iverson & Rothman, 2011, 2015; Rothman & Iverson, 2013) defendem, precisamente, que a sua articulação com outras hipóteses, nomeadamente com a *Feature Reassembly Hypothesis*, pode ser produtiva considerando as especificidades dos fenómenos e dos pares de línguas estudados.

Contudo, antes de explorar a produtividade da articulação das duas hipóteses em causa, é necessário clarificar o que se entende por *preemption*, no contexto da hipótese de *L1 Preemption*. Na verdade, a aplicação do conceito de *preemption* ao estudo de SLA compreende dois momentos distintos que correspondem a duas formulações deste tipo de efeito na gramática da interlíngua. Assim, a primeira formulação que importa discutir pode ser atribuída a trabalhos surgidos no final da década de 80 e início da década de 90 do século passado, entre os quais se destacam Rutherford (1989) e Trahey & White (1993). Nesta abordagem, salienta-se o facto de o conceito de *preemption* aplicado à aquisição de L2 ter origem numa linha de investigação de aquisição de língua materna, na qual se destacam, entre outros, os trabalhos de Wexler & Culicover (1980, *apud* Rutherford, 1989) e Pinker (1986, *apud* Rutherford, 1989) sobre o *Uniqueness Principle*, de acordo com o qual "in the unmarked case, each deep structure is realized as one and only one surface structure" (Wexler & Culicover, 1980).

Focando-se na aplicação do conceito de *preemption* à aquisição de uma língua não materna, Rutherford (1989) salienta que este conceito pode ser considerado para descrever o processo de (re)parametrização. De forma sucinta, perante *input* incompatível com o valor de determinado parâmetro assumido num estádio inicial de aquisição de uma L2 (por transferência do valor paramétrico da L1), o aprendente de L2 ver-se-á obrigado a redefinir o valor desse mesmo parâmetro. Deste modo, um novo valor compatível com a gramática da L2 substituirá (*preempt*) o valor paramétrico inicialmente definido na interlíngua do aprendente de L2.

Num trabalho posterior, Trahey & White (1993), partindo da definição de *preemption* acima descrita, propõem-se testar se e em que medida este conceito é operacional na aquisição de uma L2, procurando, para tal, perceber se *input* positivo da L2 que seja incompatível com valores paramétricos da L1 é suficiente para desencadear um processo de reparametrização. Em

particular, as autoras testaram o papel da evidência positiva na aquisição (em contexto formal) para propriedades associadas ao movimento do verbo e à distribuição de advérbios em Inglês L2 por falantes de Francês L1. Uma das principais conclusões deste trabalho é a de que, depois da exposição à evidência positiva para as propriedades relevantes do Inglês, se observou um aumento significativo da taxa de aceitabilidade da ordem de palavras SAV (sujeito, advérbio, verbo) da L2 (Inglês), mas não das taxas de rejeição da ordem de palavras SVAO (sujeito, verbo, advérbio, objeto) da L1 (Francês). Tais resultados levam as autoras a concluir que, pese embora os aprendentes de Inglês L2 não estejam simplesmente a aplicar o valor do parâmetro da sua L1 à L2, a parametrização da L2 não está completamente adquirida. O que os dados parecem mostrar é um cenário em que propriedades de duas gramáticas em competição coexistem de alguma forma na interlíngua dos falantes de L2. Tal resultado poderá apontar para a necessidade de repensar a aplicação da ideia de *preemption* à obrigatoriedade de reparametrização perante dados incompatíveis que é herdada da formulação do *Uniqueness Principle*[90].

Estudos mais recentes recuperam esta questão centrando-se na operacionalização de um conceito de *L1 preemption* que pode ser diretamente relacionado com os resultados obtidos por Trahey & White (1993). Assim, trabalhos mais recentes, como Iverson & Rothman (2011, 2015) e Rothman & Iverson (2013), centram-se nos possíveis efeitos que a L1 pode ter na interlíngua dos aprendentes de L2. Deste modo, estes últimos autores definem *L1 preemption* como um tipo de efeito que consiste em a aquisição de novas propriedades da L2 não implicar, necessariamente, o abandono da estrutura da L1 em competição para o mesmo domínio da interlíngua. Ainda de acordo com estes autores, existem alguns contextos que são particularmente permeáveis à ocorrência de efeitos de *preemption*.

> *Environments which are ripe for pre-emption effects are ones in which L2 input can be parsed using the syntax of the L1, but where the L1/L2 interpretative (i.e. semantic or pragmatic) subtleties do not necessarily coincide. In such an environment the L2 input provides positive evidence for the correct instantiation of a particular L2 property, but the parsing failures traditionally considered necessary for grammatical restructuring will not obtain.* (Iverson & Rothman, 2015: 259)

[90] Ressalve-se que Trahey & White (1993) colocam a hipótese de o facto de não terem sido detetados efeitos de *preemption* nos dados recolhidos se poder dever à quantidade e ao tempo de exposição ao *input* a que os aprendentes foram submetidos. Assim, as autoras não tomam os seus dados como conclusivos quanto à possibilidade de excluir o conceito de *preemption* como relevante no estudo de SLA.

No desenvolvimento da hipótese de *L1 preemption*, Iverson & Rothman (2011) defendem também que esta é sensível a semelhanças tipológicas e estruturais entre línguas, sendo, por conseguinte, necessário considerar como variável relevante na aplicação desta hipótese os pares de línguas estudados, bem como, naturalmente, os fenómenos estudados.

Os trabalhos de Iverson & Rothman (2011, 2015) e Rothman & Iverson (2013) são particularmente interessantes tendo em conta o tema do presente trabalho, pois têm como objetivo testar a existência de efeitos de *L1 preemption* na aquisição de objetos nulos considerando o par de línguas PB e EsP. Com efeito, os trabalhos mencionados centram-se na aquisição de objetos nulos em EsP L2 por falantes nativos de PB. O que torna este tópico e este par de línguas interessantes como objeto de estudo no âmbito de uma hipótese como a de *L1 preemption* é, antes de mais, o facto de irem ao encontro da ideia de que os efeitos de *preemption* poderão ser particularmente relevantes em contextos de proximidade tipológica e estrutural. Assim, temos duas línguas, o Português e o Espanhol, que podem ser consideradas tipologicamente próximas, quer adotemos uma noção genealógica ou psicológica[91] de proximidade tipológica.

Além disso, de acordo com os autores, o *input* de EsP, no que respeita aos objetos nulos, apresenta algumas semelhanças com o que se observa em PB. Crucialmente, essas semelhanças são apenas superficiais, já que os objetos nulos não apresentam as mesmas propriedades sintáticas nas duas línguas. Por outras palavras, apesar de as duas línguas terem objetos sem realização fonética, em PB estes objetos são analisados como um *pro in situ*, enquanto, em EsP, a análise dos objetos nulos envolve movimento[92]. Adicionalmente, os objetos nulos em EsP estão sujeitos a restrições semânticas que não se aplicam no caso do PB. Assim, em EsP, apenas objetos com o traço [-definido] podem ter uma realização nula, contrariamente aos objetos com o traço [+definido], cuja omissão não é admitida.

A tarefa dos falantes nativos de PB a adquirir EsP L2 será, por um lado, adquirir a restrição semântica associada ao traço [±definido], adicionando este traço como relevante na realização de objetos nulos. Por outro lado, do ponto de vista sintático, e uma vez que os objetos nulos em EsP envolvem movimento e em PB não, as duas línguas vão diferir quanto à possibilidade de ocorrência de objetos nulos em contextos que não admitem extração,

[91] O termo "psicológico" faz aqui referência à perceção de semelhança ou proximidade entre línguas por parte dos falantes. Veja-se Rothman (2011) para uma explicação mais detalhada de "psicotipologia", no âmbito das hipóteses de aquisição de L3. Este assunto será também retomado na secção seguinte deste trabalho.

[92] Existe uma extensa bibliografia sobre a análise de objetos nulos cuja discussão não cabe no escopo do presente trabalho. Para uma revisão das análises relevantes para o EsP e o PB, remete-se para os trabalhos aqui já citados de Iverson & Rothman (2011, 2015) e Rothman & Iverson (2013).

nomeadamente, contextos de ilhas. Assim sendo, enquanto o PB admite objetos nulos em contextos de ilhas de DP, de sujeito e de Adjunto, o EsP, pelo contrário, não. Para adquirir esta diferença nos contextos de ocorrência de objetos nulos, os falantes nativos de PB terão de adquirir a sintaxe dos objetos nulos em EsP, ou seja, terão de abandonar uma análise deste fenómeno como *pro in situ* e substituí-la pela análise correta para a gramática da L2, isto é, uma análise por movimento.

De forma a compreender se existem dificuldades persistentes na aquisição que possam ser relacionadas especificamente com o par de línguas estudado, foram incluídos em Iverson & Rothman (2011, 2015) e Rothman & Iverson (2013) apenas falantes de EsP L2 com um nível avançado de proficiência. Para avaliar a aquisição das propriedades relevantes dos objetos nulos em EsP, foi desenhada uma tarefa de juízos de gramaticalidade que incluía diferentes tipos de contextos sintáticos de ocorrência de objetos nulos (gramaticais e agramaticais): frases simples, ilhas de DP, ilhas de sujeito CP, ilhas de adjunto. Em cada um destes contextos sintáticos, foram incluídos objetos nulos com o traço [+definido] (ocorrências agramaticais) e com o traço [-definido] (ocorrências gramaticais), de modo a testar a aquisição da restrição semântica que caracteriza o EsP.

Relativamente à restrição semântica em EsP, os resultados mostram que os falantes nativos de PB parecem tê-la adquirido, pois rejeitam ocorrências de objetos nulos em frases simples quando estes têm o traço [+definido]. Também nos contextos de ilhas, os aprendentes de EsP apresentam taxas de aceitabilidade mais baixas com objetos nulos [+definidos].

Já quanto aos resultados obtidos especificamente para os contextos de ilhas, estes parecem refletir um problema de aquisição que pode ser relacionado com as especificidades da L1 e da L2. Se, por um lado, os falantes de PB a adquirir EsP L2 aparentam ter conhecimento das propriedades sintáticas da L2 ao rejeitarem objetos nulos em ilhas de DP, por outro lado, as taxas mais elevadas de aceitabilidade observadas em objetos nulos em contextos de ilhas de sujeito e de adjunto parecem indicar uma manutenção das propriedades da gramática da L1. Daqui se pode concluir que os falantes de PB L1 a adquirir EsP L2 têm algum conhecimento da gramática da L2, mas este é inconsistente, já que os resultados obtidos para dois dos três tipos de ilhas testados mostram que estes falantes parecem avaliar tais frases considerando a gramática da L1, ou seja, analisam os objetos nulos em ilhas de sujeito e de adjunto como instâncias de *pro*.

Por conseguinte, mesmo num nível avançado de proficiência, os falantes de PB a adquirir EsP L2 parecem manter propriedades de duas gramáticas em competição. Apesar de estes aprendentes evidenciarem algum conhecimento das propriedades sintáticas relevantes da L2, este não parece ser robusto o suficiente para que abandonem as propriedades da L1,

continuando a recorrer a estas em alguns contextos. Ora, este tipo de comportamento pode ser explicado como um efeito de *L1 preemption*.

Contudo, para que esta hipótese possa ser comprovada, torna-se necessário comparar os dados obtidos para falantes de PB L1 com resultados comparáveis de falantes de outras L1 também a adquirir EsP L2. Iverson & Rothman (2015), em particular, tornam esta questão clara, ao comparar dados de falantes de Inglês, Chinês, PE e PB L1[93]. O que torna esta comparação particularmente interessante é o facto de cada uma das L1 mencionadas apresentarem algumas semelhanças, mas, crucialmente, também diferenças, o que, por sua vez, significa que a tarefa de aquisição de objetos nulos em EsP de cada um dos grupos de aprendentes é distinta. Deste modo, seria possível observar se o comportamento dos falantes de PB L1 era condicionado pelas especificidades das propriedades da L1 / L2 ou não.

Além disso, neste trabalho, os autores articulam a hipótese de *L1 preemption* com a *Feature Reassembly Hypothesis*, demonstrando que as duas, em conjugação, oferecem um modelo explicativo adequado para os dados que emergem desta comparação do processo de aquisição de um mesmo fenómeno por falantes de diferentes L1. Dependendo dos pares de línguas estudados, e tal como argumentam os autores, o poder explicativo que a *Feature Reassembly Hypothesis* tem em articulação com a hipótese de *L1 preemption* suplanta o de outras explicações centradas numa visão do processo de aquisição como uma tarefa de transferência da L1 e de extração de regras a partir da frequência de determinadas estruturas no *input* da L2. Em seguida, destacam-se alguns dos resultados discutidos por Iverson & Rothman (2015) que colocam em evidência este ponto.

As tarefas envolvidas na aquisição de objetos nulos em EsP L2 pelos diferentes grupos de aprendentes podem ser resumidas da seguinte forma: (i) nenhuma das línguas acima mencionadas possui restrições semânticas à ocorrência de objetos nulos, pelo que todos os grupos de aprendentes terão de adicionar ao inventário de traços relevantes o traço [±definido]; (ii) o Inglês é a única das quatro línguas analisadas que não admite objetos nulos, pelo que os falantes nativos desta língua terão de adquirir as propriedades sintáticas do EsP, adicionando as configurações de traços relevantes; (iii) o Chinês e o PE apresentam uma derivação sintática dos objetos nulos semelhante à do EsP, pelo que os falantes nativos destas línguas poderão transferir as propriedades relevantes da L1 e (iv) o PB apresenta uma derivação sintática dos objetos nulos divergente em relação à do EsP e, por conseguinte, os falantes de PB L1 terão de

[93] Esta comparação é possível através da discussão de resultados obtidos em outros estudos anteriores, mas cuja metodologia possibilita esta mesma comparação. Em Iverson & Rothman (2015) poderá encontrar-se uma descrição detalhada dos estudos que possibilitaram esta análise comparativa.

abandonar a sintaxe da sua L1 e substituí-la pela da L2. Quanto a resultados, a figura 3 apresenta uma síntese dos dados obtidos para cada um dos grupos.

L1	Knowledge of restrictions?			
	Semantic	Complex DP	Sentential CP	Adjunct
English	Yes	Yes	Yes	No
EP	Yes	Yes	Yes	Yes
BP	Yes	Yes	No	No
Chinese	No	Not tested	Not tested	Not tested

Figura 3: Síntese dos resultados obtidos sobre a aquisição das restrições à ocorrência de objetos nulos em EsP (Iverson & Rothman, 2015: 271).

Como se pode verificar na tabela acima, os falantes de PE mostraram ter adquirido as restrições à ocorrência de objetos nulos em EsP. Este resultado era esperado, dada a descrição da tarefa de aquisição deste grupo de aprendentes, já que aquela consistia, essencialmente, em mapear os traços e configurações relevantes entre a L1 e a L2, tendo os falantes nativos de PE de restringir a ocorrência de objetos nulos a objetos [-definidos].

No caso dos falantes de Chinês, apenas a aquisição da restrição semântica foi testada, tendo-se concluído que este grupo de aprendentes não adquiriu as propriedades associadas ao traço [±definido] no contexto de realização de objetos nulos em EsP. Tal dificuldade, avançam Iverson & Rothman (2015), pode ser motivada pelo facto de, em Chinês, o traço [definido] não ser gramaticalizado, contrariamente ao que se observa nas restantes línguas analisadas, que codificam morfossintacticamente o traço em causa, por exemplo, em pronomes clíticos e artigos (como o PE e o PB) ou, pelo menos, em artigos (como o Inglês). Em Chinês, a definitude não se encontra gramaticalizada, sendo expressa pela interação entre contexto (semântico ou pragmático) e a posição sintática ou a modificação de um nome.

Considerando as diferentes propriedades das L1 testadas e os resultados distintos obtidos quando à restrição semântica envolvida na realização de objetos nulos em EsP, estas diferenças podem ser melhor explicadas considerando uma hipótese como a *Feature Reassembly Hypothesis*. Com efeito, Iverson & Rothman (2015) chamam a atenção para o facto de os resultados obtidos pelos diferentes grupos de aprendentes de EsP L2 irem ao encontro não só das predições da *Feature Reassembly Hypothesis* tal como discutidas por Lardiere (2009), mas também da proposta, no âmbito desta hipótese, de uma escala de dificuldade de aquisição apresentada por Slabakova (2009b) e previamente discutida na secção 4.2. do presente trabalho, acerca das predições da *Feature Reassembly Hypothesis*. Neste contexto, o Chinês

representaria o cenário de aquisição mais difícil, o de um falante nativo de uma língua que codifica determinado traço contextual, discursiva ou pragmaticamente e é confrontado com a necessidade de adquirir o mesmo traço codificado morfossintacticamente na gramática-alvo.

Já o caso dos falantes de Inglês L1 oferece um termo de comparação muito interessante com o dos falantes de PB L1. Como mencionado anteriormente, estes dois grupos de falantes teriam de adquirir propriedades da L2 que diferem das da gramática da L1. Como tal, poder-se--ia colocar a hipótese de que os dois grupos teriam um percurso de aquisição semelhante. Contudo, os falantes de Inglês, não tendo objetos nulos na sua língua materna, não podem recorrer à L1 para interpretar o *input* da L2, pelo que esta dificuldade pode servir de *trigger* para a reconfiguração necessária à aquisição de objetos nulos em EsP. Os falantes de PB, pelo contrário, tendo disponível esta estrutura na sua língua materna, não só têm de adquirir as propriedades da L2 que não fazem parte da sua L1, como também têm de abandonar propriedades da L1 que entram em competição com as da gramática-alvo. Perante uma tarefa potencialmente mais complexa, os falantes de PB L1 poderão ter mais dificuldade em substituir (*preempt*) a gramática da L1.

Tendo em conta o tema do presente trabalho, considerar uma hipótese como a de *L1 preemption* em articulação com a *Feature Reassembly Hypothesis*, tal como sugerido por Iverson & Rothman (2015), pode ser vantajoso, permitindo fazer algumas predições sobre o processo de aquisição de PE por falantes nativos de EsP de forma mais fundamentada. Não obstante, é importante ressalvar que o objetivo central deste trabalho não é o de testar a hipótese de *L1 preemption*, na medida em que, para tal, seria aconselhável, do ponto de vista metodológico, comparar dados de grupos de aprendentes de PE que fossem falantes nativos de diferentes línguas que se traduzissem em tarefas de aquisição distintas.

Ainda assim, o objeto de estudo do presente trabalho parece ir ao encontro de alguns dos contextos referidos por Iverson & Rothman (2015) como propícios à ocorrência de efeitos de *L1 preemption*. Em primeiro lugar, o par de línguas estudado – PE e EsP – cumpre o requisito de proximidade tipológica como fator facilitador da manutenção de gramáticas em competição relacionada com a perceção dos aprendentes de que a gramática da L1 pode ser suficiente para interpretar o *input* da L2. Em segundo lugar, a aquisição das estruturas alvo de estudo – complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos – em PE por falantes nativos de EsP apresenta alguma complexidade, pois nem todas as estruturas são passíveis de ser adquiridas apenas por mapeamento das propriedades sintáticas entre a L1 e a L2. Com efeito, a aquisição de estruturas como a de Infinitivo Flexionado e a de PIC requer que os falantes de EsP L1 sejam capazes de detetar contrastes formais entre estas e outras estruturas existentes na sua L1 (como

ECM) e que a deteção de tais contrastes sirva de *trigger* para o necessário processo de reconfiguração. Contudo, em contexto de ensino formal em Espanha, o *input* a que os aprendentes incluídos no presente estudo estão expostos não só é reduzido, como está também, em certa medida, sujeito a um tipo particular de ambiguidade, dada a multiplicidade de estruturas que podem ocorrer nos mesmos contextos. Assim, e em termos gerais, se se levar em linha de conta que, na L1, estão disponíveis estruturas de complementação de verbos causativos e percetivos que também fazem parte da L2 (como ECM e *faire-inf*), as propriedades destas podem ser percebidas pelos aprendentes como suficientes para dar conta do *input* da língua-alvo, o que pode levar à observação de efeitos de *L1 preemption*.

No capítulo 5, dedicado às perguntas de investigação que norteiam este estudo, discutir-se-á mais detalhadamente em que contextos e em que medida se pode esperar que os dados de aquisição de falantes nativos de EsP a adquirir PE como língua não materna revelem efeitos de *L1 preemption*.

4.5. O estudo de *Second Language Acquisition* num contexto de multilinguismo

Atualmente, o multilinguismo é cada vez mais uma situação comum, sendo vários os motivos que estão na origem deste panorama linguístico: políticos, educacionais, geográficos, sociais, culturais, etc. É inegável que a melhoria no acesso à educação a que assistimos no século passado, bem como a inclusão de línguas estrangeiras nos currículos escolares desempenharam um papel importante no aumento do número de falantes bilingues (referindo-se este termo, aqui, a situações de bilinguismo sequencial), mas também os fluxos migratórios e, de forma particularmente relevante, a onda de migração motivada por questões políticas e sociais a que assistimos hoje em dia são alguns exemplos de fatores que tornam este um tema pertinente e impossível de ignorar quando se fala de SLA.

Consequentemente, torna-se cada vez mais difícil, especialmente para determinadas línguas (manifestamente, línguas que ocupam um papel menos central do ponto de vista político e económico), encontrar contextos em que se pode falar de uma verdadeira aquisição de L2, sendo mais correto falar-se em aquisição de L3/Ln. Com efeito, não será hiperbólico afirmar que é um desafio para o estudo de aquisição não materna de algumas línguas encontrar falantes que tenham outra língua que não o inglês como L2, exceção feita, naturalmente, a contextos específicos, em que outras línguas são adquiridas como língua segunda, por razões geográficas, políticas, culturais, ou outras. Ora, a aquisição de Português como língua não materna encaixa neste panorama, sendo cada vez mais difícil encontrar falantes cuja L2 seja, efetivamente, o

Português e não outra língua, como o Inglês ou o Espanhol, por exemplo. De resto, pode ver-se esta situação refletida na literatura sobre a aquisição de L3. Refira-se, a título de exemplo, Cabrelli Amaro (2018), que chama a atenção para o facto de, no contexto dos EUA, o estudo da aquisição de Português ser um tema particularmente profícuo no âmbito do estudo de aquisição de L3.

O estudo da aquisição de L3 é uma área de investigação recente, mas que tem vindo a suscitar um crescente interesse. Este interesse pode ser relacionado com o contexto acima descrito, mas também, do ponto de vista científico, pelo reconhecimento de que a aquisição de uma L3 e de línguas subsequentes apresenta especificidades que a distinguem da aquisição de uma L2 (Rothman, Cabrelli Amaro & de Bot, 2012) e que colocam questões novas, cuja resposta permitirá caracterizar de forma mais adequada o processo de aquisição de uma língua não materna na sua diversidade.

Contudo, sendo esta uma área de investigação recente, existe ainda debate quanto a questões de base, como é a própria definição de L3. Com efeito, esta não é uma definição consensual, tal como advertem Rothman, Giancaspro & Halloran (2014). Estes autores baseiam-se num critério cronológico para estabelecer o que constitui uma L3. Assim, consideram L3 a terceira língua a ser adquirida, incluindo nesta definição não só casos de bilinguismo sequencial, mas também casos de bilinguismo simultâneo (no que diz respeito às línguas anteriores à L3), no pressuposto de que qualquer conhecimento linguístico prévio pode ter um papel relevante no processo de aquisição da L3. Não obstante, os próprios autores fazem notar que uma outra definição possível será a de L3 como qualquer língua que esteja a ser adquirida por um falante que já tenha adquirido pelo menos duas línguas. Assim, esta definição de L3 é mais lata, no sentido em que inclui L4 e línguas subsequentes. Finalmente, o nível de proficiência pode ser tomado como fator preponderante, sendo que, neste caso, um indivíduo pode ser considerado falante de uma L3 se já tiver um nível elevado de proficiência na sua L2.

Ora, levando em linha de conta, pelo menos, as duas primeiras definições supramencionadas, uma parte dos participantes no presente estudo encaixa no perfil de falantes de PE L3/Ln. Como se poderá verificar no capítulo dedicado à metodologia, quando confrontados com a pergunta “que outras línguas sabe ou estuda para além do Espanhol?”, as respostas dos participantes incluíram desde apenas uma língua (o PE) até, em alguns casos, um máximo de cinco línguas. Não obstante, e de um modo geral, cerca de um terço dos participantes declarou falar apenas PE (para além do EsP) e cerca de metade dos falantes afirmou falar duas línguas para além do EsP (PE e, na maioria dos casos, Inglês ou, em menor

número, Francês ou Italiano). Embora os participantes não tenham sido questionados sobre a ordem de aquisição ou o nível de proficiência das línguas sobre as quais declararam ter conhecimento, é provável, tendo em conta os currículos escolares, que a maioria dos falantes que falam pelo menos duas línguas para além da língua materna tenham o Inglês como L2.

Apesar de não ser objetivo do presente estudo testar hipóteses específicas sobre a aquisição de L3, dado o perfil linguístico dos participantes nele incluídos, torna-se necessário averiguar de que forma o facto de o PE poder ser L3, pelo menos para uma parte dos participantes, pode influenciar os dados obtidos. Para tal, serão abordados, ainda que brevemente, os principais modelos e hipóteses que têm vindo a ser avançados nesta área de investigação, confrontando as suas predições com as propriedades específicas envolvidas na aquisição dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos em PE e levando em linha de conta as línguas faladas pelos participantes.

O estudo de aquisição de L3 tem-se centrado, sobretudo, nos estádios iniciais de aquisição e na questão do *transfer*. Resumidamente, a investigação realizada neste âmbito tem procurado responder a duas questões fundamentais: (i) qual a principal origem do *transfer*, a L1 ou a L2? e (ii) como se realiza o *transfer*, na totalidade – *wholesale* – ou propriedade a propriedade – *property-by-property*?

Quanto à primeira questão, diferentes propostas têm sido avançadas, entre as quais se destacam modelos que preveem uma primazia da L2 como fonte de *transfer* (Bardel & Falk, 2007; Falk & Bardel, 2011); modelos que defendem que o *transfer* tem de ser facilitador do processo de aquisição e, portanto, poderá ter origem na L1 ou na L2 (Flynn, Foley & Vinnitskaya, 2004); modelos que se centram na proximidade tipológica das línguas adquiridas como fator determinante na seleção da origem do transfer (Rothman, 2010, 2011, 2013, e.o.) e modelos que não reconhecem a existência da primazia da L1 ou da L2 como fontes de *transfer* (Slabakova, 2017; Mykhaylyk, Mitrofanova, Rodina & Westergaard, 2015; Westergaard, Mitrofanova, Mykhaylyk & Rodina, 2017; Westergaard, 2019). Para além destes modelos, outros trabalhos sobre L3 assentam na hipótese de que a L1 tem um papel preponderante no *transfer*, sendo, portanto, a língua materna a principal fonte de transferência (*e.g.*, Leung, 2005; Na Ranong & Leung, 2009). Contudo, esta preponderância da L1 não foi formulada como um modelo, nos mesmos termos dos anteriormente referidos (Slabakova, 2017).

Assim, numa primeira análise, a hipótese de Bardel & Falk (2007) e Falk & Bardel (2011), designada como *L2 Status Factor*, distingue-se das restantes por assumir que a L2 é a fonte principal de *transfer* durante a aquisição de uma L3, independentemente de outros condicionalismos, como a proximidade linguística entre a L2 e a L3 ou o facto de o *transfer* poder

ser facilitador ou não. Com efeito, as autoras concluem que, na aquisição de L3, a L2 atua como um filtro, tornando a L1 inacessível (Bardel & Falk, 2007: 480). Este entendimento de *transfer* tem como base a premissa de que a L1 e a L2 diferem do ponto de vista cognitivo, sendo que a L2 e a L3 serão mais semelhantes cognitivamente do que a L1 (Falk & Bardel, 2011). As autoras seguem Meisel (1983), defendendo que poderão existir diferenças de armazenamento e de processamento do conhecimento linguístico entre a L1 e línguas subsequentes (particularmente no caso da aquisição em contexto formal). Estas diferenças podem ser sintetizadas num ponto crucial para a hipótese de *L2 Status Factor*: o aprendente de uma L3 já adquiriu pelo menos uma outra língua não materna e, por conseguinte, está mais consciente do processo de aquisição de uma língua, tendo adquirido previamente consciência metalinguística e estratégias específicas de aprendizagem de uma língua não materna. Por outras palavras, o conhecimento de uma L2 (contrariamente ao de uma L1) é caracterizado como um conhecimento explícito, que, por isso, se encontra mais acessível durante o processo de aquisição de uma L3.

Pelo contrário, o *Cumulative Enhancement Model* (CEM) (Flynn, Foley & Vinnitskaya, 2004) defende que o *transfer* deve ser sempre facilitador e, portanto, a origem do *transfer* poderá ser a L1 ou a L2. Consequentemente, de acordo com este modelo, na aquisição de uma L3, todas as línguas adquiridas previamente se encontram disponíveis como potenciais origens de *transfer,* não sendo atribuído a nenhuma um papel preponderante.

Já de acordo com o *Typological Primacy Model* (TPM) (Rothman, 2010, 2011, 2013, 2015), a origem do *transfer* na aquisição de L3 é determinada pela proximidade tipológica entre línguas. A motivação para esta hipótese é cognitiva: o TPM permite dar conta de um reflexo cognitivo que pode ser definido como a tendência natural da mente para reduzir a redundância durante o processo de aquisição (Rothman, 2013). Quanto ao conceito de "proximidade tipológica", este assenta na definição de psicotipologia (Kellerman, 1983, *apud* Rothman, 2015), isto é, a perceção dos aprendentes de proximidade tipológica. No âmbito do TPM, esta perceção de proximidade entre línguas é global (e não uma avaliação feita propriedade a propriedade) e é o resultado da análise de pistas linguísticas. Mais concretamente, Rothman (2015, e.o.) identifica quatro tipos de pistas com diferentes níveis de saliência e correspondendo a componentes distintas da gramática: (i) léxico; (ii) fonologia/fonotática; (iii) morfologia e (iv) sintaxe. Com base nestas pistas, o *parser* linguístico poderá determinar qual o sistema linguístico previamente adquirido com maior semelhança estrutural[94] relativamente ao que está a ser

[94] No contexto do TPM, o conceito de proximidade tipológica não deve ser confundido com o de semelhança estrutural. Na verdade, neste modelo, a tipologia tem prevalência sobre a semelhança estrutural quando esta é considerada relativamente a propriedades específicas das línguas (Rothman, 2015: 186).

adquirido, sendo aquele transferido na sua totalidade nos estádios iniciais de aquisição. Assim, o *transfer* terá como origem uma única língua, que poderá ser a L1 ou a L2 (contrariamente ao defendido pelo *L2 Status Factor*), podendo o *transfer* ser não facilitador em alguns casos (contrariamente ao estipulado pelo CEM).

Já o *Scalpel Model* (Slabakova, 2017) e o *Linguistic Proximity Model* (LPM) (Mykhaylyk, Mitrofanova, Rodina & Westergaard, 2015; Westergaard, Mitrofanova, Mykhaylyk & Rodina, 2017; Westergaard, 2019) defendem que o *transfer* poderá ter como origem a L1 ou a L2. Além disso, e distintamente do CEM, o *transfer* não tem de ser facilitador. De acordo com o LPM, o *transfer* é realizado com base na semelhança estrutural abstrata entre determinada propriedade da L3 e as propriedades relevantes da L1 e da L2. Neste ponto, o LPM difere do TPM, já que este último faz depender o *transfer* da proximidade tipológica. Esta diferença entre os dois modelos é indissociável da visão distinta acerca de como se processa o *transfer*: no caso do TPM, sendo o *transfer* entendido como um processo holístico, está dependente de uma avaliação global de semelhança entre línguas (avaliação tipológica, baseada na perceção do falante), enquanto para o LPM, realizando-se o *transfer* propriedade a propriedade, assenta na perceção de semelhanças estruturais. O *transfer* não facilitador é apresentado, neste modelo, como uma possibilidade resultante de uma análise errada da semelhança estrutural entre línguas numa determinada propriedade. Este tipo de *transfer* terá como consequência uma representação não convergente de determinada propriedade da gramática da L3, que poderá ser substituída com base em informação obtida a partir do *input*. Se esta informação for insuficiente, por ser ambígua ou por se tratar de uma estrutura pouco frequente, por exemplo, a representação não convergente com a gramática da L3 poderá persistir em níveis avançados de proficiência.

Relativamente à segunda questão, a ideia de que o processo de *transfer* se realiza na totalidade ou de forma global nos primeiros estádios de aquisição de uma L3 é herdada de hipóteses anteriormente avançadas no estudo de aquisição de L2. Schwartz & Sprouse (1996), na sua hipótese de *Full Transfer/Full Access*, preveem dois passos no processo de aquisição: em primeiro lugar, a cópia da gramática da L1 na totalidade e, em segundo lugar, a reestruturação da gramática da L1, de acordo com a informação obtida a partir do *input* da L2. Pelo que atrás ficou dito sobre o TPM, facilmente se poderá depreender que este modelo também se inclui nesta perspetiva, já que entende o *transfer* como um processo holístico em que será transferida na totalidade a gramática da L1 ou da L2. A motivação para esta visão do processo de *transfer* é atribuída essencialmente a um princípio de economia. Como explica Rothman (2015), "If transfer is essentially reflexive to avoid redundancy in acquisition and thereby lessen the cognitive burden of an additional grammar, it should then obtain as early and completely as

possible to be maximally useful towards these fundamental goals." (Rothman, 2015: 184). Também o *L2 Status Factor* é um modelo que apresenta uma visão de *transfer* semelhante quanto à natureza deste processo, embora, como discutido anteriormente, difira do TPM quanto à motivação para a seleção da gramática que é transferida.

Pelo contrário, a premissa de base do CEM de que o *transfer* deve ser sempre facilitador sugere um processo de transferência cuja origem poderá ser determinada propriedade a propriedade. Uma das críticas a esta visão poderá ser encarada como o reverso da argumentação avançada a favor do TPM, ou seja, o facto de a transferência ocorrer propriedade a propriedade, embora possa produzir um tipo de *transfer* mais preciso e facilitador, tem como consequência o facto de se tornar um processo gradual mais pesado do ponto de vista cognitivo e mais lento (Rothman, 2015).

No entanto, trabalhos recentes têm revisitado a ideia de *transfer* propriedade a propriedade, avançando com modelos explicativos da aquisição de L3 nela baseados. É o caso do *Scalpel Model* (Slabakova, 2017) e do LPM (Mykhaylyk, Mitrofanova, Rodina & Westergaard, 2015; Westergaard, Mitrofanova, Mykhaylyk & Rodina, 2017; Westergaard, 2019). A diferença entre estes modelos e o TPM é também uma diferença de escopo: enquanto estes modelos explicativos salientam a necessidade de desenvolver hipóteses que permitam também fazer predições sobre a forma como a aquisição se desenrola, o TPM é um modelo deliberadamente centrado nos estádios inicias de aquisição de L3 e cujas predições dizem respeito exclusivamente a esse momento de aquisição.

Slabakova (2017) coloca em causa o argumento de que a transferência *wholesale* é mais económica do ponto de vista cognitivo, questionando se o esforço, em termos de processamento, de bloquear um sistema linguístico em detrimento de outro não poderá ser maior do que manter dois sistemas e verificar qual deles é mais adequado e em que contextos. O que este modelo defende é que o facto de as gramáticas da L1 e da L2 se encontrarem disponíveis ao longo do processo de aquisição da L3 permite que a transferência se realize com precisão (usando-se aqui a metáfora do bisturi que dá nome ao modelo), para que, de cada uma das gramáticas disponíveis, se extraiam as opções mais adequadas face à L3. Contudo, a autora não considera que o *transfer* tem de ser necessariamente facilitador, contrariamente ao defendido pelo CEM. Na verdade, e este é também um ponto fundamental do *Scalpel Model*, um modelo explicativo do processo de aquisição de L3 deve levar em conta um conjunto variado de fatores que podem influenciar negativamente o potencial de precisão do *transfer*. Entre estes, contam-se a complexidade de processamento, a ambiguidade do *input*, a frequência de certa estrutura, ou a necessidade de *input* negativo para a aquisição de determinada propriedade ou estrutura (Slabakova, 2017). De acordo com Slabakova (2017) as predições deste

modelo vão ao encontro das predições para a aquisição de língua não materna postuladas por outras hipóteses como a *Feature Reassembly Hypothesis* e a *Bottleneck Hypothesis* (discutidas em secções anteriores deste trabalho). Com efeito, os pressupostos do *Scalpel Model* são compatíveis com estas hipóteses. Ainda assim, não é claro em que termos as predições da *Feature Reassembly Hypothesis* e da *Bottleneck Hypothesis* são adaptadas à aquisição de L3 no âmbito deste modelo e que predições concretas podem ser testadas considerando o conjunto de variáveis passíveis de influenciar o percurso de aquisição de uma L3[95].

Apresentando pontos em comum com o *Scalpel Model*, o LPM defende que a aquisição de língua não materna corresponde a um processo gradual de aquisição propriedade a propriedade que é definido da seguinte forma:

> *Ln acquisition involves incremental property-by-property learning and allows for both facilitative and non-facilitative influence from one or both previously acquired languages. Crosslinguistic Influence occurs when a particular linguistic property in the Ln input reveals abstract structural similarity with linguistic properties of the previously learned languages*. (Westergaard, Mitrofanova, Mykhaylyk & Rodina, 2017: 670)

Esta definição toca em vários pontos-chave que permitem discutir as premissas deste modelo em comparação com o defendido por modelos anteriores. Em primeiro lugar, a questão da origem do *transfer*, tal como discutida previamente, é aqui explicitada[96]. Em segundo lugar, a questão do *transfer* propriedade a propriedade é uma premissa crucial deste modelo e, na verdade, corresponde a uma visão do processo de aquisição de língua não materna que se estende à aquisição de L2. Westergaard (2019) discute detalhadamente esta questão ao contrapor à visão de *Full Transfer* da hipótese de Schwartz & Sprouse (1996) a ideia de *Full Transfer Potential*. Assim, contrariamente à hipótese de *Full Transfer/Full Access*, que, como referido anteriormente, preconiza que o primeiro passo no processo de aquisição de L2 é a cópia da gramática da L1 na totalidade, Westergaard (2019) apresenta a dicotomia possibilidade *vs.* obrigatoriedade. Deste modo, *Full Transfer Potential* significa que qualquer propriedade pode ser transferida, e não que tudo tem de ser transferido. Esta hipótese baseia-se na premissa de que a cópia inicial de todas as propriedades da L1 não é necessária, já que a gramática da L1

[95] Sobre esta questão, veja-se a discussão em Alonso & Rothman (2017).

[96] Como se pode ler na definição citada, as autoras usam o termo *Crosslinguistic Influence* como sinónimo de *transfer*. Com efeito, no âmbito do LPM, não é considerada relevante a distinção entre *transfer* e efeitos de influência interlinguística (Westergaard, 2019). Contudo, esta não é uma posição consensual. Na verdade, no contexto do TPM, esta é uma distinção relevante alicerçada na diferença entre competência e *performance*. Assim, *transfer* corresponde a cópia, nos termos de Schwartz & Sprouse (1996), e é a representação mental da gramática, enquanto influência interlinguística corresponde a efeitos pontuais que podem ser o resultado de efeitos de processamento (Alonso & Rothman, 2017).

permanece ativa e acessível ao longo de todo o processo de aquisição. O LPM alarga esta hipótese à aquisição de L3, argumentando que o processo de aquisição de L3 é semelhante ao de uma L2, com a diferença de que o aprendente de L3 tem mais recursos à sua disposição, ou seja, tem acessíveis as gramáticas da L1 e da L2. Este entendimento de *transfer* é compatível com a hipótese de que a aquisição se realiza por *parsing* propriedade a propriedade.[97]

Ainda relativamente à comparação entre os pressupostos do TPM e do LPM, trabalhos recentes têm apresentado um interessante diálogo sobre algumas das predições destes dois modelos. Assim, quanto à questão da proximidade tipológica *vs.* semelhança estrutural, Westergaard (2019) chama a atenção para o facto de ser possível que uma das línguas previamente adquiridas pelo aprendente de L3 possa ser a origem principal de *transfer* dada a semelhança entre as duas línguas. Em alguns casos, o *transfer* poderá até ter uma única origem, principalmente nos estádios iniciais de aquisição, já que os aprendentes de L3 podem ser influenciados pela perceção de uma proximidade tipológica superficial (principalmente a nível lexical) (Westergaard, Mitrofanova, Mykhaylyk & Rodina, 2017). Ora, esta ideia remete-nos para a perceção de proximidade entre línguas com base na análise de pistas linguísticas (com diferentes níveis de saliência) proposta por Rothman (2013, 2015, e.o.), sendo que as pistas lexicais são consideradas as mais salientes. Por outro lado, Alonso & Rothman (2017) clarificam que o TPM não prediz a impossibilidade de ocorrência de *transfer* ou de influência interlinguística para além dos estádios iniciais de aquisição de uma L3. Pelo contrário, os autores consideram possível que tal aconteça e salientam a relevância, para a descrição do processo de aquisição de L3 e das suas possíveis especificidades, de verificar qual a origem do *transfer* (a L1 ou a L2) em estádios mais avançados de aquisição.

Considerando agora o perfil dos participantes no presente estudo, relembre-se que uma parte dos participantes são verdadeiros falantes de PE L2, enquanto outros terão o PE como L3/Ln. Tal facto não permite que os dados recolhidos sejam considerados como evidência a favor ou contra qualquer uma das predições acima discutidas. Contudo, importa ter em conta possíveis formas de influência do perfil linguístico dos participantes nos dados obtidos.

Em primeiro lugar, importa avaliar que predições poderiam ser avançadas sobre a aquisição das estruturas de ECM, estrutura de Infinitivo Flexionado e PIC considerando os principais modelos de aquisição de L3 aqui apresentados: o *L2 Status Factor*, o CEM, o TPM e o

[97] Tal como Westergaard (2019) salienta, embora a hipótese de *transfer* propriedade a propriedade seja colocada tanto para a aquisição de L2 como para a aquisição de L3, esta hipótese só é empiricamente verificável na aquisição da L3, uma vez que, na aquisição de L2, existe apenas uma possível fonte de *transfer*, a L1.

LPM. Para tal, vão-se considerar como potenciais L2 as principais línguas referidas pelos participantes para além do PE, ou seja, o Inglês, o Francês e o Italiano[98]. Ora, neste ponto deparamo-nos com um obstáculo à realização de qualquer predição que permita distinguir estes modelos. Enquanto a estrutura de ECM se encontra disponível em EsP (a L1) e em cada uma das potenciais L2 com propriedades semelhantes no que aos aspetos testados diz respeito (Caso do sujeito encaixado e ausência de flexão da forma verbal infinitiva), tanto a estrutura de Infinitivo Flexionado como a PIC não se encontram disponíveis em nenhuma delas, nos contextos relevantes. Assim, torna-se impossível testar a origem do *transfer* no caso de ECM e, no caso da estrutura de Infinitivo Flexionado e da PIC, não se encontram disponíveis nas outras línguas não maternas estruturas com propriedades e realizações morfossintáticas equivalentes.

Há, todavia, uma propriedade que, não sendo específica das estruturas em causa, distancia o EsP do PE: DOM. É com base no facto de, nas estrutras de ECM, os sujeitos do domínio encaixado estarem sujeitos a DOM em EsP, mas não em PE (nem em Inglês, Francês ou Italiano), que se poderá equacionar a observação de diferentes tipos de tendências nos dados com base nos modelos discutidos. Ainda assim, não será possível distinguir efeitos previstos por cada um dos modelos com base na aquisição das propriedades relacionadas com a ausência de DOM na L3. Na verdade, julga-se que apenas se poderá levantar algumas hipóteses que permitem agrupar o *L2 Status Factor* e o CEM, por um lado, e o TPM e o LPM, por outro.

Assim, de acordo com o *L2 Status Factor*, sendo a origem de *transfer* sempre a L2 e não tendo nenhuma das potenciais L2 dos participantes neste estudo DOM, não se espera encontrar efeitos de transferência de DOM nos dados dos falantes de EsP L1 a adquirir PE L3. Também de acordo com o CEM, sendo o *transfer* sempre facilitador, não se prediz transferência da L1 no que ao DOM diz respeito, já que tal transferência resultaria em produções não convergentes com a gramática da L3. Pelo contrário, seguindo o TPM, os falantes de EsP L1 a adquirir PE L2 podem transferir a gramática da sua L1, uma vez que, entre as línguas já referidas, o EsP é a língua percebida como mais próxima tipologicamente do PE. Isto significa que, sendo a gramática da L1 transferida na totalidade, espera-se encontrar produções não convergentes com a gramática do PE resultantes da transferência das propriedades de DOM da L1, pelo menos nos níveis iniciais de proficiência. Finalmente, de acordo com as formulações mais recentes do LPM, é possível que o EsP, sendo a língua que apresenta maiores semelhanças estruturais relativamente ao PE, seja selecionado como principal fonte de *transfer*, principalmente nos

[98] Outras línguas foram indicadas para além destas (*e.g.*, Alemão, Sueco, Catalão, Checo). Todavia, não se sabendo se estas serão L2 ou Ln e sendo o número de falantes destas línguas muito reduzido, torna-se impossível esperar a deteção de qualquer efeito estatístico nos dados com base em eventuais efeitos de *transfer* destas línguas. Crucialmente, nenhuma das línguas faladas pelos participantes no presente estudo tem disponível nem a estrutura de Infinitivo Flexionado nem a PIC, nos contextos relevantes.

estádios iniciais de aquisição. Assim, podem esperar-se efeitos de *transfer* das propriedades de DOM da L1 nas produções da L3. Tais efeitos, reflexo de uma representação incorreta das propriedades relevantes da L3, podem dar lugar a representações convergentes com a gramática da L3 em níveis mais avançados de proficiência. Note-se que o *input* relativamente aos constituintes em posição de objeto é bastante frequente, ainda que a existência de pistas que podem ser ambíguas em PE[99] possa dificultar a aquisição desta propriedade.

Na presente secção, procurou-se traçar, ainda que de forma muito esquemática, os principais modelos propostos no estudo da aquisição de L3. Sendo esta uma área de estudo muito recente, há ainda muitos pontos que requerem um maior desenvolvimento e mais dados empíricos que permitam comprovar ou infirmar as hipóteses que têm vindo a ser avançadas. Não obstante, importa ressalvar que existe já um considerável corpo de trabalhos experimentais que têm vindo a testar as predições dos diferentes modelos referidos e cujos dados permitem ancorar a argumentação teórica em evidências empíricas. Contudo, não sendo o cerne do presente trabalho o estudo de aquisição de L3, remete-se para a bibliografia aqui citada para uma discussão mais detalhada desta área de estudo.

Como se pôde também verificar, dado o perfil linguístico dos participantes e as estruturas e propriedades aqui alvo de estudo, o objeto de estudo do presente trabalho não é profícuo para testar as diferentes predições dos principais modelos de aquisição de L3 existentes. De um modo geral, não será expectável que os dados que serão descritos relativamente à aquisição de complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos possam mostrar efeitos que reflitam o facto de o PE ser, para os participantes neste estudo, L2 ou L3/Ln. Além disso, as predições avançadas até à data sobre a aquisição de L3 dizem respeito, sobretudo, aos estádios iniciais de aquisição (exceção feita ao LPM), mas um dos objetivos do presente trabalho é observar o processo de aquisição das estruturas objeto de estudo.

O próximo capítulo será dedicado às perguntas de investigação que norteiam o presente estudo. Neste âmbito, serão discutidas algumas predições sobre o processo de aquisição dos complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos em PE por falantes nativos de EsP, considerando, como enquadramento teórico, a *Feature Reassembly Hypothesis*, em alguns casos conjuntamente com a *L1 Preemption Hypothesis*.

[99] É o caso da ambiguidade entre o artigo definido *a*, que em PE poderá preceder um nome feminino singular em constituintes com a função de objeto direto (*e.g.*, "o João viu a Maria") e o marcador *a,* que em EsP antecede um nome sujeito a DOM (*e.g.*, "Juan vio a María.").

5. Perguntas de Investigação e predições

As perguntas de investigação colocadas no âmbito do presente trabalho irão focar-se nas duas etapas centrais do processo de aquisição de uma L2, de acordo com a *Feature Reassembly Hypothesis*: o mapeamento e a reconfiguração. Ter-se-á em conta, por um lado, os momentos distintos do processo de aquisição em que as duas tarefas são relevantes e a sua ligação a diferentes níveis de proficiência dos aprendentes de PE. Por outro lado, procurar-se-á também testar algumas das predições da *Feature Reassembly Hypothesis* relacionadas com a possibilidade de diferentes operações envolvidas no processo de reconfiguração de traços poderem traduzir-se em diferentes níveis de dificuldade para os falantes.

Contudo, antes mesmo dessa discussão, importa relembrar as estruturas alvo de análise, a sua disponibilidade nas duas línguas estudadas (o PE e o EsP) e as propriedades cuja aquisição será testada. Os capítulos iniciais deste trabalho incidiram sobre a descrição e análise dos complementos não-finitos de verbos percetivos e causativos, tendo-se estabelecido que o PE e o EsP têm algumas estruturas em comum – *faire-inf* e ECM –, enquanto outras apenas se encontram disponíveis em PE – estrutura de Infinitivo Flexionado e PIC (esta apenas com verbos percetivos). Referiu-se, igualmente, que o EsP tem disponível a CG como complemento de verbos percetivos, tendo esta estrutura sido comparada à PIC. A tabela 13 sintetiza a informação relativa à complementação não-finita disponível com verbos percetivos e causativos em cada uma das línguas, de acordo com o descrito para a norma padrão.

	Estruturas	EsP	PE
Verbos Percetivos e Causativos	*Faire-inf*	✓	✓
	ECM	✓	✓
	Infinitivo Flexionado	×	✓
Verbos Percetivos	PIC	×	✓
	CG	✓	×

Tabela 13: Síntese dos complementos não-finitos de verbos percetivos e causativos disponíveis em PE e em EsP.

No presente trabalho, dedicou-se especial atenção às estruturas que estão disponíveis em PE (a L2), mas não em EsP (a L1), isto é, à estrutura de Infinitivo Flexionado e à PIC. Além disso, julgou-se pertinente não esquecer também a estrutura de ECM com infinitivo flexionado. Apesar de o estatuto desta estrutura na gramática do PE, ou seja, na gramática da língua-alvo, não ser ainda claro, dados de estudos anteriores (Barbosa, Flores & Pereira, 2018) revelaram

níveis elevados de aceitação desta estrutura por parte dos falantes nativos. Esta estrutura, não sendo um objeto de estudo *a priori*, será incluída numa das tarefas experimentais, cujo desenho assenta no objetivo de testar a aquisição de estruturas com diferentes valores e configurações de traços-ϕ e de Caso[100]. Assim sendo, a sua inclusão no estudo experimental poderá servir dois propósitos: o de contribuir com mais dados sobre a sua aceitação/rejeição por parte dos falantes nativos e o de explorar a aquisição de uma estrutura com propriedades que não se encontram disponíveis na língua materna dos aprendentes de PE. Em contrapartida, importa relembrar que os dados reportados por Barbosa, Flores & Pereira (2018) indicam taxas de aceitação baixas da estrutura de Infinitivo Flexionado nos contextos aqui estudados, pelo que será interessante observar o que o presente estudo revelará não só sobre a aquisição não-nativa desta estrutura, mas também, e uma vez mais, sobre os julgamentos dos falantes nativos e comparar estes dados com os obtidos para os restantes complementos infinitivos testados (incluindo a estrutura de ECM com infinitivo flexionado).

Não obstante, julgou-se necessário incluir também no conjunto de estruturas e de propriedades testadas uma estrutura que não só estivesse disponível nas duas línguas, mas que também fosse semelhante em termos das suas propriedades. Neste contexto, incluíam-se, à partida, duas estruturas: *faire-inf* e ECM. Pretendeu-se, deste modo, assegurar a inclusão de estruturas cuja aquisição implicasse diferentes tipos de tarefas, dentro do mapeamento e da reconfiguração considerados pela *Feature Reassembly Hypothesis.*

Note-se, porém, que por detrás desta opção não está apenas uma questão de disponibilidade ou não na L2 por oposição ao que se verifica na L1. Aliás, seguindo a *Feature Reassembly Hypothesis*, esta não seria uma opção viável, pois não permitiria fazer predições concretas sobre o processo de aquisição não-nativa destas estruturas. Neste sentido, os capítulos 2 e 3 do presente trabalho focaram-se numa análise comparativa das propriedades dos diferentes tipos de estruturas de complementação estudados em PE e em EsP. No decorrer dessa análise, foi possível identificar traços específicos que permitem não só distinguir as estruturas entre si, mas também compreender as diferenças entre PE e EsP à luz (i) da presença ou ausência de determinados traços; (ii) da sua configuração em categorias funcionais específicas e (iii) da sua realização morfossintática.

Nas secções que se seguem, será discutido o processo de aquisição que cada uma das estruturas do PE estudadas envolve, sendo explicitadas e fundamentadas as perguntas de investigação que norteiam o presente estudo. Serão igualmente adiantadas algumas predições

[100] Para uma descrição da TJA que inclui estruturas de ECM com infinitivo flexionado, ver capítulo 6.

sobre as etapas do processo de aquisição e o comportamento dos falantes nativos de EsP a adquirir PE língua não materna.

5.1. *Exceptional Case Marking* e estrutura de Infinitivo Flexionado

Centrando-nos, em primeiro lugar, nos complementos disponíveis com verbos percetivos e causativos (*faire-inf*, ECM, estrutura de Infinitivo Flexionado e, adicionalmente, ECM com infinitivo flexionado), verificou-se que foram propostas diferentes análises para as estruturas em causa com base num conjunto de propriedades que revelava que cada uma delas tinha um comportamento distinto (vejam-se as tabelas 1 e 12 do capítulo 2). Verificou-se também que duas propriedades permitem distinguir formalmente cada uma das estruturas nas duas línguas: a marcação casual do sujeito do domínio encaixado e a flexão da forma verbal no infinitivo. Em (1)-(4), encontram-se exemplos de cada um dos tipos de complemento que ilustram este ponto.

(1) a. A Ana deixou fazer um *puzzle* aos filhos. [*faire-inf*]
b. A Ana deixou-lhes fazer um *puzzle*.[101]

(2) a. A Ana viu/deixou os filhos fazer um *puzzle*. [ECM]
b. A Ana viu-os/deixou-os fazer um *puzzle*.

(3) a. A Ana viu/deixou os filhos fazerem um *puzzle*. [Infinitivo Flexionado]
b. A Ana viu /deixou eles fazerem um *puzzle*.

(4) $^{OK/*}$A Ana viu-os/deixou-os fazerem um *puzzle*. [ECM com infinitivo flexionado]

Crucialmente, estas duas propriedades podem ser associadas ao traço de Caso e a traços-ϕ, mais concretamente a diferentes configurações e realizações destes traços nas diferentes estruturas e nas duas línguas. Na tabela 14, encontram-se esquematizadas essas diferenças.

[101] *Faire-inf* é aqui exemplificado apenas com um verbo causativo, pois, de acordo com Gonçalves (1999), esta estrutura apenas está disponível em PE com verbos percetivos em contextos em que o verbo encaixado é intransitivo, sendo que, nestes contextos, o sujeito do domínio encaixado não apresenta Caso dativo.

	Propriedades dos complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos					
	EsP		PE			
	Faire-inf	ECM	*Faire-inf*	ECM	Estrutura de Infinitivo Flexionado	ECM + Infinitivo Flexionado
Caso do sujeito do domínio encaixado (traço de Caso)	Dativo	Acusativo com DOM	Dativo[102]	Acusativo	**Nominativo**	Acusativo
Flexão da forma verbal infinitiva (traços-ϕ)	Não	Não	Não	Não	**Sim**	**Sim**

Tabela 14: Propriedades associadas ao traço de Caso e a traços-ϕ dos complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos disponíveis em PE e em EsP.

Referiu-se anteriormente que se pretendia considerar para integração no estudo experimental estruturas disponíveis em PE e em EsP com propriedades semelhantes nas duas línguas e que, neste caso, se poderiam incluir duas estruturas – *faire-inf* e ECM. Contudo, optou-se por incluir apenas a estrutura de ECM. A opção de excluir *faire-inf* do estudo experimental prende-se com algumas especificidades que, na verdade, afastam o PE e o EsP, nomeadamente, o facto de o PE apresentar algumas restrições ao seu uso. Relembre-se, a este propósito, que *faire-inf* não está disponível de igual forma com verbos percetivos e causativos, já que não é possível ocorrer com verbos percetivos em contextos em que o verbo encaixado é transitivo (Gonçalves, 1999). Já a estrutura de ECM apresenta propriedades semelhantes nas duas línguas e encontra-se disponível com os verbos incluídos no desenho experimental (o verbo *ver*, representando a classe dos percetivos, e o verbo *deixar*, representando a classe dos verbos causativos[103]). Ainda assim, é importante notar que a exclusão de *faire-inf* do estudo experimental não deve motivar a sua total exclusão da presente discussão, já que, como complemento infinitivo de verbos percetivos e causativos disponível em EsP, terá de ser considerado como possível fonte de mapeamento na aquisição da complementação infinitiva daqueles verbos em PE por falantes nativos de EsP.

O primeiro passo na tarefa de mapeamento é a identificação de contrastes. De acordo com Lardiere (2009a), a *Feature Reassembly Hypothesis* assenta na ideia de que os aprendentes

[102] Relembre-se que, em *faire-inf*, o sujeito lógico do domínio encaixado recebe Caso dativo se o verbo deste mesmo domínio for transitivo. Se o verbo for intransitivo, então o sujeito terá Caso acusativo. Apesar de este aspeto ser válido tanto para o PE como para o EsP, importa levar em linha de conta que, em EsP, o constituinte que corresponde ao sujeito lógico do domínio encaixado poderá ter DOM por se encontrar em posição de objeto.
[103] Veja-se o capítulo 6. dedicado à metodologia adotada na construção das tarefas experimentais.

adultos de uma língua não materna são capazes de detetar contrastes formais (morfológicos) e de ordem de palavras e que a aquisição de qualquer propriedade será possível mediante a sua identificação. Assim, espera-se que os falantes de EsP L1 a adquirir PE língua não materna sejam capazes de detetar, nos complementos infinitivos do PE, um contraste entre sujeitos acusativos e nominativos e entre formas verbais infinitivas com e sem marcas de flexão e que, deste modo, possam identificar no *input* estruturas com propriedades distintas, correspondendo a ECM, estrutura de Infinitivo Flexionado e, possivelmente, ECM com infinitivo flexionado.

No entanto, neste ponto, poderá residir o primeiro desafio à aquisição da complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos do PE. Os aprendentes de PE língua não materna que participaram no presente estudo estavam inseridos num contexto de aprendizagem formal da língua, em Espanha. Ora, o facto de os aprendentes não estarem num contexto de imersão, aliado ao facto de as estruturas em causa não serem alvo, na sua maioria, de ensino explícito em contexto de aula, leva a que o *input* a que têm acesso seja reduzido, no que à complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos diz respeito. Com efeito, após uma consulta de vários manuais e gramáticas usados no ensino de Português Língua Estrangeira (PLE) – incluindo alguns especificamente direcionados para aprendentes hispanofalantes – (Coimbra & Mata Coimbra, 2011, 2012; Dias, 2010a, 2010b; Gonçalves dos Santos, 2015; Kuzka & Pascoal, 2014; Tavares, 2008), verificou-se que, no contexto de complementação, são mencionados apenas complementos com infinitivo não-flexionado. Aliás, apenas um dos manuais consultados faz referência direta à complementação de verbos percetivos e causativos, mencionando ECM como um tipo de complemento possível para estes verbos (Dias, 2010b). Quanto ao infinitivo flexionado, este surge invariavelmente designado como "Infinitivo Pessoal" e o seu uso é associado, de um modo geral, aos seguintes contextos: (i) depois de preposições; (ii) depois de locuções prepositivas; (iii) depois de combinações de palavras seguidas de preposição (*e.g.*, "na condição de"; "o facto de"); (iv) no contexto de expressões impessoais e (v) quando se pretende dar a conhecer o sujeito. Portanto, embora o infinitivo flexionado seja lecionado em diversos contextos, o contacto com estruturas de complementação com infinitivo flexionado estará reduzido às produções dos professores, ao eventual ensino, por parte destes, destas estruturas para além do que se encontra descrito nos manuais de ensino de PLE e ao contacto com o Português por outros meios (documentos autênticos orais ou escritos, visitas esporádicas a Portugal, etc.).

Embora este panorama não pareça propício à aquisição destas estruturas, importa lembrar que a *Feature Reassembly Hypothesis* se insere no contexto mais amplo de hipóteses que defendem o acesso à GU na aquisição de L2. Assim sendo, considerando aquele que será um dos principais argumentos a favor desta hipótese – o problema da pobreza dos estímulos

aplicado à SLA –, a aquisição das estruturas aqui alvo de estudo não se encontra vedada aos aprendentes que participaram no presente estudo pelo reduzido *input* a que estão expostos durante o processo de aquisição. Poderá colocar-se a hipótese de que tal facto represente uma dificuldade acrescida à aquisição, particularmente considerando as estruturas que apenas estão disponíveis na L2 e não na L1. Crucialmente, porém, como se viu na secção 4.1.1. do presente trabalho, estudos anteriores têm vindo a evidenciar que os aprendentes de L2 mostram conhecimento de determinadas propriedades que não deriva totalmente do *input* recebido (seja em contexto de aprendizagem formal ou em contexto de imersão) e que não é transferível da L1. A este propósito, poderá ser relevante o facto de o infinitivo flexionado ser alvo de ensino explícito noutros contextos, o que faz com que os falantes nativos de EsP sejam expostos à existência desta construção (não disponível na sua língua materna) na L2. Este tipo de pistas, juntamente com outro tipo de *input* a que possam estar expostos, pode permitir aos falantes de EsP a adquirir PE alargar os contextos em que as estruturas relevantes da L2 estão disponíveis.

Assim sendo, a primeira pergunta que se coloca é a seguinte:

1. Serão os falantes nativos de EsP que adquirem PE língua não materna capazes de identificar os contrastes entre as propriedades de ECM e as propriedades da estrutura de Infinitivo Flexionado no contexto da complementação de verbos percetivos e causativos em PE?

Seguindo as predições gerais da *Feature Reassembly Hypothesis*, espera-se que os aprendentes de PE língua não materna sejam capazes de identificar o contraste formal entre sujeito acusativo *vs.* sujeito nominativo e entre infinitivo não-flexionado *vs.* infinitivo flexionado. Se esta predição se confirmar, então será expectável encontrar nos dados um comportamento diferente dos aprendentes face às duas estruturas em causa, já que ECM e a estrutura de Infinitivo Flexionado colocam desafios de aquisição distintos aos falantes nativos de EsP. Para compreender em que consistirão tais diferenças, importa discutir que tarefas concretas de mapeamento e de reconfiguração podem estar envolvidas na aquisição das estruturas em causa.

Após a identificação dos contrastes já referidos, os aprendentes terão de procurar uma motivação gramatical e/ou semântica para a sua existência (Shimanskaya, 2015). No caso de ECM, as suas propriedades encontram um paralelo em EsP, que também dispõe desta estrutura nos mesmos contextos e com propriedades semelhantes. Assim, neste caso, a tarefa dos falantes de EsP L1 a adquirir PE será a de fazer o mapeamento entre as propriedades da estrutura de ECM do PE e do EsP. Mais concretamente, ambas as línguas dispõem de uma estrutura de complementação que corresponde a um T não-finito defetivo (Gonçalves, 1999;

Gonçalves & Duarte, 2001) quanto a traços-ϕ, nomeadamente traço de Pessoa, o que impossibilita a valoração de Caso no domínio T não-finito (Hornstein, Martins & Nunes, 2006, 2008). Tal como é característico de uma estrutura de ECM, em ambas as línguas o sujeito do domínio encaixado verifica Caso em *v* matriz e não há marcas de concordância sujeito-verbo.

Referiu-se anteriormente que seria mais indicado considerar duas estruturas do EsP como possíveis fontes de mapeamento no processo de aquisição: *faire-inf* e ECM. Todavia, no caso da aquisição de ECM em PE, é expectável que as diferenças de ordem de palavras e as diferenças formais respeitantes ao Caso do constituinte que corresponde ao sujeito do domínio encaixado entre *faire-inf* e ECM (que existem tanto em EsP como em PE) sejam suficientes para excluir *faire-inf* e identificar ECM como fonte preferencial de mapeamento. A tabela 15 sintetiza estas mesmas diferenças e permite observar, de forma esquemática, a existência de uma correspondência entre as propriedades da estrutura de ECM do EsP e do PE, contrariamente ao que acontece entre *faire-inf* do EsP e ECM do PE.

Fontes de Mapeamento: ECM			
	Espanhol Peninsular	Português Europeu	
	ECM	**ECM**	
Caso	Sujeito acusativo	Sujeito acusativo	☑
Concordância sujeito-verbo	Infinitivo não-flexionado	Infinitivo não-flexionado	☑
Ordem de palavras	SV(O)	SV(O)	☑
	Faire-inf	**ECM**	
Caso	Sujeito dativo	Sujeito acusativo	☒
Concordância sujeito-verbo	Infinitivo não-flexionado	Infinitivo não-flexionado	☑
Ordem de palavras	V(O)S	SV(O)	☒

Tabela 15: Comparação de diferenças formais e de ordem de palavras entre possíveis fontes de mapeamento para a estrutura de ECM do PE.

Considerando, uma vez mais, que os aprendentes de uma língua não materna serão sensíveis a estes contrastes, espera-se que os falantes nativos de EsP a adquirir PE identifiquem a estrutura de ECM da sua L1 como mais próxima da estrutura de ECM da L2 e que sejam capazes de mapear as propriedades das duas estruturas.

Tendo em conta o que implica a aquisição da estrutura de ECM para um falante nativo de EsP a adquirir PE, a segunda pergunta de investigação que se coloca é a seguinte:

2. Visto que as propriedades de ECM são transferíveis da L1 (mapeamento), será esta estrutura adquirida mais cedo (do que outras estruturas de complementação infinitiva de verbos causativos e percetivos) pelos falantes de EsP a adquirir PE língua não materna?

Relativamente a esta questão, a predição é a de que esta estrutura será adquirida mais cedo, em termos do nível de proficiência dos falantes, na medida em que a sua aquisição implica mapeamento, mas não requer reconfiguração de traços, pelo que até agora se viu. Tal como discutido na secção 4.2. do presente trabalho, de acordo com a *Feature Reassembly Hypothesis*, a tarefa de mapeamento é menos complexa do que a tarefa de reconfiguração e, por conseguinte, propriedades cuja aquisição implique apenas mapeamento serão mais fáceis de adquirir do que propriedades que impliquem reconfiguração de traços. Por agora, deixa-se em aberto uma outra questão relevante na aquisição da estrutura de ECM: o facto de os constituintes em posição de objeto em EsP estarem sujeitos a DOM, mas em PE tal não se verificar. Este problema será discutido na secção 5.3. do presente capítulo.

Já a estrutura de Infinitivo Flexionado coloca desafios diferentes aos falantes nativos de EsP, já que a sua aquisição requer reconfiguração de traços. Tal como referido anteriormente, o EsP não dispõe da estrutura de Infinitivo Flexionado. Quer isto dizer que não fazem parte do inventário de complementos infinitivos dos falantes de EsP estruturas em que o verbo assuma uma forma infinitiva com marcas de flexão explícitas e em que um sujeito com Caso nominativo seja legitimado no domínio encaixado. Por outras palavras, os verbos percetivos e causativos em EsP não admitem complementos infinitivos em que T[104] seja não defetivo, na medida em que tenha um conjunto completo de traços-ϕ e um traço de Caso valorado internamente.

A terceira pergunta de investigação centra-se, pois, na predição da *Feature Reassembly Hypothesis* de que estruturas que requerem apenas mapeamento são adquiridas mais cedo do que estruturas que requerem reconfiguração de traços.

3. Visto que a aquisição de Infinitivo Flexionado exige reconfiguração de traços (adição de traços), será esta estrutura, enquanto complemento de verbos percetivos e causativos, adquirida depois da estrutura de ECM?

Seguindo a mesma linha de raciocínio aplicada ao mapeamento da estrutura de ECM em PE, coloca-se a hipótese de que os falantes de EsP procurem, num primeiro momento, mapear as configurações de traços da estrutura de Infinitivo Flexionado com as de estruturas existentes na sua língua relativamente às quais haja uma perceção de semelhança e, posteriormente, se

[104] Poderá discutir-se se a estrutura de Infinitivo Flexionado do PE corresponderá a um CP, como defendido para outras construções de infinitivo flexionado (*e.g.*, Duarte, Gonçalves & Miguel, 2005; Duarte, Gonçalves & Santos, 2012), ou a um TP não defetivo que agrega as propriedades de AgrS (veja-se a discussão na secção 2.4.). Contudo, no que diz respeito ao processo de reconfiguração necessário à aquisição desta estrutura, considera-se relevante a configuração de traços no domínio T, pelo que é a esta que se fará referência no âmbito da presente discussão.

forem capazes de detetar que este mapeamento não permite dar conta das propriedades da estrutura da gramática-alvo, iniciem a necessária tarefa de reconfiguração.

Neste caso, poderão colocar-se duas hipóteses. A primeira é a de que os falantes de EsP comecem por tentar mapear a estrutura de Infinitivo Flexionado com as estruturas de complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos disponíveis na sua L1. Considera-se, também neste caso, que a estrutura de ECM, e não a de *faire-inf*, seja a fonte preferencial de mapeamento, por esta ser percebida como mais próxima da estrutura-alvo, dada a sua configuração de traços e, consequentemente, as suas propriedades sintáticas e formais. O que se questiona aqui é a possibilidade de que os falantes de EsP a adquirir PE comecem o processo de aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado mapeando as propriedades morfossintáticas e de ordem de palavras da estrutura da L2 com as da estrutura de ECM da L1, como ilustrado na figura 4. Se, tal como é predito pela *Feature Reassembly Hypothesis,* os aprendentes adultos de língua não materna forem capazes de detetar contrastes formais, então seguir-se-á a perceção de que, na verdade, não existe uma correspondência entre as propriedades da estrutura-alvo e as da estrutura disponível na L1. Esta perceção, por sua vez, poderá conduzir à tentativa de reconfiguração necessária, que poderá resultar na aquisição da estrutura da L2.

ECM (EsP)	**Estrutura de Infinitivo Flexionado (PE)**
Mapeamento	
$\text{Verbo}_{\text{percetivo/causativo}}$ + $\text{Complemento}_{\text{sujeito + Infinitivo}}$	$\text{Verbo}_{\text{percetivo/causativo}}$ + $\text{Complemento}_{\text{sujeito + Infinitivo}}$
Deteção de contrastes	
$\text{Verbo}_{\text{percetivo/causativo}}$ + $\text{Complemento}_{\text{sujeito acusativo + Infinitivo não-flexionado}}$	$\text{Verbo}_{\text{percetivo/causativo}}$ + $\text{Complemento}_{\text{sujeito nominativo + Infinitivo flexionado}}$
Reconfiguração	
$\text{Verbo}_{\text{percetivo/causativo}}$ + T não-finito defetivo quanto a traços-ϕ e de Caso	$\text{Verbo}_{\text{percetivo/causativo}}$ + T não-finito não defetivo quanto a traços-ϕ e de Caso

Figura 4: Etapas envolvidas na aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado por falantes nativos de EsP, considerando um mapeamento das propriedades desta estrutura com as da estrutura de ECM da L1.

Uma vez identificados os contrastes relevantes, retorna-se à questão da busca de uma motivação gramatical para a sua existência. Por outras palavras, os falantes nativos de EsP terão de tentar compreender o que é que possibilita que o PE disponha de uma estrutura de complementação infinitiva com propriedades distintas das restantes estruturas referidas (ECM e *faire-inf*). Se o EsP não admite complementos infinitivos correspondentes a estruturas de Infinitivo Flexionado, então resta saber que propriedades legitimam tais estruturas em PE. Pensando em propriedades gerais das línguas, é sabido que um domínio T não defetivo permite

a presença de um verbo com flexão, isto é, permite que exista concordância sujeito-verbo em pessoa e número e que o Caso do constituinte com a função de sujeito seja valorado dentro do domínio T em que ocorre. Todavia, no contexto da complementação infinitiva, esta não é uma opção viável em EsP, pois não existe nesta língua a possibilidade de um complemento T infinitivo não defetivo quanto aos traços relevantes. Assim, a tarefa de reconfiguração com que os falantes de EsP se deparam, considerando como ponto de partida as estruturas de complementação infinitiva disponíveis na L1, nomeadamente ECM, consiste na adição de traços-ϕ a um T não-finito selecionado por um verbo percetivo ou causativo.

Não obstante, o EsP dispõe de uma estrutura de Infinitivo Pessoal, que, embora não exiba marcas morfológicas explícitas na forma verbal infinitiva, permite a ocorrência de sujeitos com Caso nominativo. Tal facto motiva uma segunda hipótese relativamente às possíveis fontes de mapeamento da estrutura de Infinitivo Flexionado para os falantes de EsP a adquirir PE.

Para explorar esta hipótese importa, pois, comparar as propriedades dos infinitivos pessoais do EsP com as propriedades do infinitivo flexionado do PE. Em primeiro lugar, não existe uma total sobreposição dos contextos de ocorrência do infinitivo pessoal e do infinitivo flexionado. Mensching (2000) identifica alguns contextos de ocorrência de infinitivo pessoal que se mantêm desde o Espanhol Antigo até aos dias de hoje, como é o caso de orações com a função de sujeito, em contextos impessoais (5), e de orações adjuntas, mais precisamente orações subordinadas adverbiais introduzidas por preposição (6), sendo este, atualmente, o contexto mais produtivo. O autor faz ainda notar que, nas construções de Infinitivo Pessoal, o sujeito ocorre tendencialmente em posição pós-verbal. A ocorrência de sujeitos pré-verbais restringe-se aos contextos de subordinação adverbial e é mais frequente na oralidade.

(5) [Irse Maribel a Alemania] supone que su marido se quede al cuidado de los niños.
[Mensching, 2000: 24, (22a')]
ir se.CL Maribel a Alemanha pressupõe que seu marido se.CL fique ao cuidado de os meninos
'O facto de Maribel ir para a Alemanha pressupõe que o seu marido fique a tomar conta das crianças.'

(6) a. No me sorprendería tener algún tío ricacho en América, [sin yo saberlo].
não me surpreenderia ter algum tio rico em América sem eu sabê-lo
'Não me surpreenderia se eu tivesse um tio rico na América sem eu o saber.'
b. Todo por culpa de cosas que pasaron [antes de yo nacer]. [Mensching, 2000: 26, (25)]
tudo por culpa de coisas que aconteceram antes de eu nascer
'Tudo por culpa de coisas que aconteceram antes de eu nascer.'

Alexandre, Duarte & Santos (2013), num estudo sobre infinitivos pessoais em diferentes variedades do Português, comparam a estrutura de Infinitivo Pessoal do EsP com a de infinitivo flexionado do PE. Tal como as autoras referem, é possível uma aproximação entre as duas estruturas nos contextos de ocorrência em orações adjuntas, já que ambas se caracterizam por legitimarem um sujeito com Caso nominativo (como se pode verificar pela pronominalização do sujeito em (6)) e diferem apenas no facto de somente a estrutura de Infinitivo Flexionado apresentar marcas de flexão (de pessoa e número) na forma verbal do infinitivo. Contudo, as autoras salientam que o EsP não admite infinitivos pessoais em orações que desempenhem a função sintática de complemento temático de verbos superiores. Considerando os mesmos contextos de ocorrência de infinitivos flexionados descritos em trabalhos anteriores sobre o PE (Duarte, Gonçalves & Miguel, 2005; Duarte, Gonçalves & Santos, 2012) e que aqueles são analisados como instâncias de CP, Alexandre, Duarte & Santos (2013) defendem que a distribuição de infinitivos flexionados "está restringida aos contextos em que não é possível formar uma cadeia através de *Agree* entre T-*v*-V da frase superior e C-T da oração infinitiva" (Alexandre, Duarte & Santos, 2013: 3).

À semelhança da figura 4 para a relação entre ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado, na figura 5, abaixo, procura-se esquematizar as possíveis etapas envolvidas na aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado partindo da possibilidade de mapeamento das propriedades desta estrutura com as do Infinitivo Pessoal do EsP. Esta possibilidade é ilustrada com Infinitivo Pessoal em contexto de orações adjuntas, considerando que este é o contexto em que a ocorrência de sujeitos pré-verbais é mais frequente em EsP (Mensching, 2000).

Infinitivo Pessoal (EsP)	**Estrutura de Infinitivo Flexionado (PE)**
Mapeamento	
Oração subordinada$_{\text{sujeito nominativo + Infinitivo}}$	Oração subordinada$_{\text{sujeito nominativo + Infinitivo}}$
Deteção de contrastes	
Preposição + Oração adjunta$_{\text{sujeito nominativo + Infinitivo pessoal (traços-ϕ } \textit{covert}\text{)}}$	V$_{\text{percetivo/causativo}}$ + Complemento$_{\text{sujeito nominativo + Infinitivo flexionado (traços-ϕ } \textit{overt}\text{)}}$
Reconfiguração	
Preposição + T não-finito com traços-ϕ (*covert*)	V$_{\text{percetivo/causativo}}$ + T não-finito com traços-ϕ (*overt*)

Figura 5: Etapas envolvidas na aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado por falantes nativos de EsP, considerando um mapeamento das propriedades desta estrutura com as da estrutura de Infinitivo Pessoal da L1.

Num primeiro momento, a seleção da estrutura de Infinitivo Pessoal como fonte de mapeamento pode ser motivada pela perceção de semelhanças entre algumas propriedades desta estrutura e as da estrutura de Infinitivo Flexionado, nomeadamente o facto de se tratar de duas estruturas de subordinação caracterizadas pela presença de um verbo no infinitivo que legitima um sujeito nominativo. Contudo, espera-se que os aprendentes de PE língua não materna detetem também os contrastes existentes entre as duas estruturas. A estrutura de Infinitivo Pessoal em EsP corresponde a uma oração adjunta selecionada por uma preposição e o domínio T tem traços-ϕ *covert*, seguindo Rothman, Duarte, Pires & Santos (2013). Por sua vez, a estrutura de Infinitivo Flexionado corresponde a um complemento oracional com um domínio T não defetivo quanto a traços-ϕ, tendo estes uma realização morfológica explícita (*overt*).

A deteção destes contrastes conduzirá à tentativa de reconfiguração das configurações de traços relevantes. A tarefa dos falantes de EsP a adquirir PE L2 passará, pois, pelo alargamento dos contextos que admitem construções infinitivas que legitimam sujeitos nominativos (pré-verbais). Em particular, os falantes de EsP terão de adicionar a complementação aos contextos de ocorrência de tais construções. Para que tal aconteça, será necessário associar propriedades de T aos complementos não-finitos, incluindo um conjunto completo de traços-ϕ com realização morfológica explícita, de modo a que o infinitivo flexionado, isto é, um infinitivo com marcas explícitas de concordância em pessoa e número, seja adquirido como uma estrutura de complementação possível, neste caso, de verbos percetivos e causativos. Note-se que, se se assumir que na estrutura de Infinitivo Pessoal há um conjunto de traços-ϕ sem realização morfológica explícita associado ao infinitivo (Rothman, Duarte, Pires & Santos, 2013), então o tipo de reconfiguração aqui em causa consistirá também em associar uma contrapartida morfológica explícita aos traços-ϕ.

Uma vez que as duas hipóteses de mapeamento acima discutidas (mapeamento com a estrutura de ECM ou com a de Infinitivo Pessoal do EsP) implicam tarefas de reconfiguração diferentes, é possível adiantar, com base nelas, predições distintas sobre o processo de aquisição da estrutura de infinitivo Flexionado por falantes nativos de EsP. Relativamente à possibilidade de mapeamento entre as propriedades da estrutura de Infinitivo Flexionado do PE e as de ECM do EsP, coloca-se a hipótese de que, nos níveis iniciais de proficiência, os aprendentes de PE transfiram as propriedades da estrutura de complementação mais próxima disponível na sua L1, isto é, ECM. Se, como se prediz, os falantes detetarem os contrastes formais existentes entre a estrutura de ECM e a de Infinitivo Flexionado, então espera-se que esta perceção desencadeie um processo de reconfiguração que passará, para ser bem-sucedida, pela adição de traços-ϕ ao domínio T encaixado e pela aquisição da realização

morfológica desses mesmos traços, ou seja, as marcas de flexão em pessoa e número exibidas pela forma verbal no infinitivo, bem como pela valoração de Caso do sujeito (nominativo) do domínio encaixado.

De acordo com as predições gerais da *Feature Reassembly Hypothesis*, espera-se que, detetado o contraste acima referido que desencadeia o processo de reconfiguração, a aquisição das configurações de traços relevantes seja possível e que, por conseguinte, os falantes nativos de EsP a adquirir PE possam apresentar um domínio das propriedades da estrutura de Infinitivo Flexionado, pelo menos em níveis avançados de proficiência. Não obstante, dois aspetos podem influenciar este processo. Em primeiro lugar, e tal como referido anteriormente, os complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos provavelmente não são alvo de um ensino explícito em sala de aula e os participantes neste estudo estão expostos a uma quantidade de *input* reduzida, o que, embora por si só não seja suficiente para comprometer a aquisição destas estruturas, pode dificultá-la e, eventualmente, torná-la mais tardia. Em segundo lugar, tanto a L1 como a L2 destes aprendentes dispõem de um inventário amplo de estruturas que concorrem para o mesmo contexto (a complementação de verbos percetivos e causativos), pelo que aqueles podem, ainda que inconscientemente, considerar que as propriedades da sua L1 são suficientes para dar conta do (reduzido) *input* da L2. Considerando a estrutura de ECM, por exemplo, estando esta disponível nas duas línguas com propriedades semelhantes, é possível colocar a hipótese de que tal facto, juntamente com o reduzido *input* e a maior complexidade envolvida na aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado, sejam responsáveis por um efeito de *L1 preemption* (Iverson & Rothman, 2011, 2015; Rothman & Iverson, 2013) que influencie a aquisição. Se assim for, é possível que se observem efeitos de *transfer* da L1 que persistem para além dos níveis iniciais de proficiência e que se observem efeitos indicadores da manutenção de duas gramáticas em competição, pelo menos em níveis intermédios de proficiência.

Já se se considerar a possibilidade de mapeamento entre as propriedades da estrutura de Infinitivo Flexionado do PE e as do Infinitivo Pessoal do EsP, é possível delinear um cenário do processo de aquisição algo diferente, pese embora as questões associadas à quantidade de *input* recebido pelos aprendentes de PE se mantenham. Assim, para além de a configuração dos traços-ϕ associados a T em construções de subordinação adjunta na L1 ter de ser estendida ou adicionada a construções de complementação na L2, os falantes nativos de EsP terão também de adquirir a realização morfológica *overt* desses mesmos traços na L2, já que esta não se encontra disponível na L1. Ora, tal como discutido em estudos anteriores, nomeadamente Cho & Slabakova (2015), uma oposição entre *covert* e *overt* afetando a realização de determinado(s) traço(s) de forma distinta na L1 e na L2 pode influenciar o processo de aquisição. Com efeito,

esta é uma instância específica de um tipo mais geral de complexidade previsto pela *Feature Reassembly Hypothesis* associado a diferentes realizações morfossintáticas na L1 e na L2 de determinados traços (Lardiere, 2009a, e.o.).

Tendo em conta tais particularidades, e considerando que, tal como se verifica na estrutura de Infinitivo Flexionado, também o Infinitivo Pessoal legitima um sujeito nominativo, então espera-se que os falantes nativos de EsP a adquirir PE mostrem mais dificuldades na aquisição da realização explícita dos morfemas de flexão do infinitivo do que na aquisição das propriedades de marcação casual do sujeito. Assim sendo, espera-se que estes aprendentes tenham dificuldade com juízos sobre instâncias de Infinitivo Flexionado com sujeito pronominal nominativo (7a) com base não no Caso do sujeito, mas com base na flexão da forma verbal infinitiva. Espera-se também que, pelo menos em níveis menos avançados de proficiência, se possam observar taxas mais elevadas de aceitação de uma contrapartida agramatical (de acordo com a gramática-alvo) da estrutura em causa que exiba um sujeito nominativo e uma forma verbal infinitiva sem marcas explícitas de flexão (7b).[105]

(7) a. A Maria viu eles comerem um gelado.
b. *A Maria viu eles comer um gelado.

Neste caso, prediz-se, portanto, a possibilidade de os falantes de EsP produzirem estruturas de Infinitivo Pessoal em contextos de produção de infinitivo flexionado, por dificuldade em associar uma realização morfossintática diferente da existente na sua L1 aos traços-ϕ associados ao infinitivo.

A discussão sobre a aquisição das estruturas de Infinitivo Flexionado impõe ainda uma reflexão sobre o comportamento dos falantes nativos. Tal como referido anteriormente, Barbosa, Flores & Pereira (2018) reportam resultados relativos à aceitabilidade de estruturas de Infinitivo Flexionado como complementos de verbos percetivos e causativos por parte de falantes monolingues de PE que não parecem refletir o estatuto atribuído a esta estrutura na gramática da norma padrão. De facto, os dados descritos pelas autoras mostram taxas de aceitação muito baixas deste tipo de complemento, em contextos com sujeitos pronominais (4,1%). Tais resultados levam a que se coloque a hipótese de esta tendência poder emergir

[105] Note-se que as predições avançadas aqui sobre uma possível transferência das propriedades do Infinitivo Pessoal e a forma como tais efeitos de transferência se poderão manifestar têm em conta as propriedades específicas da complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos em PE. Sobre efeitos de transferência do Infinitivo Pessoal na aquisição de outros contextos de ocorrência de Infinitivo flexionado em PE por falantes nativos de Espanhol, veja-se Madeira (2018) e Fiéis & Madeira (2020).

também nos dados obtidos no presente estudo experimental. A verificar-se tal cenário, então tornar-se-á necessário discutir que implicações isto terá não só em termos da aquisição não-nativa da estrutura de Infinitivo Flexionado como complemento de verbos percetivos e causativos, mas também do próprio estatuto desta estrutura (no contexto em causa) na gramática do PE.

Paralelamente, e uma vez que uma das tarefas experimentais inclui instâncias de ECM com infinitivo flexionado, será igualmente interessante observar o comportamento dos participantes, tanto dos falantes nativos como dos não-nativos de PE, face a esta estrutura. Relembre-se que esta se encontra já discutida na literatura (Hornstein, Martins & Nunes, 2006, 2008; Martins, 2018) sobre o PE, sendo, porém, descrita como sujeita a variação quanto à sua aceitabilidade por parte dos falantes de PE. Além disso, a sua aceitabilidade encontra-se circunscrita a contextos de 3.ª pessoa do plural, de acordo com os autores anteriormente citados. Não obstante, Barbosa, Flores & Pereira (2018) revelam taxas de aceitabilidade elevadas desta estrutura, comparativamente às obtidas para a estrutura de Infinitivo Flexionado. Além disso, os dados reportados pelas autoras apontam no sentido de haver gradação nas taxas de rejeição da estrutura de ECM com infinitivo flexionado dependendo da especificação de pessoa. Assim, frases com um sujeito Acusativo na 3.ª pessoa do plural apresentam a taxa de rejeição mais baixa (45,5%), refletindo o que havia sido descrito anteriormente na literatura. Já contextos de 2.ª pessoa do singular obtêm uma taxa de rejeição de 62,5%, enquanto os de 1.ª pessoa do plural apresentam a taxa de rejeição mais elevada, atingindo os 88%.

Espera-se que os dados agora obtidos para a estrutura de ECM com infinitivo flexionado possam contribuir para a discussão do estatuto desta estrutura na gramática do PE. Além disso, pelas suas propriedades, esta estrutura constitui também um interessante ponto de comparação relativamente à aquisição não-nativa da estrutura de ECM e de Infinitivo Flexionado. Com efeito, a comparação dos resultados de aceitação desta estrutura com os obtidos para a estrutura de Infinitivo Flexionado poderá ajudar a compreender melhor se, no processo de aquisição não-nativa do PE, os falantes de EsP apresentam mais dificuldades na associação de uma morfologia plural ao infinitivo, na adição de traços necessária à aquisição das propriedades de marcação de Caso do sujeito ou se, pelo contrário, têm um comportamento semelhante face às duas propriedades.

Se os falantes nativos de EsP apresentarem taxas de aceitação mais elevadas de estruturas com sujeito acusativo, mesmo com um infinitivo que apresenta uma marcação morfológica plural, do que de estruturas com sujeito nominativo, então este poderá ser um indicador de que estes aprendentes de PE começam por mapear as propriedades da estrutura

de Infinitivo Flexionado da L2 com as propriedades de ECM da L1 (e não com as da estrutura de Infinitivo Pessoal).

5.2. Prepositional Infinitival Construction

A secção anterior centrou-se em duas estruturas cuja aquisição coloca desafios distintos aos falantes de EsP L1 a adquirir PE língua não materna. A aquisição de ECM, uma estrutura disponível na L1 e na L2 com propriedades semelhantes, implica mapeamento de traços e suas configurações. Já a aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado, apenas disponível na L2 e com uma configuração de traços não existente na gramática da L1, pressupõe uma tarefa de reconfiguração.

Na presente secção, voltamos a nossa atenção para a PIC, cuja aquisição acarreta também reconfiguração, mas em termos diferentes dos até agora discutidos e, segundo se argumentará, com um grau mais elevado de complexidade. Além disso, e antes de mais, coloca-se a hipótese de que, dadas as propriedades da gramática da L1 e da L2, também a tarefa de mapeamento e deteção de contrastes necessária à reconfiguração coloque desafios distintos dos discutidos em relação às restantes estruturas estudadas.

Assim sendo, a questão que se coloca e que norteará a discussão levada a cabo a propósito da aquisição da PIC é a seguinte:

> 4. Será a aquisição da PIC um desafio para os falantes nativos de EsP a adquirir PE língua não materna pela complexidade envolvida nas tarefas de mapeamento e de reconfiguração numa diferente contrapartida morfossintática de um mesmo valor aspetual disponível na L1 e na L2?

Tal como explorado em capítulos anteriores, a PIC é selecionada apenas por verbos percetivos e está associada a um valor aspetual progressivo, expressando obrigatoriamente eventos não culminados (Demirdache & Uribe-Etxebarria, 1997), no que difere dos complementos infinitivos mencionados anteriormente. Tradicionalmente, a PIC tem vindo a ser analisada como uma oração pequena (Raposo, 1989; Rafel, 1999; Barbosa & Cochofel, 2005; Casalicchio, 2013, 2019). Além disso, do ponto de vista aspetual, esta construção tem um valor progressivo, sendo associada a um traço [+durativo] (Duarte, 1992), que é realizado morfossintaticamente pela sequência *a + infinitivo*.

O EsP tem também disponível um complemento não-finito apenas selecionado por verbos percetivos e que partilha com a PIC o valor aspetual progressivo e a análise como oração pequena (Rafel, 1999; Casalicchio, 2013, 2019): a CG. Assim, existe nas duas línguas uma estrutura de complementação com semelhanças do ponto de vista da sua configuração sintática e que expressa o mesmo valor aspetual. Contudo, este mesmo valor aspetual apresenta duas realizações morfossintáticas distintas em cada uma das estruturas: na PIC é realizado pela sequência *a + infinitivo* (8), mas na CG é realizado através de uma forma verbal no gerúndio (9). Relativamente ao sujeito, em ambos os tipos de complemento, o sujeito do domínio encaixado exibe Caso acusativo, como se pode observar em (8b), para a PIC, e em (9) pela presença de DOM associado ao constituinte *a los niños*, para a CG.

(8) a. Vi as crianças a correr.
b. Vi-as a correr.

(9) Vi a los niños corriendo.
vi a.PREP os meninos correndo
'Vi os meninos correndo.'

Também foi referido, na secção 3.2., que Casalicchio (2019) propõe uma análise unificada da PIC e da CG baseada no argumento de que ambas têm uma preposição *a*, na qual o aspeto progressivo é codificado. Todavia, e contrariamente ao observado na PIC, no caso da CG, esta preposição é nula e incorporada na forma verbal. Do ponto de vista sintático, Casalicchio (2019) analisa as duas estruturas como orações pequenas, sendo que a principal diferença entre a PIC e a CG residirá na posição em que a preposição é *merged* – num nó AspP mais alto, na PIC, e num nó AspP mais baixo, na CG.

Tendo em conta as propriedades da PIC do PE e da CG do EsP, pode colocar-se a hipótese de que os falantes de EsP a adquirir PE língua não materna começarão por mapear as propriedades da PIC com as da CG. Todavia, este mapeamento está dependente da perceção de semelhanças entre as duas estruturas, nomeadamente, da perceção de que o mesmo valor aspetual é veiculado por ambas. Dado que este mesmo valor tem realizações diferentes nas duas estruturas (e nas duas línguas), como ilustrado na figura 6, o mapeamento deste traço depende da correta identificação da sequência *a + infinitivo* da PIC da L2 como contrapartida morfológica do mesmo valor realizado (explicitamente) pela forma verbal no Gerúndio na L1.

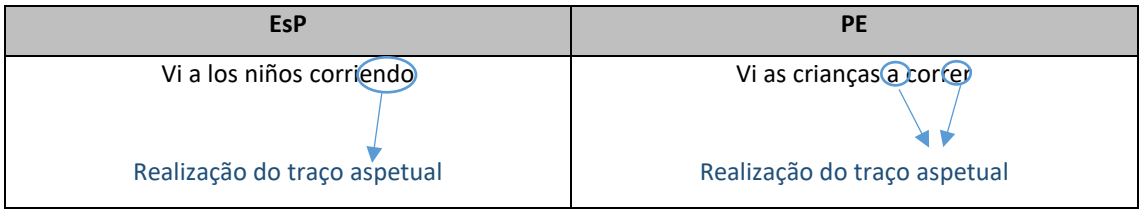


Figura 6: Esquematização das diferentes realizações morfossintáticas do valor aspetual progressivo que caracteriza a PIC e a CG.

Em particular, a identificação da preposição *a* na PIC como um núcleo aspetual e, consequentemente, como o *locus* do contraste entre a estrutura da L1 e da L2, pode ser difícil. Note-se que esta mesma preposição *a* não assume em qualquer estrutura da gramática do EsP a função de núcleo aspetual. Em EsP, a preposição análoga *a* ocorre também no contexto da sequência *a + infinitivo*, mas em estruturas com valor temporal de futuro, como exemplificado em (10). A estrutura correspondente em PE, como se verifica na glosa do exemplo (10), é realizada como *ir + infinitivo*, e não *ir + a + infinitivo*, como em EsP, ou seja, sem preposição. Portanto, embora o EsP e o PE disponham de construções com a sequência *a + infinitivo*, tanto os contextos de ocorrência como os traços configurados nas estruturas das duas línguas são diferentes, não estando a preposição *a* do EsP associada a traços aspetuais, pelo menos quando tem uma realização *overt*.

(10) Voy a estudiar. [RAE: 2009, 541: 28.3.1a]
vou a estudar
'Vou estudar.'

Considerando a hipótese de a própria identificação da preposição *a* da PIC como um núcleo aspetual ser uma tarefa complexa para os falantes nativos de EsP, pode avançar-se uma segunda possibilidade relativamente ao processo de mapeamento das propriedades da PIC. Os falantes nativos de EsP podem mapear as propriedades formais da PIC da L2 com as de ECM da L1, dadas as semelhanças formais observadas entre estes dois tipos de complemento.

Relembre-se que ambas as estruturas se caracterizam pela presença de um sujeito acusativo e de uma forma verbal no infinitivo, como ilustrado em (11). Ainda que a PIC permita a ocorrência de infinitivos flexionados (11b) e não-flexionados (11a), esta poderá ser uma hipótese viável. Aliás, na discussão desta possibilidade, será interessante observar que dados serão obtidos relativamente ao comportamento dos falantes de PE língua não materna perante a construção de ECM com infinitivo flexionado (11d). Através da observação das taxas de rejeição e de seleção de cada uma das estruturas exemplificadas em (11), poderá obter-se um

quadro mais claro do processo de mapeamento e reconfiguração da PIC, sendo fundamental também ter acesso à motivação por detrás da eventual rejeição destas estruturas. Nos capítulos seguintes, dedicados ao desenho experimental das tarefas aplicadas no âmbito do presente estudo, este assunto será discutido em detalhe.

(11) a. O João viu-os a jogar à bola. [PIC com infinitivo não-flexionado]
b. O João viu-os a jogarem à bola. [PIC com infinitivo flexionado]
c. O João viu-os jogar à bola. [ECM]
d. $^{OK/*}$O João viu-os jogarem à bola [ECM com infinitivo flexionado]

A figura 7 esquematiza as duas hipóteses colocadas quanto ao mapeamento da PIC, salientando as semelhanças entre cada par de estruturas considerado[106]. Em suma, a estrutura da L1 dos aprendentes de PE cujas propriedades mais se aproximam das propriedades da PIC da L2 é a CG. Ambas as estruturas são selecionadas apenas por verbos percetivos e ambas expressam um valor aspetual progressivo, tendo o traço [+durativo]. Além disso, considerando a análise unificada de Casalicchio (2019), as duas estruturas possuem uma preposição *a*, apesar de esta apresentar diferentes contrapartidas morfossintáticas. Contudo, para que esta hipótese de mapeamento se verifique, é necessário que os falantes de EsP identifiquem no *input* da L2 a preposição *a* como um núcleo aspetual. Caso os aprendentes de PE não identifiquem a preposição da PIC como um elemento distintivo desta estrutura, então coloca-se a hipótese de que sejam privilegiadas as semelhanças formais (morfossintáticas) entre ECM da L1 e PIC da L2, uma vez que ambas as estruturas exibem um sujeito acusativo e uma forma verbal no infinitivo no domínio encaixado.

Mapeamento da PIC	
Hipótese de Mapeamento 1	
CG (EsP)	PIC (PE)
$V_{percetivo}$ + Complemento não-finito$_{valor\ aspetual\ progressivo}$	$V_{percetivo}$ + Complemento não-finito$_{valor\ aspetual\ progressivo}$
Hipótese de Mapeamento 2	
ECM (EsP)	PIC (PE)
Verbo$_{percetivo/causativo}$ + Complemento$_{sujeito\ Acusativo}$ + Infinitivo	$V_{percetivo}$ + Complemento$_{sujeito\ Acsusativo}$ + (*a*) + Infinitivo

Figura 7: Esquematização das duas hipóteses de mapeamento das propriedades da PIC.

[106] Por esse motivo, na figura 7, a preposição *a* da PIC é colocada entre parêntesis, como forma de sinalizar a possibilidade de não deteção deste contraste por parte dos aprendentes de PE.

Face às duas hipóteses apresentadas, prediz-se que os falantes de EsP a adquirir PE irão, pelo menos inicialmente, privilegiar a segunda, isto é, irão começar por mapear as propriedades da PIC da L2 com as propriedades de ECM da L1. Esta predição pode ser fundamentada se se considerar as predições gerais da *Feature Reassembly Hypothesis* em conjunto com as da *L1 preemption.* Com efeito, a PIC parece ser um contexto permeável à ocorrência de efeitos de *L1 preemption*. O facto de a L1 dispor de um complemento também selecionado por verbos percetivos, a estrutura de ECM, que, formalmente, difere da estrutura de PIC justamente pela ausência do núcleo aspetual *a*, pode dificultar a identificação das propriedades semânticas específicas da PIC. Consequentemente, o mapeamento das propriedades da PIC com as propriedades da CG pode ser comprometido, o que, consequentemente, afetará também a tarefa de reconfiguração necessária à aquisição da estrutura da L2. Além disso, e tal como referido anteriormente, o PE dispõe igualmente da estrutura de ECM, pelo que a sua presença no *input* da L2 pode representar para os aprendentes de PE língua não materna um contexto de ambiguidade. Assim, pode colocar-se a hipótese de a aquisição da PIC do PE por falantes nativos de EsP poder ser influenciada por um efeito de *L1 preemption* motivado pela complexidade das tarefas de mapeamento e reconfiguração associadas à aquisição da estrutura-alvo, bem como pela ambiguidade do *input* da L2. Estes fatores poderão levar a que as propriedades da L1, nomeadamente as que dizem respeito a ECM, sejam consideradas suficientes para dar conta das propriedades da gramática da L2.

Os possíveis desafios associados ao mapeamento desta estrutura são acompanhados por uma tarefa complexa de reconfiguração, que só será possível, de acordo com a *Feature Reassembly Hypothesis,* mediante a deteção do contraste formal associado à presença da preposição *a* na PIC e a sua identificação como um núcleo aspetual. Note-se ainda que os falantes nativos de EsP deverão identificar uma outra diferença entre ECM e PIC relacionada com as propriedades de seleção dos verbos superiores, já que apenas os verbos percetivos selecionam PIC, não podendo esta estrutura ocorrer com verbos causativos.

PIC	
Deteção de contrastes	
ECM (EsP)	PIC (PE)
$Verbo_{percetivo/causativo}$ + $Complemento_{sujeito\ Acusativo}$ + Infinitivo	$V_{percetivo}$ + $Complemento_{sujeito\ Acsusativo}$ + núcleo aspetual *a* + Infinitivo

Figura 8: Esquematização dos contrastes que têm de ser detetados para que se inicie o processo de reconfiguração necessário à aquisição da PIC.

Se os contrastes sintetizados na figura 8 forem detetados pelos aprendentes de PE, então terá lugar uma tarefa de reconfiguração que, para ser bem-sucedida, deve compreender vários passos. O esquema da figura 9 propõe uma análise do processo de reconfiguração necessário à aquisição da PIC em cinco passos.

Relativamente às derivações sintáticas apresentadas na figura 9, importa deixar aqui algumas notas. Em primeiro lugar, na discussão das tarefas de mapeamento e de reconfiguração necessárias à aquisição da PIC, são consideradas relevantes as semelhanças entre as propriedades desta estrutura e as da CG em EsP. Neste sentido, privilegia-se aqui aspetos de propostas mais recentes que defendem uma análise mais unificada das duas estruturas, em particular Casalicchio (2013, 2019). Por conseguinte, assume-se a existência de uma preposição nula na CG e de AspP na derivação das duas estruturas. De resto, a relevância de AspP na análise da PIC havia já sido defendida por Duarte (1992), Duarte & Gonçalves (2002) e Barbosa & Cochofel (2005).

Em segundo lugar, a análise de Casalicchio (2019) não explora as especificidades da PIC com infinitivo flexionado, não apresentando uma derivação diferenciada para os dois tipos de PIC disponíveis em PE. Considerando que este é um aspeto relevante não só do ponto de vista teórico, mas também na aquisição desta estrutura, na figura 9 apresentam-se duas propostas mais recentes de análise da PIC: a de Barbosa e Cohofel (2005), que considera a possibilidade de infinitivo flexionado, e a proposta unificadora relativamente à CG de Casalicchio (2019). Como consequência, a CG e a PIC são apresentadas como orações pequenas com projeção de AspP e um núcleo aspetual que corresponde à preposição *a* (Barbosa & Cochofel, 2005; Casalicchio, 2019). Contudo, a PIC tem uma estrutura funcional mais expandida, para dar conta da possibilidade, por exemplo, de ocorrência de marcadores de negação entre a preposição e o verbo no infinitivo. Em Casalichio (2019) este aspeto concretiza-se na projeção de NegP, enquanto em Barbosa & Cochofel (2005) a PIC se caracteriza pela projeção de TP. Tal diferença pode também ser relacionada com a possibilidade de ocorrência de infinitivo flexionado nesta estrutura. De acordo com Barbosa & Cochofel (2005), a PIC envolve controlo de sujeito, sendo que na PIC com infinitivo não-flexionado há um PRO controlado, enquanto na PIC com infinitivo flexionado esta categoria vazia corresponde a *pro*.

Importa ressalvar que, na figura 9, a numeração dos passos é feita com o intuito de descrever de forma organizada cada um dos aspetos envolvidos na aquisição da PIC e não de apresentar uma ordem de aquisição de cada uma das propriedades. A este respeito, note-se que não existe nenhuma motivação que permita afirmar que a aquisição das propriedades de seleção dos verbos percetivos e causativos (passo 1) tenha de preceder a identificação da estrutura de ECM da L1 como distinta da da PIC da L2 (passo 2).

Processo de reconfiguração envolvido na aquisição da PIC
Passo 1: adquirir as diferentes propriedades de seleção dos verbos percetivos e causativos Verbos percetivos – ECM ☑/ PIC ☑ Verbos causativos – ECM ☑ / PIC ☒
Passo 2: abandonar uma configuração de ECM como derivação de PIC, uma vez que aquela não permite dar conta do traço de valor aspetual da PIC nem da possibilidade de ocorrência de infinitivo flexionado. $Verbo_{percetivo}$ + T não-finito defetivo quanto a traços-ϕ ☒
Passo 3: associar à PIC da L2 uma configuração semelhante à da CG da L1, isto é, uma configuração de oração pequena com um nó AspP ao qual possam ser associados os traços aspetuais relevantes da PIC. Ex.: Vi as crianças a correr Vi [$_{SC/FP}$ as crianças [$_{F'}$Ø [$_{AspP}$ correr+a [$_{vP}$ ~~as crianças correr~~]]]] (Adaptação da derivação da CG proposta por Casalicchio, 2019: 76 (3))
Passo 4: abandonar a realização morfossintática dos traços em AspP da CG e reconfigurá-la de acordo com as propriedades da PIC, reconfigurando também a derivação sintática da estrutura. Verbo no Gerúndio + preposição *a* incorporada → Preposição *a* realizada + Verbo no infinitivo Ex.: Vi as crianças a correr Considerando a análise unificada de Casalicchio (2019) Vi [$_{SC/FP}$ as crianças [$_{F'}$Ø [$_{AspP}$ a [$_{NegP}$ [$_{AspP}$ correr [$_{vP}$ ~~as crianças correr~~]]]]]] (Adaptação da derivação de PIC proposta por Casalicchio, 2019: 76 (4)) Considerando a análise de PIC de Barbosa & Cochofel (2005) Vi [$_{SC}$ as crianças$_i$ [$_{AspP}$ a [$_{TP}$ PRO$_i$ correr]]] (Adaptação da derivação da construção de PIC proposta por Barbosa & Cochofel 76 (4))
Passo 5: adquirir a possibilidade de ocorrência de infinitivo flexionado em contextos de PIC. Considerando a análise unificada de Casalicchio (2019) Vi [$_{SC/FP}$ as crianças [$_{F'}$Ø [$_{AspP}$ a [$_{NegP}$ [$_{AspP}$ correr(em) [$_{vP}$ ~~as crianças correr(em)~~]]]]]] (Adaptação da derivação de PIC proposta por Casalicchio, 2019: 76 (4)) Considerando a análise de PIC de Barbosa & Cochofel (2005) PRO no domínio encaixado (infinitivo não-flexionado) ☑ *pro* no domínio encaixado (infinitivo flexionado) ☑ Vi [$_{SC}$ as crianças$_i$ [$_{AspP}$ a [$_{TP}$ PRO$_i$/*pro*$_i$ correr(em)]]] (Adaptação da derivação de PIC proposta por Barbosa & Cochofel (2005: (62))

Figura 9: Síntese dos passos envolvidos no processo de reconfiguração necessário à aquisição da PIC.

Para que os falantes de EsP tenham um desempenho de acordo com a gramática-alvo no que diz respeito à PIC, terão de adquirir as propriedades de seleção dos verbos do domínio superior, isto é, dos verbos percetivos e causativos, restringindo a possibilidade de ocorrência da PIC apenas quando introduzida pelos primeiros.

Assume-se também que a aquisição da PIC terá de passar pelo abandono de uma configuração de traços tal como se apresenta na estrutura de ECM. A estrutura de ECM da L1 (e também a da L2) não se caracteriza pelo mesmo conjunto de traços associados à PIC, não expressando obrigatoriamente um evento não culminado. Assim, a sua configuração sintática não dispõe de um nó funcional a que estejam associados os traços aspetuais responsáveis pelo valor progressivo expresso pela PIC, nomeadamente o traço [+durativo] (Duarte, 1992).

Deste modo, será necessário substituir esta configuração por outra, semelhante à da CG do EsP. Se os falantes de EsP recorrerem a uma configuração de traços próxima da configuração presente na CG da L1 para dar conta das propriedades semânticas da PIC da L2, o passo seguinte será a reconfiguração da realização morfossintática dos traços aspetuais. Como vimos anteriormente, de acordo com a análise unificada de Casalicchio (2019), tanto a CG como a PIC se caracterizam pela presença de um núcleo aspetual associado a uma preposição. Contudo, na estrutura da L1, esta preposição não tem uma realização morfológica explícita, sendo incorporada na forma verbal no Gerúndio. Pelo contrário, na estrutura da L2, a preposição *a* tem realização explícita e antecede uma forma verbal no infinitivo. Ora, este tipo de reconfiguração que envolve a aquisição de traços com contrapartida *covert vs*. *overt* na L1 e na L2 é particularmente desafiante do ponto de vista da aquisição de L2 (Cho & Slabakova, 2015).

Finalmente, os falantes de EsP a adquirir PE terão de adquirir a estrutura funcional mais expandida na PIC. Isto significa, considerando Casalicchio (2019), a aquisição da possibilidade de projeção de NegP na estrutura em causa e os traços associados a este nó que permitem, por exemplo, a ocorrência de negação no domínio encaixado. Já partindo de Barbosa & Cochofel (2005), será necessário estabelecer a projeção, nesta estrutura, de TP numa configuração de controlo de sujeito. Os aprendentes de PE terão de adquirir um TP com traços que permitem a ocorrência de PIC com infinitivo flexionado, bem como a ocorrência de PRO, em contextos de PIC com infinitivo não-flexionado, e de pro, em contextos de infinitivo flexionado[107].

[107] Tal como discutido no capítulo 3.2., Casalicchio (2019) não concretiza uma proposta de derivação para a PIC com infinitivo flexionado. O autor considera que a PIC não é uma estrutura de Controlo, pelo que se colocou a hipótese de os traços-ϕ que possibilitam a concordância sujeito-verbo em pessoa e número poderem estar associados a AspP. Uma outra hipótese levantada é a de, no lugar de NegP presente na proposta de Casalicchio (2019), haver uma projeção de um TP defetivo, que permitisse dar conta da possibilidade de concordância sujeito-verbo e da ocorrência de negação e de certos advérbios (pelo menos para alguns falantes) entre a preposição e o verbo no infinitivo.

Dado o que envolve a aquisição da PIC do PE por falantes nativos de EsP, coloca-se a hipótese de esta ser uma estrutura de aquisição difícil e de se observarem dificuldades manifestadas em comportamentos não-conformes à gramática-alvo, mesmo em níveis mais avançados de proficiência. Caso a identificação do núcleo aspetual *a* como elemento contrastivo entre ECM da L1 e PIC da L2 falhe, então o processo de reconfiguração necessário à aquisição da estrutura da L2 não terá lugar e poderão observar-se efeitos de *transfer* persistentes das propriedades de ECM da L1. Se a deteção deste contraste for bem-sucedida, então a estrutura poderá ser adquirida, mas, considerando a complexidade do processo de reconfiguração, não se espera encontrar um domínio das propriedades da gramática-alvo senão em níveis avançados de proficiência. Além disso, espera-se que a complexidade envolvida na reconfiguração de traços juntamente com os efeitos de *L1 preemption* motivados pelas características da L1 e da L2 sejam responsáveis por uma aquisição tardia e pela existência de variação individual.

Em suma, prediz-se que se poderá encontrar, ainda em níveis avançados de proficiência, duas fortes tendências: (i) falantes que não conseguiram identificar os contrastes impulsionadores da reconfiguração e que, portanto, não adquiriram as propriedades da PIC e (ii) falantes que reconfiguraram com sucesso alguns dos traços da PIC, mas não outros, indicando a manutenção de propriedades da gramática da L1 e da L2. Não obstante, não se descarta a hipótese de alguns falantes serem bem-sucedidos em todos os passos de reconfiguração e que adquiram as propriedades da PIC.

5.3. Differential Object Marking e *Leísmo*

No decorrer do presente trabalho, aludiu-se ao facto de o EsP diferir do PE na marcação casual de constituintes em posição de objeto, na medida em que possui DOM. Assim, foi referido que, na estrutura de ECM em EsP, o sujeito encaixado, sendo acusativo, recebe uma marcação morfológica que corresponde à presença do marcador *a* antecedendo um nome. Do mesmo modo, também o sujeito encaixado da CG, construção comparada à PIC do PE, tem DOM.

O motivo pelo qual esta questão é abordada aqui, e não incluída nas predições sobre a aquisição das estruturas alvo de estudo, prende-se com o facto de DOM não ser uma propriedade específica da complementação não-finita de verbos percetivos e causativos, mas sim uma propriedade geral do EsP, que afeta constituintes acusativos em posição de objeto com determinadas propriedades semânticas. Consequentemente, as predições anteriormente avançadas a respeito da aquisição de ECM, mas também da PIC (porque tem um sujeito

encaixado acusativo), dizem respeito aos processos de mapeamento e de reconfiguração relacionados com as propriedades específicas destas estruturas em PE, considerando as propriedades de estruturas comparáveis do EsP. A presente secção ocupa-se, especificamente, da discussão de possíveis efeitos na aquisição dos complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos do PE, língua que não possui DOM, por parte de aprendentes cuja L1 tem DOM.

Antes de mais, porém, importa relembrar em que consiste DOM e de que forma se manifesta em EsP. Este fenómeno afeta, tal como referido, constituintes com Caso acusativo. Apesar de DOM ser alvo de diferentes análises e de ser associado a várias propriedades (sobretudo semânticas) dos constituintes em posição de objeto, tradicionalmente, os constituintes sujeitos a DOM têm sido analisados como acusativos com uma marcação morfológica específica, sendo precedidos por *a*, tal como exemplificado em (12). Esta marcação, por sua vez, é tradicionalmente associada, com caráter de obrigatoriedade, aos traços semânticos [+animado] e [+específico] (Brugé & Brugger 1996, Torrego 1998, Rodríguez-Mondoñedo 2008, López, 2012, e.o.)

(12) Esta mañana he visto *(a) Juan / la hermana de María. [Brugé & Brugger, 1996: 4, (1)]
esta manhã hei.AUX visto A Juan / a irmã de María
'Esta manhã vi o Juan / a irmã da María.'

Apesar de não haver consenso nesta matéria, as questões levantadas na presente secção vão basear-se na assunção de que os traços de animacidade e de especificidade condicionam a ocorrência de DOM, cingindo-se a presente discussão a contextos que envolvem tais traços. De resto, os dados experimentais reportados na secção 2.2.4. do presente trabalho vão no sentido de corroborar a relevância destes traços na aceitabilidade de constituintes com DOM em EsP por parte de falantes nativos.

Assumindo que, em EsP, a ocorrência de DOM é obrigatória em constituintes em posição de objeto com os traços semânticos [+animado] e [+específico], foi avançada a hipótese, na secção 2.2.4., de que os traços semânticos de animacidade e de especificidade são traços funcionais gramaticalizados quando associados a um constituinte acusativo. Esta hipótese é baseada na definição de traço proposta por Longobardi (2005), de acordo com a qual um traço é gramaticalizado se tem obrigatoriamente de ocorrer e ser valorado numa determinada estrutura (Longobardi, 2005: 410).

Crucialmente, tal não se verifica em PE, língua em que os constituintes com a função de objeto direto, a serem DP, não exibem qualquer marcação morfológica específica. Considerando

as estruturas alvo de estudo neste trabalho, esta diferença entre o PE e o EsP é particularmente relevante na aquisição das estruturas de ECM e de PIC, uma vez que, em ambas, o sujeito encaixado recebe Caso acusativo do verbo do domínio superior. Veja-se o contraste entre (13), que recupera (2a), e (14).

(13) A Ana viu/deixou os filhos fazer um *puzzle*. [PE]

(14) Ana vio/dejó a sus hijos hacer un puzle. [EsP]

Perante tais diferenças entre a L1 e a L2, para que os falantes nativos de EsP adquiram com sucesso as propriedades de marcação de Caso do sujeito de ECM e da PIC do PE, têm de proceder a uma tarefa de reconfiguração que consiste em subtrair traços da L1 que não são codificados na L2 nos contextos relevantes. Por outras palavras, e levando em linha de conta a definição de traço de Longobardi (2005), os falantes de EsP têm de adquirir a impossibilidade na L2 de gramaticalização dos traços semânticos [+animado] e [+específico], dissociando estes traços de uma marcação morfológica específica (o marcador *a*).

Ora, se se seguir a predição de Montrul & Yoon (2009) de que evitar traços da L1 não codificados na L2 é uma tarefa complexa (mais complexa do que, por exemplo, adicionar traços que fazem parte da L2, mas não da L1), então pode colocar-se a seguinte questão:

5. Evidenciarão os falantes nativos de EsP a adquirir PE língua não materna efeitos de *transfer* persistentes das propriedades de marcação de Caso de sujeitos acusativos da L1, efeitos esses atribuíveis a dificuldade na subtração de traços?

A predição que se avança é a de que os falantes de EsP poderão apresentar dificuldades em levar a cabo a tarefa de reconfiguração necessária à aquisição das propriedades de marcação de Caso da L2. Tais dificuldades poderão afetar o desempenho destes aprendentes até mesmo em relação a ECM, uma estrutura cujas propriedades específicas podem ser mapeadas da L1 e que, por conseguinte, se prediz que não colocará dificuldades de aquisição.

Paralelamente, é necessário também ter em conta que o *input* do PE pode ser ambíguo, na perceção de aprendentes cuja L1 seja o EsP. Tal ambiguidade deve-se ao facto de a forma do determinante artigo feminino *a* que precede frequentemente nomes próprios e nomes comuns em PE (15), incluindo nomes que ocorrem em constituintes com a função de objeto direto, ser idêntica ao marcador morfológico *a* associada a DOM em EsP (16).

(15) O João conheceu a Ana numa festa.

(16) Juan conoció a Ana en una fiesta.
Juan conheceu A Ana em uma festa
'O Juan conheceu a Ana numa festa.'

Neste contexto, Rothman, Giancaspro & Halloran (2014) colocam a hipótese de, apesar de os determinantes artigos definidos flexionarem em género e número em Português, os aprendentes de língua não materna poderem interpretar esta variação como formas alomórficas de DOM específicas do Português. Assim sendo, a ambiguidade do *input* pode ser considerada um obstáculo adicional à aquisição das propriedades de marcação de Caso do PE por parte de falantes cuja L1 tem DOM.

Assim, espera-se encontrar efeitos de *transfer* da L1 que persistam para além dos níveis iniciais de proficiência e que afetem, principalmente, as estruturas de ECM e de PIC, independentemente do tipo de tarefas necessário à aquisição de propriedades específicas de cada um destes tipos de complementos. Além disso, considerando a predição adiantada relativamente à estrutura de Infinitivo Flexionado, no sentido de poderem os falantes de EsP, inicialmente, mapear as propriedades desta estrutura com as da estrutura de ECM da sua L1, não se exclui a hipótese de se observarem efeitos de *transfer* das propriedades associadas a DOM da L1 também na estrutura de Infinitivo Flexionado.

Estudos anteriores sobre a aquisição de L3 que incluem falantes de Espanhol L1 a adquirirem PB têm vindo a reportar resultados que vão ao encontro das predições relativas a DOM aqui explicitadas. Assim, Montrul, Dias & Santos (2011) e Giancaspro, Halloran & Iverson (2015) demonstram haver *transfer* das propriedades de DOM do Espanhol em estádios iniciais da aquisição de PB L3, e que tais efeitos são observáveis tanto em dados de produção (Montrul, Dias & Santos, 2011) como em dados de compreensão (juízos de aceitabilidade) (Giancaspro, Halloran & Iverson, 2015). Num estudo mais recente, Cabrelli Amaro, Iverson, Giancaspro & Halloran (2020) comparam dados de aprendentes a adquirir PB em níveis iniciais e avançados de proficiência, incluindo, uma vez mais, falantes de Espanhol L1[108]. Os resultados obtidos, através de uma TJA, para contextos de objetos com os traços [+animado] e [+específico] são particularmente interessantes. Nestes contextos, os autores verificaram que os falantes de Espanhol L1, tanto de níveis iniciais como de níveis avançados de proficiência, não mostraram

[108] Sendo este um estudo sobre a aquisição PB L3, os autores incluíram diferentes grupos de aprendentes, de forma a perceber qual o estatuto da L1 e da L2 e se este se altera ao longo do processo de aquisição de uma L3. Assim, foram incluídos dois grupos de falantes de Espanhol L1 – Inglês L2 – PB L3 (níveis de proficiência inicial e avançado) e dois grupos de falantes de Inglês L1 – Espanhol L2 – PB L3 (níveis de proficiência inicial e avançado). No que ao presente trabalho diz respeito, discutir-se-ão apenas os resultados obtidos para os grupos de falantes de Espanhol L1.

distinguir, de forma estatisticamente significativa, entre instâncias com DOM e sem DOM. Por outras palavras, os falantes de Espanhol L1 evidenciam um comportamento não convergente com o do grupo de controlo (falantes monolingues de PB) que consiste em taxas de aceitabilidade próximas no caso de ocorrência de DOM e no caso de não ocorrência de DOM. Os autores explicam estes resultados através da persistência de efeitos de *transfer*, argumentando que os falantes de Espanhol L1 transferiram as propriedades da sua L1, mas adquiriram também propriedades da gramática da L2, o que leva a que aceitem frases com propriedades (incompatíveis) da gramática da L1 e da L2.

Finalmente, importa equacionar a questão do *leísmo* na sua relação com DOM, uma vez que alguns dos contextos testados no presente estudo incluem complementos infinitivos com sujeitos pronominais. O *leísmo* é um fenómeno sujeito a variação e cujos limites geográficos e sociolinguísticos levantam dúvidas (Fernandéz-Ordoñez, 1993, 1999). Em particular no contexto peninsular, as fronteiras de uso de *leísmo* são hoje talvez menos rígidas, considerando que a literatura normativa prescreve o uso do pronome *le* associado a objetos diretos no masculino do singular quando associados ao traço [+humano] (RAE, 2009) e que este contexto de *leísmo* é difundido através dos meios de comunicação social (Fernandéz-Ordoñez, 1993). Assim sendo, existe, atualmente, um uso mais generalizado do *leísmo*, que, possivelmente, abarcará as regiões de que são provenientes os participantes no presente estudo (Castela e Leão, Castilla La Mancha e Extremadura). Note-se, porém, que o uso de *les* em detrimento de *los* em contextos de objetos no masculino plural é menos frequente, de acordo com a literatura (Fernandéz-Ordoñez, 1993, 1999), embora seja também um fenómeno documentado. Quanto aos objetos associados a referentes femininos ou a entidades inanimadas, o *leísmo*, além de ser considerado agramatical na norma padrão, é muito raro dialetalmente (Fernandéz-Ordoñez, 1993).

Se, por um lado, se observa um uso mais generalizado do *leísmo* em EsP, por outro lado, nem todos os contextos do PE testados no presente estudo correspondem a contextos associados a *leísmo*. Embora todos os sujeitos de complementos infinitivos incluídos nas tarefas experimentais correspondam a referentes com o traço [+humano], todos correspondem também à 3.ª pessoa do plural, tendo igualmente sido incluídos sujeitos masculinos e femininos. Quer isto dizer que nem todos os contextos testados em PE serão igualmente suscetíveis a efeitos de *transfer* das propriedades associadas a *leísmo* na L1 dos aprendentes de PE que participaram neste estudo.

Neste contexto, um aspeto é crucial: tanto DOM como o *leísmo* estão associados ao traço de animacidade, sendo a sua ocorrência particularmente frequente em contextos de constituintes com o traço [+humano]. Esta tendência do EsP de distinguir morfossintaticamente

os constituintes com referentes [+animados], através da qual se pode estabelecer uma ligação entre DOM e *leísmo*, é também reconhecida na literatura (Fernandéz-Ordoñez, 1993).

Assim sendo, se os falantes de EsP a adquirir PE transferirem apenas as propriedades específicas do *leísmo* nos contextos de complementos infinitivos com sujeitos pronominais acusativos, então espera-se que apenas os sujeitos masculinos possam apresentar variação entre pronomes clíticos acusativos e dativos. Além disso, sendo o *leísmo* em EsP mais frequente e sancionado pela norma apenas em contextos de singular, não se espera encontrar o uso de dativo como uma tendência generalizada, dado que apenas foram incluídos sujeitos encaixados na 3.ª pessoa do plural nas tarefas experimentais.

Pelo contrário, se o que estiver em causa for uma tendência geral do EsP de associar constituintes [+animados] acusativos a uma marcação morfológica diferenciada, então espera-se encontrar efeitos de *transfer* de forma mais generalizada. Tais efeitos evidenciarão a transferência de propriedades comuns a DOM e a *leísmo* da L1 na marcação de Caso de constituintes em posição de objeto na L2. Por outras palavras, poderá observar-se uma preferência por uma morfologia associada a dativo na marcação de sujeitos encaixados acusativos com o traço [+animado] e, especialmente, [+humano] em complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos em PE.

O presente capítulo ocupou-se das perguntas de investigação e das predições que se julgam relevantes para a compreensão do processo de aquisição não-nativa da complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos em PE por parte de falantes nativos de EsP. As questões aqui levantadas enquadram-se no âmbito mais geral de predições com base na *Feature Reassembly Hypothesis* e são equacionadas no contexto das especificidades sintáticas, semânticas e morfológicas das estruturas alvo de análise e do par de línguas estudado.

Assim, as propriedades dos tipos de complementos infinitivos do PE a serem adquiridas pelos falantes nativos de EsP colocam desafios de natureza diferente, com níveis de complexidade distintos. Desde estruturas cuja aquisição implica, essencialmente, mapeamento de configurações de traços semelhantes na L1 e na L2 (ECM), passando por estruturas cuja aquisição acarreta a adição de traços que fazem parte exclusivamente do inventário da L2 (estrutura de Infinitivo Flexionado), até estruturas que exigem a reconfiguração de contrapartidas morfológicas distintas do mesmo traço na L1 e na L2 (PIC). Discutiu-se ainda como a aquisição de propriedades gerais da L2, que diferem das da L1, pode influenciar o desempenho dos aprendentes de PE face aos complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos, ao envolver uma tarefa de reconfiguração complexa que consiste em evitar traços da L1 sem contrapartida morfológica na L2 (DOM e *leísmo*).

6. Desenho experimental

No âmbito do presente estudo, foram construídas quatro tarefas experimentais: duas TJA, uma tarefa de completamento de frases com escolha múltipla e uma tarefa de escolha forçada (consulte-se o anexo 2). O presente capítulo começará por apresentar decisões tomadas para todas em conjunto, pelo facto de se considerar importante que as diferentes tarefas partilhassem alguns aspetos metodológicos. Pretendia-se, assim, permitir a articulação dos resultados das diferentes tarefas de modo a que fosse possível obter um quadro geral da aquisição das estruturas e dos aspetos testados. Posto isto, serão apresentadas as opções metodológicas tomadas especificamente na construção de cada uma destas tarefas.

6.1. Objetivos

Tendo em conta as perguntas de investigação colocadas no capítulo anterior, bem como as predições avançadas sobre o processo de aquisição dos complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos em PE língua não materna, foi desenhado um conjunto de tarefas experimentais. Com esta decisão, procurou-se obter dados complementares sobre as propriedades cuja aquisição se revelou mais relevante considerando as especificidades das estruturas a testar e a L1 dos aprendentes de PE. Além disso, do ponto de vista metodológico, uma tentativa de inclusão de todas as propriedades relevantes num só desenho experimental não só resultaria numa tarefa cuja extensão comprometeria a sua aplicação, como também tornaria impossível a obtenção de dados robustos sobre cada uma das propriedades testadas.

Assim sendo, espera-se que a divisão dos aspetos específicos a testar por tarefas de natureza distinta permita delinear um quadro mais claro do processo de aquisição das estruturas alvo de estudo e obter respostas às perguntas colocadas no capítulo 5 do presente trabalho.

A escolha das tarefas, bem como das propriedades a testar em cada uma delas, obedeceu a uma lógica de tentativa de obtenção de dados progressivamente mais específicos sobre as propriedades cuja aquisição se prediz implicar tarefas mais complexas e, por isso, poder ser mais difícil para os falantes nativos de EsP. Assim, as duas primeiras tarefas que se irão apresentar são TJA nas quais foram incluídas instâncias de ECM, estrutura de Infinitivo Flexionado, PIC e ECM com infinitivo flexionado. A inclusão de todas estas estruturas foi possível pela delimitação das propriedades a testar a apenas duas: a marcação de Caso do sujeito do domínio encaixado e a flexão da forma verbal no infinitivo. Procurou-se com estas tarefas obter um panorama geral do domínio das propriedades específicas de cada uma das estruturas por

parte dos aprendentes de PE. Para tal, a tarefa incide sobre diferentes combinações de valores de traços-ϕ e de Caso que permitem distinguir cada uma delas. Através da elicitação de correções para as frases rejeitadas, pretendeu-se também clarificar se, por detrás da rejeição de uma frase, há uma representação correta da estrutura da L2.

Tendo-se predito que a estrutura de ECM não será problemática para os falantes nativos de EsP a adquirir PE, por se encontrar disponível na L1 e na L2 com propriedades semelhantes, as tarefas seguintes centram-se antes em complementos com infinitivo flexionado e na PIC. Assim, a terceira tarefa aplicada consiste numa tarefa de completamento de frases com escolha múltipla que procura aferir a aceitabilidade, mas também a preferência, dos aprendentes de PE relativa a complementos com infinitivo flexionado, PIC com infinitivo flexionado e PIC com infinitivo não-flexionado. O objetivo desta tarefa era tentar perceber que aspetos são mais problemáticos para os falantes de EsP a adquirir PE: (i) a ocorrência de um infinitivo flexionado em complementos de verbos percetivos e causativos; (ii) as propriedades de seleção dos verbos causativos e percetivos, já que apenas estes últimos admitem a ocorrência de PIC como complementos; (iii) a ocorrência de um núcleo aspetual *a* num complemento infinitivo ou (iv) a opcionalidade entre infinitivo flexionado e não-flexionado na PIC.

Finalmente, a quarta tarefa centra-se naquele que se prediz ser o último passo de reconfiguração envolvido na aquisição de PIC e que corresponde à PIC com infinitivo flexionado. De acordo com o discutido anteriormente, a aquisição deste tipo de PIC envolve, para além da reconfiguração de contrapartidas morfológicas diferentes entre a L1 e a L2, a aquisição de um tipo de configuração que permite a ocorrência de um infinitivo flexionado. Assim, testou-se a aquisição desta estrutura especificamente através de uma tarefa de escolha forçada. Nesta tarefa os aprendentes de PE teriam de optar entre PIC com infinitivo flexionado e uma opção agramatical ou, pelo menos, marginal em PE.

6.2. Construção das tarefas experimentais

6.2.1. Seleção dos verbos percetivos e causativos

Tal como discutido anteriormente, incluem-se na classe dos percetivos os verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* e, na classe dos causativos, os verbos *fazer*, *deixar* e *mandar*. Considerando os vários verbos incluídos nas duas classes, foi necessário avaliar as vantagens e eventuais problemas associados à inclusão de todos ou de apenas alguns destes verbos no desenho experimental.

Por um lado, a inclusão, nas tarefas experimentais, de itens com cada um dos verbos percetivos e causativos poderia garantir uma visão global do processo de aquisição das duas classes de verbos e, eventualmente, fazer generalizações sobre o comportamento de cada uma das classes como um todo. Por outro lado, não se pode descartar a hipótese de os resultados obtidos poderem revelar a presença de efeitos relacionados com as propriedades lexicais desses mesmos verbos. Contudo, para testar estes eventuais efeitos seria necessário ter um número suficiente de ocorrências de cada um dos verbos em cada uma das tarefas experimentais a aplicar. Ao adicionar a necessidade de testar efeitos lexicais às condições que testassem aspetos relacionados com a reconfiguração de traços, cada tarefa tornar-se-ia demasiado extensa, o que comprometeria a obtenção de dados robustos sobre qualquer um dos aspetos testados.

Tendo esta última linha de raciocínio prevalecido enquanto opção metodológica, optou-se por construir as tarefas com um verbo de cada classe: um verbo percetivo (*ver*) e um verbo causativo (*deixar*). A escolha destes dois verbos prende-se com o facto de, dentro da sua respetiva classe, serem verbos de uso frequente e para os quais seria exequível a criação de situações discursivas naturais. Assim, a exclusão dos verbos *ouvir* e, principalmente, *sentir* (dentro da classe dos verbos percetivos) justifica-se por uma preocupação relativamente ao julgamento de frases com estes verbos poder ser fortemente influenciado por questões discursivas e pragmáticas. Já na classe dos causativos, a exclusão do verbo *mandar* deveu-se, sobretudo, ao facto de este ser considerado em alguma da literatura sobre o EsP um verbo de controlo (Hernanz, 1999; Torrego, 1998). Assim sendo, parece haver uma diferença entre as análises de *mandar* em PE e em EsP que poderia influenciar os resultados. Finalmente, e quanto ao verbo *fazer*, apesar de este ser apontado na literatura sobre línguas românicas como o verbo causativo prototípico, é importante notar que, pelo menos em PE, a sua aceitabilidade, por parte dos falantes nativos, parece estar sujeita a algumas restrições que não se aplicam aos restantes verbos causativos[109]. Além disso, o verbo *deixar* parece comportar-se, do ponto de vista sintático, de forma próxima em PE e em EsP, na medida em que, dentro da classe dos causativos, o correlato *dejar* é descrito de forma mais consensual na literatura sobre o EsP como admitindo como complemento estruturas de ECM (Hernanz, 1999), para além de estruturas de predicado

[109] Esta hipótese tem por base a recolha informal de juízos de aceitabilidade de complementos infinitivos do verbo *fazer*. Os falantes nativos questionados parecem, em geral, preferir frases com o verbo *mandar* e *deixar* para expressar causatividade. O uso do verbo *fazer* é favorecido quando o sujeito exibe propriedades específicas relacionadas com agentividade e com o traço semântico de animacidade, em contextos em que *deixar* e *mandar*, pelas suas propriedades de seleção, não são possíveis.

(i) a. A tempestade fez o telhado ruir.
b. *A tempestade mandou o telhado ruir.
c. *A tempestade deixou o telhado ruir.

complexo. Também os dados experimentais descritos na secção 2.2.3. do presente trabalho, embora não corroborem a existência de diferenças expressivas entre *hacer* e *dejar*, indicam que complementos infinitivos do verbo *dejar* com sujeitos pré-verbais obtêm taxas de aceitabilidade elevadas por parte dos falantes nativos de EsP.

6.2.2.Itens de teste e distratores

Na construção das diferentes tarefas experimentais, foi tomado um conjunto de decisões relativas aos itens de teste e aos distratores que são comuns a todas as tarefas. Uma dessas decisões diz respeito à relação entre as estruturas e as propriedades a testar e o número de itens a incluir em cada uma das tarefas. Por outras palavras, procurou-se incluir um número de itens suficiente para testar as propriedades associadas a cada uma das condições de teste sem que isso resultasse em tarefas excessivamente extensas e complexas. Assim sendo, e à semelhança do descrito para as TJA apresentadas na secção 2.2.2.1., pretendeu-se encontrar um equilíbrio entre a recomendação de Cowan & Hatasa (1994) de que uma TJA deverá ter um total de 60 a 72 frases, de forma a ser robusta, e a advertência de Gass & Mackey (2007) de que uma TJA não deverá exceder as 50-60 frases (incluindo itens de teste e distratores), para não comprometer os resultados por efeitos de cansaço nos participantes. Embora estas recomendações metodológicas digam respeito especificamente ao desenho de TJA, a sua aplicação estendeu-se também ao desenho das restantes tarefas – uma tarefa de completamento de frases (TCF) e uma tarefa de escolha forçada (TEF) –, por se considerar que os mesmos princípios eram válidos e aplicáveis a todas elas.

Um outro aspeto ponderado foi o rácio de distratores em relação ao número de itens de teste. Este rácio pode variar muito de estudo para estudo, tal como referido na secção 2.2.2.1. do presente trabalho. À semelhança das tarefas apresentadas anteriormente, optou-se por um rácio de 2:1 de distratores face a itens de teste (Sprouse, 2007; Kraš, 2010). O objetivo desta prevalência do número de distratores sobre o número de itens de teste era garantir que o objeto de estudo não se tornasse evidente para os participantes nas tarefas. Tendo este rácio de distratores para itens de teste servido o mesmo propósito anteriormente, julgou-se que a melhor opção seria mantê-lo nas tarefas que agora se descrevem.

Para além do número de distratores a incluir, foi necessário decidir sobre o tipo de estruturas a que estes deviam corresponder. Assim, e tal como para as TJA anteriormente descritas, tomou-se em consideração que os distratores não podem incluir estruturas semelhantes às que são alvo de teste, sendo, todavia, conveniente que as diferenças entre

ambos não sejam tão grandes que inviabilizem o cumprimento da sua função (Ionin, 2012), isto é, tornar o objeto de estudo menos saliente. Por esta razão, selecionaram-se estruturas com algum tipo de complexidade sintática. Uma descrição mais detalhada dos distratores incluídos em cada uma das tarefas será dada nas secções seguintes.

Finalmente, importa referir que cada frase, quer fosse um item de teste quer fosse um distrator, era sempre antecedida por um breve contexto, como acontecia nas TJA (1) e na TCF (2), ou o contexto era providenciado pelo facto de os itens da tarefa serem breves textos em que as frases tinham uma ligação pela manutenção do tópico discursivo, como na TEF (3).

(1) A: O Daniel e o João queriam ver as notícias.
B: O pai viu-os ligar a televisão.

(2) O João e os amigos foram ao cinema ver uma comédia. O João viu…
a. … os amigos rirem.
b. … os amigos a rirem.
c. … os amigos a rir.

(3) O Pedro e eu tocamos numa banda e vamos [gravar] / [a gravar] um álbum. Há alguns meses um produtor viu-nos [a tocarmos] / [tocarmos] num festival. Ele gostou da nossa música e [assinava] / [assinou] um contrato connosco.

A inclusão de frases indicadoras do contexto situacional prendeu-se essencialmente com dois aspetos. Em primeiro lugar, nas TJA e na TEF todos os sujeitos encaixados dos itens de teste (isto é, das orações completivas infinitivas) eram pronominais e, por conseguinte, era forçoso que estes itens fossem acompanhados de um contexto que desse aos participantes informação sobre o referente desses mesmos pronomes. Consequentemente, o mesmo método foi aplicado aos distratores (independentemente de se tratar de frases com sujeitos pronominais ou não), de modo a não criar uma assimetria entre os dois tipos de itens. Em segundo lugar, importa não esquecer que a presença ou ausência de contexto pode afetar os juízos dos falantes, podendo a ausência de contexto influenciar os resultados ao contribuir para o aumento da variação interfalante (Schütze, 1996).

6.2.3. Apresentação global das tarefas

A modalidade de apresentação das tarefas é um fator a ponderar, sendo uma das distinções relevantes a apresentação dos estímulos oral ou visualmente. A escolha de uma destas modalidades deve ter em conta um conjunto de fatores, nomeadamente os objetivos do estudo, as condições logísticas de aplicação da(s) tarefa(s) e outros aspetos teóricos relacionados com questões de processamento, que devem ser equacionados no contexto da aquisição de uma língua não materna. Com efeito, é fundamental considerar as diferenças de processamento de *input* oral e visual, por um lado, bem como questões relacionadas com a segmentação do discurso que, considerando a aplicação de tarefas a participantes cuja língua materna não é a dos estímulos que vão receber, poderão influenciar os resultados ou, até mesmo, comprometer a realização da tarefa.

Estudos anteriores (*e.g.*, Johnson, 1992; Murphy, 1997) centraram-se precisamente nesta questão, procurando testar os efeitos que a modalidade de apresentação poderá ter nos resultados obtidos, em particular no que diz respeito a TJA. Johnson (1992) replicou a TJA do estudo inaugural de Johnson & Newport (1989), com os mesmos informantes, sendo que a variável introduzida neste estudo foi justamente a modalidade de apresentação dos estímulos: em Johnson & Newport (1989) estes foram apresentados oralmente e, em Johnson (1992), a tarefa foi apresentada em formato escrito. A comparação dos resultados obtidos nos dois estudos revelou que a taxa de erro dos participantes adultos foi consideravelmente mais baixa na realização da tarefa por escrito (com uma redução para cerca de metade dos erros na tarefa apresentada por escrito em relação à apresentada oralmente no estudo prévio). Na mesma linha, Murphy (1997) mostrou também que a modalidade de apresentação de uma TJA é um fator que pode influenciar a taxa de respostas convergentes com a gramática-alvo e o tempo de resposta. O estudo de Murphy (1997) revelou ainda que esta diferença de resultados como consequência da modalidade de apresentação da tarefa é particularmente notória no caso dos itens agramaticais, sendo que, uma vez mais, os participantes obtiveram resultados melhores na apresentação visual por oposição à apresentação oral dos estímulos.

Tendo em conta a natureza do presente trabalho e os resultados apresentados em estudos anteriores, optou-se por uma apresentação de todas as tarefas em formato visual. Contudo, foi necessário tomar também uma decisão quanto ao suporte de apresentação.

Até há alguns anos, o suporte mais comum de apresentação de TJA e de outras tarefas com características semelhantes era o papel. Todavia, é também possível apresentar este tipo de tarefas em outros tipos de suporte, nomeadamente em computador, sendo que nos últimos

anos surgiram diversas ferramentas e *software* específicos que facilitam este processo. A apresentação de tarefas como as desenhadas no âmbito do presente trabalho em computador tem a vantagem de permitir controlar alguns aspetos que podem influenciar o desempenho dos participantes, como, por exemplo, a possibilidade de estes voltarem atrás e corrigirem respostas já dadas ou compararem itens uns com os outros (Gass & Mackey, 2007; Ionin, 2012). Não obstante a aplicação em computador parecer apresentar algumas vantagens, no caso do presente estudo foi necessário equacionar outros fatores. As quatro tarefas que aqui se apresentam foram aplicadas presencialmente, em contexto de sala de aula, de modo a que não só se conseguisse reunir o maior número de participantes para cada tarefa e para cada nível de proficiência em PE, mas também se obtivesse um grupo homogéneo de participantes. Este é um aspeto fundamental, pois o número de participantes é determinante para a obtenção de dados robustos que permitam a discussão das perguntas de investigação que norteiam o presente estudo. Assim, o contexto de aplicação das tarefas determinou que estas fossem apresentadas em formato papel, na forma de um questionário a que os participantes responderam por escrito[110], já que a inexistência de computadores na sala de aula impossibilitaria a realização das tarefas em simultâneo por todos os alunos. Por uma questão de uniformidade, as tarefas foram apresentadas exatamente da mesma forma aos grupos de teste e aos grupos de controlo.

Ainda no que diz respeito à apresentação das tarefas experimentais, é recomendável que os itens sejam dispostos de forma aleatória. No caso das presentes tarefas, os itens foram ordenados aleatoriamente com recurso à ferramenta Randomizer[111]. Para além da aleatorização dos itens, foram criadas duas listas de apresentação para cada uma das tarefas que foram distribuídas alternadamente pelos participantes do grupo de controlo e dos grupos de teste.

Em todos os questionários distribuídos pelos participantes, a tarefa de avaliação, completamento ou seleção de orações era antecedida por um texto de instruções que explicava a tarefa a realizar. As instruções foram dadas na língua materna dos participantes, isto é, em Português para os grupos de controlo e em Espanhol para os grupos de teste. Para garantir que os participantes avaliavam cada frase considerando a sua estrutura e não de acordo com a possibilidade de interpretação da frase ou até com questões de ortografia e pontuação, seguiu-se como modelo as instruções apresentadas no estudo de Bley-Vroman, Felix & Ioup (1988). Assim, à semelhança das instruções incluídas nas TJA descritas na secção 2.2.2., também nas

[110] Note-se que, possivelmente por as tarefas terem sido realizadas em sala de aula com a presença do professor e da investigadora, não se detetou uma tendência para a revisão e correção de respostas por parte dos participantes.
[111] https://www.randomizer.org.

tarefas que agora se apresentam era pedido aos participantes que se concentrassem na estrutura das frases e que ignorassem erros ortográficos ou de pontuação.

Antes da realização das tarefas, cada participante completou uma ficha de dados[112] com o objetivo de recolher informação sobre o seu perfil sociolinguístico (cf. anexo 2). A informação relativa ao perfil sociolinguístico dos participantes é fundamental para a constituição de grupos homogéneos, servindo, posteriormente, de base para a decisão de inclusão ou exclusão de participantes no estudo, como à frente se explicará.

Para o presente trabalho, este aspeto assume particular importância se se considerar, por um lado, a necessidade de controlar aspetos relacionados com o contexto de aquisição de uma L2/L3/Ln e, por outro lado, a situação linguística que caracteriza o território espanhol, principalmente no que diz respeito à variação dialetal entre as diferentes regiões espanholas, bem como ao facto de existirem regiões bilingues. Assim, foi pedido aos participantes de EsP L1 a adquirir PE língua não materna que fornecessem informação relativa aos seguintes aspetos:

1. Data de nascimento.
2. Sexo.
3. Nacionalidade.
4. Localidade em que cresceu.
5. Localidade(s) em que viveu nos últimos 10 anos.
6. Língua materna.
7. Nível de escolarização.
8. Outra(s) língua(s) que saiba ou estude para além do Espanhol.
9. Nível de ensino de Português que está a frequentar.
10. Há quanto tempo estuda Português?
11. Já viveu em Portugal? Por quanto tempo?

No caso dos participantes do grupo de controlo, isto é, os falantes nativos de PE, foi também pedido um conjunto de informações semelhante, tendo sido naturalmente excluídos os campos que dizem respeito à aprendizagem de Português língua não materna. Assim, foram excluídos os campos 9, 10 e 11 e, no campo 8, a informação que se pretendia obter era "Outra(s)

[112] Algumas das questões incluídas com o intuito de traçar o perfil linguístico dos participantes na TJA foram adaptadas da ficha de perfil linguístico aplicada no âmbito do projeto "Recolha de dados de aprendizagem de português língua estrangeira", realizado ao abrigo de um protocolo entre o Instituto Camões e o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (https://clul.ulisboa.pt/recurso/recolha-de-dados-de-ple).

língua(s) que saiba ou estude para além do Português". Nos Anexos X e Y encontram-se as fichas de metadados tal como foram apresentadas aos grupos de teste e aos grupos de controlo.

6.2.4.Perfil sociolinguístico dos informantes

Os grupos de teste e os grupos de controlo foram definidos de acordo com um conjunto de características sociolinguísticas, procurando-se, desta forma obter grupos homogéneos.

Para as quatro tarefas que se apresentarão mais à frente foram recolhidos dados junto de três grupos de teste e três grupos de controlo. As duas TJA foram realizadas em duas sessões com os mesmos informantes, tanto no caso dos falantes de PE língua não materna como no caso dos falantes nativos de PE. A TCF e a TEF foram realizadas cada uma por grupos distintos, quer de aprendentes de PE língua não materna quer de falantes nativos de PE.

Neste ponto importa discutir as vantagens e desvantagens de reunir dados de grupos distintos por oposição à situação em que um mesmo grupo de informantes realizar todas as tarefas. Esta última opção acarreta a vantagem de tornar os dados obtidos mais comparáveis, pois mitigaria a questão da variação interfalante e a sua influência sobre os resultados. Não obstante, não eliminaria um outro tipo de variação, a variação intrafalante. Este tipo de variação deve sempre ser levado em linha de conta num estudo assente em dados experimentais, mas parece ser particularmente relevante considerando o grau de variação a que as estruturas objeto de estudo estão sujeitas.

Além disso, as tarefas foram aplicadas em contexto de sala de aula e, por conseguinte, a sua realização teve necessariamente de respeitar o calendário escolar e a disponibilidade das escolas, dos professores e dos alunos. Isto significa que as tarefas tiveram de ser realizadas num mesmo semestre. Se fosse pedido a cada participante que realizasse as quatro tarefas que compõem o presente estudo, seria necessário ocupar tempo de quatro aulas num curto intervalo de tempo, o que, em primeiro lugar, não seria compatível com os objetivos didáticos da escola e dos professores e, em segundo lugar, poderia comprometer os próprios resultados obtidos, já que a realização de quatro tarefas centradas nas mesmas estruturas num tão curto espaço de tempo poderia tornar evidente para os participantes que estruturas estavam a ser testadas. Pelas razões acima expostas, optou-se por reunir dados de grupos de participantes distintos para cada tipo de tarefa, mas com o mesmo perfil sociolinguístico.

Assim, os grupos de teste são constituídos por falantes monolingues de EsP, com idades compreendidas entre os 18 e os 49 anos de idade, que cresceram e/ou viveram nos últimos 10 anos em regiões que correspondem aos dialetos setentrionais (Castela e Leão, Castilla la

Mancha) ou na região da Extremadura. Ao incluir apenas informantes destas regiões, procurou-se obter uma amostra dialetalmente uniforme e que não se afastasse (sintaticamente e quanto às estruturas estudadas) da norma padrão do EsP (Bosque & Demonte, 1999; RAE, 2009).

Os dados foram recolhidos em diversas Escolas Oficiais de Idiomas[113] das comunidades autónomas de Castela e Leão e da Extremadura (Leão, Ponferrada, Salamanca, Valladolid, Cáceres, Badajoz, Mérida, Plasencia e Navalmoral de la Mata), em escolas de línguas (Madrid) e também na Universidade da Extremadura (polos de Cáceres e de Badajoz).

Foram excluídos todos os informantes que não tinham o EsP como língua materna e todos aqueles que indicaram ser bilingues simultâneos, isto é, os informantes que tinham mais do que uma língua materna. As situações de bilinguismo descritas nos metadados diziam respeito exclusivamente a informantes que tinham como línguas maternas o Castelhano e outra língua falada no território espanhol (*e.g.*, Catalão, Galego). Por uma questão de rigor, optou-se por considerar como fator de exclusão não só a explicitação de uma situação de bilinguismo como resposta à questão da língua materna falada, mas também a informação relativa aos campos "localidade em que cresceu" e "outra(s) língua(s) que saiba ou estude para além do Espanhol". Assim sendo, cruzou-se a informação destes dois campos e, sempre que um informante fosse oriundo de uma região bilingue, nomeadamente Galiza, País Basco, Navarra, Catalunha, Valência, Aragão ou Astúrias, e tivesse indicado falar uma das línguas oficiais (o Galego, o Euskera e o Catalão/Valenciano) ou minoritárias (o Aragonês e o Asturo-leonês) de Espanha, para além do Castelhano, então os seus dados foram excluídos da análise [114].

Uma vez que, para além das situações de bilinguismo, foi também tida em conta a variação dialetal em território espanhol, foram excluídos os informantes que declararam terem crescido e vivido nos últimos dez anos na região da Andaluzia e nas Ilhas Canárias, por ao dialeto falado nestas regiões serem atribuídas diferenças face à variedade padrão.

No que diz respeito à idade de primeira exposição ao PE, e de forma a garantir que só eram analisados dados de aquisição de PE língua não materna em idade adulta, foi cruzada a informação relativa à idade dos informantes com as respostas dadas no campo "há quanto tempo estuda Português?". Com efeito, foi necessário excluir alguns informantes com base neste critério, particularmente aqueles com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos e

[113] As Escolas Oficiais de Idiomas constituem uma rede de escolas públicas dedicadas ao ensino de línguas e de Espanhol língua estrangeira, cuja administração está a cargo de cada uma das comunidades autónomas de Espanha (http://www.educacionyfp.gob.es/educacion-mecd/areas-educacion/estudiantes/ensenanza-idiomas.html).

[114] Nos casos em que os informantes eram oriundos de regiões bilingues, mas não indicaram falar outra língua oficial ou minoritária de Espanha para além do Castelhano (nem como língua materna nem como língua segunda), estes foram questionados diretamente sempre que possível, confirmando-se que apenas falavam Castelhano e que nunca tiveram qualquer contacto com outra língua durante a infância.

que indicaram estudar português há vários anos, correspondendo, por conseguinte, a situações de aquisição de PE língua não materna na infância ou na adolescência.

Finalmente, foi também considerado como critério de exclusão o facto de os informantes terem vivido em Portugal durante um período longo de tempo: mais de um ano. A opção de excluir estes informantes prende-se com a necessidade de garantir que todos os participantes partilhavam o mesmo contexto de aquisição de PE língua não materna, isto é, que adquiriam o PE em contexto de ensino formal em Espanha e não em contexto de imersão.

Quanto aos grupos de controlo, estes são constituídos por falantes monolingues de PE, também com idades compreendidas entre os 18 e os 49 anos de idade e sem conhecimentos de Linguística. Foram igualmente excluídos os falantes bilingues ou de outra variedade de Português (*e.g.*, PB, Português de Angola). Os dados para os grupos de controlo das diferentes tarefas foram recolhidos, em grande parte, junto de alunos de licenciatura da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mas também se procurou recolher dados junto de falantes de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, de forma a aproximar o perfil sociolinguístico dos grupos de controlo ao dos grupos de teste. A este propósito, importa referir que, nas Escolas Oficiais de Idiomas, onde foi recolhida a maior parte dos dados dos grupos de teste, se podem encontrar grupos mais heterogéneos, particularmente no que diz respeito aos fatores anteriormente referidos, ou seja, à idade e ao nível de escolaridade.

No capítulo seguinte, serão apresentados, para cada tarefa, os números totais de informantes incluídos e excluídos da análise, bem como os valores relativos à média de idades e ao número de informantes do sexo feminino e do sexo masculino.

6.3. Tarefas de juízos de aceitabilidade

6.3.1.Tarefa 1: Exceptional Case Marking e estrutura de Infinitivo Flexionado.

A primeira TJA foi desenhada com o intuito de testar um conjunto de propriedades de dois dos complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos disponíveis em PE: ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado. O objetivo desta tarefa era observar eventuais diferenças na aquisição destas duas estruturas na relação com os níveis de proficiência dos falantes de PE L2 e que propriedades são relevantes no processo de reconfiguração de traços. Considerando as perguntas de investigação previamente colocadas, que se baseiam nos pressupostos da *Feature Reassembly Hypothesis*, a matriz desta tarefa resulta da manipulação de um conjunto de traços selecionado por colocar em evidência as diferenças entre aquelas estruturas, permitindo

observar se e em que momento os falantes adquirem as estruturas da língua-alvo, ao adquirirem (mediante a sua reconfiguração) os valores de determinados traços e a forma como estes se organizam em categorias funcionais, tal como discutido no capítulo 5 do presente trabalho.

Adicionalmente, é importante não esquecer a possibilidade de os dados do grupo de controlo (falantes de PE L1) não estarem de acordo com o que, até à data, tem vindo a ser descrito na literatura e nas gramáticas como as propriedades destas estruturas na norma padrão do PE. Assim, é possível, de acordo com estudos anteriores, nomeadamente Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008), Martins (2018) e Barbosa, Flores & Pereira (2018), que os falantes aceitem frases de ECM em que a forma verbal apresenta marcas morfológicas de concordância com o sujeito (*e.g.*, "O Manuel viu-as lerem uma revista."), mas que apresentem taxas de aceitabilidade mais baixas relativamente à estrutura de Infinitivo Flexionado.

Assim, como mostra a tabela 16, a TJA tem um desenho de 2x2, correspondendo a quatro condições resultantes das diferentes combinações possíveis de traços-ϕ e de Caso em complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos.

ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado		
	Forma verbal do domínio encaixado: infinitivo não flexionado	Forma verbal do domínio encaixado: infinitivo flexionado
Caso do Sujeito do domínio encaixado: Nominativo	N = 4 * *O pai deixou / viu elas beber sumo. (Sujeito Nominativo + Infinitivo não flexionado)	N = 4 √ OKO professor viu / deixou eles tocarem piano. (Sujeito Nominativo + Infinitivo flexionado) Estrutura de Infinitivo Flexionado
Caso do Sujeito do domínio encaixado: Acusativo	N = 4 √ OKO editor deixou-as / viu-as escrever um artigo. (Sujeito Acusativo + infinitivo não flexionado) ECM	N = 4 * / √ OK/*A mãe deixou-os / viu-os fazerem um bolo. (Sujeito Acusativo + infinitivo flexionado) ECM com infinitivo flexionado

Tabela 16: Condições da TJA que testa ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado.

Foram incluídos quatro itens por condição: duas frases com o verbo *ver* e duas com o verbo *deixar*, num total de 16 itens de teste. As duas condições correspondentes a itens gramaticais coincidiam com as estruturas alvo de estudo, isto é, ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado. Numa das condições, a combinação de um sujeito encaixado nominativo com uma forma verbal de infinitivo não-flexionado resultava em itens agramaticais. Finalmente, uma das condições correspondia a estruturas de ECM com infinitivo flexionado. Tal como discutido

previamente, este tipo de estruturas, embora se encontre já descrito em estudos anteriores, poderá estar sujeito a variação e carece de mais dados para que se possa aferir a sua aceitabilidade junto dos falantes nativos de PE e, por esse motivo, encontra-se marcado, na tabela 16, como possivelmente agramatical ou gramatical.

Ainda quanto aos itens de teste, na sua construção foi controlado um conjunto de variáveis. Assim, relativamente aos sujeitos do domínio encaixado, todos se encontravam na 3.ª pessoa do plural, para permitir a presença de marcação morfológica explícita na forma verbal do infinitivo e, deste modo, garantir um contraste entre formas de infinitivo flexionado e infinitivo não-flexionado. Quanto ao género, foram incluídos sujeitos femininos (N = 7) e masculinos (N = 9). Além disso, todos os sujeitos eram pronominais, para que fossem visíveis as marcas de Caso (nominativo / acusativo), e tinham o traço [+humano] e [+específico]. O controlo destas propriedades semânticas prendeu-se com a necessidade de garantir a observação de possíveis efeitos de *transfer* do EsP relacionados com DOM ou *leísmo* relativamente à marcação casual dos constituintes aqui em causa. Ao escolher um contexto em que a L1 e a L2 diferem quanto aos traços envolvidos na marcação de Caso de um constituinte, seria possível observar se haveria efeitos de *transfer* persistentes ou se os traços associados a esta propriedade seriam reconfigurados com sucesso pelos falantes de EsP L1 a adquirir PE língua não materna.

Já os sujeitos do domínio superior eram DP plenos. Com esta opção pretendeu-se não adicionar complexidade às frases, uma vez que a inclusão de sujeitos pronominais implicaria a interpretação de cadeias referenciais. Ora, sendo já os sujeitos do domínio encaixado pronominais, optou-se por manter todos os sujeitos do domínio superior como DP plenos.

Quanto aos verbos do domínio superior, isto é, o verbo percetivo *ver* e o causativo *deixar*, optou-se por mantê-los no pretérito perfeito simples em todos os itens. Esta escolha foi motivada por este ser um tempo dêitico e por garantir que o evento denotado pelo verbo percetivo fosse delimitado temporalmente, o que, por sua vez, assegurava uma maior uniformidade também do ponto de vista aspetual[115]. Além disso, evitou-se qualquer variação em pessoa e número: todas as formas verbais do domínio matriz se encontravam na 3.ª pessoa do singular. A ocorrência do verbo percetivo ou causativo sempre no singular permite acautelar a introdução de outras variáveis, como a forma dos pronomes clíticos em ênclise associada a

[115]A literatura sobre o Aspeto nos complementos infinitivos dos verbos percetivos em Inglês (Gisborne, 2010) indica contextos que constituem uma exceção à impossibilidade de o predicado do domínio infinitivo denotar um estado permanente, coincidindo tais contextos com a ocorrência de verbos percetivos que não sejam temporalmente dêiticos (*e.g.*, complementos introduzidos por verbos no futuro ou por verbos volitivos seguidos do verbo percetivo no infinitivo: "A Maria quer ver o filho ser médico"). Esta questão foi comprovada em dados de *corpora* do PE (i).

(i) Aslambeck Ismailov, que dirige a campanha eleitoral de Bassaiev, quer ver o seu país ser um Estado muçulmano, mas como o Egipto ou a Turquia, não como o Irão.

[CETEMPúblico, ext1073489-pol-97a-1]

formas verbais terminadas em *-m* (*e.g.*, "viram-nos"), cuja avaliação exigiria outro tipo de competências dos informantes, que não puramente sintáticas.

Finalmente, na seleção dos verbos do domínio encaixado, foram controlados a sua transitividade, classe semântica e valor aspetual. Assim, os verbos encaixados eram transitivos diretos e denotavam um evento. Dentro da classe dos eventos, foram incluídos predicados que denotavam processos, processos culminados e eventos pontuais. Não foi necessário impor nenhuma restrição ao tipo de eventos, pois todos os referidos anteriormente são compatíveis com complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos (Felser, 1999; Gisborne, 2010). Em nenhum item foram usados verbos de atitude proposicional.

Quanto aos itens distratores, e tal como descrito anteriormente, optou-se por um rácio de 2:1 de distratores, pelo que estes totalizavam 32 itens. A sua escolha recaiu sobre tipos de estruturas com algum tipo de complexidade sintática. Assim, foram construídos dois conjuntos de distratores correspondendo a dois tipos de estruturas: orações subordinadas relativas restritivas (N = 16) e construções passivas (N = 16). Estas são idênticas às selecionadas como distratores das TJA descritas na secção 2.2.2.. Uma vez que o uso destas estruturas permitiu alcançar o objetivo de não tornar saliente o objeto de estudo nessas TJA sobre dados do EsP, considerou-se adequado mantê-las como distratores nas TJA sobre dados do PE.

Relativamente às orações subordinadas relativas, foram incluídas orações relativas restritivas canónicas (gramaticais) e com estratégia cortadora (contrapartida agramatical) em número igual. Foram incluídas orações relativas de objeto indireto e com complemento ou modificador oblíquo (Tabela 17).

Distratores: Orações Relativas		
	Relativa canónica	**Relativa com estratégia cortadora**
Relativa de Objeto Indireto	N = 2 √ OK A aluna a quem o professor dá aulas é muito inteligente.	N = 2 * *O amigo que o Paulo ofereceu o livro ficou contente.
Relativa de complemento / modificador oblíquo: *em*	N = 2 √ OK A casa em que o Manuel vive tem muita luz.	N = 2 * *A praça que há uma fonte é muito conhecida.
Relativa de complemento / modificador oblíquo: *de*	N = 2 √ OK O tema de que o livro fala é muito actual.	N = 2 * *A banda que o Pedro faz parte é muito famosa.
Relativa de complemento / modificador oblíquo: *com*	N = 2 √ OK A caneta com que a Maria escreveu era da Ana.	N = 2 * *O violino que Ana tocou a sonata era um Stradivarius.

Tabela 17: Condições das TJA: distratores – orações relativas.

Já no caso das construções passivas, foram incluídas, em número igual, passivas de objeto direto (gramaticais) e de objeto indireto (contrapartida agramatical) (tabela 18).

Distratores: Construções Passivas		
	Objeto Direto	Objeto Indireto
Construção Passiva	N = 8 √ OKA carta foi escrita pela Ana.	N = 8 * *A Olívia foi dada uma prenda pelo Paulo.

Tabela 18: Condições das TJA: distratores – construções passivas.

Reforçando a ideia acima exposta de que a aquisição das propriedades da marcação casual em PE poderia colocar dificuldades aos falantes de EsP, julgou-se pertinente testar contextos que, em EsP, corresponderiam a instâncias de DOM, mas cuja marcação casual difere em PE. Assim, foi constituído um pequeno conjunto de itens de controlo (N = 8). Aqui foram incluídos contextos de ambiguidade entre o artigo do PE *a* e o marcador *a*, isto é, contextos em que objetos diretos compostos por um nome próprio feminino e singular eram antecedidos pelo artigo *a* (*e.g.*, "O João conheceu a Maria numa festa"). Estes poderão ser comparados com contextos de constituintes com função sintática de objeto indireto compostos por um nome próprio feminino e singular que era antecedido, em PE, pela contração da preposição *a* com o artigo definido *a*, no sentido de tentar perceber se os falantes de EsP a adquirir PE são sensíveis a este contraste. Todos os nomes tinham como propriedades semânticas relevantes os traços [+humano] e [+específico]. A tabela 19 resume as condições dos itens de controlo.

Itens de controlo: marcação casual de objetos		
	Artigo + Nome	Contração da Preposição com Artigo + Nome
Verbo Transitivo Direto	N = 2 √ OKO João conheceu a Maria na festa.	N = 2 * *O chef impressionou à Ana com a sua comida.
Verbo Transitivo Indireto	N = 2 * OKO Tiago explicou a Rita como resolver o exercício.	N = 2 √ OKA enfermeira pediu à Teresa para esperar.

Tabela 19: Condições das TJA: itens de controlo – marcação casual de objetos.

Tal como referido anteriormente, esta tarefa foi apresentada em formato papel e os participantes avaliaram as frases sem limite de tempo de resposta e com recurso a uma escala

de Likert. Os motivos que presidiram a esta escolha, bem como a bibliografia relevante (Schütze, 1996; Cowart, 1997; Gass & Mackey, 2007; Sorace, 2010; Ionin, 2012), foram anteriormente expostos a propósito das TJA apresentadas na secção 2.2.2.. À semelhança do discutido anteriormente, dadas as propriedades das estruturas alvo de estudo e as informações por vezes contraditórias quanto à sua gramaticalidade, julgou-se que a melhor opção seria uma escala que permitisse obter juízos mais finos por parte dos informantes. Deste modo, excluiu-se a possibilidade de usar uma escala binária. Por outro lado, a escala de magnitude foi preterida em relação à escala de Likert por se considerar que a maior complexidade que o seu uso acarretaria suplantava possíveis vantagens na obtenção de juízos mais finos (Schutze & Sprouse, 2014).

A escala aqui adotada compreendia quatro valores – 0 (impossível), 1 (provavelmente impossível), 2 (provavelmente possível) e 3 (perfeitamente possível). Uma escala com quatro valores permitiu evitar o uso de um ponto intermédio como expressão de indecisão ou dificuldade quanto a classificar uma frase como aceitável ou inaceitável (Juffs, 2001; Tremblay, 2005), tal como discutido na secção 2.2.2.. É também frequente a inclusão da opção "Não sei" como possibilidade de resposta, que pode ou não integrar a escala. Aqui, optou-se por explicitar a opção "Não sei" nas instruções que precediam a tarefa, não a integrando na escala de quatro valores. A adoção da escala acima descrita é baseada em trabalhos anteriores, nomeadamente Montrul, Dias & Santos (2011). À semelhança do que estas autoras referem relativamente ao seu objeto de estudo, também face às estruturas testadas no presente estudo se esperava que, para além de contextos em que houvesse uma escolha clara entre gramatical e agramatical (isto é, entre "impossível" e "perfeitamente possível"), houvesse também contextos de variabilidade mesmo entre os falantes nativos, pelo que se julgou necessário incluir as opções "provavelmente impossível" e "provavelmente possível".

Quanto às instruções, estas foram escritas na língua materna dos participantes, ou seja, em Espanhol, para os falantes de EsP L1, e em Português, para os falantes de PE L1. Além dos cuidados descritos anteriormente quanto ao tipo de informação a incluir nas instruções, bem como à forma de a explicitar, foi também dada a indicação de que os participantes deveriam corrigir as frases que considerassem agramaticais, ou seja, as frases que classificassem com 0 ou 1. Julgou-se que a possibilidade de aceder às correções dos participantes seria fundamental para tentar perceber que propriedades estariam na base da rejeição de determinadas frases. Só assim seria possível compreender se os motivos para rejeição de itens agramaticais coincidiam ou não com as propriedades da gramática-alvo.

Finalmente, importa referir que esta primeira TJA foi realizada juntamente com a segunda (que em seguida se descreverá) em duas sessões, sendo que em cada sessão se incluiu metade dos itens de teste de cada uma das tarefas e metade dos itens de controlo. Quanto aos

itens distratores, apesar de corresponderem às mesmas estruturas nas duas TJA, isto é, orações relativas restritivas e construções passivas, para cada tarefa foram construídas frases distintas, obedecendo sempre a um rácio de 2:1 de itens de distratores para itens de teste.

6.3.2.*Tarefa 2:* Prepositional Infinitival Construction

A segunda TJA foi desenhada com o objetivo de testar a aquisição de PIC, focando-se nas propriedades de Caso do sujeito do domínio encaixado e na flexão da forma verbal no infinitivo, à semelhança da TJA desenhada para testar ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado. Relembre-se que, contrariamente ao que se verifica na estrutura de Infinitivo Flexionado, não há uma relação entre a presença de um infinitivo flexionado e a legitimação de um sujeito nominativo, já que o sujeito da PIC apresenta sempre Caso acusativo.

Considerando que os itens das TJA, tal como referido anteriormente, foram divididos e apresentados em duas sessões aos participantes, o desenho desta segunda TJA é muito semelhante ao que foi já descrito para a primeira. Deste modo, como se pode observar na tabela 20, a TJA tem um desenho de 2x2, correspondendo a quatro condições resultantes das diferentes combinações possíveis dos traços-ϕ e de Caso. Contudo, centrando-se esta tarefa na PIC, apenas foram incluídos itens com o verbo percetivo *ver*.

PIC		
	Forma verbal do domínio encaixado: infinitivo preposicionado não flexionado	Forma verbal do domínio encaixado: infinitivo preposicionado flexionado
Caso do Sujeito do domínio encaixado: Nominativo	N = 4 * *A Carla viu eles a comprar os bilhetes. (Sujeito Nominativo + Infinitivo preposicionado não flexionado)	N = 4 * *O professor viu elas a arrumarem os livros. (Sujeito Nominativo + Infinitivo preposicionado flexionado)
Caso do Sujeito do domínio encaixado: Acusativo	N = 4 √ OKA mãe viu-as a pentear os cabelos. (PIC com infinitivo não flexionado)	N = 4 √ OKA mãe viu-os a limparem a cozinha. (PIC com infinitivo flexionado)

Tabela 20: Condições da TJA que testa PIC.

Como se pode observar na tabela, foram incluídos quatro itens por condição, num total de 16 itens de teste. As condições correspondentes a itens gramaticais coincidiam com

estruturas de PIC quer com infinitivo flexionado quer com infinitivo não-flexionado. As condições agramaticais resultavam da combinação de um sujeito encaixado com Caso nominativo com uma forma verbal de infinitivo preposicionado flexionado ou não-flexionado.

Nesta tarefa foram controladas exatamente as mesmas variáveis referidas para a primeira TJA. Assim, e pelas razões acima expostas, todos os sujeitos do domínio encaixado se encontravam na 3.ª pessoa do plural, eram pronominais e tinham os traços [+humano] e [+específico]. Os sujeitos do domínio superior, por sua vez, eram DP plenos. Quanto aos verbos no domínio superior, o verbo percetivo *ver* foi mantido sempre no pretérito perfeito simples e na 3.ª pessoa do singular. Já os verbos do domínio encaixado eram, uma vez mais, transitivos, tendo-se controlado a sua classe semântica e valor aspetual, denotando sempre um evento.

Os itens distratores correspondiam também aqui a orações subordinadas relativas restritivas (N = 16) e construções passivas (N = 16), tendo sido mantido o rácio de 2:1 de distratores face a itens de teste. Embora tenham sido construídas frases distintas para esta segunda tarefa, os itens distratores encontravam-se organizados nas mesmas condições anteriormente descritas para a primeira TJA, pelo que se remete para as tabelas 17 e 18 para uma visão geral das condições e para exemplos de itens pertencentes a cada uma delas.

A apresentação da tarefa obedeceu aos critérios anteriormente descritos, tendo sido pedido aos participantes que classificassem cada frase-alvo com recurso a uma escala de Likert de quatro valores – 0 (impossível), 1 (provavelmente impossível), 2 (provavelmente possível) e 3 (perfeitamente possível) – e, adicionalmente, a opção "Não sei". Uma vez mais, foi pedido aos participantes que corrigissem as frases classificadas como impossíveis em Português, ou seja, as frases classificadas com 0 e 1. Sendo esta tarefa realizada a par da anteriormente descrita, as instruções dadas aos participantes do grupo de teste e do grupo de controlo foram as mesmas.

A opção de manter o desenho das duas TJA o mais semelhante possível e de apresentar as duas tarefas aos mesmos participantes prendeu-se com a necessidade de obter dados comparáveis que permitissem ter uma visão geral da aquisição dos complementos infinitivos alvo de estudo neste trabalho: ECM, estrutura de Infinitivo Flexionado e PIC.

6.3.3. Participantes

No que diz respeito ao grupo de teste, foram recolhidos dados junto de um total de 108 participantes, com níveis de proficiência A2, B1 e B2 completos à data da realização da tarefa[116].

[116] Não foi possível incluir participantes com o nível C1 neste estudo, porque as Escolas Oficiais de Idiomas, à data da recolha dos dados, não tinham turmas de alunos a frequentar o nível C2 (e que, por conseguinte, teriam completado

No entanto, nem todos puderam ser incluídos na análise, por não se enquadrarem no perfil sociolinguístico anteriormente descrito. Assim, foi necessário excluir 19 participantes por (i) não se enquadrarem no intervalo de idades pré-definido; (ii) serem bilingues; (iii) serem falantes nativos de outra língua que não o EsP; (iv) terem residido em Portugal por um período superior a um ano e/ou (v) terem começado a adquirir PE língua não materna na infância/adolescência. Além disso, sendo as TJA, pela sua extensão, realizadas em duas sessões, foram também excluídos participantes por apenas terem respondido a uma das partes da tarefa, perfazendo estes últimos um total de 30 dos 108 participantes.

Assim, dos 108 questionários recolhidos inicialmente foram excluídos, no total, 49 e incluídos 59 participantes. Estes 59 participantes apresentam uma média de idade de 41 anos, pertencendo 69,5% ao sexo feminino e 30,5% ao sexo masculino. No que diz respeito ao nível de escolaridade, verificou-se que a maioria dos participantes prosseguiu estudos para além do ensino secundário. O gráfico 11 permite observar a distribuição dos participantes do grupo de teste por nível de escolaridade.

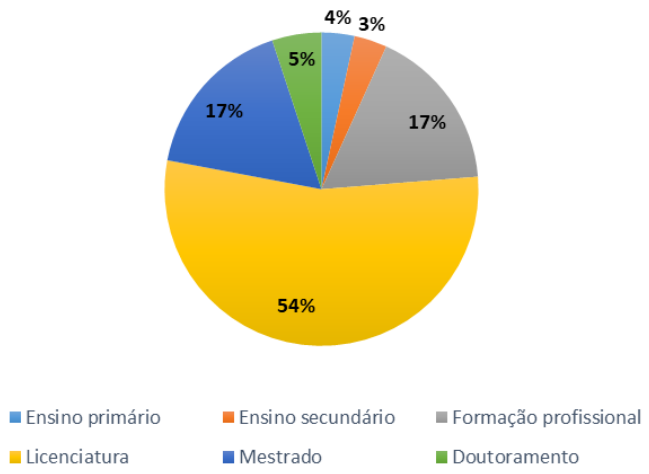


Gráfico 11: Distribuição dos participantes do grupo de teste da TJA por nível de escolaridade.

Uma outra questão incluída na ficha de metadados dizia respeito a outras línguas faladas para além do EsP e do PE. Neste caso, houve respostas muito variadas, registando-se casos de participantes que não indicaram falar outras línguas ou que indicaram falar entre uma a quatro línguas para além do EsP e do PE, nomeadamente Inglês, Francês, Alemão e Italiano.

o nível C1) e as turmas de PLE na Universidade da Extremadura também pertenciam a níveis de proficiência menos elevados.

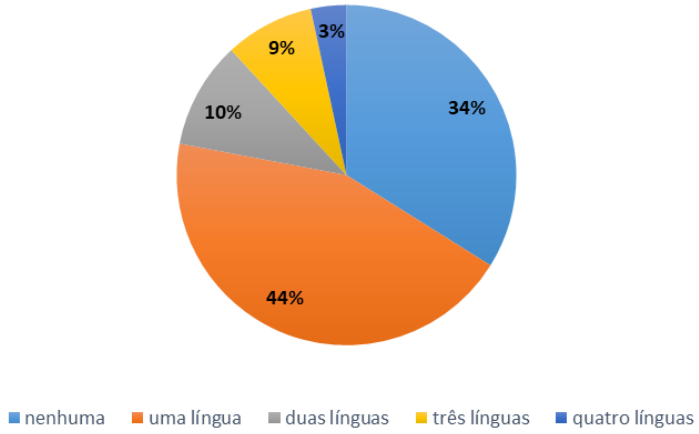


Gráfico 12: Número de línguas faladas pelos participantes do grupo de teste da TJA (além do EsP e do PE).

Quanto à distribuição por nível de proficiência, 21 participantes tinham o nível A2 completo, 21 participantes tinham o nível B1 completo e 11 participantes tinham o nível B2 completo. Quando ao tempo de estudo de Português língua não materna, os alunos a frequentar o nível B1 (A2 completo) declararam estudar PE entre 2 a 4 anos; os alunos a frequentar o nível B2 (B1 completo) estudavam PE entre 4 a 10 anos e os alunos a frequentar o nível C1 (B2 completo) afirmaram estudar PE entre 2 a 7 anos.

No que diz respeito ao grupo de controlo, foram recolhidos dados junto de 53 participantes, dos quais 11 foram excluídos: 9 por apenas terem realizado a primeira sessão da tarefa e 2 por terem uma idade superior a 49 anos. Assim sendo, o grupo de controlo das duas TJA corresponde a um total de 42 participantes, com uma média de idades de 24 anos e pertencendo 81% ao sexo feminino e 19% ao sexo masculino. Quanto ao nível de escolaridade dos participantes, relembre-se que uma grande parte dos participantes são alunos de licenciatura, pelo que, como se pode observar no gráfico 13, há uma percentagem elevada de participantes com o ensino secundário completo, sendo que os restantes são licenciados ou mestres e uma percentagem residual é detentora de um doutoramento.

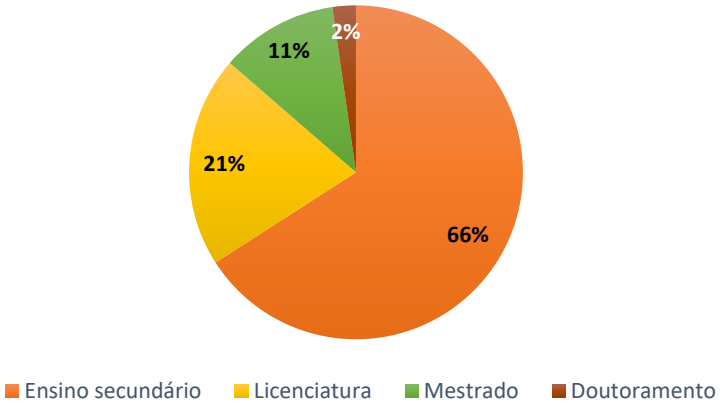


Gráfico 13: Distribuição dos participantes do grupo de controlo da TJA por nível de escolaridade.

Relativamente à questão de outras línguas faladas pelos participantes do grupo de controlo, para além do PE, todos os participantes indicaram falar pelo menos uma outra língua (o Inglês), sendo que, à semelhança do que se verifica com o grupo de teste, alguns participantes indicaram falar até quatro línguas, tendo as respostas incluído o Inglês, o Francês, o Espanhol, o Italiano, o Alemão, o Neerlandês, o Árabe, o Coreano, o Chinês, o Japonês e o Suaíli.

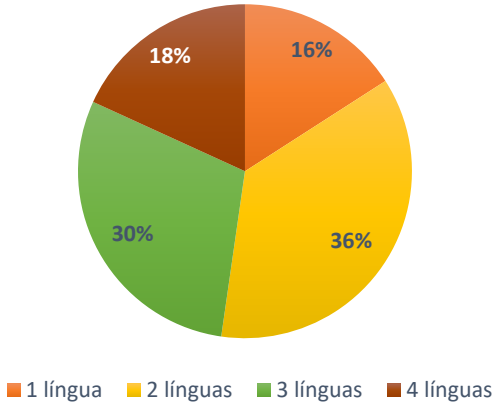


Gráfico 14: Número de línguas faladas pelos participantes do grupo de controlo da TJA, para além do PE.

6.4. Tarefa de Completamento de Frases (*Sentence Completion Task*)

6.4.1.Desenho da tarefa

Uma TJA, em que é pedido aos participantes que avaliem uma frase quanto à sua gramaticalidade, permite aceder ao que os falantes consideram possível e impossível numa língua. Para além deste tipo de apresentação, a literatura também considera semelhantes às TJA as tarefas de preferência, em que é pedido aos participantes que escolham entre um conjunto de duas ou mais frases, orações ou palavras aquela ou aquelas que melhor se adequam a determinado contexto (Ionin & Zyzik, 2014). Assim, tarefas como a de completamento através da seleção de opções dadas (como a que se descreve nesta secção) e a de escolha forçada (que se descreverá no ponto seguinte) podem ser consideradas variações de uma TJA tradicional, recebendo na literatura diversas designações, desde a mais neutra *preference task*, até outras mais descritivas da tarefa desempenhada pelos informantes, como *preference judgment task, sentence selection task* ou *forced-choice task* (Ionin & Zyzik, 2014). A designação adotada aqui é a de tarefa de completamento de frases, pois permite descrever adequadamente a tarefa realizada pelos participantes, mas também evitar o termo "preferência", porque, com esta tarefa, será possível aceder aos juízos dos aprendentes mais do que às suas preferências, em sentido estrito. Com efeito, como se verá adiante, o que era pedido aos informantes era que completassem frases selecionando, de entre as possibilidades apresentadas, aquela(s) que considerassem corretas em Português (e não, necessariamente, apenas uma).

O desenho da TCF centrou-se nas estruturas de complementação infinitiva do PE que não se encontram disponíveis em EsP – a estrutura de Infinitivo Flexionado e a PIC, tendo como objetivo observar se os falantes de EsP L1 (i) identificam Infinitivo Flexionado e PIC como estruturas possíveis em PE; (ii) adquirem os contextos em que cada uma é possível (propriedades de seleção dos verbos percetivos e causativos) e (iii) têm graus de dificuldade diferentes relativamente às duas estruturas, considerando as propriedades específicas de cada uma. O facto de a PIC ser selecionada apenas por verbos percetivos é um tipo de contraste que desencadeia a necessidade de reconfiguração de traços que está na base da *Feature Reassembly Hypothesis* e que, por isso, é importante também testar. Crucialmente, as duas estruturas diferem também quanto à marcação casual do sujeito do domínio encaixado e quanto à possibilidade de ocorrência infinitivo não-flexionado (só possível na PIC).

Cada item incluído nesta tarefa era acompanhado de uma frase de contexto e uma frase que os informantes teriam de completar escolhendo entre três opções – como exemplificado em (4) e (5) –, cada uma correspondendo a um complemento infinitivo: estrutura de Infinitivo

Flexionado (exemplos 4a e 5a), PIC com infinitivo flexionado (exemplos 4b e 5b) e PIC com infinitivo não-flexionado (exemplos 4c e 5c).

(4) A Maria contratou jardineiros para cuidar do seu jardim. Ela viu…

a. … os jardineiros plantarem rosas.

b. … os jardineiros a plantarem rosas.

c. … os jardineiros a plantar rosas.

(5) As irmãs da Teresa foram visitá-la e perguntaram se podiam fumar. A Teresa deixou…

a. … as irmãs fumarem.

b. … as irmãs a fumarem.

c. … as irmãs a fumar.

A tarefa era composta por um número igual de itens com o verbo superior percetivo *ver* e com o causativo *deixar*, como sintetizado na tabela 21.

PIC e Infinitivo Flexionado		
Condições	**Verbo superior percetivo: *ver***	**Verbo superior causativo: *deixar***
	N = 8 a. Estrutura de Infinitivo Flexionado: **Gramatical** b. PIC com infinitivo flexionado: **Gramatical** c. PIC com infinitivo não-flexionado: **Gramatical**	N = 8 a. Estrutura de Infinitivo Flexionado: **Gramatical** b. PIC com infinitivo flexionado: **Agramatical** c. PIC com infinitivo não-flexionado: **Agramatical**

Tabela 21: Condições da TCF que testa PIC e estrutura de Infinitivo Flexionado.

Tal como se pode observar na tabela 21, o desenho da TCF incluiu duas condições e oito itens por condição (num total de 16 itens de teste), a saber: (i) oito itens com o verbo percetivo *ver* e (ii) oito itens com o verbo percetivo *deixar*. No caso das condições com o verbo percetivo *ver*, as três orações (estrutura de Infinitivo Flexionado, PIC com infinitivo flexionado e PIC com infinitivo não-flexionado) dadas como hipóteses de completamento eram possíveis em PE, pelo que se encontram assinaladas como "gramatical" na tabela. Pelo contrário, nas condições com o verbo causativo *deixar*, apenas a estrutura de Infinitivo Flexionado era possível em PE (já que

os verbos causativos não admitem PIC como complemento), pelo que apenas a alínea a. corresponde a uma frase gramatical.

No desenho da TCF foi também controlado um conjunto de aspetos relativos às propriedades dos constituintes com a função de sujeito do domínio encaixado e dos verbos, tanto do domínio superior como do domínio encaixado.

Deste modo, os sujeitos do domínio encaixado correspondiam a DP plenos, na 3.ª pessoa do plural, para que o verbo evidenciasse marcas de concordância com o sujeito. Além disso, todos se caracterizavam pelos traços [+humano] e [+específico], para não incluir outras variáveis que pudessem, de alguma forma, influenciar os resultados obtidos. Contrariamente às anteriores tarefas, optou-se por incluir apenas DP plenos e não sujeitos pronominais. Esta opção prendeu-se com a hipótese levantada anteriormente de os resultados poderem revelar níveis de aceitabilidade da estrutura de Infinitivo Flexionado mais baixos do que o expectável. Esta hipótese baseia-se em dados de estudos anteriores, nomeadamente, de Barbosa, Flores & Pereira (2018), que testaram esta estrutura junto de falantes monolingues e de herança de PE, tendo mostrado, justamente, haver valores baixos de aceitabilidade da mesma em contextos com sujeitos pronominais no domínio encaixado. Por outro lado, dados de aquisição de PE língua materna (Santos, Gonçalves & Hyams, 2016) mostraram uma preferência, por parte das crianças e dos adultos, por complementos com infinitivo flexionado com verbos causativos[117]. Crucialmente, as estruturas produzidas pelos participantes neste estudo correspondiam maioritariamente a orações em que os sujeitos são DP plenos e não sujeitos pronominais. Tendo em conta os dados de estudos anteriores, considerou-se possível que a presença de sujeitos pronominais pudesse influenciar as respostas dos participantes nesta tarefa, levando a uma taxa de seleção baixa de infinitivos flexionados. A inclusão de apenas sujeitos correspondentes a DP plenos na TCF tinha como objetivo evitar este problema e, consequentemente, garantir que a interpretação dos dados não se tornasse opaca devido a esta questão.

Considerando agora as propriedades dos verbos do domínio superior, estes encontravam-se sempre no pretérito perfeito simples do indicativo, pelas mesmas razões avançadas anteriormente a propósito das duas TJA descritas em 6.3.. Neste caso, contudo, não se considerou necessário controlar a flexão em número do verbo superior (singular ou plural), pois a questão da variação ortográfica associada à ênclise de pronomes clíticos não se colocava neste contexto, dado que na presente tarefa todos os sujeitos do domínio encaixado eram DP plenos.

[117] Já no caso dos verbos percetivos, Santos, Gonçalves & Hyams (2016) mostram que há uma clara preferência pela estrutura de PIC (com infinitivo flexionado e não-flexionado), tanto por parte das crianças como por parte dos adultos. Todavia, a PIC não está disponível como complemento de verbos causativos.

Quanto aos verbos encaixados, estes foram controlados relativamente à transitividade, tendo sido incluídos verbos transitivos e intransitivos (nenhum destes pertencendo à classe dos inacusativos) em igual número, bem como quanto à classe semântica e aspetual, tendo sido aplicados os mesmos critérios explicitados anteriormente para as TJA, ou seja, todos os verbos do domínio encaixado denotavam um evento.

A par dos itens de teste, foram incluídos dois tipos de itens distratores centrados na seleção de modo[118]. Desta forma, todas as opções de completamento eram oracionais, envolviam estruturas de subordinação e centravam-se nas propriedades dos verbos que as introduziam. Os itens distratores foram construídos de forma a espelhar a estrutura dos itens de teste, ou seja, era apresentada uma frase incompleta e três opções para a completar, sendo que, em alguns contextos, apenas uma das opções de completamento era possível e, em outros, as três opções eram possíveis.

No primeiro caso, temos construções condicionais que expressavam uma situação hipotética. Este conjunto de distratores pode ser dividido em dois tipos: (i) construções condicionais em que a oração subordinada (o antecedente) apresentava uma forma verbal do pretérito imperfeito do conjuntivo, podendo, por conseguinte, ocorrer uma forma verbal do condicional na oração subordinante (6) e (ii) construções condicionais em que a oração subordinada apresentava uma forma verbal do futuro do conjuntivo, podendo, portanto, ocorrer uma forma verbal do futuro do indicativo na oração subordinante (7).

(6) A Joana é uma criança muito irrequieta. Os pais disseram-lhe que se ela se portasse mal…

a. … eles ralhariam com ela.

b. … eles ralharão com ela.

c. … eles ralhassem com ela.

(7) O Manuel tem bilhetes para um concerto. Ele disse que se a Maria o acompanhar…

a. … ele iria ao concerto.

b. … ele irá ao concerto.

c. … ele for ao concerto.

A tabela 22 apresenta a matriz do conjunto de distratores correspondente à seleção de modo em construções condicionais.

[118] À Alice Jesus, agradeço os preciosos comentários que me ajudaram na construção dos itens distratores centrados na seleção do modo verbal.

Distratores: Construções Condicionais		
	Tempo verbal da oração subordinada: Pretérito Imperfeito do Conjuntivo	**Tempo verbal da oração subordinada: Futuro do Conjuntivo**
Condições	N = 8 a. Condicional **Gramatical** b. Futuro do Indicativo **Agramatical** c. Pretérito Imperfeito do Conjuntivo **Agramatical**	N = 8 a. Condicional **Agramatical** b. Futuro do Indicativo **Gramatical** c. Futuro do Conjuntivo **Agramatical**

Tabela 22: Primeiro conjunto de distratores da TCF – construções condicionais.

O segundo tipo de distratores correspondia a orações completivas finitas introduzidas por verbos epistémicos de dupla seleção de modo (*pensar* e *acreditar*) em que o que estava em causa era a seleção de modo da oração subordinada. Assim, foram criados contextos de crença forte e de crença fraca, em igual número, mas em que o valor de crença dependesse do contexto criado para cada item. Para tal, foram criadas situações alheias ao participante na tarefa e recorreu-se à frase de contexto que antecede cada oração completiva para criar uma situação que favorecesse um contexto de crença forte ou de crença fraca. Em (8), encontra-se um exemplo de uma oração completiva finita introduzida pelo verbo *acreditar* num contexto de crença forte. Já o exemplo (9) representa uma oração completiva finita introduzida pelo verbo *pensar* num contexto de crença fraca. Refira-se ainda que o tempo verbal do verbo do domínio superior (*acreditar* ou *pensar*) era sempre o pretérito imperfeito do indicativo, na 3.ª pessoa do singular, e que nenhuma oração completiva apresentava partículas de negação, de forma a que se obtivesse um conjunto de itens o mais uniforme possível sem outras variáveis que pudessem influenciar na questão da seleção de modo.

(8) O João comprou dois bilhetes para o concerto porque a Diana gosta de música. Ele acreditava…

a. … que a Diana ia ver o concerto com ele.

b. … que a Diana veria o concerto com ele.

c. … que a Diana visse o concerto com ele.

(9) O Rui ofereceu um livro ao João, apesar de este ler muito pouco. Ele pensava…

a. … que o João ia gostar do livro.

b. … que o João gostaria do livro.

c. … que o João gostasse do livro.

A tabela 23 sintetiza as condições que presidiram ao desenho deste conjunto de distratores. Para cada uma das possibilidades de completamento das orações completivas finitas foi escolhido um tempo e modo verbais que fossem possíveis em PE, de modo a criar um paralelismo com os itens de teste correspondentes às orações infinitivas introduzidas pelo verbo percetivo *ver*, em que todas as opções de completamento são gramaticais.

Itens distratores: seleção de modo em orações completivas finitas		
Condições	**Crença forte**	**Crença fraca**
Verbo superior epistémico: *acreditar*	N = 4 a. Perífrase com valor futuro **Gramatical** b. Condicional **Gramatical** c. Pretérito Imperfeito do Conjuntivo **Gramatical**	N = 4 a. Perífrase com valor futuro **Gramatical** b. Condicional **Gramatical** c. Pretérito Imperfeito do Conjuntivo **Gramatical**
Verbo superior epistémico: *pensar*	N = 4 a. Perífrase com valor futuro **Gramatical** b. Condicional **Gramatical** c. Pretérito Imperfeito do Conjuntivo **Gramatical**	N = 4 a. Perífrase com valor futuro **Gramatical** b. Condicional **Gramatical** c. Pretérito Imperfeito do Conjuntivo **Gramatical**

Tabela 23: Segundo conjunto de distratores da TCF – orações completivas finitas.

Quanto à realização da tarefa, foi pedido aos participantes que completassem cada frase selecionando de entre as três possibilidades apresentadas aquelas que considerassem corretas em Português. Os participantes poderiam selecionar uma, duas ou as três opções, se assim o entendessem.

6.4.2.Participantes

A TCF foi realizada por um total de 127 falantes de EsP L1 a adquirir PE língua não materna, com níveis de proficiência A2, B1 e B2 completos à data da realização da tarefa. Deste total de 127 participantes, 31 foram excluídos por não se enquadrarem no perfil sociolinguístico pretendido, tendo sido incluídos na análise os questionários realizados por um total de 96 informantes.

Os 96 participantes apresentavam uma média de idades de 43 anos, pertencendo 71% ao sexo feminino e 29% ao sexo masculino. O gráfico 15 sintetiza a distribuição dos participantes do grupo de teste por nível de escolaridade, sendo que a maioria prosseguiu estudos para além do ensino secundário, à semelhança do observado nas tarefas anteriores.

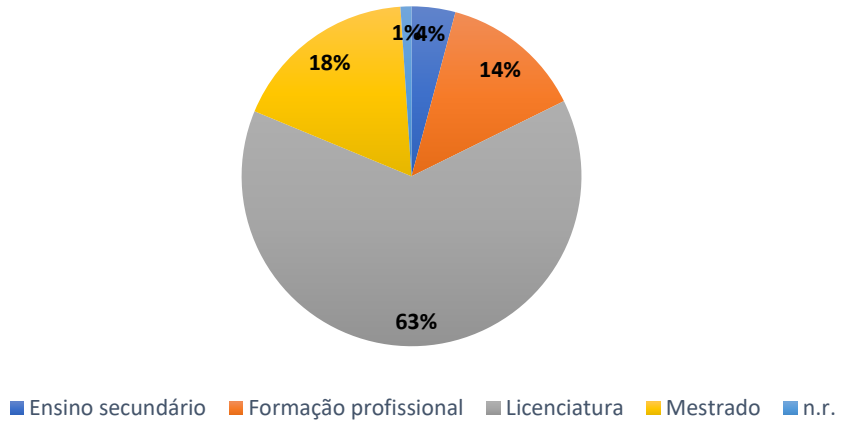


Gráfico 15: Distribuição dos participantes do grupo de teste da TCF por nível de escolaridade.

Quanto às línguas faladas, uma vez mais os informantes apresentam perfis diversos, tendo-se registado casos de informantes que indicaram não falar outra língua para além do EsP e do PE, enquanto outros indicaram falar um máximo de cinco línguas (cf. Gráfico 16). Como outras línguas faladas para além do EsP e do PE, foram indicadas o Inglês, o Francês, o Alemão, o Italiano, o Catalão, o Galego, o Checo, o Sueco e o Dinamarquês.

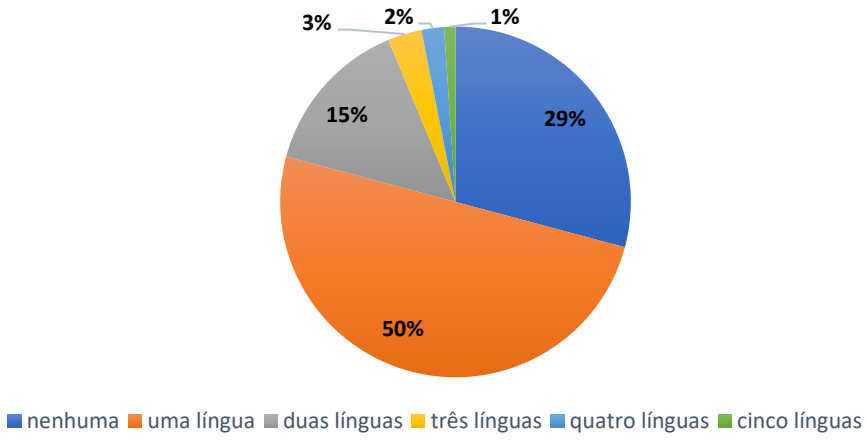


Gráfico 16: Número de línguas faladas pelos participantes do grupo de teste da TCF (além do EsP e do PE).

Tal como referido anteriormente, os 96 participantes incluídos na análise distribuíam-se por diferentes níveis de proficiência. Assim, 45 informantes tinham o nível A2 completo à data da realização da tarefa, 41 tinham o nível B1 completo e 10 participantes tinham o nível B2

completo. Relativamente ao número de anos de estudo de Português língua não materna, os alunos a frequentar o nível B1 (A2 completo) declararam estudar PE entre 1 a 7 anos; os alunos a frequentar o nível B2 (B1 completo) estudavam PE entre 1 a 10 anos e os alunos a frequentar o nível C1 (B2 completo) afirmaram estudar PE entre 3 a 18 anos.

Para a constituição do grupo de controlo, foram recolhidos dados junto de 50 falantes nativos de Português. Posteriormente, foram excluídos 3 participantes – 1 por não ter concluído a tarefa e 2 por terem indicado que cresceram em outros países de língua oficial portuguesa (nomeadamente, Angola e Brasil). Assim, foram analisadas as respostas de um total de 47 informantes. Estes apresentam uma média de idade de 21 anos, pertencendo 70% ao sexo feminino e 30% ao sexo masculino. Quanto ao nível de escolaridade, à semelhança do que se verificou para as tarefas descritas anteriormente, os participantes nesta tarefa são, na sua maioria, também alunos de licenciatura. Tal facto refletiu-se na percentagem elevada de informantes com o ensino secundário completo representada no gráfico 17.

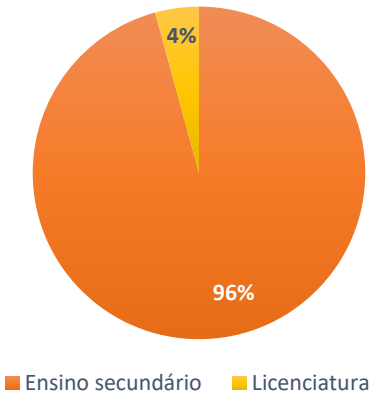


Gráfico 17: Distribuição dos participantes do grupo de controlo da TCF por nível de escolaridade.

Relativamente às línguas faladas pelo grupo de controlo, o gráfico 18 permite observar a distribuição dos participantes do grupo de controlo pelo número de línguas faladas.

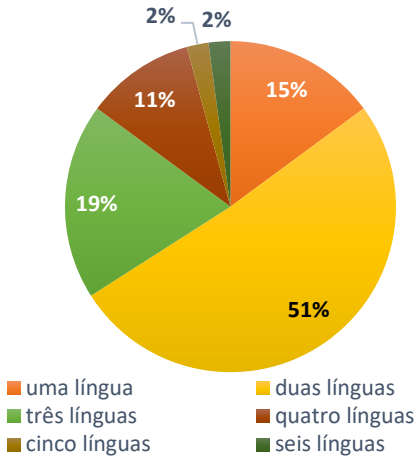


Gráfico 18: Número de línguas faladas pelos participantes do grupo de controlo da TCF, para além do PE.

Para além do PE, todos os informantes falavam pelo menos uma outra língua (o Inglês) e, no máximo, seis línguas. As respostas a este campo da ficha de metadados incluíram o Inglês, o Francês, o Espanhol, o Italiano, o Alemão, o Chinês, o Japonês, o Russo e o Islandês.

6.5. Tarefa de Escolha Forçada (*Forced Choice Task*)

6.5.1.Desenho da tarefa

A quarta tarefa centrou-se na PIC, com o propósito de testar a predição de que os falantes de EsP poderiam ter mais dificuldade em adquirir esta estrutura do que os restantes complementos infinitivos de verbos percetivos e, em especial, a PIC com infinitivo flexionado. Para responder a esta questão, foi desenhada uma tarefa que incluía contextos em que apenas a PIC fosse possível e em que houvesse um contraste com propriedades associadas a outra estrutura, em particular com a estrutura previamente identificada como possivelmente menos problemática para os falantes de EsP a adquirir PE L2, isto é, ECM.

Como discutido no capítulo 5, os falantes de EsP poderão ter dificuldade em mapear as propriedades da estrutura de PIC com as da CG do EsP. Este obstáculo à aquisição da PIC poderá estar relacionado com a incapacidade de identificar a preposição *a* como um núcleo aspetual. Se assim for, os falantes de EsP poderão ter dificuldade em adquirir os contextos em que apenas a PIC é possível.

Para testar se as propriedades da PIC são de aquisição mais tardia ou não, foi desenhada uma TEF em que cada item de teste apresentava duas opções de resposta – uma gramatical, que correspondia a uma estrutura de PIC com infinitivo flexionado, e uma agramatical, que se

assemelhava, em algumas das suas propriedades, a uma estrutura de ECM. Uma vez que se pretendia restringir a tarefa a contextos em que apenas a estrutura de PIC com infinitivo flexionado fosse a resposta correta, optou-se por limitar os itens a contextos de 2.ª pessoa do singular e de 1.ª pessoa do plural com infinitivo flexionado, resultando no tipo de contraste exemplificado em (10)-(11).

(10) a.*/?A Maria viu-nos jogarmos à bola.
b. A Maria viu-nos a jogarmos à bola.

(11) a.*/?A Maria viu-te jogares à bola.
b. A Maria viu-te a jogares à bola.

A opção pela 2.ª pessoa do singular e pela 1.ª do plural justifica-se pelo facto de, assim, o verbo evidenciar marcas de flexão. Além disso, evitou-se o uso da 3.ª pessoa do plural, uma vez que, neste contexto, se encontra já descrita para o PE a possibilidade de infinitivos com marcas de flexão em estruturas de ECM (12), não havendo, por isso, necessariamente um contraste de gramaticalidade em tais contextos. Pelo contrário, dados experimentais sobre ECM com infinitivo flexionado na 2.ª pessoa do singular e na 1.ª do plural mostram taxas de aceitabilidade destes contextos mais baixas por parte de falantes monolingues de PE (Barbosa, Flores & Pereira, 2018). Assim, coloca-se a hipótese de que tais contextos de ocorrência de ECM com infinitivo flexionado sejam agramaticais ou marginais, para a maioria dos falantes nativos de PE.

(12) a.*/OKA Maria viu-os jogarem à bola.
b. A Maria viu-os a jogarem à bola.

Assim, como se pode observar nos exemplos (10) e (11), o que determina o contraste de gramaticalidade entre as alíneas a. e b. é a presença (ou ausência) do núcleo aspetual *a* que caracteriza a PIC. A opção por desenhar a presente tarefa em torno desta variável prendeu-se, justamente, com a hipótese de o tipo de reconfiguração de traços associado à presença e realização morfológica deste núcleo aspetual (em associação com a forma verbal no infinitivo) na expressão de um valor aspetual progressivo ser um foco de dificuldade para os falantes de EsP a adquirir o PE como língua não materna.

No que diz respeito à apresentação da tarefa, cada item correspondia a um breve texto em que foram inseridos um item de teste, um item distrator e um item de controlo (que se descreverão mais à frente), constituindo, portanto, os itens de teste um terço da totalidade de

itens apresentados aos informantes. Como referido anteriormente, existia um número igual de itens com a 2ª pessoa do singular e com a 1ª pessoa do plural, bem como um número igual de opções de resposta gramaticais e agramaticais, como exemplificado em (13) e (14).

(13) João, vi-te (a) estudares / **a estudares** ontem, na biblioteca. O teste de História é para a semana e tenho muitas dúvidas. Como somos amigos, achei que não te (b) **importavas** / importaste de me ajudar e de estudar comigo. Eu acho que o teste vai (c) **ser** / a ser difícil, mas, com a tua ajuda, acho que consigo ter boa nota.

(14) O João e eu somos vizinhos e colegas desde a escola primária. Foi lá que conhecemos o Pedro. No primeiro dia de escola, o Pedro viu-nos (a) comermos / **a comermos** na cantina e sentou-se ao nosso lado. Foi assim que (b) ficávamos / **ficámos** todos amigos. Este ano, vamos (c) **mudar** / a mudar de escola porque passámos para o 5º ano e esperamos fazer muitos amigos novos na nova escola.

A tabela 24 resume as condições de teste, bem como o número de itens por condição.

Tarefa de escolha forçada PIC (com infinitivo flexionado)		
Condições	**2ª pessoa do singular**	**1ª pessoa do plural**
Traço aspetual: [+durativo] / [-durativo]	N = 6 [+durativo] **gramatical** / [-durativo] **agramatical**	N = 6 [+durativo] **gramatical** / [-durativo] **agramatical**

Tabela 24: Itens de teste da TEF – PIC com infinitivo flexionado.

Os restantes itens incluídos nos textos correspondiam a distratores e a itens de controlo. Aqui, optou-se por incluir apenas itens que envolvessem a seleção de uma forma verbal, para que os itens de teste não se tornassem evidentes. Em relação aos distratores, estes eram constituídos por contextos de seleção de tempo verbal, pretendendo-se que os falantes escolhessem entre uma forma verbal do pretérito perfeito do indicativo e outra do pretérito imperfeito do indicativo. Nos exemplos em (13) e (14), os itens distratores correspondem a "**importavas** / importaste" e "ficávamos / **ficámos".** Procurou-se também equilibrar o número de itens em que a escolha correta fosse o pretérito imperfeito e em que fosse o pretérito perfeito. Tal como descrito para os itens de teste, também os itens distratores eram compostos por um número igual de formas verbais na 2.ª pessoa do singular e na 1.ª pessoa do plural.

Tarefa de escolha forçada: itens distratores		
Condições	**2ª pessoa do singular**	**1ª pessoa do plural**
Tempo verbal: pretérito perfeito do indicativo / pretérito imperfeito do indicativo	N = 6 **gramatical / agramatical**	N = 6 **gramatical / agramatical**

Tabela 25: Itens distratores da TEF – seleção de tempo verbal.

No caso dos itens de controlo, estes eram constituídos por contextos de uso da forma perifrástica *ir + infinitivo* com valor futuro. Esta construção, embora disponível em PE e em ESP, difere nas duas línguas no facto de, em PE, não ocorrer com a preposição *a*. Ou seja, enquanto em PE o futuro pode ser expresso através da perífrase *ir + infinitivo* (*e.g.*, "Eles vão ver um filme."), em EsP o mesmo valor é expresso pela perífrase *ir + a + infinitivo* (*e.g.*, "Voy a estudiar", RAE: 2009,541: 28.3.1a). Crucialmente, esta preposição *a* presente no EsP, mas ausente no PE, não tem o mesmo valor aspetual que encontramos nas estruturas de PIC. Quer isto dizer que, embora tanto o EsP como o PE disponham de construções com a sequência *a + infinitivo*, os traços configurados nas estruturas das duas línguas são diferentes, não estando a preposição *a* do EsP associada a traços aspetuais. A inclusão deste tipo de construção como item de controlo servia dois propósitos: por um lado, permitia observar se existem diferenças entre os juízos apresentados no caso de estruturas em que *a + infinitivo* tem um valor aspetual e no caso de estruturas em que *a* + infinitivo tem um valor temporal.

Tarefa de escolha forçada: itens de controlo		
Condições	**2ª pessoa do singular**	**1ª pessoa do plural**
Futuro perifrástico: *ir*+infinitivo / *ir a*+ infinitivo	N = 6 **gramatical / agramatical**	N = 6 **gramatical / agramatical**

Tabela 26: Itens de controlo da TEF – futuro perifrástico.

Na apresentação da tarefa, a ordem pela qual os itens de teste, os distratores e os itens de controlo surgiam nos textos era alternada, para que os itens de teste não se tornassem salientes. A tarefa dos informantes consistia em selecionar qual das opções de resposta consideravam correta em cada um dos três momentos em que eram confrontados com duas

opções para preencher os espaços em branco no texto. No anexo 2, encontra-se esta tarefa tal como foi apresentada aos participantes, incluindo o texto de instruções para a sua realização.

6.5.2.Participantes

138 falantes de EsP a adquirir PE realizaram a TEF, com níveis de proficiência A2, B1 e B2 completos à data da realização da tarefa. Deste total de 138 participantes, 47 foram excluídos por não se enquadrarem no perfil sociolinguístico pretendido. No total, foram analisados dados relativos a 91 informantes.

A média de idade dos 91 participantes é 41 anos e, mais uma vez, verifica-se uma percentagem superior de participantes do sexo feminino (69%) em relação aos participantes do sexo masculino (31%). No gráfico 19, encontra-se informação relativa ao nível de escolaridade dos informantes do grupo de teste, tendo a maioria prosseguido estudos para além do ensino secundário, à semelhança do observado nas tarefas anteriores.

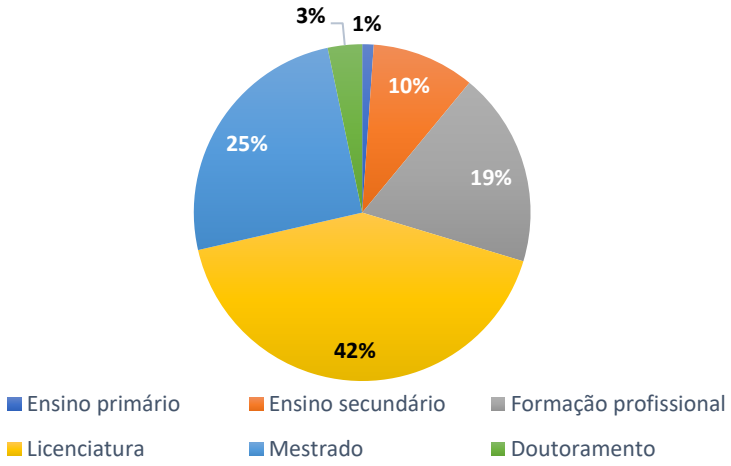


Gráfico 19: Distribuição dos participantes do grupo de teste da TEF por nível de escolaridade.

Quanto às línguas faladas, uma percentagem elevada de participantes declarou falar uma ou duas línguas para além do EsP e do PE, mas há também um número relevante que indicou não falar nenhuma outra língua, como se pode observar no gráfico 20. Como outras línguas faladas para além do EsP e do PE, foram indicadas o Inglês, o Francês, o Alemão, o Italiano e o Catalão.

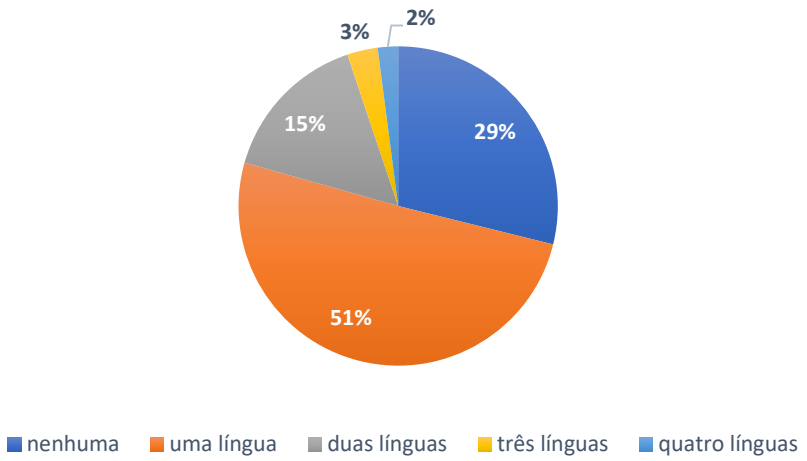


Gráfico 20: Número de línguas faladas pelos participantes do grupo de teste da TEF (além do EsP e do PE).

Quanto ao nível de proficiência, os 91 participantes nesta tarefa distribuíam-se da seguinte forma: 39 informantes tinham o nível A2 completo à data da realização da tarefa, 31 tinham o nível B1 completo e 21 participantes tinham o nível B2 completo. Os alunos a frequentar o nível B1 (A2 completo) declararam estudar PE entre 1 a 5 anos; os alunos a frequentar o nível B2 (B1 completo) estudavam PE entre 1 a 8 anos e os alunos a frequentar o nível C1 (B2 completo) afirmaram estudar PE entre 3 a 15 anos.

Para a constituição do grupo de controlo, foram recolhidos dados junto de 35 participantes. Posteriormente, foram excluídos 4 participantes por serem bilingues ou falantes nativos de outra língua ou outra variedade do Português que não o PE. Assim, foram analisadas as respostas de um total de 31 informantes, 81% do sexo feminino e 19% do sexo masculino e com uma média de idade de 25 anos. Uma vez mais, a maioria dos participantes nesta tarefa tinha o ensino secundário completo, como se pode observar no gráfico 21.

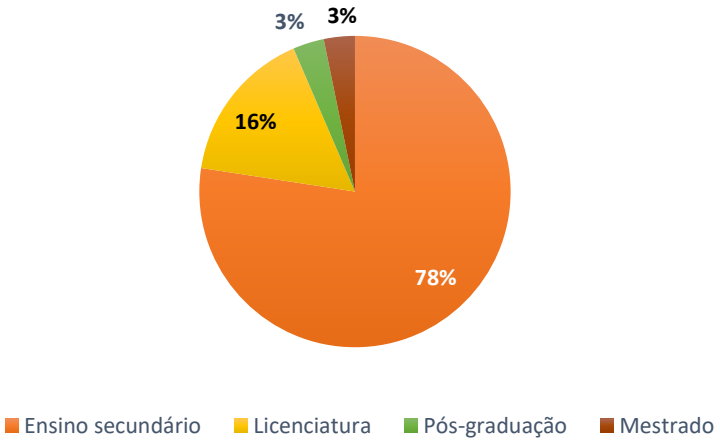


Gráfico 21: Distribuição dos participantes do grupo de controlo da TEF por nível de escolaridade.

Relativamente às línguas faladas para além do PE, verificou-se uma vez mais que todos os participantes falavam pelo menos uma outra língua (o Inglês) e, no máximo, seis línguas. As respostas a este campo da ficha de metadados incluíram o Inglês, o Francês, o Espanhol, o Italiano, o Alemão, o Chinês, o Japonês, o Coreano, o Russo e o Suaíli. O gráfico 22 representa a distribuição dos participantes do grupo de controlo pelo número de línguas faladas.

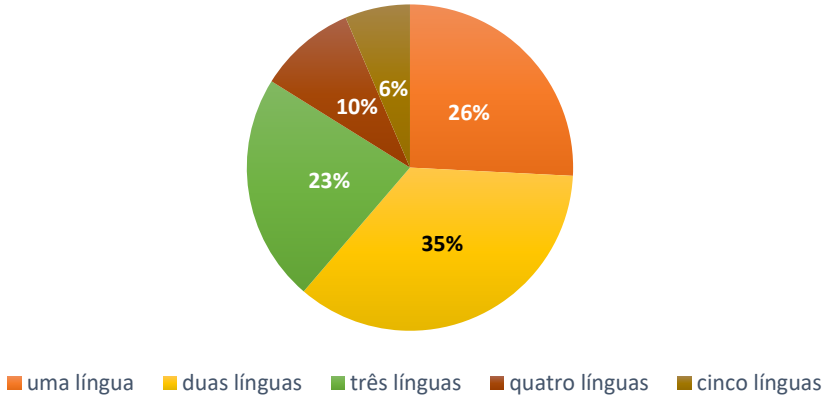


Gráfico 22: Número de línguas faladas pelos participantes do grupo de controlo da TEF, para além do PE.

No presente capítulo, foram descritas as diferentes tarefas experimentais desenhadas com o objetivo de responder às perguntas de investigação e testar as predições avançadas no capítulo 5. Cada uma das tarefas partilha algumas opções metodológicas, mas, dada a sua natureza distinta, cada uma delas impõe a execução de diferentes passos na sua construção, cuja adoção se procurou fundamentar.

Deu-se também conta do perfil sociolinguístico dos participantes em cada uma das tarefas. Tal como referido, não foi possível que os mesmos participantes realizassem todas as tarefas. Para mitigar este problema, os participantes incluídos na análise foram criteriosamente selecionados com base no seu perfil linguístico, de modo a possibilitar, não uma comparação direta dos dados, mas uma análise articulada dos mesmos.

No capítulo seguinte, dar-se-á conta dos resultados obtidos para cada uma das tarefas, discutindo-se as implicações dos mesmos para a compreensão do processo de aquisição da complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos em PE por falantes nativos de EsP.

7. Resultados

Um dos objetivos do presente estudo era obter dados sobre o percurso de aquisição dos falantes nativos de EsP a adquirir PE língua não materna, no que respeita à aquisição da complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos. Assim sendo, a construção de tarefas experimentais refletiu as predições avançadas sobre a aquisição das propriedades envolvidas em cada uma das estruturas de complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos do PE alvo de análise: ECM, estrutura de Infinitivo Flexionado e PIC. Além disso, as predições avançadas sobre a aquisição destas estruturas foram enquadradas no contexto das predições gerais sobre a aquisição de língua não materna propostas pela *Feature Reassembly Hypothesis*, relativas a diferentes níveis de dificuldade ou de complexidade associados às tarefas de mapeamento e de reconfiguração de traços, tarefas centrais nesta hipótese.

Neste capítulo, apresentar-se-ão os resultados obtidos para cada uma das tarefas experimentais, dando-se primeiro conta de como os dados foram tratados e analisados.

7.1. Tratamento dos dados e análise estatística

Para que se possam compreender os resultados descritos no presente capítulo, importa, antes de mais, explicitar alguns aspetos relativos ao tratamento dos dados. Os dados quantitativos foram analisados estatisticamente com recurso ao programa SPSS (versão 25), tendo sido criado, para esse efeito, um ficheiro para cada tarefa em que foi codificada a informação relativa ao informante (tendo sido atribuído um número identificativo a cada informante dos grupos de teste e de controlo), ao item (também numerado), às variáveis e às condições que compunham cada desenho experimental e às respostas dadas pelos informantes.

No caso das duas TJA aplicadas, importa lembrar que, para além de ser pedida uma classificação de cada item com recurso a uma escala de Likert, foi também pedido aos participantes que corrigissem as frases que considerassem agramaticais. Estas correções foram alvo de uma análise qualitativa. Assim, estas respostas foram organizadas por tipo de oração ou de construção a que correspondiam, tendo posteriormente sido calculadas percentagens para determinar a frequência de cada tipo de correção apresentada pelos informantes.

Quanto à análise estatística dos dados quantitativos, realizou-se uma análise descritiva e uma análise inferencial. A análise descritiva foi executada obtendo-se percentagens de cada tipo de resposta por condição e por grupo, sendo os grupos definidos pelo grau de proficiência (A2, B1, B2 e falantes nativos de PE, sendo este último o grupo de controlo). No que diz respeito

à análise inferencial, uma vez que as diferentes tarefas aplicadas forneceram diferentes tipos de dados, foi necessário recorrer a testes estatísticos distintos para a sua análise.

Deste modo, os dados obtidos através das TJA obrigaram a uma reflexão sobre a natureza da escala de Likert, antes de se determinar qual o tipo de teste mais adequado para a sua análise. Existe na literatura uma discussão sobre a natureza dos dados obtidos com recurso a escalas de Likert, podendo resumir-se este debate em duas posições distintas: por um lado, autores que defendem que uma escala de Likert pode ser entendida como uma medida contínua (*e.g.*, Carifio & Perla, 2007) e, por outro lado, autores que consideram que este tipo de escala corresponde a uma escala ordinal (*e.g.*, Jamieson, 2004; Lubke & Muthén, 2004). Para os autores que consideram que a escala de Likert é uma medida contínua, o que está em causa é a ideia de que os valores da escala correspondem a medidas de intervalo e que o intervalo (ou distância) entre cada um dos valores é idêntico. Por conseguinte, tratando-se de dados de natureza contínua, considera-se que a sua análise através de testes paramétricos e que o uso de medidas como a média e desvio padrão são adequados. Pelo contrário, os autores que optam por um tratamento da escala de Likert como uma escala ordinal defendem que não é correto assumir que os intervalos entre os valores de uma escala de Likert são iguais e que, na verdade, os valores da escala correspondem a uma ordem de classificação. Assim sendo, será mais adequado recorrer a testes não-paramétricos para analisar este tipo de dados.

Tal como Jamieson (2004) adverte, estas considerações devem ser tidas em conta, desde logo, na construção do desenho experimental, sendo fundamental que se reflita sobre a natureza da escala aplicada, sobre o significado de cada um dos pontos da escala e a forma como será usada. Levando em linha de conta todos estes aspetos, determinou-se que a escala de Likert usada nas TJA descritas no capítulo 7 corresponde a uma escala ordinal, não podendo ser considerada uma medida contínua. Na base desta decisão, está o facto de, em rigor, não ser possível afirmar que o intervalo que existe entre os quatro valores da escala usada é idêntico. Se se levar em linha de conta o significado associado a cada ponto da escala, esta ideia torna-se mais clara. Recorde-se que o valor 0 corresponde a "impossível", o 1 a "provavelmente impossível", o 2 a "provavelmente possível" e o 3 a "perfeitamente possível". Considerando a descrição associada a cada valor, é possível afirmar que o intervalo de distância que separa o valor 1 do valor 2 possa ser maior para os informantes do que o intervalo que separa, por exemplo, o valor 2 do 3, porque, na verdade, entre os valores 1 e 2 encontra-se a fronteira entre agramatical ("provavelmente impossível") e gramatical ("provavelmente possível"). Pode ainda considerar-se que este aspeto é reforçado por se terem dado instruções aos informantes para que corrigissem as frases que classificassem com 0 ou 1, de modo a torná-las possíveis em PE.

Assim sendo, tomando-se a escala de Likert usada nas TJA aqui aplicadas como uma escala ordinal, foram aplicados testes não-paramétricos na análise inferencial dos dados. Tendo em conta que se pretendia saber se existiam diferenças entre mais do que dois grupos de uma variável independente face a uma variável ordinal dependente, recorreu-se ao teste de Kruskal--Wallis, aplicado a variáveis ordinais. Deste modo, foi possível determinar em que condições existiam diferenças estatisticamente significativas entre os quatro grupos incluídos no teste: os três grupos de aprendentes de PE com diferentes níveis de proficiência (A2, B1 e B2) e a grupo de controlo de falantes nativos de PE. O teste de Kruskal-Wallis é considerado uma alternativa não-paramétrica à ANOVA e uma extensão do teste de Mann-Whitney, permitindo este último apenas a comparação entre dois grupos independentes.

O teste de Kruskal-Wallis permitiu determinar se existiam diferenças entre grupos face a determinada condição do desenho experimental. Para determinar entre que grupos, em particular, existiam diferenças, foi necessário realizar comparações múltiplas entre cada par de grupos possível. Assim, foram realizados testes *post-hoc* de Dunn, aos quais foi aplicada uma correção de Bonferroni, para comparações múltiplas, sobre o valor *p* (Marshall & Boggis, 2016).

No que diz respeito à TCF e à TEF, os dados obtidos com estas tarefas eram de natureza categórica. Recorde-se que, na TCF, a tarefa dos informantes consistia em completar frases selecionando entre três opções e que podiam ser selecionadas uma, duas ou as três opções disponíveis, consoante o que fosse considerado possível em PE. Cada uma destas opções correspondia a uma estrutura de complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos diferente: estrutura de Infinitivo Flexionado, PIC com infinitivo flexionado e PIC com infinitivo não-flexionado. Foi assim codificado, para cada tipo de estrutura em cada condição, se essa estrutura foi ou não selecionada.

Já no caso da TEF, os informantes tinham de escolher obrigatoriamente uma opção de completamento de entre duas possíveis. Neste caso, as duas opções correspondiam a PIC com infinitivo flexionado e a uma estrutura agramatical ou, pelo menos, marginal em PE. Assim sendo, a codificação das respostas consistiu em identificar, para cada item, se o participante selecionou a opção correspondente a PIC ou não.

Considerando a natureza categórica dos dados, bem como o tipo de correlações e variáveis a incluir na análise, optou-se por analisar os dados destas tarefas com recurso a um Generalized Linear Mixed Model (GLMM). Até um dado momento relativamente recente, foi possível identificar uma tendência nos estudos sobre SLA para usar a ANOVA como tipo de teste preferencial (Cunnings, 2012). Contudo, os modelos de efeitos mistos têm vindo a suscitar um interesse cada vez maior nesta área, fruto também da influência da sua crescente aplicação na área da Psicolinguística (*e.g.,* Jaeger, 2008). Estes modelos, de acordo com Cunnings (2012) e

Linck & Cunnings (2015), constituem uma ferramenta robusta para a análise de diferentes tipos de dados, incluindo dados categóricos, permitindo ainda dar conta, na análise, de diferentes variáveis independentes.

Além disso, estes modelos oferecem ainda duas vantagens, particularmente relevantes no estudo de SLA. Em primeiro lugar, permitem a inclusão de efeitos aleatórios, o que pode ser utilizado para lidar com a variação inter e intrafalante. Em segundo lugar, trata-se de um tipo de modelo robusto perante dados em falta, ou seja, perante a possibilidade de alguns itens de teste serem deixados sem resposta por parte dos informantes. Levando esta discussão teórica em linha de conta, adotou-se o GLMM (incluído nas versões mais recentes do SPSS) na análise estatística inferencial dos resultados obtidos através da aplicação da TCF e da TEF, considerando-se como efeitos aleatórios, em ambos os casos, o informante e o item.

7.2. Tarefas de Juízos de Aceitabilidade

7.2.1. Tarefa 1: Exceptional Case Marking e Estrutura de Infinitivo Flexionado

Na presente secção, serão apresentados os resultados da primeira TJA descrita anteriormente no capítulo 6 do presente trabalho. Esta tarefa incidia sobre a aquisição de propriedades de flexão verbal do verbo no infinitivo e de marcação casual do sujeito do domínio encaixado em dois dos complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos: ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado. Esta tarefa pretendia testar quatro condições: (i) complementos infinitivos com sujeito acusativo e infinitivo não-flexionado, ou seja, ECM (1); (ii) complementos infinitivos com sujeito acusativo e infinitivo flexionado, o que corresponde a ECM com infinitivo flexionado (2); (iii) complementos infinitivos com sujeito nominativo e infinitivo flexionado, isto é, estrutura de Infinitivo Flexionado (3) e (iv) complementos infinitivos com sujeito nominativo e infinitivo não-flexionado, ou seja, uma construção agramatical em PE (4).

(1) A Mariana viu-os jogar póquer.
(2) $^{*/OK}$A mãe deixou-os fazerem um bolo.
(3) A cozinheira viu elas comerem sopa.
(4) *O pai deixou elas beber sumo.

Relembre-se também que, nesta tarefa, foi pedido aos participantes que classificassem cada frase-alvo de acordo com uma escala de quatro valores: 0, “impossível”; 1, “provavelmente

impossível"; 2, "provavelmente possível", e 3, "perfeitamente impossível". Foi igualmente pedido que as frases classificadas com 0 e 1, ou seja, as frases consideradas agramaticais, fossem corrigidas de modo a serem frases possíveis em PE. Em primeiro lugar, irão ser apresentados os resultados obtidos por condição, tendo em conta as classificações fornecidas pelos informantes com recurso à escala de Likert. Num segundo momento, voltaremos a nossa atenção para as correções apresentadas para as frases classificadas como agramaticais.

Começando pelos resultados obtidos para a primeira condição, isto é, para complementos infinitivos com sujeitos acusativos e infinitivo não-flexionado (ECM), verifica-se uma tendência, geral a todos os grupos, que vai no sentido de aceitar esta estrutura como possível em PE. Os dados são apresentados, no gráfico 23, por nível de proficiência, correspondendo cada coluna a um valor da escala de Likert.

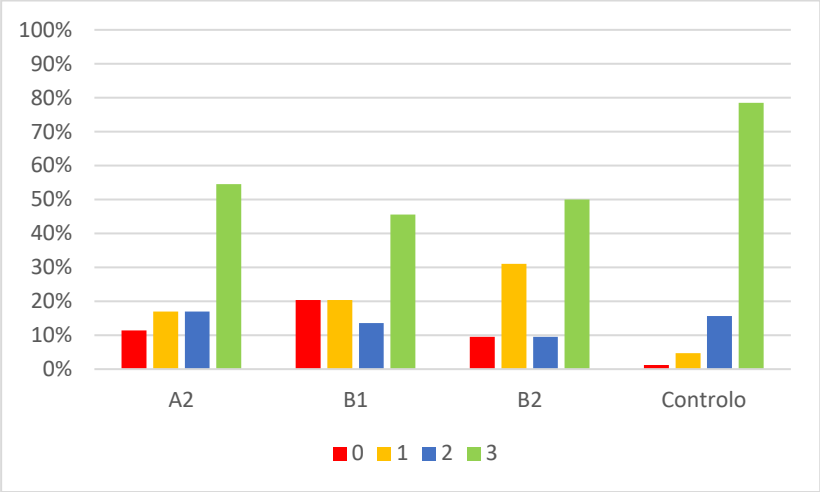


Gráfico 23: Resultados obtidos para complementos com sujeito acusativo e infinitivo não-flexionado (ECM).

A percentagem de classificação de itens correspondentes a ECM como possível em PE é expressiva. Tal como esperado, é no grupo de controlo que se encontra a percentagem mais elevada de aceitação desta estrutura, com a atribuição do valor 3 em 78,5% dos casos e do valor 2 em 15,7% dos casos. Quanto aos falantes de EsP a adquirir PE, o grupo com nível A2 de proficiência apresenta uma taxa de classificação de ECM com o valor 3 de 54,5%, seguido do grupo com nível B2 (50%) e B1 (45,6%). Note-se que, embora os valores de aceitação de ECM pareçam estar à volta dos 50% no caso dos grupos de falantes de PE língua não materna, se à percentagem de classificação com o valor 3 da escala usada se somar a percentagem de classificação com o valor 2, estes valores aumentam, especialmente no grupo com o nível A2 de proficiência: A2 – 71,5%; B1 – 59,2% e B2 – 59,5%. Ainda assim, a análise estatística revelou

existirem diferenças significativas entre grupos nesta condição (H(3) = 48,258, *p* <0,001). Testes *post-hoc* mostraram que estas se traduzem na existência de diferenças significativas entre o grupo de controlo e cada um dos restantes grupos: A2 (*p* <0,001), B1 (*p* <0,001) e B2 (*p* = 0,001).

Estes resultados correspondem ao esperado para o grupo de controlo e a aceitação de que a estrutura de ECM parece ser alvo por todos os grupos testados era também expectável. Menos esperados, porém, são os valores mais baixos de aceitação verificados para os aprendentes de PE pertencentes ao nível de proficiência B1 e, especialmente, ao nível B2. Do mesmo modo, não era também expectável encontrar diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de controlo e os grupos de teste e, sobretudo, que estas diferenças persistissem em níveis mais avançados de proficiência, como o B2. Tendo em conta as predições avançadas no capítulo 5, as propriedades de ECM em EsP e em PE levaram a que se colocasse a hipótese de que as configurações de traços relevantes seriam transferíveis da L1, pelo que se esperava que a aquisição de ECM em PE fosse menos problemática para os falantes nativos de EsP, por não implicar reconfiguração de traços. Esta questão voltará a ser abordada mais à frente, quando se apresentarem as correções fornecidas pelos informantes, pois estas poderão ajudar a compreender o que estará na base da rejeição de ECM em níveis que ultrapassam o esperado.

Passamos agora aos resultados obtidos para a segunda condição, cujos itens correspondiam a complementos com sujeito acusativo e infinitivo flexionado, ou seja, ECM com infinitivo flexionado (gráfico 24).

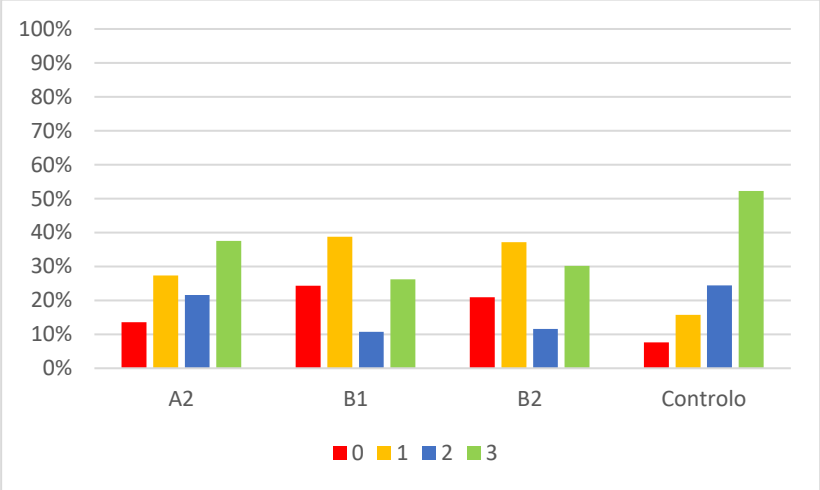


Gráfico 24: Resultados obtidos para complementos com sujeito acusativo e infinitivo flexionado (ECM com infinitivo flexionado).

O gráfico 24 mostra um panorama diferente do observado para a estrutura de ECM, sobretudo no que ao comportamento dos falantes de EsP a adquirir PE diz respeito. Assim, o

grupo de controlo apresenta uma clara tendência para a aceitação de ECM com infinitivo flexionado como possível em PE. Esta tendência é particularmente notória se se somar as percentagens de respostas correspondentes aos valores 2 (24,4%) e 3 (52,3%) na escala de Likert, pois deste modo a taxa de aceitação desta estrutura por parte dos falantes de nativos de PE ascende a 76,7%. Já os grupos de teste apresentam um comportamento menos claro. No grupo de falantes com o nível A2, encontramos uma taxa de aceitação desta estrutura de 59,1%, já que a estrutura de ECM com infinitivo flexionado obteve uma classificação como "provavelmente possível" de 21,6% e como "perfeitamente possível" de 37,5%. Pelo contrário, os grupos de B1 e B2 mostram a tendência inversa, ou seja, vão no sentido de rejeitar a estrutura de ECM com infinitivo flexionado. Assim, a maioria das respostas dadas pelos informantes destes dois grupos corresponde ao valor 1 na escala de Likert e as percentagens de classificações como 2 ou 3 para esta estrutura, mesmo quando somadas, ficam abaixo dos 50%: 36,9% de taxa de aceitação por parte do grupo de B1 e 41,8% por parte do grupo de B2. Uma vez mais, a análise estatística mostrou haver diferenças significativas entre grupos ($H(3) = 39{,}160$, $p < 0{,}001$), sendo que estas diferenças separam o grupo de controlo de cada um dos grupos de falantes de PE língua não materna: A2 ($p = 0{,}046$), B1 ($p < 0{,}001$) e B2 ($p = 0{,}002$). Note-se, porém, que, entre o grupo de controlo e o grupo de aprendentes com o nível de proficiência A2, a diferença é marginalmente significativa.

O comportamento do grupo de controlo vem confirmar o que tem vindo a ser discutido na literatura sobre o PE admitir ECM com infinitivo flexionado (Hornstein, Martins & Nunes, 2006, 2008; Martins, 2018; Barbosa, Flores & Pereira, 2018), pelo menos na 3.ª pessoa do plural, o único contexto aqui testado. Os dados apresentados relativamente aos falantes nativos de PE vão no mesmo sentido dos registados por Barbosa, Flores & Pereira (2018), distinguindo-se pelo facto de as taxas de rejeição agora descritas para ECM com infinitivo flexionado na 3.ª pessoa do plural (23,3%) serem mais baixas do que as reportadas anteriormente por Barbosa, Flores & Pereira (2018) (45,5%), o que poderá ser talvez tomado como um indicador da variação a que esta estrutura está sujeita em termos da sua aceitabilidade por parte dos falantes nativos.

Relativamente às duas condições com sujeitos nominativos, o aspeto mais notório é a baixa taxa de aceitabilidade de que são alvo. Na verdade, uma observação geral dos dados obtidos para as quatro condições mostra uma divisão clara entre as taxas de aceitabilidade de complementos infinitivos com sujeitos nominativos e as de complementos infinitivos com sujeitos acusativos. Vejamos, em primeiro lugar, os resultados obtidos para a condição cujos itens correspondiam à estrutura de Infinitivo Flexionado, isto é, complementos com sujeito nominativo e infinitivo flexionado (gráfico 25).

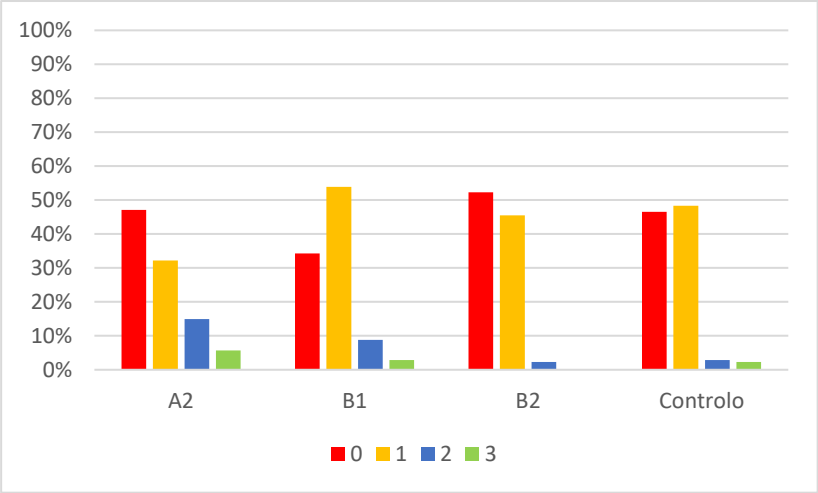


Gráfico 25: Resultados obtidos para complementos com sujeito nominativo e infinitivo flexionado (estrutura de Infinitivo Flexionado).

O gráfico 25 mostra uma tendência transversal a todos os grupos de participantes, incluindo o grupo de controlo, para a rejeição da estrutura de Infinitivo Flexionado como complemento de verbos percetivos e causativos. Esta tendência é mais notória nos grupos de falantes de PE L2 com nível B2 de proficiência e no grupo de controlo, já que os primeiros apresentam uma taxa de aceitabilidade desta estrutura de 2,3% (valor 2 da escala de Likert) e os segundos de 5,2% (somando-se as percentagens obtidas para os valores 2 e 3 da escala de Likert). Com efeito, no caso dos falantes de PE L2, a percentagem de classificação da estrutura de Infinitivo Flexionado como "provavelmente possível" e "perfeitamente possível" diminui à medida que se avança em nível de proficiência, sendo mais elevada no grupo de falantes com nível A2, em que se obteve 14,9% de classificações desta estrutura como "provavelmente possível" e 5,7% como "perfeitamente possível", sendo que as taxas de rejeição se encontram entre os 79,4% (nível A2) e os 97,7% (nível B2). Contudo, estas diferenças subtis entre os vários grupos de proficiência não se revelaram estatisticamente significativas ($H(3)= 7{,}525$, $p = 0{,}057$).

Considerando, em particular, o comportamento do grupo de controlo, isto é, dos falantes nativos de PE, estes resultados são problemáticos. A estrutura de Infinitivo Flexionado é descrita como possível nos contextos aqui testados, em gramáticas (*e.g.*, Barbosa & Raposo, 2013) e outros estudos sobre a complementação infinitiva em PE (*e.g.*, Gonçalves, 1999 e trabalhos subsequentes; Santos, Gonçalves & Hyams, 2016; Duarte, Santos & Gonçalves, 2016; Santos & Gonçalves, 2018), pelo que seria expectável encontrar taxas de aceitabilidade mais elevadas desta estrutura por parte dos falantes nativos de PE. Todavia, tais resultados, embora dissonantes face à literatura sobre o PE, vão ao encontro dos dados reportados por Barbosa, Flores & Pereira (2018). Também neste estudo, as autoras se depararam com taxas de

aceitabilidade muito baixas de estruturas de Infinitivo Flexionado com sujeitos pronominais em contexto de complementação de verbos percetivos e causativos. De facto, as taxas reportadas pelas autoras (4,1%) são muito próximas dos resultados de que agora se dá conta. Contudo, levando em linha de conta os resultados acima descritos para ECM com infinitivo flexionado, o que parece motivar a rejeição deste tipo de oração não é a presença de um infinitivo flexionado, mas sim a presença de um sujeito pronominal nominativo numa posição que pode ser interpretada como uma posição de objeto.

Para a quarta condição (complementos com sujeito nominativo e infinitivo não-flexionado), obtiveram-se resultados semelhantes aos descritos para a condição anterior. Contudo, os itens incluídos na quarta condição correspondem a construções agramaticais em PE, uma vez que esta língua não dispõe de complementos infinitivos com sujeitos nominativos e infinitivo não-flexionado. No gráfico 26, encontram-se as percentagens de classificação destas construções com cada um dos valores da escala de Likert, organizadas por grupo de informantes.

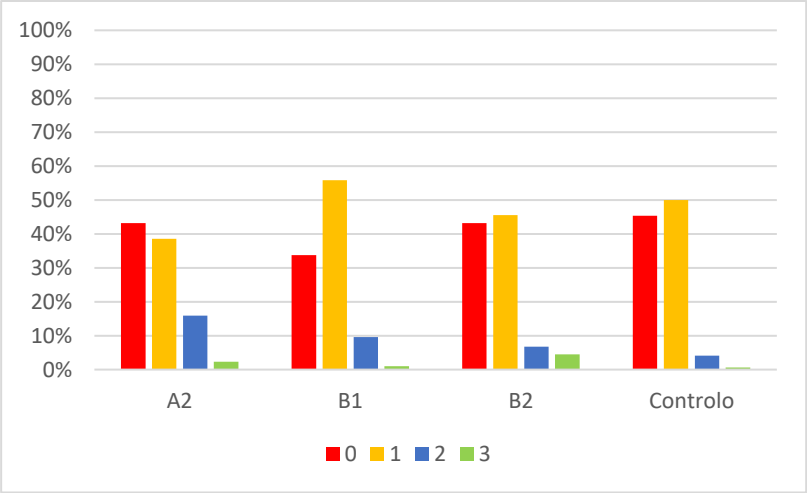


Gráfico 26: Resultados obtidos para complementos com sujeito nominativo e infinitivo não-flexionado (construção agramatical).

Uma vez mais, verifica-se uma clara tendência, em todos os grupos de participantes, para a rejeição da construção agramatical com sujeito nominativo e infinitivo não-flexionado. Tal como esperado, sendo esta uma estrutura impossível em PE, o grupo de controlo rejeita esta estrutura como "provavelmente impossível" em 50% dos casos e como "impossível" em 45,3% dos casos, num total de taxa de rejeição de 95,3%. Os grupos de teste seguem a mesma tendência, com valores de rejeição muito próximos dos registados para o grupo de controlo: A2

– 81,8%; B1 – 89,5% e B2 – 88,7%. Confirmando esta interpretação dos resultados, a análise estatística indicou não existirem diferenças significativas entre grupos (H(3) = 5,158, *p* = 0,161).

Os resultados obtidos para as quatro condições testadas nesta TJA mostram um padrão que permite agrupar complementos com sujeitos pronominais acusativos, por um lado, e complementos com sujeitos pronominais nominativos, por outro. Tendo em conta os juízos de aceitabilidade fornecidos por todos os grupos testados e, particularmente, pelos grupos de falantes de EsP a adquirir PE, esta parece ser a variável mais determinante na aceitação ou rejeição dos itens de teste. A flexão do verbo no infinitivo parece ser relevante nas condições com sujeito acusativo, já que, nestas, a condição com infinitivo não-flexionado (ECM) obteve melhores resultados por parte dos aprendentes de PE do que a condição com infinitivo flexionado (ECM com infinitivo flexionado). Pelo contrário, os níveis de rejeição das condições com sujeitos pronominais nominativos são muito semelhantes, tanto com infinitivo flexionado como com infinitivo não-flexionado, ainda que a primeira corresponda a uma estrutura de complementação disponível em PE, mas a segunda não.

O que os dados nos revelam até este ponto é, em primeiro lugar, que a estrutura de ECM parece ser a menos problemática para os falantes de EsP a adquirir PE. Este resultado era esperado, tendo em conta que ECM se encontra disponível na L1 e na L2 e que as configurações de traços relevantes são transferíveis da L1. Por outras palavras, de acordo com a *Feature Reassembly Hypothesis*, a aquisição de ECM em PE por falantes nativos de EsP apenas requer mapeamento das configurações de traços relevantes, não sendo necessário realizar a tarefa (mais complexa) de reconfiguração de traços. Ainda assim, carece de uma explicação o facto de haver diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de controlo e os grupos de teste que se prolongam até níveis de proficiência avançados.

Em segundo lugar, a estrutura de ECM com infinitivo flexionado obteve bons resultados no grupo de controlo. Pese embora o facto de, na literatura sobre o PE, esta estrutura não ter sido, até à data, descrita como parte na norma padrão do PE (Martins, 2018), a sua taxa de aceitabilidade elevada por parte dos falantes nativos de PE leva a que se equacione como relevante a discussão da sua aquisição no contexto do presente trabalho. Assim, nos grupos de teste, conquanto prevaleça a tendência para rejeitar esta estrutura (vejam-se os resultados obtidos para os grupos com níveis de proficiência B1 e B2), os juízos de aceitabilidade encontram-se mais dispersos pelos vários valores da escala de Likert, verificando-se um maior grau de variação nas respostas. Este comportamento pode ser entendido pelo diferente grau de dificuldade que a aquisição de ECM com infinitivo flexionado implica, face a ECM, para os falantes de EsP a adquirir PE língua não materna. Assim, enquanto no caso de ECM as

propriedades específicas desta estrutura são transferíveis da L1, no caso de ECM com infinitivo flexionado, estes aprendentes de PE terão de adquirir a possibilidade de uma contrapartida morfológica plural associada à 3.ª pessoa. Por outras palavras, enquanto a aquisição de ECM implica essencialmente mapeamento de traços, a aquisição de ECM com infinitivo flexionado requer reconfiguração de traços em contrapartidas morfológicas não disponíveis na L1.

Por último, as duas condições com sujeitos nominativos obtiveram resultados muito semelhantes entre si e também entre os diferentes grupos testados. Estes resultados vão claramente no sentido da rejeição de complementos de verbos percetivos e causativos que correspondem a infinitivos com sujeitos pronominais nominativos. No caso da construção com sujeito nominativo e infinitivo não-flexionado, era expectável que tivesse taxas de aceitabilidade baixas, já que é agramatical em PE. Não obstante, no capítulo 5, colocou-se a hipótese de a aceitabilidade desta estrutura poder ser favorecida se os falantes de EsP mapeassem as propriedades da estrutura de Infinitivo Pessoal disponível na sua L1 com as de Infinitivo Flexionado da L2. Se, pelo menos inicialmente, estes aprendentes de PE transferissem as propriedades do Infinitivo Pessoal, nomeadamente a possibilidade de ocorrência de sujeitos nominativos com um infinitivo com traços-ϕ *covert*, então poderia observar-se uma maior taxa de aceitabilidade da construção com sujeito nominativo e infinitivo não-flexionado. Tal não se veio a verificar, tendo os dados revelado, pelo contrário, que a marcação casual do sujeito nos complementos em causa parece ser mais problemática para os falantes nativos de EsP a adquirir PE do que a presença de um infinitivo com morfologia explícita de concordância sujeito-verbo.

Já em relação à condição correspondente à estrutura de Infinitivo Flexionado, seria esperado que os falantes de EsP a adquirir PE revelassem alguma dificuldade perante as propriedades desta estrutura, principalmente nos níveis iniciais de proficiência. Como se teve oportunidade de discutir no capítulo 5 do presente trabalho, a aquisição desta estrutura em PE por falantes nativos de EsP obriga a uma tarefa de reconfiguração de traços que consiste na adição de traços em configurações não existentes na sua L1. Contudo, esperava-se também que o processo de reconfiguração se refletisse nas respostas, pelo menos, em níveis mais avançados de proficiência, isto é, B2. Tal não se verificou, como mostram os dados representados no gráfico 25. Por outro lado, o comportamento dos falantes de EsP não só reflete o mesmo padrão de comportamento dos falantes nativos, como a análise estatística revelou não existirem diferenças significativas entre grupos face à estrutura de Infinitivo Flexionado. Estes dados (em conjunto com os obtidos para a estrutura de ECM com infinitivo flexionado) obrigam a repensar o estatuto desta estrutura em PE e que estruturas são relevantes ao discutir-se a aquisição de complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos em PE língua não materna.

Estas questões serão retomadas no capítulo 8., dedicado à discussão dos resultados. Por agora, voltemos a nossa atenção para as correções que os participantes forneceram. A tabela 27 apresenta uma comparação geral das correções apresentadas para o total de itens considerados agramaticais (isto é, os itens classificados com 0 ou 1 na escala de Likert) pelos falantes de EsP a adquirir PE (N = 547)[119] e pelos falantes nativos de PE (N = 371).

	Tipo de correção	Falantes de EsP a adquirir PE	Falantes nativos de PE
Construções gramaticais em PE	Sujeito acusativo com infinitivo não-flexionado (ECM)	21,9%	46,1%
	Sujeito acusativo com infinitivo flexionado (ECM com infinitivo flexionado)	10,8%	24,8%
	Sujeito dativo com infinitivo não-flexionado (*faire-inf*)	27,6%	0,3%
	Sujeito nominativo com infinitivo flexionado (Estrutura de Infinitivo Flexionado)	0,9%	0,5%
	PIC com infinitivo não-flexionado	3,1%	15,4%
	PIC com infinitivo flexionado	0,9%	10,2%
	Construção de Gerúndio	0,2%	-
	Oração completiva finita	2,2%	0,3%
Construções agramaticais em PE	Construção agramatical finita	3,3%	-
	Construção agramatical não-finita	20,5%	0,6%
	Construção agramatical: complementador + infinitivo flexionado	2,2%	-
	Construção agramatical: complementador + infinitivo não-flexionado	0,2%	-
Mais do que uma opção de correção	ECM ou CG	0,4%	-
	ECM ou ECM com infinitivo flexionado	-	0,8%
	PIC com infinitivo não-flexionado ou flexionado	-	1,1%
	Sujeito dativo com infinitivo não-flexionado ou construção agramatical finita	0,4%	-
	n.r.	5,7%	-

Tabela 27: Correções apresentadas para os itens de teste considerados agramaticais na TJA centrada em ECM e na estrutura de Infinitivo Flexionado.

As correções apresentadas na tabela 27 encontram-se agrupadas em três categorias principais: construções gramaticais em PE, construções agramaticais em PE e instâncias em que os participantes forneceram mais do que uma opção de correção para determinado item.

O primeiro aspeto a realçar é o facto de os falantes de EsP apresentarem uma maior variedade e dispersão de respostas por tipos de correção, face aos falantes de PE, que

[119] As percentagens apresentadas em cada uma das tabelas respeitantes às correções dos participantes foram calculadas com base no número total de itens classificados com 0 e 1 pelos falantes de EsP e pelos falantes de PE.

concentram as suas respostas, essencialmente, em três tipos de estruturas: ECM, ECM com infinitivo flexionado e PIC. Com efeito, os falantes de EsP a adquirir PE e os falantes nativos de PE distinguem-se quanto ao tipo de estruturas mais usadas na correção de frases consideradas agramaticais. No caso dos falantes nativos de PE, estes recorrem mais frequentemente a ECM (46,1%), seguido de ECM com infinitivo flexionado (24,8%) e, em terceiro lugar, PIC[120] com infinitivo não-flexionado (15,4%) e flexionado (10,2%). Já os falantes de EsP parecem preferir estruturas com sujeitos dativos e infinitivo não-flexionado (27,6%), numa configuração que pode ser associada a *faire-inf*, seguido de ECM (21,9%) e apresentando também várias correções que correspondem a construções agramaticais não-finitas (20,5%). Aliás, os falantes de EsP, por oposição aos falantes de PE, como seria esperado, apresentam diferentes tipos de construções agramaticais (finitas[121] e não-finitas) como correção dos itens que consideraram agramaticais. Os 0,6% de correções agramaticais não-finitas propostas por falantes nativos de PE correspondem, na verdade, a duas instâncias de sujeitos nominativos com infinitivos preposicionados (*e.g.*, "A mãe viu eles a jogar videojogos.").

Uma primeira observação dos dados da tabela 27 pode, pois, levar à conclusão de que as correções dos falantes de EsP a adquirir PE se dividem, essencialmente, entre instâncias de *faire-inf* e de ECM. Todavia, uma análise do que está por detrás das correções correspondentes a construções agramaticais não-finitas permite obter respostas mais reveladoras do comportamento destes aprendentes de PE. A tabela 28 mostra em que consistem as respostas agrupadas sob a designação "correções agramaticais não-finitas" (N = 112)[122].

Tipos de correções: construção agramatical não-finita	
Construções com sujeitos dativos	82,1%
Construções com sujeitos acusativos	10,7%
Construções com sujeito nominativo e infinitivo não-flexionado	3,6%
PIC com verbo causativo	1,8%
Outras	1,8%

Tabela 28: Correções correspondentes a construções agramaticais não-finitas apresentadas pelos falantes de EsP a adquirir PE.

A tabela acima permite concluir que a maioria das construções agramaticais não-finitas fornecidas como correção pelos falantes de EsP inclui sujeitos dativos. Assim, se se somar as

[120] As correções correspondentes a PIC incluídas em todas as tabelas relativas às TJA dizem respeito a correções de itens com verbos percetivos e, portanto, a correções gramaticais.
[121] A agramaticalidade das construções finitas propostas como correção pelos falantes de EsP diz respeito, maioritariamente, à seleção de modo do verbo do domínio encaixado.
[122] As percentagens apresentadas na tabela 28 e em outras tabelas semelhantes foram calculadas com base no número total de correções agramaticais não-finitas propostas pelo grupo de falantes de EsP a adquirir PE.

ocorrências de correções gramaticais (interpretadas como *faire-inf*) e agramaticais com sujeitos dativos, poderá ter-se uma ideia mais clara da frequência com que os falantes de EsP recorrem a correções envolvendo sujeitos dativos, já que estas constituem 40% do total das correções que apresentam. Note-se ainda que a correção de sujeitos acusativos para dativos afetou tanto pronomes masculinos (64,1%) como femininos (35,9%), embora em diferentes proporções.

Dentro das construções agramaticais com sujeitos dativos, encontram-se diferentes tipos de erro: (i) pronomes clíticos em próclise ao verbo superior, com infinitivo flexionado ou não-flexionado (*e.g.*, "O professor lhes viu tocar(em) piano."); (ii) aparentes contrações do pronome clítico dativo *lhe* com o pronome acusativo *o/a*, em próclise e em ênclise (*e.g.*, "O Manuel lhas viu lerem uma revista. "; "O pai deixou-lhos colher as rosas."); (iii) formas pronominais fortes (*e.g.*, "O cirurgião deixou a eles examinar o paciente.") e (iv) pronomes clíticos dativos com infinitivo flexionado (*e.g.*, "O médico deixou-lhes tomarem um xarope.").

Na verdade, dentro das construções agramaticais com sujeitos dativos, em 80,2% dos casos o sujeito dativo coocorre com infinitivo flexionado. Por um lado, estes casos parecem confirmar que a marcação casual do sujeito do domínio encaixado é mais determinante na aceitação ou rejeição de uma frase do que a flexão da forma verbal no infinitivo. Por outro lado, obrigam a rever a hipótese anteriormente levantada de que os falantes de EsP corrigiram frases que consideravam agramaticais recorrendo preferencialmente a *faire-inf*. Embora o tipo de correção identificado na tabela 28 como *faire-inf* possa corresponder formalmente à configuração de um predicado complexo, os dados agora apresentados associam um certo grau de ambiguidade a essa interpretação. Considerando o elevado uso de sujeitos dativos nas correções apresentadas pelos aprendentes de PE e a sua coocorrência com infinitivos não--flexionados e com infinitivos flexionados, pode colocar-se a hipótese de que os falantes de EsP estão a transferir as propriedades de DOM e *leísmo* da sua L1 ou, de modo mais abrangente, as propriedades gerais da sua L1 de acordo com as quais os constituintes em posição de objeto [+animados] e [+específicos] têm uma marcação morfológica diferenciada. Se assim for, as taxas de aceitação mais baixas de ECM e, até certo ponto, de ECM com infinitivo flexionado poderão dever-se, em grande medida, não a uma falha no mapeamento ou na reconfiguração dos traços específicos destas estruturas, mas a uma dificuldade na reconfiguração de traços associados à marcação casual de constituintes em posição de objeto em PE.

A distribuição do tipo de correções por condição[123] permite traçar um quadro mais definido do que, em cada estrutura avaliada, os falantes identificaram como erro (tabela 29).

[123] O cálculo das percentagens apresentadas na tabela 29 e em tabelas semelhantes foi feito com base no número total de itens considerados agramaticais em cada condição.

	Condições / Tipo de correção	Sujeito acusativo e infinitivo não-flexionado (ECM)	Sujeito acusativo e infinitivo flexionado (ECM com infinitivo flexionado)	Sujeito nominativo e infinitivo flexionado (estrutura de Infinitivo Flexionado)	Sujeito nominativo e infinitivo não-flexionado (agramatical)
Construções gramaticais em PE	Sujeito acusativo com infinitivo não-flexionado (ECM)	2,6%	32,4%	13,7%	31,5%
	Sujeito acusativo com infinitivo flexionado (ECM com infinitivo flexionado)	17,1%	-	21,4%	4,4%
	Sujeito dativo com infinitivo não-flexionado (*faire-inf*)	69,7%	13%	12,6%	33,7%
	Sujeito nominativo com infinitivo flexionado (Estrutura de Infinitivo Flexionado)	-	-	-	2,8%
	PIC com infinitivo não-flexionado	-	11,1%	2,2%	0,6%
	PIC com infinitivo flexionado	-	0,9%	1,6%	0,6%
	Construção de Gerúndio	-	0,9%	-	-
	Oração completiva finita	-	-	3,3%	3,3%
Construções agramaticais em PE	Construção agramatical finita	1,3%	3,7%	2,2%	5%
	Construção agramatical não-finita	9,2%	33,3%	28,6%	8,8%
	Construção agramatical: complementador + infinitivo flexionado	-	-	6%	0,6%
	Construção agramatical: complementador + infinitivo não-flexionado	-	-	-	0,6%
Mais do que uma opção de correção	ECM ou CG	-	0,9%	0,5%	-
	Sujeito dativo com infinitivo não-flexionado ou construção agramatical finita	-	0,9%	0,5%	-
	n.r.	-	2,8%	7,1%	8,3%

Tabela 29: Correções apresentadas pelos falantes de EsP a adquirir PE para os itens de teste considerados agramaticais por condição.

Crucialmente, podem ser associados padrões de correção distintos às diferentes condições testadas. Assim, na condição correspondente a ECM[124] as correções consistem, na maioria dos casos (69,7%), na manutenção do infinitivo não-flexionado e na alteração do sujeito do domínio encaixado de acusativo para dativo. Já na condição associada a ECM com infinitivo flexionado, podem ser identificadas, essencialmente, duas estratégias de correção: (i) o Caso acusativo do sujeito é mantido e a forma verbal é corrigida para infinitivo não-flexionado, ou seja, a estrutura de ECM com infinitivo flexionado é transformada numa estrutura de ECM (32,4%) ou (ii) a forma verbal no infinitivo é mantida com flexão e o sujeito é corrigido de acusativo para dativo, o que dá origem a uma construção agramatical não-finita. Note-se que, da percentagem de 33,3% de correções correspondentes a construções agramaticais não-finitas nesta condição, 90% correspondem a correções com sujeitos dativos e infinitivo flexionado.

Do mesmo modo, a correção das condições com sujeitos nominativos também apresenta padrões distintos. No caso da condição correspondente à estrutura de Infinitivo Flexionado, duas formas de correção prevalecem sobre as restantes. A mais frequente consiste em manter o infinitivo flexionado e alterar o Caso do sujeito pronominal para dativo, o que dá origem a uma construção agramatical (28,6%), ou para acusativo, o que corresponde a ECM com infinitivo flexionado (21,4%). A segunda estratégia consiste em alterar tanto a forma verbal no infinitivo para não-flexionada como o sujeito para acusativo (13,7%) ou para dativo (12,6%). Finalmente, na condição com sujeito nominativo e infinitivo não-flexionado, tendencialmente é apenas o Caso do sujeito que é corrigido, uma vez mais, para dativo (33,7%) ou acusativo (31,5%), neste último caso, uma correção esperada.

Em suma, pode afirmar-se que, no caso de ECM, se confirma que as correções propostas pelos falantes de EsP a adquirir PE incidem sobretudo sobre o sujeito pronominal, que é alterado de acusativo para dativo. As condições em que o sujeito pronominal é nominativo, por sua vez, mostram que os falantes de EsP se dividem entre alterar o Caso deste sujeito para dativo ou para acusativo, o que poderá talvez ser tomado como um indício de existirem duas gramáticas em competição quanto às propriedades de marcação casual de constituintes em posição de objeto. Já quanto à questão da flexão da forma verbal no infinitivo, também nas condições que apresentam infinitivo flexionado (ECM com infinitivo flexionado e estrutura de Infinitivo Flexionado), os falantes se dividem entre manter a forma flexionada ou alterá-la para uma forma não-flexionada. Note-se que os falantes nativos, na correção de instâncias de estrutura de Infinitivo Flexionado consideradas agramaticais, recorrem frequentemente a ECM com infinitivo flexionado (42,1%). Finalmente, nas condições com infinitivo não-flexionado (ECM e sujeito

[124] Os casos que correspondem a correção de ECM para ECM (2,6%) correspondem a alterações lexicais e incidiram sobre o verbo do domínio encaixado.

nominativo com infinitivo não-flexionado), as correções propostas pelos falantes de EsP L1 e PE L2 não incidem sobre este aspeto, centrando-se antes na marcação casual do sujeito.

Considerando as dificuldades que a marcação casual do sujeito do domínio encaixado em complementos infinitivos parece colocar aos falantes de EsP a adquirir PE e a forma como estas se manifestam, os dados relativos aos itens de controlo incluídos nas TJA aplicadas poderão contribuir para esclarecer alguns aspetos desta questão. Recorde-se que estes itens de controlo se centravam na marcação casual de objetos em estruturas transitivas, pretendendo-se observar eventuais efeitos de *transfer* das propriedades associadas a DOM em EsP.

O desenho dos itens de controlo incluiu quatro condições: (i) verbo transitivo direto e objeto direto composto por um nome próprio antecedido por determinante artigo definido (5); (ii) verbo transitivo direto e objeto direto composto por um nome próprio antecedido pela contração entre a preposição *a* e o artigo definido (6); (iii) verbo ditransitivo[125] e objeto indireto composto por um nome próprio antecedido por determinante artigo definido (7) e (iv) verbo ditransitivo e objeto indireto composto por um nome próprio antecedido pela contração entre a preposição *a* e o artigo definido (8).

(5) O João conheceu a Maria numa festa.

(6) *O Luís surpreendeu à Cristina com uma festa de aniversário.

(7) *O Tiago explicou a Rita como resolver o exercício.

(8) A enfermeira pediu à Teresa para esperar.

Como se pode observar nos exemplos, todos os objetos incluem nomes próprios, no feminino e no singular. Esta opção possibilitou a comparação de contextos de ambiguidade entre o artigo do PE *a* e o marcador de DOM *a*, na marcação de objetos diretos, com contextos em que o nome é antecedido pela contração da preposição *a* com o artigo *a*, na marcação de objetos indiretos. O objetivo principal era o de tentar perceber se os falantes de EsP a adquirir PE são sensíveis a este contraste ou se transferem as propriedades associadas a DOM da L1 na marcação de objetos em PE. Para tal, todos os objetos têm os traços [+humano] e [+específico], propriedades associadas a DOM em EsP.

Observemos, em primeiro lugar os dados obtidos para as duas condições compostas por itens gramaticais em PE, ou seja, frases com verbo transitivo direto e objeto direto composto

[125] Note-se que, sendo os verbos incluídos na tarefa ditransitivos, o objeto direto em cada frase era sempre oracional. Esta opção permite evitar a ocorrência de dois DP com a função de objeto (direto e indireto) que poderiam preencher os requisitos para DOM.

por um nome próprio antecedido pelo artigo definido (“O João conheceu a Maria numa festa”) e verbo ditransitivo e objeto indireto composto por um nome próprio antecedido pela contração entre a preposição *a* e o artigo definido (“A enfermeira pediu à Teresa para esperar.”)

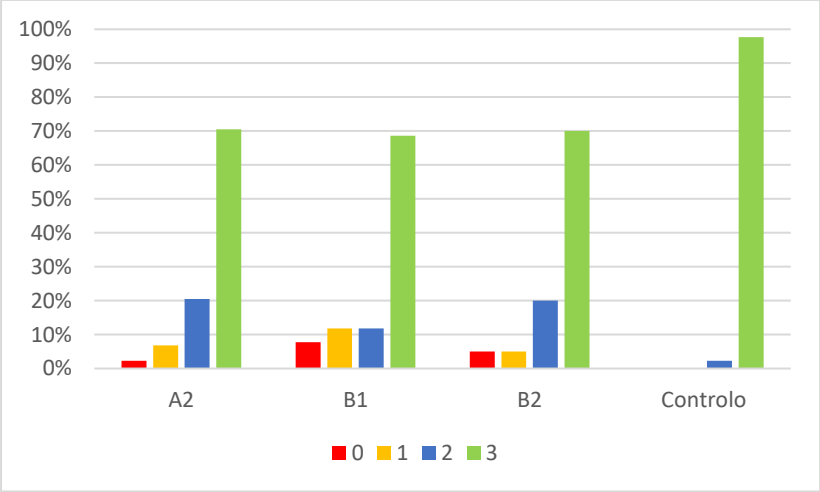


Gráfico 27: Resultados obtidos para itens de controlo – verbo transitivo direto e objeto direto composto por um nome próprio antecedido pelo artigo definido (construção gramatical).

O gráfico 27 mostra taxas de aceitação muito elevadas de frases como “O João conheceu a Maria numa festa”, por parte de todos os grupos. Sendo tais frases gramaticais em PE, o comportamento dos três grupos de falantes de EsP a adquirir PE parece seguir o mesmo padrão apresentado pelos falantes nativos. Ainda assim, enquanto o grupo de controlo apresenta uma taxa de aceitação deste tipo de construção transitiva de 100% (se se somarem as respostas correspondentes aos valores 2 e 3 da escala de Likert), as respostas dos falantes de EsP revelam um certo nível de variação que se reflete na classificação das frases em causa, ainda que pouco frequentemente, como “impossível” ou “provavelmente impossível”. Estas diferenças traduzem-se, do ponto de vista estatístico, na existência de diferenças significativas entre grupos ($H(3)= 26{,}300$, $p < 0{,}001$), mais concretamente entre o grupo de controlo e os grupos de aprendentes com os níveis de proficiência A2 ($p = 0{,}001$), B1 ($p < 0{,}001$) e B2 ($p = 0{,}028$).

Na avaliação de frases com verbos ditransitivos como “A enfermeira pediu à Teresa para esperar.”, encontramos um panorama semelhante ao descrito anteriormente (gráfico 28).

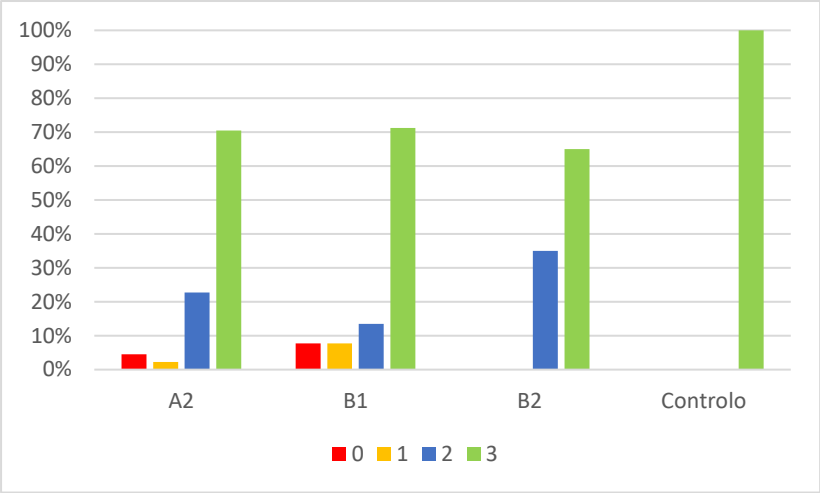


Gráfico 28: Resultados obtidos para itens de controlo – verbo ditransitivo e objeto indireto composto por um nome próprio antecedido pela contração da preposição *a* com o artigo definido (construção gramatical).

A avaliação dos participantes nesta tarefa vai claramente no sentido de aceitar este tipo de construção, que é gramatical em PE. No caso do grupo de controlo esta aceitação atinge os 100%. Já os grupos de teste apresentam alguma variação nas respostas. No grupo com nível de proficiência B2, esta variação restringe-se à classificação do tipo de frases em questão com os valores 2 e 3 na escala de Likert, portanto, dentro do espetro da gramaticalidade. Já os grupos de A2 e B1 rejeitam estas frases em alguns casos, mas as percentagens de rejeição são baixas, pois, mesmo somando as respostas de 0 e 1, ficam abaixo dos 20%. Ainda assim, verifica-se a existência de diferenças significativas entre grupos ($H(3)= 74{,}323$, $p < 0{,}001$) que afetam, tal como anteriormente, o grupo de controlo face aos grupos de aprendentes de PE: A2 ($p < 0{,}001$), B1 ($p < 0{,}001$) e B2 ($p = 0{,}009$).

Os dados relativos aos itens de controlo apresentados até aqui revelam que os falantes de EsP a adquirir PE apresentam um padrão semelhante ao dos falantes nativos de PE, ao aceitarem frases gramaticais quanto à marcação de objetos diretos e indiretos em PE. O facto de os aprendentes de PE serem menos categóricos nas suas respostas é esperado, sendo uma característica amplamente descrita na literatura sobre SLA. Por conseguinte, estes resultados parecem indicar que os falantes de EsP adquiriram com sucesso as propriedades de marcação casual de objetos diretos e indiretos em PE e, crucialmente, as suas diferentes realizações morfológicas. No entanto, os resultados obtidos para as condições correspondentes a itens agramaticais em PE permitem entender os dados anteriores sob uma nova perspetiva. No gráfico 29, encontram-se os resultados relativos à condição com verbo transitivo direto e objeto direto composto por um nome antecedido da contração da preposição *a* com o artigo definido.

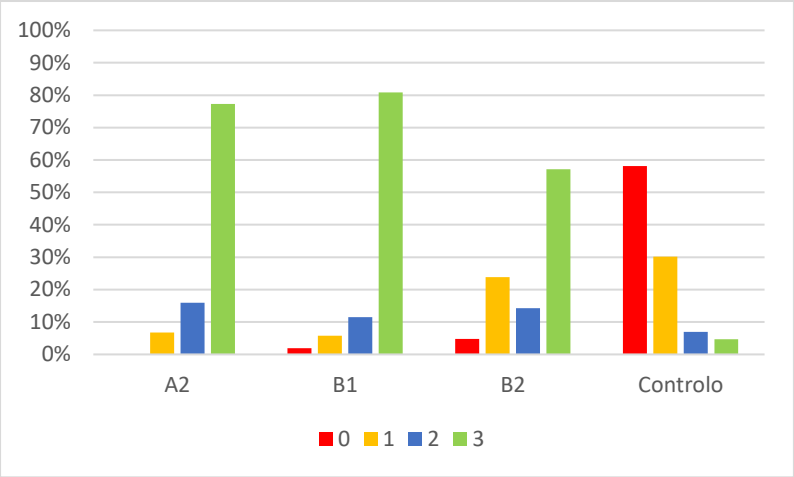


Gráfico 29: Resultados obtidos para itens de controlo – verbo transitivo direto e objeto direto composto por um nome próprio antecedido pela contração da preposição *a* com o artigo definido (construção agramatical).

Contrariamente ao descrito até aqui, os aprendentes de PE não seguem o mesmo padrão de respostas dos falantes nativos de PE. Os falantes nativos rejeitam frases como "*O Luís surpreendeu à Cristina com uma festa de aniversário", classificando-as com 0 (58,1%) ou 1 (30,2%) na escala de Likert. Já as respostas dos aprendentes de PE vão no sentido contrário. Mesmo considerando apenas as respostas correspondentes a 3 na escala de Likert, o grupo de A2 apresenta uma taxa de aceitabilidade de 70,5% destas frases, o grupo de B1, 68,6% e o grupo com nível B2, 57,1%. É apenas no nível B2 que a taxa de rejeição aumenta, o que poderá indiciar uma aproximação ao comportamento dos falantes nativos. Ainda assim, foram detetadas diferenças significativas entre grupos (H(3)= 128,128, p <0,001), especificamente entre o grupo de controlo e os restantes grupos: A2 (p <0,001), B1 (p <0,001) e B2 (p <0,001).

Também na condição com verbo ditransitivo e objeto indireto composto por um nome antecedido por artigo definido ("*O Tiago explicou a Rita como resolver o exercício.") se encontra um cenário semelhante, como se pode observar no gráfico 30.

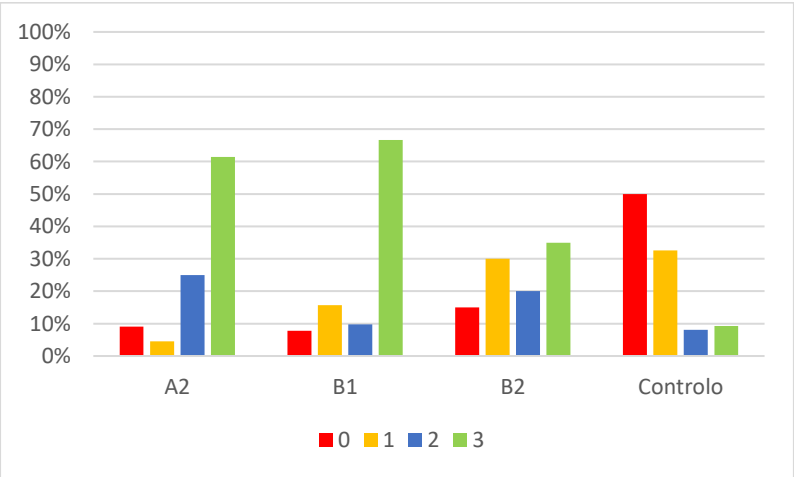


Gráfico 30: Resultados obtidos para itens de controlo – verbo ditransitivo e objeto indireto composto por um nome próprio antecedido por artigo definido (construção agramatical).

Nesta condição, os falantes nativos apresentam uma clara tendência para a rejeição, com percentagens de classificação com os valores 0 e 1 de 50% e 32,3%, respetivamente. Uma vez mais, os falantes de EsP evidenciam a tendência contrária. Para os grupos pertencentes aos níveis A2 e B1, a classificação de frases como a acima exemplificada como "perfeitamente possível" está acima dos 60%. No grupo de B2, assiste-se a uma maior variação das respostas dadas, que se encontram mais dispersas pelos diferentes valores da escala de Likert. Ainda assim, a percentagem de respostas com o valor 0 e 1 neste grupo atinge os 45%, enquanto as respostas com 2 e 3 chegam aos 55%. Uma vez mais, verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre grupos ($H(3)= 31{,}131$, $p < 0{,}001$), sendo que estas se manifestam entre o grupo de controlo e os grupos A2 ($p < 0{,}001$), B1 ($p < 0{,}001$) e B2 ($p = 0{,}003$).

Considerando os resultados obtidos para os itens de controlo na sua globalidade, conclui-se que, enquanto os falantes nativos aceitam as frases gramaticais e rejeitam as agramaticais, os falantes de EsP a adquirir PE aceitam tendencialmente todas as frases. Este é um forte indicador de que estes aprendentes não são sensíveis às diferentes formas de marcação casual de objetos diretos e indiretos em PE. Além disso, considerando as propriedades da sua L1, os contextos de ambiguidade entre a preposição *a* e o artigo definido *a* são problemáticos, dada a semelhança formal com o marcador de DOM *a* do EsP. Assim, pode ser traçado um paralelo entre este comportamento não convergente com o dos falantes nativos que se traduz na aceitação de objetos com e sem marcação dativa em PE e dados de estudos anteriores, como Cabrelli Amaro, Iverson, Giancaspro & Halloran (2020). Tal como neste estudo, o que os dados agora apresentados sugerem é a persistência de efeitos de *transfer* da L1, no presente caso, visíveis principalmente nos grupos com nível de proficiência inicial (A2) e intermédio (B1). No nível avançado de proficiência (B2), observam-se ainda efeitos de *transfer*, mas parece haver igualmente indícios de aquisição de propriedades relevantes da L2, o que poderá corresponder à existência de duas gramáticas em competição.

As correções dos informantes para as frases que consideraram agramaticais vêm reforçar a ideia de que existem efeitos de *transfer* que persistem mesmo em níveis avançados de proficiência para os falantes de EsP a adquirir PE. Estes efeitos são visíveis sobretudo nas correções que os falantes de EsP apresentaram para frases que consideraram impossíveis, mas que, na verdade, correspondiam a sequências gramaticais em PE: (i) frases com verbo transitivo direto e objeto direto antecedido por artigo definido e (ii) frases com verbo ditransitivo e objeto indireto antecedido pela contração da preposição *a* com o artigo definido. Já no caso das correções de itens agramaticais em PE, os falantes de EsP parecem aproximar-se mais da gramática da L2, o que, uma vez mais, poderá indicar a existência de duas gramáticas em competição. A tabela 30 mostra os tipos de correções apresentados pelos falantes de EsP.

Tipo de correção	Condições			
	Verbo transitivo direto + artigo definido (gramatical)	**Verbo transitivo indireto + contração da preposição com o artigo definido (gramatical)**	**Verbo transitivo direto + contração da preposição com o artigo definido (agramatical)**	**Verbo transitivo indireto + artigo definido (agramatical)**
Verbo transitivo direto + artigo definido + nome próprio (objeto direto)	-	-	83,3%	-
Verbo ditransitivo + contração da preposição com o artigo definido + nome próprio (objeto indireto)	-	-	-	58,3%
Verbo transitivo direto + contração da preposição com o artigo definido + nome próprio (agramatical)	57,1%	-	-	-
Verbo ditransitivo + artigo definido + nome próprio (agramatical)	-	22,2%	-	-
Cliticização do objeto em acusativo (gramatical)	7,1%	-	-	-
Cliticização do objeto em dativo (gramatical)	-	-	-	4,2%
Outras estruturas (agramatical)	14,3%	44,4%	8,3%	8,3%
Correção não incide sobre o constituinte com a função sintática de objeto	14,3%	22,2%	-	20,8%
n.r.	7,1%	11,1%	8,3%	8,3%

Tabela 30: Correções apresentadas pelos falantes de EsP para os itens de controlo gramaticais que foram classificados como impossíveis em PE.

As correções dos falantes de EsP (N = 59) incidiram sobre itens agramaticais e gramaticais em PE, alterando estes últimos para construções impossíveis em PE, como as exemplificadas em (9)-(10). Adicionalmente, os itens corretamente identificados como agramaticais nem sempre foram alvo de uma correção adequada, pois esta nem sempre se centrou na marcação casual do objeto (11).

(9) Item de teste: O João conheceu a Maria na festa.
Correção: O João conheceu à Maria na festa.

(10) Item de teste: A enfermeira pediu à Teresa para esperar.
Correção: A enfermeira pediu a Teresa para esperar.

(11) Item de teste: O António disse a Ana que trouxesse leite.
Correção: O António diz a Ana que trouxesse leite.

Pelo contrário, as correções do grupo de controlo (N = 142) incidem unicamente sobre os itens correspondentes às condições agramaticais, transformando-os em frases possíveis em PE, no que diz respeito à marcação casual de objetos (tabela 31).

Tipo de correção	**Condições correspondentes a itens agramaticais**	
	Verbo transitivo direto + contração da preposição com o artigo definido (agramatical)	**Verbo transitivo indireto + artigo definido (agramatical)**
Verbo transitivo direto + artigo definido + nome próprio (objeto direto)	93,2%	-
Verbo ditransitivo + contração da preposição *a* com o artigo definido + nome próprio (objeto indireto)	-	85,3%
Outras estruturas (gramatical)	1,4%	-
n.r.	5,4%	14,7%

Tabela 31: Correções apresentadas pelos falantes nativos de PE para os itens de controlo agramaticais que foram classificados como impossíveis em PE.

Assim, a comparação entre o tipo de correções apresentado pelos falantes de EsP a adquirir PE e pelos falantes nativos de PE coloca em evidência que a marcação casual de objetos em PE é uma área de dificuldade para os falantes nativos de EsP, encontrando-se a origem desta dificuldade nas diferentes propriedades associadas a esta marcação na L1 e na L2. Esta dificuldade poderá ser exacerbada pela existência de contextos de ambiguidade em PE, como é o caso dos contextos testados nos itens de controlo incluídos na TJA aplicada.

7.2.2.*Tarefa 2:* Prepositional Infinitival Construction

A par da TJA centrada em ECM e na estrutura de Infinitivo Flexionado, foi desenhada uma outra TJA com o objetivo de testar propriedades semelhantes na estrutura de PIC. Assim, esta segunda TJA pretendia igualmente testar a aquisição de flexão verbal do verbo no infinitivo e de marcação casual do sujeito do domínio encaixado. Para tal, e paralelamente ao descrito para a primeira TJA, esta tarefa era composta por quatro condições: (i) complementos infinitivos com sujeito acusativo e infinitivo preposicionado não-flexionado (12); (ii) complementos infinitivos com sujeito acusativo e infinitivo preposicionado flexionado (13); (iii) complementos infinitivos com sujeito nominativo e infinitivo preposicionado não-flexionado (14) e (iv) complementos infinitivos com sujeito nominativo e infinitivo preposicionado flexionado (15). Enquanto as duas primeiras condições correspondiam a instâncias de PIC, as duas condições com sujeitos nominativos consistiam em itens agramaticais em PE.

(12) O pai viu-os a tocar guitarra.

(13) O pai viu-as a pintarem um desenho.

(14) *O Manuel viu elas a convidar o Paulo.

(15) *A Ana viu eles a cortarem os legumes.

Os dados obtidos mostram uma tendência semelhante à reportada na secção anterior e que se traduz num contraste entre os juízos de aceitabilidade avançados para as condições com sujeitos acusativos e para as condições com sujeitos nominativos. Com efeito, as condições com sujeitos nominativos e infinitivo preposicionado (construções não disponíveis em PE), são rejeitadas por todos os grupos de participantes, como mostram os gráficos 31 e 32, para as condições com infinitivo preposicionado não-flexionado e flexionado, respetivamente.

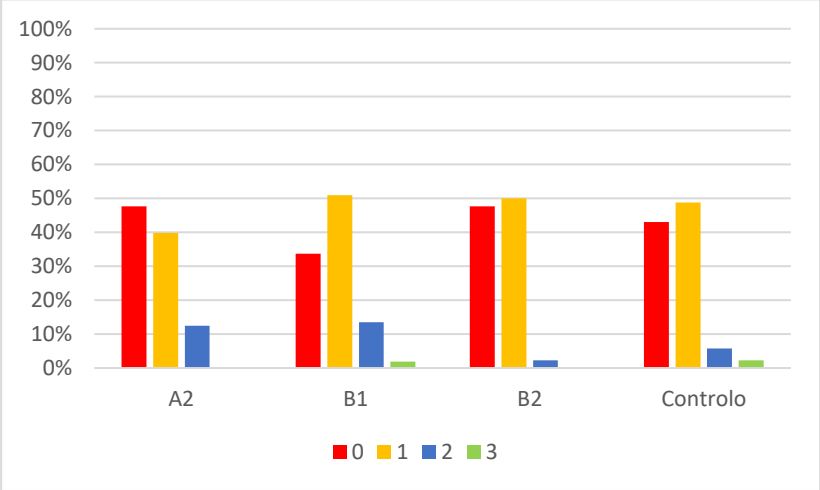


Gráfico 31: Resultados obtidos para complementos com sujeito nominativo e infinitivo preposicionado não-flexionado (construção agramatical).

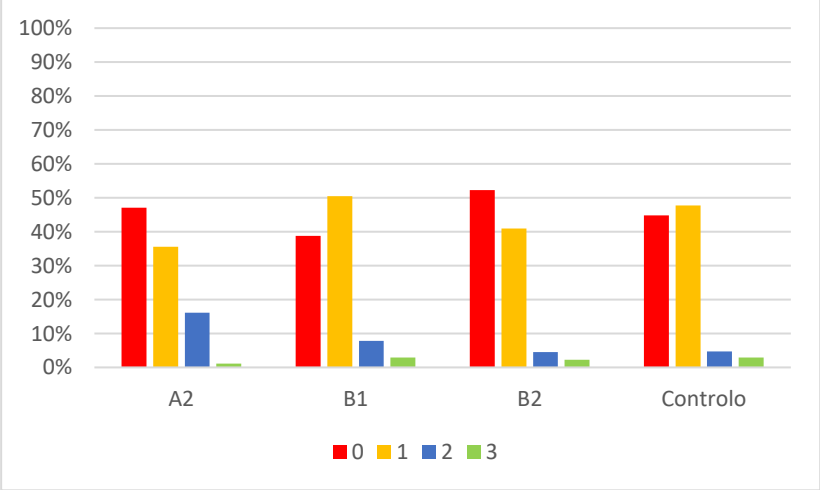


Gráfico 32: Resultados obtidos para complementos com sujeito nominativo e infinitivo preposicionado flexionado (construção agramatical).

Estes são resultados esperados para todos os grupos, tendo em conta as propriedades destas construções e a sua agramaticalidade em PE. Considerando, em particular, os falantes de EsP a adquirir PE, este resultado encontra paralelo nos dados descritos para as condições com sujeitos nominativos da TJA centrada em ECM e na estrutura de Infinitivo Flexionado. A rejeição de complementos com infinitivo preposicionado e sujeitos nominativos é transversal a todos os grupos e esta semelhança de resultados reflete-se, do ponto de vista estatístico, na inexistência de diferenças significativas entre grupos quer na condição com infinitivo preposicionado não-flexionado ($H(3) = 6{,}463$, $p = 0{,}091$) quer na condição com infinitivo preposicionado flexionado ($H(3) = 2{,}536$, $p = 0{,}469$). Deste modo, poder-se-á dizer que estas construções não colocam dificuldades aos falantes de EsP a adquirir PE, quanto à avaliação da sua disponibilidade na L2. Não obstante, a análise das correções providas por estes informantes permitirá esclarecer o que é identificado como incorreto.

Centrando agora a nossa atenção nos resultados obtidos para as condições correspondentes a instâncias de PIC, o gráfico 33 mostra a taxa de aceitabilidade da condição de PIC com infinitivo não-flexionado.

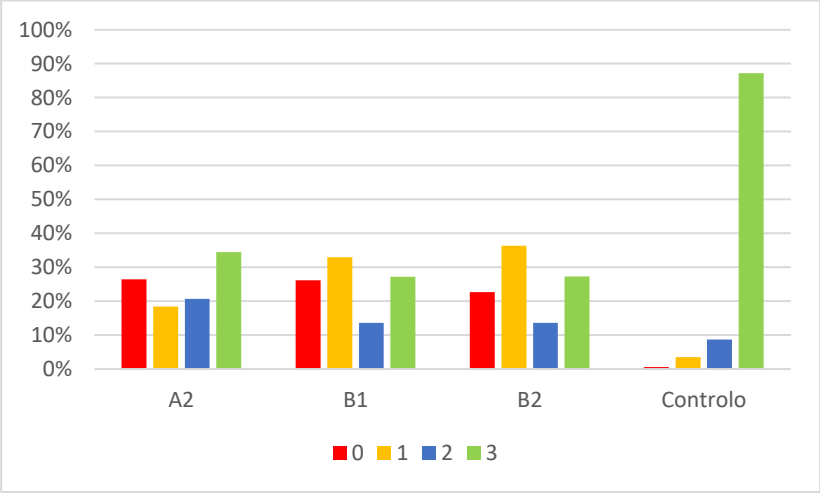


Gráfico 33: Resultados obtidos para complementos com sujeito acusativo e infinitivo preposicionado não-flexionado (PIC com infinitivo não-flexionado).

Os falantes nativos apresentam uma taxa elevada de aceitação desta estrutura (95,9%), com 8,7% de classificações como 2, isto é, "provavelmente possível", e 87,2% como 3, ou "perfeitamente possível". Tal resultado está em linha com o que é descrito em estudos anteriores, nomeadamente Santos, Gonçalves & Hyams (2016), uma vez que dados de uma tarefa de produção permitiram às autoras concluir que existe uma preferência pela estrutura de

PIC como complemento infinitivo de verbos percetivos, tanto por parte de adultos como de crianças a adquirir PE língua materna.

Todavia, estes resultados contrastam com os dos falantes de EsP a adquirir PE que, à exceção do grupo A2, tendem a rejeitar esta estrutura. Além disso, enquanto os falantes nativos de PE apresentam juízos mais categóricos no sentido da aceitação da PIC com infinitivo não-flexionado, os falantes de PE língua não materna apresentam um elevado grau de variação nas suas respostas, que se encontram mais dispersas pelos quatro valores da escala de Likert. Assim, os grupos com níveis de proficiência B1 e B2 apresentam uma taxa de rejeição deste tipo de PIC de 59% (se se somarem as percentagens obtidas para os valores 0 e 1 da escala de Likert), diminuindo este valor para 45% no grupo de A2. A análise estatística revelou a existência de diferenças significativas entre grupos ($H(3) = 139{,}290$, $p < 0{,}001$), sendo que estas diferenças afetam o grupo de controlo face aos restantes ($p < 0{,}001$, para todos os grupos).

A mesma tendência observa-se na condição respeitante a PIC com infinitivo flexionado, mas as taxas de aceitabilidade desta estrutura são mais baixas (em todos os grupos) em relação às acima descritas para PIC com infinitivo não-flexionado (gráfico 34).

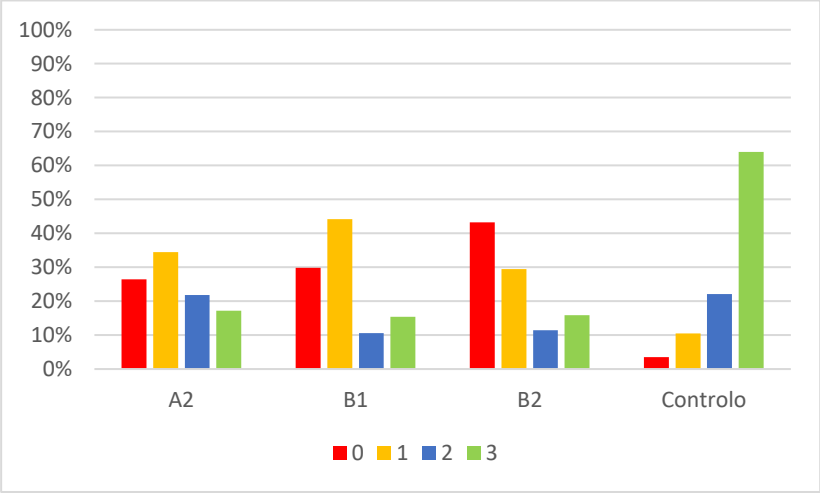


Gráfico 34: Resultados obtidos para complementos com sujeito acusativo e infinitivo preposicionado flexionado (PIC com infinitivo flexionado).

Como o gráfico acima mostra, no grupo de falantes nativos de PE, as taxas de aceitabilidade de PIC com infinitivo flexionado diferem das obtidas para PIC com infinitivo não-flexionado pelos juízos menos categóricos apresentados. Assim, observa-se que os falantes de PE classificam esta estrutura como "provavelmente possível" (valor 2) em 22,1% dos casos e como "perfeitamente possível" (valor 3) em 64% dos casos, o que corresponde a uma taxa de

aceitação de 86,1%. Quanto aos falantes de EsP, todos os grupos de aprendentes de PE rejeitam esta estrutura, sendo as taxas de rejeição, em geral, mais elevadas para a PIC com infinitivo flexionado do que para a PIC com infinitivo não-flexionado. As classificações como "impossível" (valor 0) e "provavelmente impossível" (valor 1) atingem os 60,9% no grupo de proficiência A2, 74% no grupo B1 e 72,7% no grupo B2. Uma vez mais, existem diferenças estatisticamente significativas entre grupos ($H(3) = 129{,}603$, $p < 0{,}001$), o que confirma que o comportamento do grupo de falantes nativos de PE difere significativamente do observado para os grupos de aprendentes de PE com os níveis de proficiência A2 ($p < 0{,}001$), B1 ($p < 0{,}001$) e B2 ($p < 0{,}001$).

Recorde-se que, no capítulo 5 do presente estudo, se colocou a hipótese de que a aquisição de PIC colocaria obstáculos específicos aos falantes nativos de EsP a adquirir PE, associados às suas propriedades aspetuais e à forma como estas são realizadas morfologicamente (através da sequência de preposição *a + infinitivo*), sendo que se colocaria ainda a dificuldade acrescida de esta estrutura poder ocorrer com infinitivo flexionado ou não-flexionado. Os dados obtidos através da aplicação da TJA mostram que, de facto, esta estrutura é rejeitada pelos falantes de EsP a adquirir PE, mesmo no nível avançado de proficiência.

Uma outra questão relevante na aquisição da PIC diz respeito ao facto de a eventual dificuldade na aquisição desta estrutura poder ter origem, desde logo, no processo de mapeamento das configurações de traços que a caracterizam. Assim, com base nas propriedades aspetuais da PIC e da sua realização morfossintática, foram colocadas duas possibilidades de mapeamento das configurações de traços relevantes. Se os falantes de EsP atribuíssem corretamente o traço [+durativo] à PIC, associado ao aspeto progressivo que veicula, e identificassem a preposição *a* como um núcleo aspetual, então estes falantes poderiam mapear os traços da CG da sua L1 com os da PIC da L2. Se, pelo contrário, a preposição *a* não fosse corretamente identificada como um marcador aspetual e fossem identificadas como propriedades mais relevantes da PIC a ocorrência de um sujeito acusativo e de um infinitivo não-flexionado no domínio, então poderia prevalecer a semelhança formal (realização morfossintática do Caso do sujeito e forma verbal no infinitivo sem marcas de flexão) entre a estrutura de PIC e a de ECM, realizando-se o mapeamento dos traços de ECM da L1 com os da PIC. A análise das correções propostas pelos participantes na TJA que agora se descreve pode contribuir para esclarecer esta questão. A tabela 32 permite comparar os diferentes tipos de correções fornecidos para os itens considerados agramaticais, pelos falantes de EsP a adquirir PE (N = 619) e pelos falantes nativos de PE (N = 361).

	Tipo de correção	Falantes de EsP a adquirir PE	Falantes nativos de PE
Construções gramaticais em PE	Sujeito acusativo com infinitivo não-flexionado (ECM)	17,4%	4,7%
	Sujeito acusativo com infinitivo não-flexionado (ECM com infinitivo flexionado)	12%	2,8%
	Sujeito dativo com infinitivo não-flexionado (*faire-inf*)	12,6%	-
	Sujeito nominativo com infinitivo flexionado (Estrutura de Infinitivo Flexionado)	2,4%	-
	PIC com infinitivo não-flexionado	15,2%	58,4%
	PIC com infinitivo flexionado	3,7%	32,4%
	CG	0,2%	-
	Oração completiva finita	1,3%	-
	Outras estruturas	0,3%	-
Construções agramaticais em PE	Construção agramatical finita	1%	-
	Construção agramatical não-finita	27,1%	-
	Construção agramatical: complementador + infinitivo flexionado	0,2%	-
Mais do que uma opção de correção	ECM ou CG	1,4%	-
	PIC com infinitivo não-flexionado ou flexionado	-	1,1%
	n.r.	5,2%	0,6%

Tabela 32: Correções apresentadas pelos falantes de EsP a adquirir PE e pelos falantes nativos de PE para os itens de teste considerados agramaticais na TJA centrada na PIC.

Uma primeira observação dos dados na tabela 32 permite identificar dois padrões distintos no tipo de correções apresentadas pelos dois grupos de informantes: os falantes nativos de PE optam, maioritariamente, por corrigir os itens que consideram agramaticais recorrendo à PIC, com infinitivo não-flexionado (58,4%) e flexionado (32,4%), mas os falantes de EsP a adquirir PE apresentam correções dispersas por diferentes tipos. Deste modo, estes aprendentes apresentam correções correspondentes a ECM (17,4%), a PIC com infinitivo não-flexionado (15,2%) e a sujeitos dativos com infinitivo não-flexionado (12,6%). Contudo, o tipo de correção que prevalece corresponde a construções agramaticais não-finitas (27,1%). Pelo contrário, a baixa percentagem de correções com recurso à PIC com infinitivo flexionado (3,7%) reflete a elevada taxa de rejeição desta estrutura por parte dos falantes de EsP.

Embora as correções de itens agramaticais com recurso à PIC com infinitivo não--flexionado constituam a terceira estratégia mais frequente utilizada pelos grupos de falantes de PE língua não materna, esta apresenta um valor muito próximo das correções

correspondentes a ECM. Uma vez que, superficialmente, o que distingue estas estruturas é a presença na primeira, mas não na segunda, do núcleo aspetual *a*, esta divisão poderá ser um indicador de identificação inconsistente da preposição *a* como realização morfossintática de traços distintivos da PIC face a, justamente, ECM. Crucialmente, a percentagem de correções correspondentes unicamente à CG (0,2%) ou, opcionalmente, a ECM ou CG (1,4%) é residual, correspondendo, na verdade, a correções associadas a um único informante. Esta distribuição do tipo de correções fornecidas pelos falantes de EsP a adquirir PE parece apontar no sentido de estes falantes privilegiarem as semelhanças formais entre PIC e ECM, em detrimento das semelhanças semânticas (aspetuais) entre PIC e CG.

Além disso, e tal como se pôde verificar no caso da TJA centrada em ECM e na estrutura de Infinitivo Flexionado, também aqui se observa uma preferência por complementos infinitivos com sujeitos pronominais dativos. Esta preferência está patente na presença de complementos com sujeitos dativos e infinitivo não-flexionado (12,6%), mas torna-se mais expressiva se se considerar, uma vez mais, as correções correspondentes a construções agramaticais não-finitas (N = 167) (tabela 33).

Tipos de correções: construção agramatical não-finita	**%**
Construções com sujeitos dativos	80,4%
Construções com sujeitos nominativos	11,9%
Construções com sujeitos acusativos	6%
Outra estrutura	1,2%

Tabela 33: Correções correspondentes a construções agramaticais não-finitas apresentadas pelos falantes de EsP a adquirir PE.

Tal como anteriormente observado para a primeira TJA descrita, também neste caso a maioria das construções agramaticais não-finitas dizem respeito a construções com sujeitos dativos (80,4%). Somando o número total de correções correspondendo a complementos infinitivos com sujeitos dativos (gramaticais ou agramaticais), é possível perceber que este tipo de correção envolvendo a marcação casual do sujeito do domínio encaixado é frequente (34,6%). Uma vez mais, as alterações de sujeitos pronominais para dativo, em geral, encontram-se em pronomes masculinos (59,3%), mas também, numa proporção menor, em pronomes femininos (40,7%).

As construções não-finitas agramaticais com sujeitos dativos podem ser subdivididas em vários tipos, entre eles: (i) pronomes clíticos em próclise ao verbo superior com infinitivo

preposicionado (*e.g.*, “O professor lhes viu a guardarem os livros.”; “A mãe lhes viu a jogar videojogos.“); (ii) aparentes contrações do pronome clítico dativo *lhe* com o pronome acusativo *o/a*, em próclise e em ênclise, com infinitivo flexionado ou não-flexionado, preposicionado ou não (*e.g.*, “O Joaquim viu-lhas montarem o armário.”; “A Carla viu-lhos comprar os bilhetes.”; “O pai viu-lhas a pintarem um desenho.”; “A mãe viu-lhas a pentear os cabelos.”); (iii) pronomes clíticos com infinitivo preposicionado, flexionado e não-flexionado (*e.g.*, “A Ana viu-lhes a cortarem os legumes.”; “A mãe viu-lhes a jogar videojogos.”) e (iv) pronomes clíticos dativos com infinitivo flexionado (*e.g.*, “A Ana viu-lhes cortarem os legumes.”).

Para além das questões associadas à colocação dos pronomes clíticos (em ênclise ou em próclise), que difere em EsP e em PE e que se reflete nas respostas dos aprendentes de EsP, verifica-se também a presença de infinitivos preposicionados em algumas das correções. Esta oscilação entre infinitivo preposicionado e não preposicionado com sujeitos dativos espelha o padrão anteriormente identificado em correções com sujeitos acusativos. Por outras palavras, há um paralelismo entre as percentagens próximas de correções correspondentes a ECM e a PIC presentes na tabela e o mesmo tipo de alternância verificada em correções com sujeitos dativos, o que vem reforçar a ideia de uma possível dificuldade em identificar a preposição *a* como um elemento morfossintático associado a traços aspetuais diferenciador da PIC.

Vejamos agora a distribuição por condição das correções sugeridas pelos falantes de EsP a adquirir PE (tabela 34), sendo particularmente relevante observar de que forma os itens correspondentes a PIC (isto é, os itens gramaticais em PE) foram alterados.

	Condições / Tipo de correção	Sujeito acusativo e infinitivo preposicionado não-flexionado (PIC)	Sujeito acusativo e infinitivo preposicionado flexionado (PIC)	Sujeito nominativo e infinitivo preposicionado não-flexionado (agramatical)	Sujeito nominativo e infinitivo preposicionado flexionado (agramatical)
Construções gramaticais em PE	Sujeito acusativo com infinitivo não--flexionado (ECM)	27%	18,3%	17,4%	11%
	Sujeito acusativo com infinitivo flexionado (ECM com infinitivo flexionado)	12,6%	17,6%	6,5%	12,6%
	Sujeito dativo com infinitivo não-flexionado (*faire-inf*)	21,6%	7%	12%	12,1%
	Sujeito nominativo com infinitivo flexionado (Estrutura de Infinitivo Flexionado)	-	-	3,8%	4,4%
	PIC com infinitivo não-flexionado	-	23,9%	19%	13,7%
	PIC com infinitivo flexionado	5,4%	-	3,3%	6%
	Construção de Gerúndio	-	0,7%	-	-
	Oração completiva finita	-	.	2,2%	2,2%
	Outras estruturas	-	0,7%	-	0,5%
Construções agramaticais em PE	Construção agramatical finita	0,9%	1,4%	-	1,6%
	Construção agramatical não-finita	26,1%	26,8%	27,2%	28%
	Construção agramatical: complementador + infinitivo flexionado	-	-	0,5	-
Mais do que uma opção	ECM ou CG	3,6%	2,1%	0,5%	0,5%
	n.r.	2,7%	1,4%	7,6%	7,1%

Tabela 34: Correções apresentadas pelos falantes de EsP a adquirir PE para os itens de teste considerados agramaticais por condição.

Considerando, em primeiro lugar, o que aproxima as quatro condições, verifica-se que as correções que consistem em complementos agramaticais não-finitos são uma constante em

todas as condições. Outra das correções que surge frequentemente é ECM, que ocorre com uma percentagem mais elevada na correção de instâncias de PIC com infinitivo não-flexionado (27%), seguido de PIC com infinitivo flexionado (18,3%). Finalmente, uma última tendência geral é o recurso a PIC com infinitivo não-flexionado como correção (exceto, naturalmente, na condição correspondente a PIC com infinitivo não-flexionado). Esta estratégia é mais produtiva na condição de PIC com infinitivo flexionado (23,9%), o que reflete, em certa medida, a maior taxa de aceitabilidade de que a PIC com infinitivo não-flexionado é alvo.

A principal diferença entre as correções propostas para a PIC com infinitivo flexionado e não-flexionado reside no elevado número de ocorrências de ECM com infinitivo flexionado associadas a PIC com infinitivo flexionado (17,6%). Já construções com sujeito dativo e infinitivo não-flexionado têm um maior peso na correção de PIC com infinitivo não-flexionado (21,6%). Estes dados indicam uma tendência, já verificada anteriormente, para a manutenção da forma verbal no infinitivo com flexão, nas condições com infinitivo flexionado, e sem flexão, nas condições com infinitivo não-flexionado. Note-se que o mesmo se verifica nas condições com sujeitos nominativos (correspondentes a itens agramaticais), já que é também na condição com sujeito nominativo e infinitivo preposicionado flexionado que a percentagem de correções como ECM com infinitivo flexionado é mais elevada (12,6%). Ainda assim, importa ressalvar que esta condição, em particular, se associa a maior dispersão nas respostas, já que as possibilidades de correção discutidas até aqui têm valores de frequência aproximados.

Os resultados agora reportados, quando comparados com os apresentados na secção anterior, permitem confirmar uma tendência geral do comportamento dos informantes. Os falantes de EsP a adquirir PE apresentam padrões semelhantes aos dos falantes nativos quanto às estruturas com taxas de rejeição mais elevadas (condições com sujeitos nominativos) e mais baixas (condições com sujeitos no acusativo). Contudo, isto não significa que estes aprendentes mostrem um comportamento convergente com o dos falantes nativos. Tal ficou patente pelo facto de apresentarem taxas mais baixas de aceitabilidade da estrutura de ECM e uma tendência, particularmente notória nos níveis intermédio e avançado de proficiência, para a rejeição de estruturas com elevadas taxas de aceitação por parte dos falantes nativos, como ECM com infinitivo flexionado e PIC, com infinitivo flexionado e não-flexionado.

A análise estatística permitiu determinar que, em todas as condições com sujeitos acusativos testadas, quer na primeira quer na segunda TJA, existem diferenças significativas entre o grupo de falantes nativos de PE e cada um dos grupos pertencentes aos vários níveis de proficiência testados. Estas diferenças são ainda corroboradas pela análise das correções propostas pelos informantes para os itens que classificaram como agramaticais. Tal como foi

possível constatar, relativamente às duas TJA descritas, os falantes de EsP diferem dos falantes nativos (i) pela apresentação de construções agramaticais em PE como possibilidade de correção; (ii) pela maior dispersão de respostas por diferentes tipos de estrutura; (iii) pelo recurso a estruturas com sujeitos pronominais dativos e (iv) pelo uso menos frequente de estruturas de PIC nas suas correções, detetável nas duas TJA, mas, mais claramente, na TJA cujo objetivo era testar propriedades da PIC.

Os dados obtidos através da aplicação das duas TJA parecem ir no sentido das predições avançadas no capítulo 5 do presente trabalho, mas espera-se que os resultados obtidos para as restantes tarefas experimentais possam contribuir com mais dados para esta discussão.

7.3. Tarefa de Completamento de frases (*Sentence Completion Task*)

Tendo em conta a hipótese inicial de que a estrutura de ECM seria adquirida mais cedo, dado que a sua aquisição requer mapeamento das configurações de traços relevantes da L1 com as da L2, foi desenhado um outro tipo de tarefa, desta feita de completamento de frases, para testar os dois tipos de complemento infinitivo cuja aquisição só é possível mediante a reconfiguração de traços. Assim, a tarefa que agora se descreve centra-se na estrutura de Infinitivo Flexionado e na PIC (com infinitivo flexionado e não-flexionado). Um dos objetivos desta tarefa era o de tentar perceber se os falantes de EsP a adquirir PE identificam estas estruturas como possíveis em PE nos contextos adequados, ou seja, se adquirem as diferentes propriedades de seleção de verbos percetivos e causativos. Uma vez que as propriedades específicas de cada uma das estruturas podem ser associadas a configurações de traços distintas, pretendia-se também investigar se diferentes tarefas de reconfiguração podem acarretar diferentes graus de dificuldade.

Relembrando alguns aspetos do desenho experimental, esta tarefa consistia no completamento de frases introduzidas por verbos percetivos e causativos. Para cada item, eram apresentadas três opções de completamento: complemento com infinitivo flexionado, PIC com infinitivo flexionado e PIC com infinitivo não-flexionado. Note-se que, nos itens com verbo percetivo, todas as opções de resposta eram possíveis, enquanto, nos itens com verbo causativo, apenas a opção com infinitivo não preposicionado é gramatical. Os participantes podiam selecionar uma, duas ou as três opções disponíveis, de acordo com o que considerassem possível em PE. Recuperam-se aqui os exemplos apresentados no capítulo 6 do presente trabalho para ilustrar o formato da TCF.

(16) A Maria contratou jardineiros para cuidar do seu jardim. Ela viu…

a. … os jardineiros plantarem rosas.

b. … os jardineiros a plantarem rosas.

c. … os jardineiros a plantar rosas.

(17) As irmãs da Teresa foram visitá-la e perguntaram se podiam fumar. A Teresa deixou…

a. … as irmãs fumarem.

b. … as irmãs a fumarem.

c. … as irmãs a fumar.

Antes de se passar à apresentação dos resultados, importa refletir sobre a estrutura presente na alínea a. dos exemplos (16) e (17). A TCF, tal como referido, foi desenhada para testar aspetos da aquisição de duas estruturas, sendo uma delas a estrutura de Infinitivo Flexionado. Não obstante, os resultados obtidos para a estrutura de Infinitivo Flexionado na TJA obrigam a uma discussão sobre que estrutura poderá estar subjacente numa oração como a representada na alínea a. Recorde-se que, na TJA, todos os grupos de participantes rejeitaram categoricamente instâncias de sujeito pronominal nominativo com infinitivo flexionado (correspondentes, portanto, à estrutura de Infinitivo Flexionado) e que os resultados obtidos para construções com sujeito acusativo e infinitivo flexionado (ECM com infinitivo flexionado) obtiveram melhores resultados. Uma vez que, na TCF, todos os sujeitos do domínio encaixado são DP e que, por conseguinte, não exibem marcas de Caso (nominativo ou acusativo), não é possível determinar que estrutura poderá ser associada a frases como as presentes em (16a) e (17a), estrutura de Infinitivo Flexionado ou ECM com infinitivo flexionado. Assim sendo, de agora em diante, sempre que se fizer referência aos resultados da TCF, a estrutura em causa será designada, de forma neutra, como “complemento com infinitivo flexionado”.

Em seguida, serão apresentadas as taxas de seleção de cada uma das estruturas incluídas como opção nos itens de teste, bem como os resultados da análise estatística efetuada. Começando, justamente, pelos complementos com infinitivo flexionado (não preposicionado), as taxas de seleção desta estrutura encontram-se representadas no gráfico 35.

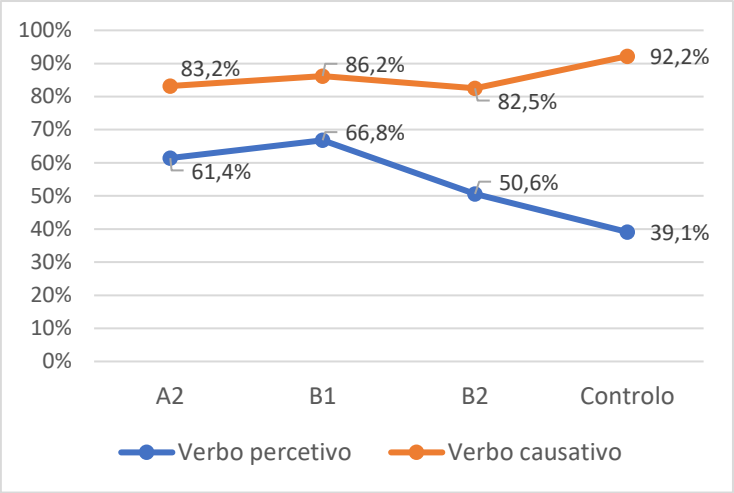


Gráfico 35: Taxas de seleção de complementos com infinitivo flexionado (não preposicionado) na TCF.

Recorde-se que esta é a única estrutura, de entre as três possibilidades de seleção, disponível com verbos percetivos e causativos, pelo que eram esperadas elevadas taxas de seleção com ambos os verbos, pelo menos por parte dos falantes nativos de PE. No caso dos verbos causativos, esta expectativa é cumprida, tanto pelos falantes nativos de PE, que exibem uma taxa de seleção de complementos com infinitivo flexionado de 92,2%, como pelos diferentes grupos de falantes de EsP a adquirir PE, que apresentam uma taxa de seleção superior a 80%. Já para os itens com verbos percetivos, os resultados parecem, à primeira vista, contrariar as expectativas iniciais, já que o grupo de controlo apresenta uma taxa de seleção da estrutura em causa abaixo do esperado (39,1%), seguido do grupo de aprendentes com nível B2 de proficiência que selecionaram esta estrutura em 50,6% dos casos. Pelo contrário, os grupos com nível de proficiência inicial (A2) e intermédio (B1) têm um comportamento mais próximo do esperado, considerando as propriedades de seleção dos verbos percetivos em PE, com taxas de seleção acima dos 60%. Do ponto de vista estatístico, foi usado o modelo GLMM para analisar os dados da TCF. Neste modelo, foram testados, como efeitos fixos, o grupo, o tipo de verbo (percetivo ou causativo) e a interação entre grupo e tipo de verbo. O sujeito e o item foram introduzidos no modelo como fatores aleatórios. Entre os efeitos fixos testados, foram selecionados como significativos o tipo de verbo ($F(1, 2255) = 94{,}437$, $p < 0{,}001$) e a interação entre grupo e tipo de verbo ($F(3, 2255) = 16{,}603$, $p < 0{,}001$). A realização de comparações múltiplas (com correção de Sidak) permitiu determinar que, no caso dos verbos causativos, não existem diferenças significativas entre grupos. Pelo contrário, foram detetadas diferenças significativas no caso dos verbos percetivo: entre o grupo de controlo e o grupo A2 ($t(2255) = -3{,}342$, $p = 0{,}004$), bem como entre o grupo de controlo e o grupo B1 ($t(2255) = -3{,}945$, $p < 0{,}001$).

Crucialmente, as elevadas taxas de seleção de complementos com infinitivo flexionado vêm reforçar a hipótese colocada a propósito dos dados obtidos na TJA descrita em 8.2.1. de que a marcação casual do sujeito poderá ser mais problemática do que a presença de marcas de flexão explícitas na forma verbal no infinitivo. Recorde-se que a estrutura de Infinitivo Flexionado foi categoricamente rejeitada por todos os participantes na TJA, mas que a estrutura de ECM com infinitivo flexionado foi aceite pelos falantes nativos de PE e obteve taxas de aceitabilidade mais elevadas por parte dos falantes de EsP a adquirir PE. Agora, com orações em que o sujeito do domínio encaixado é expresso através de um DP, é possível verificar que complementos com infinitivo flexionado não são, por si só, problemáticos (principalmente considerando as respostas dos falantes de nativos de PE), residindo a questão da sua aceitabilidade na marcação de Caso do sujeito.

Quanto à baixa taxa de seleção de complementos com infinitivo flexionado com verbos percetivos por falantes nativos, duas explicações concomitantes podem ser avançadas para dar conta destes dados algo inesperados. Por um lado, este resultado poderá refletir um efeito específico associado à natureza da tarefa. Na verdade, observou-se uma tendência transversal a todos os informantes para selecionarem uma ou duas opções para completarem cada item, mas muito raramente as três foram selecionadas, mesmo em contextos em que tal era possível. Note-se, contudo, que esta tendência se verificou também nos itens distratores, pelo que é possível afirmar que se trata de um efeito associado à tarefa, e não um efeito motivado pelas propriedades das estruturas alvo de teste. A segunda explicação para a baixa seleção de complementos com infinitivo flexionado, especificamente com verbos percetivos, pode ser relacionada com o facto de, em estudos anteriores (Santos, Gonçalves & Hyams, 2016), se observar uma preferência, por parte de falantes monolingues de PE, por PIC como complemento de verbos percetivos. Esta preferência, que, como se verá, se traduz numa elevada taxa de seleção de PIC com infinitivo não-flexionado, em conjunto com o facto de ser pouco frequente os participantes nesta tarefa selecionarem as três opções disponíveis para completamento de frases, poderão explicar a baixa taxa de seleção de um tipo de complemento disponível com verbos percetivos por falantes nativos de PE.

Passando agora à estrutura apenas disponível com verbos percetivos, ou seja, PIC, relembre-se que os dados obtidos através da TJA colocaram em evidência que esta estrutura apresenta taxas de aceitabilidade mais elevadas junto do grupo de controlo do que dos grupos de teste. Esta tendência era mais notória com a PIC com infinitivo flexionado.

Centrando-nos, em primeiro lugar, nos resultados obtidos para a PIC com infinitivo não--flexionado, o gráfico 36 mostra as taxas de seleção desta estrutura por grupo e tipo de verbo.

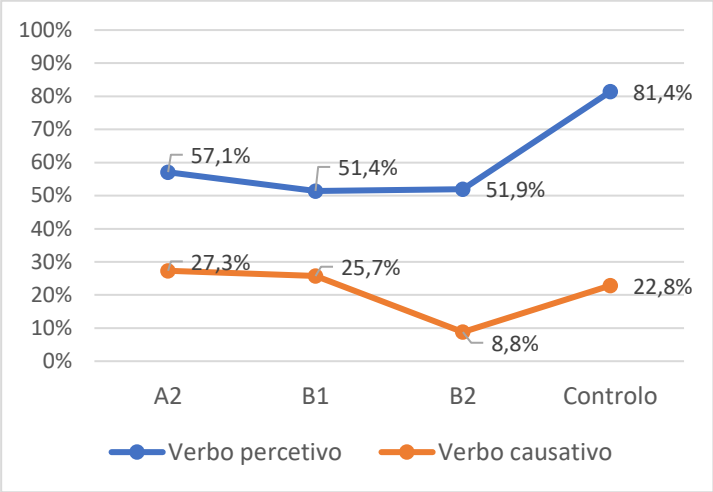


Gráfico 36: Taxas de seleção de PIC com infinitivo não-flexionado na TCF.

Tal como esperado, as taxas de seleção de PIC são mais elevadas com verbos percetivos do que com verbos causativos. Considerando os verbos percetivos, o grupo de falantes nativos de PE apresenta uma taxa de seleção de PIC com infinitivo não-flexionado mais elevada (81,4%) do que os diferentes grupos de falantes de EsP a adquirir PE, cuja taxa de seleção desta estrutura ronda os 50%. Comparando os resultados obtidos entre verbos percetivos e causativos, para os falantes de EsP a adquirir PE, as taxas de seleção mais baixas de PIC com verbos causativos (particularmente expressivas no grupo com proficiência B2), apontam no sentido da aquisição das diferentes propriedades de seleção dos dois tipos de verbo em causa. Esta ideia é ainda sustentada por o padrão agora verificado com a PIC, em que as taxas de seleção são superiores com verbos percetivos, ser o reverso do verificado com os complementos com infinitivo flexionado, em que a sua seleção era mais frequente com verbos causativos. Na PIC com infinitivo não-flexionado, foram encontrados efeitos estatísticos associados a grupo ($F(3, 2255) = 2{,}987$, $p = 0{,}030$), tipo de verbo ($F(1, 2255) = 64{,}399$, $p < 0{,}001$) e à interação entre grupo e tipo de verbo ($F(3, 2255) = 17{,}562$, $p < 0{,}001$). Uma vez mais, não se verificam diferenças significativas entre grupos nos verbos causativos. Nos verbos percetivos, foram encontradas diferenças entre grupos, especificamente entre o grupo de controlo e o grupo A2 ($t(2255) = 3{,}559$, $p = 0{,}002$) e entre o grupo de controlo e o grupo B1 ($t(2255) = 4{,}060$, $p < 0{,}001$).

No entanto, pode considerar-se problemático o facto de a taxa de seleção de PIC com verbos causativos por parte dos falantes nativos de PE (22,8%) ser próxima da exibida pelos grupos de falantes de EsP com níveis de proficiência A2 e B1 e superior à do grupo B2. Estes resultados poderão ser explicados pelo caráter polissémico do verbo *deixar*. Assim, para além do significado de "permitir, consentir", *deixar* pode também ter o significar de "abandonar,

afastar-se", sendo que, neste caso, admite a ocorrência de PIC (ainda que se trate uma estrutura de natureza diferente da discutida no presente trabalho). Para mitigar este problema, foram criados contextos antecedendo os itens de teste que, pragmaticamente, favorecessem a leitura de *deixar* como "permitir". Deste modo, foram selecionadas, como sujeito do verbo causativo, entidades que, naturalmente, fossem figuras de autoridade em relação às entidades associadas ao sujeito do domínio encaixado (18) e/ou o próprio contexto recriava uma situação em que se esperava que o sujeito do verbo causativo desse permissão para que o sujeito do domínio encaixado fizesse algo (19). Ainda assim, para alguns participantes, a leitura de *deixar* como "abandonar" encontrava-se disponível, o que poderá ter motivado a seleção de PIC com verbos causativos em alguns casos.

(18) A Maria foi com as filhas ao parque e elas queriam jogar às escondidas. A Maria deixou…

a. … as filhas brincarem.

b. … as filhas a brincarem.

c. … as filhas a brincar.

(19) A Ema escreveu um livro e a Ana e a Joana queriam lê-lo antes de ser publicado. A Ema deixou…

a. …. as amigas lerem o seu livro.

b. … as amigas a lerem o seu livro.

c. … as amigas a ler o seu livro.

Finalmente, na PIC com infinitivo flexionado, encontramos replicado o padrão geral, notado anteriormente, de maior taxa de seleção desta estrutura com verbos percetivos do que com verbos causativos, mas principalmente no que diz respeito aos falantes nativos e aos aprendentes de PE com nível B2 de proficiência. Todavia, a sua taxa de seleção é, em geral, inferior à das estruturas descritas anteriormente, como mostra o gráfico 37.

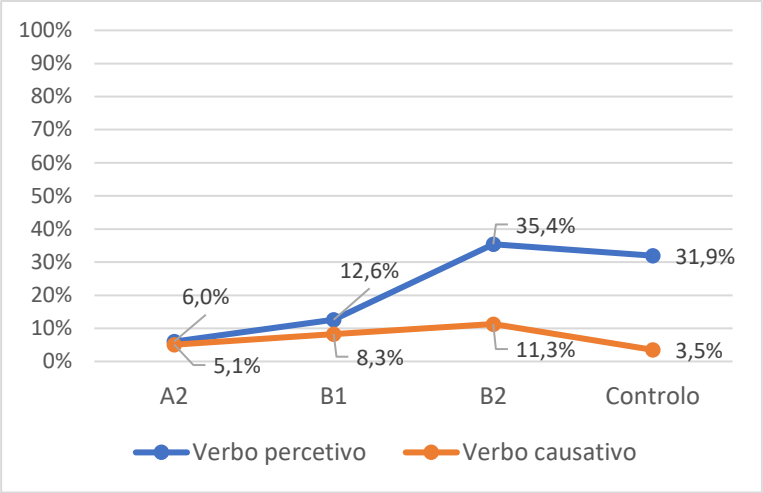


Gráfico 37: Taxas de seleção de PIC com infinitivo flexionado na TCF.

Com efeito, todos os grupos apresentam taxas de seleção de PIC com infinitivo flexionado abaixo dos 50%, sendo que é nos verbos percetivos e, em especial, no grupo B2 e no grupo de falantes nativos de PE que encontramos taxas de seleção mais elevadas e, crucialmente, muito próximas: 35,4% e 31,9%, respetivamente. Quanto aos falantes de EsP com os níveis de proficiência A2 e B1, não só apresentam taxas de seleção de PIC com infinitivo flexionado muito baixas, como a diferença que separa os valores para verbos percetivos e causativos é residual. A análise estatística revelou, uma vez mais, a presença de efeitos associados ao tipo de verbo ($F(1, 2255) = 49{,}877$, $p < 0{,}001$) e à interação entre grupo e tipo de verbo ($F(3, 2255) = 16{,}002$, $p < 0{,}001$). Quanto a diferenças significativas entre grupos, elas não foram encontradas nos verbos causativos, mas apenas nos verbos percetivos. Aqui, foi possível determinar, através de comparações múltiplas, a existência de diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de controlo e os grupos A2 ($t(2255) = 3{,}379$, $p = 0{,}004$) e B1 ($t(2255) = 2{,}877$, $p = 0{,}020$).

Os resultados agora reportados para a PIC com infinitivo flexionado encontram paralelo nos dados da TJA anteriormente descritos, em que também a PIC com infinitivo flexionado apresentou taxas de rejeição mais elevadas do que a sua contrapartida com infinitivo não-flexionado. Contudo, importa ressalvar que, tanto numa tarefa como noutra, o desempenho dos falantes de EsP a adquirir PE se afasta do dos falantes nativos pelo facto de estes aceitarem esta estrutura como possível em PE (TJA) e apresentarem taxas de seleção mais elevadas (TCF). Esta diferença de comportamento é validada como significativa através da análise estatística, que mostrou existirem, de um modo geral, diferenças entre os grupos de controlo e os grupos de falantes de EsP a adquirir PE em ambas as tarefas ou, pelo menos, entre o grupo de controlo e os grupos com nível de proficiência inicial e intermédio. Este quadro vai ao encontro da ideia

avançada na discussão das perguntas de investigação de que a PIC colocaria mais dificuldades no mapeamento e reconfiguração de traços necessários à sua aquisição, sendo que esta dificuldade poderia ser exacerbada na PIC com infinitivo flexionado.

Com as tarefas descritas até este ponto, vimos, nos dados da TJA, que todos os grupos de falantes de EsP, incluindo o grupo de B2, diferem significativamente do comportamento dos falantes nativos de PE perante a PIC, em geral, e perante a PIC com infinitivo flexionado, em particular. Já no caso da TCF, o desempenho do grupo de B2, principalmente no que diz respeito à PIC com infinitivo flexionado, está mais próximo do do grupo de falantes nativos de PE. Contudo, poder-se-á argumentar que as baixas taxas de seleção de PIC com infinitivo flexionado associadas aos falantes nativos de PE poderão, até certo ponto, resultar de um efeito de tarefa descrito anteriormente que se traduziu no facto de raramente os participantes selecionarem as três opções de completamento disponíveis e, associada a esta questão, de uma preferência da PIC com infinitivo não-flexionado em detrimento da sua contrapartida com infinitivo flexionado.

Na secção seguinte, serão apresentados os resultados da última tarefa aplicada no presente estudo, que se centrou, precisamente, na aquisição da PIC com infinitivo flexionado, procurando contribuir com mais dados para responder à questão de existirem ou não diferentes graus de complexidade inerentes à tarefa de reconfiguração de traços associadas à aquisição de diferentes complementos infinitivos do PE não disponíveis em EsP e que impacto tal facto poderá ter no processo de aquisição.

7.4. Tarefa de Escolha Forçada (*Forced Choice Task*)

Na TEF, era pedido aos participantes que completassem espaços em branco em breves textos, selecionando, de entre duas hipóteses, aquela que consideravam possível em PE. No que diz respeito aos itens de teste, estas duas hipóteses correspondiam a PIC com infinitivo flexionado e a uma estrutura com sujeito acusativo e infinitivo flexionado impossível ou marginal em PE, como exemplificado em (20) e em (21). Todos os itens tinham sujeitos pronominais na 2.ª pessoa do singular ou na 1.ª pessoa do plural, de forma a que a forma verbal no infinitivo exibisse marcas de concordância sujeito-verbo. Sendo o objetivo desta tarefa que os participantes tivessem como opções um tipo de estrutura possível em PE e outro que fosse, pelo menos, marginal, não foram incluídos sujeitos na 3.ª pessoa do singular, porque estes correspondem a contextos de ECM com infinitivo flexionado, descritos previamente na literatura como possíveis em PE.

(20) Depois, a nossa amiga Teresa viu-nos **a sairmos / sairmos** do cinema e nós convidámo-la para jantar connosco.

(21) Disseste-me que fazias os trabalhos ontem, mas vi-te **jogares / a jogares** à bola a tarde toda.

Assim sendo, os participantes na TEF eram confrontados com a escolha entre duas construções que, superficialmente, diferem apenas pela presença ou ausência do marcador aspetual *a*. O gráfico 38 mostra os resultados relativos à taxa de seleção de PIC com infinitivo flexionado, em contextos como os acima exemplificados, por grupo.

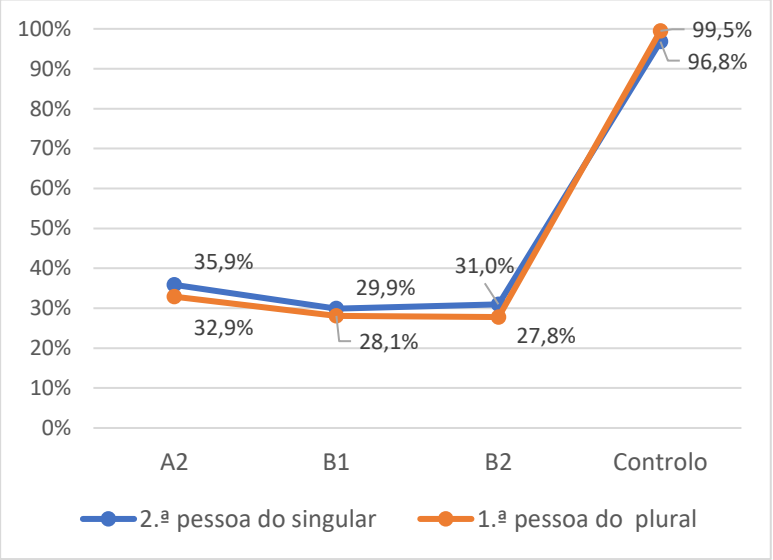


Gráfico 38: Taxas de seleção de PIC com infinitivo flexionado na TEF.

Os resultados da TEF mostram uma clara diferença no comportamento dos vários grupos de falantes de EsP a adquirir PE face ao desempenho dos falantes nativos de PE. Enquanto os falantes nativos apresentam uma taxa de seleção da PIC, ou seja, da opção gramatical em PE, de 96,8% e de 99,5%, os grupos de falantes de EsP a adquirir PE apresentam resultados na ordem dos 30% (sendo que a taxa de seleção mais elevada é de 35,9%). Relevante é também o facto de os falantes de EsP a adquirirem PE mostrarem níveis de seleção de PIC muito próximos, não se detetando uma aproximação ao comportamento do grupo de controlo à medida que se avança em nível de proficiência. O gráfico 38 mostra ainda que os itens na 2.ª pessoa do singular e na 1.ª pessoa do plural obtiveram resultados semelhantes. Com efeito, a análise estatística mostrou não haver efeitos associados a pessoa e número ($F(1, 1435) = 0{,}443$, $p = 0{,}506$) nem à interação entre grupo e pessoa e número ($F(3, 1435) = 1{,}423$, $p = 0{,}234$), mas apenas associados a grupo

(F(3, 1435) = 17,403, *p* <0,001). Assim, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre grupos na condição correspondente à 2.ª pessoa do singular entre o grupo de controlo e os grupos A2 (t(1435) = 7,232, *p* <0,001), B1 (t(1435) = 8,020, *p* <0,001) e B2 (t(1435) = 6,997, *p* <0,001). Também na condição correspondente à 1.ª pessoa do plural verificou-se a existência de diferenças significativas entre o grupo de controlo e os grupos A2 (t(1435) = 9,763, *p* <0,001), B1 (t(1435) = 10,787, *p* <0,001) e B2 (t(1435) = 9,174, *p* <0,001).

Tais resultados mostram que os falantes de EsP a adquirir PE preferem a opção sem a realização morfológica dos traços aspetuais que caracterizam a PIC. No caso em apreço, preferem uma construção com propriedades semelhantes a uma estrutura disponível na sua L1, isto é, ECM, pelo facto de ambas se caracterizarem pela presença de um sujeito com Caso acusativo no domínio encaixado e por uma forma verbal no infinitivo, ainda que esta apresentasse marcas explícitas de concordância sujeito-verbo.

Estes dados, tomados em conjunto com os descritos anteriormente para as restantes tarefas experimentais, apontam no sentido de a maior dificuldade em adquirir a PIC do PE para os falantes nativos de EsP poder residir, em primeiro lugar, na combinação entre o núcleo aspetual realizado morfologicamente através da preposição *a* com o infinitivo e, em segundo lugar, na possibilidade de ocorrência de um infinitivo flexionado nesta estrutura. Por outras palavras, a identificação da preposição *a* como um núcleo aspetual poderá ser um obstáculo à aquisição de PIC em PE. Recorde-se, a este respeito, que o EsP também dispõe de estruturas com a preposição *a* seguida de uma forma verbal no infinitivo, em exemplos como "Mañana voy a cocinar la cena". Contudo, este tipo de construção tem um valor temporal de futuro, não denotando a sequência *a + infinitivo* um valor aspetual progressivo, como acontece na PIC. Além disso, em PE, o futuro pode também ser expresso pelo verbo *ir* + infinitivo, mas, crucialmente, sem a preposição *a.* Esta diferença entre PE e EsP poderá constituir uma dificuldade adicional ao mapeamento do traço aspetual [+durativo] realizado morfossintaticamente como *a + infinitivo* na PIC com o mesmo traço realizado morfossintaticamente pelo gerúndio em EsP associado, segundo algumas análises (Casalicchio, 2019), a uma preposição *a* nula.

Assim, considerou-se que o comportamento dos falantes de EsP a adquirir PE face aos diferentes traços associados à realização morfossintática de *a + infinitivo* na L1 e na L2, em diferentes contextos, poderia ser revelador de eventuais dificuldades associadas especificamente ao mapeamento desta mesma sequência na PIC. Deste modo, foi incluído, na TEF, um conjunto de itens de controlo com o objetivo de determinar se os falantes de EsP transferem as propriedades de realização de futuro com *ir + a + infinitivo* da sua L1, associando um valor temporal à sequência *a + infinitivo*. Nestes itens de controlo, a tarefa dos participantes consistia em escolher, na expressão de um valor temporal de futuro, entre uma opção com a

sequência *ir* + *a* + infinitivo (opção próxima da disponível na L1, mas impossível na L2) ou uma opção com *ir + infinitivo* (a opção possível na L2). Em (22), encontra-se um exemplo destes itens de controlo e, no gráfico 39, podem ser observadas as taxas de seleção da opção possível em PE, ou seja, *ir + infinitivo*, pelos diferentes grupos de participantes na tarefa.

(22) O Pedro e eu tocamos numa banda e vamos **gravar / a gravar** um álbum.

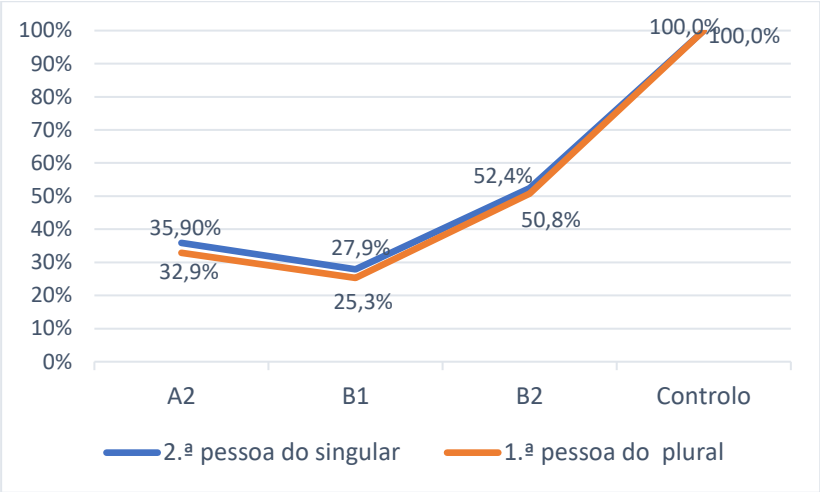


Gráfico 39: Taxas de seleção de *ir + infinitivo* para exprimir futuro na TEF.

O gráfico acima mostra que os falantes de EsP a adquirir PE preferem uma construção semelhante à disponível na sua L1, mas não disponível na L2. Assim, os falantes de EsP com níveis A2 e B1 de proficiência em PE optam pela sequência gramatical em PE, isto é, *ir + infinitivo* apenas entre 25% e 35% dos casos. Já o grupo B2 aproxima-se mais do comportamento dos falantes nativos, subindo a taxa de seleção da resposta possível em PE para 50,8% e 52,4%. A análise estatística destes dados indicou não haver efeitos associados a pessoa e número ($F(1, 1440) = 0{,}000$, $p = 1$), a grupo ($F(3, 1440) = 1{,}681$, $p = 0{,}169$) ou à interação entre grupo e pessoa e número ($F(3, 1440) = 0{,}061$, $p = 0{,}980$). Ainda assim, através de comparações múltiplas entre grupos, foi possível determinar que existem diferenças significativas na 2.ª pessoa do singular entre o grupo de controlo e os grupos A2 ($t(1440) = 6{,}920$, $p < 0{,}001$) e B1 ($t(1440) = 9{,}970$, $p < 0{,}001$). Na 1.ª pessoa do plural verificam-se diferenças significativas entre o grupo de controlo e o grupo A2 ($t(1440) = 9{,}317$, $p < 0{,}001$), B1 ($t(1440) = 12{,}369$, $p < 0{,}001$) e B2 ($t(1440) = 2{,}537$, $p = 0{,}044$).

O que os resultados obtidos para os itens de controlo parecem indicar é a presença de efeitos de *transfer*, que persistem para além dos níveis iniciais de proficiência, dos traços associados à realização morfossintática *a + infinitivo* na L1. Uma vez que, na L1, esta realização

overt está associada a traços de tempo e, na estrutura-alvo da L2, a traços de aspeto, esta diferença poderá ser uma pista adicional para compreender as dificuldades de mapeamento e de reconfiguração dos traços específicos da PIC em PE para os falantes nativos de EsP.

No presente capítulo foram apresentados os resultados obtidos através da aplicação de quatro tarefas experimentais. Os dados apresentados permitiram traçar um quadro geral sobre a aquisição de configurações de traços específicas a cada um dos tipos de complementos infinitivos de verbos causativos e percetivos: ECM, estrutura de Infinitivo Flexionado e PIC.

De um modo geral, foi possível observar que são as propriedades associadas à marcação de Caso do sujeito do domínio encaixado nos vários complementos que colocam maiores desafios aos falantes de EsP a adquirir PE e que estas dificuldades podem ser relacionadas com efeitos persistentes de *transfer* de propriedades gerais de marcação casual de constituintes em posição de objeto da L1. Quanto à questão do infinitivo flexionado, embora as estruturas com infinitivo não-flexionado sejam preferidas em detrimento das que apresentam uma forma verbal no infinitivo com flexão, o contraste entre os resultados obtidos para ECM com infinitivo flexionado e para a estrutura de Infinitivo Flexionado apontam no sentido de, de facto, a marcação casual do sujeito ser mais determinante do que a presença de marcas explícitas de concordância sujeito-verbo no domínio infinitivo.

A PIC, por sua vez, parece ser a estrutura que coloca mais dificuldades de aquisição para os falantes de EsP a adquirir PE, o que contrasta com o facto de esta estrutura parecer ser preferida pelos falantes nativos de PE na complementação de verbos percetivos (principalmente na sua variante com infinitivo não-flexionado). Para além das questões de marcação de Caso e da possibilidade de ocorrência com infinitivo flexionado, esta estrutura tem um traço aspetual [+durativo], que a distingue dos restantes complementos infinitivos disponíveis na L1 e na L2. Além disso, o EsP dispõe de um complemento não-finito associado ao mesmo traço aspetual, a CG, mas em que este é realizado morfossintaticamente de forma diferente. Todos estes fatores poderão ser a chave para interpretar os dados relativos à aquisição de PIC aqui descritos.

No capítulo seguinte, os resultados obtidos nas várias tarefas experimentais aplicadas para os diferentes tipos de complementos estudados serão discutidos à luz das perguntas de investigação colocadas no capítulo 5, do presente trabalho. Procurar-se-á, assim, responder a essas mesmas perguntas e compreender o processo de aquisição das estruturas alvo de estudo por falantes de EsP a adquirir PE língua não materna.

8. Discussão dos resultados

No capítulo anterior, foram reportados os resultados obtidos através da aplicação de quatro tarefas experimentais. Ao desenho de cada uma destas tarefas presidiu o objetivo de obter dados que contribuíssem para a compreensão do processo de aquisição da complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos em PE. As propriedades da L1 dos aprendentes que participaram neste estudo, ou seja, o EsP, e as propriedades da L2 foram equacionadas à luz das predições gerais da *Feature Reassembly Hypothesis*. A adoção desta hipótese permitiu colocar questões e avançar predições baseadas em diferentes graus de dificuldade associados às tarefas distintas que a aquisição de cada um dos tipos de complementos estudados coloca aos falantes de EsP a adquirir PE: mapeamento e reconfiguração.

Assim, no capítulo 5, as predições avançadas tiveram em conta, por um lado, que a tarefa de mapeamento é menos complexa do que a tarefa de reconfiguração de traços. Neste sentido, colocou-se a hipótese de que a estrutura de ECM poderia ser adquirida mais cedo, por a aquisição das suas propriedades específicas em PE por falantes nativos de EsP requerer mapeamento de traços. Por outro lado, procurou-se avançar com predições sobre a tarefa de reconfiguração de traços que levassem em linha de conta a possibilidade de diferentes tipos de reconfiguração acarretarem níveis de dificuldade distintos, principalmente se associados a contextos propícios à existência de efeitos de *L1 preemption*. Deste modo, foi colocada a hipótese de (i) a estrutura de Infinitivo Flexionado ser adquirida mais tarde do que ECM, por a sua aquisição implicar a adição de traços em configurações não disponíveis na L1; (ii) a estrutura de PIC colocar dificuldades adicionais por a reconfiguração de traços necessária à sua aquisição consistir no mapeamento e reconfiguração do traço aspetual [+durativo] com diferentes realizações morfossintáticas na L1 e na L2 e na possibilidade de traços-ϕ com realização explícita estarem associados ao domínio infinitivo e (iii) a aquisição das propriedades gerais de marcação casual de constituintes em posição de objeto na L2 ser particularmente difícil por obrigar a uma tarefa de reconfiguração que consiste em evitar a associação dos traços semânticos [+animado] e [+específico] a DOM, tal como se verifica na L1.

Em suma, a aquisição dos complementos infinitos de verbos percetivos e causativos em PE considerados neste estudo por falantes nativos de EsP pode requerer tarefas de mapeamento (ECM) e de reconfiguração de traços por adição de traços em configurações não existentes na L1 (estrutura de Infinitivo Flexionado e PIC com infinitivo Flexionado) ou por reconfiguração de traços existentes na L1 e na L2, nos mesmos contextos, mas com realizações morfossintáticas

distintas (PIC). Além disso, propriedades gerais da L1 relativas à marcação casual de objetos podem também influenciar a aquisição das estruturas em causa, na medida em que obrigam a uma tarefa de reconfiguração que implica a dissociação de traços de realizações morfológicas específicas.

No presente capítulo, serão recuperadas as perguntas de investigação colocadas anteriormente. Considerando os dados experimentais descritos no capítulo anterior, procurar-se-á responder a estas perguntas e discutir as implicações dos dados obtidos na descrição do processo de aquisição da complementação não-finita de verbos percetivos e causativos em PE.

8.1. Perguntas de investigação 1, 2 e 3: *Exceptional Case Marking* e estrutura de Infinitivo Flexionado

A primeira pergunta de investigação colocada no âmbito do presente trabalho diz respeito à deteção de contrastes. De acordo com Lardiere (2009a), a correta identificação de contrastes é uma tarefa essencial à aquisição de determinada propriedade da L2. Sendo esta uma condição necessária à aquisição, julgou-se pertinente aferir se os aprendentes de PE incluídos no presente estudo eram sensíveis às diferenças formais existentes entre os vários complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos.

Quanto a ECM e à estrutura de Infinitivo Flexionado, estes contrastes residem no Caso do sujeito do domínio encaixado (acusativo *vs.* nominativo) e à flexão da forma verbal no infinitivo (não-flexionado *vs.* flexionado). Recupera-se agora a pergunta formulada no capítulo 5 do presente trabalho.

> 1. Serão os falantes nativos de EsP que adquirem PE língua não materna capazes de identificar os contrastes entre as propriedades de ECM e da estrutura de Infinitivo Flexionado no contexto da complementação de verbos percetivos e causativos em PE?

No âmbito da *Feature Reassembly Hypothesis,* defende-se que os aprendentes adultos de uma L2 são sensíveis a contrastes morfológicos e de ordem de palavras e que, portanto, podem identificar contrastes baseados neste tipo de propriedades (Lardiere, 2009a). Assim sendo, era esperado que os falantes de PE língua não materna fossem capazes de identificar os contrastes formais entre ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado acima mencionados. Se assim fosse, os falantes de EsP a adquirir PE evidenciariam um comportamento distinto na avaliação de frases com ECM e com estrutura de Infinitivo Flexionado.

Recordando os dados relativos à TJA em que se incluíram as duas estruturas, na condição correspondente a ECM, os falantes de EsP a adquirir PE mostraram uma tendência para a aceitação desta estrutura com taxas de aceitabilidade de 71,5%, para os falantes com nível A2 de proficiência, 59,2%, para os aprendentes com nível B1, e 59,5%, para os aprendentes com nível B2. Os resultados obtidos para ECM contrastam claramente com os obtidos para a estrutura de Infinitivo Flexionado, já que, neste último caso, os falantes de EsP apresentaram taxas de rejeição desta estrutura entre 79% e 98%. Tais resultados vão, pois, no sentido de confirmar que estes aprendentes são sensíveis à diferença entre complementos com sujeito acusativo e sujeito nominativo e com infinitivo não-flexionado e flexionado.

Adicionalmente, os dados relativos à estrutura de ECM com infinitivo flexionado oferecem um ponto de comparação relevante, na medida em que esta estrutura, tal como ECM, tem um sujeito acusativo, mas, à semelhança da estrutura de Infinitivo Flexionado, apresenta uma forma verbal com marcas de flexão. Refletindo, talvez, o facto de (superficialmente) partilhar características formais com ambas as estruturas anteriormente descritas, ECM com infinitivo flexionado parece ocupar uma posição intermédia, no que diz respeito à sua classificação como possível em PE por parte dos falantes nativos de EsP. Deste modo, conquanto houvesse uma tendência para rejeitar esta estrutura, verificou-se uma maior variação nos juízos dos informantes, que se encontravam distribuídos pelos quatro valores da escala de Likert usada para classificar cada frase.

Os dados obtidos pela aplicação da TJA que incluía ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado permitem, portanto, confirmar a predição de que os aprendentes de PE são sensíveis às diferenças morfológicas associadas à marcação casual do sujeito do domínio encaixado e à flexão da forma verbal no infinitivo em complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos. Além disso, a predição avançada inicialmente estende-se também à estrutura de ECM com infinitivo flexionado. Deste modo, é possível responder positivamente à primeira pergunta de investigação.

A segunda pergunta de investigação, que abaixo se transcreve, dizia respeito à aquisição de ECM.

> 2. Visto que as propriedades de ECM são transferíveis da L1 (mapeamento), será esta estrutura adquirida mais cedo (do que outras estruturas de complementação infinitiva de verbos causativos e percetivos) pelos falantes de EsP a adquirir PE língua não materna?

Para responder a esta pergunta, recuperam-se, igualmente, os resultados obtidos na TJA que incluía ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado. Como acima se referiu, ECM foi, em geral, aceite pelos falantes de EsP a adquirir PE (veja-se também o gráfico 23, da secção 7.2.1.), comportamento que se encontra em linha com o dos falantes nativos de PE (que apresentam uma taxa de aceitabilidade de ECM de 94,2%).

Além disso, de um modo geral, relativamente às quatro condições incluídas nesta TJA, os falantes de EsP apresentam um padrão de respostas comparável ao dos falantes nativos de PE, na medida em que evidenciam uma tendência para aceitar ECM e rejeitar estruturas com sujeitos pronominais com Caso nominativo (questão que será abordada mais à frente).

Tendo em conta que a aquisição das configurações de traços específicas de ECM em PE não requer reconfiguração, para falantes nativos de EsP, mas apenas uma tarefa de mapeamento, foram avançadas duas predições. Em primeiro lugar, colocou-se a hipótese de que, dispondo o EsP de dois tipos de complemento infinitivo de verbos percetivos e causativos com propriedades distintas – *faire-inf* e ECM –, os falantes de EsP seriam capazes de identificar a estrutura de ECM da sua L1 como fonte preferencial de mapeamento, dadas as suas semelhanças formais com a estrutura de ECM da L2 (ordem de palavras, Caso do sujeito do domínio encaixado e ausência de flexão verbal na forma verbal no infinitivo). Em segundo lugar, predisse-se que, se este mapeamento fosse realizado com sucesso, os falantes de EsP adquiririam ECM mais cedo do que outros complementos infinitivos do PE, caracterizados por configurações de traços não disponíveis na L1 destes aprendentes, nomeadamente estrutura de Infinitivo Flexionado e PIC.

A tendência acima descrita para a aceitação de ECM por falantes de EsP com diferentes níveis de proficiência de PE (A2, B1 e B2) parece ir ao encontro das predições anteriormente avançadas. Todavia, o facto de se terem verificado diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de controlo e cada um dos grupos de aprendentes de PE levanta algumas dúvidas sobre o processo de aquisição de ECM. O facto de tais diferenças persistirem para além do nível inicial de proficiência parece ser incompatível com a predição de que uma estrutura cuja aquisição implique apenas mapeamento de traços e suas configurações entre a L1 e a L2 seja adquirida mais cedo.

Através da análise das correções propostas pelos informantes para as frases que consideraram agramaticais na realização da TJA, procurou-se obter respostas para estes resultados ambíguos. Deste modo, constatou-se que as correções de instâncias de ECM consideradas agramaticais pelos falantes de EsP a adquirir PE se centravam, em grande medida, na alteração do sujeito pronominal do domínio encaixado de acusativo para dativo, numa configuração semelhante a *faire-inf*. Tal dado, por sua vez, levanta dúvidas, desde logo,

relativamente à predição de que os falantes de EsP mapeariam as configurações de traços da estrutura de ECM da L2 com as de ECM da L1 (e não com as de *faire-inf*).

No entanto, uma análise mais detalhada das correções propostas para itens considerados agramaticais nas diferentes condições testadas permitiu clarificar a motivação por detrás destas correções de sujeitos pronominais acusativos para sujeitos pronominais dativos. Considerando, por exemplo, a condição correspondente a ECM com infinitivo flexionado, observou-se que mais de metade das correções recaíam em duas opções: ECM, ou seja, alteração da forma verbal para infinitivo não-flexionado e manutenção do sujeito acusativo, e construções com sujeito dativo e infinitivo com marcas de flexão da 3.ª pessoa do plural. Também nas correções associadas às condições com sujeitos nominativos se verificou a presença de correções destes sujeitos pronominais para acusativo e dativo e, no caso da condição correspondente à estrutura de Infinitivo Flexionado, com ou sem infinitivo flexionado.

Considerando tais dados, coloca-se a hipótese de que o que está em causa não é uma preferência pela estrutura de *faire-inf* por parte dos falantes de EsP nem um mapeamento dos traços da estrutura de ECM da L2 com os traços de *faire-inf* da L1, mas sim uma transferência de propriedades gerais do EsP quanto à marcação casual de constituintes em posição de objeto. Mais concretamente, trata-se aqui de um efeito de *transfer* que se traduz na associação do traço [+animado] a DOM e a *leísmo*. Tal hipótese é apoiada (i) por os falantes de EsP proporem, como correções de itens correspondentes a outras condições que não ECM, orações correspondentes a ECM em PE ou mesmo a ECM com infinitivo flexionado (ou seja, correções em que figuram sujeitos acusativos) e (ii) pelo facto de sujeitos dativos ocorrerem frequentemente associados a infinitivos com marcas de flexão e, portanto, não numa configuração de *faire-inf*. Esta questão da marcação casual de constituintes em posição de objeto será explorada em maior detalhe na resposta à pergunta de investigação 5, centrada na questão de DOM e *leísmo*.

Posto isto, é possível argumentar que, efetivamente, os falantes de EsP mapeiam os traços associados a ECM na L2 com os traços de ECM da L1. Ou seja, os falantes de EsP parecem ser capazes de identificar corretamente a correspondência entre traços associados a um T defetivo em ECM na L1 e na L2. Esta conclusão é suportada pelo facto de ECM ser aceite como possível em PE pelos falantes de EsP de diferentes níveis de proficiência (inicial, intermédio e avançado). Além disso, esta é a única estrutura testada através de TJA que é aceite transversalmente por todos os grupos de aprendentes de PE, o que poderá refletir a natureza menos complexa da tarefa de mero mapeamento necessária à sua aquisição em PE por falantes nativos de EsP.

Por outro lado, propõe-se que as diferenças estatísticas encontradas entre os falantes nativos de PE e os falantes de EsP, e que se estendem mesmo aos níveis mais avançados de

proficiência, sejam em grande medida motivadas pela dificuldade em reconfigurar os contrastes existentes entre a L1 e a L2 quanto à marcação casual dos sujeitos do domínio encaixado, nas estruturas de complementação aqui estudadas.

Assim sendo, poderá afirmar-se que as propriedades específicas de ECM em PE que são transferíveis da L1 são adquiridas mais cedo. Porém, a aquisição desta estrutura está sujeita a efeitos de *transfer* que persistem para além dos níveis iniciais de aquisição, associados às propriedades de marcação casual dos sujeitos do domínio encaixado. Tal facto justifica-se pela circunstância de a aquisição de tais propriedades, que diferem na L1 e na L2, obrigar à reconfiguração de traços.

De acordo com a *Feature Reassembly Hypothesis*, a tarefa de reconfiguração é mais complexa do que a tarefa de mapeamento de traços. Esta diferença motivou a terceira pergunta de investigação, centrada na aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado em PE.

3. Visto que a aquisição de Infinitivo Flexionado exige reconfiguração de traços (adição de traços), será esta estrutura, enquanto complemento de verbos percetivos e causativos, adquirida depois da estrutura de ECM?

Para a estrutura de Infinitivo Flexionado, foram avançadas algumas predições quanto às tarefas de mapeamento e reconfiguração envolvidas na sua aquisição. Em relação ao mapeamento, colocaram-se duas hipóteses. Os falantes de EsP poderiam considerar a estrutura de ECM da sua L1 como fonte preferencial de mapeamento ou identificar a construção de Infinitivo Pessoal da L1 como mais próxima da estrutura-alvo da L2. Estas duas possibilidades conduziram a predições distintas relativamente ao comportamento destes falantes.

Deste modo, se o mapeamento fosse realizado com a estrutura de ECM da L1, colocou-se a hipótese de que os falantes de níveis iniciais de proficiência transferissem as propriedades desta estrutura, posto o que se esperaria que a deteção de contrastes formais entre ECM e a estrutura de Infinitivo Flexionado desse lugar ao processo de reconfiguração necessário à aquisição desta última. Este processo de reconfiguração consistiria, então, na adição de traços-ϕ com realização *overt* a um domínio T infinitivo em contexto de complementação.

Neste ponto, importa recuperar trabalhos anteriores que analisam a estrutura de ECM e de Infinitivo Flexionado. Em primeiro lugar, de acordo com Gonçalves (1999), ECM e a estrutura de Infinitivo Flexionado partilham várias propriedades sintáticas, divergindo em dois aspetos-chave: a marcação casual do sujeito do domínio encaixado e a flexão da forma verbal no infinitivo, ou seja, a concordância sujeito-verbo (veja-se a síntese na tabela 1, da secção 2.1.).

Estas propriedades estão na base da análise de Gonçalves (1999) da estrutura de Infinitivo Flexionado como menos defetiva (do ponto de vista funcional) do que a estrutura de ECM. Em segundo lugar, uma análise posterior de Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008) coloca a questão da defetividade de ECM em termos da ausência do traço de Pessoa em T infinitivo. A ausência deste traço impossibilitaria, segundo os autores, a valoração de Caso (nominativo) do sujeito do domínio encaixado nesse mesmo domínio, bem como a concordância sujeito-verbo. Assim, poderá equacionar-se que o processo de reconfiguração necessário à aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado passará pela adição do traço de Pessoa a um domínio T infinitivo, em contexto de complementação. Este processo, a ser realizado com sucesso, levaria a que fosse possível observar um comportamento mais convergente com as propriedades da gramática-alvo, pelo menos, por parte dos aprendentes com um nível avançado de proficiência.

Já de acordo com a segunda possibilidade de mapeamento, ou seja, a partir da construção de Infinitivo Pessoal, predisse-se que os falantes de EsP a adquirir PE mostrariam mais dificuldades na associação de uma realização morfossintática explícita aos traços-ϕ do domínio T infinitivo (propriedades não transferíveis da L1) do que na marcação casual do sujeito do domínio encaixado, cujo Caso nominativo é transferível da L1. Assim, esperar-se-ia que a transferência da configuração de traços que caracteriza a construção de Infinitivo Pessoal resultasse, na TJA, em taxas de aceitabilidade mais elevadas de construções agramaticais em PE correspondentes a orações com sujeitos nominativos e infinitivo não-flexionado.

Recordando os resultados obtidos na TJA, os falantes de EsP rejeitaram categoricamente a condição correspondente a itens (agramaticais) de sujeito nominativo com infinitivo não-flexionado. Pelo contrário, as estruturas com sujeitos acusativos, ainda que com infinitivo com marcas de flexão, apresentam taxas de aceitabilidade mais elevadas. Estes resultados apontam, portanto, no sentido de excluir a hipótese de mapeamento das configurações de traços da estrutura de Infinitivo Flexionado do PE com as da construção de Infinitivo Pessoal do EsP. De resto, como se discutirá adiante, a questão da marcação de Caso parece ser, em geral, problemática para estes aprendentes.

No entanto, os falantes de EsP apresentaram percentagens elevadas de rejeição dos itens correspondentes à estrutura de Infinitivo Flexionado, sem que qualquer diferença estatística fosse detetada entre os níveis inicial, intermédio e avançado de proficiência. Tais resultados apontam no sentido de a reconfiguração de traços necessária à aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado não ter tido lugar, contrariamente ao esperado. Mais especificamente, o que poderá estar em causa é uma dificuldade em associar um conjunto completo de traços-ϕ com realização morfológica *overt* a um domínio T infinitivo. Considerando uma análise como a de Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008), esta dificuldade no processo

de reconfiguração de traços poderá traduzir-se na falha da associação do traço de Pessoa a T infinitivo.

Não obstante, os resultados obtidos na TJA apresentam um quadro mais complexo, pois se é verdade que os falantes de EsP apresentam (mesmo no nível avançado de proficiência) um comportamento não-conforme com a gramática da L2, também é verdade que o seu comportamento é convergente com o dos falantes nativos de PE. Com efeito, os falantes nativos rejeitaram instâncias da estrutura de Infinitivo Flexionado com sujeitos pronominais, não se tendo registado diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de falantes nativos e os vários grupos de falantes de PE L2.

Este resultado não é inteiramente inesperado, tendo em conta dados de estudos anteriores que também testaram a aceitabilidade da estrutura de Infinitivo Flexionado com sujeitos pronominais (Barbosa, Flores & Pereira, 2018). Ainda assim, os resultados agora obtidos obrigam a uma reflexão sobre o que estará em causa, efetivamente, quando se discute a aquisição não-nativa de complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos em PE.

O primeiro passo, no sentido de clarificar esta questão, é tentar perceber qual a motivação para a rejeição da estrutura de Infinitivo Flexionado neste contexto. Para tal, será necessário voltar a nossa atenção para as correções fornecidas pelos participantes na TJA. Como reportado anteriormente, os falantes de EsP têm como principais tendências de correção de itens agramaticais correspondentes à estrutura de Infinitivo Flexionado a manutenção do infinitivo flexionado e a alteração do Caso do sujeito do domínio encaixado para acusativo ou dativo (veja-se a tabela 29, na secção 7.2.1.). Como discutido relativamente a ECM, a preferência dos falantes de EsP por sujeitos dativos pode ser relacionada com propriedades da sua L1 não específicas das estruturas de complementação aqui estudadas. Ainda assim, o recurso a sujeitos dativos e acusativos, em conjunto com a manutenção do verbo infinitivo com marcas de flexão, aponta no sentido de o maior foco de dificuldade na aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado não residir na aquisição de um domínio T infinitivo com um traço de Número valorado e com realização morfológica, mas sim na aquisição de um domínio T não defetivo quanto a traços-ϕ, de modo a que o Caso do sujeito do domínio encaixado seja verificado internamente a esse mesmo domínio, e com uma morfologia *overt*.

Ainda quanto às correções propostas para itens correspondentes à estrutura de Infinitivo Flexionado, é possível traçar um paralelo entre o comportamento dos falantes de PE L2 e o dos falantes nativos. Recorde-se, a este propósito, que a tendência mais expressiva detetada nas correções dos falantes nativos de PE correspondia a ECM com infinitivo flexionado, ou seja, na alteração do Caso do sujeito do domínio encaixado e na manutenção de uma forma verbal infinitiva com flexão.

Esta ideia de que a motivação para a rejeição da estrutura de Infinitivo Flexionado reside, para todos os grupos testados, na marcação casual do sujeito do domínio infinitivo, e não na presença de um infinitivo com marcas de flexão, é reforçada pelas taxas de aceitabilidade obtidas para a estrutura de ECM com infinitivo flexionado. Como vimos, os falantes nativos aceitam ECM com infinitivo flexionado como possível em PE no contexto testado, isto é, na 3.ª pessoa do plural. Os falantes de EsP, por sua vez, rejeitam esta estrutura nos níveis B1 e B2 de proficiência. Porém, apresentam taxas de rejeição mais baixas de ECM com infinitivo flexionado face à estrutura de Infinitivo Flexionado e, também, um maior grau de variação nos juízos de aceitabilidade. Visto que o infinitivo da estrutura de ECM com infinitivo flexionado não é considerado um verdadeiro infinitivo flexionado, mas antes um efeito morfológico de concordância associado ao traço de Número (Hornstein, Martins & Nunes, 2006, 2008), estes dados vêm reforçar a ideia de que a maior dificuldade do processo de reconfiguração necessário à aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado não reside na presença, em T infinitivo, de um traço de Número a que corresponde uma realização morfológica *overt*, reside antes na aquisição de um T infinitivo com traços-ϕ completos a que corresponde uma morfologia *overt*.

Finalmente, os dados relativos a complementos com infinitivo flexionado incluídos na TCF apontam no mesmo sentido. Nesta tarefa, foram incluídas instâncias de complementos de verbos percetivos e causativos (na 3.ª pessoa do plural) com infinitivo flexionado, mas em que, crucialmente, os sujeitos do domínio encaixado eram DP (e não pronomes). Neste contexto, os participantes nesta tarefa (tanto os falantes nativos como os falantes de PE L2) selecionaram este tipo de estrutura como possível em PE[126], o que vai, uma vez mais, ao encontro da ideia de que é a marcação casual de sujeitos pronominais que leva à rejeição da estrutura de Infinitivo Flexionado na TJA. Importa, porém, ressalvar que as taxas de seleção de complementos com infinitivo flexionado na TCF não podem ser tomadas como sinónimo de aceitação da estrutura de Infinitivo Flexionado. Sendo o sujeito expresso por um DP, não é possível aceder à interpretação dos informantes da estrutura subjacente a estas orações com infinitivo flexionado: estrutura de Infinitivo Flexionado ou ECM com infinitivo flexionado. Na verdade, os dados dos juízos de aceitabilidade, juntamente com o facto de tanto na TJA como na TCF se testarem contextos de 3.ª pessoa do plural, sugerem a possibilidade de estas estruturas serem interpretadas como ECM com infinitivo flexionado, mas não foi possível comprovar tal hipótese.

[126] Como se teve oportunidade de discutir no capítulo anterior, os falantes nativos apresentam uma baixa taxa de seleção desta estrutura com verbos percetivos, facto que pode ser atribuído à natureza da tarefa, bem como a uma preferência por PIC (a outra estrutura incluída nesta TCF) como complemento de verbos percetivos.

Perante estes dados, algumas perguntas subsistem: (i) porque é que os falantes nativos rejeitam uma estrutura descrita como possível em PE, com base na marcação casual do sujeito? e (ii) como interpretar os dados dos falantes de EsP relativamente à estrutura de Infinitivo Flexionado à luz do comportamento dos falantes nativos de PE?

Para responder à primeira questão, julga-se pertinente explorar a relação, detetada nos juízos de aceitabilidade dos falantes nativos de PE, entre a rejeição da estrutura de Infinitivo Flexionado e a classificação como possível de ECM com infinitivo flexionado. Recorde-se que os falantes nativos de PE apresentam uma taxa de aceitabilidade de ECM com infinitivo flexionado de 76,7%, o que contrasta com os 5,2% obtidos para a estrutura de Infinitivo Flexionado. Contraste semelhante é reportado por Barbosa, Flores & Pereira (2018), pelo que os dados agora discutidos vão no sentido de confirmar a tendência anteriormente detetada pelas autoras.

No que diz respeito a ECM com infinitivo flexionado, a sua elevada taxa de aceitabilidade por parte dos falantes de PE não se afigura como problemática. Não só a literatura havia já descrito a possibilidade desta estrutura em PE (Hornstein, Martins & Nunes, 2006, 2008; Martins, 2018), nos mesmos contextos agora testados (3.ª pessoa do plural), como dados experimentais vieram corroborar o que a literatura havia previamente descrito (Barbosa, Flores & Pereira, 2018)[127]. Além disso, e tal como salienta Martins (2018), tendo em conta a existência de registos desta estrutura que remontam, pelo menos, ao século XIX, os dados de que se dispõe até à data apontam para a necessidade de inclusão desta estrutura em gramáticas e outros instrumentos descritivos do PE, como parte do inventário de complementos de verbos percetivos e causativos disponíveis.

Pelo contrário, a rejeição da estrutura de Infinitivo Flexionado por parte dos falantes de PE vai ao arrepio do que é descrito na literatura sobre a complementação de verbos percetivos e causativos (Gonçalves, 1999; Barbosa & Raposo, 2013, e.o.). Barbosa, Flores & Pereira (2018), perante resultados semelhantes, explicam a preferência por complementos infinitivos com sujeito acusativo, em detrimento de sujeitos nominativos, com base em duas assunções teóricas: (i) em PE, os sujeitos pré-verbais nominativos são tópicos deslocados à esquerda (Barbosa, 1995) e (ii) os complementos de verbos percetivos e causativos com sujeitos acusativos e infinitivo não-flexionado são analisados como estruturas de Elevação para Objeto. De acordo com as autoras, o sujeito (no caso em apreço, o sujeito do domínio encaixado) recebe, por defeito, Caso nominativo, sendo que a operação de elevação do sujeito para uma posição de objeto é mais específica. Isto significa que o que está em causa, nesta análise, é a preferência

[127] As autoras alargaram ainda o estudo desta estrutura a outros contextos, nomeadamente à 2.ª pessoa do singular e à 1.ª pessoa do plural, mas estes contextos obtiveram taxas de rejeição acima dos 50% (62,5% e 88%, respetivamente).

por uma operação mais específica em detrimento de uma operação por defeito, o que, defendem as autoras, pode ser entendido como um exemplo de *Paninian Principle Blocking*, segundo o qual uma forma por defeito é bloqueada pela existência de uma forma rival mais específica (Barbosa, Flores & Pereira, 2018: 153).

Estando a explicação avançada por Barbosa, Flores & Pereira (2018) assente em pressupostos teóricos, relativos à derivação de sujeitos em PE, não adotados no presente trabalho, procurar-se-á explorar outros fatores que poderão concorrer para a baixa aceitabilidade da estrutura de Infinitivo Flexionado. Retomando a análise de Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008) para ECM com infinitivo flexionado, esta estrutura não corresponde a um verdadeiro infinitivo flexionado, mas, tal como ECM, a uma estrutura defetiva quanto a traços-ϕ. A possibilidade de ocorrência de um infinitivo com marcas de flexão é explicada pelos autores como uma solução encontrada na componente morfológica para dar conta de uma forma verbal com um traço de Número valorado como plural. Assim, as elevadas taxas de aceitabilidade de ECM e de ECM com infinitivo flexionado por parte dos falantes nativos (e, pelo contrário, a rejeição da estrutura de Infinitivo Flexionado) podem ser associadas a uma preferência por complementos com um T defetivo quanto a traços-ϕ no contexto particular dos complementos de causativos e percetivos. Em particular, o que estará aqui em causa é um domínio T defetivo quanto a traços envolvidos na valoração de Caso do sujeito do domínio encaixado e não quanto ao traço de Número *per se*.

Sem prejuízo para esta hipótese, outros fatores poderão ter influenciado os juízos dos falantes nativos face à estrutura de Infinitivo Flexionado. Assim, é relevante discutir a possibilidade de efeitos associados ao tipo de tarefa (TJA) poderem ter tido um papel nos resultados obtidos. Neste contexto, a hipótese aqui colocada é a de que, em estruturas de complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos, o sujeito do domínio encaixado pode ser entendido como estando numa posição de objeto, relativamente ao verbo do domínio matriz (isto é, o verbo percetivo ou causativo), mesmo em contextos de infinitivo flexionado. Esta interpretação pode ser também favorecida pela disponibilidade em PE de ECM, estrutura em que o sujeito do domínio encaixado recebe Caso do verbo matriz e ocorre, quando pronominalizado, sob a forma de um clítico acusativo em ênclise ou próclise (dependendo do contexto) ao verbo percetivo ou causativo. Ora, considerando a norma do PE, constituintes com a função de objeto, quando pronominalizados, ocorrem sob a forma de pronomes clíticos, e não sob a forma de pronomes pessoais fortes. A esta questão poderá ser associada uma outra, reflexo das especificidades de uma TJA. Neste sentido, julga-se que não poderá ser excluída a existência de efeitos associados ao tipo de tarefa, já que uma tarefa em que são pedidos juízos

sobre determinados aspetos da gramática é mais permeável à influência normativa que advém, por exemplo, da escolarização, bem como à hipercorreção.

Uma outra hipótese que pode também ser levantada é a de que as diferenças na aceitabilidade da estrutura de Infinitivo Flexionado e de ECM com infinitivo flexionado poderiam ser o reflexo de uma mudança em curso na gramática do PE que iria no sentido da exclusão da estrutura de Infinitivo Flexionado como disponível em PE neste tipo de contexto sintático (complementos de percetivos e causativos) e de uma aceitação mais generalizada de ECM com infinitivo flexionado. Com o objetivo de trazer mais dados para esta discussão, foi realizada uma pesquisa[128] no *corpus* CRPC, abarcando esta pesquisa todos os textos disponíveis para o PE, incluindo registos orais e escritos, formais e informais. Assim, observou-se uma baixa frequência de instâncias não ambíguas de estrutura de Infinitivo Flexionado (N = 8), mas também de ECM com infinitivo flexionado (N = 13). Uma vez que estes números não parecem refletir a expressividade das diferenças na aceitabilidade das duas estruturas, não se poderá excluir a possibilidade de um efeito de tarefa, no caso dos dados experimentais e como discutido no parágrafo anterior. Adicionalmente, foi encontrado um maior número de complementos com infinitivo flexionado e sujeitos realizados por DP (N = 38), o que vai ao encontro dos dados anteriormente descritos relativamente às taxas de seleção de complementos com infinitivo flexionado na TCF.

Considerar os dados dos falantes de EsP a adquirir PE à luz do comportamento dos falantes nativos obriga a um olhar mais atento sobre os resultados obtidos no caso da estrutura de ECM com infinitivo flexionado. Tal como referido anteriormente, as baixas taxas de aceitabilidade da estrutura de Infinitivo Flexionado por parte dos falantes de PE L2 revelam um comportamento não convergente com a gramática-alvo, mas que, ainda assim, se assemelha ao dos falantes nativos. Por outro lado, os falantes nativos de PE aceitam a estrutura de ECM com infinitivo flexionado (76,7%), enquanto nos falantes de EsP se observa uma tendência para rejeitar esta estrutura, embora não da mesma forma categórica com que a estrutura de Infinitivo Flexionado é rejeitada. Assim, o grupo de B1 apresenta uma taxa de aceitabilidade de 36,8% de ECM com infinitivo flexionado e o grupo de B2 de 41,8%. Esta tendência é contrariada apenas pelo grupo com nível de proficiência A2 (59,1%), sem que, ainda assim, se tivessem registado diferenças significativas entre estes três grupos. Estes resultados contrastam, também, com os

[128] A pesquisa foi realizada considerando os verbos percetivos *ver*, *ouvir* e *sentir* e os verbos causativos *deixar*, *mandar* e *fazer*. No caso da estrutura de Infinitivo Flexionado, apenas foram contabilizados casos em que um sujeito pronominal nominativo fosse seguido de uma forma verbal no infinitivo (que, na 2.ª pessoa do singular e nas 1.ª e 3.ª pessoas do plural, tinha de exibir marcas de flexão). Já no caso de ECM com infinitivo flexionado, apenas foram contabilizadas as ocorrências de sujeitos pronominais acusativos no plural seguidas de infinitivo flexionado. Note-se que não foi registada nenhuma ocorrência com o verbo *sentir*.

obtidos para ECM, a única estrutura que obteve taxas de aceitação acima dos 50% por parte dos falantes de PE L2 (A2 – 71,5%, B1 – 59,2% e B2 – 59,5%).

Os resultados obtidos para as três estruturas incluídas na TJA sugerem, uma vez mais, que o processo de reconfiguração necessário à aquisição de ECM com infinitivo flexionado será menos complexo do que aquele que é necessário à aquisição da estrutura de (verdadeiro) Infinitivo Flexionado. Em síntese, o processo de aquisição de ECM com infinitivo flexionado envolve a aquisição de um complemento infinitivo com um domínio T defetivo quanto a traços-ϕ, especificamente quanto ao traço de Pessoa (Hornstein, Martins & Nunes, 2006, 2008) (propriedade transferível da L1), mas com um traço de Número que pode ter uma realização morfológica plural *overt*. Esta tarefa parece ser menos difícil para os falantes de EsP do que a envolvida na aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado, ou seja, a aquisição de um complemento infinitivo com um domínio T completo quanto a traços-ϕ (consequentemente um complemento em que o Caso do sujeito é valorado no domínio T infinitivo e existe concordância sujeito-verbo) e com realização morfológica *overt*.

Finalmente, julga-se relevante discutir o facto de as taxas de aceitabilidade de ECM e as taxas de rejeição de ECM com infinitivo flexionado apresentarem valores próximos dos 50%, principalmente nos grupos de proficiência B1 e B2. Estes dados parecem apontar no sentido de haver um certo grau de variação nos juízos avançados sobre instâncias destas duas estruturas e, no caso de ECM com infinitivo flexionado, este aspeto é particularmente interessante, principalmente se tomado em conjunto com as correções apresentadas pelos falantes de PE L2. Com efeito, como se pôde constatar no gráfico 24, das quatro condições testadas na TJA em questão, é na correspondente a ECM com infinitivo flexionado que os juízos dos falantes de EsP mais se encontram divididos entre o espetro dos valores da escala de Likert que indicam a possibilidade (2 e 3) ou impossibilidade (0 e 1) desta estrutura em PE.

Em segundo lugar, este aspeto é reforçado pelo tipo de correções apresentadas pelos falantes de EsP. Nestas correções, especialmente nas que incidiam sobre orações com infinitivo flexionado, é possível observar o recurso não só a opções com infinitivo não-flexionado, mas também com infinitivo flexionado. Em particular no caso dos itens de ECM com infinitivo flexionado corrigidos, uma das estratégias de correção mais usadas consistiu na manutenção da forma verbal no infinitivo flexionado e na alteração do Caso do sujeito encaixado para dativo.

Este comportamento dos falantes de EsP a adquirir PE parece indicar a presença de propriedades das gramáticas da L1 e da L2 na sua interlíngua, no que diz respeito à aquisição da possibilidade de ocorrência de um infinitivo com uma marcação morfológica plural *overt* do PE.

A manutenção de propriedades da L1 e da L2 na interlíngua dos falantes de EsP a adquirir PE pode ser relacionada com a hipótese de *L1 preemption*, embora fosse necessário obter mais dados para comprovar tal hipótese. Tal como discutido anteriormente, existem contextos particularmente permeáveis à ocorrência deste fenómeno. Para além da questão da proximidade tipológica entre o PE e o EsP, contextos em que a tarefa de aquisição acarrete alguma complexidade e em que a gramática da L1 possa ser percebida como suficiente para dar conta do *input* da L2 podem favorecer a manutenção de propriedades das duas gramáticas (Iverson & Rothman, 2011, 2015; Rothman & Iverson, 2013). No caso do infinitivo com marcas de flexão, a sua aquisição nos contextos relevantes implica, como vimos, uma tarefa de reconfiguração, o que é mais complexo do que o mapeamento necessário à aquisição das configurações de traços específicas de ECM. Além disso, questões associadas ao *input* da L2 podem favorecer a presença de *L1 preemption*, uma vez que a L2 dispõe de uma outra estrutura (ECM), mais próxima das disponíveis na L1 e que concorre para os mesmos contextos com o mesmo valor semântico. Este poderá ser um aspeto a explorar em trabalho futuro.

8.2. Pergunta de investigação 4: *Prepositional Infinitival Construction*

A aquisição da PIC em PE por falantes de EsP envolve reconfiguração de traços, tal como os complementos com infinitivo flexionado discutidos na secção anterior. Todavia, as tarefas de reconfiguração envolvidas na aquisição da PIC são de natureza diferente. Enquanto a aquisição de complementos com infinitivo flexionado envolve a adição de traços a um domínio T infinitivo, associando-os a morfologia *overt*, a aquisição de PIC envolve, em primeiro lugar, a associação de diferentes realizações morfossintáticas a traços aspetuais disponíveis na L1 e na L2, em segundo lugar, a aquisição de uma estrutura funcional mais expandida face às estruturas comparáveis disponíveis na L1 e, por último, também a adição de traços ao domínio infinitivo que possibilitem a ocorrência de infinitivo flexionado.

A reflexão sobre as tarefas envolvidas na aquisição da PIC (levada a cabo no capítulo 5) motivou a quarta pergunta de investigação, que agora se recupera.

> 4. Será a aquisição da PIC um desafio para os falantes nativos de EsP a adquirir PE língua não materna pela complexidade envolvida nas tarefas de mapeamento e de reconfiguração numa diferente contrapartida morfossintática de um mesmo valor aspetual disponível na L1 e na L2?

Esta pergunta de investigação centra-se, pois, nas tarefas de reconfiguração em que a PIC difere dos restantes tipos de complementos até aqui discutidos. Além disso, coloca-se a hipótese de que a tarefa de mapeamento possa apresentar desafios específicos, tendo em conta as propriedades da própria estrutura, bem como as de estruturas comparáveis da L1.

Quanto ao mapeamento, foram colocadas duas hipóteses: a de que os falantes de EsP mapeassem as propriedades da estrutura de PIC da L2 com as da CG da L1 ou a de que o mapeamento fosse realizado com as propriedades de ECM da L1. A confirmação da primeira hipótese estaria dependente, sobretudo, da correta identificação da preposição *a* presente na PIC como um núcleo aspetual e, consequentemente, na atribuição de um valor aspetual progressivo a esta estrutura, ou seja, o mesmo valor aspetual associado à CG da L1. Pelo contrário, se houvesse dificuldade em identificar a preposição *a* como distintiva face a outros complementos infinitivos de verbos percetivos, colocava-se a hipótese de que prevalecessem as semelhanças formais entre a PIC da L2 e ECM da L1 (sujeito acusativo e forma verbal no infinitivo).

A predição avançada no capítulo 5 foi a de que os falantes de EsP iriam, pelo menos inicialmente, mapear as propriedades da PIC com as propriedades de ECM da L1. Os dados obtidos através da segunda TJA descritos no capítulo 7 parecem confirmar esta predição.

Em primeiro lugar, os resultados da TJA indicam que os falantes de EsP, em geral, não aceitam a PIC como possível em PE, quer com infinitivo não-flexionado quer com infinitivo flexionado. Neste aspeto, diferem significativamente do comportamento evidenciado pelos falantes nativos, que apresentam taxas de aceitação desta estrutura entre os 86,1% (para a PIC com infinitivo flexionado) e os 95,9% (para a PIC com infinitivo não-flexionado). Pelo contrário, os falantes de EsP apresentam taxas de rejeição da PIC com infinitivo flexionado entre os 60,9% e os 74% e da PIC com infinitivo não-flexionado entre 45% e os 59%. Estes dados apontam, desde logo, para uma dificuldade na aquisição da PIC em PE.

Não obstante, as correções propostas pelos falantes de EsP para os itens considerados agramaticais fornecem algumas pistas relativamente ao mapeamento da PIC. Com efeito, foi possível verificar que o recurso à CG como forma de correção é residual. Pelo contrário, uma percentagem relevante de correções correspondia a ECM e a PIC com infinitivo não-flexionado, sendo que, em linha com o verificado na TJA centrada em ECM e na estrutura de Infinitivo Flexionado, se verificou uma preponderância de correções cuja característica mais relevante é a alteração do sujeito pronominal de acusativo para dativo. Estes dados sugerem que os falantes de EsP poderão ter dificuldade em fazer a correspondência entre as propriedades da PIC e as propriedades da CG da sua L1. Adicionalmente, o recurso a ECM como forma de correção poderá

indicar uma dificuldade em identificar a preposição *a* da PIC como distintiva desta estrutura e como associada ao traço aspetual [+durativo], partilhado pela CG.

Ainda assim, esta dificuldade não deverá ser entendida em termos absolutos e os dados quantitativos e qualitativos obtidos através da aplicação da TJA fornecem pistas neste sentido. Por um lado, e principalmente considerando os dados relativos à PIC com infinitivo não-flexionado, observa-se que, apesar de esta estrutura ser rejeitada, os juízos dos falantes de EsP estão sujeitos a um certo grau de variação, como mostra a distribuição das respostas dos informantes pelos diferentes valores da escala de Likert usada (veja-se o gráfico 33, da secção 7.2.2.) e como se pode concluir a partir do facto de as taxas de rejeição desta estrutura ficarem abaixo dos 60%. Por outro lado, a par de correções correspondentes a ECM, verificou-se também o recurso a PIC com infinitivo não-flexionado em percentagens próximas. Uma vez que as duas estruturas diferem, formalmente, na ausência ou presença da preposição *a*, este dado poderá ser tomado como um indicador de que os falantes de EsP poderão oscilar entre uma correta identificação da preposição *a* como um elemento morfossintático distintivo da PIC e entre a transferência de propriedades de estruturas da sua L1 também disponíveis na L2, ou seja, ECM.

As dificuldades associadas à tarefa de mapeamento para que os resultados da TJA parecem apontar repercutem-se na tarefa de reconfiguração, uma vez que esta depende da correta identificação de contrastes que a motivem. Assim, o que os dados da TJA parecem mostrar é um possível mapeamento das propriedades da estrutura de PIC com as de ECM da L1 que parece ser generalizado, dada a ausência da CG nas correções fornecidas pelos falantes de EsP. Além disso, mostram também uma tendência para a não identificação de contrastes morfossintáticos (associados a traços aspetuais em AspP) distintivos da PIC. Este problema de identificação reflete-se na ocorrência de efeitos de *transfer* que persistem mesmo em níveis avançados de proficiência. Por último, a PIC com infinitivo flexionado apresenta taxas de rejeição mais elevadas. Este resultado era esperado, dado que a aquisição da possibilidade de ocorrência de infinitivo flexionado obriga também a uma outra tarefa de reconfiguração de traços.

No âmbito do presente estudo, foram aplicadas, além da TJA, duas outras tarefas que incluíram PIC, com o objetivo de obter mais dados sobre a aquisição daquela que se previa ser a estrutura cuja aquisição acarretaria maior dificuldade e ainda com o objetivo de esclarecer que aspetos da PIC causariam maior dificuldade aos falantes de EsP a adquirir PE.

A primeira destas tarefas que agora se discute é a TCF. Os participantes nesta tarefa, recorde-se, eram confrontados com a possibilidade de selecionarem complementos com infinitivo flexionado (não preposicionado), PIC com infinitivo flexionado e PIC com infinitivo não-flexionado, como opções de completamento de frases com verbos percetivos e causativos. Deste modo, pretendia-se perceber o que poderia ser mais determinante na avaliação dos

participantes: a presença de um infinitivo flexionado ou da preposição *a.* Além disso, estavam também a ser testadas as propriedades de seleção dos verbos percetivos e causativos e a aquisição dos contextos de ocorrência da PIC.

Como vimos na secção anterior, os complementos com infinitivo flexionado (neste caso, com sujeito não pronominal) obtiveram elevadas taxas de seleção por parte dos falantes de EsP, que, aliás, são, de um modo geral, comparáveis às dos falantes nativos. A PIC, porém, não segue a mesma tendência. Embora as taxas de seleção de PIC mais elevadas com verbos percetivos do que com verbos causativos mostrem efeitos de aquisição das propriedades de seleção destes verbos, ainda assim rondam os 50%, o que contrasta com os cerca de 80% apresentados pelos falantes nativos. Já no caso da PIC com infinitivo flexionado, as taxas de seleção desta estrutura são muito baixas e próximas entre verbos percetivos e causativos nos grupos de proficiência A2 e B1. O grupo com proficiência B2, pelo contrário, apresenta um comportamento mais próximo do detetado no grupo de falantes nativos.

Estes resultados apontam no sentido de a presença ou ausência do núcleo aspetual *a* ser mais determinante na seleção de uma estrutura na TCF do que a presença ou ausência de infinitivo flexionado. Se a ocorrência de infinitivo não-flexionado fosse mais determinante do que a ausência do núcleo aspetual *a*, então esperar-se-iam taxas de seleção mais elevadas de PIC com infinitivo não-flexionado. Se, pelo contrário, a presença de um infinitivo flexionado fosse secundária em termos de dificuldade na aquisição da PIC, então esperava-se que os falantes selecionassem mais frequentemente os complementos com infinitivo flexionado em detrimento das duas opções com infinitivo preposicionado. É justamente no sentido desta última hipótese que apontam os dados da TCF.

Assim, a presença de *a* na PIC parece ser o elemento motivador das taxas de seleção mais baixas desta estrutura face a complementos com infinitivo flexionado (não preposicionado). Deste modo, estes dados parecem indicar que, ainda que os falantes de EsP a adquirir PE possam identificar a presença da preposição *a* na PIC como um contraste morfossintático relativamente a outros tipos de complementos infinitivos, a sua associação ao traço aspetual [+durativo], que motivaria o mapeamento com os traços específicos da CG da L1 e a reconfiguração deste traço em diferentes contrapartidas morfossintáticas relativamente à L1, não é realizado com sucesso pela maioria dos participantes nesta tarefa.

Os resultados obtidos através da aplicação da TEF vêm confirmar isso mesmo, ao centrarem-se no tipo de PIC que se predizia ser mais difícil para os falantes de EsP, ou seja, PIC com infinitivo flexionado. Os participantes nesta tarefa eram confrontados com a seleção entre duas hipóteses que diferiam apenas na presença ou ausência do núcleo aspetual *a*, sendo que a opção com realização deste núcleo aspetual correspondia a PIC com infinitivo flexionado e a

segunda opção correspondia a uma construção marginal em PE. Esta construção marginal, recorde-se, consistia numa oração com um sujeito encaixado pronominal acusativo, na 1.ª pessoa do plural ou na 2.ª pessoa do singular, seguido de um infinitivo flexionado, tratando-se, por isso, de uma construção com algumas semelhanças com ECM. O que os resultados desta tarefa vieram mostrar é que os falantes de EsP que nela participaram preferiram consistentemente a opção agramatical em PE, isto é, a opção sem a realização morfológica do núcleo aspetual *a.*

Adicionalmente, os dados relativos aos itens de controlo – forma perifrástica do futuro: *ir* + *a* + infinitivo *vs. ir* + infinitivo – reforçam a ideia de que a aquisição de diferentes realizações morfossintáticas de traços na L1 e na L2 é uma tarefa complexa. Recorde-se que, neste contexto, os falantes de EsP consistentemente selecionaram a opção mais próxima da sua L1 (*ir* + *a* + infinitivo) e não a opção correta na gramática da L2. Mais uma vez, encontram-se, pois, efeitos persistentes de *transfer* (apenas o grupo com nível de proficiência B2 aparenta estar a aproximar-se do comportamento do grupo de controlo) associados a estruturas cuja aquisição implica uma (complexa) tarefa de reconfiguração.

Resumindo o que até aqui foi discutido, os dados obtidos relativamente à aquisição da PIC indicam que a aquisição desta estrutura coloca desafios específicos aos falantes nativos de EsP. Os dados indicam ainda que, tal como foi predito, o foco de dificuldade se encontra na aquisição da expressão morfossintática das propriedades aspetuais desta estrutura, concretizando-se esta dificuldade na correta associação da preposição *a* ao traço aspetual [+durativo]. Tal dificuldade torna-se um obstáculo ao mapeamento dos traços aspetuais presentes em AspP nesta estrutura com uma configuração semelhante na CG da L1 e, por conseguinte, um obstáculo à reconfiguração que deveria ter lugar mediante a identificação de uma diferente realização morfossintática do traço [+durativo] na L2.

Crucialmente, estes dados vão ao encontro de predições gerais da *Feature Reassembly Hypothesis* e as dificuldades de mapeamento e os efeitos de *transfer* persistentes detetados, em particular, estão em linha com o que é descrito na literatura como efeitos de *L1 preemption*.

Hipótese semelhante foi levantada anteriormente, perante os dados obtidos para complementos com infinitivo flexionado. No caso da PIC, e tal como discutido no capítulo 5 do presente trabalho, vários fatores contribuem para que assim seja, desde logo o facto de a L1 destes aprendentes dispor de uma estrutura alternativa, ECM, também disponível como complemento de verbos percetivos. A este fator acresce ainda que também o PE, ou seja, a L2, dispõe da estrutura de ECM no mesmo contexto. Esta presença no *input* de uma estrutura concorrente com a PIC para o mesmo contexto, com semelhanças formais no que diz respeito à marcação casual do sujeito encaixado e à presença de uma forma verbal infinitiva, pode

constituir um contexto de ambiguidade que favoreça o mapeamento das propriedades da PIC da L2 com as de ECM da L1 e que leve a que as propriedades da L1 sejam consideradas suficientes para dar conta do *input* da L2. Note-se que, de acordo com a hipótese de *L1 preemption*, contextos em que a sintaxe da L1 pode ser usada para fazer o *parsing* do *input* da L2, mas em que não há coincidência de propriedades (subtis) semânticas ou pragmáticas são particularmente vulneráveis à ocorrência de *L1 preemption* (Iverson & Rothman, 2015). Ora, a aquisição da PIC por falantes de EsP, considerando as gramáticas das duas línguas, parece ser um contexto que encaixa na hipótese de Iverson & Rothman (2015).

Em articulação com as premissas da *Feature Reassembly Hypothesis* (Lardiere, 2008, 2009a), Iverson & Rothman (2015) argumentam que a complexidade (nos termos definidos no âmbito daquela hipótese) das tarefas envolvidas na aquisição de determinada estrutura pode também favorecer a presença de efeitos de *L1 preemption*. Parece ser este o caso da PIC e é, justamente, a complexidade das tarefas que a aquisição desta estrutura envolve para os falantes nativos de EsP que é central para compreender os dados anteriormente resumidos.

Se a aquisição de ECM e de complementos com infinitivo flexionado, discutida na secção anterior, colocava em evidência os diferentes níveis de complexidade envolvidos nas tarefas de mapeamento e de reconfiguração de traços, a aquisição da PIC permite trazer para a discussão a possibilidade de diferentes tipos de tarefas de reconfiguração acarretarem níveis de dificuldade distintos. Esta é uma hipótese já colocada em trabalhos anteriores sobre a *Feature Reassembly Hypothesis*. Neste contexto, Montrul & Yoon (2009) propõem que a operação de adicionar traços que façam parte do inventário da L2, mas que não sejam relevantes na gramática da L1, é menos complexa do que evitar traços que fazem parte da L1, mas não da L2, ou do que adquirir traços configurados de forma diferentes na L1 e na L2. Dentro deste último caso, Cho & Slabakova (2015) argumentam que uma tarefa de reconfiguração envolvendo uma diferença entre uma realização *overt* e *covert* de determinados traços entre a L1 e a L2 acrescenta complexidade ao processo de aquisição.

Seguindo esta linha de argumentação, a aquisição do traço associado ao aspeto progressivo da PIC parece enquadrar-se neste último caso, ou seja, corresponde a um tipo de reconfiguração que envolve a aquisição de diferentes realizações morfossintáticas de um traço que se encontra disponível na L1 e na L2 no contexto relevante (complementação de verbos percetivos). Estas diferentes realizações morfossintáticas correspondem a uma forma verbal no gerúndio, em EsP, e na sequência *a + infinitivo*, em PE. Não obstante, se se assumir, na linha de Casalicchio (2019), que também na CG o traço [+durativo] se encontra associado a uma preposição *a* nula e incorporada na forma verbal no gerúndio, então o que está em causa é a aquisição de uma realização *overt* na L2 de um traço que tem uma realização *covert* na L1. Por

outras palavras, estamos perante um tipo específico de complexidade associado à reconfiguração de traços disponíveis na L1 e na L2, mas com realizações distintas, tal como salientam Cho & Slabakova (2015). Esta pode ser a motivação principal para as dificuldades evidenciadas pelos falantes de EsP em mapear e reconfigurar os traços que caracterizam a PIC.

Por sua vez, a tarefa de adição de traços-ϕ a um domínio infinitivo, seja ele TP (Barbosa & Cochofel, 2005) ou AspP (Casalicchio, 2019), associada à aquisição de PIC com infinitivo flexionado seria, segundo Montrul & Yoon (2009), uma tarefa menos complexa do que a associada ao traço aspetual. Os dados parecem ir ao encontro desta hipótese. Considerando os dados das TJA, vimos que a estrutura de ECM com infinitivo flexionado obteve valores de aceitação superiores aos da PIC com infinitivo flexionado. Paralelamente, os participantes na TCF mostraram preferir uma contrapartida com infinitivo flexionado, crucialmente sem o marcador aspetual *a*, a instâncias de PIC. Os dados na TEF, como vimos, vão no mesmo sentido, já que, aqui, os falantes de EsP preferiram de forma inequívoca uma oração (agramatical em PE) que apenas diferia da PIC com infinitivo flexionado pela ausência do marcador aspetual *a.*

Assim sendo, confirma-se a predição inicial de que a PIC seria a estrutura que mais dificuldades colocaria aos falantes de EsP a adquirir PE, em primeiro lugar, pelas especificidades envolvidas na tarefa de mapeamento, fruto das características das gramáticas da L1 e da L2 e da forma como o *input* da L2 é interpretado. Em segundo lugar, o tipo de tarefa de reconfiguração necessário à aquisição da PIC por falantes cuja língua materna é o EsP é associado, na literatura, a um tipo específico de complexidade e esta hipótese é refletida pelos dados agora apresentados. Finalmente, os piores resultados obtidos para a PIC com infinitivo flexionado, comparativamente à PIC com infinitivo não-flexionado, conquanto sejam comparáveis ao padrão apresentado pelos falantes nativos, podem ser associados a um obstáculo secundário na aquisição da PIC. A adição de traços parece ser menos complexa do que a reconfiguração de traços existentes na L1 e na L2 com diferentes realizações morfossintáticas.

8.3. Pergunta de investigação 5: *Differential Object Marking e Leísmo*

A última pergunta de investigação colocada no âmbito do presente estudo foi motivada pela observação de que o EsP difere do PE numa propriedade que, embora geral, poderia também afetar a aquisição da complementação infinitiva de verbos percetivos e causativos em PE. Esta propriedade diz respeito a uma marcação morfológica associada a constituintes em posição de objeto com os traços [+animado] e [+específico] em EsP e que não se encontra

disponível em PE. Esta relação entre traços semânticos e uma realização morfológica específica reflete-se na existência em EsP de DOM e de fenómenos de *leísmo*.

Em PE, a marcação casual de constituintes em posição de objeto está dependente das propriedades de seleção do verbo, não recebendo constituintes com Caso acusativo qualquer marcação adicional com base nas suas propriedades semânticas. Pelo contrário, em EsP, a ocorrência de *a* antecedendo um nome em constituintes em posição de objeto, ou seja, a ocorrência de uma morfologia dativa, é obrigatória se esses mesmos constituintes tiverem os traços [+animado] e [+específico] (DOM). Adicionalmente, a associação do traço de animacidade a uma realização morfológica dativa encontra-se também na realização pronominal de constituintes em posição de objeto, fenómeno designado como *leísmo*.

Considerando as propriedades do EsP, colocou-se a hipótese, seguindo Longobardi (2005), de que os traços de animacidade e de especificidade são traços funcionais gramaticalizados em EsP, quando associados a um constituinte acusativo, o que não se verifica em PE. Perante tais diferenças, argumentou-se que a aquisição da marcação casual de constituintes em posição de objeto em PE por falantes de EsP implicaria uma tarefa de reconfiguração que levaria à aquisição da impossibilidade de gramaticalização dos traços relevantes, sendo necessário dissociá-los de uma realização morfológica específica. Do ponto de vista da *Feature Reassembly Hypothesis*, esta tarefa de reconfiguração consistiria, pois, na subtração de traços da L1 que não se encontram codificados nos contextos relevantes na L2.

Tendo em conta este enquadramento da questão de DOM e do *leísmo*, colocou-se a seguinte pergunta de investigação:

> 5. Evidenciarão os falantes nativos de EsP a adquirir PE língua não materna efeitos de *transfer* persistentes das propriedades de marcação de Caso de sujeitos acusativos da L1, efeitos esses atribuíveis a dificuldade na subtração de traços?

A possível dificuldade a que a pergunta alude baseia-se nas predições gerais da *Feature Reassembly Hypothsesis.* Para além de a tarefa de reconfiguração ser uma tarefa complexa, poderão ser associados níveis de complexidade distintos a tarefas específicas. Neste caso, seguindo, uma vez mais, a predição de Montrul & Yoon (2009), poderá colocar-se a hipótese de que o facto de a tarefa de reconfiguração aqui em causa implicar a subtração de traços presentes na L1, mas não disponíveis na L2, seja um fator de maior complexidade (quando comparado, por exemplo, com a tarefa de adicionar traços).

A predição avançada neste contexto foi a de que os falantes de EsP apresentariam dificuldades em realizar com sucesso a tarefa de reconfiguração necessária à aquisição das

propriedades de marcação casual de constituintes acusativos em PE. Foi ainda equacionado que tais dificuldades se poderiam manifestar em efeitos de *transfer* da L1 que persistissem para além dos níveis iniciais de proficiência. Estes efeitos de *transfer* afetariam, em particular, as estruturas de ECM e de PIC, na medida em que, nestas, o sujeito do domínio encaixado apresenta Caso acusativo. Assim sendo, esperava-se que, mesmo numa estrutura de ECM, cuja aquisição implica mapeamento e em relação à qual foi colocada a hipótese de que pudesse ser adquirida mais cedo, tais efeitos se fizessem sentir, afetando, no caso da TJA, os juízos de aceitabilidade avançados pelos falantes de EsP sobre esta estrutura.

Tal como discutido a propósito dos dados obtidos para ECM, esta predição parece ser confirmada. Apesar de esta estrutura ser, como esperado, aceite pelos falantes de EsP, as taxas de aceitabilidade eram mais baixas do que o expectável. Com efeito, registou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de falantes nativos e cada um dos grupos de falantes de EsP, mesmo o grupo com nível de proficiência avançado. A análise das correções providas para os itens considerados agramaticais mostrou que, na verdade, o que estava na base das taxas de rejeição de ECM mais elevadas do que o esperado era o Caso do sujeito encaixado pronominal. Deste modo, foi notado que os falantes de EsP a adquirir PE optavam frequentemente por alterar o Caso do sujeito do domínio encaixado de acusativo para dativo, em conformidade com as propriedades da sua L1, mas de forma não convergente com as propriedades da L2. Relevante é também o facto de a presença de correções em que ocorriam sujeitos dativos não se limitar às que visavam ECM, tendo-se encontrado um padrão semelhante em ECM com infinitivo flexionado, PIC e até mesmo na estrutura de Infinitivo Flexionado.

Ainda assim, e apesar da elevada frequência de correções em que figuravam sujeitos pronominais dativos, verificou-se também um número relevante de correções com sujeitos acusativos, mormente associadas a itens testados na TJA com sujeitos nominativos. Este resultado parece apontar no sentido de os falantes de EsP transferirem as propriedades da sua L1, mas, simultaneamente, terem também adquirido propriedades da L2. Assim, levanta-se a hipótese de não haver um domínio estável das propriedades da L2.

Esta dificuldade em substituir as propriedades da L1 pelas da L2 e a consequente persistência de efeitos de *transfer* havia já sido observada em estudos anteriores sobre DOM (Montrul, Dias & Santos, 2011; Giancaspro, Halloran & Iverson, 2015; Cabrelli Amaro, Iverson, Giancaspro & Halloran, 2020). Os resultados reportados por Cabrelli Amaro, Iverson, Giancaspro & Halloran (2020) são particularmente relevantes, no sentido em que esta questão se manifesta na aceitação em igual medida de instâncias com DOM e sem DOM em Português por falantes de EsP L1. Adicionalmente, Rothman, Giancaspro & Halloran (2014) salientam que a existência de contextos de ambiguidade no *input* da L2, isto é, do PE, pode afetar o processo de aquisição

das propriedades em causa. Recorde-se, a este propósito, que o determinante artigo definido feminino *a* que antecede nomes em PE pode ser confundido, por falantes de EsP, com o marcador morfológico de DOM *a*. Segundo os autores, esta ambiguidade pode estender-se a outras formas do artigo definido (no masculino e no plural), na medida em que os aprendentes de PE podem interpretar estas outras formas como alomorfes de DOM específicos do PE.

No sentido de verificar se os falantes de EsP que participaram no presente estudo eram sensíveis às diferenças de marcação de objetos em EsP em PE, foram incluídos na TJA itens de controlo que visavam testar contextos de possível ambiguidade (para o falante de L2) entre o artigo *a* e uma marcação de DOM (não disponível em PE) em constituintes com a função de objeto direto. Para tal, foram testadas duas condições gramaticais (*e.g.*, "O João conheceu a Maria numa festa."; "A enfermeira pediu à Teresa para esperar.") e duas agramaticais (*e.g.*, "*O Luís surpreendeu à Cristina com uma festa de aniversário."; "*O Tiago explicou a Rita como resolver o exercício."). Os resultados obtidos, como descrito no capítulo 7, vão ao encontro dos dados reportados por Cabrelli Amaro, Iverson, Giancaspro & Halloran (2020), tendo-se verificado que os falantes de EsP aceitam igualmente itens gramaticais e agramaticais em PE. Assim, estes falantes não parecem ser sensíveis às diferentes realizações morfológicas associadas à marcação de objetos diretos (acusativo) e indiretos (dativo) em PE. Por outras palavras, os falantes de EsP aceitam tanto itens agramaticais na L2 em que veem refletidas as propriedades da sua L1 como itens gramaticais na L2, cujas propriedades diferem da L1.

Os dados até aqui discutidos apontam, portanto, no sentido de confirmar a predição de que a tarefa de reconfiguração necessária à aquisição das propriedades de marcação de Caso em PE colocaria alguns obstáculos aos falantes de EsP. Estes obstáculos prendem-se, em primeiro lugar, com a complexidade associada à tarefa de subtração de traços da L1 não codificados na L2, à qual se junta a existência, no *input* da L2, de contextos que podem ser percebidos como ambíguos por falantes de EsP.

Uma outra questão colocada a propósito deste tópico dizia respeito ao facto de os contextos testados nas TJA incluírem apenas sujeitos pronominais. Assim, a dúvida que se colocou foi, a verificarem-se efeitos de *transfer* das propriedades de marcação de Caso do EsP, se o que estaria a ser transferido seriam as propriedades específicas de *leísmo* ou propriedades mais gerais, de acordo com as quais o EsP apresenta uma tendência para marcar com uma morfologia dativa constituintes em posição de objeto com o traço [+animado]. Neste contexto, foram avançadas duas predições. Se os falantes de EsP transferissem, nos contextos acima referidos, apenas as propriedades de *leísmo*, então esperava-se que apenas os sujeitos masculinos apresentassem variação entre pronomes clíticos acusativos e dativos, dado que, de acordo com a literatura (Fernandéz-Ordoñez, 1993, 1999), a ocorrência de *leísmo* associada a

pronomes femininos é mais rara. Se, pelo contrário, fossem transferidas propriedades mais gerais em que constituintes [+animados] são associados a uma morfologia dativa, então esperava-se encontrar efeitos de transferência mais generalizados.

Tendo sido incluídos sujeitos pronominais femininos e masculinos nos itens de teste das TJA, a observação das correções fornecidas para os itens considerados agramaticais indica que a alteração de pronomes acusativos ou nominativos para dativos afeta ambos. No caso da TJA sobre ECM e estrutura de Infinitivo Flexionado, 64,1% das correções em que o Caso do sujeito encaixado foi alterado para dativo diziam respeito a pronomes masculinos e 35,9% a pronomes femininos. Já na TJA sobre PIC, estas percentagens são mais próximas, com 59,3% de sujeitos masculinos e 40,7% de sujeitos femininos a serem alterados para dativo. Note-se ainda que a ocorrência de *leísmo* em EsP é menos frequente com pronomes no plural (Fernandéz-Ordoñez, 1993, 1999) e todos os sujeitos do domínio encaixado são plurais nestas TJA.

Assim sendo, os dados parecem indicar que os falantes de EsP estão, neste contexto, a transferir propriedades gerais do EsP, de acordo com as quais constituintes em posição de objeto com o traço [+animado] são associados a uma morfologia dativa. Estes efeitos de *transfer*, como se pôde observar, persistem para além dos níveis iniciais de proficiência e manifestam-se na aquisição de propriedades da L2 e, simultaneamente, na manutenção de propriedades da L1, o que resulta numa aquisição não estabilizada das propriedades-alvo da L2 e num desempenho sujeito a variação por parte dos falantes de EsP a adquirir PE. Esta questão afeta a aquisição dos complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos aqui estudados, refletindo-se esta influência no facto de os juízos de aceitabilidade avançados por estes aprendentes nem sempre incidirem sobre propriedades específicas das estruturas de complementação infinitiva, centrando-se antes nas propriedades de marcação casual.

Por último, importa recordar o facto de alguns dos participantes neste estudo terem o PE como L3/Ln (veja-se a secção 4.5. do presente trabalho). O que os dados revelam é a existência de efeitos de transferência compatíveis apenas com a gramática da L1, já que o EsP é a única língua falada pelos participantes neste estudo que possui DOM/*leísmo*. Assim, os dados agora apresentados parecem estar em linha com hipóteses de aquisição de L3 que privilegiam a proximidade tipológica (TPM) ou a proximidade estrutural (LPM) como fatores que determinam a origem do *transfer* (a L1 ou a L2). Ou seja, ainda que o EsP e o PE divirjam nas propriedades de marcação de constituintes na posição de objeto, parece prevalecer a perceção de proximidade tipológica ou estrutural na seleção da origem do *transfer*. Ressalve-se, contudo, que os resultados do presente estudo não são adequados para testar modelos teóricos de aquisição de L3, pretendendo-se apenas realçar que estes dados relativos a DOM/*leísmo* poderão ser tomados como uma pista que motive trabalho futuro sobre esta questão.

9. Conclusões e linhas de investigação futura

Este trabalho tinha como principal objetivo testar as predições da *Feature Reassembly Hypothesis* (Lardiere, 2008, 2009a, e.o.), sendo o seu objeto de estudo a aquisição de orações completivas não-finitas de verbos percetivos e causativos em PE por falantes nativos de EsP.

O tema escolhido oferecia um contexto relevante para testar as predições da *Feature Reassembly Hypothesis*. Em primeiro lugar, tanto o PE como o EsP dispõem de várias estratégias de complementação de verbos causativos e percetivos. Em segundo lugar, algumas dessas estratégias encontram-se disponíveis em ambas as línguas, sendo as propriedades relevantes transferíveis da L1, enquanto outras apenas se encontram disponíveis na L2, caracterizando-se por configurações de traços e realizações morfossintáticas dos mesmos não disponíveis na L1.

Assim, o estudo das propriedades e das diferentes análises sintáticas propostas para a complementação de verbos percetivos e causativos levou à conclusão de que o estudo da aquisição de ECM (disponível em PE e em EsP), da estrutura de Infinitivo Flexionado e da PIC (estas últimas apenas disponíveis em PE) por falantes nativos de EsP permitia testar algumas das questões levantadas em trabalhos anteriores que testam também a *Feature Reassembly Hypothesis*. O presente estudo discutiu ainda uma outra estrutura descrita na literatura, mas cujo estatuto na gramática do PE ainda não é claro: ECM com infinitivo flexionado.

A *Feature Reassembly Hypothesis* permite fazer predições gerais (isto é, não específicas sobre pares de línguas concretos) sobre o processo de aquisição de língua não materna, nomeadamente através da operacionalização dos conceitos de mapeamento e reconfiguração. Estes conceitos correspondem, de acordo com esta hipótese, às duas tarefas centrais no processo de aquisição, estando associadas a níveis distintos de complexidade. Além disso, esta hipótese apresenta uma abordagem inovadora à questão do *transfer*, ao considerar como unidade mínima de aquisição o traço. Este ponto-chave da *Feature Reassembly Hypothesis* vai ao encontro de desenvolvimentos teóricos mais recentes no contexto do Programa Minimalista, pelo que a articulação entre os princípios da *Feature Reassembly Hypothesis* e as análises sintáticas disponíveis para as estruturas estudadas permitiu colocar perguntas de investigação e avançar predições centradas na aquisição de traços em configurações funcionais e com realizações morfossintáticas específicas e distintas para cada uma das estruturas.

Quanto a ECM, esta estrutura encontra-se disponível em PE e em EsP com propriedades semelhantes, tendo-se proposto que, em ambas as línguas, corresponde a um T não-finito defetivo quanto a traços-ϕ. Esta defetividade repercutir-se-ia na marcação de Caso do sujeito (acusativo) e na concordância sujeito-verbo (infinitivo não-flexionado) no domínio encaixado.

Sendo as propriedades específicas de ECM em PE (L2) transferíveis do EsP (L1), a predição avançada foi a de que esta estrutura seria adquirida mais cedo pelos falantes de EsP, por comparação com os restantes complementos infinitivos testados. Esta predição foi confirmada, sendo ECM a única estrutura testada que obteve taxas de aceitabilidade acima dos 50%.

Contudo, o facto de as taxas de aceitabilidade não terem sido tão elevadas quanto o esperado e de se verificarem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de teste (mesmo em níveis elevados de proficiência) e o grupo de controlo foi ao encontro de uma outra questão previamente levantada nas perguntas de investigação. Apesar de o presente trabalho se centrar nas propriedades específicas da complementação infinitiva, não foi ignorada a possibilidade de propriedades gerais do PE e do EsP poderem influenciar a aquisição das estruturas alvo de estudo. Com efeito, o que os dados obtidos relativamente a ECM vieram mostrar foi uma dificuldade na aquisição das propriedades associadas à marcação casual de constituintes em posição de objeto em PE por parte dos falantes de EsP, e não das propriedades específicas de ECM. Esta dificuldade foi explicada pelo facto de a aquisição de tais propriedades em PE por parte dos falantes de EsP obrigar a uma tarefa de reconfiguração de traços, já que em EsP a marcação de objetos pode estar sujeita a DOM e a *leísmo*. Em EsP, tanto DOM como *leísmo* estão associados à gramaticalização de traços semânticos, especialmente o traço de [animacidade], pelo que a aquisição das propriedades de marcação de Caso em PE requeria a dissociação de traços semânticos de uma marcação morfológica específica. No caso do EsP, essa marcação consiste na ocorrência de *a* antecedendo um nome (DOM) ou de pronomes clíticos dativos (*leísmo*).

Deste modo, os dados obtidos relativamente a ECM mostraram um contraste entre o grau de dificuldade associado a tarefas de mapeamento e de reconfiguração, uma das predições da *Feature Reassembly Hypothesis*. Estes resultados forneceram ainda dados adicionais para a discussão de questões levantadas em trabalhos anteriores, nomeadamente a possibilidade de nem todos os tipos de tarefas de reconfiguração terem igual grau de complexidade. A este respeito, Montrul & Yoon (2009) haviam já colocado a possibilidade de a dissociação de traços relevantes na L1, mas não na L2, poder ser uma tarefa mais complexa do que adicionar traços em configurações disponíveis na L2, mas não na L1.

No que diz respeito à estrutura de Infinitivo Flexionado e à PIC, a tarefa que os falantes de EsP tinham de realizar para adquirir a estrutura de Infinitivo Flexionado em PE era justamente a adição de traços numa configuração não disponível com morfologia *overt* na sua L1. Esperava-se, pois, que o estudo destas estruturas também permitisse observar de que forma diferentes tipos de tarefa de reconfiguração de traços afetam o processo de aquisição.

A predição avançada inicialmente foi a de que, sendo os aprendentes capazes de detetar os contrastes formais entre a estrutura de Infinitivo Flexionado e outros complementos infinitivos disponíveis na sua L1, a primeira seria adquirida mais tarde do que ECM, dada a maior complexidade da tarefa necessária à sua aquisição (reconfiguração *vs*. mapeamento). A tarefa de reconfiguração em causa consistiria na aquisição de um domínio T infinitivo não defetivo quanto a traços-ϕ e com contrapartida *overt* em contexto de complementação. Esta não defetividade de T teria como consequência a valoração do Caso do sujeito do domínio encaixado internamente, apresentando Caso nominativo, e uma morfologia *overt* de concordância sujeito--verbo (infinitivo flexionado). O que se verificou na TJA, porém, foram taxas muito baixas de aceitação destas estruturas em contextos com sujeitos pronominais (isto é, com sujeitos que exibiam Caso nominativo) por parte de todos os grupos testados.

Para compreender melhor a motivação para a rejeição da estrutura de Infinitivo Flexionado, dois aspetos revelaram-se fundamentais. Em primeiro lugar, as correções avançadas pelos falantes de EsP para as frases consideradas agramaticais mostraram que a maioria das correções incidia sobre o Caso do sujeito pronominal do domínio encaixado e não sobre o infinitivo flexionado. Em segundo lugar, a estrutura de ECM com infinitivo flexionado obteve melhores resultados junto dos falantes de EsP, o que aponta, também, para a possibilidade de não ser a presença de um infinitivo com morfologia plural o aspeto mais problemático.

Deste modo, com base nas análises disponíveis para a estrutura de Infinitivo Flexionado (Gonçalves, 1999, Gonçalves & Duarte, 2001; Duarte & Gonçalves, 2002), para ECM e para ECM com infinitivo flexionado (Hornstein, Martins & Nunes, 2006, 2008), foi avançada a hipótese de que a maior dificuldade na aquisição da estrutura de Infinitivo Flexionado em PE por falantes de EsP residiria na aquisição de um domínio T infinitivo não-defetivo quanto a traços-ϕ, nomeadamente quanto ao traço de Pessoa e com contrapartida *overt*. Defendendo Hornstein, Martins & Nunes (2006, 2008) que ECM e ECM com infinitivo flexionado correspondem a domínios T não-finitos defetivos quanto àquele traço (mas, crucialmente, não quanto ao traço de Número), então, correspondendo a estrutura de Infinitivo Flexionado a um T não defetivo quanto a traços-ϕ, o ponto de maior dificuldade na aquisição deste tipo de complemento seria a adição de um traço de Pessoa a T, associando-o a uma contrapartida *overt*. O facto de poder ser o traço de Pessoa o maior foco de dificuldade, e não o de Número, vai também ao encontro dos melhores resultados obtidos para a estrutura de ECM com infinitivo flexionado na TJA, bem como das elevadas taxas de seleção de complementos com infinitivo flexionado e sujeitos expressos através de DP (e não pronomes) na TCF.

Paralelamente, as taxas de rejeição elevadas da estrutura de Infinitivo Flexionado por parte dos falantes monolingues de PE levantaram questões sobre o enquadramento dos dados

de aquisição de língua não-materna, mas também quanto ao estatuto da estrutura na própria gramática do PE. A questão foi identificada, uma vez mais, como associada especificamente à marcação casual do sujeito do domínio encaixado, e não à expressão do plural na forma verbal no infinitivo (associada a uma forma *default* de 3.ª pessoa): os falantes monolingues de PE apresentaram taxas de aceitação elevadas de ECM com infinitivo flexionado e de seleção de complementos com infinitivo flexionado na TCF.

Estes resultados apontam para a necessidade de recolher mais dados e, sobretudo, dados de natureza distinta. Recorde-se que não foi possível excluir a possibilidade de as elevadas taxas de rejeição da estrutura de Infinitivo Flexionado por parte dos falantes monolingues de PE se poderem dever, em certa medida, a efeitos associados ao tipo tarefa realizada. Assim, uma linha de investigação futura poderá passar pela complementação destes resultados com dados de *corpora* e de produção elicitada. Espera-se que este tipo de dados contribua para clarificar as questões deixadas em aberto relativamente à rejeição da estrutura de Infinitivo Flexionado como complemento de verbos percetivos e causativos e ao seu estatuto na gramática do PE.

Além disso, dadas as taxas elevadas de aceitação de ECM com infinitivo flexionado, a obtenção de mais dados e, uma vez mais, de dados de produção, poderá ajudar a clarificar qual o estatuto desta estrutura em PE e, em particular, em que contextos ela é admitida. Será importante prosseguir o estudo desta estrutura no sentido de perceber se a sua aceitabilidade se restringe a contextos de 3.ª pessoa do plural ou não e que implicações isso poderá ter não só para a gramática do PE, mas também para a aquisição de PE língua não materna. No mesmo sentido, seria relevante aplicar desenhos experimentais que permitissem perceber que estrutura os falantes (quer monolingues quer de PE L2) associam a frases, como as incluídas na TCF, que apresentam um infinitivo flexionado, mas em que o sujeito é expresso por um DP.

Relativamente à PIC, a predição avançada foi a de que esta estrutura seria adquirida mais tarde do que as restantes, devido ao elevado grau de complexidade da tarefa de reconfiguração envolvida na sua aquisição por falantes de EsP L1. O estudo desta estrutura centrou-se na aquisição da realização do traço aspetual [+durativo], que distingue a PIC dos restantes complementos infinitivos de verbos percetivos. Adicionalmente, foi também considerada a possibilidade de se encontrarem diferenças no processo de aquisição da PIC com infinitivo flexionado e não-flexionado.

Quanto ao traço aspetual, o que estaria em causa seria a aquisição de uma realização morfossintática diferente entre a L1 e a L2, uma vez que o EsP dispõe de um complemento de verbos percetivos, a CG, com características semânticas semelhantes. Análises mais recentes da PIC e da CG (Casalicchio, 2019) defendem que, tal como na PIC, também na CG o traço aspetual se encontra associado à preposição *a* (o núcleo aspetual). Crucialmente, de acordo com esta

análise, a PIC e a CG diferem no facto de, na primeira, a preposição ter uma realização *overt*, enquanto, na segunda, a preposição é nula e incorporada na forma verbal no gerúndio.

Tendo em conta as características da L1 e da L2, também no caso da PIC, a questão que se colocou inicialmente foi orientada pela discussão das predições da *Feature Reassembly Hypothesis* presente em estudos anteriores. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao mapeamento, colocou-se a hipótese de este levantar algumas dificuldades relacionadas com (i) a identificação da preposição *a* como um núcleo aspetual e a consequente interpretação da PIC como associada ao traço [+durativo], tal como a CG do EsP; (ii) a disponibilidade, tanto na L1 como na L2, de um outro tipo de complemento, nos mesmos contextos, que apresenta semelhanças formais com a PIC, ou seja, ECM.

Sobre a questão do mapeamento, os dados obtidos na TJA permitiram obter algumas pistas. Assim, verificou-se que os falantes de EsP a adquirir PE optaram por corrigir as instâncias de PIC com recurso a ECM, mas não com recurso à CG. Este resultado poderá indicar uma prevalência das semelhanças formais entre PIC e ECM, por oposição a uma prevalência das propriedades sintáticas e semânticas em comum entre PIC e CG. Embora esta seja uma discussão importante, os dados obtidos deixam ainda algumas questões em aberto. Será que o facto de os falantes de PE L2 parecerem privilegiar as semelhanças formais entre PIC e ECM significa que estes falantes intuem que a estrutura de ECM da sua L1 é suficiente para dar conta de uma outra estrutura (superficialmente) semelhante da L2? Será que, de facto, o traço aspetual da PIC não está a ser mapeado com o mesmo traço da CG? Para responder a estas questões, seria relevante aceder à interpretação atribuída à PIC por falantes de EsP L1, comparando esta interpretação à associada a ECM e à CG. Para tal, uma linha de investigação futura poderá envolver a articulação entre metodologias tradicionais de SLA com as da área da Psicolinguística.

Em segundo lugar, quanto à questão da reconfiguração de traços, para além do já referido trabalho de Montrul & Yoon (2009), em que é colocada a hipótese de que adquirir traços configurados de forma diferente na L1 e na L2 pode acarretar maior complexidade do que adicionar traços, foi também considerada a questão levantada por Cho & Slabakova (2015) de que uma tarefa de reconfiguração envolvendo uma diferença entre uma realização *overt* e *covert* de traços ser um tipo de reconfiguração com um elevado grau de complexidade.

Os dados obtidos através da TJA encontram-se em linha com esta discussão, uma vez que a PIC foi, de um modo geral, rejeitada pelos falantes de EsP a adquirir PE, resultado que contrastou com os juízos dos falantes nativos de PE. De resto, esta tendência foi verificada mesmo em níveis mais elevados de proficiência. Também os dados obtidos com a TCF e a TEF foram no mesmo sentido, contribuindo para identificar o núcleo aspetual realizado pela preposição *a* como o foco da dificuldade em adquirir a PIC.

O que o conjunto das tarefas experimentais aplicadas parece mostrar é, então, que os falantes de EsP a adquirir PE aceitam mais facilmente complementos com infinitivo não-flexionado do que com infinitivo flexionado (o que era esperado), mas que preferem complementos com infinitivos não preposicionados (com infinitivo flexionado ou não-flexionado) a complementos com infinitivos preposicionados. Uma vez mais, importa reforçar que estes dados deixam em aberto a questão da interpretação dada à PIC pelos falantes de EsP a adquirirem PE, sendo este um ponto central a considerar em trabalho futuro.

Finalmente, uma linha de investigação adicional explorada no presente trabalho foi a da articulação entre hipóteses de SLA, nomeadamente a articulação entre a *Feature Reassembly Hypothesis* e a *L1 Preemption Hypothesis* (Iverson & Rothman, 2011; Rothman & Iverson, 2013). A possibilidade de a articulação destas duas hipóteses contribuir para clarificar alguns dados da aquisição dos complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos em PE língua não materna baseia-se em dois aspetos fundamentais: (i) a proximidade tipológica (ou melhor, a sua perceção por parte dos falantes) entre o PE e o EsP e (ii) a complexidade de algumas das tarefas envolvidas na aquisição das estruturas alvo de estudo em PE por falantes nativos de EsP, sendo esta complexidade definida de acordo com as premissas e predições da *Feature Reassembly Hypothesis*. Sucintamente, o que a *L1 Preemption Hypothesis* prediz é a possibilidade de estes dois fatores potenciarem a existência de efeitos de *L1 preemption*. Estes efeitos manifestar-se-iam na perceção dos aprendentes de uma L2 de que, em alguns contextos, as propriedades da L1 podem ser suficientes para dar conta do *input* da L2. Em tais contextos, poder-se-á observar que a aquisição de novas propriedades da L2 não implica o abandono da estrutura da L1 em competição para o mesmo domínio da interlíngua.

Apesar de não ser o objetivo central do presente trabalho testar as predições da *L1 Preemption Hypothesis*, os dados discutidos no decorrer do presente trabalho parecem apontar para a relevância de considerar esta hipótese, em conjunto com a *Feature Reassembly Hypothesis*, para melhor compreender o comportamento dos falantes de EsP a adquirir PE, pelo menos no que diz respeito a alguma da variação observada nos juízos por eles realizados. Neste contexto, importa destacar três aspetos: (i) a aquisição de formas verbais no infinitivo com morfologia plural *overt* em contexto de complementação; (ii) a identificação do núcleo aspetual *a* da PIC e (iii) a aquisição das propriedades de marcação casual dos sujeitos do domínio encaixado dos complementos infinitivos.

Quanto ao primeiro aspeto, observou-se variação entre a aceitação e a rejeição de complementos com um infinitivo com marcas de flexão. Já quanto ao segundo aspeto, identificou-se uma oscilação entre identificar *a* como um elemento distintivo da PIC ou um comportamento que sugeria que as configurações de traços de ECM da L1 estavam a ser

tomadas como suficientes para dar conta do *input* da L2. Finalmente, relativamente ao terceiro aspeto, verificou-se variação entre a aplicação das propriedades de marcação casual do PE (sujeitos do domínio encaixado com Caso acusativo) e a transferência de propriedades da L1 (DOM e *leísmo*). A observação de efeitos de *transfer* persistentes neste domínio encontra-se em linha com resultados reportados anteriormente sobre DOM (Montrul, Dias & Santos, 2011; Giancaspro, Halloran & Iverson, 2015; Cabrelli Amaro, Iverson, Giancaspro & Halloran, 2020).

Assim, se a *Feature Reassembly Hypothesis* prediz variação no comportamento dos falantes de L2 e uma maior complexidade associada a tarefas de reconfiguração de traços, a *L1 Preemption Hypothesis* propõe uma explicação para a presença de efeitos específicos associados a estes dois fatores. A variação detetada no comportamento dos falantes de EsP a adquirir PE verifica-se, precisamente, na aquisição de propriedades cuja aquisição envolve tarefas (complexas) de reconfiguração de traços. Os efeitos persistentes de transferência das propriedades da L1 nos contextos em causa poderão, por isso, significar que, mesmo em níveis mais elevados de proficiência, os falantes de EsP testados exibem a manutenção de propriedades da sua L1 e a aquisição propriedades da L2 não compatíveis com as primeiras. Por outras palavras, exibem efeitos de *L1 preemption*.

Não obstante, a metodologia seguida no presente trabalho não é a mais adequada para testar a *L1 Preemption Hypothesis*. Assim sendo, remete-se a possibilidade de confirmar ou infirmar o que os dados agora discutidos parecem indicar para trabalho futuro. Para tal, julga-se necessário seguir uma metodologia semelhante à de trabalhos anteriores que testaram esta hipótese (Iverson & Rothman, 2011; Rothman & Iverson, 2013; Cabrelli Amaro, Iverson, Giancaspro & Halloran, 2020; e.o.). Será fundamental incluir em futuros estudos experimentais aprendentes de PE falantes de outras L1 com propriedades distintas tanto do EsP como do PE, de forma a que se possa observar em que medida propriedades (distintas) de diferentes L1 determinam o processo de aquisição. Neste ponto, será necessário articular esta questão com o tipo de tarefas de mapeamento e/ou de reconfiguração de traços envolvidas na aquisição das propriedades-chave do PE por cada grupo de aprendentes, dado que a complexidade das tarefas envolvidas é um aspeto potenciador de efeitos de *L1 preemption*.

Referências bibliográficas

Real Academia Española (2009). *Nueva Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa.

Real Academia Española: Banco de datos (CORPES XXI) [en línea]. *Corpus del Español del Siglo XXI (CORPES).* http://www.rae.es [20/09/2020].

Adger, D. (2003). *Core Syntax: A Minimalist Approach*. Oxford: Oxford University Press.

Adger, D. & P. Svenonius (2011). Features in minimalist syntax. In C. Boeckx (ed.), *Oxford Handbook of Linguistic Minimalism*. Oxford: Oxford University Press, 27-51.

Aissen, J. (2003). Differential object marking: Iconicity vs. economy. *Natural Language & Linguistic Theory* 213: 435-448.

Alarcos, E. (1970). *Estudos de Gramática Funcional del Español*. Madrid: Gredos.

Alexandre, N., I. Duarte & A. L. Santos (2013). Infinitivos pessoais: uma viagem transatlântica. In D. Moura & M. Sibaldo (eds.), *Para a História do Português Brasileiro – Volume III: Estudos Comparativos entre o Português Brasileiro e Língua Crioulas de Base Lexical Portuguesa*, Tomo IV. Maceió: EDUFAL, 17-47.

Alonso, J. G., & J. Rothman (2017). Coming of age in L3 initial stages transfer models: Deriving developmental predictions and looking towards the future. *International Journal of Bilingualism*, 21(6), 683-697.

Alsina, A. (1996). *The Role of Argument Structure in Grammar. Evidence from Romance*. CSLI Lecture Notes 62, CSLI Publications: Stanford.

Ambar, M. (1992). *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito-Verbo em Português*. Lisboa: Edições Colibri.

Baldé, N. (2011). *A aquisição do artigo em português L2 por falantes de L2 russo.* Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Baker, M. (1988). *Incorporation: A theory of grammatical function changing*. Chicago: UCP.

Baker, M. (1996). *The polysynthesis parameter*. New York: Oxford University Press.

Barbosa, P. (1995). *Null Subjects*. Dissertação de Doutoramento, MIT.

Barbosa, P. & F. Cochofel (2005). A construção de infinitivo preposicionado em PE. In I. Duarte & I. Leiria (orgs.), *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/Edições Colibri, 387-400.

Barbosa, P., C. Flores & C. Pereira (2018). On subject realization in infinitival complements of causative and percetual verbs in European Portuguese. Evidence from monolingual and bilingual speakers. In P. Guijarro-Fuentes & A. Cuza (eds.), *Language Acquisition and Contact in the Iberian Peninsula*. Berlim, Boston: De Gruyter Mouton, 125-158.

Bardel, C. & Y. Falk (2007). The role of the second language in third language acquisition: The case of Germanic syntax. *Second Language Research* 23, 459-84.

Brito, A. M. Barros de (1995). Sobre algumas construções pseudorelativas em Português. In *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Línguas e Literaturas. In Honorem Prof. Óscar Lopes*. Vol. XII, 25-54.

Beard, R. (1987). Morpheme order in a lexeme/morpheme-base morphology. *Lingua* 72, 1-44.

Beard, R. (1995). *Lexeme-morpheme base morphology*. Albany: SUNY Press.

Biberauer, T., A. Holmberg, I. Roberts & M. Sheehan (2010). *Parametric variation: Null subjects in minimalist theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bley-Vroman, R. (1989). What is the logical problem of foreign language learning? In S. Gass & J. Schachter (eds.), *Linguistic Perspectives on Second Language Acquisition*, Cambridge: Cambridge University Press, 41-68.

Bley-Vroman, R. W., S. Felix & G. L. Ioup (1988). The accessibility of Universal Grammar in adult language learning. *Second Language Research*, 4 (1), 1-32.

Blom, E. (2008). Testing the Domain-by-Age Model: Inflection and placement of Dutch Verbs. In B. Haznedar & E. Blom (eds.), *Current Trends in Child Second Language Acquisition. A generative perspective*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins, 271-300.

Bordelois, I. (1988). Causatives: From lexicon to syntax. *Natural Language and Linguistic Theory* 6, 57-93.

Borer, H. & K. Wexler (1987). The maturation of syntax. In T. Roeper & E. Williams (eds.), *Parameter Setting*. Dordrecht: Reidel, 123-172.

Borgonovo, C. (1996). Gerunds and Perception Verbs. *Langues et Linguistique* 22, 1-19.

Brugé, L. & G. Brugger (1996). On the Accusative a in Spanish. *Probus* 8, 1-51.

Burzio, L. (1981). *Intransitive Verbs and Italian Auxiliaries*. Dissertação de Doutoramento, MIT Working Papers in Linguistics.

Burzio, L. (1986). *Italian Syntax: A Government-Binding Approach*. Reidel: Dordrecht.

Cabrelli Amaro, J. (2018). The Impact of Portuguese on the Study of Third Language Acquisition. *Hispania*, 100(5), 55-62.

Cabrelli Amaro, J., S. Flynn & J. Rothman (eds.) (2012). *Third Language Acquisition in Adulthood*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins.

Cabrelli Amaro, J., M. Iverson, D. Giancaspro & B. Halloran (2020). The roles of L1 Spanish versus L2 Spanish in L3 Portuguese morphosyntactic development. In K. Molsing, C. Becker Lopes Perna & A. M. Tramunt Ibaños (eds.), *Linguistic approaches to Portuguese as an additional language*. Amesterdão: John Benjamins.

Campos, H. (1994). Seudo-elevación y seudo-relativas en español. In V. Demonte (ed.), *Gramática del español*. México: El Colegio de México, 201-236.

Cano, A. (1981). *Estructuras sintácticas transitivas en el español actual*. Madrid: Gredos.

Carlson, G. (1980). *Reference to kinds in English*. Nova Iorque: Garland.

Carifio, J., & Perla, R. J. (2007). Ten common misunderstandings, misconceptions, persistent myths and urban legends about Likert scales and Likert response formats and their antidotes. *Journal of Social Sciences*, *3*(3), 106-116.

Carrilho, E. & S. Pereira (2011). Sobre a distribuição geográfica de construções sintácticas não-padrão em Português europeu. In A. Costa, P. Barbosa & I. Falé (eds.), *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, CD-ROM, Lisboa: APL, 125-139.

Carroll, S. E. (2009). Re-assembling formal features in second language acquisition: beyond minimalism. *Second Language Research*, 25(2), 245-253.

Casalicchio, J. (2013). *Pseudorelative, gerundi e infiniti nelle varietà romanze: Affinità solo superficiali e corrispondenze strutturali*. Dissertação de Doutoramento. Universit`a degli Studi di Padova.

Casalicchio, J. (2014). Pseudo-relatives and their Left Periphery: A unified account. Comunicação apresentada no Going Romance. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 4-6 de dezembro de 2014.

Casalicchio, J. (2019). Gerunds become prepositional infinitives in Romance Small Clauses: the effects of later Merge to the syntactic spine. *Probus* 31 (1), 75-117.

Castillo, C. (2001). The configuration of ECM structures. *Studia Linguistica* 55 (2), 113-140.

Cho, J. & R. Slabakova (2015). A Feature-based Contrastive Approach to the L2 Acquisition of Specificity. *Applied Linguistics*, 1-23.

Choi, M. H. (2009). Acquiring Korean wh-in-situ Constructions by Native English Speakers. *Language Research* 45.2, 349-392.

Choi, M. H., & D. Lardiere (2006). The interpretation of wh-in-situ in Korean second language acquisition. In A. Belletti, E. Bennati, C. Chesi, E. DiDomenico & I. Ferrari (eds.), *Language acquisition and development: Proceedings of GALA 2005*. Cambridge: Cambridge Scholars Press, 125-135.

Chomsky, N. (1973). Conditions on transformations. In S. Anderson & P. Kiparsky (eds.), *Festschrift for Morris Halle*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 232-286.

Chomsky, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Foris, Dordrecht.

Chomsky, N. (1982). *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Chomsky, N. (1991). "Some Notes on Economy of Derivation and Representation". In R. Freidin (org.), *Principles and Parameters in Comparative Grammar*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Chomsky, N. (1993). A Minimalist Program for Linguistic Theory. In K. Hale & S. J. Keyser (orgs.). *The View from Building 20*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Chomsky, N. (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.

Chomsky, N. (1998/2000). Minimalist inquiries: The Framework. In R. Martin, D. Michaels & J. Uriagereka (eds.), *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 89-155.

Chomsky, N. (2001). Derivation by phase. In M. Kenstowicz (ed.), *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1-52.

Chomsky, N. (2008). On phases. In R. Freidin, C. P. Otero & M.-L. Zubizarreta (orgs.), *Foundational Issues in Linguistic Theory*. Cambridge/Massachusetts: MIT Press, 133-166.

Cinque, G. (1992). The Pseudo-Relative and Acc-ing constructions after verbs of perception. In *University of Venice Working Papers in Linguistics*. Università di Venezia, 1-31.

Cinque, G. (2006). *Restructuring and Functional Heads. The Cartography of Syntactic Structures*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Cipria, A. (2003). Spanish perception verbs and sequence of tenses: aktionsart effects. In R. N. Cedeño, L. López & R. Cameron (eds.), *A Romance Perspective on Language Knowledge and Use*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins, 253-272.

Clahsen, H. & P. Muysken (1986). The availability of Universal Grammar to adult and child learners. A study of the acquisition of German word order. *Second Language Research* 2(2), 93-119.

Colaço, M., & Matos, G. (2011). Construções parentéticas coordenadas ancoradas oracionais e sintagmáticas. In *Textos Selecionados do XXVI Encontro da APL*. Lisboa: APL, 182-196.

Contreras, H. (1987). Small clauses in Spanish and English. *Natural Language and Linguistic Theory* 5, 225-245.

Corbett, G. (2012). *Features*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cowan, R., & Y. Hatasa (1994). Investigating the validity and reliability of native speaker and second-language learner judgments about sentences. *Research methodology in second-language acquisition*, 287-302.

Cowart, W. (1997). *Experimental Syntax: Applying Objective Methods to Sentence Judgments*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Cunnings, I. (2012). An overview of mixed-effects statistical models for second language researchers. *Second Language Research*, *28*, 369-382.

Curtiss, S. (1977). *Genie: A Psycholinguistic Study of a Modern Day 'Wild Child'*. New York, NY: Academic Press.

Davies, M. (2002). *Corpus del Español: 100 million words, 1200s-1900s*. Disponível online em http://www.corpusdelespanol.org.

Declerck, R. (1991). *Tense in English: Its Structure and Use in Discourse*. London/New York: Routledge.

Dehé, N. (2007). The relation between syntactic and prosodic parenthesis. *Parentheticals*, 12, 261-284.

DeKeyser, R. (2000). The robustness of critical period effects in second language acquisition. *Studies in Second Language Acquisition* 22, 499-533.

Dekydtspotter, L., R. Sprouse & B. Anderson (1997). The interpretive interface in L2 acquisition: the process result distinction in English-French interlanguage grammars. *Language Acquisition* 6, 297-332.

Dekydtspotter, L. & R. Sprouse. (2001). Mental design and (second) language epistemology: adjectival restrictions on wh-quantifiers and tense in English-French interlanguage. *Second Language Research* 17, 1-35.

Demonte, V. (1977). *La subordinación sustantiva*. Madrid: Cátedra.

Demonte, V. (1987). C-command, prepositions, and predications. *Linguistic Inquiry* 18, 147-157.

Demirdache, H. & M. Uribe-Etxebarria (1997). The syntax of temporal relations: A uniform approach to tense and aspect. *Proceedings of the Sixteenth West Coast Conference on Formal Linguistics*, 145-159.

den Dikken, M. (2006). *Relators and Linkers. The Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas*. Cambridge Ms.: MIT Press.

Di Tullio, A. L. (1998). Complementos no flexivos de verbos de percepción física en español. *Verba* 25, 197-221.

Dörnyei, Z. (2001). New themes and approaches in second language motivation research. *Annual review of applied linguistics*, 21, 43-59.

Doughty, C. (2001). Cognitive underpinnings of focus on form. In P. Robinson (ed.), *Cognition and Second Language Acquisition*, Cambridge, UK: Cambridge University Press, 206-257.

Duarte, I. (1992). Complementos Infinitivos Preposicionados e Outras Construções Temporalmente Defectivas em Português Europeu. In *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/Edições Colibri, 145-158.

Duarte, I. (2003). Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In M.H.M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário & A. Villalva (orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 5.ª edição, 275-321.

Duarte, I. & A. Gonçalves (2002). Construções de subordinação funcionalmente defectivas: o caso das construções perceptivas em Português Europeu e em Português Brasileiro. In A. Gonçalves & C. N. Correia (orgs.), *Actas do XVII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/Edições Colibri, 161-173.

Duarte, I., A. Gonçalves & M. Miguel (2005). Propriedades de C em frases completivas. In I. Duarte & I. Leiria (orgs.), *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 549-562.

Duarte, I., G. Matos & A. Gonçalves (2005). Pronominal clitics in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, vol. 4-2, 113-141.

Duarte, I., A. Gonçalves & A. L. Santos (2012). Infinitivo flexionado, independência temporal e controlo. In A. Costa, C. Flores & N. Alexandre (eds.), *Textos Selecionados. XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 217-234.

Eubank, L. (1993/1994). On the transfer of parametric values in L2 development. *Language Acquisition* 3, 183-208.

Eubank, L. & K. Gregg (1999). Critical periods and (second) language acquisition: Divide et impera. In D. Birdsong (ed.), *Second Language Acquisition and the Critical Period Hypothesis*. Mahwah NJ: Lawrence Erlbaum, 65-99.

Fábregas, A. (2013). Differential object marking in Spanish: State of the art. *Borealis – An International Journal of Hispanic Linguistics*, 2(2), 1-80.

Falk, Y. & C. Bardel (2011). Object pronouns in German L3 syntax: Evidence for the L2 status factor. *Second Language Research*, 27(1), 59-82.

Felser, C. (1999). *Verbal Complement Clauses. A Minimalist Study of Direct Perception Constructions*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins.

Fernandes, B. (2012). *Attachment Preferences in Prepositional Infinitive Constructions*. Tese de Mestrado. Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

Fernández Lagunilla, M. (1999). Las construcciones de gerundio. In I. Bosque & V. Demonte (dirs.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Vol. II. Madrid: Real Academia Española/Espasa Calpe, 3443-3503.

Fernández-Ordóñez, I. (1993). Leísmo, laísmo y loísmo: estado de la cuestión. *Los pronombres átonos*. Madrid: Taurus, 63-96.

Fernandéz-Ordoñez, I. (1999). Leísmo, Laísmo y Loísmo. In I. Bosque & V. Demonte (dirs.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Vol. I. Madrid: Real Academia Española/Espasa Calpe, 1317-1398.

Fernández-Soriano, O. & Rigau, G. (2009). On certain light verbs in Spanish: The case of temporal tener and llevar. *Syntax*, 12(2), 135-157.

Fiéis, A, & A. Madeira. (2012). Predicados de controlo na diacronia do Português. In A. Costa, C. Flores & N. Alexandre (eds.), *Textos Selecionados do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 271-284.

Fiéis, A., & A. Madeira (2020). Controlo e infinitivos flexionados em português L2. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, (7), 176-190.

Flynn, S. & G. Martohardjono (1995). Toward theory-driven language pedagogy. In F. Eckman, D. Highland, P. W. Lee, J. Mileham & R. Rutkowski Weber (eds.), *Second language acquisition theory and pedagogy*. Hove, UK: Erlbau, 45-59.

Flynn, S., C. Foley & I. Vinnitskaya (2004). The cumulative-enhancement model for language acquisition: Comparing adults' and children's patterns of development in first, second and third language acquisition of relative clauses. *International Journal of Multilingualism*, 1(1), 3-16.

Folli, R. & H. Harley (2007). Causation, obligation, and argument structure: On the nature of little v. *Linguistic Inquiry*, 38(2), 197-238.

Freire, G. (2013). *A Aquisição de Verbos Perceptivos e Causativos e a Teoria da Mente*. Dissertação de Doutoramento. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

Gass, S. M. (1994). The reliability of second-language grammaticality judgments. In Tarone, E. & S. Gass & A. Cohen (eds.), *Research Methodology in Second Language Acquisition*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 303-322.

Gass, S. M. & A. Mackey (2007). *Data Elicitation for Second and Foreign Language Research*. Mahwah, N.J., London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

Giancaspro, D., B. Halloran & M. Iverson (2015). Transfer at the initial stages of L3 Brazilian Portuguese: A look at three groups of English/Spanish bilinguals. *Bilingualism: Language and Cognition*, 191-207.

Gil, K. H. & H. Marsden (2013). Existential quantifiers in second language acquisition: A feature reassembly account. *Linguistic Approaches to Bilingualism* 3(2), 117-149.

Giorgi, A., & F. Pianesi (1997). *Tense and aspect: From semantics to morphosyntax*. Oxford: Oxford University Press.

Gisborne, N. (2010). *The Event Structure of Perception Verbs*. Oxford: Oxford University Press.

Gonçalves, A. (1996). Aspectos da Sintaxe dos verbos Auxiliares do Português Europeu. In A. Gonçalves, M. Colaço, M. Miguel & T. Móia (eds.), *Quatro Estudos em Sintaxe do Português*. Lisboa: Colibri, 7-50.

Gonçalves, A. (1999). *Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não preposicionado do Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

Gonçalves, A. (2000). Propriedades do causado na construção fazer-inf do Português Europeu. In R. Vieira de Castro & P. Barbosa (eds.), *Actas do XV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Vol. II. Coimbra: APL, 9-26.

Gonçalves, A. (2001). Predicados Complexos com Verbos Causativos e Perceptivos no Português Europeu. In A. Gonçalves & C. Nunes Correia (orgs.), *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL & Colibri, 227-239.

Gonçalves, A. (2003). Defectividade funcional e predicados complexos em estruturas de Controlo do Português. In I. Castro & I. Duarte (eds.), *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda,347-366.

Gonçalves, A. & T. Costa (2002). *(Auxiliar a) Compreender os Verbos Auxiliares do Português - Descrição e Implicações para o Ensino do Português como Língua Materna.* Lisboa: Colibri / Associação de Professores de Português.

Gonçalves, A. & I. Duarte (2001). Construções causativas em Português europeu e em Português do Brasil. In C. Nunes Correia & A. Gonçalves (eds), *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 657-671.

Gonçalves, A., E. Carrilho & S. Pereira (2016). Predicados complexos numa perspetiva comparativa. In A. M. Martins & E. Carrilho (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlim: de Gruyter, 523-557.

Gonçalves, A., L. F. Cunha & P. Silvano (2010). Interpretação temporal dos domínios infinitivos na construção de Reestruturação do Português europeu. In A. M. Brito, F. Silva, J. Veloso & A. (orgs.), *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 435-447.

Gonçalves, A., A. L. Santos & I. Duarte (2014). (Pseudo-)Inflected infinitives and Control as Agree. In K. Lahousse & S. Marzo (eds.), *Selected papers from 'Going Romance' Leuven 2012*. Amsterdam: John Benjamins. 161-180.

Goodin-Mayeda, C. E. & J. Rothman (2007). The acquisition of aspect in L2 Portuguese & Spanish: exploring native/non-native performance differences. In S. Baauw, F. Dirjkoningen & M. Pinto (eds.), *Romance languages and linguistic theory 2005*. Amesterdão: John Benjamins, 131-148.

Guasti, M. T. (2002). *Language Acquisition: The Growth of Grammar*. Cambridge MA: The MIT Press.

Graffi, G. (1980). Su alcune costruzioni "pseudorelative". *Rivista di Grammatica Generativa*, 5, 115-139.

Grillo, N. & J. Costa (2014). A novel argument for the universality of parsing principles. *Cognition*, 133(1), 156-187.

Guasti, M. T. (1988). La pseudorelative et les phénomenènes d'accord. *Rivista di Grammatica Generativa*, 13, 35-57.

Guasti, M. T. (1993). *Causative and perception verbs. A comparative study*. Rosenberg & Sellier.

Hale, K. (1986). Notes on World View and Semantic Categories: some Walpiri examples. In P. Muysken & H. van Riemsdijk (orgs.), *Features and Projections*. Dordrecht: Foris, 233-254.

Halle, M. & A. Marantz (1993). Distributed morphology and the pieces of inflection. In K. Hale & S. J. Keyser (eds.), *The view from building 20*. Cambridge, MA: MIT Press, 111-176.

Harley, H., & E. Ritter (2002). Person and number in pronouns: A feature-geometric analysis. *Language*, 78(3), 482-526.

Hawkins, R. & C. Y. Chan (1997). The partial availability of Universal Grammar in Second Language Acquisition: The 'failed functional features hypothesis'. *Second Language Research* 13, 187-226.

Haznedar, B. & B. Schwartz (1997). Are there optional infinitives in child L2 acquisition?. In E. Hughes, M. Hughes & A. Greenhill (eds.), *Proceedings of the 21st Annual Boston University Conference on Language Development*. Somerville MA: Cascadilla, 257-268.

Haznedar, B. & E. Gavruseva (2008). Recent perspectives in child second language acquisition. In B. Haznedar & E. Blom (eds.), *Current Trends in Child Second Language Acquisition. A generative perspective*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins, 3-16.

Hegarty, M. (2005). *A feature-based syntax of functional categories: The structure, acquisition and specific impairment of functional systems*. New York: Mouton de Gruyter.

Hernanz, M. L. C. (1999). El infinitivo. In I. Bosque & V. Demonte (dirs.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Vol. II. Madrid: Real Academia Española/Espasa Calpe, 2197-2356.

Hirsch, C. & K. Wexler (2007). The late acquisition of raising: What children seem to think about seem. In S. Dubinsky & B. Davies (eds.), *New horizons in the analysis of control and raising*. New York, NY: Springer, 35-70.

Hopp, H. (2010). Ultimate attainment in L2 inflection: Performance similarities between non-native and native speakers. *Lingua*, 120(4), 901-931.

Hornstein, N., A. M. Martins & J. Nunes (2006). Infinitival complements of perception and causative verbs: a case study on agreement and intervention effects in English and European Portuguese. *University of Maryland Working Papers in Linguistics* 14, 81-110.

Hornstein, N., A. M. Martins & J. Nunes (2008). Perception and Causative Structures in English and European Portuguese: ϕ-feature Agreement and the Distribution of Bare and Prepositional Infinitives. *Syntax* 11.2, 205-229.

Hwang, S. H. (2012). *The acquisition of Korean plural-marking by native English speakers*. Dissertação de Doutoramento, Georgetown University, Washington, DC.

Hwang, S. H. & D. Lardiere (2013). Plural-marking in L2 Korean: A featurebased approach. *Second Language Research* 29/1, 57-86.

Iatridou, S. (1993). On Nominative Case Assignment and a Few Related Things. Ms., MIT. *MIT Working Papers in Linguistics* 19,175-196, Papers on Case and Agreement II.

Ionin, T. (2012). Formal Theory-Based Methodologies. In Gass, S. M. & A. Mackey (eds.), *Research Methods in Second Language Acquisition: A Practical Guide*. Willey-Blackwell, 30-52.

Ionin, T. & K. Wexler (2002). Why is 'is' easier than '-s'?: acquisition of tense/agreement morphology by child second language learners of English. *Second Language Research*, 18(2), 95-136.

Ionin, T. & E. Zyzik (2014). Judgment and interpretation tasks in second language research. *Annual Review of Applied Linguistics*, 34, 37-64.

Ippolito, M. (2000). *Remarks on the argument structure of causatives*. Ms., MIT, Cambridge, MA.

Iverson, M. (2009). Competing SLA hypotheses assessed: Comparing heritage and successive Spanish bilinguals of L3 Brazilian Portuguese. In Pires, A. & J. Rothman (eds.), *Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition*. Berlim/Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 221-243.

Iverson, M., & J. Rothman (2011). L1 preemption and L2 learnability: The case of object drop in Brazilian Portuguese native learners of L2 Spanish. In *BUCLD 35: Proceedings of the 35th Annual Boston University Conference on Language Development*, 296-307.

Iverson, M., & J. Rothman (2015). Object drop in L2 Spanish, (complex) feature reassembly, and L1 pre--emption. *The Acquisition of Spanish in Understudied Language Pairings*, 3, 257-280.

Jaeger, F. (2008). Categorical data analysis: Away from ANOVAs (transformation or not) and towards logit mixed models. *Journal of Memory and Language* 59, 434-446.

Jamieson, S. (2004). Likert scales: how to (ab) use them. *Medical education*, *38*(12), 1217-1218.

Jesus, A. (2014). *Aquisição do Modo em Orações Completivas do Português Europeu: o papel dos traços de epistemicidade e vericidade*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Johnson, J. S. (1992). Critical period effects in second language acquisition: the effect of written versus auditory materials on the assessment of grammatical competence. *Language Learning* 42, 217-248.

Johnson, J. S. & E. L. Newport (1989). Critical period effects in second language learning: The influence of maturational state on the acquisition of English as a second language. *Cognitive Psychology*, 21, 60-99.

Juffs, A. (2001). Discussion: Verb classes, event structure, and second language learners' knowledge of semantics-syntax correspondences. *Studies in Second Language Acquisition*, 23, 305-313.

Kamp, H. & U. Reyle (1993). *From Discourse to Logic: Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer

Kanno, K. (1998). Consistency and variation in second language acquisition. *Second Language Research* 14, 376-388.

Kartunen, L. (1971). Implicative verbs. *Language,* 340-358.

Kayne, R. S. (1975). *French syntax: The transformational cycle*. Cambridge, MA: MIT press. (tradução do Francês de 1977).

Kayne, R. S. (1981). Binding, Quantifiers, Clitics and Control. In F. Heny (ed.), *Binding and Filtering*. Croom Helm: London, 191-211.

Kayne, R. (2005). Some notes on comparative syntax, with special reference to English and French. In G. Cinque & R. Kayne (eds.), *The Oxford handbook of comparative syntax*. New York: Oxford University Press, 3-69.

Keller, F. (1998). Gramaticality Judgments and Linguistic Methodology. Research Paper EUCCS-RP-1998-3.

Kellerman, E. (1983). Now you see it, now you don't. In S. Gass & L. Selinker (eds.), *Language transfer in language learning*. Rowley, MA: Newbury House, 112-134.

Kirsner, R. & Thompson, S. (1976). The role of Pragmatic Inference in Semantics: a study of sensory verb complements in English. *Glosa* 10(2), 200-240-

Kraš, T. (2010). Unaccusativity in L2 Italian at the Lexicon-Syntax Interface. In M. Iverson *et al.* (ed.), *Proceedings of the 2009 Mind/Context Divide Workshop*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 60-71.

Kuhl, P. (2010). Brain Mechanisms in Early Language Acquisition. *Neuron* 67, 713-727.

Landau, I. & R. Thornton (2011). Early child Control. *Lingua* 121, 920-941.

Lardiere, D. (2000). Mapping features to forms in second language acquisition. In J. Archibald (ed.), *Second language acquisition and linguistic theory*. Oxford: Blackwell, 102-129.

Lardiere, D. (2005). On morphological competence. In L. Dekydtspotter, R. Sprouse & A. Liljestrand (eds.), *Proceedings of the 7th Generative Approaches to Second Language Acquisition Conference* (GASLA 2004). Somerville, MA.: Cascadilla Proceedings Project, 178-192.

Lardiere, D. (2007). Acquiring (or Assembling) Functional Categories in Second Language Acquisition. In A. Belikova *et al.* (ed.), *Proceedings of the 2nd Conference on Generative Approaches to Language Acquisition North America* (GALANA). Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 233-244.

Lardiere, D. (2008). Feature-Assembly in Second Language Acquisition. In J. Liceras, H. Zobl & H. Goodluck (eds.), *The role of formal features in second language acquisition*. Nova Iorque: Lawrence Erlbaum Associates, 106-140.

Lardiere, D. (2009a). Some thoughts on the contrastive analysis of features in second language acquisition. *Second Language Research* 25(2), 173-227.

Lardiere, D. (2009b). Further thoughts on parameters and features in second language acquisition: a reply to peer's comments on Lardiere's "Some thoughts on the contrastive analysis of features in second language acquisition" in SLR 25(2). *Second Language Research* 25(3), 409-422.

Lasnik, H. & M. Saito (1991). On the Subject of Infinitives. In L. Dobrin *et al.* (eds.), *Papers from the 27th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society* (pp. 324-343). Reprinted in H. Lasnik, *Minimalist Analysis* (Blackwell 1999).

Lenneberg, E. H. (1967). *The biological foundations of language*. New York: Wiley.

Leung, Y.-k. I. (2005). L2 vs. L3 initial state: A comparative study of the acquisition of French DPs by Vietnamese monolinguals and Cantonese-English bilinguals. *Bilingualism: Language and Cognition*, 8, 39-61.

Liceras, J. (2009). On parameters, functional categories and features… and why the trees shouldn't prevent us from seeing the forest… *Second Language Research* 25(2), 279-289.

Lightfoot, D. (1997). Shifting triggers and diachronic reanalyses. In A. van Kemenade & N. Vincent (eds.), *Parameters of morphosyntactic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 253-72.

Linck, J. A., & Cunnings, I. (2015). The utility and application of mixed-effects models in second language research. *Language Learning*, *65*(S1), 185-207.

Lobo, M. (2001). On Gerund Clauses of Portuguese Dialects. In A. Veiga, V. M. Longa & J. Anderson (eds.), *El Verbo. Entre el Léxico y la Gramática*. Lugo: Ed. Tris Tram, 107-118.

Lobo, M. (2003). *Aspectos da sintaxe das orações subordinadas adverbiais do português*. Dissertação de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa.

Lobo, M. (2006). Dependências temporais: a sintaxe das orações subordinadas gerundivas do português. *Veredas* 10 (1-2), UFJF, 59-75.

Long, M. H. (1990). Maturational constraints on language development. *Studies in Second Language Acquisition* 12, 251-268.

Long, M. H. (1996). The role of the linguistic environment in second language acquisition. In W. Ritchie & T. Bhatia (eds.), *Handbook of Second Language Acquisition*. Nova Iorque: Academic Press. 413-468.

Longa, V. (1994). The Galician Inflected Infinitive and the Nature of UG. *Catalan Working Papers in Linguistics* 4, 23-44.

Longobardi, G. (2005). A minimalist program for parametric linguistics. In H. Broekhuis, N. Corver, R. Huybregts, U. Kleinhenz & J. Koster (eds.), *Organizing Grammar: Linguistic Studies in Honor of Henk van Riemsdijk.* Berlim: Mouton de Gruyter, 407-414.

Longobardi, G. (2018). Principles, parameters, and schemata: A radically underspecified UG. *Linguistic Analysis*, 517-557.

López, L. (2012). *Indefinite objects: Scrambling, choice functions, and differential marking*. Cambridge, MA: MIT Press.

Madeira, A. (1994). On the Portuguese Inflected Infinitive. *UCL Working Papers in Linguistics* 6, 180-203.

Madeira, A. (2018) Inflected infinitives in L2 Portuguese. In A.L. Santos & A. Gonçalves (orgs.), *Complement clauses in Portuguese: Syntax and acquisition*. Amsterdam/Philadephia: John Benjamins, 321-360.

Magro, C. (2005). Introdutores de orações infinitivas – o que diz a sintaxe dos clíticos. In *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 649-664.

Marshall, E., & E. Boggis (2016). The statistics tutor's quick guide to commonly used statistical tests. *Statstutor Community Project*, 1-57.

Martins, A. M. (2018) Infinitival complements of causative/perception verbs in a diachronic perspective. In A. L. Santos & A. Gonçalves (eds.), *Complement clauses in portuguese. Syntax and acquisition*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins, 101-128.

Matos, G. & M. Colaço (2010). A coordenação parentética como uma instância de adjunção. *Textos selecionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, 2009*. Porto: APL, 607-622.

McDonald, J. L. (2006). Beyond the critical period: Processing-based explanations for poor grammaticality judgment performance by late second language learners. *Journal of Memory and Language*, 55(3), 381-401.

McLaughlin, B. (1978). The Monitor Model: Some methodological considerations. *Language Learning*, 28, 309-332.

Meisel, J. (1983). Transfer as a second language strategy. *Language and Communication* 3, 11-46.

Meisel, J. (1997). The acquisition of the syntax of negation in French and German: contrasting first and second language development. *Second Language Research* 13, 227-263.

Meisel, J. (2004). The Bilingual Child. In K. T. Bhatia & W. C. Ritchie, *The Handbook of Bilingualism*. Oxford: Blackwell, 91-113.

Meisel, J. (2008). Child second language acquisition or successive first language acquisition?. In B. Haznedar & E. Blom (eds.), *Current Trends in Child Second Language Acquisition. A generative perspective*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins, 55-80.

Meisel, J. (2010). Age of Onset in Successive Acquisition of Bilingualism: Effects on Grammatical Development. In M. Kail & M. Hickman (eds.), *Language Acquisition across Linguistic and Cognitive Systems*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins, 225-247.

Mensching, G. (2000). *Infinitive Constructions with Specified Subjects. A Syntactic Analyses of Romance Languages*. Oxford: Oxford University Press.

Moens, M. (1987) *Tense, Aspect and Temporal Reference.* Dissertação de Doutoramento, University of Edinburgh.

Móia, T., & Viotti, E. (2004). Differences and similarities between European and Brazilian Portuguese in the use of the «gerúndio». *Journal of Portuguese Linguistics*, *3*(1).

Montrul, S. (2001). First-language-constrained variability in the second-language acquisition of argument-structure-changing morphology with causative verbs. *Second Language Research*, *17*(2), 144-194.

Montrul, S. A. (2004). *The acquisition of Spanish: Morphosyntactic development in monolingual and bilingual L1 acquisition and adult L2 acquisition*. Amesterdão: John Benjamins.

Montrul, S., R. Dias & H. Santos (2011). Clitics and object expression in the L3 acquisition of Brazilian Portuguese: Structural similarity matters for transfer. *Second Language Research*, 27, 21-58.

Montrul, S., & J. Yoon (2009). Putting parameters in their proper place. *Second Language Research*, 25(2), 291-311.

Murphy, V. A. (1997). The effect of modality on a grammaticality judgement task. *Second Language Research*, 13(1), 34-65.

Mykhaylyk, R., N. Mitrofanova, Y. Rodina & M. Westergaard (2015). The Linguistic Proximity Model: The case of verb-second revisited. *Proceedings of BUCLD*, 39, 1-13.

Na Ranong, S., & Y-k. I. Leung (2009). Null objects in L1 Thai-L2 English-L3 Chinese: An empiricist take on a theoretical problem. In Y-k. I. Leung (ed.), *Third language acquisition and Universal Grammar*. Clevedon: Multilingual Matters, 162-191.

Newport, E. L. (1984). Constraints on learning: Studies in the acquisition of American Sign Language. *Papers and Reports on Child Language Development*, 23, 1-22.

Newport, E. L. & T. Supalla (1987). *A critical period effect in the acquisition of a primary language*. Ms.

O'Grady, W., M. Lee & H. Y. Kwak (2009). Emergentism and second language acquisition. In W. C. Ritchie & T. K. Bhatia (eds.), *The new handbook of second language acquisition*. Bingley: Emerald, 69-88.

Ojea, A. (2011). Propositional Gerunds in English and Spanish. *Journal of English Studies* 9, 165-182.

Oyama, S. (1976). A sensitive period for the acquisition of a nonnative phonological system. *Journal of Psycholinguistic Research* 5(3), 261-83.

Penfield, W. & L. Roberts (1959). *Speech and brain mechanisms*. Princeton s 22l–s, 253.

Pereira, S. (2012). *Protótipo de um glossário dos dialectos portugueses com informação sintática*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Lisboa.

Pereira, S. A. (2015). Predicative constructions with gerunds in European Portuguese dialects. *Dialectologia. Special Issue* 5. 351-371.

Pérez-Leroux, A. T. & W. Glass (1997). OPC effects on the L2 acquisition of Spanish. In A. T. Pérez-Leroux & W. Glass (eds.), *Contemporary perspectives on the acquisition of Spanish, volume 1: developing grammars*. Somerville, MA: Cascadilla Press, 149-165.

Pérez-Leroux, A. T. & W. Glass (1999). Null anaphora in Spanish second language acquisition: probabilistic versus generative approaches. *Second Language Research* 15, 220-249.

Pesetsky, D. (1992). *Zero Syntax*. Ms., MIT.

Pesetsky, D. & E. Torrego (2001). T-to-C movement: Causes and consequences. In M. J. Kenstowicz (ed.), *Ken Hale: A life in language*. Cambridge: The MIT Press, 355-426.

Pesetsky, D. & E. Torrego (2004). Tense, case, and the nature of syntactic categories. In J. Guéron & J. Lecarme (eds.), *The syntax of time*. Cambridge, MA: MIT Press.

Pinker, S. (1986). Productivity and conservatism in language acquisition. In W. Demopoulos & A. Marras (eds.), *Language learning and concept acquisition*. Norwood, NJ: Ablex, 54-79.

Pollock, J. Y. (1989). Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. *Linguistic inquiry*, *20*(3), 365-424.

Postal, P. (1974). *On Raising*. Cambridge, MA.: MIT Press.

Prévost, P. & L. White (2000). Missing surface inflection or impairment in second language acquisition? Evidence from tense and agreement. *Second Language Research*, 16, 103-133.

Pylkkänen, L. (2008). *Introducing arguments*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

Radford, A. (1975). Pseudo-relatives and the unity of subject-raising. *Archivum Linguisticum*, 6, 32-64.

Radford, A. (1988). 'Small children's small clauses'. *Transactions of the Philological Society* 86, 1-43.

Radford, A. (1990). *Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax*. Oxford: Blackwell.

Rafel, J. (1999). *Complex Small Clauses*. Ph.D. thesis Universitàt Autonoma de Barcelona.

Ramchand G. & P. Svenonius (2008). Mapping a parochial lexicon onto a universal semantics. In M.T. Biberauer, (ed.), *Limits of syntactic variation*. Amesterdão: John Benjamins, 219-245.

Raposo, E. P. (1981). *A Construção "União de Orações" na Gramática do Português*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Lisboa.

Raposo, E. P. (1987). Romance Infinitival Clauses and Case Theory. In C. Neidle & R. A. Nuñez Cedeño (eds.), *Studies in Romance Languages*. Dordrecht: Foris, 237-249.

Raposo, E. P. (1989). Prepositional infinitival constructions in European Portuguese. In O. Jaegli & K. J. Safir (eds.), *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 277-305.

Reinhart, T. (2006). *Interface Strategies*. Cambridge, MA.: The MIT Press.

Richards, N. (2006). *A distinctness condition on linearization*. Ms., Cambridge, Mass.: MIT.

Rigau, G. (2013). La preposició silent d'alguns verbs de moviment local. *Marges, Els: revista de llengua i literatura*, (100), 125-132.

Rizzi, L. (1990a). *Relativized Minimality*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Rizzi, L. (1990b). Direct Perception, Government and Thematic Sharing. Ms. University of Geneva. In *GenGenP* n. 0, 1992.

Rizzi, L. (1993/1994). Some notes on linguistic theory and language development: The case of root infinitives'. *Language Acquisition* 3, 371-393.

Rocha, P. & Santos, D. (2000). CETEMPúblico: Um corpus de grandes dimensões de linguagem jornalística portuguesa", in M. G. V. Nunes (ed.), *Actas do V Encontro para o processamento computacional da língua portuguesa escrita e falada (PROPOR'2000)* (Atibaia, São Paulo, Brasil, 19 a 22 de Novembro de 2000), 131-140.

Rodríguez-Mondoñedo, M. (2008). The acquisition of Differential Object Marking in Spanish. *Probus*, 20, 1-31.

Rohrbacher, B. (1994). *The Germanic VO languages and the full paradigm: a theory of V to I raising*. Dissertação de Doutoramento, University of Massachusetts at Amherst.

Rohrbacher, B. (1999). *Morphology-driven syntax: a theory of V to I raising and pro-drop*. Amesterdão: John Benjamins.

Rothman, J. (2008). Why All Counter-Evidence to the Critical Period Hypothesis in Second Language Acquisition is not Equal or Problematic. *Language and Linguistics Compass* 2/6, 1063-1088.

Rothman, J. (2010). On the typological economy of syntactic transfer: Word order and relative clause high/low attachment preference in L3 Brazilian Portuguese. *International Review of Applied Linguistics in Teaching* (IRAL), 48(2/3), 245-273.

Rothman, J. (2011). L3 syntactic transfer selectivity and typological determinacy: The Typological Primacy Model. *Second Language Research*, 27, 107-128.

Rothman, J. (2013). Cognitive economy, non-redundancy and typological primacy in L3 acquisition: Evidence from initial stages of L3 Romance. In S. Baauw, F. Drijkoningen, & M. Pinto (eds.), *Romance languages and linguistic theory 2011*. Amesterdão: John Benjamins, 217-247.

Rothman, J. (2015). Linguistic and cognitive motivations for the Typological Primacy Model (TPM) of third language (L3) transfer: Timing of acquisition and proficiency considered. *Bilingualism: language and cognition*, 18(2), 179-190.

Rothman, J. & J. Cabrelli Amaro (2010). What variables condition syntactic transfer? A look at the L3 initial state. *Second Language Research* 25,4, 1-30.

Rothman, J., J. Cabrelli Amaro & K. De Bot (2012). Third language (L3) acquisition. In J. Herschensohn & M. Young-Scholten (eds.), *The Cambridge handbook of second language acquisition*. Cambridge: CUP, 372-393.

Rothman, J., I. Duarte, A. Pires & A. L. Santos (2013). How early after all?: Inflected Infinitives in European and Brazilian Portuguese L1 production. In S. Stavrakaki, M. Lalioti & P. Konstatinopoulou (eds.), *Advances in Language Acquisition*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 164-172.

Rothman, J., D. Giancaspro, & B. Halloran (2014). On the structural basis of non-redundant acquisition: evidence from Spanish bilingual L3 Portuguese. In P. Amaral & A. M. Carvalho (eds*.), Portuguese-Spanish Interfaces: Diachrony, synchrony, and contact*. Amesterdão: John Benjamins, 317-334.

Rothman, J., & M. Iverson (2008). Poverty-of-the-stimulus and SLA epistemology: Considering L2 knowledge of aspectual phrasal semantics. *Language Acquisition*, 15(4), 270-314.

Rothman, J. & M. Iverson (2013). ISLANDS AND OBJECTS IN L2 SPANISH: Do You Know the Learners Who Drop?. *Studies in Second Language Acquisition*, 35(4), 589-618.

Rothman, J., & R. Slabakova (2018). The generative approach to SLA and its place in modern second language studies. *Studies in Second Language Acquisition*, 40(2), 417-442.

Rutherford, W. E. (1989). Preemption and the learning of L2 grammars. *Studies in second language acquisition*, 11(4), 441-457.

Santos, D. & Rocha, P. (2001). Evaluating CETEMPúblico, a free resource for Portuguese. In *Proceedings of the 39th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics* (Toulouse, 9-11 July 2001), 442-449.

Santos, A. L., A. Gonçalves & N. Hyams (2016). Aspects of the acquisition of object control and ECM-type verbs in European Portuguese. *Language Acquisition*, 1-35.

Schlonsky, U. (1991). Quantifiers as Functional Heads: A Study of Quantifier Phrases and -Quantifier Float. *Lingua* 84, 159-180.

Schneider, S., Glikman, J. & Avanzi, M. (eds.). (2015). *Parenthetical verbs*. Berlim/Nova Iorque: Mouton de Gruyter.

Schwartz, B. D. & R. A. Sprouse (1996). L2 cognitive states and the Full Transfer/Full Access model. *Second Language Research* 12 (1), 40-72.

Schwartz, B. D. (2003). Child L2 acquisition: Paving the way, In B. Beachley, A. Brown & F. Conlin (eds.), *Proceedings of the 27th Annual BUCLD*, Vol. 1. Somerville, MA: Cascadilla Press, 26-50.

Schwartz, B. D. (2004). Why child L2 acquisition. In J. van Kampen & S. Baauw (eds.), *Proceedings of GALA 2003 (Generative Approaches to Language Acquisition)*. Utrecht: Netherlands Graduate School of Linguistics (LOT), 47-66.

Schütze, C. T. (1996). *The Empirical Base of Linguistics: Grammaticality Judgments and Linguistic Methodology*. Chicago: University of Chicago Press.

Schütze, C. T., & Sprouse, J. (2014). Judgment data. *Research methods in linguistics*, 27-50.

Scovel, T. (1988). *A time to speak: a psycholinguistic inquiry into the critical period for human speech. Rowley*. MA: Newbury House.

Selinker, L. (1972). Interlanguage. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching* 10 (3), 209-231.

Shimanskaya, E. (2015). *Feature reassembly of semantic and morphosyntactic pronominal features in L2 acquisition*. Dissertação de Doutoramento, Iowa City, IA, USA: University of Iowa.

Shimanskaya, E. & R. Slabakova (2014). Re-assembling objects: a new look at the L2 acquisition of pronominal clitics. *Proceedings of the 38 Annual Boston University Conference on Language Development (BUCLD)*. Somerville, MA: Cascadilla Press, 512-529.

Sitaridou, I. (2002). *The Synchrony and Diachrony of Romance Infinitives with Subjects*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Manchester.

Sitaridou, I. (2007). Romance infinitives with subjects, subjunctive obviation and control theory. In L. Eguren & O. Soriano (eds.), *Coreference, Modality and Focus: Studies on the syntax-semantics interface*. Amesterdão: John Benjamins, 191-219.

Slabakova, R. (2006). Is there a critical period for semantics?. *Second Language Research* 22, 302-38.

Slabakova, R. (2009a). What is Easy and What is Hard to Acquire in a Second Language?. In M. Bowles *et al.* (ed.), *Proceedings of the 10th Generative Approaches to Second Language Acquisition Conference (GASLA 2009)*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, 280-294.

Slabakova, R. (2009b). Features or parameters: which one makes second language acquisition easier, and more interesting to study?. *Second Language Research* 25(2), 313-324.

Slabakova, R. (2014). The Bottleneck of Second Language Acquisition. *Foreign Language Teaching and Research*, Volume: 46(4), 543-559.

Slabakova, R. (2016). *Second Language Acquisition*. Oxford: Oxford University Press.

Slabakova, R. (2017). The scalpel model of third language acquisition. *International Journal of Bilingualism*, 21(6), 651-665.

Slabakova, R. & S. Montrul. (2003). Genericity and aspect in L2 acquisition. *Language Acquisition* 11, 165-196.

Song, H. S. & B. D. Schwartz (2009). Testing the Fundamental Difference Hypothesis: L2 adult, L2 child, and L1 child comparisons in the acquisition of Korean wh-constructions with negative polarity items. *Studies in Second Language Acquisition*, 31(2), 323-361.

Sorace, A. (2000). Syntactic optionality in non-native grammars. *Second Language Research* 16, 93-102.

Sorace, A. (2010). Using Magnitude Estimation in language acquisition research. In S. Unsworth & E. Blom (eds.), *Experimental Methods in Language Acquisition Research*. Amesterdão: John Benjamins, 57-72.

Sorace, A. & F. Filiaci. (2006). Anaphora resolution in near-native speakers of Italian. *Second Language Research* 22, 339-368.

Spinner, P. (2013). The second language acquisition of number and gender in Swahili: A Feature Reassembly approach. *Second Language Research* 29(4), 455-79.

Spolsky, B. (2000). Anniversary article. Language motivation revisited. *Applied Linguistics*, 21(2), 157-169.

Sprouse, J. (2007). *A program for experimental syntax: Finding the relationship between acceptability and grammatical knowledge*. University of Maryland, College Park.

Suñer, M. (1978). Perception verb complements in Spanish: same or different?. *Canadian Journal of Linguistics* 23, 107-127.

Suñer, M. (1984). Controlled pro. In Ph. Baldi (ed.), *Papers from the XIIth Linguistic Symposium of Romance Languages*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins, 253-273.

Svenonius, P. (2006). Interpreting uninterpretable features. *Linguistic Analysis*.

Svenonius, P. (2019). Syntactic Features. In *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. Oxford University Press.

Taraldsen, T. (1996). The que / qui alternation meets the wizard of Id. Paper presented at the NELS Colloquium, Montreal, Canada, October.

Tekavčić, P. (1972). *Grammatica storica dell'italiano*, volume II. Bologna: il Mulino.

Tomasello, M. (2000). Do young children have adult syntactic competence?. *Cognition*, 74(3), 209-253.

Tomasello, M. (2003). *Constructing a Language: A Usage-Based Theory of Language Acquisition*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Torrego, E. (1998). *The dependencies of objects*. Cambridge: MIT Press.

Torrego, E. (2010). Variability in the Case Patterns of Causative Formation in Romance and Its Implications. *Linguistic Inquiry*, Volume 41(3), 445-470.

Trahey, M. & L. White (1993). Positive evidence and preemption in the second language classroom. *Studies in Second Language Acquisition*, 15, 181-204.

Travis, L. (2008). The role of features in syntactic theory and language variation. In Liceras, J.M., Zobl, H. & Goodluck, H. (eds.), *The role of formal features in second language acquisition*. Nova Iorque: Lawrence Erlbaum Associates, 22-47.

Tremblay, A. (2005). Theoretical and methodological perspectives on the use of grammaticality judgment tasks in linguistic theory. *Second Language Studies*, 24(1), 129-167.

Treviño, E. (1992). Subjects in Spanish Causative Constructions. In P. Hirschbühler & E. F. K. Koerner (eds.), *Romance Languages and Modern Linguistic Theory: Selected papers from the XX Linguistic Symposium on Romance Languages*. University of Ottawa, April 10-14, 1990, 309-324.

Treviño, E. (1994). *Las causativas del espanol con complemento de infinitivo*. Mexico: El Colegio de Mexico.

Tsimpli, I. M. (1997). Resumptive features and L2A: a minimalist account. *Boston University Conference on Language Development* 21, 639-655.

Tsimpli, I. M. (2005). Variation in the L2 speaker. In K. Brown (ed.), *Encyclopaedia of language and linguistics*: volume 13. 2nd Edition. Oxford: Elsevier, 387-394.

Tsimpli, I. M. & M. Dimitrakopoulou (2007). The interpretability hypothesis: Evidence from wh-interrogatives in second language acquisition. *Second Language Research* 23 (2), 215-242.

Tsimpli, I. M. & M. Mastropavlou (2007). Feature interpretability in L2 acquisition and SLI: Greek clitics and determiners. In J. Liceras, Zobl, H. & Goodluck, H. (eds.), *The role of formal features in second language acquisition*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 143-183.

Tubino, M. (2010). *Contrasting Causatives: a Minimalist Approach*. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Arizona.

Tubino, M. (2012). Spanish dative causees: against an applicative analysis. Comunicação apresentada no 22nd Colloquium on Generative Grammar, 21-23 Março, Barcelona.

Unsworth, S. (2004). Child L1, child L2 and adult L2 acquisition: Differences and similarities. *Proceedings of the 28th Boston University Conference on Language Development*. Somerville/Massachusetts: Cascadilla Press, 633-644.

Unsworth, S. (2005). *Child L1, child L2 and adult L2 acquisition: Differences and similarities. A study on the acquisition of direct object scrambling in Dutch*. Dissertação de Doutoramento, Utrecht University.

Unsworth, S. (2013). Assessing age of onset effects in (early)child L2. *Language Acquisition* 20 (2), 74-92.

Unsworth, S. & E. Blom (2008). Comparing L1 chidren, L2 children and L2 adults. In E. Blom & S. Unsworth (eds.), *Experimental Methods in Language Acquisition Research*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins, 201-222.

Vainikka, A. & M. Young-Scholten (1994). Direct access to X'-theory: evidence from Korean and Turkish adults learning German. In T. Hoekstra & B. D. Schwartz (eds.), *Language acquisition studies in generative grammar*. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins, 265-316.

Villalba, X. (1992). Case, incorporation, and economy: An approach to causative constructions. *Catalan Working Papers in Linguistics*, 345-389.

Vikner, S. (1995). *Verb movement and expletive subjects in the Germanic languages*. Oxford: Oxford University Press.

Vikner, S. (1997). V-to-I movement and inflection for person in all tenses. In L. Haegeman (ed.), *The new comparative syntax*. Londres: Longman, 189-213.

Westergaard, M. (2019). Microvariation in multilingual situations: The importance of property-by-property acquisition. *Second Language Research*, 1-29.

Westergaard M., N. Mitrofanova, R. Mykhaylyk & Y. Rodina (2016). Crosslinguistic influence in the acquisition of a third language: The Linguistic Proximity Model. *International Journal of Bilingualism* 21(6): 66-82.

Wexler, K. 2004. Theory of phasal development: Perfection in child grammar. *MIT Working Papers in Linguistics* 48, 159-209.

Wexler, K., & P. W. Culicover (1980). *Formal principles of language acquisition*. MIT Press (MA).

White, L. (1989). *Universal Grammar and second language acquisition*. Filadélfia, PA: John Benjamins.

White, L. (2003). *Second language acquisition and Universal Grammar*. Nova Iorque: Cambridge University.

White, L. (2009). Some questions about feature re-assembly. *Second Language Research* 25(2), 343-348.

Wulff, S. & N. Ellis (2018). Usage-based approaches to second language acquisition. In D. T. Miller, F. Bayram, J. Rothman & L. Serratrice (eds.), *Bilingual cognition and language: the state of the science across its subfields*. Amesterdão: John Benjamins, 37-56.

Yuan, B. & Y. Zhao (2011). Asymmetric syntactic and thematic reconfigurations in English speakers' L2 Chinese resultative compound constructions. *International Journal of Bilingualism* 15/1, 38-55.

Zubizarreta, M. L. (1985). The relation between morphophonology and morphosyntax: The case of Romance causatives. *Linguistic Inquiry* 16, 247-289.

Manuais para o ensino de Português Língua Estrangeira consultados

Coimbra, I. & O. Mata Coimbra (2011). Gramática Ativa 1. (Q.E.C.R., níveis A1/A2/B1). 3.ª edição. Lidel: Lisboa.

Coimbra, I. & O. Mata Coimbra (2012). Gramática Ativa 2. (Q.E.C.R., níveis B1+/B2/C1). 3.ª edição. Lidel: Lisboa.

Dias, A. C. (2010). Entre Nós 1. Método de Português para Hispanofalantes. (Q.E.C.R., níveis A1/A2). R. Borges de Sousa (Dir.). Lidel: Lisboa.

Dias, A. C. (2010). Entre Nós 2. Método de Português para Hispanofalantes. (Q.E.C.R., nível B1). R. Borges de Sousa (Dir.). Lidel: Lisboa.

Gonçalves dos Santos, S. (2015). Falar pelos Cotovelos. (Q.E.C.R., níveis B1/B2). A. P. Cleto Godinho (revisão e acompanhamento científico). Lidel: Lisboa.

Kuzka, R. & J. Pascoal (2014). Passaporte para Português. (Q.E.C.R., níveis A1/A2). Lidel: Lisboa.

Tavares, A. (2008). Português XXI 2. (Q.E.C.R., nível A2). Lidel: Lisboa.

Anexo 1

Estudo experimental sobre as propriedades dos complementos não-finitos de verbos percetivos e causativos disponíveis em Espanhol Peninsular

I. Perfil sociolinguístico dos informantes

Datos
(Estos datos son gestionados de manera anónima y serán empleados exclusivamente con fines estadísticos.)

Fecha de nacimiento: _____

Sexo:

Femenino ☐

Masculino ☐

Nacionalidad: _____

Localidad en que ha crecido: _____

Localidad(es) en que ha vivido en los últimos 10 años: _____

Lengua Materna: _____

Estudios:

Estudios primarios ☐
Estudios secundarios ☐
Formación profesional – grado medio ☐
– grado superior ☐
Estudios universitarios – licenciatura ☐
– máster ☐
– doctorado ☐

Otra lengua (o lenguas) que sepa/estudie además del español: _____

II. Tarefas de Juízos de Aceitabilidade

A. Instruções

Instrucciones

A continuación aparece un conjunto de frases identificadas con las letras A y B.

Su tarea será indicar si la segunda frase de cada par (identificada con la letra B) es posible o imposible en español, utilizando la siguiente clasificación:

0 = imposible;

1 = probablemente imposible;

2 = probablemente posible;

3 = perfectamente posible.

Lea los pares de frases cuidadosamente antes de responder y concéntrese en la estructura de la segunda frase (B). Ignore cualquier problema de ortografía o de puntuación.

B. Tarefa 1: propriedades dos complementos infinitivos com sujeitos pré-verbais

1. A: María tenía que escribir una carta.
   B: El bolígrafo con el que María escribió se lo prestó Carmen. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

2. A: Manuel recibió una carta.
   B: La carta fue escrita por Ana. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

3. A: El jurado eligió a los mejores jugadores.
   B: Los ganadores fueron entregados el premio por el jurado. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

4. A: María compró un regalo de Navidad para su sobrino.
   B: El niño que María dio el regalo estaba feliz. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

5. A: Las abejas están en peligro de extinción.
   B: La especie que se obtiene la miel puede desaparecer. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

6. A: A Margarita le gusta escribir poesía.
   B: Antonio fue leído un poema por Margarita. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

7. A: La habitación era segura para los bebés.
   B: El padre dejó al bebé gatear. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

8. A: El paciente ha sido sometido a una cirugía mayor.
   B: El enfermero hizo al paciente no caminar. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

9. A: Juan recibió una carta.
   B: Juan fue entregado la carta por Manuel. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

10. A: Ayer se conoció el premio al mejor libro del año.
    B: El escritor al que le dieron el premio vendrá a nuestra tertulia. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

11. A: Pablo le contó una anécdota sin gracia a Luis.
    B: Pablo oyó a su amigo no reír. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

12. A: El niño no tenía sueño.
    B: La madre dejó al niño no dormir. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

13. A: Juan está leyendo un libro sobre Napoleón.
    B: La batalla de Waterloo fue perdida por Napoleón. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

14. A: Mario necesitaba un lápiz.
    B: Isabel fue pedida un lápiz por Mario. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

15. A: Carla comió con sus padres.
    B: Carla fue ofrecida una copa de vino por su padre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

16. A: El niño se cayó pero no se hizo daño.
    B: Mercedes vio al niño no sangrar. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

17. A: El niño no tenía hambre.
    B: La madre dejó al niño no comer la sopa. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

18. A: El profesor de piano tiene una nueva alumna.
    B: La niña a la que el profesor da clase es muy lista. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

19. A: El acusado fue llamado a declarar ante el tribunal.
    B: La tranquilidad con la que el acusado depuso extrañó al juez. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

20. A: María necesitaba dinero para pagar el alquiler.
    B: Isabel fue pedida quinientos euros por María. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

21. A: El equipo comenzó a entrenar.
    B: La entrenadora hizo a la atleta correr. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

22. A: Eva necesita comprar ropa.
    B: Eva fue vendida un gorro por la empleada de la tienda. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

23. A: La madre de Carmen hizo un pastel de naranja.
    B: El pastel fue comido por Carmen. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

24. A: El cumpleaños de Olivia fue ayer.
    B: Olivia fue dada un regalo por Pablo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

25. A: El bosque ardía desde el domingo.
    B: El fuego fue controlado por los bomberos. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

26. A: María encargó un cuadro a un pintor famoso.
    B: María hizo al pintor terminar el cuadro. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

27. A: El bebé estaba en la habitación.
    B: La madre oyó al bebé llorar. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

28. A: La madre de Pedro tenía malas noticias.
    B: La tristeza que Pedro recibió las noticias emocionó a su madre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

29. A: Mercedes decidió donar sus libros.
    B: La biblioteca fue donada cien libros por Mercedes. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

30. A: Pedro es guitarrista.
    B: La banda que Pedro forma parte es muy conocida en España. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

31. A: Juan asistió a la ópera con unos amigos.
    B: Juan oyó a la soprano cantar “La Traviata”. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

32. A: Diego tenía un piano en la habitación.
    B: Diego dejó a su sobrina tocar el piano. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

33. A: José expuso sus cuadros en una galería.
    B: José fue comprado un cuadro por un millonario. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

34. A: El debate fue transmitido por la televisión.
    B: El pueblo oyó al político no decir la verdad. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

35. A: A los invitados no les gustaba el pescado.
    B: Ana hizo al cocinero no preparar pescado. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

36. A: El partido estaba igualado.
    B: La ocasión que el delantero pudo marcar un gol llegó al final. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

37. A: Ana recibió un nuevo violín.
    B: El violín que Ana tocó "Las Cuatro Estaciones" era un Stradivarius. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

38. A: Carmen era una abogada muy conocida.
    B: El bufete en el que Carmen trabajaba tenía muchos clientes. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

39. A: Cristina tiene un nuevo coche.
    B: La cuenta corriente de la que Cristina dispone es envidiable. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

40. A: El paciente dormía en la habitación.
    B: El médico vio al enfermero no cerrar la puerta. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

41. A: Carmen cumplió un año más.
    B: Carmen fue regalada un bolso por su madre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

42. A: La Facultad decidió otorgar tres becas.
    B: Pedro fue dado una beca por la Facultad. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

43. A: Manuel compró una casa nueva.
    B: Hay mucha luz en la casa en la que Manuel vive. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

44. A: Comenzó la prueba de salto de altura.
    B: El entrenador vio al atleta saltar. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

45. A: Julia estaba haciendo turismo en París.
    B: La plaza que se encuentra una fuente es muy conocida. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

46. A: A Ana le gusta leer.
    B: El libro del que Ana me habló ganó un premio. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

47. A: Eva y sus amigas querían asistir al concierto de rock.
    B: La chica que prohibieron ir al concierto se quedó en casa. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

48. A: La madre de Maribel compró una lechuga en el mercado.
    B: Maribel vio a su madre lavar la lechuga. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

C. Tarefa 2: propriedades dos complementos infinitivos com sujeitos pós-verbais

1. A: El curso escolar llegaba a su fin.
   B: La alumna vio corregir los exámenes al profesor. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

2. A: Los estudiantes tenían muchas preguntas.
   B: La alumna a la que respondió la profesora lo entendió todo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

3. A: Pablo quería un nuevo móvil.
   B: La tía que Pabló pidió un móvil le regaló un iPhone. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

4. A: Julia se trasladó a París.
   B: Manuel fue comprado su casa en París por Julia. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

5. A: María necesitaba dinero para pagar el alquiler.
   B: Isabel fue pedida quinientos euros por María. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

6. A: Carolina tiene fiebre.
   B: Carolina fue examinada por el médico. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

7. A: Olivia murió ayer.
   B: La pistola con la que Olivia fue asesinada la encontró la policía. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

8. A: La niña tenía gripe.
   B: La médica oyó toser a la niña. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

9. A: El libro de Felipe fue adaptado al cine.
   B: El guionista que Felipe trabajó era un buen profesional. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

10. A: Mariana tiene un cuadro en su habitación.
    B: El cuadro fue pintado por Cézanne. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

11. A: Blanca se perdió en el bosque.
    B: Fue un momento que Blanca sintió mucho miedo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

12. A: No llovió durante varios meses.
    B: El pozo que el granjero sacaba agua estaba casi seco. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

13. A: La compañía se enfrenta a dificultades financieras.
    B: Los empleados sin estudios fueron despedidos por el director. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

14. A: Carla es millonaria.
    B: La ONG fue donada un millón de euros por Carla. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

15. A: A Leonor le gustan las joyas.
    B: Leonor fue vendida una pulsera por el joyero. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

16. A: María se preparaba para ir a la escuela.
    B: María fue peinada por su madre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

17. A: José expuso sus cuadros en una galería.
    B: José fue comprado un cuadro por un millonario. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

18. A: El cliente tenía que hacer un pago.
    B: El cliente hizo no depositar el dinero al banco. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

19. A: A Olivia le gusta el ballet.
    B: Olivia vio bailar a la protagonista. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

20. A: Estaba lloviendo.
    B: El huésped vio no abrir la ventana al conserje. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

21. A: Juan perdió cincuenta euros.
    B: La calle que Pilar encontró el dinero está cerca de la casa de Juan. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

22. A: La niña pidió una tortilla.
    B: La niña oyó batir los huevos a su madre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

23. A: La profesora pidió al niño que no silbase.
    B: La profesora oyó no silbar al niño. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

24. A: La sinfonía era difícil.
    B: El maestro oyó no tocar la melodía correcta al flautista. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

25. A: El jardín estaba desatendido.
    B: Pablo hizo trabajar al jardinero. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

26. A: Luis quería visitar el Museo del Prado.
    B: El policía con el que Luis habló le indicó el camino. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

27. A: Los alumnos tenían dudas.
    B: El tema del que la profesora habló era muy complejo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

28. A: La niña tenía unas tijeras en la mano.
    B: El padre hizo no correr a la niña. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

29. A: El hijo de Ramón se lesionó.
    B: Ramón dejó examinar el niño al médico. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

30. A: Juan quería un nuevo apartamento.
    B: El propietario al que Juan alquiló el apartamento era abogado. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

31. A: Juan compró un libro sobre la crisis económica.
    B: La cuestión de la que habla el libro es muy actual. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

32. A: La tierra del jardín estaba muy seca.
    B: Las rosas fueron regadas por Pedro. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

33. A: Eva necesita comprar ropa.
    B: Eva fue vendida un gorro por la empleada de la tienda. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

34. A: Carolina tenía hambre.
    B: El plato que Carolina cogió una galleta estaba lleno. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

35. A: Muchos países árabes están en guerra.
    B: La época en la que estalló la guerra era muy conflictiva. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

36. A: El microondas de Ana se rompió.
    B: El microondas fue arreglado por el técnico. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

37. A: La policía trataba de encontrar a un conocido ladrón.
    B: El testigo del robo fue interrogado por la policía. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

38. A: Carmen cumplió un año más.
    B: Carmen fue regalada un bolso por su madre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

39. A: Pablo compró un libro en Amazon.
    B: Pablo fue entregado un paquete por el cartero. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

40. A: El alumno estaba muy cansado.
    B: La profesora dejó no repetir el ejercicio al alumno. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

41. A: La construcción del nuevo hotel finalizará en marzo.
    B: El antiguo palacio fue demolido por la empresa constructora. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

42. A: Al niño no le gustaban las clases de baile.
    B: El profesor dejó no bailar al niño. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

43. A: Juana recibió una invitación.
    B: La amiga que Juana compartió un piso se va a casar. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

44. A: El partido duró dos horas.
    B: El entrenador dejó descansar al jugador. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

45. A: Un famoso actor murió ayer.
    B: El familiar que el actor donó toda su fortuna era pobre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

46. A: David se trasladó a Madrid.
    B: El momento en el que David se despidió fue muy triste. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

47. A: El ascensor se rompió.
    B: El inquilino hizo arreglar el ascensor al técnico. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

48. A: El ladrón se estrelló durante una persecución.
    B: El policía vio no cojear al ladrón. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

D. Tarefa 3: complementos infinitivos com e sem subida de clítico

1. A: Juan recibió una carta.
   B: Juan fue entregado la carta por Manuel. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

2. A: Los miembros del partido se iban a reunir esta tarde.
   B: La sesión fue suspendida por el presidente del partido. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

3. A: El acusado cumplirá una pena más leve.
   B: La nueva sentencia fue aprobada por el juez. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

4. A: Ayer se conoció el premio al mejor libro del año.
   B: El escritor al que le dieron el premio vendrá a nuestra tertulia. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

5. A: Juan está leyendo un libro sobre Napoleón.
   B: La batalla de Waterloo fue perdida por Napoleón. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

6. A: El capitán del equipo marcó un gol.
   B: Juan vio marcarlo al capitán. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

7. A: Las plantas se marchitaban.
   B: Juan las hizo regar al jardinero. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

8. A: A Margarita le gusta escribir poesía.
   B: Antonio fue leído un poema por Margarita. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

9. A: La madre de Pedro tenía malas noticias.
   B: La tristeza que Pedro recibió las noticias emocionó a su madre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

10. A: María compró un regalo de Navidad para su sobrino.
    B: El niño que María dio el regalo estaba feliz. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

11. A: El artículo estaba inacabado.
    B: El director lo dejó a la periodista terminar. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

12. A: Pedro es guitarrista.
    B: La banda que Pedro forma parte es muy conocida en España. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

13. A: El jurado eligió a los mejores jugadores.
    B: Los ganadores fueron entregados el premio por el jurado. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

14. A: El hijo del jefe estaba en paro.
    B: El jefe hizo a la empresa contratarlo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

15. A: La casa estaba en ruinas.
    B: El ayuntamiento la hizo al proprietario restaurar. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

16. A: A Ana le gusta leer.
    B: El libro del que Ana me habló ganó un premio. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

17. A: Cristina tiene un nuevo coche.
    B: La cuenta corriente de la que Cristina dispone es envidiable. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

18. A: El bosque ardía desde el domingo.
    B: El fuego fue controlado por los bomberos. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

19. A: Ana recibió un nuevo violín.
    B: El violín que Ana tocó "Las Cuatro Estaciones" era un Stradivarius. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

20. A: La televisión estaba encendida.
    B: María la vio a la empleada encender. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

21. A: Las abejas están en peligro de extinción.
    B: La especie que se obtiene la miel puede desaparecer. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

22. A: El piano estaba desafinado.
    B: El director oyó a la pianista afinarlo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

23. A: El texto tenía errores.
    B: La profesora lo dejó corregir al alumno. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

24. A: La Facultad decidió otorgar tres becas.
    B: Pedro fue dado una beca por la Facultad. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

25. A: La niña perdió un collar.
    B: El padre hizo buscarlo a la niña. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

26. A: Eva y sus amigas querían asistir al concierto de rock.
    B: La chica que prohibieron ir al concierto se quedó en casa. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

27. A: María hizo un pastel de chocolate.
    B: María dejó al niño probarlo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

28. A: El acusado fue llamado a declarar ante el tribunal.
    B: La tranquilidad con la que el acusado depuso extrañó al juez. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

29. A: El cumpleaños de Olivia fue ayer.
    B: Olivia fue dada un regalo por Pablo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

30. A: Mercedes decidió donar sus libros.
    B: La biblioteca fue donada cien libros por Mercedes. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

31. A: Al editor no le gustó la fotografía.
    B: El fotógrafo oyó rasgarla al editor. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

32. A: El árbol era demasiado grande.
    B: Ana lo vio cortar al jardinero. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

33. A: La madre de Carmen hizo un pastel de naranja.
    B: El pastel fue comido por Carmen. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

34. A: María y Pablo van a comprar una casa.
    B: El préstamo fue aprobado por el banco. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

35. A: Julia estaba haciendo turismo en París.
    B: La plaza que se encuentra una fuente es muy conocida. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

36. A: La revista Science publicó un importante descubrimiento.
    B: El experimento fue realizado por un grupo de científicos. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

37. A: La testigo compareció ante el tribunal.
    B: El juez la oyó interrogar al abogado. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

38. A: Manuel compró una casa nueva.
    B: Hay mucha luz en la casa en la que Manuel vive. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

39. A: Carmen era una abogada muy conocida.
    B: El bufete en el que Carmen trabajaba tenía muchos clientes. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

40. A: Manuel recibió una carta.
    B: La carta fue escrita por Ana. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

41. A: Mario necesitaba un lápiz.
    B: Isabel fue pedida un lápiz por Mario. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

42. A: El partido estaba igualado.
    B: La ocasión que el delantero pudo marcar un gol llegó al final. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

43. A: Las tuberías se rompieron.
    B: Juan vio al fontanero arreglarlas. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

44. A: Carla comió con sus padres.
    B: Carla fue ofrecida una copa de vino por su padre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

45. A: Había muchos conejos en la granja.
    B: El proprietario dejó cazarlos al vecino. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

46. A: María tenía que escribir una carta.
    B: El bolígrafo con el que María escribió se lo prestó Carmen. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

47. A: El actor ensayaba una pieza de Shakespeare.
    B: El director la oyó al actor ensayar. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

48. A: El profesor de piano tiene una nueva alumna.
    B: La niña a la que el profesor da clase es muy lista. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

E. Tarefa 4: *Differential Object Marking* e Tarefa 5: Construção Pseudo-relativa e Construção de Gerúndio

1. A: El profesor de piano tiene una nueva alumna.
   B: La niña a la que el profesor da clase es muy lista. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

2. A: Un famoso actor murió ayer.
   B: El familiar que el actor donó toda su fortuna era pobre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

3. A: Mariana tiene un cuadro en su habitación.
   B: El cuadro fue pintado por Cézanne. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

4. A: Eva necesita comprar ropa.
   B: Eva fue vendida un gorro por la empleada de la tienda. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

5. A: Carla es millonaria.
   B: La ONG fue donada un millón de euros por Carla. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

6. A: El puerto estaba vacío.
   B: El guarda dejó atracar el barco. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

7. A: Pablo quería un nuevo móvil.
   B: La tía que Pabló pidió un móvil le regaló un iPhone. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

8. A: Los niños estaban durmiendo.
   B: Maribel oyó susurrar a la madre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

9. A: El fuego amenazaba los campos.
   B: El granjero vio arder al bosque. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

10. A: El viaje llegó a su fin.
    B: El piloto hizo aterrizar el avión. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

11. A: El país estaba en guerra.
    B: Juan oyó explotar la bomba. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

12. A: A los niños les gustaba la leche con miel.
    B: María dejó hervir a la leche. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

13. A: María necesitaba dinero para pagar el alquiler.
    B: Isabel fue pedida quinientos euros por María. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

14. A: Carla comió con sus padres.
    B: Carla fue ofrecida una copa de vino por su padre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

15. A: Olivia murió ayer.
    B: La pistola con la que Olivia fue asesinada la encontró la policía. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

16. A: Carmen era una abogada muy conocida.
    B: El bufete en el que Carmen trabajaba tenía muchos clientes. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

17. A: Los estudiantes tenían muchas preguntas.
    B: La alumna a la que respondió la profesora lo entendió todo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

18. A: David se trasladó a Madrid.
    B: El momento en el que David se despidió fue muy triste. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

19. A: Carolina tenía hambre.
    B: El plato que Carolina cogió una galleta estaba lleno. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

20. A: La película era una comedia.
    B: Alicia oyó a Paco que reía. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

21. A: Se acercaba la fecha del examen.
    B: El profesor hizo trabajar a la alumna. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

22. A: Ayer se conoció el premio al mejor libro del año.
    B: El escritor al que le dieron el premio vendrá a nuestra tertulia. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

23. A: Era día de mercado en el pueblo.
    B: Pablo vio al granjero conduciendo una furgoneta. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

24. A: La entrada del hotel tenía una zona para fumadores.
    B: El conserje dejó fumar el huésped. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

25. A: A Ana le gusta leer.
    B: El libro del que Ana me habló ganó un premio. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

26. A: La tierra del jardín estaba muy seca.
    B: Las rosas fueron regadas por Pedro. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

27. A: María compró un regalo de Navidad para su sobrino.
    B: El niño que María dio el regalo estaba feliz. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

28. A: Estaba oscuro en la escena del crimen.
    B: El cómplice dejó escapar al asesino. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

29. A: Mario necesitaba un lápiz.
    B: Isabel fue pedida un lápiz por Mario. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

30. A: El partido estaba igualado.
    B: La ocasión que el delantero pudo marcar un gol llegó al final. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

31. A: Muchos países árabes están en guerra.
    B: La época en la que estalló la guerra era muy conflictiva. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

32. A: No llovió durante varios meses.
    B: El pozo que el granjero sacaba agua estaba casi seco. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

33. A: Cristina tiene un nuevo coche.
    B: La cuenta corriente de la que Cristina dispone es envidiable. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

34. A: Eran las seis de la tarde.
    B: El sacerdote oyó al sacristán que tocaba la campana. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

35. A: Mercedes decidió donar sus libros.
    B: La biblioteca fue donada cien libros por Mercedes. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

36. A: El timbre de la puerta de la tienda sonó.
    B: Laura vio entrar el cliente. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

37. A: La tienda fue robada.
    B: El policía vio al ladrón que corría. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

38. A: El médico se retrasó.
    B: La enfermera hizo esperar la paciente. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

39. A: Carolina tiene fiebre.
    B: Carolina fue examinada por el médico. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

40. A: La niña estaba triste.
    B: La madre oyó a la niña llorando. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

41. A: Blanca se perdió en el bosque.
    B: Fue un momento que Blanca sintió mucho miedo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

42. A: Carmen cumplió un año más.
    B: Carmen fue regalada un bolso por su madre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

43. A: El jurado eligió a los mejores jugadores.
    B: Los ganadores fueron entregados el premio por el jurado. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

44. A: El acusado cumplirá una pena más leve.
    B: La nueva sentencia fue aprobada por el juez. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

45. A: La orquesta iba a tocar una sinfonía difícil.
    B: María oyó al músico ensayando la sinfonía. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

46. A: José expuso sus cuadros en una galería.
    B: José fue comprado un cuadro por un millonario. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

47. A: La Facultad decidió otorgar tres becas.
    B: Pedro fue dado una beca por la Facultad. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

48. A: La policía trataba de encontrar a un conocido ladrón.
    B: El testigo del robo fue interrogado por la policía. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

49. A: María y Pablo van a comprar una casa.
    B: El préstamo fue aprobado por el banco. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

50. A: Pablo compró un libro en Amazon.
    B: Pablo fue entregado un paquete por el cartero. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

51. A: Julia se trasladó a París.
    B: Manuel fue comprado su casa en París por Julia. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

52. A: Carmen recibió buenas noticias.
    B: Ramón vio a Carmen sonriendo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

53. A: A Margarita le gusta escribir poesía.
    B: Antonio fue leído un poema por Margarita. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

54. A: Luis quería visitar el Museo del Prado.
    B: El policía con el que Luis habló le indicó el camino. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

55. A: Las abejas están en peligro de extinción.
    B: La especie que se obtiene la miel puede desaparecer. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

56. A: Juana recibió una invitación.
    B: La amiga que Juana compartió un piso se va a casar. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

57. A: El incendio destruyó la casa.
    B: El bombero vio caer la pared. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

58. A: Ana recibió un nuevo violín.

B: El violín que Ana tocó "Las Cuatro Estaciones" era un Stradivarius. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

59. A: María tenía que escribir una carta.
B: El bolígrafo con el que María escribió se lo prestó Carmen. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

60. A: Julia estaba haciendo turismo en París.
B: La plaza que se encuentra una fuente es muy conocida. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

61. A: Los niños estaban jugando en la calle.
B: El niño hizo girar al peón. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

62. A: Juan recibió una carta.
B: Juan fue entregado la carta por Manuel. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

63. A: Amaneció un día soleado en el parque.
B: La madre vio jugar al niño. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

64. A: Un ladrón entró en el edificio.
B: Miguel oyó gritar la vecina. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

65. A: El microondas de Ana se rompió.
B: El microondas fue arreglado por el técnico. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

66. A: La iglesia estaba en el centro del pueblo.
B: Miguel oyó sonar a la campana. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

67. A: A Leonor le gustan las joyas.
B: Leonor fue vendida una pulsera por el joyero. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

68. A: El libro de Felipe fue adaptado al cine.
B: El guionista que Felipe trabajó era un buen profesional. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

69. A: Hacía dos meses que Juan no veía a María.
B: Ana vio a Juan que besaba a María. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

70. A: Juan compró un libro sobre la crisis económica.
B: La cuestión de la que habla el libro es muy actual. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

71. A: María se preparaba para ir a la escuela.
B: María fue peinada por su madre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

72. A: El cumpleaños de Olivia fue ayer.
B: Olivia fue dada un regalo por Pablo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐

Anexo 2

Estudo experimental sobre as propriedades dos complementos infinitivos de verbos percetivos e causativos disponíveis em Português Europeu

I. <u>Perfil sociolinguístico dos informantes em Espanhol</u>

Datos

(Estos datos son gestionados de manera anónima y serán empleados exclusivamente con fines estadísticos.)

Fecha de nacimiento: _____

Sexo:

Femenino ☐

Masculino ☐

Nacionalidad: _____

Localidad en que ha crecido: _____

Localidad(es) en que ha vivido en los últimos 10 años: _____

Lengua Materna: _____

Estudios:

Estudios primarios ☐
Estudios secundarios ☐
Formación profesional – grado medio ☐
– grado superior ☐
Estudios universitarios – licenciatura ☐
– máster ☐
– doctorado ☐

Otra lengua (o lenguas) que sepa/estudie además del español: _____

Nivel de portugués que asiste:

A1	A2	B1	B2	C1	C2

¿Cuánto tiempo hace que estudia portugués? _____

¿Ha vivido en Portugal? _____ ¿Por cuánto tiempo? _____

II. Perfil sociolinguístico dos informantes em Português

Dados

(Estes dados são geridos de forma anónima e serão usados apenas para fins estatísticos.)

Data de nascimento: _____

Sexo:

Feminino ☐

Masculino ☐

Nacionalidade: _____

Localidade em que cresceu: _____

Localidade(s) em que viveu nos últimos 10 anos: _____

Língua materna: _____

Habilitações literárias: _____

Outra língua (ou línguas) que saiba/estude além do Português: _____

III. Tarefas de Juízos de Aceitabilidade: ECM, Estrutura de Infinitivo Flexionado e PIC

A. Instruções em Espanhol

Instrucciones

A continuación aparece un conjunto de frases identificadas con las letras A y B.

Su tarea será indicar si la segunda frase de cada par (identificada con la letra B) es posible o imposible en portugués, utilizando la siguiente clasificación:

0 = imposible;

1 = probablemente imposible;

2 = probablemente posible;

3 = perfectamente posible.

También deberá corregir las frases a las que ha dado 0 y 1 puntos, para que sean correctas en portugués. Si no está seguro de la puntuación de una frase, responda “no sé responder”.

Lea los pares de frases cuidadosamente antes de responder y concéntrese en la estructura de la segunda (B).

B. Instruções em Português

Instruções

Nas páginas que se seguem, encontra um conjunto de frases identificadas com as letras A e B.

A sua tarefa consistirá em indicar se a segunda frase de cada par (identificada com a letra **B**) é possível ou impossível em Português, escolhendo, para tal, um valor da seguinte escala:

0 = impossível;

1 = provavelmente impossível;

2 = provavelmente possível;

3 = perfeitamente possível.

Também lhe será pedido que corrija as frases que classifique com 0 ou 1, tornando-as corretas em Português.

Se não conseguir de todo classificar uma frase, então indique "não consigo responder" ao lado da frase.

Leia os pares de frases cuidadosamente antes de responder e concentre-se na estrutura da segunda (B).

C. Primeira sessão de aplicação das Tarefas de Juízos de Aceitabilidade

1. A: A Ana ia ao supermercado.
   B: O António disse a Ana que trouxesse leite. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

2. A: O Pedro é guitarrista.
   B: A banda que o Pedro faz parte é muito famosa. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

3. A: O Pedro e o Diogo estudaram medicina.
   B: O cirurgião deixou eles examinar o paciente. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

4. A: A Ana gosta muito de ler.
   B: O livro de que a Ana me falou ganhou um prémio. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

5. A: A faculdade decidiu atribuir três bolsas de estudo.
   B: O Pedro foi dado uma bolsa pela faculdade. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

6. A: Ontem foi conhecido o prémio para melhor livro do ano.
   B: O escritor a quem atribuíram o prémio fará um discurso. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

7. A: A Maria e a Carla tinham fome.
   B: A cozinheira viu elas comerem sopa. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

8. A: A Margarida gosta de escrever poesia.
   B: O António foi lido um poema pela Margarida. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

9. A: A Carolina almoçou com os seus pais.
   B: A Carolina foi oferecida um copo de vinho pelo pai. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

10. A: O Manuel recebeu uma carta.
   B: A carta foi escrita pela Ana. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

11. A: O aniversário da Olívia foi ontem.
   B: A Olívia foi dada uma prenda pelo Paulo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

12. A: A Alice e a Marta preparavam-se para ir para a escola.
   B: A mãe viu elas vestir os casacos. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

13. A: A Eva precisa de comprar roupa.
   B: A Eva foi vendida uma camisola pela empregada da loja. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

14. A: A floresta ardia desde domingo.
   B: O fogo foi controlado pelos bombeiros. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

15. A: O João e o Tiago convidaram alguns amigos para uma festa.
   B: A Carla viu-os a comprarem cerveja. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

16. A: A Ana tocou ontem com uma orquestra.
   B: O violino que Ana tocou a sonata era um Stradivarius. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

17. A: O João vai-se mudar para o Porto.
   B: O momento que o João partiu foi triste para a família. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

18. A: A Carla era uma advogada muito conhecida.
    B: O escritório em que a Carla trabalhava tinha muitos clientes. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

19. A: O Manuel e o Vasco estavam em casa.
    B: A mãe viu eles a jogar videojogos. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

20. A: A revista Science publicou um estudo importante.
    B: O estudo foi realizado por biólogos. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

21. A: A Joana comprou um bilhete de avião para Roma.
    B: O Pedro mostrou à Joana como fazer o check-in online. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

22. A: A Ana e a Eva não tinham sono.
    B: O pai deixou elas verem televisão. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

23. A: O réu foi chamado a testemunhar em tribunal.
    B: A calma com que o réu depôs incomodou o juiz. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

24. A: O Joaquim e o Daniel foram à praia.
    B: O pai viu-os apanharem conchas. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

25. A: Não choveu durante vários meses.
    B: O poço que o agricultor tirava água estava quase seco. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

26. A: A mãe da Olívia fez um bolo de laranja.
    B: O bolo foi comido pela Olívia. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

27. A: O Mário precisava de um lápis.
    B: A Carla foi pedida um lápis pelo Mário. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

28. A: O Daniel e o João queriam ver as notícias.
    B: O pai viu-os ligar a televisão. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

29. A: A Júlia visitou Paris na primavera.
    B: A praça que há uma fonte é muito conhecida. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

30. A: A empresa enfrenta dificuldades financeiras.
    B: Os empregados mais novos foram despedidos pelo chefe. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

31. A: O João e o Manuel vão ao cinema.
    B: A Carla viu eles a comprar os bilhetes. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

32. A: O Filipe fez um bolo de chocolate.
    B: A receita que o Filipe fez o bolo era da sua mãe. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

33. A: A aula de Matemática da Maria e da Carla terminou.
    B: O professor viu elas a guardarem os livros. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

34. A: O professor de piano tem uma nova aluna.
    B: A aluna a quem o professor dá aulas é muito inteligente. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

35. A: A Cristina fez anos ontem.
    B: O Luís surpreendeu à Cristina com uma festa de aniversário. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

36. A: O Manuel comprou uma casa nova.
    B: A casa em que o Manuel vive tem muita luz. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

37. A: O Tiago e o Pedro gostam de ajudar a cuidar do jardim.
    B: O pai deixou-os colher as rosas. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

38. A: A Maria decidiu doar os seus livros.
    B: A biblioteca foi doada cem livros pela Maria. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

39. A: A Maria era ama de duas crianças pequenas.
    B: A criança que a Maria contou uma história adormeceu. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

40. A: A família do João e do Manuel viajou até Veneza.
    B: A mãe viu-os a escrever postais. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

41. A: A Maria tinha de escrever uma carta.
    B: A caneta com que a Maria escreveu era da Ana. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

42. A: A Rita e a Diana compraram um armário novo.
    B: O Joaquim viu-as a montarem o armário. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

43. A: A Maria e o Paulo vão comprar uma casa.
    B: O empréstimo foi aprovado pelo banco. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

44. A: A Ana não percebe muito de matemática.
    B: A mãe ajudou a Ana com os trabalhos de casa. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

45. A: O João está a ler um livro sobre a I Guerra Mundial.
    B: O livro foi escrito por um historiador respeitado. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

46. A: A Beatriz e a Maria estão a organizar uma festa.
    B: O Manuel viu elas a convidar o Paulo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

47. A: O Paulo comprou um livro para um amigo.
    B: O amigo que o Paulo ofereceu o livro ficou contente. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

48. A: O João e o Filipe gostam de cozinhar.
    B: A mãe deixou-os fazerem um bolo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

49. A: O João recebeu uma carta.
    B: O João foi enviado uma carta pela namorada. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

50. A: A polícia tentava encontrar um ladrão de bancos.
    B: A testemunha do roubo foi interrogada pela polícia. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

51. A: A mãe da Ana e da Sara tinha um jardim.
    B: A mãe viu-as a regar as flores. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

52. A: O João comprou um livro sobre a crise económica.
    B: O tema de que o livro fala é muito atual. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

D. Segunda sessão de aplicação das Tarefas de Juízos de Aceitabilidade

1. A: O jogo estava perto do fim e as equipas estavam empatadas.
   B: O momento em que o jogador marcou golo foi decisivo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

2. A: A Mariana e a Eva estavam na sala.
   B: O Manuel viu-as lerem uma revista. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

3. A: A terra do jardim estava muito seca.
   B: A relva foi regada pelo Pedro. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

4. A: A Cristina comprou um carro novo.
   B: O carro de que a Cristina gostou mais era azul. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

5. A: A Cátia e a Ana gostam de flores.
   B: O pai deixou-as plantarem rosas. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

6. A: O Manuel perdeu vinte euros na rua.
   B: A rua que o Manuel encontrou o dinheiro fica perto da sua casa. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

7. A: O Tiago leu um livro sobre a crise económica.
   B: O tema que fala o livro é muito atual. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

8. A: O Paulo comprou um computador na Amazon.
   B: O Paulo foi enviado o computador pela loja. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

9. A: O Carlos e o João estudavam música.
   B: O professor viu eles tocarem piano. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
   Correção: _____

10. A: O Luís queria visitar o Museu do Prado.
    B: O mapa com que o Luís descobriu o caminho foi útil. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

11. A: A Ana e a Sara iam a uma festa.
    B: A mãe viu-as a pentear os cabelos. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

12. A: A Carolina tinha muita fome e gosta de bolos.
    B: O bolo com que a Carolina matou a fome era de chocolate. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

13. A: Há um novo hotel de luxo em Lisboa.
    B: O hotel foi construído por uma empresa de Lisboa. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

14. A: O Pedro foi despedido, mas não queria que ninguém soubesse.
    B: A amiga que o Pedro contou o seu segredo é muito discreta. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

15. A: A Carolina e a Teresa eram boas cozinheiras.
    B: A Ana viu elas a fazerem empadas. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

16. A: A Laura e a Cristina estavam no quarto.
    B: O pai viu-as a pintarem um desenho. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

17. A: A Joana celebrou o seu aniversário com uma festa.
    B: Os balões que a Joana decorou a casa eram de várias cores. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

18. A: O governo vai investir na cultura.
    B: A medida foi aprovada por todos os deputados. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

19. A: A Carolina tinha febre.
    B: A Carolina foi examinada pelo médico. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

20. A: Os alunos tinham muitas perguntas.
    B: A aluna a quem a professora respondeu entendeu tudo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

21. A: A Mariana tem um quadro na sua sala.
    B: O quadro foi pintado por Cézanne. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

22. A: Estava a chover e a Maria e a Rita iam sair de casa.
    B: A mãe viu elas a calçar as botas. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

23. A: O júri elegeu o melhor atleta do ano.
    B: O João foi atribuído o prémio pelo júri. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

24. A: O Guilherme e o Ivo estavam doentes.
    B: O médico deixou eles tomarem um xarope. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

25. A: A Leonor gosta de joias.
    B: A Leonor foi vendida uma pulseira pelo joalheiro. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

26. A: A Ana preparava-se para ir para a escola.
    B: A Ana foi penteada pela sua mãe. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

27. A: A Carolina e a Ana tinham sede.
    B: O pai deixou elas beber sumo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

28. A: O João foi à festa de aniversário de um amigo seu.
    B: O João conheceu a Maria na festa. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

29. A: A Cármen fez anos ontem.
    B: A Cármen foi oferecida um lenço pela mãe. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

30. A: A Maria precisava de dinheiro para pagar a renda.
    B: A Beatriz foi pedida quinhentos euros pela Maria. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

31. A: O João e o Carlos gostam de jogar às cartas.
    B: A Mariana viu-os jogar póquer. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

32. A: A Universidade atribuiu duas bolsas de estudo.
    B: O Pedro foi dado uma bolsa pela Universidade. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

33. A: A Carolina tem febre.
    B: A Carolina foi examinada pelo médico. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

34. A: O médico estava atrasado.
    B: A enfermeira pediu à Teresa para esperar. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

35. A: O João mudou-se para um novo apartamento.
    B: O proprietário a quem o João alugou o apartamento era seu amigo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

36. A: A Ana e a Maria eram jornalistas.
    B: O editor deixou-as escrever um artigo. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

37. A: A Rita tinha um exercício de matemática para fazer.
    B: O Tiago explicou a Rita como resolver o exercício. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

38. A: O António e o Pedro saíram para ir para a escola.
    B: A mãe viu eles fechar a porta de casa. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

39. A: A Ana foi ao restaurante de um chef famoso.
    B: O chef impressionou à Ana com a sua comida. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

40. A: O José expôs os seus quadros numa galeria.
    B: O José foi comprado um quadro pela Ana. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

41. A: O Daniel e o João queriam ouvir as notícias.
    B: O pai viu-os a ligarem o rádio. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

42. A: O micro-ondas da Ana avariou-se.
    B: O micro-ondas foi consertado pelo Manuel. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

43. A: O Ivo e o Paulo iam jogar futebol.
    B: A mãe viu eles a vestirem o equipamento. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

44. A: O João foi operado ao coração.
    B: O hospital que o João foi operado tem bons médicos. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

45. A: A Ana redecorou o seu quarto.
    B: A cor que a Ana pintou o quarto era alegre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

46. A: O José e o Manuel convidaram a Ana para jantar.
    B: A Ana viu eles a cortarem os legumes. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

47. A: A Mariana é milionária e muito generosa.
    B: A ONG foi doada um milhão de euros pela Mariana. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

48. A: Muitos países árabes estão em guerra.
    B: A época em que começou a guerra era muito violenta. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

49. A: As abelhas estão em perigo de extinção.
    B: A espécie que obtemos o mel pode desaparecer. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

50. A: O João e o Vasco tinham uma banda.
    B: O pai viu-os a tocar guitarra. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

51. A: A mãe da Eva fez bolachas de canela.
    B: O prato de que a Eva tirou uma bolacha estava cheio. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

52. A: Ontem morreu um ator muito famoso.
    B: O familiar que o ator deixou a sua fortuna era pobre. 0☐ 1☐ 2☐ 3☐
    Correção: _____

IV. Tarefa de Completamento de frases: complementos com infinitivo flexionado e PIC

A. Instruções em Espanhol

Instrucciones

A continuación aparece un conjunto de frases incompletas en portugués y hay tres opciones para completarlas, identificadas con las letras “a”, “b” y “c”.

Para cada una de las frases, podrá seleccionar una, dos o las tres opciones, de acuerdo con lo que sea correcto en portugués. Por favor, haga un círculo alrededor de la(s) opción(es) que considere posible(s).

Lea las frases cuidadosamente antes de responder y concéntrese en la estructura de las mismas. Ignore cualquier problema de ortografía o de puntuación.

B. Instruções em Português

Instruções

Nas páginas que se seguem, encontra um conjunto de frases que estão incompletas. Para as completar, encontra três opções, identificadas com as letras “a”, “b” e “c”.

Para completar cada uma das frases, poderá selecionar uma, duas ou as três opções disponíveis, de acordo com o que considere correto em Português. Por favor, faça um círculo à volta da opção ou opções que considere possível(is).

Leia as frases cuidadosamente antes de responder e concentre-se na estrutura das mesmas. Ignore quaisquer problemas de ortografia ou de pontuação.

C. Tarefa de completamento de frases

1. A Carla é boa aluna, mas acha a matemática muito difícil. Se a professora a ajudar…
    a. … ela melhoraria a nota de matemática.
    b. … ela melhorará a nota de matemática.
    c. … ela melhorar a nota de matemática.

2. A família Silva foi à praia e as crianças pediram para ir para o mar. Os pais deixaram…
    a. … as crianças nadarem.
    b. … as crianças a nadarem.
    c. … as crianças a nadar.

3. Paula provou a sopa que o Rui fez e estava salgada. Se o Rui soubesse cozinhar…
    a. … a Paula comeria a sopa.
    b. … a Paula comerá a sopa.
    c. … a Paula comesse a sopa.

4. A Ema escreveu um livro e a Ana e a Joana queriam lê-lo antes de ser publicado. A Ema deixou…
    a. …. as amigas lerem o seu livro.
    b. … as amigas a lerem o seu livro.
    c. … as amigas a ler o seu livro.

5. A Luísa disse à professora que achou o exame muito difícil. A professora acreditava…
    a. … que a Luísa ia passar no exame.
    b. … que a Luísa passaria no exame.
    c. … que a Luísa passasse no exame.

6. O António perdeu as chaves de casa, mas disse que, se a Maria o ajudasse a procurar,…
    a. … ele encontraria as chaves.
    b. … ele encontrará as chaves.
    c. … ele encontrasse as chaves.

7. O João e os amigos foram ao cinema ver uma comédia. O João viu…
    a. … os amigos rirem.
    b. … os amigos a rirem.
    c. … os amigos a rir.

8. O chefe da Ana elogiou muito o trabalho que ela tem feito. Ela acreditava…
    a. … que o chefe ia aumentar o seu salário.
    b. … que o chefe aumentaria o seu salário.
    c. … que o chefe aumentasse o seu salário.

9. A Rita e a Ana estavam a fazer os trabalhos de casa. Os pais viram…

a. … as filhas escreverem um texto.
b. … as filhas a escreverem um texto.
c. … as filhas a escrever um texto.

10. A Laura e a Sara estavam em casa com os pais e queriam ver um filme. Os pais deixaram…

a. … as filhas ligarem a televisão.
b. … as filhas a ligarem a televisão.
c. … as filhas a ligar a televisão.

11. O João chegou a casa mais tarde e a Ana fez o jantar. Eles combinaram que se a Ana cozinhasse…

a. … o João lavaria a loiça.
b. … o João lavará a loiça.
c. … o João lavasse a loiça.

12. A mãe da Eva sabe que ela é gulosa e que gosta muito de doces. Se a Eva comer a sopa…

a. … a mãe faria um pudim para o jantar.
b. … a mãe fará um pudim para o jantar.
c. … a mãe fizer um pudim para o jantar.

13. A aula de História terminou. O professor viu…

a. … os alunos guardarem os livros.
b. … os alunos a guardarem os livros.
c. … os alunos a guardar os livros.

14. A Eva e o Luís planearam fazer um piquenique. Eles combinaram que se a Eva levasse o vinho…

a. … o Luís faria uma sobremesa.
b. … o Luís fará uma sobremesa.
c. … o Luís fizesse uma sobremesa.

15. A Eva planeou fazer uma festa de aniversário, mas só convidou o Tiago no próprio dia. Ela acreditava…

a. … que o Tiago ia aparecer na festa.
b. … que o Tiago apareceria na festa.
c. … que o Tiago aparecesse na festa.

16. O Rui ofereceu um livro ao João, apesar de este ler muito pouco. Ele pensava…

a. … que o João ia gostar do livro.
b. … que o João gostaria do livro.
c. … que o João gostasse do livro.

17. As irmãs da Teresa foram visitá-la e perguntaram se podiam fumar. A Teresa deixou…

a. … as irmãs fumarem.
b. … as irmãs a fumarem.
c. … as irmãs a fumar.

18. O Francisco era um aluno trabalhador, mas pouco inteligente. A professora pensava…

a. … que ele ia passar de ano.
b. … que ele passaria de ano.
c. … que ele passasse de ano.

19. A Ana era amiga da Joana e ia casar-se. A Joana decidiu que se a Ana a convidasse para o casamento…

a. … ela compraria um vestido novo.
b. … ela comprará um vestido novo.
c. … ela comprasse um vestido novo.

20. Os amigos do José queriam levar uma máquina de karaoke para a sua festa de aniversário. O José deixou…

a. … os amigos cantarem.
b. … os amigos a cantarem.
c. … os amigos a cantar.

21. O festival de cinema francês decorre em Lisboa. Se a Margarida quiser…

a. … o Pedro iria com ela ao cinema.
b. … o Pedro irá com ela ao cinema.
C. … o Pedro for com ela ao cinema.

22. O Joaquim estava no teatro à espera da Ana, que telefonou avisando que estava presa no trânsito. O Joaquim pensava…

a. … que a Ana ia chegar a tempo de ver a peça.
b. … que a Ana chegaria a tempo de ver a peça.
c. … que a Ana chegasse a tempo de ver a peça.

23. Estava muito frio dentro de casa. As crianças viram…

a. … os pais ligarem o aquecedor.
b. … os pais a ligarem o aquecedor.
c. … os pais a ligar o aquecedor.

24. A Maria e a Joana foram passear com os pais e caíram. Os pais viram…

a. … as filhas chorarem.
b. … as filhas a chorarem.
c. … as filhas a chorar.

25. A Maria é uma atleta experiente e o João treinou com ela todos os dias. O João acreditava…

a. … que a Maria ia ganhar a maratona.
b. … que a Maria ganharia a maratona.
c. … que a Maria ganhasse a maratona.

26. O João quer formar uma banda e convidou o Tiago para ser o vocalista. Se o Tiago souber cantar…

a. … o João formaria uma banda com ele.
b. … o João formará uma banda com ele.
c. … o João formar uma banda com ele.

27. O Pedro foi atropelado por um camião e ficou ferido com gravidade. O médico acreditava…

a. … que o Pedro ia sobreviver aos ferimentos.
b. … que o Pedro sobreviveria aos ferimentos.
c. … que o Pedro sobrevivesse aos ferimentos.

28. A Maria contratou jardineiros para cuidar do seu jardim. Ela viu…

a. … os jardineiros plantarem rosas.
b. … os jardineiros a plantarem rosas.
c. … os jardineiros a plantar rosas.

29. O António soube que foi inaugurada uma nova exposição de pintura. Se o museu estiver aberto…

a. … ele compraria o bilhete para a exposição.
b. … ele comprará o bilhete para a exposição.
c. … ele comprar o bilhete para a exposição.

30. O Rui estava com febre há dois dias. A Ana disse que se ele não melhorasse…

a. … ela telefonaria ao médico.
b. … ela telefonará ao médico.
c. … ela telefonasse ao médico.

31. O quarto do Pedro não era limpo há uma semana porque ele é preguiçoso. A mãe do Pedro acreditava…

a. … que ele ia arrumar o quarto.
b. … que ele arrumaria o quarto.
c. … que ele arrumasse o quarto.

32. A turma de Inglês estava a fazer exame, mas muitos alunos atrasaram-se. O professor deixou…

a. … os alunos entregarem o exame mais tarde.
b. … os alunos a entregarem o exame mais tarde.
c. … os alunos a entregar o exame mais tarde.

33. O João comprou dois bilhetes para o concerto porque a Diana gosta de música. Ele acreditava…

a. … que a Diana ia ver o concerto com ele.
b. … que a Diana veria o concerto com ele.
c. … que a Diana visse o concerto com ele.

34. A Mariana gosta muito de viajar. Se o patrão lhe der férias…

a. … a Mariana viajaria para Paris.
b. … a Mariana viajará para Paris.
c. … a Mariana viajar para Paris.

35. Os visitantes do Museu do Prado perguntaram se podiam tirar fotografias. Os funcionários do museu deixaram...

a. … os visitantes tirarem fotografias.
b. … os visitantes a tirarem fotografias.
c. … os visitantes a tirar fotografias.

36. A Maria foi com as filhas ao parque e elas queriam jogar às escondidas. A Maria deixou…

a. … as filhas brincarem.
b. … as filhas a brincarem.
c. … as filhas a brincar.

37. O Joaquim combinou jantar com a Maria, mas telefonou-lhe avisando que estava atrasado. Ele acreditava...

a. … que a Maria ia esperar por ele no restaurante.
b. … que a Maria esperaria por ele no restaurante.
c. … que a Maria esperasse por ele no restaurante.

38. O João estava à espera da Teresa, que normalmente é muito pontual. O João pensava…

a. … que a Teresa ia chegar em breve.
b. … que a Teresa chegaria em breve.
c. … que a Teresa chegasse em breve.

39. O treino para a prova de atletismo começou. O treinador viu…

a. … os atletas correrem.
b. … os atletas a correrem.
c. … os atletas a correr.

40. Os alunos do Manuel são muito responsáveis e trabalhadores. Ele pensava…

a. … que todos os alunos iam entregar os trabalhos.
b. … que todos os alunos entregariam os trabalhos.
c. … que todos os alunos entregassem os trabalhos.

41. A Ana foi à discoteca com as amigas. Ela viu…

a. … as amigas dançarem.
b. … as amigas a dançarem.
c. … as amigas a dançar.

42. O Manuel tem bilhetes para um concerto. Ele disse que se a Maria o acompanhar…

a. … ele iria ao concerto.
b. … ele irá ao concerto.
c. … ele for ao concerto.

43. O patrão do Manuel descobriu que ele chegava sempre atrasado ao trabalho. O Manuel pensava…

a. … que o chefe o iria despedir.
b. … que o chefe o despediria.
c. … que o chefe o despedisse.

44. Toda a família estava à espera do João para jantar. A Teresa disse que se ele se atrasasse…

a. … ela serviria o jantar mais tarde.
b. … ela servirá o jantar mais tarde.
c. … ela servisse o jantar mais tarde.

45. A Joana é uma criança muito irrequieta. Os pais disseram-lhe que se ela se portasse mal…

a. … eles ralhariam com ela.
b. … eles ralharão com ela.
c. … eles ralhassem com ela.

46. A Luísa gosta de mar e de sol. Se o tempo estiver agradável…

a. … ela iria para a praia durante a tarde.
b. … ela irá para a praia durante a tarde.
c. … ela for para a praia durante a tarde.

47. A equipa de futebol treinada pelo José tem tido mais derrotas do que vitórias. O José pensava…

a. … que a sua equipa ia ganhar o campeonato.
b. … que a sua equipa ganharia o campeonato.
c. … que a sua equipa ganhasse o campeonato.

48. O Luís chegou a casa dos pais depois de um dia longo na escola e estava cansado. A mãe pensava...

a. … que o Luís ia adormecer cedo.
b. … que o Luís adormeceria cedo.
c. … que o Luís adormecesse cedo.

V. Tarefa de Escolha Forçada: PIC

A. Instruções em Espanhol

Instrucciones

A continuación aparece un conjunto de frases en portugués con algunos espacios en blanco y dos opciones para completar cada uno. Cada opción está en un cuadro, como muestra el siguiente ejemplo:

A Maria | foi | / | foram | ao cinema ontem. Ela foi com o | sua | / | seu | amigo Carlos, pois os dois gostam muito de ver filmes.

Su tarea será indicar con un círculo la opción correcta para que las frases sean posibles en portugués.

Lea las frases cuidadosamente antes de responder y concéntrese en la estructura de las mismas. Ignore cualquier problema de ortografía o de puntuación.

B. Instruções em Português

Instruções

Nas páginas que se seguem, encontra um conjunto de frases com alguns espaços em branco e duas opções para completar cada um. Cada opção encontra-se numa caixa, como mostra o exemplo abaixo.

A Maria | foi | / | foram | ao cinema ontem. Ela foi com o | sua | / | seu | amigo Carlos, pois os dois gostam muito de ver filmes.

Por favor, faça um círculo à volta da opção que considere correta, de modo a que as frases sejam possíveis em português.

Leia as frases cuidadosamente antes de responder e concentre-se na estrutura das mesmas. Ignore quaisquer problemas de ortografia ou de pontuação.

C. Tarefa de Escolha Forçada

1. O Pedro e eu tocamos numa banda e vamos [gravar] / [a gravar] um álbum. Há alguns meses um produtor viu-nos [a tocarmos] / [tocarmos] num festival. Ele gostou da nossa música e [assinava] / [assinou] um contrato connosco.

2. A nossa mãe faz anos, e eu e o meu irmão vamos [a preparar] / [preparar] uma surpresa para ela. Como [queríamos] / [quisemos] fazer um bolo de aniversário, fomos comprar todos os ingredientes primeiro. Quando a nossa mãe chegou a casa, viu-nos [decorarmos] / [a decorarmos] o bolo e ficou muito contente com a surpresa.

3. Não sabia que gostavas de praticar natação, João, mas acho que vais [a ser] / [ser] um excelente nadador. Já [pensavas] / [pensaste] em treinar para entrar em competições? Ontem vi-te [nadares] / [a nadares] na piscina municipal e és muito rápido.

4. A minha amiga Joana e eu gostamos muito de ler. A Teresa viu-nos [lermos] / [a lermos] o primeiro livro da série Harry Potter e perguntou-nos se íamos [ler] / [a ler] os restantes livros da coleção. Nós respondemos que [gostávamos] / [gostámos] de ler todos os livros do Harry Potter e ela disse que nos podia emprestá-los.

5. João, vi-te [estudares] / [a estudares] ontem, na biblioteca. O teste de História é para a semana e tenho muitas dúvidas. Como somos amigos, achei que não te [importavas] / [importaste] de me ajudar e de estudar comigo. Eu acho que o teste vai [ser] / [a ser] difícil, mas, com a tua ajuda, posso ter boa nota.

6. Olá, Carolina, sempre vais [a viajar] / [viajar] para o Egipto? Eu sei que também [estavas] / [estiveste] lá o ano passado e que adoraste. Ontem, vi-te [a comprares] / [comprares] uma máquina fotográfica para levares contigo na viagem. Não te esqueças de tirar muitas fotografias!

7. Já [fazias] / [fizeste] os trabalhos de casa, João? Disseste-me que fazias os trabalhos ontem, mas vi-te [jogares] / [a jogares] à bola a tarde toda. Se não os fizeres, vais [ficar] / [a ficar] de castigo!

8. O João e eu somos vizinhos e colegas desde a escola primária. Foi lá que conhecemos o Pedro. No primeiro dia de escola, o Pedro viu-nos [a comermos] / [comermos] na cantina e sentou-se ao nosso lado. Foi assim que [ficávamos] / [ficámos] todos amigos. Este ano, vamos [a mudar] / [mudar] de escola porque passámos para o 5º ano e esperamos fazer muitos amigos novos na nova escola.

9. Ana, convidei uns amigos para o jantar. Como gostas de cozinhar, pensei que [podias] / [pudeste] fazer um prato especial. A semana passada vi-te [a copiares] / [copiares] uma receita de lasanha que parecia deliciosa. Acho que os convidados vão [a comer] / [comer] qualquer prato que lhes sirvas, mas talvez fosse boa ideia fazer a lasanha.

10. Eu e o meu irmão somos atletas. Antigamente, competíamos / competimos em provas de atletismo nacionais, mas este ano vamos aos Jogos Olímpicos. O nosso treinador viu-nos corrermos / a corrermos nos nossos treinos diários. Ele disse-nos que certamente vamos a ganhar / ganhar uma medalha.

11. Ontem, eu e os meus amigos Tiago e Rui decidíamos / decidimos ir ao cinema. Como íamos jantar / a jantar todos juntos depois do filme, fomos à sessão das 19h. Depois, a nossa amiga Teresa viu-nos a sairmos / sairmos do cinema e nós convidámo-la para jantar connosco.

12. Já sei que gostas de ténis da Adidas, Pedro. A semana passada fui contigo às compras e vi-te a comprares / comprares uns ténis dessa marca, mas sei que quiseste / querias ter mais. Por isso, acho que vais gostar / a gostar que te ofereça mais um par no Natal.